



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GERMANO ANTÔNIO RIGOTTO

*MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

PORTO ALEGRE

FEVEREIRO DE 2006

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Germano Antônio Rigotto

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Antônio Hohlfeldt

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Alberto Walter de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
João Carlos Brum Torres

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Helena Maria S. Coelho

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. Reuvaldo Antônio Vasconcellos Ferreira

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Celito de Grandi

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA E
COOPERATIVISMO
Vulmar Silveira Leite

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Luiz Alfredo Schütz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
José Otávio Germano

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Paulo Michelucci Rodrigues

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO
Frederico Cantori Antunes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Alceu Moreira da Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Odacir Klein

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Luís Roberto Andrade Ponte

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
José Alberto Reus Fortunati

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Jorge Celso Gobbi

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Mauro Sparta

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Edir Pedro de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Alexandre Postal

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Luiz Valdir Andres

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Roque Jacoby

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Kalil Sehbe Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Luís Augusto Barcellos Lara

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Dep. Luiz Fernando Záchia

APRESENTAÇÃO

A presente *Mensagem à Assembléia Legislativa*, obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, que atribui a competência e cria a obrigação do Governador do Estado de "*expor em mensagem que remeterá à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo*".

Para dar atendimento a esse comando constitucional, este documento informa sobre o desempenho econômico do Estado, analisa a situação das finanças públicas estaduais e apresenta circunstanciadamente as ações de governo, tanto com relação aos grandes eixos em que a presente administração entendeu oportuno alinhar o conjunto de suas iniciativas, quanto com relação aos programas que integram o Plano Plurianual 2004-2007. Além disso, esta peça inclui três anexos: o primeiro apresenta um resumo do projeto Rumos 2015, mediante o qual procura-se, especificamente, cumprir a exigência do inciso IX, supra-referido, de *expor os planos de Governo*; o segundo, denominado *Trilhas Gaúchas*, apresenta os principais indicadores socioeconômicos referentes a objetivos perseguidos nas áreas da *População e Infância, Comunidade e Democracia, Economia e Meio Ambiente*; o terceiro anexo, por fim, é um relatório intitulado *Estados Comparados*, no qual é feito um cotejo do desempenho das administrações públicas estaduais do Brasil, baseado na classificação funcional da despesa.

Sem querer, em absoluto, dispensar as exposições e análises aprofundadas e detalhadas no corpo deste documento, mas simplesmente para adiantar alguns dos principais registros feitos nesta peça, entendemos oportuno, desde logo, realçar os pontos seguintes.

No que concerne à situação do Tesouro Estadual, o ponto fundamental a ser destacado é que o esforço de obstinado enfrentamento da crise estrutural das finanças rio-grandenses, que tem marcado a presente administração, no exercício de 2005 demonstrou resultados expressivos e concretos, indicando com clareza que ***está em pleno curso o processo de reversão do grave quadro fiscal dos últimos anos***, marcado, como todos sabemos, por grave e persistente desajuste entre a despesa e a receita públicas estaduais.

Com efeito, no exercício de 2005, foi alcançado o maior superávit primário obtido nas últimas décadas, que alcançou a importante soma de 572 milhões de reais. Também melhorou de maneira significativa a relação entre o estoque da *Dívida consolidada líquida* e a *Receita corrente líquida*, que passou de 2,952 em 2002, para 2,577 em 2005, avanço que nos deixou muito próximos da meta fixada na Resolução 40 do Senado Federal - que era de 2,533 para o exercício recém findo -, prevendo-se que o Estado se alinhe com a trajetória prevista nesse diploma federal ainda no presente exercício de 2006. Assinale-se que a melhora alcançada nesta área se comprova também se considerarmos a relação entre a dívida fundada e o PIB, que alcançou o melhor resultado dos últimos oito anos.

Também expressivo foi o resultado alcançado com relação ao cumprimento dos limites de gasto com pessoal fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que, de acordo com os critérios fixados no

Relatório de gestão fiscal, o percentual alcançado no exercício de 2005 foi 50,30, bem abaixo do limite de 60%.

Outro indicador do progresso feito no ajuste das contas estaduais é a redução do gasto na conta *Outras despesas correntes*, que passou de 20,99% da *Receita corrente líquida* em 2002, para 18,43% em 2005, melhora, aliás, muito significativa, tendo em vista que os controles do Poder Executivo não alcançam os gastos de responsabilidade dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, assim como as transferências constitucionais legais aos municípios, os encargos financeiros obrigatórios e as diversas despesas constitucional e legalmente vinculadas, os quais tiveram expressivos incrementos no período em análise.

Já com relação à receita, merece especial destaque o incremento da arrecadação do ICMS, que foi de 18,1%, em termos nominais, e de 11,7%, em termos reais (IGP-DI). Por fim, deve ser realçada, nesta apresentação liminar dos avanços obtidos na gestão fiscal, a estabilização da situação líquida financeira real ajustada.

Releva, ainda, observar que ***esses resultados foram alcançados graças ao empenho próprio e exclusivo da administração estadual***. Com efeito, a União não só continuou a recusar todas as propostas de adoção de uma sistemática mais racional e equitativa de compensação das perdas tributárias incorridas pelos Estados, em decorrência da política nacional de sustentação das exportações, como também desconsiderou os pleitos de ressarcimento de investimentos feitos em estradas federais apresentados pelo Rio Grande do Sul desde a administração passada.

Nestas condições, não é nenhuma demasia dizer, portanto, que o expressivo superávit primário apurado é resultado do acerto da política de racionalização e contenção do gasto público, assim como da melhora da gestão tributária estadual. Do mesmo modo, os já mencionados avanços conseguidos nos indicadores de gastos com pessoal, com encargos financeiros e com outras despesas correntes, assim como a diminuição no percentual de comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida, atestam a correção e a eficácia da gestão fiscal adotada por esta administração.

Ressalte-se, ainda, que o exercício de 2005 foi marcado, ademais das recém mencionadas importantes melhoras no quadro geral das finanças do Estado, pela consolidação das políticas públicas compreendidas nos quatro grandes eixos de atuação do Poder Executivo: a atração de investimentos e o fomento ao desenvolvimento econômico, a inclusão social, o combate às desigualdades regionais e a modernização da gestão e dos serviços públicos.

Um breve resumo dos avanços feitos nessas áreas pode ser apresentado nos termos seguintes.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Na área da promoção do desenvolvimento, o destaque deve ser dado à política de atração de investimentos, que até o presente momento contabiliza 240 empreendimentos confirmados, com investimentos previstos

de 25,5 bilhões de reais, cujo impacto sobre o emprego direto deverá ser de aproximadamente 48 mil empregos.

No entanto, as ações de promoção do desenvolvimento não se limitaram à política de atração de investimentos, mas incluíram igualmente um importante esforço de ampliação e melhoria da infra-estrutura do Estado.

Assim, com relação à energia, graças à construção de novas usinas geradoras, o Rio Grande do Sul deve diminuir substancialmente a sua dependência, passando dos atuais 40% de importação de energia elétrica, para 15%. É de salientar-se, também, a retomada dos investimentos em termelétricas a carvão após 20 anos de tentativas. Serão investidos US\$ 900 milhões nas Usinas de Candiota 3 e Jacuí 1. A contratação da energia nova gerada por essas Usinas, durante 15 anos, foi confirmada no leilão de energia nova, realizado em dezembro de 2005, no Rio de Janeiro. No que se refere a fontes alternativas de energia, está em construção, no Litoral gaúcho, o maior parque de energia eólica da América Latina, que acrescentará 150 MW de energia à potência instalada no Rio Grande do Sul.

No provimento de infra-estrutura de transportes podem ser destacados a conclusão de 21 obras, bem como avanços feitos em outros trechos relevantes como a Rota do Sol e aqueles incluídos no Programa de Pavimentação, o qual avança em várias frentes, já agora sendo custeado com recursos próprios do Estado, tendo em vista a conclusão do desembolso dos recursos financiados pelo BID e do JBIC, e que abrange as rodovias RST/377 e RST/101 (entre Passinhos e Osório), cuja meta é a pavimentação de 709,3 km, dos quais 468,7 km estão concluídos. Outra ação de grande relevância na área rodoviária foi a retomada e o rápido avanço do amplo programa de restauração e manutenção de rodovias, que, praticamente paralisado na administração passada, foi retomado, tendo alcançado, até 2005, mais de 1.300 km de estradas. Olhados esses esforços sob a ótica financeira, o registro a fazer é que alcançaram o expressivo montante de 780,4 milhões os investimentos feitos na área rodoviária ao longo dos três primeiros anos desta gestão. Também destacada foi a prioridade atribuída às atividades de recuperação, manutenção e modernização do Porto de Rio Grande, no qual foram investidos, de 2003 a 2005, R\$ 49,2 milhões. Destacam-se a recuperação de toda a rede hidráulica e de combate a incêndio do Porto Novo, a dragagem e manutenção dos canais de acesso ao porto e a concretização da obra de modernização do cais do Porto Novo (cais público).

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

No terreno da modernização da gestão podem ser destacados o corte de secretarias e de cargos em comissão, a implantação de um sistema de controle e racionalização das despesas, mediante a criação da Junta de Coordenação Orçamentária, do Comitê de Controle e Racionalização do Gasto Público, do Grupo de Assessoramento Especial (GAE), cujas atuações tiveram parte significativa nos progressos fiscais apontados acima. Também merecem destaque nesta área o saneamento financeiro do Instituto de Previdência do Estado e a criação do IPE-Saúde, a implantação do pregão eletrônico, a reforma do sistema de gestão de recursos humanos do Estado

(RHE), o início da implantação do chamado ICMS eletrônico, a sistemática de contratos de gestão com as empresas estatais e sua extensão em projeto piloto à administração direta, o desenvolvimento de um projeto piloto de redesenho de 24 processos na área da segurança e de modernização de 41 delegacias, a criação do Tudo Fácil Eletrônico.

INCLUSÃO SOCIAL

Na área da inclusão social devem ser destacados a atribuição ao Rio Grande do Sul da melhor posição na hierarquização dos sistemas de ensino fundamental do País feita pela UNESCO, assim como o registro da menor taxa de mortalidade infantil do País em dois anos consecutivos (2004 e 2005), segundo dados do IBGE. Esses resultados, ainda que baseados em traços estruturais da formação social rio-grandense, foram alcançados também graças a programas e projetos inéditos como o Primeira Infância Melhor (PIM), voltado às grávidas e crianças de até seis anos, e o Projeto Escola Aberta para a Cidadania. Registre-se também que o Projeto Escola Aberta teve como resultado imediato a queda, nas áreas beneficiadas, dos índices de violência e do uso de drogas.

COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Com relação à política de combate às desigualdades regionais, especial destaque merece a exitosa política de atração de investimentos para as regiões menos desenvolvidas do Estado. Registra-se a confirmação de 54 empreendimentos, com investimento de 15 bilhões de reais na Metade Sul do Estado, os quais deverão gerar mais de 19 mil empregos diretos.

Deve-se salientar, ademais, que os investimentos em reflorestamento e beneficiamento da madeira – como são os investimentos da Votorantim Celulose e Papel, da Aracruz Celulose, da StoraEnso, da Tanac e da Biachini – deverão mudar estruturalmente o perfil sócio-econômico dessa região, lançando as bases para um verdadeiro redesenho da geografia econômica do Rio Grande do Sul.

Complementarmente, encontra-se em fase conclusiva o maior estudo sobre desenvolvimento regional e logística já realizado no Rio Grande do Sul – o projeto *Rumos 2015* –, o qual deverá servir para subsidiar com informações seguras e aprofundadas a ação dos agentes públicos e privados responsáveis pelo desenvolvimento de todas as regiões de nosso Estado.

Nesta mesma área, também merece destaque a negociação que está em curso entre o Governo do Estado, o BANRISUL e o Banco Mundial, para a preparação de um grande projeto de investimentos em ações de promoção do desenvolvimento regional, a ser financiado com recursos dessa Instituição multilateral de crédito.

Antes de encerrar esta apresentação, cumpre ainda notar que o desempenho da economia estadual, em 2005, foi enormemente afetado pela maior seca já registrada no Estado, desde quando foram iniciados os registros sistemáticos sobre precipitações pluviométricas no Rio Grande do Sul. Segundo avaliações feitas pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), o impacto negativo da estiagem e do câmbio na economia do Rio Grande do Sul foi da ordem de -3,59%, ficando

o efeito estiagem em -3,03%, e o do câmbio em -0,56%. Esses números – que refletem um recuo de 15,2% na agricultura, de 4,8% na indústria e de 0,5% no setor serviços – explicam, portanto, o resultado negativo verificado em 2005, que foi estimado como sendo de -4,8%.¹ Mesmo assim, a participação do PIB do Estado no País manteve-se, em 2005, no patamar em que se encontrava no período 2001-02: 7,80%.

¹ Para ilustração dessas variações negativas nos agregados econômicos, mencione-se, a título meramente exemplificativo, que, no lado real da economia, corresponderam uma quebra de 1,9 milhão de toneladas de milho e de 3 milhões de toneladas de soja; por sua vez, no campo industrial, a apreciação cambial fez reduzir as exportações de calçados em quase 21 milhões de pares em 2005.

SUMÁRIO

1	O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA.....	13
2	AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	25
3	AS AÇÕES DO GOVERNO	51
3.1	PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO SEGUNDO OS EIXOS PROGRAMÁTICOS	53
3.2	AÇÕES DO GOVERNO POR ÁREAS E PROGRAMAS.....	81
3.2.1	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO.....	83
3.2.1.1	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E CRÉDITO	85
3.2.1.2	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	95
3.2.1.3	TURISMO, ESPORTE E LAZER	102
3.2.1.4	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	106
3.2.2	INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE.....	117
3.2.2.1	TRANSPORTES	119
3.2.2.2	ENERGIA	122
3.2.2.3	SANEAMENTO E OBRAS PÚBLICAS	131
3.2.2.4	HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	134
3.2.2.5	MEIO AMBIENTE.....	142
3.2.3	POLÍTICAS SOCIAIS.....	149
3.2.3.1	SAÚDE	151
3.2.3.2	EDUCAÇÃO	178
3.2.3.3	JUSTIÇA E SEGURANÇA.....	197
3.2.3.4	TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	217
3.2.3.5	CULTURA.....	228
3.2.4	ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS	239
3.2.4.1	GOVERNO DO ESTADO	241
3.2.4.2	COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	245
3.2.4.3	ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	252
3.2.4.4	ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.....	257
3.2.4.5	ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL.....	259
3.2.4.6	REGULAÇÃO.....	270
	ANEXOS.....	273
	ANEXO I – RumoS 2015	275
	ANEXO II – TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO – 2003.....	319
	ANEXO III – ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÃO DO ORÇAMENTO.....	363

The image shows the flag of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, waving. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a banner, surrounded by a wreath and a sunburst. The text "ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL" is visible at the bottom of the coat of arms.

1 O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

1. O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

1.1- A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

Em 2005, o PIB brasileiro cresceu apenas 2,5%, frustrando as expectativas de que o País viesse a conviver com um período de crescimento sustentável, apesar da conjuntura econômica internacional extremamente favorável.

A vulnerabilidade externa do Brasil diminuiu em 2005, à medida que a condução da política econômica manteve-se imune aos efeitos da crise política, deflagrada com as investigações das CPIs e a divulgação sistemática de novas denúncias de corrupção.

O País logrou avanços, em termos de sua inserção na economia internacional, uma vez que elevou sua corrente de comércio e gerou o maior saldo comercial já obtido, que reduziram a dependência externa. Ao mesmo tempo, com a iminência de o Brasil tornar-se auto-suficiente em petróleo, uma meta que vem sendo perseguida por governos sucessivos, houve um abrandamento nas expectativas da pressão do preço do barril de petróleo sobre a inflação.

Não obstante, o fato de o Brasil ter reduzido a sua vulnerabilidade externa e ter-se beneficiado de sua inserção internacional, em pouco mudou a posição da sua competitividade, quando comparada à de outros países. A esse respeito, o Banco Mundial divulgou, no mês de setembro, um ranking atualizado sobre as condições para a realização de negócios em diversos países do mundo, em que o Brasil ocupa a 119ª posição entre as 155 economias analisadas. O estudo verifica as condições vigentes de 10 tópicos, previamente estabelecidos, entre todas as economias, e, no caso brasileiro, mereceu destaque o esforço feito pelas empresas aqui localizadas para o pagamento de uma das mais expressivas cargas tributárias em 2005.

Em 2005, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o exercício com um incremento muito próximo da meta de 5,1%, que o Governo brasileiro havia acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda quando as negociações com aquela Instituição estavam em vigor. Na verdade, foi a quarta redução no ritmo de incremento do índice calculado pelo IBGE, que havia alcançado 12,53% (2002), 9,30% (2003) e 7,60% (2004) e que fechou em 5,69% no exercício recém findo. Cabe o registro de que, em paralelo ao nível alcançado pelo IPCA, também o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) apresentou uma desaceleração, nessa oportunidade, abrupta, de 12,13% (2004) para 1,22% (2005).

A entrada de dólares, estimulada pelas taxas de juros elevadas praticadas pela Autoridade Monetária, não permitiu o recrudescimento da inflação e preservou o Real valorizado. A fim de amenizar o impacto desse influxo de divisas sobre o mercado cambial, o Banco Central e o Tesouro adquiriram US\$ 35,5 bilhões, acumulando-os em reservas, cuja contrapartida deu-se através da elevação da dívida pública em Reais e com perfil de curto prazo, remunerada às referidas taxas de juros elevadas. Dessa forma, manteve-se o círculo entre juros, câmbio, inflação e dívida.

No que diz respeito às contas públicas, com um acréscimo de 5,65% sobre o exercício anterior, o valor arrecadado pela Receita Federal, em 2005, corrigido pelo IPCA, atingiu R\$ 372,48 bilhões. As maiores participações — e os respectivos avanços sobre o exercício anterior — sobre o total arrecadado tiveram origem no Imposto de Renda — R\$ 112,6 bilhões em 2004 e R\$ 127,4 bilhões em 2005 —, na contribuição previdenciária — R\$ 102,2 bilhões em 2004 e R\$ 110,5 bilhões em 2005 —, na COFINS — R\$ 86,6 bilhões em 2004 e R\$ 89,9 bilhões em 2005 — e na CPMF — R\$ 28,9 bilhões em 2004 e R\$ 29,9 bilhões em 2005.

O volume de recursos para pagar o serviço da dívida, o superávit primário, que foi acumulado entre janeiro e novembro, alcançou R\$ 98,6 bilhões. Ao final do período, esse total equivalia a 5,58% do PIB e estava acima da meta para todo o ano, fixada em R\$ 82,8 bilhões. Os números obtidos com as contas públicas contribuíram para que o Risco-Brasil caísse de 402 pontos, em 2004, para 280 pontos, em 2005. Entretanto, essa melhora na imagem externa ainda não permitiu que o País fosse classificado como *investment grade*, uma condição necessária para as economias que almejam conviver com crescimento econômico sustentável.

Não obstante, a relação da dívida pública com o PIB voltou a cair em 2005, ficando, no mês de novembro, em 51,7% do PIB. Ao longo do exercício, como as autoridades prosseguiram na estratégia adotada anteriormente de permutar a dívida — de indexação ao dólar para correção pela Taxa SELIC —, alteraram, dessa forma, também o seu perfil. Para 2006, de acordo com o Plano Anual de Financiamento do Tesouro Nacional, o Governo deverá diminuir o ritmo de colocação dos papéis indexados a índices de preços.

Ainda no tocante à dívida pública, merece destaque, na relação do Brasil com o FMI, duas decisões importantes que foram tomadas em 2005: não houve renovação do acordo, e o País optou por liquidar, antecipadamente, a dívida vigente com o Fundo. Embora a opção de quitar o compromisso tenha sido elogiada pelo próprio Diretor-Geral do FMI e deva melhorar a relação dívida/PIB nacional, o ato, em si, não deve alterar substancialmente a imagem externa do Brasil no exterior.

Paralelamente ao resultado das contas da esfera governamental, é destaque da conjuntura nacional de 2005 a redução de aproximadamente 5,23% na safra de grãos, comparativamente à do ano anterior. Mesmo assim, o Setor Primário deixou uma excelente contribuição, via exportações, para a preservação dos bons resultados das contas externas nacionais.

A indústria também registrou um desempenho insatisfatório em 2005, com o Índice da Produção Industrial praticamente igual ao do encerramento de 2004, embora alguns setores específicos tenham apresentado uma crescente taxa de ocupação média da capacidade instalada. A manutenção do Real em um patamar de extrema valorização, aliada ao ajuste das taxas de juros, explica, em parte, os resultados setoriais limitados ao final do exercício.

1.2- A ECONOMIA GAÚCHA EM 2005

Depois de crescer 4,8% em 2003 e 3,0% em 2004, o produto gaúcho decresceu 4,8% no exercício passado. O resultado da economia do Rio Grande do Sul ficou aquém daquele obtido pela economia nacional,

porque sofreu o impacto da maior estiagem já registrada na história recente do extremo sul do Brasil, além do da valorização cambial em curso na economia brasileira.

Segundo estimativas da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), o impacto da estiagem e do câmbio na economia do Rio Grande do Sul foi da ordem de -3,59%, ficando o efeito estiagem em -3,03%, e o do câmbio em -0,56%. Para o efeito estiagem, contribuíram agropecuária (-2,42%), máquinas e equipamentos agrícola (0,34%), fumo (-0,11%) e transporte e armazenagem (-0,17%); no que diz respeito ao efeito cambial, participaram os segmentos de calçados e artigos de couro (-0,41%), de mobiliário (-0,09%), de veículos automotores (-0,04%) e de bebidas (-0,02%).

O Valor Adicionado Bruto (VAB), principal indicador de desempenho econômico setorial, registrou um recuo de 15,2% na agricultura, de 4,8% na indústria e de 0,5% no setor serviços.

Mesmo assim, a participação do PIB do Estado no País manteve-se, em 2005, no patamar em que se encontrava no período 2001-02: 7,80%. Na fase mais recente, o RS havia alcançado uma participação relativa de 8,23% (2003) e 8,50% (2004), porque a economia gaúcha antecipou-se em um ano à retomada do crescimento nacional.

Ao final de 2005, com a queda de 4,8% na atividade econômica, simultaneamente a uma diminuição de 5,8% no indicador correspondente per capita, a economia gaúcha passou a registrar um PIB de R\$ 152,7 bilhões e um PIB per capita de R\$ 14.081,00.

Um fato da maior importância, durante o exercício de 2005, foi a continuidade na política de atração de novos empreendimentos pelo Governo do Estado. Essas iniciativas estão trazendo e irão trazer ainda, à frente, imensos benefícios à população estadual. A Metade Sul encontra-se como local de destino desses empreendimentos, que oportunizarão a abertura de 20.000 postos de trabalho somente nessa região.

No último triênio, 240 novos empreendimentos foram destinados ao Rio Grande do Sul, dos quais 54 optaram pela Metade Sul do território gaúcho. Enquanto o Estado atraiu R\$ 25,5 bilhões em investimentos no triênio 2003-05, que gerarão 47,8 mil empregos, o Sul foi o destino de R\$ 15 bilhões no mesmo período, criando quase 20 mil empregos diretos.

Convencionalmente, a articulação da agropecuária estadual — responsável por 15,93% da economia gaúcha — e da indústria — que mantém participação de 44,95% na economia estadual — com o exterior implica uma análise preliminar do cenário externo recente e do desempenho setorial brasileiro no contexto interno.

1.3- O CONTEXTO EXTERNO

A economia internacional cresceu 4,3% em 2005, implicando lenta desaceleração, quando comparado o comportamento atual ao desempenho de 2004, oportunidade em que a economia global avançou 5,1%. Esse indicador sinaliza que a economia internacional ainda prossegue aquecida, tendo em vista que o crescimento histórico do PIB, nas últimas décadas, tem sido de 3,7%. A liderança sino-americana foi a responsável pelo resultado, tendo em vista que os Estados Unidos cresceram 3,5% e a

China 9,8%. Convém lembrar que os produtos da Zona do Euro e do Japão tiveram incrementos de 2,2% e de 2,3%, respectivamente.

Durante o ano, os Estados Unidos mantiveram os desequilíbrios vigentes no País, decorrentes das presenças dos chamados “déficits gêmeos”: o déficit público de US\$ 570 bilhões e o déficit em conta corrente da ordem de US\$ 670 bilhões. Houve pressão sobre as taxas de juros, e o banco central norte-americano — Federal Reserve (FED) — resolveu manter a taxa básica em trajetória ascendente ao longo do exercício. O financiamento do déficit norte-americano com reservas asiáticas, e particularmente chinesas — US\$ 870 bilhões no encerramento do exercício —, fez com que Washington prosseguisse pressionando Beijim para flexibilizar a sua política cambial. Esse fato ocorreu efetivamente em meados de 2005, ocasião em que o Iuan sofreu uma pequena valorização de 2,1%, deixando a âncora ao Dólar, para a utilização, a partir de então, de uma cesta de moedas.

No que tange à União Européia (UE), além das dificuldades decorrentes da rejeição preliminar à nova Constituição, a inserção de novos membros gerou necessidade de maior volume de recursos para atender às necessidades vigentes, ao mesmo tempo em que o bloco não conseguia aprovar o próprio orçamento plurianual. Tamanho nível de incerteza contribui para limitar as possibilidades do crescimento econômico regional, à medida que tolhe a realização de investimentos e cria empecilhos para a tomada de decisões em nível de política econômica. Ainda no contexto da UE, vale lembrar que prossegue a ampliação do bloco, com as discussões em torno dos ingressos, em futuro próximo, da Bulgária e da Romênia e, em um segundo momento, da Turquia.

Por fim, em âmbito regional, o MERCOSUL recebeu a Venezuela, tendo sido formulado um convite à Bolívia para que aderisse de forma plena ao bloco, e mostrou uma agenda política densa ao longo de 2005. Um ponto que mereceu reflexão por parte dos países-membros e que surpreendeu a opinião pública em âmbito regional decorreu da posição do Uruguai, que procurou uma aproximação maior com Washington.

1.4- O CONTEXTO INTERNO

A par do cenário externo, a presença brasileira na economia internacional implicou, uma vez mais, um elevado superávit comercial, em que o agronegócio, mesmo perdendo parte do seu dinamismo por causa da desaceleração dos preços internacionais, da valorização cambial, do mau desempenho do complexo soja — tradicional líder da balança comercial do setor —, da perda com o milho, do surto da febre aftosa, das limitações da defesa sanitária e da perda da renda no mercado interno por parte do produtor rural, repetiu o desempenho anterior, dada a competitividade das *commodities*. Estas preservaram o contexto nacional de uma menor dependência no que diz respeito às suas contas externas a partir da entrada de um volume expressivo de Dólares no exercício findo.

A produção da agricultura brasileira atingiu 112,7 milhões de toneladas de grãos em 47,88 milhões de hectares, em 2005, um volume 5,5% inferior às 119,29 milhões de toneladas colhidas em 2004. As estimativas no início do ano estavam direcionadas para uma produção de 130 milhões de toneladas, fato que não se confirmou devido à quebra da

safr a partir da estiagem que afetou as lavouras de milho e de soja no sul do Brasil.

No ano passado, segundo o IBGE, o País produziu 51,1 milhões de toneladas de soja, 27,2 milhões de toneladas de milho, 12,2 milhões de toneladas de arroz e 6,7 milhões de toneladas de algodão. Em termos de participação regional na safra, a liderança ficou por conta da Região Centro-Oeste (37,6%), seguida da Sul (34,4%), cujo desempenho foi prejudicado pela estiagem, e da Sudeste (15,6%). A Nordeste, com 8,9%, e a Norte, com 3,5% do total produzido no País, complementam as informações disponíveis para o ano.

As perdas de renda no mercado interno, num valor superior a US\$ 20 bilhões, aliadas à valorização do Real, todavia, não impediram que a balança agrícola brasileira registrasse um saldo comercial do agronegócio da ordem de US\$ 38,4 bilhões, valor que abrange toda a cadeia e que inclui o açúcar, o café, os calçados, as carnes, a celulose, o couro, os derivados da madeira, o fumo e a soja.

A indústria brasileira, por sua vez, cresceu 3,1% até o mês de novembro, fruto do desempenho das exportações e das disponibilidades de acesso ao crédito de um lado, e, de outro, de um ajuste dos estoques concomitantemente às encomendas do comércio para as vendas de fim de ano.

A produção de veículos, de material eletrônico e de equipamentos de comunicação e a indústria extrativa foram os grandes destaques do setor no acumulado até o mês de novembro de 2005. A utilização da capacidade instalada, na oportunidade, localizava-se no patamar de 80,8% contra 83,2% do mesmo mês (novembro) de 2004. Quanto ao emprego industrial, ele registrou um incremento de 1,5% no acumulado de 12 meses até o referido mês de novembro.

1.4.1- A AGROPECUÁRIA GAÚCHA EM 2005

A agricultura gaúcha participou dos desafios em que o País se fez presente ao buscar o crescimento sustentável, porém ela foi profundamente afetada pela estiagem que atingiu o setor produtivo e a conseqüente exportação dos produtos locais em 2005. A análise da estrutura do VAB gaúcho permite perceber que a participação crescente da agropecuária sobre o produto total do Estado, que vinha ocorrendo no último biênio — 15,0% em 2003 e 18,0% em 2004 —, não se manteve em 2005, ocasião em que recuou para o patamar de 15,93%.

A intermitência de crescimento tem-se manifestado ao longo desta década na agropecuária estadual, porque houve estiagem no ano 2000 e frustrações com o milho e com a soja em 2002 e em 2004, que foram alternadas com excepcionais desempenhos em 2001 e em 2003.

A LAVOURA

Após o expressivo crescimento de 2003 e o recuo de 2004, oportunidades em que a lavoura gaúcha avançou 27,8% e apresentou queda de 2,1%, respectivamente, em 2005 o subsetor da agricultura voltou a registrar um decréscimo, dessa feita, a taxa do VAB ficou em -21,2%.

A queda no comportamento da lavoura deveu-se à forte estiagem que assolou a economia estadual, tornando negativo o seu desempenho pelo segundo ano consecutivo. Nessa oportunidade, todas as culturas analisadas, excetuando-se a produção de banana, apresentaram quedas nos níveis de produção.

As taxas de decréscimos para os principais produtos da lavoura gaúcha podem ser reunidas em três grupos: aqueles que apresentaram quedas extremas, entre 20% e 56%; os que registraram reduções apreciáveis, entre 8% e 20%; e aqueles que se mantiveram em patamares muito próximos aos valores do ano anterior.

O primeiro grupo era formado pela produção de milho, soja, feijão e trigo. A produção de milho recuou de 3,4 milhões de toneladas, em 2004, para 1,5 milhão de toneladas, em 2005, resultando em uma queda de 56,0%, a maior redução percentual de produto da lavoura na última safra. A seguir, veio a soja, com uma queda na produção de 5,5 milhões de toneladas, em 2004, para 2,5 milhões de toneladas, em 2005, representando uma diminuição da ordem de 55,9% no período.

Para compreender-se o impacto que a estiagem representou para a economia gaúcha, é fundamental lembrar que o milho e a soja, produtos importantíssimos da lavoura estadual, já haviam registrado quedas de 37,8% e de 42,1%, respectivamente, na safra anterior. Ao mesmo tempo, convém registrar que as áreas colhidas de milho e de soja foram reduzidas de 1,20 milhão de hectares e 3,97 milhões de hectares, em 2004, para 965.586 mil hectares e 3,73 milhões de hectares, em 2005, respectivamente. E, assim, verificaram-se também diminuições na produtividade de 45,4%, no caso do milho, e de 53,1%, no que diz respeito à soja.

O terceiro maior decréscimo percentual em termos da lavoura foi o do feijão. Também esse produto conviveu com quedas sucessivas ao longo do último triênio, pois a produção recuou de 137,8 mil toneladas, em 2003, para 133,7 mil toneladas, em 2004, e 74,9 mil toneladas, em 2005.

O último produto do primeiro grupo que apresentou uma queda de forte impacto foi o trigo. Da mesma forma como os três anteriores — milho, soja e feijão —, a produção de trigo diminuiu de 2,4 milhões de toneladas, em 2003, para 2,1 milhões de toneladas, em 2004, e para 1,6 milhão de toneladas, em 2005. A área colhida de milho decresceu de 1,12 milhão de hectares para 0,85 milhão de hectares, implicando aumento de 6,3% na respectiva produtividade.

O segundo grupo constituía-se pela produção de maçã, cebola, cana-de-açúcar, uva, fumo, laranja e mandioca. As taxas de decréscimos alcançaram quedas apreciáveis para a maçã (16,0%), a cebola (13,9%), a cana-de-açúcar (13,6%), a uva (12,2%), o fumo (10,9%), a laranja (9,3%) e a mandioca (8,8%).

Do último grupo, destaca-se o arroz, cuja produção havia atingido 4,7 milhões de toneladas em 2004, e que ficou reduzido em 3,7%, caindo para o patamar de 6,1 milhões de toneladas em 2005. A área colhida de arroz registrou uma pequena diminuição de 3,6%, mantendo-se a produtividade na casa de seis toneladas por hectare ao longo do biênio. Ainda fazem parte deste último grupo a batata-inglesa, com queda de 3,7%

na quantidade produzida, e a banana, que registrou um acréscimo de 13,34% na produção de 2004 para 2005.

A PECUÁRIA

Após o produto subsetorial haver crescido 1,9%, em 2003, e 2,4%, em 2004, a produção animal gaúcha voltou a avançar em 2005, dessa feita, a uma taxa de 1,2%, evidenciando um comportamento distinto da intermitência verificada no desempenho recente da lavoura. Em 2005, houve aumentos nas produções de leite (3,7%), mel (4,1%), aves (2,8%) e de bovinos (1,4%), e ocorreram quedas nos níveis de produção de ovos (-0,3%), lã (-3,9%), ovinos (-4,7%) e de suínos (-0,2%).

1.4.2- A INDÚSTRIA GAÚCHA EM 2005

Em 2005, a produção da indústria estadual apresentou uma queda de 4,8%. Durante todo o período 2000-04, a indústria gaúcha apresentou, sucessivamente, taxas de crescimento positivas: 8,0% em 2000, 1,5% em 2001, 2,8% em 2002, 3,6% em 2003 e 6,6% em 2004, embora a economia brasileira tenha convivido com uma estagnação no período 2001-03 e iniciado a sua recuperação apenas em 2004.

No exercício findo, o desempenho do setor decorreu de uma queda no produto da indústria de transformação e extração mineral, da ordem de 4,5%, e no da construção civil, que recuou 9,8%, embora o subsetor eletricidade, gás e água tenha avançado, apenas timidamente, em 1,1%. Na oportunidade, a indústria representou 44,95% do VAB estadual.

Em nível de atividade, o comportamento da indústria de transformação gaúcha, em 2005, decorreu do recuo no desempenho dos segmentos de máquinas e equipamentos, mobiliário, borracha e plástico, produtos químicos, metalurgia básica, fumo, calçados e artigos de couro, bebidas, veículos automotores e produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos. Na ocasião, as atividades de celulose, papel e produtos de papel permaneceram praticamente no mesmo patamar do ano anterior, enquanto as atividades de alimentos e refino de petróleo e álcool apresentaram um tímido avanço.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

O ajuste praticado nas taxas de juros, combinado com a valorização do Real, contribuiu para que o produto do subsetor registrasse uma redução de 4,5% no exercício findo.

A indústria de máquinas e equipamentos liderou o ranking das quedas das atividades da indústria de transformação gaúcha em 2005, com um recuo de 19,2% sobre o ano anterior, quando havia registrado um incremento de 16,8%.

A produção de mobiliário situou-se logo após à da indústria de máquinas e equipamentos na economia gaúcha, em 2005. Ela vem alternando maus e bons resultados em desempenho recente, pois registrou queda de 9,6%, em 2003, recuperou-se com um aumento de 12,1%, em 2004, voltando a registrar uma nova queda, de 11,1%, em 2005.

Um terceiro grupo de atividades industriais e que reúne aquelas direcionadas à produção de borracha e plástico, produtos químicos,

metalurgia básica, fumo, calçados e artigos de couro, bebidas, veículos automotores e produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos – alcançou também uma queda expressiva em 2005. Nesse grupo, com exceção de metalurgia básica, veículos automotores e produtos de metal – exclusivamente máquinas e equipamentos – os demais alternaram maus e bons resultados no período 2003-05.

E assim, em 2005, as atividades da indústria – acompanhadas dos seus respectivos decréscimos – direcionadas aos segmentos borracha e plástico (-7,3%), produtos químicos (-5,2%), metalurgia básica (-4,6%), fumo (-4,2%), calçados e artigos de couro (-3,2%), bebidas (-2,5%), veículos automotores (-1,9%) e produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos (-1,9%) – explicam uma parte significativa da queda da atividade industrial nesse ano.

Por fim, um último grupo, que apresentou crescimento no exercício findo, esteve constituído por atividades ligadas aos segmentos edição, impressão e reprodução de gravações (2,7%), alimentos (2,8%) e refino de petróleo e álcool (3,0%).

1.4.3- O SETOR GAÚCHO DE SERVIÇOS EM 2005

O setor serviços decresceu 0,5% em 2005. O desempenho alcançado é resultado de um ano atípico na economia do Estado do Rio Grande do Sul, em que a agropecuária e a indústria apresentaram quedas expressivas nas suas atividades econômicas. Cabe o registro de que, ao longo da década atual, o setor serviços manteve taxas de crescimento positivas, embora uma tendência de queda da participação relativa do setor sobre o produto gaúcho tenha sido constatada no período 2000-04. A participação do setor serviços sobre o PIB estadual, que era de 47,8% em 2000, recuou, sucessivamente, para 39,12% no ano de 2005.

Os números disponíveis sobre o setor serviços da economia gaúcha mostram, ainda, que os subsectores transportes e armazenagem e comércio, com diminuições de 11,0% e 2,5%, respectivamente, registraram quedas acima da média do setor; os demais subsectores — administração pública e demais serviços —, com acréscimos de 1,1% e 0,3%, ficaram acima do desempenho do Setor Terciário em 2005.

1.4.4- O COMÉRCIO

O subsector comércio vivenciou, desde o ano de 2001, uma queda sistemática em sua participação na economia gaúcha. Naquela ocasião, o subsector representava 9,44% do VAB do Estado, percentual que recuou para 8,90% em 2003 e para 8,88% em 2005.

Em 2005, o comércio decresceu 2,5%, tendo representado 8,88% do VAB estadual, colocando-se em terceiro lugar no ranking do setor serviços, logo após os subsectores demais serviços (18,15%) e administração pública (10,58%).

1.4.5- AS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS

No último exercício, o Rio Grande do Sul obteve o terceiro lugar no ranking nacional dos estados exportadores, posição que já havia ocupado no ano 2000: as parcelas correspondentes à participação gaúcha

no comércio externo brasileiro foram de 10,56% em 2002, 10,96% em 2003, 10,45% em 2004 e 8,8% em 2005.

Em 2005, as exportações gaúchas para o exterior atingiram US\$ 9,457 bilhões (pelo conceito *Free on board* — FOB), representando um aumento de 5,0% sobre o ano anterior. Tratou-se de um pequeno crescimento, baseado em preço, tendo em vista que o volume transacionado com o exterior caiu por causa da anteriormente destacada atipicidade de 2005 na economia gaúcha.

Os Estados Unidos e a União Européia mantiveram as posições de principais parceiros do Rio Grande do Sul, como destino, absorvendo, cada um, 18,7% das mercadorias enviadas pelo Estado ao exterior. Embora a liderança norte-americana como o maior parceiro da economia gaúcha se mantenha, verifica-se uma queda sistemática nessa participação, uma vez que ela era de 28,51% em 2002, recuou para 22,22% em 2003, voltou a cair para 19,52% em 2004 e, agora, evidenciou novo decréscimo, situando-se no patamar de 18,70% em 2005.

Os Estados Unidos receberam os seguintes produtos gaúchos: calçados, fumo, tratores, produtos químicos orgânicos, couro, produtos de couro, móveis de madeira e borracha, dentre outros. Com relação à União Européia, o Estado do Rio Grande do Sul remeteu fumo, calçados, carne de frango, polietileno, torta de soja, móveis de madeira, condensadores e colheitadeiras, dentre outros.

A Ásia, como destino das mercadorias gaúchas, registrou uma queda de 17,6%, principalmente pela redução das exportações para a China e para o Japão. Os produtos da pauta de exportações gaúcha para a Ásia, em 2005, foram fumo, carne de frango, torta de soja, soja em grão, óleo de soja em bruto e celulose, dentre outros.

Quanto ao MERCOSUL, o Rio Grande do Sul registrou um avanço de 20,6% em suas exportações. Os produtos da pauta foram máquinas agrícolas e suas partes, especialmente tratores, colheitadeiras, ceifeiras-debulhadoras, óleo diesel, plásticos, produtos químicos orgânicos, adubos ou fertilizantes, carne suína, fibras sintéticas e calçados, dentre outros.

The background of the page is a large, slightly faded image of the flag of Rio Grande do Sul. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center of the red section is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a banner, surrounded by a wreath and a sunburst.

2 AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

2. DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Como é de amplo conhecimento das autoridades e lideranças do Estado, bem como da opinião pública em geral, a situação das finanças públicas estaduais enfrenta problemas estruturais, cujo equacionamento requer clareza de objetivos, coerência de propósitos e, sobretudo, continuidade das iniciativas.

No entanto, a inegável gravidade dos problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul nessa área e a impossibilidade de resolvê-los de um só golpe, não só têm provocado um debate muito vivo sobre o assunto, mas tem sobretudo ensejado a proliferação de críticas mal focadas e de propostas de solução fantasiosas, muito embora, para fazer justiça, se deva reconhecer que também análises pertinentes e contribuições judiciosas tenham sido apresentadas. Na verdade, o desdobramento dessas discussões, evidencia a complexidade dos problemas fiscais enfrentados pelo Estado - freqüentemente desconhecida por analistas apressados e pregadores de ocasião - e a inconseqüente impaciência face ao difícil caminho que é necessário percorrer para enfrentá-las.



O essencial nesta área foi, é e continuará a ser o esforço para conter o incremento do gasto e para sustentar as receitas. Contudo, em nenhuma dessas frentes, se pode imaginar uma solução imediata.

Pelo lado da **despesa**, os limites da austeridade fiscal são (i) o respeito ao direito adquirido dos servidores inativos, (ii) a obrigação de cumprimento dos contratos relativos à dívida pública e (iii) a preservação da normalidade das grandes redes de serviços públicos, principalmente nas áreas da educação, da saúde, da segurança, dos serviços sociais.

Por outro lado, com relação à **receita**, há também limitações, notadamente o fato de que o peso dos impostos no País é já muito alto, muito embora, como adiante se verá mais detalhadamente, a carga tributária rio-grandense se encontre entre as menores do País se mensurada em comparação com o Produto Interno Bruto estadual.²

É de justiça observar, porém, que malgrado essas restrições, no período recente - na verdade desde quando assinado o contrato de refinanciamento da dívida pública estadual em 1997 - as administrações estaduais têm procurado enfrentar o desafio representado pelos déficits orçamentários recorrentes. Assim, a despeito das oscilações nas contas de resultado - às vezes melhores, outras piores -, pode-se dizer, que a

² Sobre este último ponto é oportuno observar que, com relação ao PIB, a carga tributária estadual é, de fato, uma das menores dentre todas as unidades da Federação. Em 2003, com efeito, o RS encontrava-se na oitava posição entre os Estados/DF, com menor carga tributária em relação ao PIB.

tendência geral é de melhora, ainda que os avanços venham se fazendo mais lentamente do que seria desejável.

Seja como for, com relação ao exercício orçamentário de 2005, podemos dizer com segurança que melhorou significativamente a situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Para resumir o que adiante será visto mais circunstanciadamente, podemos informar que no fechamento do exercício passado registramos:

- (i) o maior superávit primário das últimas décadas;
- (ii) a melhor relação da dívida fundada com o PIB dos últimos oito anos;
- (iii) diminuição no percentual de comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida (RCL);
- (iv) estabilização da *situação líquida financeira real*;
- (v) redução dos percentuais de comprometimento da Receita Corrente Líquida -RCL com as despesas de *Pessoal e Encargos Financeiros e Outras Despesas Correntes*
- (vi) aumento nominal de 18,1% e real (IGP-DI) de 11,7% na arrecadação do ICMS.

Esse bom desempenho demonstra que as decisões tomadas pela atual gestão tanto com relação ao controle do gasto, quanto com relação à administração da receita, foram corretas. Contudo, as dificuldades para ajustar as despesas correntes e de capital à receita disponível continuam presentes e não se pode em absoluto dizer que a fragilidade fiscal das contas estaduais tenha sido inteira e definitivamente superada. Assim, embora o *superávit* primário obtido sinalize uma mudança muito significativa e o *déficit* orçamentário tenha entrado claramente em uma tendência declinante, não se pode negar que continue elevado e sua eliminação exigindo que a política de austeridade fiscal seguida nestes últimos anos continue ainda por algum tempo.

Antes de encerrar este preâmbulo, convém ainda notar que se é verdade, como dito acima, que a melhora sustentada das finanças rio-grandenses envolve persistência, zelo e contínuo esforço de contenção de despesas e de incremento de receitas, não é menos verdade que um exame isento da situação fiscal dos Estados e das obrigações que lhes são constitucionalmente cometidas indica que os governos estaduais só conseguirão atender adequadamente as demandas sociais nas áreas da prestação dos grandes serviços sociais, da infra-estrutura e do fomento ao desenvolvimento quando efetivada uma profunda revisão do pacto federativo – uma revisão que envolva a criação de mecanismos estáveis de neutralização das perdas tributárias decorrentes da política de sustento às exportações e uma reforma tributária que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados mediante a adoção, quanto ao ICMS, pelo menos da simplificação e harmonização de suas alíquotas e, se e quando possível, da adoção do princípio de tributação no destino das mercadorias.

As próximas seções deste capítulo, retomarão todas essas questões de maneira mais detalhada.

2.1 Do financiamento do déficit público ao longo do tempo

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul vêm apresentando *déficits* fiscais expressivos e recorrentes há, pelo menos, três décadas e meia.

A Tabela 1 mostra como os governos enfrentaram a falta de recursos financeiros e ali se pode ver os diferentes instrumentos utilizados para compensar os desequilíbrios entre receitas e despesas. Uma primeira maneira de enfrentar tais dificuldades, como se pode ver, foi a cobertura dos déficits orçamentários por meio de incremento da dívida pública, endividamento este ora suportado por operações de crédito, ora pela emissão de títulos públicos. Em administrações posteriores, o desajuste fiscal foi neutralizado através do chamado *financiamento inflacionário* – vale dizer: atrasos no reajuste nominal das obrigações de despesa. Em períodos mais recentes, recorreu-se às privatizações, ao financiamento interno do setor público no âmbito do chamado *caixa único* (vale dizer: por novas e mais sutis formas de endividamento), bem como pela diminuição dos investimentos públicos.

Tabela 1
Enfrentamento do déficit público pelos governos

Período	Governo	Enfrentamento do Déficit
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e Inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITO	Privatização
1999-2002	OLÍVIO	SIAC, menor volume de investimentos, venda de ativos e antecipação de impostos
2003-2005	RIGOTTO	SIAC, depósitos judiciais, antecipação de impostos, menor volume de investimentos, 13º salário junto ao BANRISUL e aumento tributos

FONTE: Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste ponto, cabe registrar, porém - não obstante as críticas passíveis de serem feitas aos administradores que, ao longo do tempo, fizeram uso desses mecanismos - que, não tivesse havido o emprego deles, tampouco teria sido possível manter a máquina pública estadual funcionando e teriam sido inevitáveis graves soluções de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais, com os previsíveis e deletérios efeitos que se seguiriam, tendo em vista as fortes e permanentes pressões a que está submetida a administração estadual no sentido de dar pronto, amplo e qualificado atendimento às crescentes demandas da sociedade gaúcha.

Contudo, para concentrarmo-nos, como é oportuno, no período da atual administração, devemos assinalar, antes de mais nada e para garantir a fidedignidade deste relatório, que nos primeiros três anos desta gestão (2003/2005), o desajuste das contas de despesa frente à receita

disponível foi enfrentado tanto por meio de providências corajosas e significativas de controle do gasto e de aumento da receita, quanto pela utilização de recursos provenientes do SIAC e dos depósitos judiciais – neste último caso, nos termos autorizados pela **Lei nº. 12.069/04** -, assim como pelo financiamento do pagamento do 13º salário de parte dos servidores do Poder Executivo pelo BANRISUL.

Mais especificamente, com relação à despesa, cumpre desde logo destacar a criação de mecanismos institucionais destinados a impedir o agravamento dessa difícil situação, como a *Junta de Coordenação Orçamentária*, o *Comitê de Controle e Racionalização do Gasto Público* e o *Grupo de Assessoramento Especial – GAE*.

Já com relação à receita, destaque maior deve ser dado à Lei nº 12.209/04 (com entrada em vigor em abril/05), que autorizou a elevação de alíquotas do ICMS sobre produtos e serviços selecionados (energia, combustíveis e telecomunicação).

2.2 Da evolução de alguns indicadores das contas estaduais

Para fins de detalhamento da apresentação da situação financeira estadual, convém destacar, primeiramente, três indicadores das contas. Assim, as Tabela 2 e Tabela 3 apresentam, respectivamente, o histórico *dos Resultados Primário e Orçamentário da Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias e da Administração Pública Consolidada*, bem como procuram dimensioná-los com relação ao PIB gaúcho.

Ressalte-se que o desdobramento da análise do *resultado primário* em duas demonstrações – a da Tabela 2 apurando o resultado, por assim dizer, da ótica da Administração Direta, a da Tabela 3 considerando o Setor Público globalmente – procura realçar o grande esforço fiscal que vem sendo feito no âmbito da administração direta e a redução que esse resultado sofre em decorrência do fato de que as receitas próprias de Fundações e Autarquias são inferiores a seus compromissos de despesa, como é o caso de todas as Fundações e de várias autarquias, com as exceções da AGERGS, do DETRAN e da SUPRG.

Conforme mencionado acima, constata-se em ambas as demonstrações, a freqüência de resultados negativos nas séries. Contudo, é fundamental destacar que nos últimos exercícios houve uma mudança gradativa das contas do resultado primário, que melhoram em relação ao PIB, melhora que é especialmente notável em 2005, como se demonstrará adiante em item específico.

Tabela 2
Resultados Primário e Orçamentário da Administração Direta com repasses a Autarquias e Fundações – em valores corrigidos pelo IGP-DI médio

Anos	Resultado Primário	Resultado Orçamentário	% do Resultado Primário / PIB	% do Resultado Orçamentário/ PIB
1970	(236.408.397)	(270.396.977)	-0,49%	-0,56%
1971	(132.480.253)	(105.738.997)	-0,24%	-0,19%
1972	(352.495.896)	(192.487.591)	-0,58%	-0,32%
1973	(533.486.843)	(357.978.760)	-0,65%	-0,44%

Anos	Resultado Primário	Resultado Orçamentário	% do Resultado Primário / PIB	% do Resultado Orçamentário/ PIB
1974	(903.047.377)	(310.766.568)	-0,99%	-0,34%
1975	(1.315.554.063)	(528.114.488)	-1,32%	-0,53%
1976	(1.657.488.186)	(1.146.680.421)	-1,51%	-1,04%
1977	(231.280.106)	(410.524.644)	-0,20%	-0,35%
1978	(923.749.312)	193.783.282	-0,76%	0,16%
1979	(920.965.341)	(346.631.157)	-0,72%	-0,27%
1980	(772.573.038)	(404.075.936)	-0,57%	-0,30%
1981	(1.755.954.561)	(427.092.832)	-1,39%	-0,34%
1982	(2.682.102.208)	(1.092.882.697)	-2,15%	-0,87%
1983	(2.251.746.803)	(4.111.228.382)	-1,74%	-3,17%
1984	(1.517.136.215)	(1.914.195.160)	-1,17%	-1,47%
1985	(1.859.512.898)	(6.779.047.855)	-1,37%	-5,01%
1986	(1.260.906.561)	(1.880.484.161)	-0,83%	-1,24%
1987	(909.761.309)	(707.104.556)	-0,62%	-0,48%
1988	(878.829.998)	(633.615.674)	-0,61%	-0,44%
1989	(2.128.387.192)	122.993.635	-1,36%	0,08%
1990	(2.378.612.223)	(525.964.491)	-1,73%	-0,38%
1991	(505.090.959)	(457.009.027)	-0,38%	-0,34%
1992	(2.866.621.959)	(848.194.123)	-2,00%	-0,59%
1993	(1.664.935.168)	(400.758.187)	-1,12%	-0,27%
1994	(716.937.161)	(595.604.179)	-0,49%	-0,41%
1995	(846.539.282)	(1.401.911.525)	-0,56%	-0,93%
1996	(1.477.834.274)	85.663.396	-0,92%	0,05%
1997	(1.800.289.759)	1.015.701.683	-1,11%	0,63%
1998	(2.329.853.079)	844.114.092	-1,46%	0,53%
1999	(594.450.171)	(1.557.188.436)	-0,39%	-1,02%
2000	(716.409.331)	(1.001.565.920)	-0,47%	-0,66%
2001	(246.066.648)	(897.086.744)	-0,16%	-0,59%
2002	440.543.006	206.440.386	0,30%	0,14%
2003	223.724.250	(73.262.855)	0,15%	-0,05%
2004	185.806.762	(800.652.836)	0,12%	-0,50%
2005	688.346.576	(741.471.408)	0,45%	-0,49%

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS.

Tabela 3
Resultado Primário e Orçamentário da Administração Pública Consolidada (Lei 101/2000) – em valores corrigidos pelo IGP-DI médio

Anos	Resultado Primário	Resultado Orçamentário	% do Resultado Primário / PIB	% do Resultado Orçamentário/ PIB
2001	-476.089.885	-1.093.628.275	(0,31)	(0,72)
2002	-91.860.362	-540.935.947	(0,06)	(0,36)
2003	-115.441.728	-396.940.392	(0,08)	(0,27)
2004	38.124.394	-974.546.262	0,02	(0,61)
2005	572.131.315	-918.347.897	0,37	(0,60)

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS.

Outro indicador importante, que, diferentemente do anterior, evidencia a persistência das dificuldades – não obstante a melhora verificada nos dois últimos anos³ - é o da evolução da dívida flutuante (dívida de curto prazo). Com efeito, o *Patrimônio Financeiro*, a partir de

³ Que se evidencia quando os valores nominais são corrigidos pelo IGP-DI.

1999, começou a apresentar continuados saldos negativos, principalmente em função da utilização dos recursos do *caixa único* e dos *depósitos judiciais*.

A Tabela 4 mostra em valores nominais que, entre 1998 e 2005, a *Situação Líquida Financeira Real* passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 2.882,9 milhões negativos. A *Situação Líquida Financeira Potencial*, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048,0 milhões negativos para R\$ 959,8 milhões negativos. A *Situação Líquida Financeira Ajustada I* passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 3.842,7 milhões negativos. Já a *Situação Líquida Financeira Ajustada II*, que inclui as Dívidas Pendentes de Registro, os Cancelamentos de Registro e Outras Dívidas Identificadas, envolveu de R\$ 836,1 milhões negativos em 1998 para R\$ 4.285,3 milhões negativos em 2005.

Contudo, é fundamental destacar que a *Situação Líquida Financeira Ajustada II* corrigida pelo IGP-DI, nos anos de 2003 a 2005 **está estabilizada em patamares inferiores aos dos anos de 2001 e 2002, evidenciando a contenção da crise financeira.**

Tabela 4
Evolução do Patrimônio Financeiro do Estado do RS (em R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(1) Ativo Financeiro	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7	421,6
(2) Passivo Financeiro	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0	3.304,5
(3) Situação Líquida Financeira Real	211,9	-555,0	-1.117,0	-1.673,0	-1.527,5	-1.522,2	-2.254,3	-2.882,9
(4) Situação Líquida Financeira Potencial	-1.048,0	-1.065,0	-967,0	-1.335,0	-1.048,7	-1.228,1	-1.023,1	-959,8
(5) Situação Líquida Financeira Ajustada I	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-2.576,2	-2.750,3	-3.277,4	-3.842,7
(6) Dívidas Pendentes de Registro	-	-	-	-	-672,5	-585,2	-495,0	-271,9
(7) Cancelamento de Registro	-	-	-	-	-169,0	-301,0	-120,3	-170,7
(8) Outras Dívidas Identificadas	-	-	-	-	-369,8	-	-	-
(9) Situação L.F. Ajustada II	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-3.787,5	-3.636,5	-3.892,7	-4.285,3
Situação L.F. Ajustada II - IGPDI	1.896,23	-3.062,07	-3.587,56	-4.690,28	-4.684,65	-4.177,70	-3.988,26	-4.285,3

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS.

(*) Os valores estão a preços de dez-05, inflacionados pelo IGP-DI.

NOTA 1: A conta "Resgate do SIAC" e dos "Depósitos Judiciais" foi considerada como conta retificadora do ativo e passivo financeiro.

NOTA 2: Situação Líquida Financeira Real = Ativo Financeiro – Passivo Financeiro

NOTA 3: Situação Líquida Financeira Potencial = Ativo Potencial - Passivo Potencial

NOTA 4: Situação Líquida Financeira Ajustada I = Situação Líquida Financeira Real + Situação Líquida Financeira Potencial

NOTA 5: Situação Líquida Financeira Ajustada II = Situação Líquida Financeira Ajustada I + Dívidas Pendentes de Registro + Cancelamento de Registro + Outras Dívidas Identificadas

NOTA 6: Situação Líquida Financeira Ajustada II - IGPDI = Situação Líquida Financeira Ajustada II corrigida pelo IGPDI

2.3 Análise da despesa segundo os grandes grupos

Para fins de obtenção de uma visão mais diferenciada e precisa da situação das contas estaduais, é útil também destacar a evolução das despesas segundo os chamados grandes grupos: pessoal, dívida, investimentos e outras despesas correntes. É o que se fará na seqüência.

2.3.1 Das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

O primeiro registro a fazer com relação à análise das despesas com *pessoal e encargos sociais* é o fato, certamente anômalo, de que, no Rio Grande do Sul, os servidores inativos e pensionistas têm um peso exageradamente alto na composição dos recursos humanos da administração pública estadual. Essa atipicidade se torna evidente quando se constata, por exemplo, que, ao final do ano de 2004, inativos mais pensionistas perfaziam 50% dos totais das matrículas, conforme demonstrado na Tabela 8.

O mais importante a destacar, porém, é que nos últimos 10 anos (1995–2004), houve uma expressiva redução do efetivo funcional ativo (de quase 20.000 servidores), indicando os esforços de redução da despesa corrente e os aumentos de produtividade que lhe foram associados, sobretudo na atividade-meio, através de novas tecnologias de informação. No entanto, fica evidenciado que o efeito fiscal desta redução foi, em parte, neutralizado pelo crescimento do número de inativos (de quase 30.000 servidores), o que demonstra que os efeitos da política de austeridade produzirão seus efeitos somente à médio e longo prazo, condicionada à redução do contingente de inativos e pensionistas. Pode-se ainda ilustrar o ponto, observando que enquanto a população do RS, entre 1995 e 2004, cresceu 11,6%, o conjunto de servidores teve aumento de 1,62%, sendo que as matrículas do pessoal ativo decresceram 8,6% e as dos inativos cresceram 30,5%.

É importante ressaltar ainda que a assinalada redução do pessoal ativo não comprometeu a prestação dos serviços nas áreas-fim, eis que, para dar um exemplo particularmente expressivo, em 1998, a área da Educação contava com 99.371 matrículas ativas, esse número tendo passado, em 2004, para 113.276, o que é dizer que em 6 anos houve um acréscimo de 13.905 novas matrículas - 14% a mais – no efetivo funcional das escolas.

Avaliando a face financeira da gestão de pessoal nos últimos anos - apresentada mediante a demonstração da evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativos e pensionistas entre 1996 e 2005 – observa-se que houve uma evolução indiscutivelmente positiva, uma vez que, quando comparados à Receita Corrente Líquida, é clara e expressiva a queda do gasto com este grupo de despesa.

A demonstração deste ponto pode ser feita de mais de uma maneira. Se analisada de acordo com os critérios do Relatório de Gestão Fiscal⁴, apresentado na Tabela 5, vê-se que, em valores nominais, a despesa com pessoal cresceu de R\$ 4.931.332.mil, em 2002, para R\$ 6.211.724.mil, em 2005, crescimento de 26,9%, em torno de 6% ao ano.

⁴ Este relatório é uma demonstração legalmente obrigatória, por força do comando contido na Lei Complementar 101, art. 55, inciso I, alínea a, Anexo I.

Tabela 5
Despesa Total com Pessoal por Poder e alguns órgãos (R\$1.000,00)

Período	2002	2003	2004	2005
Poder/Órgão	Total	Total	Total	Total
Poder Executivo	4.103.564	4.703.823	4.646.910	4.943.446
Tribunal de Justiça	462.813	579.468	666.719	716.262
Tribunal de Justiça Militar	10.258	10.656	11.918	12.349
Assembléia Legislativa	129.388	150.096	157.175	176.596
Tribunal de Contas	87.330	100.267	105.649	118.554
Ministério Público	137.980	185.849	230.518	244.517
Estado	4.931.332	5.730.159	5.818.889	6.211.724
Receita Corrente Líquida	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352

No entanto, uma vez avaliada com relação à Receita Corrente Líquida, verifica-se que o peso das despesas com Pessoal e Encargos é contínua e expressivamente decrescente: a relação entre a Despesa Total com Pessoal e a Receita Corrente Líquida passa de 58,6% em 2002 para 50,30% em 2005, o que pode ser observado na Tabela 6. Não obstante esses avanços, importa ressaltar ainda que, quando analisado este esforço fiscal considerando os gastos de cada um dos Poderes do Estado, verifica-se que o principal da economia alcançada derivou de esforços realizados pelo Poder Executivo.

Tabela 6
Distribuição da Despesa Total com Pessoal por Poder e alguns órgãos

Período	2002	2003	2004	2005	Limite
Poder/Órgão	Total	Total	Total	Total	
Poder Executivo	48,77%	48,69%	43,28%	40,03%	49,00%
Tribunal de Justiça	5,50%	6,00%	6,21%	5,80%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	0,12%	0,11%	0,11%	0,10%	0,12%
Assembléia Legislativa	1,54%	1,55%	1,46%	1,43%	1,82%
Tribunal de Contas	1,04%	1,04%	0,98%	0,96%	1,18%
Ministério Público	1,64%	1,92%	2,15%	1,98%	2,00%
Estado	58,60%	59,32%	54,20%	50,30%	60,00%

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal – vários anos

Registre-se ainda que esta mesma tendência pode ser atestada se examinarmos a relação entre a despesa com pessoal e encargos e a RCL de um ponto de vista global e gerencial - isto é: desconsiderando as exclusões introduzidas pelos critérios adotados no Relatório de Gestão Fiscal na conta de despesa com pessoal. Neste caso, conforme a demonstração feita na Tabela 7, registra-se igualmente uma melhora no indicador, a qual, no entanto, é menos expressiva do que a apurada para o fim de apuração do cumprimento das metas fixadas pela Lei Complementar 101.

Tabela 7
Evolução das Despesas Consolidadas com Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
% RCL	75,69	75,69	77,74	76,03	72,94	69,17

FONTE: RCL - anos de 2000 a 2004 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2004, p. 68) e 2005 (Relatório de Gestão Fiscal, tomando-se como base de cálculo a despesa total com Pessoal e Encargos Sociais de R\$ 8.541,6 milhões e a RCL de R\$ 12.349,35 milhões).

Convém ainda salientar que o esforço fiscal que vem sendo realizado pela administração pública estadual revela-se ainda mais expressivo quando se leva na devida conta o reduzido grau de liberdade com que trabalham os gestores, uma vez que as despesas com inativos e pensionistas *ultrapassam* as feitas com o pagamento do pessoal ativo. A Tabela 8 resume as informações mais relevantes sobre esse ponto.

Tabela 8
Gastos Empenhados com Pessoal da Administração Pública Estadual consolidada

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
% Ativos (Elementos 11 e 12)	57,16	55,13	54,88	54,48	49,47	49,81	50,27	49,80	49,48	49,14
% Inativos/Pensionistas (Elem. 01/03)	42,84	44,87	45,12	45,52	50,53	50,19	49,73	50,20	50,52	50,86

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Por fim, também com o objetivo de chamar atenção para as dificuldades estruturais envolvidas no esforço de controle da despesa na área de pessoal, releva também observar que, dentre as despesas com o pessoal ativo do Poder Executivo, as funções Educação, Segurança e Saúde respondem por 85% do total gasto.⁵

2.3.2 Da Dívida Pública

Também essencial para uma correta avaliação da situação fiscal do Rio Grande do Sul é um conhecimento mais preciso da evolução histórica do endividamento público estadual. É o que se procura fazer na Tabela 9, cujo propósito é reconstituir a evolução da dívida fundada do Estado (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre os governos Peracchi e Rigotto. Em valores reais, o endividamento estadual cresceu 9,96 vezes entre os pontos extremos do período considerado. O saldo do estoque é atualizado mensalmente pelo IGP-DI ou pela taxa SELIC (caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano. Releva assinalar - como comprovação do fato de que as últimas administrações têm feito um esforço real para ajustar as contas públicas - que nos governos Olívio e Rigotto (1999/2005), o estoque da dívida apresentou uma trajetória estável de crescimento, comparada ao mesmo IGP-DI.

⁵ Chegou-se a esse percentual tomando-se por base somente os *elementos de despesa* 11 e 12.

Tabela 9
Evolução do Estoque da Dívida Fundada (em R\$ milhões)

Governo	Final de Governo	Dívida (IGP-DI)(2)	Referência	Variação percentual
Peracchi	1971	1.101	100	-
Triches	1974	2.410	219	118,90%
Guazelli	1978	4.412	401	83,10%
Amaral	1982	7.902	718	79,10%
Jair	1986	10.969	996	38,80%
Simon	1990	10.985	998	0,10%
Collares	1994	13.560	1.232	23,40%
Britto	1998	24.390	2.215	79,90%
Britto (1)	1998	30.146	2.738	23,60%
Olívio	2002	30.067	2.731	-0,30%
Rigotto	2003/2005	30.217	2.745	0,50%

FONTES: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS

NOTA (1) Inclui a **Operação Proes**, de R\$ 5,756 bilhões (corrigida pelo IGP-DI)

NOTA (2) A variável estoque da dívida foi corrigida pelo IGP-DI

Cumpra também observar, de outra parte, que, considerado o endividamento estadual em uma perspectiva histórica mais ampla, no período compreendido entre 1971 e 1998, verifica-se que o endividamento estadual cresceu rápida e continuamente. Registro especial também merece o fato de que a brusca alteração do endividamento estadual ao final do Governo Britto se deve às enormes elevações da taxa SELIC, que foi superior em 125% à variação do IGP-DI no período, bem como à operação de saneamento do BANRISUL, feita no âmbito do Programa de Estímulo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária – PROES.

Outro ponto a destacar é o fato de que de 1999 até 2005 o estoque da dívida cresceu, nominalmente R\$ 16,8 bilhões (125,2%), variação que se deve basicamente à variação do IGP-DI, principal indexador do estoque da dívida estadual, embora também se deva considerar que o desembolso de R\$ 8,4 bilhões por conta do serviço da dívida serviu, basicamente, para pagar os juros da dívida (6% ao ano), acumulando-se no estoque as parcela excedentes ao limite de comprometimento da receita estadual, que foi fixado em 13% pelo Contrato nº 14/98/STN/COAF, firmado entre a União e o Estado, em 15 de abril de 1998, ao abrigo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

Se, agora, retomarmos o exame da evolução do endividamento público estadual cuidando de relacioná-lo com o PIB estadual e se destacarmos o ocorrido no presente período administrativo, verificaremos uma significativa tendência de melhora, eis que, de 2003 para cá, tem se reduzido a relação *estoque da dívida pública estadual/PIB*. É o que se demonstra na Tabela 10.

Tabela 10
Evolução do Estoque da Dívida Fundada em relação ao PIB gaúcho
(em R\$ 1.000,00)

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dívida Interna	8.714.916	10.761.096	13.008.479	14.883.773	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416
Dívida Externa	158.434	252.275	407.605	627.754	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521
Total de Dívida	8.873.350	11.013.371	13.416.084	15.511.527	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937
PIB DO RS	63.263.000	69.221.000	70.542.000	75.450.000	85.138.000	94.084.000	104.451.000	128.040.000	150.121.000	152.714.000
% DÍVIDA S/PIB	14,03	15,91	19,02	20,56	20,37	21,08	23,55	20,67	19,25	18,57

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: O PIB/RS de 2004 e 2005, divulgado pela FEE/RS, são preliminares.

Esta evolução relativamente favorável do endividamento público no período mais recente, especialmente, nos três primeiros anos do atual governo, também se comprova quando repetimos a análise tomando como base o *Relatório de Gestão Fiscal* (LRF, Anexo II) e quando avaliamos o estoque da Dívida Consolidada Líquida já não mais com relação ao PIB estadual, mas com relação à Receita Corrente Líquida. Com efeito, a Dívida Consolidada que em 2002 equivalia a 2,95 vezes a RCL (último ano do governo Olívio), ficou em torno 2,80 vezes em 2003 e 2004, e caiu para 2,57 vezes em 2005. A confirmar-se essa tendência, prevê-se que ao longo do presente exercício, o Estado estará enquadrado no limite de endividamento determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se, agora, analisarmos a evolução do endividamento público, não mais com relação ao estoque, mas em termos de *fluxo* dos pagamentos de encargos e se visualizarmos tal evolução tomando como base os valores nominais, verificaremos que o carregamento da dívida pública tem ainda peso crescente: no governo Olívio (1999/02), foram empenhados, em valores nominais, para pagamento da dívida pública fundada R\$ 3,8 bilhões e nos três primeiros anos do governo Rigotto (2003/05) mais R\$ 4,6 bilhões, totalizando R\$ 8,4 bilhões. Releva observar, no entanto, que não obstante esse crescimento dos encargos nominais, há uma ligeira tendência de redução do percentual da Receita Corrente Líquida comprometida com o serviço da dívida. A Tabela 11 mostra, com efeito, a evolução dos valores nominais empenhados a título de pagamento de juros e encargos, mais amortização da dívida pública, em relação à Receita Corrente Líquida.

Tabela 11
Valores Empenhados do serviço da dívida em relação à RCL (em R\$ mil)

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Dívida Pública	756.393	853.824	974.225	1.243.468	1.423.762	1.459.007	1.714.304
RCL	5.360.739	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352
% da Dívida / RCL	14,11%	12,82%	12,63%	14,78%	14,74%	13,59%	13,88%

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS

NOTA: O cálculo da RCL a partir de 2000, foi uniformizado com o do Relatório da Gestão Fiscal.

Cumpra ainda assinalar que o registro contábil do pagamento dos encargos da dívida no exercício de 2005 contém uma anomalia, pois no exercício recém findo foram lançados na conta de encargos da dívida pública pagamentos já feitos em exercícios anteriores de obrigações para com o INSS e que estavam escriturados até então como pagamentos "em responsável", isto é, fora do regime de empenhos próprio da execução orçamentária regular. O valor dessa regularização foi de R\$ 161.106.418,47, lançamento que fez com que o serviço da dívida em 2005 tenha artificialmente voltado a crescer com relação à Receita Corrente Líquida, tendo passado de 13,59% em 2004 para 13,88% em 2005.⁶

2.3.3 Dos Investimentos

Cumpra ainda observar que as melhoras que vem sendo assinaladas e a contenção do processo de agravamento da situação fiscal do Tesouro estadual se devem também, pelo menos em parte, à diminuição dos investimentos do setor público estadual. A Tabela 12 exhibe a evolução da participação percentual dos investimentos efetuados por governo em relação à Receita Corrente Líquida.

Tabela 12
Percentual médio de investimentos por governo, em relação à RCL,

Governo	% Investido / RCL
Triches	29,66%
Guazelli	29,13%
Amaral	27,61%
Jair	19,08%
Simon	20,54%
Collares	13,07%
Britto	16,71%
Olívio	7,30%
Rigotto	5,50%

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA 1: Nos investimentos estão computadas também as inversões financeiras.

NOTA 2: No governo Rigotto, abrangem os anos de 2003/05.

NOTA 3: Até governo Britto trata-se da Direta com Transferências; demais governos, orçamento consolidado.

Conforme já visto no **Item II.II**, o atual governo foi obrigado a contingenciar severamente os investimentos (Tabela 13), por conta da grave deterioração financeira herdada dos governos anteriores. Com efeito, em 2002, na passagem de mandato, o déficit financeiro montava em R\$ 4,7

⁶ Avaliado com relação à Receita Líquida Real registra-se, igualmente, uma piora do indicador, pois em 2004 comprometeu-se 17,55% da RLR com o pagamento do serviço da dívida, enquanto que em 2005, esse percentual passou para 19,04% da RLR (que foi R\$ 8.985.857.309,18). Excluída a regularização em pauta, o percentual de comprometimento atingiria um RLR em 2005 seria de 17,25%. **FONTE:** Setor do serviço da dívida da Secretaria da Fazenda do RS.

bilhões (valores atualizados do ano pelo IGP-DI), conforme explicitado na Tabela 3.

Tabela 13
Investimentos Pagos (em R\$ mil)

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Investimentos	500.952	683.218	667.997	667.252	695.652	619.936	569.727

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

NOTA 1: Os investimentos englobam também o grupo Inversões Financeiras

NOTA 2: Os valores diferem do da Tabela 16 porque naquela constam valores empenhados.

A propósito dessa evolução da conta de investimentos releva observar também que o movimento decrescente que ali se verifica não é desejável e que o desempenho do indicador é uma das evidências do custo social implicado no desajuste das contas estaduais e no esforço envidado para reverter a crítica situação em que se encontra o Tesouro estadual. Com efeito, tendo em vista as notórias carências ainda existentes em nossa infra-estrutura – notadamente com relação à logística –, bem como na base física de importantes serviços sociais, é evidente que melhor seria se a curva de investimentos tivesse tendência ascendente.

Importa ainda notar, sobre o mesmo ponto, que o comportamento dos investimentos no exercício de 2005 se explica também pela conclusão do período de desembolso dos grandes contratos de financiamento internacional que, celebrados na administração Antônio Britto, deram expressiva sustentação aos investimentos feitos no Estado nos governos que se sucederam desde então. Referimo-nos aos investimentos cobertos com recursos do Programa de Gerenciamento e Reabilitação de Rodovias do Rio Grande do Sul (4165/BR), do Programa de Alívio à Pobreza Rural e Gerenciamento dos Recursos Naturais (4148/BR) e, do Programa de Pavimentação Rodoviária – BID998/OC e JBIC/42684, que alcançaram R\$ 453 milhões no período de três anos desta gestão.

A despeito de todas as dificuldades acima apontadas e das severas restrições fiscais impostas ao esforço de investimento do Estado, merece registro especial a importantíssima prioridade atribuída à infra-estrutura rodoviária, ao enfrentamento de cujas carências foram destinados nos três primeiros anos desta administração R\$ 780,4 milhões.

2.3.4 Das Outras Despesas Correntes

Na discussão sobre a situação das contas estaduais e nas propostas de solução para a crise estrutural que as afeta, as despesas correntes ocupam sempre um lugar de destaque, pois invariavelmente atribui-se aos denominados gastos de *custeio* o papel de vilão da história. Ao fazê-lo, os críticos, no mais das vezes, ignoram a complexidade e heterogeneidade das contas englobadas neste grupo de despesa e o papel decisivo cumprido por tais itens no funcionamento global dos serviços públicos.

Para o fim de permitir uma avaliação mais objetiva do envolvido na análise das despesas do *Outras Despesas Correntes* convém preliminarmente esclarecer que ele engloba, basicamente, (i) os gastos com manutenção e custeio da máquina pública, (ii) as transferências legais e constitucionais aos municípios (vinculadas às receitas arrecadadas pelo Estado), (iii) a denominada *Gestão Plena* do SUS, (iv) os demais gastos com medicina e saúde, (v) os encargos financeiros vinculados ao saque de recursos do SIAC e (vi) ao uso dos fundos dos *depósitos judiciais*.

A Tabela 14, a seguir, mostra a evolução desses gastos, em termos percentuais, discriminados por Poder, e em relação à Receita Corrente Líquida.

O ponto mais saliente desse demonstrativo é o enorme esforço de contenção de gastos feito pelo Executivo nos primeiros três anos do atual governo, o que colocou esta conta em patamares muito inferiores aos verificados nos últimos dois governos (Britto e Olívio). Releva também observar que o esforço que o Poder Executivo vem fazendo nesta área é acompanhado pela política de austeridade que vem sendo também seguida pelo Poder Legislativo, o mesmo não se podendo afirmar, porém, da evolução dos gastos do Ministério Público com os encargos deste grupo. Já a trajetória dos gastos do Poder Judiciário com os gastos de manutenção é relativamente estável, embora seja perceptível uma tendência ascendente.

Também é importante destacar que a redução de gastos alcançada pelo Poder Executivo é ainda mais surpreendente em vista da rigidez e da indisponibilidade do gasto corrente, eis que uma parte importante das sub-contas que o constituem tem características que os tornam defesos e imunes a iniciativas de controle gerencial.

Com efeito, em um estudo feito pela Secretaria Estadual da Coordenação e Planejamento demonstra-se (Tabela 14) que, do total das despesas empenhadas em 2004 e que se enquadram no grupo Outras Despesas Correntes fogem do controle do Poder Executivo os gastos de responsabilidade dos Poderes (i) Judiciário e (ii) Legislativo, (iii) do Ministério Público, assim como (iv) as transferências constitucionais legais aos municípios, (v) os encargos financeiros obrigatórios, e, (vi) as diversas despesas constitucional e legalmente vinculadas, restando, portanto, sob controle direto do administrador e, nesta medida, como contas passíveis de alterações mediante ações gerenciais de curto prazo, somente **26,78%** do total apropriado no grupo das chamadas *ODCs*.⁷ Esses dados evidenciam que aproximadamente três quartos do grupo Outras Despesas Correntes é formado por despesas rígidas, insuscetíveis de gestão direta por parte dos administradores do Poder Executivo.

Tabela 14
“Outras Despesas Correntes” Empenhadas - em valores nominais

Especificação	2004	2005
Gasto com Outras Despesas Correntes Empenhadas	5.815.711.182	6.703.567.474
(-) Ministério Público	- 32.023.772	-34.760.714

⁷ Em 2005, esse percentual já se reduziu para 25,68%.

Especificação	2004	2005
(-) Poder Judiciário	- 116.792.723	- 128.430.415
(-) Poder Legislativo	- 58.914.986	-66.176.779
(-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	-2.817.462.600	-3.316.560.653
(-) Encargos Financeiros	-246.858.173	-306.750285
(-) Despesas com Previsão Legal (*)	-986.209.850	-1.129.356.262
(=) Subtotal Despesas Administráveis	1.557.449.077	1.721.532.366
(%) de Despesas Administráveis	26,78%	25,68%

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

(*) Dentre as despesas empenhadas em 2005, estão: **Gestão Plena do SUS** (R\$ 396,4 milhões), **Medicina** (R\$ 425,9 milhões) e **Serviços Médicos** (R\$ 102,4 milhões).

2.3.5 Considerações finais sobre as contas de despesa

Ao concluir este apanhado das contas de despesa, é forçoso destacar a escassa margem de manobra dentro da qual trabalham os responsáveis pela execução orçamentária estadual. Com efeito, tomando-se como referência ao ano de 2005, vê-se, claramente, a dificuldade dos gestores em seu esforço de fechamento do exercício. De fato, da totalidade da Receita Corrente Líquida, 69,17% foram alocadas para o pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, 13,88% para o serviço da Dívida Pública, 24,09% para Outras Despesas Correntes e 4,98% para Investimentos. Somando-se os percentuais, encontram-se 112,12% da RCL, conforme demonstrado na Tabela 15.

É evidente, portanto, que, não obstante, o enorme esforço de ajuste financeiro, as contas de 2005 apresentaram déficit de 12,12% da RCL. Esse *déficit* foi, basicamente, equacionado com o uso de recursos do *caixa único* e dos *depósitos judiciais*, assim como por meio do parcelamento do 13º salário de parte dos servidores do Poder Executivo.

Tabela 15
Percentual da Despesa Empenhada Consolidada em 2005 em
Relação à Receita Corrente Líquida

Grupo de Despesas	Valores Empenhados	% Valores Empenhados / RCL
Pessoal e Encargos Sociais Ajustada	8.541.619	69,17
Serviço da Dívida	1.714.304	13,88
Outras Despesas Correntes Ajustada	2.974.733	24,09
Investimentos Amplos	615.367	4,98
Total das Despesas Empenhadas Ajustada	13.846.023	112,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.349.352	

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA 1: As despesas foram ajustadas retirando-se as **TCLM** (R\$ 3.316,6 milhões), a **Gestão Plena do SUS** (R\$ 412,3 milhões) e a dupla contagem no **Pessoal** na rubrica 1301 (R\$ 193,0 milhões).

NOTA 2: RCL = Relatório de Gestão Fiscal.

NOTA 3: O percentual de Outras Despesas Correntes Ajustada difere do da Tabela 14 por incluir o IPERGS, que naquela, excluímos para possibilitar a demonstração histórica.

NOTA 4: O grupo Investimentos Amplos difere do da Tabelas 13, por tratar-se, naquele caso, somente de Investimentos Pagos.

Ressalte-se, assim, que a rigidez do *déficit* estrutural, a dificuldade de administrá-lo decorre, além dos fatores já destacados ao início desta apresentação das contas estaduais – isto é: (i) do incontornável respeito ao direito adquirido dos servidores inativos, (ii) da obrigação de cumprimento dos contratos relativos à dívida pública e (iii) e da preservação da normalidade no das grandes redes de serviços públicos, notadamente nas áreas da educação, da saúde, da segurança, dos serviços sociais – da autonomia dos Poderes e de percepções muito diferenciadas de cada um deles com relação à gravidade da situação financeira do Estado, bem como do excesso de despesas vinculadas.

Com relação a este último ponto convém ainda sublinhar, mesmo que fossem escrupulosamente cumpridas todas as obrigações constituídas e todas as vinculações, seguir-se-ia que para cada R\$1,00 novo arrecadado restariam para livre movimentação dos administradores do Poder Executivo somente R\$ 0,20. Nessas condições, para obter-se a redução de R\$ 1,00 do *déficit* é necessário um aumento de receita de R\$ 5,00, ou então a diminuição da despesa não vinculada em R\$ 5,00. Dito de outro modo, mantidas as vinculações, no sentido amplo que agora estamos atribuindo ao termo, para cobrir um *déficit* de R\$ 1 bilhão em um determinado ano seria necessário um incremento de receita da ordem de R\$ 5 bilhões!

2.4 Das Receitas Públicas

Considerando agora a execução fiscal pelo lado da receita, podemos começar pela Tabela 16, que mostra como evoluiu este agregado no período recente, desde 1999. Note-se, desde logo, o bom desempenho da arrecadação em 2005, que quando comparado com 2004, apresenta um incremento de mais R\$ 1.351 milhões. Os fatores que explicam, principalmente esse desempenho são: (i) a projeção da inflação de 2004 sobre 2005, (ii) o ingresso de recursos adicionais em decorrência da



negociação com os devedores do fisco estadual – por meio do chamado REFIZ -, (iii) melhoria da gestão tributária e (iv) também os incrementos de alíquotas sobre produtos e serviços selecionados, ocorridos ao final de 2004.

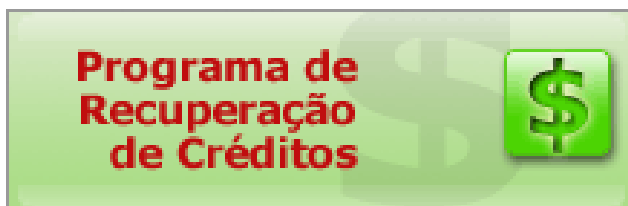
Tabela 16
Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas corrigidas pelo IGP-DI8

Receitas Arrecadadas	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
RECEITA TRIBUTARIA	10.335.306.867	10.938.437.263	11.860.855.198	11.397.034.845	11.695.670.911	11.590.566.361	12.650.709.037
RECEITA DE CONTRIBUICOES	141.521.261	1.003.236.124	948.818.758	923.970.464	1.022.006.712	1.200.720.836	1.144.367.676
RECEITA PATRIMONIAL	382.111.435	329.410.039	275.181.762	343.934.349	393.152.510	204.841.941	257.771.000
RECEITA AGROPECUARIA	1.523.372	1.266.564	2.881.616	719.360	827.513	750.787	572.445
RECEITA INDUSTRIAL	5.214.214	3.802.191	5.803.444	3.625.167	3.203.048	6.037.136	2.696.558
RECEITA DE SERVICOS	220.399.393	202.076.140	228.133.001	202.707.240	188.751.129	173.722.089	173.128.300
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.520.245.988	3.729.422.503	3.643.786.713	3.961.981.886	2.769.772.984	3.053.841.953	3.307.753.561
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.030.408.182	552.659.942	639.273.412	1.622.231.917	1.432.942.441	547.309.586	583.326.965
(-) Anulação de Restos a Pagar	543.876.623	91.292.981	93.118.861	1.073.260.077	758.439.859	76.181.789	36.480.268
(=) OUTRAS RECEITAS CORRENTES AJUSTADA	486.531.559	461.366.961	546.154.551	548.971.840	674.502.582	471.127.797	546.846.698
Total das Receitas Correntes	15.092.854.090	16.669.017.784	17.511.615.043	17.382.945.151	16.747.887.390	16.701.608.901	18.083.845.273
OPERACOES DE CREDITO	316.110.096	524.576.415	204.359.185	195.469.564	326.002.514	243.635.330	126.936.836
ALIENACAO DE BENS	1.827.995	764.027.778	486.361.150	264.144.081	151.751.200	179.752.584	29.202.949
AMORTIZACAO EMPRESTIMOS	122.233.840	88.525.599	47.784.814	33.315.472	5.634.035	10.931.827	12.318.416
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	334.240.409	340.898.212	293.461.276	295.510.627	13.718.940	28.977.563	18.023.508
OUTRAS RECEITAS CAPITAL		166	83.187	7.148	169	40	0
Total das Receitas de Capital	774.412.339	1.718.028.171	1.032.049.612	788.446.892	497.106.858	463.297.343	186.481.709
DEDUCOES RECEITA CORRENTE					-1.755.306.729	-1.709.778.124	-1.463.889.621
Total das receitas Arrecadadas	15.867.266.429	18.387.045.955	18.543.664.656	18.171.392.043	15.489.687.518	15.455.128.120	16.806.437.360

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS

Registre-se, no exame desse quadro, que, no decorrer dos últimos três anos, as receitas de capital foram tornando-se sempre menos significativas em relação ao total arrecadado, o que, obviamente, se contribui para a contenção da pressão para endividamento adicional do setor público, torna ainda mais difícil o fechamento das contas. Diversamente, pode-se ver que entre 1999 e 2002 houve significativa entrada de receitas de capital, que, naturalmente, ajudaram a reduzir o *déficit* fiscal nesses anos.

Também releva notar que mesmo com as novas receitas arrecadadas em 2005 através da Lei 12.209/04, a despeito do REFIZ e malgrado todo o esforço de arrecadação empreendido, os ingressos não foram suficientes para fazer frente às despesas executadas, ficando pendentes valores em precatórios, parcelas do 13º salário de parte de servidores do Poder Executivo, e despesas de manutenção empenhadas mas que deverão ser liquidadas e pagas no exercício de 2006.



⁸ A evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do Rio Grande do Sul foi ajustada com a retirada das **Anulações de Restos a Pagar**.

2.4.1 Do ICMS



Para aprofundar o exame da receita estadual, é indispensável considerar o ICMS, o principal tributo estadual. No grupo das **Receitas Tributárias**, tal imposto representa, em média, mais de 90% sobre o total

arrecadado, conforme a Tabela 17. E importa também chamar atenção para o fato de que o ICMS tem sua incidência e arrecadação fortemente concentrada, vinculada a poucas empresas, notadamente de energia (combustíveis e eletricidade), telecomunicação, bebidas e fumo.

Tabela 17
Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária (em R\$ milhões)

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
ICMS total Arrecadado	9.456,2	10.070,9	10.843,7	10.570,1	10.426,4	10.204,7	11.396,7	10.424,1
Receita Tributária	10.335,3	10.938,4	11.860,8	11.397,0	11.695,7	11.590,6	12.650,7	11.495,5
% ICMS / Rec. Tributária	91,49	92,07	91,42	92,74	89,15	88,04	90,09	90,68

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

NOTA: Valores atualizados pelo IGP-DI.

Em perspectiva histórica, se tomarmos como referência a variação ocorrida entre 1997 e 2005, verificaremos que o ICMS total arrecadado pelo Estado cresceu 184,1%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões em 1997, para R\$ 11.382,7 milhões em 2005. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 21,1%. Entre 2005 e 2004, o crescimento nominal do ICMS representou 18,1%, percentual de crescimento que uma vez deflacionado pelo IGP-DI, corresponde a um crescimento real de 11,68%. A Tabela 18, adiante, resume as informações sobre os pontos mencionados.

Tabela 18
Evolução da Arrecadação do ICMS Total (em R\$ milhão)

Ano	Arrecadação Nominal	Variação Nominal sobre Ano Anterior	Arrecadação Corrigida pelo IGP-DI	Variação pelo IGP-DI sobre Ano Anterior	% Arrec. ICMS / PIB do RS
1997	4.006,70	-	9.413,70	-	5,79
1998	4.232,10	5,63	9.568,50	1,64	6
1999	4.659,50	10,1	9.456,20	-1,17	6,18
2000	5.646,80	21,19	10.070,90	6,5	6,63
2001	6.706,30	18,76	10.843,70	7,67	7,13
2002	7.441,50	10,96	10.570,10	-2,52	7,12
2003	8.988,80	20,79	10.426,40	-1,36	7,02
2004	9.637,90	7,22	10.204,70	-2,13	6,42
2005	11.382,70	18,1	11.396,70	11,68	7,45
% 2005 / 1997	184,10%	-	21,10%	-	-

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS e FEE.

Referida ao PIB estadual, a variação da arrecadação do ICMS total passou de 5,79% em 1997, para 7,45% em 2005, crescimento que deve ser relativizado, no entanto, tendo em vista a forte redução do PIB estadual no último exercício, que, em função da fortíssima estiagem que assolou o Estado, provocou uma involução do produto de 4,8%.⁹ Se considerarmos a média da participação da arrecadação do ICMS no PIB estadual veremos que entre 1997 e 2005 ela ficou em 6,64%, uma das mais baixas participações dentre os estados brasileiros.

Ressalte-se, de outra parte, que, apesar de o Produto Interno Bruto do RS ter crescido 4,8%, em 2003 e 3,0%, em 2004 (esse último ano atingindo um PIB a preços de mercado de R\$ 150,12 bilhões, dados ainda preliminares), esse bom desempenho da economia gaúcha não se refletiu no aumento de arrecadação do ICMS.

Entre outros fatores, essa dissociação relativa entre o desempenho do ICMS e o crescimento do ICMS explica-se não apenas pelo fato de que as vendas externas são desoneradas, mas também em função das características da legislação do ICMS que – perversamente, é bem o caso de dizer – dispõe que o imposto “importado” de outros estados possa ser utilizado como crédito pelas empresas, fazendo com que o estado exportador “pague” ao estado produtor, sobre-onerando, deste modo, os cofres estaduais.

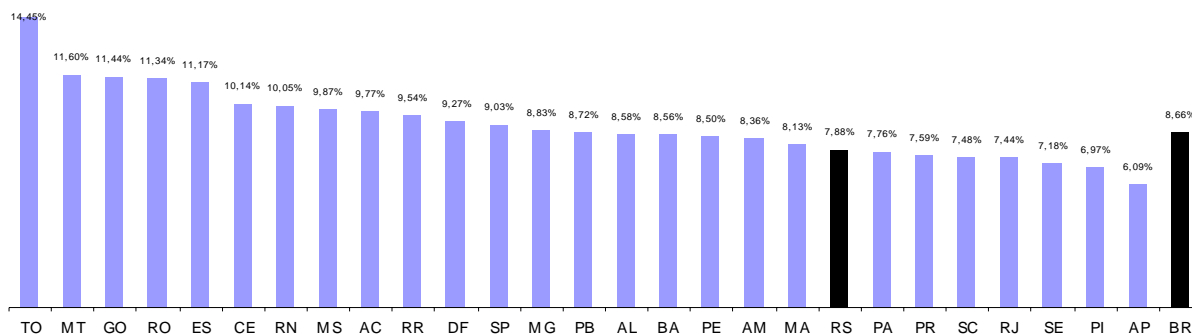
Ressalte-se ainda que ao final de 2004 foi aprovada a Lei estadual nº 12.209, com vigência em abril de 2005, a qual, ao alterar as alíquotas do ICMS de setores seletivos – telecomunicação, energia e combustíveis – , explica um incremento da arrecadação de, no máximo, R\$ 500 milhões. O bom desempenho do tributo no exercício se explica, ademais disso, pelos ingressos de pagamentos da dívida ativa, que alcançaram R\$ 482 milhões, dentre os quais participou com R\$ 330 milhões arrecadados mediante o REFIZ.

Sublinhe-se, mais uma vez, que, dentre todos os Estados que compõem a federação brasileira, o Rio Grande do Sul tem uma das menores cargas tributárias em relação ao PIB estadual. Com efeito, entre as 26 unidades da federação, o RS aparece na 5ª menor posição junto com o Estado de Sergipe, em 2001, na 7ª menor posição em 2002 e na 8ª menor posição em 2003, conforme se verifica no Gráfico 1.

⁹ Com efeito, no início de 2005, o Rio Grande do Sul sofreu uma das piores secas de sua história, com quebra em torno de 25% do total de toda a produção agrícola, deprimindo gravemente uma das atividades básicas da economia gaúcha: o agronegócio. Essa queda atingiu os setores de comércio, serviços e indústria. A indústria gaúcha teve um dos piores desempenhos de sua história, acumulando perdas durante todo o ano, ficando abaixo da média nacional. Aliado a isso, a expressiva valorização cambial do Real em relação ao Dólar, nesse ano, diminuiu a renda oriunda do setor exportador em 3,5 bilhões, pelos mesmos produtos exportados, equivalente a 2,3% do PIB estadual. Por tudo isso, em 2005, o PIB gaúcho teve um retrocesso de 4,8% (dados preliminares da FEE/RS).

Gráfico 1

Carga Tributária dos Estados em relação ao seu PIB Estadual – 2003



FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional.

Para o ano 2006, espera-se ainda melhor desempenho do que em 2005, por conta de um esperado crescimento da economia gaúcha, pela superação das perdas agrícolas de 2005, por uma sistemática mais racional de reconhecimento dos créditos de exportação, pela maior vigilância dos sonegadores e pela vigência em todo o exercício da Lei 12.209/04 e a despeito da redução de 1% nas alíquotas cujo aumento foi autorizado pela referida lei.

2.4.2 Das Transferências Constitucionais da União

Esta avaliação das receitas estaduais estaria incompleta se não se fizesse menção ao choque de interesses entre Municípios, Estados e o Governo Federal. Na verdade, há fortes sinais de quebra do pacto federativo pelo governo central, tendo em vista o fato de que, nos últimos anos, houve um grande incremento da carga fiscal, o qual, todavia, concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal com a institucionalização de diversas *contribuições (CPMF, CIDE e COFINS)*, sua arrecadação com os Estados e os Municípios, à exceção de parte da **CIDE**.

A Tabela 19 mostra que, de 1998 a 2004, enquanto a carga tributária brasileira em relação ao PIB brasileiro teve um incremento na ordem de 6,18 p.p., no caso do Rio Grande do Sul, no mesmo período, a variação do ICMS total arrecadado não ultrapassou 0,42 p.p., se comparada com o PIB estadual.

Tabela 19
Percentual da Evolução da Carga Tributária em Relação ao PIB

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	p.p. 2004/ 1998
Carga Tributária BR / PIB BR	29,73%	31,74%	32,49%	33,92%	35,53%	34,88%	35,91%	6,18 p.p.
ICMS Tributo RS / PIB RS	6,00%	6,18%	6,18%	7,13%	7,12%	7,02%	6,42%	0,42 p.p.

FONTES: Secretaria da Receita Federal / Secretaria da Fazenda do RS / FEE-RS.

Se atentarmos agora, para as transferências da União ao Estado veremos que elas têm apresentado acentuada queda relativa. Enquanto, entre 1998 e 2005, o ICMS total cresceu nominalmente 169,0%, as transferências federais cresceram somente 64,4%. A Tabela 20, demonstra essa informação.

Tabela 20
Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União (nominal – R\$ milhões)

Ano	Arrecadação de ICMS Total	Cota-Parte do FPE	Cota-Parte do IPI Exportação	Lei Kandir + Fundo às Exportações	Total das Transferências da União
1998	4.232,1	257,2	294,7	296,7	848,6
1999	4.659,5	284,8	270,2	280,8	835,8
2000	5.646,8	337,5	300,2	291,5	929,2
2001	6.706,3	397,2	318,0	269,8	985,0
2002	7.441,5	491,5	311,3	297,8	1.100,6
2003	8.988,8	511,3	292,6	319,6	1.123,6
2004	9.637,9	563,6	310,2	306,8	1.180,6
2005	11.382,7	705,4	351,6	337,8	1.394,8
% 2005/1998	169,0%	174,3%	19,3%	13,8%	64,4%

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

2.5 Da desoneração do ICMS sobre as exportações

O Rio Grande do Sul é o Estado que apresentou, em 2005, o maior índice exportador *per capita* entre os estados brasileiros e colocou-se como o terceiro maior exportador do País, atrás de São Paulo e Minas Gerais, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A importância do setor exportador é, inegavelmente, essencial para o dinamismo econômico do País e nosso Estado tem contribuído fortemente para os bons resultados que temos alcançado nesta conta. Com efeito, em 1999, o Estado do Rio Grande do Sul vendeu 5,0 bilhões de dólares para o exterior. Em 2005, os valores das exportações totalizaram 10,5 bilhões de dólares, crescimento de 110% em apenas sete anos. Contudo, devido à imunidade tributária sobre produtos industrializados e semimanufaturados destinados ao exterior, a aceleração das exportações penaliza a situação financeira dos Estados exportadores, como o Rio Grande do Sul.

Conforme estudo feito pela Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul (Tabela 21), o Estado deixou de arrecadar, em 2005, R\$ 991 milhões, e os Municípios gaúchos, outros R\$ 330 milhões, totalizando **R\$ 1,321 bilhão**, somente por conta da desoneração do ICMS das exportações, considerando uma **alíquota de 7%**. Caso a alíquota considerada fosse de 13%, as perdas chegariam a R\$

1.841 milhões para o Estado e R\$ 614 milhões para os Municípios, totalizando R\$ 2,455 bilhões.

Se compararmos essa perda potencial com o *déficit* de 2005 (receitas fiscais menos despesas fiscais) do Estado do RS, em torno de R\$ 1,0 bilhão, verificaremos que uma política mais adequada de compensação pelas perdas tributárias decorrentes da política de fomento às exportações faria com que as contas estaduais voltassem rapidamente à situação de equilíbrio.

Tabela 21
Perdas Estimadas, em 2005, pela desoneração do ICMS das exportações (em R\$ milhões)

Especificação	Perdas do Estado	Perdas dos Municípios	Total das Perdas
Lei Kandir / IPI – Exportação (Alíquota de 7%)	991	330	1.321
Lei Kandir / IPI – Exportação (Alíquota de 13%)	1.841	614	2.455

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

Em vista disso, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado destinado a compensar as perdas tributárias dos Estados exportadores com a desoneração do ICMS das vendas externas.

2.6 Considerações finais

Como se demonstrou acima, as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul, em 2005, obtiveram significativa melhora.¹⁰

Por outro lado a situação fiscal embora melhor está ainda a exigir muitos cuidados. De um lado, na frente interna, é indispensável que seja dada continuidade à política de austeridade fiscal que vem tendo vigência nos últimos anos, cuja descontinuidade porá a perder os avanços alcançados até o presente momento. No entanto, é preciso insistir em que é indispensável que se consiga (i) reduzir os dispêndios com o pagamento da dívida pública, (ii) melhorar a repartição da carga tributária entre a União, Estados e Municípios dentro de um novo pacto federativo. Isto, implica, na verdade, a concretização de uma sempre falada e sempre adiada reforma tributária, que poderá pôr fim à chamada guerra fiscal entre os Estados. Espera-se também que tais mudanças consagrem igualmente regras menos perversas de compensação pelas perdas tributárias decorrentes da desoneração das exportações.

¹⁰ Como observamos ao começar, entre outros indicadores positivos, alcançou-se no exercício recém findo: (i) o maior superávit primário das últimas décadas, (ii) a melhor relação da dívida fundada com o PIB dos últimos oito anos, (iii) diminuição no percentual de comprometimento da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida (RCL), (iv) estabilização da situação líquida financeira real, (v) menores percentuais das despesas de “Pessoal e Encargos Financeiros” e de “Outras Despesas Correntes” em relação à RCL, e (vi) um aumento nominal de 18,1% e real (IGP-DI) de 11,7% na arrecadação do ICMS.

Por fim, cumpre ressaltar que, apesar da estabilidade obtida, não há soluções miraculosas à vista. Face à dimensão das dificuldades com as quais nos confrontamos e a complexidade das soluções que podem efetivamente contribuir para sua superação, o caminho que resta para a gestão corrente é, deseje-se isso ou não, o da disciplina fiscal redobrada e a racionalização do uso dos recursos disponíveis. Além disto, ainda na escala de decisão estadual, avanços adicionais poderão ser alcançados mediante uma discussão profunda e transparente entre os Poderes do Estado e destes com a sociedade gaúcha com vistas a aperfeiçoar-se a cooperação e a harmonia da gestão fiscal consolidada e a adequar as expectativas sociais, inclusive dos servidores, aos tempos difíceis que estamos a viver e que, por algum tempo, ainda teremos pela frente.



3 AS AÇÕES DO GOVERNO

The background of the page is a large, semi-transparent image of the flag of the State of Ceará, Brazil. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a shield, surrounded by a wreath and a banner with the motto 'CERÁZEA 1600'.

**3.1 PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO
SEGUNDO OS EIXOS PROGRAMÁTICOS**

3.1 PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO GAÚCHO SEGUNDO OS QUATRO EIXOS PROGRAMÁTICOS – PERÍODO 2003-2005

INTRODUÇÃO

O atual Governo do Estado do Rio Grande do Sul obteve, desde a sua implantação, avanços significativos, tanto no campo social como no econômico. Podem ser destacados como ilustração disso: a modernização da gestão, o corte de secretarias e de cargos em comissão, o controle e a racionalização das despesas, o investimento em pesquisas, a superação dos efeitos de desastres naturais e a oferta de linhas de crédito a pequenos e micro empresários e produtores. Além disso, foram conquistados para o Estado títulos como o de melhor ensino do Brasil, menor taxa de mortalidade infantil do País, atração do maior número de investimentos criando, conseqüentemente, mais empregos.

De janeiro de 2003 a janeiro de 2005, foram confirmados 240 novos grandes empreendimentos, que representam investimentos privados de R\$ 25,5 bilhões e a oferta de 47. 768 empregos diretos. A Metade Sul, uma região antes dedicada à agropecuária, começa a mudar o seu perfil com os novos empreendimentos captados, nas áreas de celulose, metal-mecânica logística, química-petroquímica, madeira, móveis e artefatos.

Com a certeza de que investir em saúde e educação é investir no crescimento econômico e social, o governo gaúcho trabalha de forma pioneira no País, implantando programas e projetos inéditos como o Primeira Infância Melhor (PIM), voltado às grávidas e crianças de até seis anos, e o Projeto Escola Aberta para a Cidadania. O PIM colaborou para que o Rio Grande do Sul exibisse em dois anos consecutivos (2004 e 2005), segundo dados do IBGE, a menor taxa de mortalidade infantil do País. O Projeto Escola Aberta teve como resultado imediato a queda, nas áreas beneficiadas, dos índices de violência e do uso de drogas. Programas como esse e o nível de qualificação dos professores é que levaram a Unesco a reconhecer o ensino do Rio Grande do Sul como o melhor do Brasil.

O pioneirismo gaúcho revela-se também na implantação do ICMS Eletrônico, que diminui os custos empresariais e facilita a ação de combate aos sonegadores. No setor de compras, o Pregão Eletrônico, implantado em outubro de 2004, revelou-se ágil, econômico e transparente.

Assim, estão sendo cumpridos em várias áreas os compromissos assumidos pela atual administração dentro dos quatro eixos programáticos estabelecidos como norteadores das suas ações, a saber: **atração de investimentos e fomento ao desenvolvimento econômico; combate às desigualdades regionais; promoção da inclusão social; modernização da gestão e dos serviços públicos.**

Como elementos propiciadores da consecução desses compromissos são de destacar alguns avanços obtidos na infra-estrutura e na preservação do meio ambiente.

Na área da energia, com obras de construção de usinas geradoras, o Rio Grande do Sul deve diminuir substancialmente a sua dependência, passando dos atuais 40% de importação de energia elétrica,

para 15%. Dentre as principais obras destaca-se o Complexo Energético do Rio das Antas (CERAN), composto pelas Usinas Hidrelétricas de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho. O Consórcio formado pela CEEE (30%), CPFL (65%) e Desevix (5%) investirá nas três Usinas US\$ 239 milhões, proporcionando um acréscimo de 360 MW na potência instalada. A Usina de Monte Claro, em Pinto Bandeira, está em fase final de construção.

É de salientar, também, a retomada dos investimentos em termelétricas a carvão após 20 anos de tentativas. Serão investidos US\$ 900 milhões nas Usinas de Candiota 3 e Jacuí 1. A contratação da energia nova gerada por essas Usinas, durante 15 anos, foi confirmada no leilão de energia nova, realizada em dezembro de 2005, no Rio de Janeiro.

No que se refere a fontes alternativas de energia, está em construção, no Litoral gaúcho, o maior parque de energia eólica da América Latina, que acrescentará 150 MW de energia à potência instalada no Rio Grande do Sul. O investimento é de US\$ 300 milhões, devendo a operação comercial ter início em dezembro de 2006. Outros dois projetos, em Tramandaí, de 70 MW, e em Palmares do Sul, de 7,5 MW, iniciam suas obras em 2006.

Quanto ao Gás Natural, a SULGÁS dispõe de uma rede de 400 Km de extensão e de 111 clientes, abastecendo 18 cidades. Destas, 15 são abastecidas com o gás boliviano (Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Triunfo, Charqueadas, Esteio, Eldorado do Sul, Gravataí, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi e Carlos Barbosa); o município de Uruguaiana recebe gás argentino; as cidades de Osório e Lajeado são atendidas, por via rodoviária, com o Gás Natural Comprimido (GNC).

No provimento de infra-estrutura de transportes podem ser mencionadas, dentre outras, algumas obras relevantes vinculadas tanto à construção, como à restauração e manutenção de rodovias.

Nas obras relativas à construção de rodovias, a Rota do Sol, retomada em 2003, teve o trecho do Litoral (Terra de Areia a Curumim), concluído em dezembro de 2004 e inaugurado em 07 de janeiro de 2005, com uma extensão total de 12,4 Km, como um dos mais importantes marcos dessa obra. Avançam, também, os trechos de *cima da Serra* (Tainhas à Aratinga/Santinha) com 19 Km pavimentados e 2,1 Km com terraplenagem em andamento; *Variante Ambiental*, com 13 Km pavimentados e dois túneis em andamento; e *baixo da Serra*, com 9 Km de terraplenagem concluídos e 3 Km pavimentados.

Também se destaca, na construção rodoviária, o Programa de Pavimentação, desenvolvido com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual avança em várias frentes, abrangendo as rodovias RST/377 e RST/101 (entre Passinhos e Osório) e prevê a pavimentação de 709,3 Km, dos quais 468,7 Km estão concluídos.

No que se refere à restauração e manutenção de rodovias, foram restaurados mais de 1.300 Km de estradas estaduais até 2005, através de Contratos de Restauração e Manutenção (CREMA) pelos quais os trechos rodoviários são restaurados e mantidos por empresas contratadas por um período de cinco anos. Foram também mantidos em condições de

trafegabilidade no Estado mais 2.500 Km. O investimento nessas obras foi de R\$ 182 milhões, com recursos provenientes do BIRD.

Com recursos do Governo do Estado foram concluídas 21 obras rodoviárias, num total de aproximadamente 263 Km, dos quais 135 Km foram pavimentados. Os recursos contratados e investidos somam R\$ 131,2 milhões.

O Porto do Rio Grande, único porto marítimo do Estado, priorizou as atividades de recuperação, manutenção e modernização em 2003-2004 e se voltou para a área da segurança, em 2005, com um investimento de R\$ 49,2 milhões no período. Destacam-se a recuperação de toda a rede hidráulica e de combate a incêndio do Porto Novo, a dragagem e manutenção dos canais de acesso ao porto e a concretização da obra de modernização do cais do Porto Novo (cais público). Além disso, foram aplicados recursos no parque de dragagem. No que respeita à segurança, foi instalado sistema de controle de acesso e vigilância por circuito interno de TV.

Na área do meio ambiente, destaca-se a conclusão da primeira fase do Programa Pró-Guaíba. Destinado a recuperar os recursos naturais do lago e melhorar a qualidade de vida da população que vive na Região Hidrográfica do Guaíba, o Programa foi dividido em quatro módulos, com duração de 20 anos. A primeira fase foi concluída em 2005, com investimentos de US\$ 220,5 milhões, sendo 60% financiados pelo BID e 40% pelo Estado do Rio Grande do Sul. A região atingida pelo Pró-Guaíba tem uma área de 85.950 Km², abrangendo nove Bacias Hidrográficas e 251 municípios. Em agosto de 2005, foi lançado o segundo módulo do Programa.

Do total de recursos aplicados na primeira fase do Pró-Guaíba, US\$ 116 milhões destinaram-se a obras de esgotamento sanitário. Foram implantadas três Estações de Tratamento de Esgotos e 26 mil ligações domiciliares em Porto Alegre e na Região Metropolitana, beneficiando mais de 400 mil pessoas. Outros US\$ 6 milhões foram investidos na construção de aterros sanitários e unidades de triagem de coleta seletiva de lixo.

Para controlar a poluição industrial, o Pró-Guaíba cadastrou as 500 indústrias de maior impacto ambiental na região de abrangência do Programa. Também instalou redes de monitoramento da qualidade do ar, com sete estações fixas, e de monitoramento quantitativo e de qualidade da água, superando o investimento de US\$ 7 milhões.

Foram também desenvolvidos, na primeira fase do Programa, projetos de reflorestamento para pequenos agricultores. O investimento, de cerca de US\$ 25 milhões, promoveu a recuperação de 10 mil hectares rurais, especialmente em áreas de preservação permanente. Foram ainda investidos US\$ 11 milhões em ações de manejo e controle da contaminação por agrotóxico, beneficiando 9.417 famílias de pequenos produtores rurais.

O Programa Pró-Mar-de-Dentro, desenvolvido na Região Hidrográfica Litorânea, abrange 50 municípios localizados na Metade Sul do Estado e destina-se a recuperar a qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais, promover o gerenciamento ambiental participativo e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para o crescimento

econômico da região. No período 2003-2005, o Programa aplicou R\$ 358 mil em seis convênios.

O Projeto de Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul conta com recursos de cooperação financeira entre Brasil e Alemanha da ordem de 10,5 milhões de euros, sendo 6,1 milhões doados a fundo perdido pelo banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW) e 4,4 milhões como contrapartida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Estão sendo contempladas onze Unidades de Conservação (seis unidades estaduais, três municipais e duas federais) em 28 municípios da Região Nordeste do Estado, abrangendo em torno de 13.000 Km².

A gestão ambiental do Estado, através do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA/RS), conta com a participação, além do Governo, de outros segmentos sociais relacionados à preservação e recuperação da natureza. A partir da implantação do SIGA, por exemplo, as prefeituras podem atuar no licenciamento de atividades e empreendimentos com impacto local, acelerando os processos. Já são 18 municípios habilitados para essa função, abrangendo mais da metade da população gaúcha.

Aprofundando o enfoque das principais ações do Governo do Estado nos quatro eixos programáticos definidos como norteadores da atual administração é apresentado, a seguir, um detalhamento das principais iniciativas governamentais no período 2003-2005, procurando enquadrá-las no eixo para o qual sua execução é mais efetiva – sempre lembrando que, freqüentemente, as ações de governo podem enquadrar-se, simultaneamente, nos propósitos de mais de um desses eixos.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Com o objetivo de colocar o Rio Grande do Sul num lugar de destaque no mapa dos grandes investimentos do País, esse eixo está harmonizado com as políticas de preservação, fortalecimento e diversificação da matriz produtiva do Estado. O Governo do Estado busca atrair investimentos de ponta e, ao mesmo tempo, dar atenção especial ao setor exportador, à agricultura, à pequena e média empresas, aos setores responsáveis pelo erguimento da economia gaúcha.

São exemplos disso:

ÁREA AGRÍCOLA

- Apoio ao produtor rural:

O Programa “Troca-Troca de Sementes”, assumido pela atual administração com uma dívida de R\$ 21,2 milhões com fornecedores, teve esse débito pago, sendo que, até a safra 2005-2006, foram investidos R\$ 108.505.007,60, no Troca-Troca de sementes de milho, de forrageiras, de cebola e, também, no de reprodutores bovinos e ovinos, iniciado em 2004. Os produtores receberam 29.645 toneladas de sementes. O Programa beneficiou, a cada ano, aproximadamente 200 mil famílias.

O Programa Estadual de Seguro Agrícola Básico se destina a agricultores familiares que tenham perdas em consequência de fenômenos

naturais como estiagem e granizo. Nas safras de milho 2003-2004 e 2004-2005, foram registrados 44.275 contratos de seguro, com valor de R\$ 34.316.930,00 e subsídio (parte do prêmio pago pelo Governo do Estado) de R\$ 4.734.060,62. O Programa também atende aos produtores de uva que, nas safras 2003-2004 e 2004-2005, receberam subsídios de R\$ 378.887,69.

Na área de Assistência Técnica e Extensão Rural verificou-se, no período 2003-2005, um aumento de 12,64% no número de agricultores familiares atendidos pela EMATER/RS-ASCAR (de 700.858 para 742.767 beneficiários, no período), além da expressiva expansão nas unidades de trabalho. Registra-se, também, uma evolução positiva nos atendimentos a públicos especiais – pescadores, assentados, quilombolas, indígenas -, que passaram de 34.667 para 39.267 atendimentos. Projetos de crédito elaborados pela EMATER disponibilizaram, no mesmo período, R\$ 475,5 milhões para 63.629 famílias, alavancando processos de desenvolvimento e melhoria na qualidade da agricultura familiar.

- **Desenvolvimento do cultivo do arroz**

Com o objetivo de aumentar e qualificar a cultura do arroz no Estado, o IRGA realizou mais de 100 trabalhos, no período 2003-2005, entre pesquisas, experimentos e observações, abrangendo 17 locais diferentes do Interior do Estado. Além disso, através do Programa Arroz, desenvolveu mais de 30 projetos destinados a promover a sustentabilidade de toda a cadeia produtiva do grão, fundamentando-se em duas linhas de ação: aumento da produtividade e fomento da demanda interna, da exportação e da diversificação do arroz como matéria-prima para outros produtos. Para aumentar a produtividade, foram transferidas novas tecnologias aos produtores e entregues novos cultivares. O trabalho para aumentar a demanda e melhorar a renda do produtor baseou-se em três eixos de atuação: *marketing*, busca de novos mercados e gestão ambiental sustentável.

- **Agronegócio**

A Expointer, maior feira agropecuária da América do Sul ocorre, anualmente, no Rio Grande do Sul, reunindo expositores de animais, máquinas e implementos agrícolas do Brasil e, em média, de mais dez países sul-americanos. Em três anos, 7.203 expositores participaram da Expointer e 1,8 milhão de pessoas visitaram o Parque de Exposições Assis Brasil. Os negócios chegaram a R\$ 584 milhões.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO

- **Atração de investimentos**

Em três anos o Rio Grande do Sul assumiu a liderança entre os Estados brasileiros quanto à abertura e ampliação de novos empreendimentos. Dentre os projetos acompanhados pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), foi confirmada a instalação de 240 novos projetos de investimentos no Estado (entre janeiro de 2003 e janeiro de 2006) tais como a Votorantim, Aracruz, Toyota, Softtek, Innova, Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos, John Deere, Pirelli, AGCO, Bunge, GKN, StoraEnso, duplicação da GM, Fibraplac, Petroflex, Eaton, Tanac, além de mais de uma centena de outros, muitos dos quais de

empresas de pequeno e médio porte. Os investimentos privados carreados por essas empresas, da ordem de R\$ 25,5 bilhões, somados aos 108 projetos em negociação, superam a cifra de R\$ 30 bilhões, representando a criação de 47.768 novos postos de trabalho diretos.

Atração de investimentos

Confirmados		Em negociação		Total
Projetos	240	Projetos	108	348
Empregos	47.768	Empregos	15.052	62.820
Investimentos - em R\$	25.474.485.637	Investimentos - em R\$	11.287.076.390	36.761.562.027

- **Exporta-RS**

O Programa Exporta-RS tem como objetivo a inserção das empresas gaúchas no comércio internacional através da estruturação e integração de redes de informação comercial, promoção de feiras, missões e encontro de negócios, e da formação de sistemas de orientação aos exportadores. A corrente de comércio (compreendendo exportações e importações) do Rio Grande do Sul, em 2005, apesar da redução do PIB em decorrência da quebra das safras e da redução das atividades do agronegócio resultante da histórica seca que assolou o Estado, alcançou US\$ 17,146 milhões (FOB), com um crescimento de 13,03% em relação ao balanço de 2004. As exportações totalizaram US\$ 10,454 bilhões, e as importações ficaram em US\$ 6,692 bilhões. O dinamismo do comércio exterior gaúcho e a inserção de empresas no mercado internacional contam com um novo instrumento de apoio, representado pela Sala do Exportador, iniciativa da SEDAI resultante de um processo de integração entre o setor público e o privado. De dezembro de 2004 quando foi instalada, até dezembro de 2005, realizou 635 atendimentos aos usuários, dos quais 235, via telefone, através do sistema de discagem direta gratuita; 117, via Internet, através do formulário *on line* do *site*, e 283, pessoalmente na Sala do Exportador. O Portal Exporta-RS, operado pela Sala do Exportador, disponibiliza o acesso a diversas bases de dados difusoras de oportunidades de negócios. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul passou a ter uma representação comercial junto à BM&F em Xangai, na República Popular da China.

- **Redes de Cooperação**

O Programa Redes de Cooperação promoveu e estimulou a constituição de 120 redes, que congregam 2.500 empresas. A SEDAI coordena, ainda, ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL) de autopeças, de conservas, coureiro-calçadista, de gemas e jóias, de máquinas e implementos agrícolas, moveleiro e vitivinícola.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Os investimentos nessa área incluem iniciativas como:

- **Implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC)**

O atual governo foi responsável pela manutenção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) no Rio Grande do Sul e pelo recebimento de equipamentos da Motorola no valor de R\$ 15 milhões. Mais R\$ 2,7 milhões foram investidos na relocação da Escola Estadual Onofre Pires, local onde será construído o CEITEC, e na locação de local para armazenar o equipamento.

- **Integração de universidades e centros de pesquisa**

No triênio 2003-2005, foram aplicados R\$ 6,3 milhões na integração de universidades gaúchas e centros de pesquisa com todos os segmentos do setor produtivo gaúcho para o desenvolvimento de tecnologias próprias. Essa integração é estimulada pelos Pólos de Inovação Tecnológica. Nos últimos dois anos, foram criados cinco novos pólos, totalizando 21 em 20 regiões.

- **Rede TEC/RS**

A Rede Tec/RS foi criada em 2004 com a finalidade de promover e fortalecer a base tecnológica das empresas que produzem tecnologia no Rio Grande do Sul. Essa Rede abrange, atualmente, as redes Petro (petróleo e gás natural), Hidro (mananciais hídricos), Fito (fitoterápicos), e Info (tecnologia da informação).

- **Inovação tecnológica**

O Programa de Inovação RS, criado em 2005, destina-se a apoiar a instalação e ampliação de parques tecnológicos no Estado sendo que existem em funcionamento seis parques, devendo dobrar esse número até o final de 2006. Apóia, também, o trabalho das incubadoras tecnológicas, que auxiliam na formação de novas empresas. De janeiro de 2003 a setembro de 2005, a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) investiu R\$ 2.017.847,73 na Incubadora Tecnológica da sede da Fundação e na Incubadora de *Design* do Campus de Cachoeirinha. A Incubadora Tecnológica abriga, atualmente, nove empresas, que atuam nas áreas de software/informática, eletroeletrônica, química, medicamentos, biotecnologia e Internet/*e-commerce*. No período 2003-2005 foram graduadas seis empresas. A Incubadora de *Design* apóia a inovação em produtos passíveis de aperfeiçoamento e/ou adaptação. De 2004 a 2005 foram incubadas cinco empresas.

- **Apoio à pesquisa**

Em três anos, os recursos para pesquisa mais do que triplicaram, passando de R\$ 12 milhões (2002) para R\$ 33 milhões (2004) e ultrapassando os R\$ 40 milhões, em 2005. Esses recursos foram usados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), que promove o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

Também nessa área é de registrar o incremento significativo no número de pesquisas destinadas ao setor primário, através da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO). A Fundação possui 23 Centros de Pesquisa e 18 laboratórios, onde foram desenvolvidos, em 2005, 250 projetos, contra os 69 de 2002, todos voltados para o setor primário. Em 2005, também foi inaugurado o Centro de Agricultura Familiar, em

Veranópolis, para formação gerencial e reconversão da pequena propriedade rural, atendendo 55 municípios da Serra Gaúcha.

COMPETITIVIDADE

O Programa Rio Grande Competitivo, editado em duas etapas, tem como objetivo aumentar a competitividade das empresas gaúchas e, conseqüentemente, a oferta de empregos. Em suas duas etapas, o Programa definiu isenções de pagamento de vários produtos e serviços, a saber: pão francês até 500 gramas; farinha de trigo, macarrão e bolachas quando vendidas para Minas Gerais e São Paulo, principais mercados desses produtos gaúchos; ovos pasteurizados para a indústria; motocultores para o Rio Grande do Sul; biodiesel da usina para a distribuidora; vendas para o Governo do Estado de medicamentos em geral, produtos farmacêuticos, artigos cirúrgicos e laboratoriais e máquinas e equipamentos hospitalares e cirúrgicos, gêneros alimentícios, calçados, vestuários, mobiliário em geral, veículos, armas, explosivos e munições, computadores, asfalto, combustíveis e lubrificantes; tijolos vermelhos; equipamentos de laboratórios; equipamentos para portos; energia elétrica para famílias de baixa renda; importações de bens destinados ao ativo fixo das empresas, sem similar gaúcho; todo o transporte de cargas, quando o prestador e tomador de serviço estiverem estabelecidos no Rio Grande do Sul. Também não pagam ICMS mais de 100 outros itens de interesse social, e foram mantidos todos os benefícios existentes para os mais diversos segmentos econômicos do Estado.

Além das isenções, foram reduzidas as alíquotas do ICMS para uma série de produtos. É de considerar, nesse sentido, que a alíquota básica de ICMS no Rio Grande do Sul é de 17%, menor do que as dos principais Estados brasileiros, como Rio de Janeiro (19%), São Paulo, Minas Gerais e Paraná (18%). Os gaúchos têm ainda a alíquota mais baixa para a energia elétrica destinada à indústria (17%) e para o óleo diesel (12%) e a alíquota máxima sobre máquinas, equipamentos, aparelhos e acessórios industriais, destinados ao ativo fixo das empresas é de 12%. Reduções de imposto foram aplicadas a uma série de produtos, como segue: de 29% para 28% sobre a gasolina, cujo preço presumido por litro caiu de R\$ 2,88 para R\$ 2,76; de 25% para 17% sobre a gasolina de aviação agrícola; de 17% para 12% sobre móveis, confecções e calçados produzidos por empresas gaúchas e vendidos aos governos da União, Estados e Municípios, sobre as vendas internas entre as indústrias e para o varejo das empresas gaúchas dos setores moveleiro, têxtil, calçadista, petroquímico, embalagens plásticas e alguns produtos do setor atacadista e sobre o biodiesel e vagões ferroviários; de 17% para 7% sobre erva-mate de todos os tipos e geléias; de 12% para 7% sobre carnes de frango, suína e bovina, na venda para outros Estados.

Na segunda fase do Programa foram, ainda, concedidos créditos presumidos para alguns produtos: arroz, de 3% sobre o valor da compra de produtor local pela indústria gaúcha; vinho, de 5% sobre as vendas da indústria local dentro do Estado; conservas de verduras e hortaliças, de 10% sobre o valor das vendas da indústria gaúcha para o varejo e distribuidores do Estado.

É de destacar como elemento importante para a competitividade das empresas gaúchas, a aprovação por unanimidade, pelo Legislativo, do projeto relativo ao Sistema Integrado das Empresas de Pequeno Porte (Simples), o qual foi sancionado pelo Executivo em dezembro, e entrará em vigor em julho de 2006. Inserido também na segunda fase do Rio Grande Competitivo, o Simples prevê a isenção de ICMS para microempresas com faturamento anual de até R\$ 240 mil, contra a isenção anterior de até R\$ 107 mil. Para empresas de pequeno porte, a alíquota é de 2% para faixa de faturamento acima de R\$ 240 mil e até R\$ 720 mil, de 3% para a faixa de R\$ 720 mil e até R\$ 1,4 milhão, e de 4% para a faixa acima de R\$ 1,4 milhão e até R\$ 2,4 milhões. Devem ser beneficiadas quase 300 mil empresas, correspondentes a 90% do total das empresas do Estado.

CRÉDITO A PRODUTORES

A atuação integrada dos agentes de crédito e fomento constitui-se em fator decisivo para a instalação e ampliação da atividade produtiva e importante instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico.

A seguir, são destacados alguns pontos relevantes da atuação da CaixaRS S.A.– Agência de Fomento/RS, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e do Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) no financiamento de micro e pequenas empresas.

- CaixaRS

As 9.297 operações aprovadas pela CaixaRS de janeiro de 2003 a dezembro de 2005, num valor de R\$ 682, 2 milhões, beneficiaram os setores primário, secundário, terciário e público do Rio Grande do Sul, possibilitando a geração e/ou manutenção de 12.486 empregos e a realização de obras que atenderam as necessidades de 800 mil gaúchos. Do total de operações, mais da metade (54,2 %) foi com o setor secundário destacando-se, dentre os projetos financiados, o da construção de equipamentos para ampliação do transporte hidroviário – investimento de R\$ 17,4 milhões, dos quais R\$ 7,3 milhões com recursos próprios da CaixaRS. Seguem-se, pela ordem, o setor primário (21,7%), o terciário (13,9%) e o setor público (10,2%).

Considerando a destinação desses recursos segundo o porte das empresas, foram privilegiados os clientes de micro, pequeno e médio portes, conforme se verifica a seguir:

Operações Aprovadas por porte de empresas Jan/2003 – Dez/2006

Classificação	Nº de Operações	Valor (R\$ 1.000)	%
Micro, Pequenas e Médias Empresas	9.107	424.455	62,22
Micro Empresas	179	23.815	3,49
Médias Empresas	116	65.968	9,67
Pequenas Empresas	111	196.766	28,84
Mini/Pequenos Produtores Rurais	884	14.980	2,19

Classificação	Nº de Operações	Valor (R\$ 1.000)	%
Demais Produtores Rurais	7.817	122.926	18,02
Grandes Empresas	60	188.352	27,61
Municípios	130	69.356	10,16
Total	9.297	682.163	100,00

Fonte: CAIXA RS – Agência de Fomento.

Além disso, a CaixaRS aprovou, no mesmo período, 3.260 operações em nove programas especiais (Proflora, Profruta, Ovinocultura, Prodeauto, Progeren, Geração de Energia, Transporte Hidroviário, Habitação Rural e Agricultura Familiar), totalizando recursos superiores a R\$ 220 milhões. O maior número de operações foi firmado com a Agricultura Familiar (cerca de 33% do total, abrangendo 98 municípios), seguindo-se o Profruta (27%) e Habitação Rural (26%), abrangendo 103 municípios.

Destaca-se, ainda, no âmbito da CaixaRS, a reativação, em 2004, do Programa Integrado de Melhoria Social (Pimes/CaixaRS), tornando-o rotativo e não mais atrelado ao Caixa Única do Estado, proporcionando às prefeituras acesso ao crédito para suas necessidades de investimentos. Foram aprovados no âmbito do PIMES, até dezembro de 2005, R\$ 27,1 milhões para 65 prefeituras, com recursos próprios da CaixaRS.

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)

No período de dezembro de 2002 a setembro de 2005, as micro e pequenas empresas gaúchas contaram com recursos de R\$ 1 bilhão, financiados pelo BANRISUL. Os créditos proporcionaram a criação de empregos e a geração de renda. Na modalidade de Giro Fácil e no Programa de Financiamento para Capital de Giro (Promicro), foram realizadas mais de 69 mil operações, representando volume financeiro de R\$ 365 milhões.

No mesmo período, foram contratadas 48.200 operações de crédito pelos produtores rurais gaúchos, das quais 44.500, no valor de R\$ 718,7 milhões, com recursos próprios do BANRISUL. As demais 3.700 operações (R\$ 96,5 milhões) contaram com recursos oriundos de repasses do BNDES, Finame e Pronaf.

Destacam-se ainda a realização de 12.100 operações de crédito imobiliário, no total de R\$ 431,6 milhões (sendo que apenas no primeiro semestre de 2005, os recursos destinados à construção civil tornaram possível a geração de 1.007 empregos diretos e 6.588 empregos indiretos) e o incremento de 41,3% nas operações de câmbio para exportação, que englobam Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento por Cambiais Entregues (ACE), sendo que em setembro de 2005, o saldo da carteira foi de R\$ 202,2 milhões.

Além disso, as empresas conveniadas da Rede Banricompras receberam antecipadamente e de forma automatizada R\$ 248,6 milhões, por meio do produto Desconto de Recebíveis Banricompras. A antecipação das operações realizadas a prazo permite que as empresas contem com capital de giro e fluxo de caixa. Nos primeiros nove meses de 2005, os

32,7 mil estabelecimentos cadastrados (5,9 mil, em dezembro de 2002) realizaram 24,4 milhões de transações, no valor de R\$ 1,2 bilhão.

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

De janeiro de 2003 a dezembro de 2005, o BRDE realizou, no Rio Grande do Sul, 11.781 operações de financiamento, no valor de R\$ 817,5 milhões. Esses recursos induziram investimentos produtivos da ordem de R\$ 1,45 bilhão e foram responsáveis pela geração ou manutenção de 32.855 empregos. O retorno em ICMS está estimado em R\$ 234 milhões.

A maior parte dos tomadores de crédito (70%) no BRDE é composta por mini e pequenos produtores rurais e micro, pequenas e médias empresas. O Banco também financia os grandes investimentos, como o do Parque Eólico de Osório, para o qual foram colocados à disposição R\$ 70 milhões.

COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

O Rio Grande do Sul convive, há décadas, com o paradoxo do desenvolvimento regional desigual. Percebidas inicialmente como problemáticas específicas da chamada Metade Sul, a má distribuição espacial da riqueza e a ocorrência de índices sociais preocupantes constituem-se, hoje, numa questão muito mais complexa, com a ocorrência de uma série de manchas regionais que apresentam evidentes sinais de regressão econômica e social. Tais constatações justificam plenamente e eleição do combate às desigualdades regionais como um dos eixos prioritários do Governo do Estado.

- Atração de investimentos para a Metade Sul

Das 240 empresas que já confirmaram instalação no Estado, 54 localizam-se na Metade Sul, com investimentos próximo de R\$ 15 bilhões, criando vagas diretas para quase 20 mil trabalhadores. Entre os projetos em processo de instalação na Metade Sul destacam-se: Votorantim Celulose Papel, Aracruz Celulose, StoraEnso, Tanac e Biachini.

- Rumos 2015

O projeto Rumos 2015 representa o maior estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes já realizado no Rio Grande do Sul, tendo o propósito de subsidiar a ação pública e privada no sentido de melhor enfrentar os desafios da busca do desenvolvimento sustentável para o Rio Grande do Sul, a partir de uma visão renovada e aprofundada dessa problemática. Contando com o apoio do Banco Mundial, o estudo, realizado pela Secretaria da Coordenação e Planejamento e por especialistas em desenvolvimento regional e logística de transportes, em parceria com a Secretaria dos Transportes, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais e Fundação de Economia e Estatística, além de universidades, COREDES e associações representativas da sociedade gaúcha, foi iniciado em novembro de 2004, resultando na elaboração de um plano de desenvolvimento para o Estado, visando o combate às desigualdades regionais. Definindo nove Regiões funcionais de planejamento a partir do recorte dos COREDES, o trabalho identifica quais

os setores que devem ser potencializados em cada região, o melhor aproveitamento para a estrutura hoje existente, os gargalos no transporte e as obras mais significativas para promover o crescimento da economia do Estado. As propostas apontadas pelo Rumos 2015 já foram discutidas em todas as regiões do Estado em dezenas de reuniões com prefeitos, COREDES e representantes do setor produtivo, encaminhando-se para a definição de alguns compromissos de planejamento regional entre o Estado e cada uma das regiões funcionais.

- RS Desigualdades Regionais

Dentro do mesmo escopo de combate às desigualdades regionais, a Secretaria da Coordenação e Planejamento apresentou ao BIRD o Programa "RS Desigualdades", que prevê investimentos de US\$ 300 milhões para combater desigualdades regionais no Estado e que deve ter o BANRISUL como tomador dos recursos do Banco Mundial. A expectativa é que o Programa seja assinado em 2006.

- Convênios com o Ministério da Integração Nacional para a Metade Sul

Além disso, dentre várias outras iniciativas, são de destacar, no âmbito da Metade Sul do Estado, dois convênios do Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC) com o Ministério da Integração Nacional. Um deles, voltado para a fruticultura, busca a diversificação produtiva e geração de renda, beneficia 750 famílias e soma R\$ 3,79 milhões, sendo R\$ 1,03 milhão parcela do Estado. O outro, denominado "Plantando o Futuro", reforma e implanta viveiros fomentando o reflorestamento, tendo sido feito um investimento de R\$ 1,114 milhão, sendo R\$ 200 mil do Estado, com inauguração, em 2005, de seis novos viveiros florestais regionais.

PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

Esse eixo abrange tanto programas de assistência de caráter emergencial para as camadas menos favorecidas da população gaúcha, quanto a políticas de longo prazo. Embora o Rio Grande do Sul apresente bons indicadores sociais agregados, as desigualdades são profundas e a renda muito concentrada. Em algumas regiões e municípios, os indicadores de qualidade de vida equiparam-se aos dos Estados mais pobres. Para superar esta situação, o Governo do Estado vem investindo em políticas de inclusão que procuram tratar de maneira integrada as várias necessidades básicas das famílias de baixa renda, em especial no que se refere às áreas da educação, da saúde, do saneamento básico, da habitação e do trabalho e renda.

Alguns exemplos disso são apresentados a seguir.

EDUCAÇÃO

O ensino gaúcho foi reconhecido pela Unesco como o melhor do Brasil. Esse reconhecimento se deve à boa qualificação dos 90 mil professores da Rede Estadual de Ensino e aos diversos programas implantados. Além de oportunizar o acesso à educação pública à população do Estado em faixa etária escolar, outras iniciativas visando ampliar e qualificar o atendimento merecem ser destacadas, como os projetos Escola

Aberta para a Cidadania e Escola de Tempo Integral, dentre outros, que exemplificam com grande clareza os objetivos voltados à inclusão social do Governo do Estado, como segue.

- Inclusão social pela educação

Iniciativa de grande alcance social no campo do ensino, o Projeto Escola Aberta para a Cidadania franqueia à comunidade 150 estabelecimentos em 84 cidades, nos fins de semana, oferecendo 1,5 mil oficinas, com a colaboração de 2.000 voluntários e com cerca de 130 mil participantes/mês. Essa ação, que visa antes de tudo ao desenvolvimento de uma cultura de paz, levou à redução em até 90% da violência e do uso de drogas em áreas beneficiadas.

Dentro de propósitos semelhantes, o Projeto Escola de Tempo Integral já atendeu, em dois anos (2004 e 2005) a mais de 14 mil crianças e adolescentes de 23 escolas públicas estaduais. Os alunos recebem três refeições e participam, no mínimo, de sete horas diárias de atividades pedagógicas que abrangem, obrigatoriamente, as áreas cultural, de lazer, esporte e componentes curriculares.

Na área da alfabetização de jovens e adultos, o Programa Alfabetiza Rio Grande, criado em 2003, constitui-se em um dos mais significativos exemplos para a inclusão social, tendo aberto a cerca de 94.543 jovens e adultos, de 225 municípios, o universo da informação e da cultura (séries iniciais). O Programa, que mantém convênios com Prefeituras (365 em três anos) e entidades (166, de 2003 a 2005), assinou contratos com 24 universidades gaúchas, garantindo a capacitação de mais de 8 mil professores. Em três anos, foram aplicados R\$ 10.003.338,00 na alfabetização de maiores de 15 anos.

Favorecendo a inserção do aluno na atividade produtiva, a Educação Profissional é oferecida em 140 escolas, em que estudam 27.766 alunos, sob a orientação de 1.148 professores. Projeto prioritário da atual administração, a meta é ampliar o número de vagas em cursos técnicos. Nos dois primeiros anos de governo, houve um acréscimo de 32%.

Comprometida com a inclusão social de pessoas com deficiência e altas habilidades, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) atua em conjunto com os demais órgãos públicos e entidades privadas afins e tem por atribuição a promoção, mediante a participação da sociedade, da descentralização e da universalização de ações que garantam a integração social, a equiparação de oportunidades, o acesso aos direitos constitucionais e a cidadania desse segmento social. Destaca-se, no período de 2003 a 2005 a realização de 29 plenárias dos Fóruns Permanentes e de 13 seminários técnicos, descentralizando a atuação da Fundação no Interior do Estado, atendendo a um público estimado de 43 mil pessoas.

SAÚDE

Na área da saúde pública, inúmeras iniciativas têm buscado elevar os seus índices e qualificar cada vez mais a vida dos gaúchos. É de enfatizar nesse sentido, a posição conquistada pelo Rio Grande do Sul como o Estado que, em dois anos consecutivos, apresentou o menor Coeficiente

de Mortalidade Infantil (CMI) dentre os Estados brasileiros, graças, em grande medida, à atuação positiva do Programa Viva Criança, que tem esse como o seu objetivo primordial. Em 2004, o índice gaúcho foi de 14,7 para cada grupo de mil crianças nascidas vivas. Em 2005, as primeiras estimativas indicam que o índice ficará abaixo de 13,3 - uma redução que poderá chegar a mais de 12% se usarmos a base de cálculo do IBGE, que é a dos nascimentos estimados -, a maior queda na mortalidade infantil já registrada no Estado. O Prêmio Viva Criança, criado para estimular os gestores municipais, distribuiu R\$ 1 milhão por ano aos municípios e regiões que mais se destacaram na diminuição do índice.

Outros exemplos de resultados positivos registrados na área da saúde podem ser destacados, no período 2003-2005.

- Primeira Infância Melhor – Programa pioneiro para crianças de até seis anos

Implantado em 2003, o Programa Primeira Infância Melhor (PIM) tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. O atendimento é domiciliar, e já é feito por mil visitantes que orientam as famílias a estimular, de modo adequado e no tempo certo, o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e emocionais das crianças. O Programa é pioneiro no País e atende a 38 mil crianças de 25 mil famílias gaúchas em 159 municípios. Até dezembro de 2005, a Secretaria Estadual da Saúde repassou R\$ 2.102.570 aos municípios que participam do PIM.

- Atendimento a municípios pelo Programa Saúde da Família

O percentual de municípios atendidos pelo Programa Saúde da Família (PSF) pulou de 13% em dezembro de 2002 para 78% em dezembro de 2005. São 1.050 equipes de PSF e 450 equipes de Saúde Bucal atendendo à população de 386 cidades. O PSF Indígena conta com 19 equipes de PSF e de Saúde Bucal Indígena. Atualmente é de 7.155 o número de agentes comunitários de saúde no Estado. Para atingir 60% dos gaúchos até o final de 2006, foi criado o plano de incentivo: cada equipe dos municípios habilitados recebe R\$ 24 mil/ano. As equipes que contam com dentista e auxiliar de escritório dentário recebem mais R\$ 6 mil. As equipes que atuam na área indígena recebem o dobro, R\$ 48 mil por ano, com mais R\$ 12 mil se tiverem equipe de saúde bucal agregada.

Além disso, todos os agentes comunitários de saúde recebem no final de cada ano um salário mínimo como prêmio pela redução da mortalidade infantil e pela melhoria dos índices de saúde nas suas áreas de atuação. O investimento feito no PSF, relativo ao incentivo para a formação de Equipes de Saúde da Família foi de R\$ 41.370.454,97, de 2003 a 2005.

- Atendimentos de urgência e emergência pelo Salvar-Samu

A Secretaria da Saúde criou um serviço inédito de urgência e emergência na Região Metropolitana: o Programa Salvar, que tem uma estrutura única no Brasil. Coordenado pela Secretaria da Saúde o Programa tem 16 bases em 16 dos 30 municípios da Região Metropolitana e 45 ambulâncias com equipamento de última geração, tripulados por equipes

médicas e paramédicas que se revezam 24 horas por dia. Qualquer pessoa que necessitar atendimento nesses 30 municípios será atendida em casa ou na rua, em menos de 15 minutos, por uma equipe de plantão. O serviço vem sendo gradativamente implantado nos municípios previstos e 30 das 45 ambulâncias adquiridas já foram distribuídas nas bases e estão entrando em funcionamento. Além disso, foram repassados recursos a fundo perdido para que hospitais estratégicos na Região Metropolitana possam ampliar suas UTIs e seus serviços especializados visando um atendimento cada vez maior dos doentes nos municípios metropolitanos e cada vez menos transferências de doentes para Porto Alegre. Até dezembro de 2005, foram repassados R\$ 2.712.779,11 para manutenção das equipes e das ambulâncias e R\$ 10 milhões para ampliação dos serviços dos hospitais metropolitanos.

- Promoção da Saúde através de parceria

Um programa inovador no Brasil, o Parceria Resolve incentiva o fortalecimento de bons serviços pelos hospitais vinculados ao SUS, visando a manutenção e a recuperação da saúde dos gaúchos. O Programa remunera os hospitais não apenas pelo atendimento aos doentes, mas também pela prevenção de enfermidades e promoção da saúde. Em 36 meses foram pagos R\$ 57.139.751,54.

- Descentralização do atendimento

Para facilitar o atendimento aos beneficiários e a resolução dos problemas de saúde dentro das Macrorregiões, a SES desenvolve dois importantes Programas: Município Resolve e Região Resolve.

Até dezembro de 2005, a SES repassou R\$ 57.321.175,93 a 495 prefeituras pelo Programa Município Resolve, que tem por finalidade fortalecer a gestão municipal por meio de repasses de recursos financeiros, aplicados no desenvolvimento de ações e serviços básicos.

Para que os pacientes necessitados de tratamento especializado possam fazê-lo em suas cidades ou na região onde vivem, sem necessidade de deslocamentos freqüentes a Porto Alegre, a atual administração criou o Programa Região Resolve. O investimento em qualificação, ampliação e instalação de serviços nas sete Macrorregiões aumenta a oferta de serviços na própria região. Os recursos aplicados no Programa, até dezembro de 2005, foram de R\$ 24.980.181,94.

Acesso a medicamentos

Só no último ano foram atendidos 103.875 pacientes beneficiados com medicamentos especiais e excepcionais, doados pelo Estado. Foram atendidos 118.015 tratamentos. No ano de 2002 foram 60 mil. Os recursos já gastos na compra de medicamentos nos três últimos anos, oriundos dos cofres do governo, somaram mais de R\$ 300 milhões. Um fator positivo a destacar é a descentralização da entrega desses medicamento, a partir de agosto de 2005. Pelo Sistema AME (Administração de Medicamentos Especiais), a retirada dos remédios, comprados e distribuídos pela Secretaria da Saúde, pode ser feita nas Secretarias Municipais de Saúde.

- Produção de medicamentos

O Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS) produz e distribui medicamentos básicos, como analgésicos, antitérmicos, expectorantes, anti-hipertensivos e dermatológicos. Entre 2003 e 2004, foram produzidas 82.401.755 unidades de medicamentos. Em 2005, não houve produção devido às obras de ampliação do Laboratório.

Estreitamente vinculadas com as ações de saúde, na medida em que contribuem para a redução da incidência de doenças endêmicas e da possibilidade de epidemias, e integradas profundamente com o propósito de proporcionar maior acessibilidade da população aos serviços prestados pelo Estado, as iniciativas voltadas para o saneamento básico ampliaram-se no período 2003-2005, beneficiando pequenas comunidades rurais e urbanas.

- Programa de Saneamento Ambiental beneficia pequenas comunidades

Dos municípios com população menor que 5.000 habitantes, 227 entraram no Programa de Saneamento Ambiental, já concluído. O valor foi de 339.600,00 euros. Está em execução o Programa Estadual de Resíduos Sólidos, de levantamento e diagnóstico, abrangendo 469 municípios, 269 dos quais com mais de 5.000 habitantes. Os recursos, a fundo perdido, provêm do Ministério da Economia da Espanha e da linha de Financiamento de Estudos de Viabilidade (FEV).

- Redes de água e esgoto

Responsável pelas redes de água e esgoto, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) abastece com água tratada mais de 6 milhões de gaúchos (dois terços da população do Estado). A rede de esgoto atende a 750 mil pessoas. No triênio 2003-2005, a empresa investiu R\$ 99.908.762 na melhoria e ampliação das redes de água e esgoto.

O Estado aplicou R\$ 20,4 milhões na construção de mais 690.157 metros de rede de água, tendo substituído outros 204.116 metros; na perfuração de 735 poços, que beneficiam comunidades urbanas e rurais, foram aplicados R\$ 11.797.500; na ampliação de mais 79.318 metros na rede de esgoto e na qualificação das Estações de Tratamento de Esgoto, o Rio Grande do Sul aplicou R\$ 26.023.110, conforme se observa a seguir:

Investimento em água

Tipo de obra	Quantidade	Valor – R\$ 1,00
Ampliação de rede de água	690.157 m	20.446.910
Substituição de rede de água	204.116 m	5.188.819
Aumento de captação	2.179 l/s	5.563.410
Adutora de água bruta	6.779 m	2.133.200
Perfuração de poços	142 poços	2.640.800
Perfuração de poços – Programa PAP	593 poços	9.156.700

Tipo de obra	Quantidade	Valor – R\$ 1,00
Aproveitamento de poços	17 poços	424.500
Produção de água tratada (ETA)	580 l/s	4.774.760
Reservação	8.555 m ³	2.652.500
Recalque de água tratada	525 l/s	1.896.210
Barragens		2.226.588
Total		57.104.397

Fonte: CORSAN

Investimento em esgoto

Tipo de obra	Quantidade	Valor – R\$ 1,00
Ampliação de rede de esgoto	79.318 m	8.357.660
Tratamento de esgoto	803 l/s	17.665.450
Recalque de esgoto	434 l/s	2.060.100
Total		28.083.210

Fonte: CORSAN

- **Abastecimento de água para aldeias indígenas**

Em seis aldeias indígenas no Estado, a Secretaria das Obras Públicas Saneamento (SOPS) construiu sistemas de abastecimento de água em convênio com a FUNASA. Foram investidos R\$ 868.086,94 em benefício de 296 famílias. Em quatro das aldeias foi incluída a implantação de rede elétrica.

HABITAÇÃO

O Governo do Estado, em parceria com os municípios, garante o acesso da população de baixa renda urbana e rural à moradia, incluindo serviços de infra-estrutura de água, esgoto e energia elétrica. Alguns exemplos da ação desenvolvida nesse sentido com os resultados obtidos no período 2003-2005 são apresentados a seguir.

- **Programas habitacionais para famílias com baixa renda**

Beneficiando famílias com renda de até cinco salários mínimos, podem ser destacados os Programas Minha Casa, Cheque-Casa e Procomunidade. O Programa Minha Casa investe na construção de casas, módulos sanitários, urbanização de lotes e melhorias habitacionais. Os beneficiados são famílias das áreas urbana e rural, com renda de até cinco salários mínimos. No período de 2003 a dezembro de 2005, foram construídas ou melhoradas 3.009 unidades. Estão em construção, ou já foram conveniadas para execução, outras 8.724 casas.

Também contemplando o mesmo público-alvo, através do Cheque-Casa os recursos para a construção de moradias, módulos sanitários e melhorias habitacionais são depositados pelo BANRISUL em conta poupança do beneficiado. Este Programa inovador, que só entrou em vigor a partir de 2004, até dezembro de 2005 havia beneficiado 711

famílias, através de cheques entregues, casas construídas e convênios firmados.

Através do Procomunidade, são beneficiadas famílias com renda de até cinco salários mínimos, constituídas em cooperativas ou organizações da sociedade civil de interesse público, que visem facilitar o acesso à habitação. Os interessados podem buscar a aquisição de áreas, construção de moradias, melhorias habitacionais, construção de módulos sanitárias e de infra-estrutura. Em 36 meses, foram concluídas 1.725 obras conveniadas, estando em execução outras 3.888, num total de 5.613.

- Regularização fundiária

Em parceria com os municípios, o Governo regulariza loteamentos clandestinos e ocupações urbanas irregulares, em áreas públicas e privadas. O Programa de Regularização Fundiária possui, também, convênio com a Caixa Econômica Federal, através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). De janeiro de 2003 a dezembro de 2005, foram regularizadas 78 áreas, beneficiando 23.903 famílias.

- Redução do déficit habitacional indígena

Por meio de ações integradas com os órgãos públicos e as comunidades, o Governo gaúcho oferece melhores condições de vida a 23.924 indígenas. O Programa de Inclusão Indígena nas Políticas Públicas prevê a construção de casas e estradas, obras de energia e saneamento, ações em saúde, educação, segurança, assistência social, meio ambiente e agricultura familiar. A meta é zerar o déficit habitacional, estimado em 239 casas para as comunidades guarani e 1.368 para as caingangues. Até dezembro de 2005 foram concluídas 100 moradias, estando em construção ou já conveniadas para execução outras 700.

TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Qualificação profissional e geração de trabalho e renda

Na área de atuação da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) e suas instituições vinculadas podem ser destacados, no que se refere à qualificação profissional de trabalhadores e da sua inserção no mercado de trabalho:

- Qualificação de trabalhadores: com recursos do Tesouro do Estado definidos pela Consulta Popular e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a STCAS investiu R\$ 12.376.035,21 na qualificação profissional de 38.007 desempregados e empregados de baixa renda;

- Frentes emergenciais de trabalho: destinadas a apoiar iniciativas auto-sustentáveis de geração de trabalho e renda, por meio de convênios entre a STCAS, prefeituras e entidades comunitárias e sociais, as Frentes Emergenciais de Trabalho (FET) atenderam a 94 municípios, de dezembro de 2003 a dezembro de 2005, abrangendo 4.425 pessoas, com um investimento de R\$ 8.112.443;

- Colocação no mercado de trabalho: a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), vinculada à Secretaria do Trabalho, por meio de suas 138 agências FGTAS/SINE, localizadas em 132 municípios, obteve colocação para 206.084 trabalhadores, no período 2003-2005 e captou 361.833 vagas junto a empresas diversas;

- Emissão de carteiras de trabalho: de janeiro de 2003 a dezembro de 2005, as agências FGTAS/SINE emitiram 468.898 carteiras de trabalho e previdência social, e encaminharam 942.643 pedidos de seguro-desemprego;

- Cadastramento de artesãos: dentro do Programa Gaúcho de Artesanato, responsável pela emissão da carteira de artesão que garante ao produtor artesanal isenção de ICMS, possibilidade de contribuir para a Previdência Social, emitir nota fiscal e participar de exposições e feiras, estão atualmente cadastrados 56.464 artesãos, sendo emitidas, de 2003 a 2005, 14.476 novas carteiras e renovadas 19.946 e tendo os produtos artesanais comercializados atingido a soma de R\$ 97.464.608,62, no triênio.

- Alimentação popular

Com recursos da Consulta Popular, foram aplicados R\$ 39.350 em cozinhas comunitárias para os municípios de Arroio dos Ratos, Quaraí e São Borja. Outros R\$ 218 mil foram destinados à implantação de hortas comunitárias em Araricá, Imigrante, Rolante, Morro Reuter, São Borja e Maximiliano de Almeida.

Com vistas a proporcionar alimentação de preço reduzido à população de baixa renda, já estão em funcionamento 15 restaurantes populares, nos municípios de Bagé, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Erechim, Gravataí, Itaqui, Passo Fundo, Planalto, Porto Alegre, São Borja, São Gabriel e Sapucaia do Sul. Esses restaurantes oferecem alimentação de qualidade e equilibrada nutricionalmente, tendo servido, num período de 30 meses, um total de 1,2 milhão de refeições, ao preço de R\$ 1,00.

Com propósito semelhante, o Programa "Tá no Prato", idealizado pela Centrais de Abastecimento RS (CEASA) combate o desperdício de alimentos e presta assistência social, distribuindo verduras, hortaliças e frutas a instituições cadastradas e a moradores de baixa renda do entorno da CEASA. Desde 2003, foram distribuídos, aproximadamente, 2,5 milhões de quilos de hortigranjeiros para 45 mil pessoas (25 mil crianças) em Porto Alegre. Em 2005, equipes do "Tá no Prato" ministraram cursos de aproveitamento integral de alimentos em 40 municípios gaúchos.

Inserido no propósito de inclusão do indígena nas políticas públicas, em ação promovida pelo Conselho dos Direitos dos Povos Indígenas, o Governo do Estado distribuiu 2.433 cestas básicas para 3.100 famílias indígenas, num total de R\$ 125.422,20, divididos entre alimentação, frete e sacolas para acondicionamento. Com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram entregues 16.166 cestas básicas às mesmas 3.100 famílias, no valor de R\$ 587.557,86. Em ambas as ações, o trabalho foi executado pelo Departamento de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (DESANS) da STCAS, atendendo as 38 reservas indígenas (19 guaranis e 10 caingangues).

- Atendimentos através do Vida Centro Humanístico e Parque de Recreação do Trabalhador

O Vida Centro Humanístico, vinculado à FGTAS, oferece atendimento médico, de lazer, cultura e esportes a crianças, jovens e

idosos. Vários serviços são gratuitos, enquanto outros têm um pequeno custo. O Vida atendeu 563.173 pessoas de 2003 a 2005. Os recursos aplicados no Vida são de R\$ 1.043.922,00, provenientes do Tesouro do Estado, da própria Fundação e de convênios.

O Parque de Recreação do Trabalhador oferece à população atividades educativas, sociais, esportivas, culturais e de lazer. Nos eventos realizados no Parque, entre 2003 e 2005, foram quantificados 960.280 atendimentos. Nesse período, foram aplicados em atividades no Parque R\$ 933.385, com recursos próprios da Fundação, do Tesouro do Estado e de convênios.

- Atendimento Socioeducativo

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE) é exemplo para as instituições dos demais Estados que trabalham na integração social de jovens em conflito com a lei. Os programas adotados pela FASE, que conta com uma equipe interdisciplinar, levaram a uma conquista inédita no País: os 1.060 adolescentes, internados em 16 Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), vivem pacificamente, ao contrário do que acontece nas FEBEM's dos demais Estados. É de enfatizar que, de janeiro de 2004 até o final de 2005, não foi registrada nenhuma rebelião.

Em parceria com a Secretaria da Educação, a FASE oferece, em cada uma de suas unidades, escola de Ensino Fundamental. Os adolescentes que estão em regime de semiliberdade freqüentam a escola de Ensino Médio de sua comunidade. No triênio 2003-2005, 1.248 adolescentes participaram das aulas de Ensino Fundamental e 186 de Ensino Médio.

Além disso, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Serviço Social do Comércio (SESC/RS) oferece nas unidades da FASE oficinas de cabeleireiro, jardinagem, culinária, informática e artesanato, através das quais foram beneficiados 182 adolescentes. Com recursos da Instituição e doados por funcionários e comunidade, os jovens em conflito com a lei participam também de oficinas de saco de lixo, sabonetes, velas decorativas, artesanato, cerâmica, cestaria, mosaico, fuxico, embalagem, produtos de limpeza, panificação, tapeçaria, horta, informática, bordado, corte-costura, *hip-hop*. Na comunidade, os adolescentes em regime de Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE) participam de cursos de marcenaria, serralheria, informática, *office-boy*, auxiliar administrativo, locução de rádio. No triênio 2003-2005, 18 jovens realizaram estágios na Procuradoria Geral da República, Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

SEGURANÇA

Nessa área, de crucial importância para propiciar um ambiente mais favorável e seguro ao desenvolvimento econômico e social do Estado, vêm sendo obtidos alguns avanços consideráveis. Em três anos de administração do atual Governo do Rio Grande do Sul, foram contratados 4.651 servidores para a área da Segurança resultando este aumento do efetivo na redução do índice de homicídios em 12%. Até o final do governo serão contratados, por meio de concurso, outros 4,5 mil servidores. Também no triênio 2003-2005 foi realizada a maior renovação da frota da

Segurança, com a aquisição de 1.586 veículos. Grande parte dos municípios gaúchos, cerca de 80%, recebeu carros novos. Na área prisional, chega a 3.449 o número de vagas prisionais criadas e em criação, com um investimento que soma R\$ 34,17 milhões em obras de construção e ampliação de presídios.

No âmbito da inclusão social nesta área, uma das preocupações prioritárias do Governo tem sido a da assistência e ressocialização dos detentos buscando através disso reduzir os níveis de reincidência delituosa e auxiliar na conseqüente recuperação dos mesmos através de sua educação, capacitação profissional e da assistência sistemática à sua condição psicológica e social. Nesse sentido ressalta-se que no Rio Grande do Sul 50% da população carcerária exerce alguma atividade. Proporcionalmente ao número de apenados, o Estado é o que mais oferece vagas de trabalho a essa população. Das 92 casas prisionais, 60 oferecem ensino aos detentos havendo, hoje, 2.398 presos cursando o nível fundamental e 212 o nível médio, divididos nos 11 núcleos do Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em dezembro de 2005, 20 detentas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier prestaram vestibular e iniciarão curso superior em Serviço Social, numa parceria com o IPA. Em três anos, o número de fugas do regime fechado reduziu em 77,5%, caindo de 240 em 2002 para 54 em 2005.

Vagas em presídios

Estágio atual	Unidades	Investimentos - R\$
Já criadas	1.867	8,64 milhões
Em criação	1.582	15,53 milhões
Total	3.449	34,17 milhões

Além das iniciativas referidas anteriormente merecem destaque, dentro dos objetivos do eixo governamental de Inclusão Social, ações desenvolvidas em outras áreas que se inserem nesses objetivos.

REFORMA AGRÁRIA

- Investimentos na aquisição de terras para assentamentos e reassentamentos

O Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC) investiu, de 2003 a 2005, R\$ 31 milhões no programa de acesso à terra, com aquisição de 8,9 mil hectares para assentamentos e reassentamentos, beneficiando 462 famílias, através do Fundo de Terras do Estado (FUNTERRA). Destas, 249 famílias foram beneficiadas pelo convênio Estado/Incra-RS de aquisição compartilhada de terras. Dentre as aquisições feitas pelo Estado estão as Fazendas Inhacapetum, no município de Capão do Cipó, de 1.832 hectares, e Santa Bárbara, de 982 hectares, no município de São Jerônimo, que beneficiaram 100 e 59 famílias de agricultores, respectivamente.

Sendo responsável por 134 assentamentos em 54 municípios, abrigando 4.288 famílias, e outros 34 assentamentos de forma compartilhada junto ao INCRA, somando 168 assentamentos e 1.189 famílias em 15 municípios o Estado, através do GRAC, pagou R\$ 20,7 milhões em indenizações entre 2003 a 2005, beneficiando os 461 agricultores que foram desalojados das áreas de reservas indígenas. No Programa Estadual de Crédito Fundiário, que até agora beneficiou 50 famílias, foram investidos R\$ 1,3 milhão.

Em convênio com municípios, o GRAC executou ainda obras de infra-estrutura básica (estradas vicinais e abastecimento de água) no valor de R\$ 2,2 milhões, beneficiando cerca de 1.442 famílias de agricultores assentados.

RS RURAL

Ao assumir, a atual administração do Estado negociou com o Banco Mundial (BIRD) dívida de R\$ 38 milhões do Programa RS Rural, estendendo o prazo de aplicação de recursos para 30 de junho de 2005. Nos primeiros três anos de governo, foram apoiados investimentos em 2.174 projetos que beneficiaram 95.776 famílias. O RS Rural tem como proposta central a implementação de ações de combate à pobreza no meio rural, concentrando suas ações na conservação dos recursos naturais, na melhoria da infra-estrutura social básica e renda familiar, buscando diminuir os níveis de pobreza. O público beneficiário do Programa é constituído por agricultores e pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

Para a infra-estrutura social e produtiva, o RS Rural liberou R\$ 15,8 milhões no triênio 2003-2005, beneficiando 4,5 mil famílias. Além disso, como forma de incentivo ao desenvolvimento sustentável, foram aplicados, no período de 2003 a 2005, recursos no montante de R\$ 145.518.226, beneficiando 64.803 famílias. As ações realizadas envolveram infra-estrutura social básica, geração de renda, manejo de recursos naturais, biodiversidade, apoio a novos produtos agropecuários e estradas.

PROGRAMA A NOTA É MINHA

Um importante programa de inclusão social do Governo do Estado, o "A Nota é Minha", desenvolvido pela Casa Civil em conjunto com as Secretarias da Educação, da Saúde, do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, da Fazenda e o Gabinete da Primeira-Dama, chega à oitava etapa, beneficiando mais de duas mil entidades com R\$ 23,1 milhões. Ao exigir a nota fiscal em suas compras, os gaúchos não só garantem recursos para entidades sociais, escolas e hospitais, como colaboram com o aumento da arrecadação e no combate à sonegação. Em consequência do Programa, a arrecadação de ICMS do setor varejo no Estado teve um incremento de R\$ 80 milhões. Considerando as sete etapas já desenvolvidas, registra-se o seguinte: 258,3 milhões de documentos fiscais arrecadados; 8,3 milhões de cautelas concorrentes; 478 instituições sociais, 1.523 escolas e 108 entidades da área da Saúde beneficiadas.

PROGRAMA "FAMÍLIA FAZ BEM"

As atividades do Gabinete da Primeira-Dama estão abrigadas pelo Programa Família Faz Bem, lançado em 7 de maio de 2003, no âmbito do

qual acontecem todas as ações e campanhas do Gabinete, preocupado basicamente com a inclusão social. Entre as principais ações encontram-se a Campanha do Agasalho, desenvolvida em todos os municípios gaúchos. A arrecadação efetuada na capital é distribuída aos municípios e a entidades assistenciais em Porto Alegre, beneficiando a população carente do Estado, sendo obtidos os seguintes resultados no período 2003-2005: arrecadação de 4.654.000 unidades de roupas/calçados, de 608 toneladas de alimentos e de 101.000 cobertores, beneficiando 320 municípios e 174 Entidades Assistenciais de Porto Alegre, em 2003; 229 municípios e 156 Entidades Assistenciais de Porto Alegre, em 2004; 360 municípios e 120 Entidades Assistenciais de Porto Alegre, em 2005.

ATENDIMENTOS DE EMERGÊNCIA A ATINGIDOS POR DESASTRES NATURAIS

O trabalho de proteger a vida e o patrimônio daqueles atingidos por desastres naturais (enchentes, secas, ciclones) ou humanos, ganhou relevância no último triênio, quando o Rio Grande do Sul sofreu estiagens sucessivas, dentre elas a maior seca de sua História, ocorrida em 2005. Nesse sentido, no âmbito do Gabinete da Primeira-Dama, em 2004, foram feitas doações emergenciais à população de Torres, no Litoral Norte, por onde passou o ciclone Catarina; no ano seguinte, o Gabinete lançou a campanha "SOS Seca", que arrecadou 95 toneladas de alimentos não perecíveis, doados a mais de 154 municípios atingidos pela maior estiagem já sofrida pelo Rio Grande do Sul; no mesmo ano, foram feitas doações emergenciais às famílias atingidas por um tornado em Muitos Capões. Por parte da Coordenadoria de Defesa Civil: dentre outras ações para combater os efeitos da seca, a Defesa Civil disponibilizou meios para a construção de redes de abastecimento e poços artesianos, elaborou projetos para a formação de uma rede de pluviômetros, estimulou a recuperação das matas ciliares e criou Comissões Municipais de Defesa Civil, que em 2003 eram 260 e hoje são 456.

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

- Ampliação do atendimento e da atuação: com a nomeação de 49 defensores públicos, a Defensoria Pública do Estado (DPE), que no final de 2002 atendia 120 comarcas das 161 existentes no Rio Grande do Sul, passou a atuar em 141. Paralelamente, criou e instalou a Divisão de Direitos Humanos, com plantonistas 24 horas em todos os dias da semana.

- Regularização fundiária: a criação e a implementação na área da regularização fundiária do "Projeto Usucapião" permitiram a assinatura de convênios com 20 municípios para o atendimento de pessoas de baixa renda, que resultaram em 17.500 consultas e o ingresso de 2 mil ações judiciais. Um mutirão em casas prisionais possibilitou a efetivação de 10.881 postulações como remissão de pena e progressões de regime carcerário.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Rio Grande do Sul possui vastas redes de serviços indispensáveis e insubstituíveis nas áreas mais essenciais para a população. Essas redes precisam ser preservadas, valorizadas e qualificadas para que a

sociedade receba de volta, sob forma de serviço eficiente, os recursos que paga em tributos. O Governo tem como propósito buscar mudanças administrativas que apontem para um novo modelo de serviço público. O aumento da eficiência na atuação dos órgãos de ponta do Estado e a gestação de uma nova cultura no serviço público, focada no cidadão, são as bases desse novo modelo.

Principais ações desenvolvidas:

MODERNIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos tem implementado projetos/ações/atividades e modernizado processos administrativos, o que possibilitou ao Estado atingir, de janeiro de 2003 a dezembro de 2005, uma cifra de R\$ 241 milhões, entre economia (R\$ 66 milhões) e busca de receitas (R\$ 175 milhões). Destacam-se, nesse sentido:

- Pregão Eletrônico: Sistemas de compras via Internet são mais ágeis, econômicos e transparentes do que os tradicionais. O Estado do Rio Grande do Sul já economizou R\$ 48 milhões desde a implantação do Pregão Eletrônico, em outubro de 2004. Foram realizadas, também, alterações nos sistemas de contratação de reprografia e alimentação prisional. O resultado obtido foi de R\$ 16.563.955,00 em economia.

- Cotas para uso de telefonia celular: uso da telefonia móvel obedece a cotas definidas para a administração direta e indireta. A economia feita no triênio 2003-2005 é de R\$ 500 mil.

- Redução de gastos com aluguéis: Revisão de contratos e maior utilização de imóveis próprios do Estado geraram uma economia de R\$ 809.580 para os cofres públicos.

- Corte de 20% nos cargos comissionados: com o corte de 20% dos Cargos Comissionados, a Secretaria já obteve R\$ 555.282 em economia.

- Redução no consumo de combustíveis: o Governo passou a trabalhar com o estabelecimento de cotas controladas de combustíveis para cada órgão da administração pública e o resultado obtido foi a redução do consumo em 1.115.013 litros.

- Incremento de Receitas Patrimoniais: O Estado tem inúmeros imóveis usados por terceiros que vinham pagando taxas insignificantes pelo uso. Com a atualização dessas taxas e o estabelecimento de outras, bem como acertos patrimoniais, o Estado já obteve uma receita de R\$ 8.510.000,00.

SANEAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

O IPERGS atende, aproximadamente, um milhão de pessoas, entre servidores e seus dependentes e injeta no Sistema de Saúde do Estado, através de hospitais, médicos, laboratórios, etc, mais de R\$ 1 milhão por dia. É de destacar, nessa área, que o Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a começar a implantação das novas regras previdenciárias do País. Projeto aprovado pela Assembléia Legislativa, em julho de 2004, separou a assistência média da previdenciária. O Instituto de Previdência do Estado foi dividido em IPE-Saúde e IPE-Previdência. Projeto aprovado

anteriormente, em abril de 2004, definiu as novas alíquotas do plano de saúde do servidor público. Foi também criado o Fundo de Assistência à Saúde.

Merecem destaque nesse sentido:

- IPE-Saúde: criado pela Lei 12.134/2004 e implantado a partir de julho de 2004, beneficiou tanto os segurados quanto os prestadores de serviço e o sistema de saúde do Rio Grande do Sul, representando a viabilidade financeira da área médica do Instituto e trazendo novos benefícios aos segurados: as servidoras públicas adquiriram o direito de incluir seus maridos e conviventes como dependentes; houve o reconhecimento das relações homoafetivas e a eliminação do desconto sobre o 13º salário e férias; foram incluídos, como dependentes naturais, 74 mil cônjuges, que antes precisavam pagar para utilizar o plano; foi reduzida a alíquota de contribuição, de 3,6% sobre o rendimento do servidor, com igual contrapartida do Governo do Estado, para 3,1% (Lei 12.066/2004).

- Implantação, em abril de 2004, do Fundo de Assistência à Saúde (FAS), pela Lei 12.066/2004, cujos recursos só podem ser usados na área de saúde, possibilitando o saneamento financeiro da área médica.

- Regularização dos repasses mensais aos prestadores de serviço, a partir de novembro de 2003, compreendendo recursos da ordem de R\$ 1.215.318.123,49 aplicados entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, beneficiando 7.185 prestadores de serviço da área médica e 915 mil segurados.

- Pagamento integral dos débitos pendentes com os prestadores de serviço da área médica, correspondendo a um valor total de R\$ 123 milhões (a dívida encontrada no início da gestão, de R\$ 120 milhões, chegou a R\$ 180 milhões, estando hoje, praticamente, zerada).

- Reajuste da tabela de honorários médicos, após 10 anos de congelamento, correspondendo a um valor mensal de R\$ 3 milhões.

- Informatização do sistema de marcação de consultas e exames, fornecendo uma senha a cada segurado, beneficiando os 915 mil segurados do IPE-Saúde e os 7.185 médicos credenciados.

MELHORIA NOS INDICADORES DE ESTATAIS CONTRATUALIZADAS

Nas empresas estatais, cujos contratos são acompanhados pela Secretaria da Coordenação e Planejamento desde 2003, resultados positivos podem ser destacados: na CEEE, o tempo médio sem luz por consumidor caiu de 22 horas por ano, em 2002, para menos de 17 horas em 2004. Na Corsan, o prejuízo de R\$ 64,1 milhões, em 2002, converteu-se em lucro de R\$ 25,5 milhões, em 2004, e, na Corag, foi registrado um lucro recorde de R\$ 3,7 milhões em 2004, duplicando o de 2002.

- Celebração de Contratos de Gestão com escolas:

Os Contratos de Gestão com a administração direta foram firmados com 117 escolas da Rede Pública estadual, que buscarão melhorar seus indicadores de abandono escolar, reprovação, número de alunos por professor, satisfação dos pais e aproveitamento escolar.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO NA POLÍCIA CIVIL

A partir da avaliação de 24 atividades executadas pela Polícia Civil, estão sendo introduzidas mudanças na gestão das delegacias, com o objetivo de tornar o trabalho mais ágil e eficiente. O redesenho destes 24 processos já está sendo implementado em 41 delegacias de 15 municípios com maiores índices de criminalidade no Estado.

EXPANSÃO DO TUDOFÁCIL

Foi iniciada a expansão da Central de Serviços ao Cidadão TudoFácil através do início das obras de uma nova central na Zona Norte de Porto Alegre e de um serviço de informações *on-line*. O TudoFácil esteve presente no Verão Gaúcho 2005 nas praias de Capão da Canoa e Cassino, realizando 8,2 mil atendimentos. Outros 7 mil atendimentos foram realizados durante a Expoiner 2005. Mais de 9 milhões de atendimentos já foram efetivados pelo TudoFácil desde a sua inauguração.

REDUÇÃO DE DESPESAS ATRAVÉS DO COMITÊ DE CONTROLE E RACIONALIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

Desde o início das atividades do Comitê de Controle e Racionalização do Gasto Público, em 2004, despesas de R\$ 440,3 milhões foram evitadas, sendo R\$ 318,2 milhões em 2005. Já foram analisados 7.810 processos.

REDUÇÃO DE CUSTOS E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS PELA SECRETARIA DA FAZENDA

O Departamento de Despesa Pública Estadual, da Secretaria da Fazenda, vem empreendendo uma série de atividades com vistas à modernização administrativa, à otimização de recursos e à redução de custos. A estimativa de custos com a Folha de Pagamentos, por exemplo, foi reduzida de R\$ 11.920.320 para R\$ 6.744.320, devido a uma licitação do tipo Pregão Presencial realizada pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado.

ICMS ELETRÔNICO

No final de julho de 2005, a Secretaria da Fazenda lançou o ICMS Eletrônico, um projeto pioneiro no Brasil, desenvolvido em parceria com o BANRISUL e a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS). O novo sistema ajuda a diminuir a evasão fiscal e diminuir os custos das empresas, que passam a ter maior controle sobre seus créditos de ICMS. O projeto piloto do ICMS Eletrônico foi feito com as empresas Vivo e Toyota. Na primeira fase, 18 empresas ingressaram como parceiras e estão buscando adaptar a linguagem de seus sistemas de gerenciamento



3.2 AÇÕES DO GOVERNO POR ÁREAS E PROGRAMAS

The image shows the flag of the State of Pernambuco, Brazil, waving. The flag features a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a shield, surrounded by a sunburst and a banner with the motto 'PERNAMBUCO 1532'.

3.2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

3.2.1.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E CRÉDITO

APOIO À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

O Programa **Apoio à Competitividade Empresarial**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva implementar e consolidar processo permanente de apoio às micro e pequenas empresas, através de instrumentos de fomento, assessoria técnica em todas as etapas do ciclo produtivo, acesso ao crédito, formação e capacitação de recursos humanos, profissionalização da atividade com base na ética dos negócios e estímulo ao empreendedorismo e à cidadania. Destacam-se, da execução do Programa em 2005:

- Atendimento a 3.552 empresas, no âmbito da Extensão Empresarial, através da rede de convênios com entidades de ensino superior, que recebem recursos financeiros do Estado para disponibilizar equipes com elevado conteúdo técnico e preparo metodológico e desenvolver trabalho de identificação de problemas técnico-gerenciais junto às micro, pequenas e médias empresas do Estado, com vistas ao encaminhamento de soluções e introdução de melhorias nas atividades produtivas.

- Capacitação de 1.663 empreendedores, no âmbito da ação Capacitação Empresarial, com a edição de 91 cursos "Redescobrimo o Processo Gerencial", com duração de 60 horas, compreendendo dois módulos de 21 horas com dinâmicas, 16 horas de visitas às empresas participantes e duas horas de consultoria grupal. A metodologia utilizada trabalha a capacidade empreendedora dos indivíduos, através da aplicação de jogos empresariais no tratamento de temas como características empreendedoras, planejamento, mercado, produção e custos, permitindo uma real avaliação do desempenho de cada negócio, frente às oportunidades e ameaças que se apresentam.

- Apoio financeiro à Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha, em cumprimento ao acordo feito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e demais parceiros (SEBRAE; Prefeitura de Caxias do Sul; e Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul).

Para o exercício de 2006, estão programados metas de capacitação de 3.520 empreendedores e apoio a oito instituições de microcrédito e a duas sociedades de garantia de crédito.

ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS

O Programa **Articulação e Apoio aos Setores Produtivos**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, tem como função apoiar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e dos setores priorizados.

O *Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL)*, coordenado pela SEDA, mas que articula a Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), a Superintendência da Educação Profissionalizante (SUEPRO), a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC) e

CAIXA-RS, resultou no fomento dos cinco arranjos programados: APL Conserveiro, Moveleiro, Coureiro-Calçadista, de Máquinas e Implementos Agrícolas e de Gemas e Jóias.

Relativamente ao APL Conserveiro, foi apoiado o Centro Gestor de Inovação (CGI) APL Conservas e Firmado o Quarto Aditivo ao Convênio CGI APL Conservas visando à implantação de Sistema de Alerta para a Cultura do Pessegueiro na Região Sul e implantação da Indicação de Procedência e Definição e Estruturação de Selo de Qualidade para o mercado consumidor do Pêssego em Calda.

No tocante ao APL Moveleiro, além do apoio ao Centro Gestor de Inovação, foi firmado o Quarto Termo Aditivo ao Convênio Centro Gestor de Inovação Moveleiro visando apoiar a implementação do Núcleo de Informações Tecnológicas do APL na Região Serra; implementar e implantar a Materioteca; apoiar o Projeto de Monitoramento do Pinus nos Campos de Cima da Serra (SINDIMADEIRA, em execução na UFSM); e apoiar o Projeto Cidades do Conhecimento.

Também foi firmado convênio com o SENAI/RS e o Município de Santiago visando à capacitação e assessoria técnica a empresas do APL na Região Central.

Adicionalmente, a SEDAI acompanhou as atividades do Grupo Setorial da Cadeia Produtiva Moveleira – Fórum Permanente de Exportação (FPEX/RS).

As iniciativas de fomento ao APL Máquinas e Implementos Agrícolas englobaram a parceria através de Convênio com o Colégio Evangélico Panambi visando à inovação tecnológica e melhorias em produtos e processos no APL Metal-Mecânico Pós-Colheita, além do apoio ao Centro Gestor de Inovação.

A assinatura de um convênio com a Associação Pró-Ensino Superior (ASPEUR/FEEVALE) visando à realização de ações integradas dos Programas APL, Redes de Cooperação, Capacitação Empresarial, Extensão empresarial, *Trade One* e Centro de *Design* foi o principal destaque das iniciativas de apoio ao APL Coureiro-Calçadista. Não obstante, ainda foram acompanhadas pela SEDAI as atividades do Grupo Setorial da Cadeia Produtiva Coureiro-Calçadista no Fórum Permanente de Exportação (FPEX/RS).

Por fim, o APL Gemas e Jóias contou com o suporte da SEDAI, através da assinatura de Convênio para elaboração e implementação do Projeto de Acompanhamento do Programa em Rede do Arranjo Produtivo de Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul. Este Programa conta com grande mobilização de agentes relevantes do setor, através de parcerias com: UNIVATES, UFRGS, Governo Federal (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), IBGM, AJORSUL, SINDIJÓIAS/RS, SINDIPEDRAS, FECOMÉRCIO, SEBRAE, SENAI, COOGAMAI, COOPERGEMAS, COOPERAGATA. Adicionalmente, a SEDAI coordenou as atividades do Grupo Técnico para elaboração do projeto Centro Tecnológico do Arranjo Produtivo Local Gemas e Jóias.

A ação *Projetos setoriais* alcançou, no ano de 2005, metade de sua trajetória de execução. Apoiou o desenvolvimento do Pólo Tecnológico de Canela e participou nas atividades do Comitê Executivo do Pólo de Moda da Serra. Adicionalmente, a ação contemplou o acompanhamento das ações para a realização do Plano Setorial Integrado (PSI), a participação das atividades da Rede de Desenvolvimento de Fitoterápicos - Projeto para Fármacos no Rio Grande do Sul – com base no PRÓFARMA do BNDES e a participação nas atividades do Comitê Setorial da Carne no Rio Grande do Sul, em parceria com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

Além dessas iniciativas de apoios específicos a cada APL já compreendido no Programa, em 2005 foram firmados termos de cooperação para atuação conjunta no desenvolvimento de arranjos produtivos locais no RS, com o SEBRAE, a FIERGS, o SENAI, Municípios e instituições em cada região dos APLS Metalmeccânico Autopeças; Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita; Madeira, Móveis; Turismo (uva e vinho); Coureiro-Calçadista; Agronegócios (conservas); Gemas e Jóias. Igualmente, a SEDAI tomou parte nas atividades do Comitê Arranjo Produtivo de Base Florestal no RS.

As atividades relativas à promoção de redes de cooperação empresarial resultaram na manutenção de sete convênios e na assinatura de dois adicionais.

As programações para 2006 incluem:

Ação	Programações
Arranjos Produtivos Locais	Apoio a 5 arranjos
Redes de Cooperação	207 empresas integradas nas redes
Projetos Setoriais	5 projetos setoriais de desenvolvimento

ATRAÇÃO E APOIO À DIVERSIFICAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DOS INVESTIMENTOS

O Programa **Atração e Apoio à Diversificação e Desconcentração Regional dos Investimentos**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, tem como função promover a diversificação e complementação da estrutura produtiva do Estado; implementar política de desconcentração regional para localização de empresas; promover a complementação das cadeias produtivas pela atração de investimentos estratégicos; viabilizar a geração de emprego e renda; e estimular a inserção competitiva das empresas no mercado.

Uma das linhas de atuação do Programa é o apoio a iniciativas municipais. Sua execução, em 2005, permitiu o suporte financeiro aos municípios de Getúlio Vargas e Liberato Salzano, para a implantação de áreas industriais municipais. Além do suporte financeiro, a SEDAI contribui com suporte técnico para o desenvolvimento de áreas industriais. Em 2005, foram contemplados os municípios de Nova Prata, Minas do Leão, Coronel Barros, Portão, Ciríaco e Montenegro/Triunfo.

Relativamente aos distritos industriais sob coordenação da SEDAI, foram implantadas, em 2005, 32 empresas.

Por fim, em 2005, ainda, foram aprovados 28 processos de incentivos da esfera do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM).

As programações para 2006 incluem:

Ação	Programações
Apoio a iniciativas municipais	Atender 10 municípios que já fizeram solicitação de apoio: Victor Graeff, Nova Prata, Alto Feliz, Canela, Guarani das Missões, Marau, Nonoai, Paraí, Serafina Corrêa, Uruguaiana e Encantado.
Incubadoras Empresariais	12 incubadoras implantadas
Implantação e desenvolvimento de espaços industriais	20 empresas implantadas

EXPORTA RS

O Programa **Exporta RS**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva estimular o processo de relacionamento comercial do Estado, promovendo o aumento das exportações e a eficiência do setor produtivo, mediante a inserção internacional em padrões compatíveis de qualidade e de competitividade dos produtos gaúchos; estabelecer ambiente de cooperação técnica com entidades voltadas à comercialização internacional; buscar a integração e complementação com a política nacional de exportações; e desenvolver estudos e projetos de promoção das exportações estaduais.

Relativamente à capacitação em comércio exterior, foram realizados Seminários de Sensibilização para o Comércio Exterior em Canoas, São Borja e Santo Ângelo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com as prefeituras municipais, as associações comerciais, os Correios e o Banco do Brasil.

Três relevantes deliberações foram tomadas pelos integrantes do Fórum Permanente de Exportação do RS (FPEX/RS), a serem enviadas às autoridades federais: Resolução nº 01/2005-FPEX/RS, que solicita à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) o retorno da alíquota de 9% do Imposto de Exportação do couro *wet blue*; Resolução nº 02/2005-FPEX/RS, que encaminha manifestação acerca dos efeitos da valorização cambial sobre as exportações brasileiras; e Resolução nº 03/2005-FPEX/RS, que encaminha proposição acerca dos efeitos da questão dos créditos tributários decorrentes das operações de exportação.

Na Promoção Comercial, foi extensa a atuação de fomento à participação de empresas gaúchas em feiras, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

FEIRA	LOCAL	VALOR APORTADO	EMPRESAS APOIADAS
COUROMODA 2005	Parque Anhembi – São Paulo/SP	R\$ 236.480,41	70
FEIRA INDUSTRIAL DE HANNOVER	Hannover – Alemanha	R\$ 36.000,00	15
BRASILPLAST 2005	Parque Anhembi – São Paulo/SP	R\$ 40.000,00	19
BIENAL DO LIVRO DO RJ	Riocentro – Rio de Janeiro/RJ	R\$ 29.768,31	14
AGRISHOW RIBEIRÃO PRETO 2005	Ribeirão Preto/SP	R\$ 52.943,75	17
FENIT 2005	Anhembi – São Paulo/SP	R\$ 16.044,00	3
FRANCAL 2005	Anhembi – São Paulo/SP	R\$ 134.336,28	24
FENAVEM 2005	Anhembi – São Paulo/SP	R\$ 42.737,13	15
FENINJER 2005	Transamérica Expo Center	R\$ 27.456,00	6
FIPP 2005	Teófilo Otoni/MG	R\$ 14.931,72	7
EXPOCACHAÇA 2005	ITM EXPO- São Paulo/SP	R\$ 14.868,87	5
ANUGA	Colônia – Alemanha	R\$ 34.349,77	36
HONG KONG ELETRONICS FAIR 2005	Hong Kong Convention and Exhibition Center, China	R\$ 25.000,00	6
HIGH POINT FURNITURE MARKET 2005	Showplace – High Point NC – EUA	R\$ 22.050,00	5

Ainda no âmbito do Programa Exporta RS, os acessos ao Sistema de Informação e Oportunidades de Negócios chegaram a 3.981, cabendo, também, registrar:

- Recebimento de convite para integração à Rede de Telecentros de Informação e Negócios (Rede TIN) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- Preparação de conteúdo para inserção no *site* da Rede de Centros de Informação de Comércio Exterior (Rede CICEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: a Sala do Exportador Rio Grande do Sul atuará na condição de CICEX Rio Grande do Sul.

- Início da Capacitação de Prefeituras Municipais, com o objetivo de prepará-las para atuarem como "braços" da Sala do Exportador em seus Municípios: capacitados 03 funcionários da Prefeitura de Bento Gonçalves; encaminhamentos preliminares com as prefeituras de Passo Fundo, Três Coroas, Entre-Ijuís, Santa Rosa e Santo Ângelo.

- Destaques da avaliação conjunta com a equipe BM&F: a Sala do Exportador Rio Grande do Sul foi a última Central instalada e já está em segundo lugar em atendimentos, atrás apenas de São Paulo; *follow-up* dos primeiros atendimentos e fidelização (retorno de clientes atendidos nos meses anteriores) foram plenamente satisfatórios.

- Implantação do Sistema de Inteligência Setorial e Mercadológica para a Exportação: subprograma que pretende tratar do processamento e tratamento proativo dos estudos e das informações disponíveis acerca das condições potenciais de exportação de empresas gaúchas, de um lado, e de tendências setoriais e perspectivas de mercados-alvo, de outro.

- Processo de interiorização das atividades da Sala do Exportador: realização de contato com as prefeituras municipais para formação de parceria, através da qual servidores municipais serão treinados nas ferramentas do Portal da Sala do Exportador para encaminhamento das demandas locais que possam ser atendidas pela Sala do Exportador. O foco está centrado nas prefeituras que estão se integrando ao Programa (também da SEDAI) de instalação dos Núcleos Regionais de Articulação para o Desenvolvimento (NURADs) (órgãos que concentram as responsabilidades de formação de uma rede de instituições que inclua a diversidade de segmentos da sociedade civil mais diretamente envolvida com a temática do fomento empresarial e do desenvolvimento econômico da região).

- Parceria com a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado (CIENTEC): serão disponibilizadas as informações para que os usuários da Sala do Exportador tenham acesso aos programas desenvolvidos pela CIENTEC, em especial o PROGEX, programa do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenado, no Estado, pela CIENTEC, que tem como finalidade prestar assistência tecnológica às micro e pequenas empresas, no que concerne a: adaptação de produtos ao mercado externo e melhoria da qualidade e do processo produtivo, redução de custos, atendimento a normas técnicas, superação de barreiras técnicas, *design*, embalagens, etc.

- **Parceria com Banco do Brasil (BB):** tramitação de protocolo de intenções, que tem por objetivo ampliar a parceria que já existe na operacionalização da Sala do Exportador. A partir da assinatura desse protocolo, os beneficiários dos programas da SEDAI terão acesso aos benefícios oriundos de outros programas do Banco e dos convênios que este mantém com outras instituições, especialmente as voltadas à promoção comercial e ao desenvolvimento regional.

- **100º Encontro de Comércio Exterior (ENCOMEX):** a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, através da Sala do Exportador, integra, desde março de 2005, o grupo criado para organizar o 100º ENCOMEX, programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em 1997, que tem por objetivo facilitar o ingresso de pequenas e médias empresas no mercado internacional. Os ENCOMEX são eventos itinerantes nas grandes e médias cidades brasileiras, propiciando uma profunda integração do setor público com o privado, mediante uma diversificada estrutura de opções que envolvem desde palestras sobre primeiros passos para quem deseja exportar, passando pelo balcão de serviços e *show room* de produtos de sucesso expostos nos estandes da feira.

Para 2006, estão programados as metas de promoção comercial para 200 empresas, o atendimento de 540 solicitações de informações na Sala do Exportador e a realização de 6 ações de articulação entre agentes público e privados e/ou de suporte a empresas gaúchas.

FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Programa **Fortalecimento da Integração e da Cooperação Internacional**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva incrementar o fortalecimento e a qualificação das relações internacionais do Governo do Rio Grande do Sul pela interação com o corpo diplomático e consular; coordenar e fomentar as ações de cooperação técnica internacional do Estado; ampliar o canal de comunicação buscando novas oportunidades de cooperação científica e comercial e incremento das relações bilaterais como apoio ao desenvolvimento econômico; receber missões diplomáticas; e realizar suporte técnico para missões do Estado no Exterior.

Em 2005, foi organizada a missão governamental à Coréia do Sul e ao Japão, bem como aos EUA. Na Coréia do Sul, o Governo do Estado apresentou, em destaque, o RS aos empresários coreanos que participaram do Seminário *Brasil-Coréia: oportunidades de comércio e investimentos*, aprofundou o relacionamento já iniciado com a cidade metropolitana de Incheon e conheceu o projeto da empresa *Corn Pulp and Paper*, que detém tecnologia para transformação de caule de milho em celulose e deseja instalar planta no Brasil.

No Japão, também, o Governo do Estado apresentou o RS no Seminário *Brasil-Japão: oportunidades de comércio e investimentos*. Foram visitados o Banco Japonês para a Cooperação Internacional (*Japan Bank for International Cooperation - JBIC*) e a Organização Japonesa de Comércio Exterior (*Japan External Trade Organization - JETRO*), duas importantes instituições japonesas na área econômica, para realizarem seminário sobre

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Estado, de forma a dinamizar ações no âmbito do Protocolo de Quioto. Aprofundaram-se as relações com a *Toyota Motor Corporation*, de forma a oferecer o RS como um local privilegiado para instalação de uma nova planta daquela empresa no País, e, com a província irmã de Shiga, abriu-se uma nova vertente no relacionamento de estados irmãos, a comercial. Como desdobramento, foi articulada a vinda de uma missão empresarial daquela Província ao RS.

Foi também recebida a missão da província de Shaanxi, China, durante a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (EXPOINTER). Na ocasião, foi assinado ato entre os governos do RS e de Shaanxi, com vistas a aprofundar a compreensão mútua, a cooperação e a expansão do comércio bilateral. Igualmente, foi firmado ato entre a EXPOINTER e a Feira de Alta Tecnologia Agrícola de Yangling, Shaanxi, por meio do qual as feiras, na medida de suas possibilidades, agirão reciprocamente no que se refere à organização de missões empresariais para participação nos eventos, cessão de espaços, redução de custos, divulgação de ambos os certames na mídia local, intercâmbio de informações que possibilitem o aprimoramento de ambos os eventos e apoio institucional na promoção de projetos e realização de coletivas de imprensa.

No âmbito do MERCOSUL, destacam-se:

- Visita ao Estado dos governadores das províncias argentinas de Misiones e Corrientes para a assinatura de acordo de criação de uma comissão tripartite para a implantação da Usina Hidrelétrica de Garabi, ocasião em que a SEDAI prestou apoio à Secretaria Estadual de Minas, Energia e Comunicações na organização da visita.

- Suporte técnico para a assinatura da Declaração de Irmanamento entre a Califórnia da Canção Nativa e o Festival Nacional de Folclore de Cosquín (Província de Córdoba).

- Demanda da Prefeitura Municipal de Uruguaiana para pleitear, em conjunto com os Governos do RS e da Província Argentina de Corrientes, a implantação de uma Zona de Livre Comércio Uruguaiana/Paso de los Libres: análise e parecer. Elaboração de Declaração assinada pelos Prefeitos de Uruguaiana/Paso de los Libres.

- Demanda da Prefeitura Municipal de Barra do Quaraí: elaboração de parecer para subsidiar a Casa Civil na resposta à demanda da Prefeitura sobre a regularização de profissionais estrangeiros de saúde.

- ELETRISUL – Fórum de Integração Energética: reunião com a SEMC para subsidiar a elaboração de convites a autoridades estrangeiras para participar do referido Fórum em setembro, na cidade de Porto Alegre.

- Projeto de Inserção das Regiões Fronteira Oeste e Central no Programa de Desenvolvimento do Pólo Madeireiro – Moveleiro da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande Do Sul: reunião para criação de Grupo de Trabalho. As entidades componentes são: Ministério da Integração Nacional; Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; EMATER; CAIXA RS; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Regional Integrada - Campus Santiago; Gabinete de Reforma Agrária e

Cooperativismo; Fórum MESOSUL; COREDEs Fronteira Oeste e Central; Associação dos Municípios AMCENTRO; Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana; e Comitê Indústria de Base Florestal/FIERGS.

- Seminário para definir, nos níveis federal, estadual e municipal, estratégia brasileira com vistas à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Binacional Brasil-Uruguai, a ser apresentada à parte uruguaia.

- Organização da elaboração de dossiê para a visita oficial do Governador à República Oriental do Uruguai.

- Parque Binacional Turvo – Moconá: reunião para tratar da criação de um Parque Binacional Turvo (Derrubadas) – Moconá (Misiones).

- Convite para reunião do Processos de Infra-Estrutura Física, de Energia e de Comunicação (PIFEC), do Comitê de Rotas de Integração da América do Sul (CRIAS).

- Recepção ao Senador Ruperto Long, da República Oriental do Uruguai, ao Estado do Rio Grande do Sul.

- Escolas Binacionais Fronteiriças: providências e encaminhamento à Superintendência do Ensino Profissionalizante (SUEPRO), da Secretaria Estadual da Educação, do parecer da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

- Acompanhamento das Reuniões dos Grupos de Trabalho da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil - Uruguai.

As programações para 2006 incluem o aperfeiçoamento técnico de 15 pessoas para o gerenciamento de convênios de fraternidade, a realização de 76 ações de cooperação técnica internacional e a de 15 ações no âmbito da integração do MERCOSUL.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO – SETOR PRIVADO

O Programa **Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – Setor Privado**, da **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CaixaRS)**, tem por objetivo oferecer as melhores soluções financeiras de fomento ao plano de desenvolvimento econômico e social do Governo do Estado. Em 2005, o Programa teve seu ritmo de execução considerado normal, o que pode ser conferido pela convergência do indicador à meta projetada para o final do período do PPA 2004-2007: o alcance da 24ª colocação no *ranking* de agentes financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No tocante ao desenvolvimento de suas ações, o Programa apresenta situação diversificada, com algumas delas havendo superado as metas estabelecidas para o ano e outras com resultados aquém do programado. Deve-se destacar que as ações cujos resultados encontram-se abaixo das respectivas programações têm desempenho considerado normal ou dependente de fatores externos à Instituição.

**FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO
– SETOR PÚBLICO**

O Programa **Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – Setor público**, da **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CaixaRS)**, que objetiva melhorar a qualidade de vida da população do Estado, através do financiamento de investimentos públicos, foi executado em 2005 num ritmo considerado normal, havendo sido superada a meta relativa à gestão de fundos públicos – R\$ 3,4 milhões, ante uma programação de R\$ 1,9 milhão – e alcançados 44% da meta de prospecção de novas fontes de recursos – R\$ 26,5 milhões.

**MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA
AGÊNCIA GAÚCHA DE FOMENTO**

O Programa **Manutenção e Ampliação dos Serviços Administrativos da Agência Gaúcha de Fomento**, que objetiva dotar a CaixaRS de estrutura administrativa e física necessária à consecução dos seus objetivos, teve suas ações de informática, de recursos humanos, de manutenção das instalações físicas e utilidades da sede e de normatização e informatização das rotinas e procedimentos executadas em ritmo considerado normal.

Para o ano de 2006, a CaixaRS planeja a contratação de crédito da ordem de R\$ 200 milhões em seus dois programas operacionais e, ainda, a aplicação de R\$ 30 milhões, em recursos próprios, para a manutenção e a ampliação dos seus serviços administrativos.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO RS

Com o objetivo de ampliar os níveis de produtividade e renda dos produtores rurais, foi criado o Programa **Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário do Rio Grande do Sul no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL)**, a partir da disponibilização de recursos para investimento. O Programa pode ser avaliado pelo desempenho das aplicações de longo e curto prazo em crédito rural.

A análise retrospectiva das aplicações em crédito rural de longo prazo pelo BANRISUL, refere-se aos repasses oriundos do BNDES destinados à agricultura e à pecuária através dos Programas de Desenvolvimento Agropecuários e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

O efeito estiagem, observado na safra 2003/2004, concorreu para a prorrogação dos compromissos firmados pelos agricultores gaúchos com vencimento em 2005, ocasionando a prorrogação das amortizações para 2006 e, dessa forma, reduzindo a aplicação prevista nesta safra, em função do contingenciamento dos recursos.

Outro fator limitante, em 2005, residiu na própria operacionalidade dos programas, interrompida em junho devido a alterações nas diretrizes dos programas, decorrentes da Resolução do Banco Central nº 3.290 e só retomada em setembro, quando da regulamentação definitiva pelo BNDES. As operações PROGERAL, representativas dos investimentos de maior porte (até R\$ 600 mil), tais como armazenagem e irrigação, superaram as demais em termos de valor,

enquanto as operações do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), destinadas à agricultura familiar (até R\$ 36 mil) refletem a maior demanda operacional, em função da quantidade de operações.

As operações FINAME concentram-se basicamente na Linha MODERFROTA, destinada à aquisição de tratores, implementos associados e colheitadeiras. Em 2005, contemplaram 102 operações no montante de R\$ 2,9 milhões, representando uma redução de 63 % no nível de investimentos. De uma maneira geral, a linha de produtos PROGERAL apresentou, em 2005, uma queda de demanda de 46 % com relação ao período anterior.

Para o ano de 2006, tendo em vista as previsões de safras baseadas nas áreas de plantio até outubro/2005, é de esperar a permanência da mesma situação ou uma ligeira queda (4% a 6%). O acréscimo do custo de insumos também contribuirá para uma redução da área de plantio. É esperada uma ação estratégica operacional por parte do BNDES, visando reduzir o efeito desse processo.

APOIO AO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO

O Programa de **Apoio ao Micro e Pequeno Empresário**, executado pelo **BANRISUL**, teve prejudicada sua execução em virtude da seca ocorrida em todo o Estado, não só na área agrícola, mas, também, nas áreas da indústria e comércio e serviços.

As metas estipuladas para o ano de 2005 demonstram redução nos investimentos em relação ao ano anterior, ocasionada pela menor procura por financiamentos nos setores agrícola, comercial e industrial, uma vez que a seca reduziu o poder de investimento e a capacidade de endividamento da cadeia produtiva.

A ação *Milhagem BANRISUL* realizou uma aplicação de R\$ 4.912 mil, demonstrando redução em relação ao ano anterior nos investimentos. Esta foi ocasionada pela seca e pelo corte de recursos, por parte do BNDES, para o Programa Milhagem. Dentro dos recursos alocados nos três setores da indústria, comércio e serviços, foram contempladas 30 empresas, destacando-se, em maior percentual, o setor da indústria, com 88 %.

Salienta-se que, ainda que modestos, esses financiamentos de longo prazo visam proporcionar para micro e pequenas empresas investimentos com o menor custo e maior prazo, gerando aumento de produção e, conseqüentemente, mais empregos e renda, viabilizando o desenvolvimento do Estado do RS.

Para o ano de 2006, espera-se alocar em torno de R\$ 8 milhões neste Programa.

FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo do Programa **Fortalecimento da Agricultura Familiar**, executado pelo **BANRISUL**, consiste em ampliar o volume de recursos para investimento ao produtor rural que se enquadrar no Programa

Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). O Programa é operacionalizado por meio da ação *Financiamento ao produtor rural*, que repassa recursos obtidos do BNDES ao produtor, através da rede de agências do Banco.

O PRONAF vem mantendo a mesma demanda de 2004 (R\$ 8,4 milhões) tendo atingido o total de R\$ 7 milhões.

A redução verificada de 17% deve-se ao atraso na definição das novas normas para o Programa no período 2005/2006, paralisado em junho de 2005 e retomado em setembro/2005.

Para o ano de 2006, a redução da taxa de juros do Programa de 4% a.a. para 3% a.a., e a abertura de novas linhas de crédito relacionadas a outras atividades agropecuárias deverão contribuir para um acréscimo na demanda desses recursos, estimada em 25 %.

Contribuirá, ainda, para esse cenário, a adoção de uma nova estratégia operacional, visando diminuir o tempo de aprovação dessas propostas, que também deverá produzir um incremento de cerca de 30% no nível de liberações. Assim sendo, o aumento de demanda e a melhoria do processo deverão resultar na liberação de cerca de R\$ 15 milhões para o período de 2006, superior à observada nos períodos 2004 e 2005 em conjunto.

3.2.1.2 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CÂMARAS SETORIAIS

Com o objetivo de promover um fórum permanente de debates e de formulação de políticas relativas à produção de bens e serviços, bem como harmonizar e transformar em propostas de ação os enfoques setoriais das partes atuantes de cada cadeia produtiva, a **Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA)** desenvolveu o Programa **Câmaras Setoriais**. Em 2005, sob nova coordenação, foi efetuado um processo de interiorização das reuniões que foram realizadas em localidades mais representativas de cada cadeia. Adicionalmente, em agosto, foi implantada a Câmara Setorial da Cana-de-Açúcar, anseio antigo do setor.

Além das atividades das Câmaras Setoriais, foram também organizadas e conduzidas 20 reuniões de grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos de cada cadeia produtiva.

DEFESA AGROPECUÁRIA

O Programa **Defesa Agropecuária**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem como objetivo manter e promover a saúde animal e vegetal de forma a garantir a sanidade, a genuinidade e a inocuidade dos produtos agropecuários, visando manter a competitividade e o livre acesso aos mercados nacional e internacional, com ganhos adicionais de preço e renda.

Relativamente à sua execução em 2005, cabe destacar que a ocorrência de focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul aumentou a

demanda de vigilância epidemiológica no último trimestre, o que acarretou o grande aumento de barreiras sanitárias e vistorias de propriedades. O atraso na aquisição das vacinas contra febre aftosa para os produtores cadastrados no PRONAF dificultou a realização da campanha de vacinação.

Por outro lado, os progressos significativos na informatização das unidades do Departamento de Produção Animal (DPA) e a realização de treinamentos de médicos veterinários do DPA na área de sanidade de suínos, esta em conjunto com a iniciativa privada, proporcionaram a otimização das atividades do Departamento e a qualificação do seu quadro técnico.

Destaca-se, ainda, que a parceria com a iniciativa privada também viabilizou ações de georreferenciamento das propriedades suinícolas e avícolas do Estado.

Por fim, ressalta-se que a meta de inspeção e fiscalização foi superada, havendo sido alcançados 88% de cobertura, frente à previsão inicial de 85%.

MELHORIAS NO PARQUE ESTADUAL DE EXPOSIÇÕES ASSIS BRASIL

Dentro deste Programa, foram realizadas diversas melhorias no Parque de Exposições, voltadas especialmente para a qualificação da EXPOINTER, merecendo destaque:

- construção da pista de julgamento de rústicos;
- reforma dos alojamentos B e feminino;
- reforma dos sanitários públicos;
- reforma dos telhados;
- calçamento de 900 metros de rua;
- construção do pavilhão da agricultura familiar.

PECUÁRIA FAMILIAR

O Programa **Pecuária Familiar**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem por objetivo o aumento da competitividade do pecuarista familiar. Ele vem sendo desenvolvido apoiado em seis eixos: capacitação (cursos, seminários, reuniões técnicas), melhoria da produção (melhoramento genético e de pastagens), inserção no mercado e agregação de valor, atividades não-agrícolas (cursos e oficinas de treinamento para outras atividades), diversificação (atuação em áreas novas como florestamento) e infra-estrutura (centros de manejo e galpões comunitários, poteiros).

Em 2005, foi iniciado um trabalho de rastreabilidade de rebanhos de pecuaristas familiares assistidos, sendo cadastrados, inicialmente, 70 pecuaristas com um rebanho de 3.500 cabeças. Esse trabalho ocorre em parceria com outros órgãos do Estado para beneficiar o pequeno produtor sem condições de arcar com os custos da rastreabilidade.

Também foram realizados 86 eventos de capacitação para 1.634 técnicos e pecuaristas familiares.

Por fim, ressalta-se que foi alcançada uma taxa de natalidade de 60% entre os pecuaristas familiares atendidos pelo Programa, em função não apenas da melhoria de pastagens, mas também de práticas de manejo adotadas, tais como o desmame aos 60-90 dias.

PISCICULTURA E PESCA

O Programa **Piscicultura e Pesca**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem por objetivo: despertar o potencial de água doce do Estado para criação de peixes, tornando a piscicultura uma atividade econômica, direcionando essa atividade para a piscicultura em tanques, pequenos açudes e, principalmente, lagos e lagoas e criação de peixes confinados em gaiolas-redes, um sistema de integração produtor/frigorífico/mercado consumidor; aumentar a produção mensal de pescado; aumentar a renda dos pescadores; suprir o mercado interno; e aumentar as exportações.

O Programa tem se desenvolvido dando ênfase à capacitação dos produtores, ao associativismo e ao beneficiamento e comercialização do pescado em feiras locais. Em termos de tecnologia, trabalha-se com adequação dos açudes, lotação adequada (quantidade correta de alevinos), adubação orgânica e controle da qualidade da água, bem como processamento para comercialização (filetagem).

No seu âmbito, também têm sido organizadas feiras, em especial durante a Semana Santa. No ano de 2005, nesse período, ocorreram 680 feiras locais e pontos de venda e comercialização em propriedades em 223 municípios, com um volume de comercialização de 1.208,2 toneladas.

Relativamente à capacitação profissional, os cursos estão sendo realizados no Centro de Treinamento de Montenegro, que tem capacidade para receber 15 alunos por turma, tendo sido realizados dois cursos por mês: um de processamento de pescado e outro de criação de peixes, para um total de 288 piscicultores.

PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Programa **Produção e Gerenciamento de Informações Geográficas e Cartográficas para o Estado do Rio Grande do Sul**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva disponibilizar informações sistemáticas relativas à geografia física, humana, política e econômica do Estado do Rio Grande do Sul aos órgãos governamentais e à sociedade em geral.

Em 2005, foram realizadas visitas às 14 prefeituras integrantes do projeto *Serra Gaúcha* do PRODETUR SUL, com vistas a fazer um levantamento dos documentos cartográficos existentes. Foram também vistoriados 23 marcos da rede de GPS implantada no Estado do Rio Grande do Sul. Sobre esse tema, merece destaque a assinatura de convênio com o IBGE, referente à segunda parte da implantação da rede de GPS de alta precisão do Estado, para a implantação de quatro marcos principais e a medição de 50 marcos de azimute.

Adicionalmente, foram realizadas pesquisas e trabalhos de campo para a coleta de subsídios que viabilizassem as soluções das dúvidas relativas aos limites municipais do Estado.

PROGRAMA ESTADUAL DE FRUTICULTURA

O **Programa Estadual de Fruticultura**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de uma fruticultura moderna, sustentável e competitiva; buscar a auto-suficiência em frutas para consumo *in natura* e industrial no Estado; atender a demanda já existente e ampliar novos mercados; elevar os padrões de qualidade e produtividade da produção estadual de frutas; propiciar a modernização tecnológica na produção e comercialização; e aumentar a renda das propriedades rurais, gerando empregos e fixando famílias no meio rural.

Durante a execução do Programa, em 2005, foram recuperados 1.158 ha de pomares, assistidos 1.700 produtores e readequados os sistemas de produção de 2 viveiros.

PROGRAMA ESTADUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR LÁCTEO DO RIO GRANDE DO SUL (PRODELACT)

O **Programa Estadual para o Desenvolvimento do Setor Lácteo do Rio Grande do Sul (PRODELACT)**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem como objetivo: promover e coordenar ações para o desenvolvimento harmônico e sustentável da cadeia produtiva láctea, tendo como fundamento o mercado e, como foco, os agentes interativos – produtor, indústria, consumidor –; buscar a melhoria da qualidade do leite e de seus derivados visando aumentar a competitividade do setor lácteo para a conquista de novos mercados, internos e externos, e satisfação do consumidor final; e estimular o consumo do leite e seus derivados para a melhoria da renda do produtor.

Em 2005, foram realizadas duas campanhas institucionais: *Melhoria da Qualidade do Leite*, iniciada em janeiro, e *Beba Leite com Qualidade*, campanha para o consumo de leite com qualidade, iniciada em maio na 1ª FENASUL e na 28ª EXPOLEITE, quando foram distribuídos à população 50 mil *folders* com informações pertinentes à qualidade do leite e sua importância na alimentação humana.

Relativamente à ação *de Desenvolvimento de Tecnologias para a Produção*, foram realizados quatro eventos, com a parceria da COTRIJAL, da EMBRAPA Clima Temperado, da FENADOCE, da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, da FAMURS, da AMFRO, da RBS–Canal Rural, da Associação Gaúcha dos Laticinistas, da FARSUL e da FEPAGRO:

- I Fórum Estadual do Leite – 09 de março;
- II Fórum de Agricultura e Agronegócio do RS – 1º de julho;
- Seminário "Repensando o Agro" em Rosário do Sul – 22 de setembro;
- Produção e Tecnologia do Leite – 30 de agosto.

RS-RURAL

O Programa **RS-Rural**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem por função combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e diminuir o êxodo da população rural no Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua capacidade produtiva e sua qualidade de vida.

A execução do Programa, em 2005, resultou na capacitação de 16.903 pessoas, entre técnicos e beneficiários diretos. Relativamente à ação de *Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, Geração de Renda e Infra-estrutura Social*, foram beneficiadas 13.631 famílias (agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e pecuaristas familiares).

A meta do Programa é atender, até o final de 2006, um total de 6.750 famílias distribuídas em microbacias hidrográficas ou comunidades em 150 municípios, incluindo agricultores familiares, índios e quilombolas. Serão executados 150 Projetos Integrados, que integram ações de manejo de recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura social básica.

SEGURO AGRÍCOLA

O Programa **Seguro Agrícola**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva proteger os investimentos aplicados nas culturas contra os riscos com chuva excessiva, impossibilidade de colheita, granizo, geada, incêndio, ventos fortes, seca e inundação.

A execução do Programa, em 2005 – safra 2005-2006 – resultou no processamento de 100.000 propostas de seguro na modalidade “Básico”, das quais estima-se que 45.000 sejam concretizadas pelos agricultores solicitantes. A elevação na demanda por seguro é possivelmente explicada pela forte estiagem ocorrida na safra 2004-2005.

No que tange ao seguro para uva, a demanda tem se mostrado abaixo do esperado, haja vista a existência de outros produtos semelhantes à disposição do agricultor.

Por fim, relativamente à ação de Promoção do Seguro Agrícola, em 30 de junho, durante o *Seminário Internacional sobre Seguro de Emergência e Seguro Agrícola*, a SAA/RS realizou uma apresentação de divulgação e promoção do Seguro Agrícola Básico para Milho.

As metas projetadas para 2006 compreendem a realização de 35.000 contratos de seguro na modalidade básico, 2.500 na modalidade solidário – especialmente por viticultores e outros fruticultores, bem como produtores de milho, feijão e soja. Também está programada a realização de três eventos e outras atividades de suporte e divulgação do Programa, a fim de elevar o nível de conhecimento sobre seguro agrícola entre os agricultores e suas organizações, bem como entre as entidades públicas e privadas com responsabilidades no setor agrícola, visando aumentar a adoção do seguro agrícola pelos agricultores gaúchos, inclusive o seguro comercial não subsidiado.

TROCA-TROCA DE SEMENTES

O Programa **Troca-Troca de Sementes**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva distribuir sementes de milho de boa qualidade de modo a beneficiar, anualmente, 180.000 produtores agrícolas.

O Programa Troca-Troca atendeu as 637 entidades conveniadas, permitindo o atendimento de 201.555 famílias e o plantio de 422.000 ha de milho, com a alocação de 8.062 toneladas de sementes, o que representou 90% da meta inicialmente estabelecida.

Destaca-se o fato de que o incremento de produtividade, esperado para ser alcançado no final do PPA, já foi alcançado em 2005, havendo sido incrementada de 3 toneladas por hectare, em 2002, para 3,6 em 2005.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DE ARROZ NO ESTADO DO RS

O Programa **Aumento da Produtividade de Arroz no Estado do RS**, do **Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA)**, objetiva aumentar a produtividade média gaúcha em mais de uma tonelada por hectare em quatro anos, diminuir custos da lavoura, reduzir o impacto ambiental e melhorar a qualidade do cereal. Na safra 2004/2005, a produtividade da lavoura arrozeira já alcançou 6.139 kg/ha, ou cerca de 690 kg em relação à base de comparação do indicador (2002), o que representa o alcance de quase 70 % da meta prevista para o período do PPA (2004-2007). Para isso contribuiu o alcance ou superação das metas estabelecidas para as ações de assistência técnica, de pesquisa e de comercialização de sementes, com destaque para esta última, que registrou a produção e a comercialização de 350 mil sacos de sementes, frente a uma projeção inicial de 75 mil sacos.

PROGRAMA DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO

O **Programa de Políticas de Abastecimento**, desenvolvido pela **Centrais de Abastecimento S/A (CEASA)**, tem por objetivo reduzir a fome no Estado, a partir do conceito de "segurança alimentar", e qualificar as políticas públicas de abastecimento. Prevê ações de recuperação estrutural da CEASA e de encaminhamento de sobras de comercialização da Central, para a alimentação de populações carentes.

A ação *Tá no Prato* tem logrado o aproveitamento de 2.798 kg de alimentos por dia, encontrando-se em ritmo normal de execução, não obstante esse montante representar somente 8% da meta inicialmente estabelecida para o ano (35.000 kg/dia).

Para 2006, está projetado o aumento do número de entidades beneficiadas na Capital e Região Metropolitana de Porto Alegre, com o objetivo de atingir 60.000 pessoas e elevar em 40% o número de cursos ministrados pela nutricionista e cozinheiras do Programa (aproximadamente 60.000 pessoas). Também está programada a obtenção de outro veículo utilitário, a fim de aumentar a interiorização do Programa.

APOIO E FOMENTO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

O Programa **Apoio e Fomento ao Cooperativismo e Associativismo**, do **Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC)**, objetiva dotar o Estado de uma estrutura orgânica de apoio e estímulo ao cooperativismo e associativismo, enquanto formas de organização sócio-econômica, capazes de mobilizar os cidadãos em torno das necessidades mais prementes, na busca de soluções comuns, através do espírito da ajuda mútua, da solidariedade e da cooperação.



Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, em 2005, destacam-se:

- Banco de dados do cooperativismo – implantação do Cadastro Geral das Cooperativas, de acordo com a Lei nº 11.995, de 30 de outubro de 2003. Através do convênio com a Junta Comercial do Rio Grande do Sul, com a remessa

de ofícios a 2.739 cooperativas e 313 prefeituras com registros de cooperativas, com vistas ao preenchimento do Formulário do Cadastro Geral das Cooperativas;

- Capacitação – Realização de 54 cursos de capacitação técnica e de gestão cooperativa, beneficiando 1.154 pessoas.

Para o ano de 2006, estão programadas metas de apoio à organização e à estruturação de 60 cooperativas e associações, ao atendimento de 40 famílias, no âmbito da economia solidária, bem como a realização de 12 projetos de apoio ao cooperativismo.

REFORMA AGRÁRIA – ACESSO À TERRA E VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS

O Programa **Reforma Agrária - Acesso à Terra e Viabilização Econômica dos Assentamentos**, do **Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo**, tem como função viabilizar o acesso à terra e contemplar os assentados com recursos para infra-estrutura produtiva, necessária à consolidação dos projetos de assentamento e titulação, inserindo-os no contexto do desenvolvimento sustentável, a fim de que a população do campo possa ter uma qualidade de vida melhor, através da interiorização do processo econômico e social, buscando reformas eficientes de expansão, mantendo as famílias já assentadas, no campo.

No âmbito das ações que integram o Programa, destacam-se, em 2005:

- Aquisição de imóveis por convênio Estado/INCRA e Aquisição de imóveis pelo Estado – compra compartilhada (Estado/INCRA) de um imóvel de 1.664 ha em Nova Santa Rita e aquisição de imóvel de 1.832 ha em Capão do Cipó;

- Indenização de agricultores - Indenização de 150 agricultores oriundos de terras indígenas e reassentamento de 30 famílias;

- Implantação de 95 pomares em 87 ha de 6 municípios e de 5 viveiros florestais (São Francisco de Assis, Alegrete, Rio Pardo, Hulha Negra e Morro Redondo), já havendo sido disponibilizado aos produtores rurais aproximadamente um milhão de mudas de essências florestais nativas e exóticas.

- Elaboração de projetos de estudo de vocação de uso da terra, seguida de loteamento da propriedade e participação na elaboração do Programa de Desenvolvimento Agrícola da área comprada de forma compartilhada com o INCRA em Santana do Livramento, beneficiando 71 famílias, além das 60 famílias assentadas em São Jerônimo.

As programações para 2006 incluem: a concessão de crédito fundiário a 243 jovens agricultores, a aquisição de imóveis para o atendimento a 300 famílias, a indenização de 100 famílias de agricultores, a realização de 25 projetos de implantação de assentamentos e reassentamentos e o atendimento de 1.000 famílias no que toca à viabilização econômica de assentamentos.

3.2.1.3 TURISMO, ESPORTE E LAZER

A **Secretaria Turismo Esporte e Lazer (SETUR)** implementa ações voltadas para a divulgação das atrações turísticas e das potencialidades regionais, bem como da qualificação da oferta turística. Para tanto, participa em eventos estaduais, nacionais e internacionais, promove a adequada publicidade e ações de *marketing* que facilitem a penetração dos produtos nos principais mercados emissores de turistas, além de desenvolver peças promocionais e campanhas institucionais regionais para o fomento do turismo interno.

AMPLIAÇÃO DA DEMANDA TURÍSTICA

No que diz respeito ao Programa de **Ampliação da Demanda Turística**, para prolongar os períodos de permanência e de exploração das estações turísticas e reduzir a sazonalidade, são realizadas, no mercado consumidor mundial, a divulgação da diversificação do produto turístico gaúcho de modo a atrair demandas heterogêneas, acoplando destinos de características geográficas e interesses turísticos similares, assim como peças promocionais capazes de divulgar de forma ampla os produtos regionais.



No processo de divulgação, a Secretaria participou de eventos internacionais, como a Bolsa do Produto Turístico em Lisboa/Portugal e a Feira Internacional de Turismo (FITUR) em Madri/Espanha. Quanto aos eventos nacionais, houve a

participação no 11º Workshop de Turismo da Agência de Turismo CVC, em São Paulo e a participação da Secretaria em onze eventos regionais.

Entre as ações de publicidade em *marketing* realizadas, encontra-se a impressão do Calendário de Eventos do Estado e a publicação de nova versão do mapa turístico rodoviário, em parceria com o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER). A SETUR elaborou a parte gaúcha do Calendário Nacional de Eventos.



A fim de fornecer aporte técnico às ações desenvolvidas para a Operação Verão no Estado, foram realizadas reuniões com os municípios para organizar a gestão dos serviços voltados aos turistas e contratados 140 estagiários para o atendimento nos Centros de Informações Turísticas Estaduais (CENINTURES).

Para desenvolver sua ação de forma interiorizada e descentralizada, a SETUR empreendeu Jornadas Técnicas de Qualificação dos Serviços Turísticos nas 24 Regiões do Rio Grande do Sul, com objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo, esporte e lazer no Estado, oportunizando o encaminhamento de pleitos e projetos dos Municípios. A Jornada Técnica de Qualificação dos Serviços Turísticos configura-se na oportunidade concreta de sensibilizar, orientar e qualificar os agentes da Cadeia Turística, visando a inserção competitiva dos produtos e serviços turísticos das regiões.

Além do exposto, através da Consulta Popular, juntamente com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs), foram assinados 62 convênios em todas as regiões do Estado, repassando recursos para diversos municípios, destinados à realização de eventos, colocação de placas turísticas e publicidade.

A Secretaria possui um serviço denominado Bolsa de Negócios e Ações Cooperadas, no qual os empresários dos diversos municípios são assistidos na busca de financiamento para a melhoria de seus empreendimentos. Foram realizados 130 atendimentos e encaminhamento de sete projetos aos agentes financeiros conveniados com a SETUR. Também foi assinado Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica com Banco do Brasil e Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), no qual foi incluído o Governo do Estado, através dessa Secretaria, como apoiador, especificamente no PROGER TURISMO – linha de financiamento do Banco do Brasil destinada a empreendimentos turísticos. A assinatura de tal convênio trouxe o benefício do bônus de adimplência de 0,83 % para pagamentos em dia dos financiamentos dessa linha, reduzindo a taxa de juros de 5,33 % ao ano para 4,5 % ao ano.

O Programa **Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PRODETUR Sul)** tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Sul, ampliando as oportunidades de trabalho, gerando renda e divisas.

No ano de 2005, foi realizada reunião com os Consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para orientação do Projeto de Sistemas de Informações/Fortalecimento Institucional, no âmbito do PRODETUR Sul.

QUALIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O Programa de **Qualificação da Oferta Turística** considera que a qualificação do setor constitui condição indispensável para a melhoria da prestação dos serviços turísticos. A profissionalização do mercado turístico pressupõe a difusão do conhecimento técnico, fortemente dependente de uma formação profissional objetiva e contínua do empresariado. Investindo em novos segmentos turísticos, a SETUR realizou a organização do Curso de Instrutor de Turismo Aventura, em parceria com o SENAC-RS, e o atendimento a empresários de Turismo Aventura, coordenou Grupos de Trabalho Regional, Ecoaventura e Rural, tendo participado ainda da Feira Adventure Sports Fair, em São Paulo, objetivando a divulgação do Turismo Aventura RS.

A SETUR, além de executar programa de assistência técnica orientadora ao empresariado, contemplando a formação, habilitação e treinamento de recursos humanos, executa ações de fiscalização, reprimindo com rigor as atividades turísticas desenvolvidas por pessoas e empresas não habilitadas.

Dentro deste Programa, ainda, foram cadastrados 75 agências de turismo, 49 meios de hospedagem, 197 transportadoras turísticas, 30 guias de eventos e quatro organizadoras de eventos. Além disso, foram fiscalizadas 82 agências de turismo, 89 meios de transporte, 113 transportadoras turísticas, três organizadoras de eventos, um guia de turismo e, ainda, realizado atendimento ao público.

Na promoção do Turismo Ecológico, foi proferida palestra sobre Ecoturismo, no II Seminário sobre Questões Ambientais da Costa Doce, em Arambaré, e realizadas reuniões preparatórias para o V Festival das Aves Migratórias, em Mostardas, além de participação na programação da Semana do Meio Ambiente.

A modernização e dinamização do sistema de coleta de informações constituem fator da maior importância para executar um bom atendimento aos turistas. Para tanto, a Secretaria está informatizando os Centros de informações e promovendo melhorias em sua sede. Foi elaborado o Projeto de Informatização do Sistema Estadual de Turismo, e está sendo desenvolvido um trabalho, junto às prefeituras, de sinalização turística, com o atendimento dos pleitos originados na Consulta Popular.

A aproximação do Poder Público Estadual com as demais esferas administrativas, através do Fórum Estadual do Turismo e de convênios assinados, promove a melhoria no processo de troca de informações e o alinhamento desejável das ações conjuntas. Foram realizadas reuniões de interiorização do Governo nas cidades de Uruguaiana, Pedras Altas,

Machadinho, Encantado, Paraí, Caçapava do Sul e Arroio do Tigre. Foram realizadas reuniões de descentralização da Secretaria com jornadas técnicas de qualificação dos serviços turísticos em Xangri-lá (Zona Litoral), Novo Hamburgo (Zona POA e Metropolitana), Bento Gonçalves (Zona da Serra) e Pelotas (Zona Sul).

A SETUR participou da organização dos roteiros e destinos turísticos gaúchos do Programa Destinos do Brasil, da EMBRATUR, e também dos Jogos Pan-Americanos em 2007, assim como da preparação do Roteiro/Destinos Turísticos Gaúchos da Chias Consultoria de *Marketing*, para a elaboração do Plano Nacional de *Marketing* do Ministério do Turismo. Participou, ainda, do I Encontro dos Fóruns e Conselhos de Turismo da Macrorregião Sul, em Florianópolis/SC, promovido pelo Ministério do Turismo.

Entre os trabalhos realizados, ainda se destacam:

- A organização da Mostra da Imigração Italiana, 130 Anos no Rio Grande do Sul e a Mostra A imaginação desafia o homem a mudar a sua realidade, do Município de Arroio dos Ratos;
- Organização e participação na Solenidade de Doação do acervo fotográfico Projeto Memória de Antônio Prado ao Consulado Geral da Itália;
- Avaliação técnica da proposta da Rota Caminhos das Revoluções e participação nas reuniões da Rota. Municípios: Caçapava do Sul, São Gabriel, Rosário do Sul e Alegrete;
- Organização e participação no Seminário Perspectiva de uma Gestão Compartilhada da Macrorregião Sul, promoção do Ministério de Turismo;
- Atendimento a 35 entidades tradicionalistas de Livramento, visando à organização do Desfile Farroupilha;
- Lançamento do Projeto Caminho do Gaúcho e assinatura de Protocolo de Intenções entre a SETUR e a CEPA;
- Organização, coordenação e realização do Fórum Estadual de Turismo;
- Participação no I Encontro dos Fóruns e Conselhos de Turismo da Macrorregião Sul, em Florianópolis/SC;
- Participação no Fórum da Macrorregião Sul e Organização e participação na Oficina de Regionalização promovida pelo Ministério do Turismo;
- Lançamento da Exposição Caminho das Missões;
- Assessoramento Técnico a Municípios.

Para 2006, estão previstas atividades de cunho estadual, nacional e internacional, operacionalizando a comercialização do turismo gaúcho junto a 7,5 milhões de turistas. Estão programados para desenvolvimento sustentável da região da Serra cinco novos roteiros turísticos em parceria com o Banco Mundial, União, Estados e Municípios da Serra. Está prevista, ainda, a revitalização dos CENINTURES. No que diz respeito à ampliação da demanda turística, o segmento do turismo rural iniciará o diagnóstico dos

municípios com potencialidades e terá prosseguimento a sinalização das rotas e portões de entrada do Estado.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

Através da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) foram desenvolvidas atividades para melhorar o acesso da população ao esporte e lazer e desenvolver o esporte de rendimento; e dar suporte técnico e financeiro aos atletas de alto rendimento.

Para detecção de talentos em eventos esportivos foi realizada parceria com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), Escola Superior de Educação Física e a Rede Centro de Estudos Nacionais de Esportes (CENESP). Foram avaliadas 20.000 crianças em todo o Estado. Os recursos financeiros dependidos foram dos parceiros da Fundação.

As atividades previstas pelo projeto RS Esporte 2003-2006 para o apoio a eventos esportivos já atingiram aproximadamente 69 mil pessoas, sendo 60 mil atletas que participaram dos jogos promovidos em todo o Estado nas categorias até 14 e até 16 anos, adulto e terceira idade.

Foram aportados recursos para a realização de eventos esportivos em entidades como clubes, associações e federações.

Para 2006, está sendo previsto o reaparelhamento da Fundação, construção de quadra poliesportiva destinada à prática de esporte, e apoio para desenvolvimento do esporte, que atingirá a aproximadamente 100 mil pessoas.

3.2.1.4 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A partir dos programas desenvolvidos pela **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)** e pelas Fundações a ela vinculadas – **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)** e **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** – o Governo tem como objetivo alcançar a meta de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

APORTE TECNOLÓGICO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS

O objetivo do Programa **Aporte Tecnológico aos Processos Produtivos**, da **SCT**, é aportar inovações tecnológicas aos processos produtivos, com auxílio dos pesquisadores das universidades e centros de pesquisa do Estado. Busca a integração das universidades e dos centros de pesquisa com todos os segmentos do setor produtivo gaúcho, para o desenvolvimento de tecnologias próprias, respeitadas as vocações de cada região.

Nesse sentido, o Programa realizou a assinatura de dois convênios, está com 37 em elaboração e três aguardando certificado de regularidade, totalizando 42, em todos os COREDEs.

Em 2005, sete regiões tiveram seus convênios reempenhados: Produção, Vale do Caí, Hortênsias, Litoral, Centro-Sul, Alto Jacuí e Campanha, totalizando recursos da ordem aproximada de 258 mil.

Destacam-se, entre os convênios em elaboração: Avaliação de Procedimento de Secagem de Plantas Aromáticas Destinadas à Produção de Óleos Essenciais; Aplicação Tecnológica de Resíduos de Soja, Farinha de Trigo e de Aveia em Panificação; Sistema Mecano-Ergonômico Aplicado à Otimização do Produto Calçadista; Ambiente, Agroindústria e Pesca para o Desenvolvimento do Litoral Norte: Alimentação e Estrutura da Comunidade de Peixes da Lagoa Rondinha, Municípios de Cidreira e Pinhal, RS; Pólo Regional de Plantas Mediciniais; Fortalecimento da Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) e Incremento na Produção de Leite Através do Uso da Técnica de Transferência de Embriões – PUC II; Inovação de Técnicas em Produtos Cerâmicos do Vale do Caí; Produção Energética a partir de Resíduos Sólidos no Vale do Rio dos Sinos e Identificação de Tecnologias Alternativas para Aproveitamento dos Resíduos Sólidos Industriais.

Foram 33 os projetos concluídos, e atendidas as regiões: Serra, Noroeste Colonial, Vale do Taquari, Central, Fronteira Noroeste, Produção, Vale do Rio Pardo, Campanha, Paranhana-Encosta da Serra, Sul, Fronteira-Oeste, Centro-Sul, Alto Jacuí.

Os projetos concluídos no ano de 2005 obtiveram os seguintes resultados:

- 117 novos produtos desenvolvidos;
- 249 novos processos desenvolvidos ou dominados tecnologicamente;
- 37 diagnósticos realizados na agricultura regional, apicultura e pesca;
- 41.584 produtores treinados em agricultura, aqüicultura e agroindústria;
- 59 variedades de uvas desenvolvidas;
- 612 tecnologias repassadas ao setor produtivo local;
- 710 cartilhas desenvolvidas para os produtores ligadas à horticultura, agroindústria, fruticultura, pecuária de leite e aqüicultura;
- 82 trabalhos científicos publicados nas áreas de agricultura e aqüicultura;
- 92 estudos de viabilidade econômica nas áreas de horticultura.

Para o ano de 2006, serão disponibilizados recursos financeiros da ordem de R\$ 2 milhões para apoiar 22 projetos de pesquisa aplicada aos processos produtivos, além de um diagnóstico ambiental para a região do Litoral Norte. No que diz respeito ao suporte técnico para o desenvolvimento do pequeno produtor rural, serão apoiados 42 projetos de pesquisa.

O através da articulação entre importantes segmentos – Governo, empresas, universidade/centros de pesquisa – proporcionando geração de emprego e renda e promoção da integração da indústria, visando à

inovação e fortalecimento das bases tecnológicas dos fornecedores locais, foi criado o Programa **Bases de Inovação Tecnológica para as Cadeias Produtivas Gaúchas**, uma rede tecnológica que abrange, atualmente, as Redes Petro (petróleo e gás natural), Hidro (mananciais hídricos), Fito (fitoterápicos) e Info (tecnologia da informação).

Foram formados grupos setoriais para a realização de eventos, seminários, visitas técnicas e participação em feiras dos diversos segmentos, os quais geraram a formação de grupos para qualificação e capacitação de fornecedores de bens e serviços, totalizando 213 empresas.

Na Rede Petro, em 2005, foi implementado o grupo 2 do Projeto Cadeia Produtiva do Petróleo e Gás, numa parceria com REFAP e SEBRAE, que capacitará e qualificará 80 empresas como fornecedoras da cadeia do petróleo e gás.

Foi realizado, através da SCT e SULGÁS, um seminário com o tema Gás Natural – Perspectivas e Oportunidades no Rio Grande do Sul, do qual participaram aproximadamente 100 empresas. Foram apresentadas as perspectivas e oportunidades do setor, bem como a previsão de investimentos e demandas, com vistas à capacitação de empresas para a prestação de serviços, considerando a expansão da malha de distribuição do gás.

Foi articulada uma parceria com empresas do Pólo Petroquímico – COPESUL, BRASKEM, Inova e Ipiranga – para capacitar e qualificar outras 80 empresas. Este projeto tem duração de dois anos e será mantido através de uma verba da PETROBRAS, com contrapartida das empresas-âncoras.

Foi criado, no setor de Tecnologia da Informação, o Projeto Setorial de *Software*, em parceria com o SEBRAE e entidades do setor – SEPRORGS, ASSESPRO e SOFTSUL. Foram formados grupos de trabalho em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Porto Alegre, totalizando 133 empresas.

Para 2006, está prevista a qualificação de 25 empresas de modo a promover o fortalecimento da base tecnológica e industrial dos fornecedores de bens e serviços para setores de petróleo, gás natural, energia e mineração do Estado, bem como a qualificação de cinco empresas objetivando promover e fortalecer a base tecnológica dos fornecedores de bens e serviços voltados à utilização de recursos hídricos. No que diz respeito à cadeia produtiva de medicamentos fitoterápicos, serão qualificadas 50 pessoas.

EDUCAÇÃO EM TECNOLOGIA

O Programa **Educação em Tecnologia** objetiva aumentar a compreensão do tema Ciência e Tecnologia no desenvolvimento sócio-econômico-cultural do conjunto da sociedade nas suas diversas instâncias. Com a realização do Fórum *Conhecimento, Tecnologia, Inovação e Qualidade de Vida*, a Secretaria de Ciência e Tecnologia buscou definir diretrizes para os próximos dez anos, para o Programa.

Com a participação das universidades gaúchas, de institutos de pesquisa e de outras de organizações, o Fórum destacou os seguintes aspectos:

- É urgente o estabelecimento de diretrizes para os cursos de licenciatura que garantam a inserção dos fundamentos e da prática da pesquisa na formação inicial dos professores. Dessa forma, o futuro professor aprenderá a valorizar, no aluno, a criatividade, a curiosidade e o empreendedorismo desde os primeiros anos de escolaridade.

- É preciso incentivar, nos estudantes e pesquisadores, a consciência que conhecimentos podem e, sempre que possível, devem ser transformados em instrumentos voltados à melhoria das condições de vida e garantir, à população gaúcha, melhores níveis de desenvolvimento intelectual, econômico e financeiro.

- Para que esses objetivos possam ser alcançados, evidencia-se a importância da implantação de um Instituto ou Centro de Pesquisa Educacional que contemple pesquisas em tecnologias educacionais, com uma formatação dinâmica e atual, talvez até numa perspectiva virtual, considerando a capacidade instalada dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Estado do Rio Grande do Sul.

- No que se refere à Educação Profissional, recomenda-se a sua articulação ao projeto de desenvolvimento social, científico, tecnológico e humano, possibilitando a continuidade de estudos e a articulação em nível superior. Para isso, devem ser implementadas políticas públicas com a finalidade de construir mediações entre a universidade, institutos de pesquisa e sociedade, de forma a viabilizar geração de conhecimentos que possam ser apropriados e utilizados na busca da sustentabilidade social e econômica.

Como Resultado dos trabalhos realizados, está sendo elaborado, por uma equipe técnica da Secretaria, um Plano Estratégico objetivando estabelecer uma política regional, em ciência e tecnologia, para os próximos dez anos. No ano de 2006, será dado o início da elaboração do Plano Estratégico, visando estabelecer uma política regional em Ciência e Tecnologia, para os próximos dez anos.

A Rede Tchê viabilizou a ampliação da capacidade de interação da Rede Estadual de Informação, através da execução de convênios firmados em 2004. Foram apoiados projetos para melhoria da infra-estrutura para a Interação Científico-Tecnológica com Uso de Videoconferência.

Em relação à ação da Rede Estadual de Informações em C&T (Rede Tchê), o ano de 2005 foi voltado para a melhoria da infra-estrutura da rede com o uso de videoconferência.

Em 2006, pretende-se realizar a divulgação de material referente a ciência e tecnologia para aproximadamente 48 mil pessoas e serão apoiados 17 projetos para trânsito de informações entre instituições de ensino e centros de pesquisa.

EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS

O Programa **Excelência em Tecnologias Avançadas** tem o objetivo de trazer inovação tecnológica para o benefício das empresas através de esforços cooperativos com universidades e centros de P&D, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e social do

Rio Grande do Sul e do Brasil, gerando mão-de-obra qualificada e ampliação de renda.

O Centro de Excelência e em Tecnologia Eletrônica (CEITEC), será o mais moderno centro de prototipagem de circuitos integrados de alta complexidade – *chips* – na América Latina, está em fase de desenvolvimento, tendo sido realizadas as obras físicas do Centro de *Design* e da Sala Limpa, com prazo previsto de conclusão para outubro de 2006. Os Recursos Humanos estão sendo treinados, e já foi assinado o primeiro contrato para o desenvolvimento do primeiro *chip*. Provisoriamente, o CEITEC está instalado na UFRGS e no TECNOPUC. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) assumiu a construção do CEITEC e licitou a obra no valor de R\$ 148,7 milhões.

Com relação à Criação de Centros de Excelência em Tecnologia Avançada do RS (CETA RS), que têm como finalidade disponibilizar um centro especializado no desenvolvimento e produção de circuitos integrados de aplicação específica, capaz de fornecer serviços de suporte a projetos de P&D e formação de recursos humanos, o SENAI assumiu a coordenação do projeto, e foram ajustadas metas para serem cumpridas até dezembro de 2008.

GESTÃO DAS POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No Programa **Gestão das Políticas de Ciência e Tecnologia**, pelo terceiro ano consecutivo, o Estado, em parceria com prefeituras do litoral e iniciativa privada, colocou à disposição de turistas, veranistas e comunidade do litoral, um serviço de acesso gratuito à Internet, durante o período de veraneio.

Na promoção da Ciência e Tecnologia, o melhor da produção científica gaúcha foi apresentado durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2005. Foram mais de 500 atividades, tanto na capital como no interior. Um dos destaques foi o Fórum do Conhecimento, Tecnologia, Inovação e Qualidade de Vida: uma visão do Estado gaúcho para o setor nos próximos dez anos. Também foi promovido seminário sobre defesa da propriedade intelectual para auxiliar a evolução da pesquisa e a I Jornada de Jornalismo Científico; que mobilizou cursos universitários de comunicação social na discussão da popularização da ciência com auxílio da mídia.

Em 2006, serão desenvolvidos oito projetos de pesquisa aplicada para empresa através da cooperação tecnológica entre a Sociedade Fraunhofer (FHG) da Alemanha e o Estado. O percentual de conclusão do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) deverá alcançar 9 %.

APORTE TECNOLÓGICO À INOVAÇÃO EMPRESARIAL

O Programa **Aporte Tecnológico à Inovação Empresarial**, desenvolvido pela **CIENTEC** tem como objetivos: reduzir o atraso tecnológico de algumas empresas industriais do Estado; aumentar a competitividade da economia gaúcha; melhorar a qualidade dos produtos industriais gaúchos; diminuir o desperdício de matérias-primas e de energia e prevenir a poluição desnecessária do meio ambiente.

Para alcançar esses objetivos, foram implementadas três ações.

A primeira é a *Transferência de tecnologias*, na qual foram realizadas, predominantemente, consultorias referentes ao meio ambiente, principalmente quanto a emissões envolvidas em processos de combustão e gaseificação e os próprios processos de combustão e gaseificação de biomassa. O aumento em 30 % nas exportações foi o resultado para as empresas assistidas pelo Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (PROGEX) que atendeu, basicamente, empresas do setor eletro-eletrônico.

Na segunda ação – *Desenvolvimento ou otimização de produtos e processos* – foram apresentadas 16 propostas de projeto, sendo oito aprovadas, estando duas, ainda, em análise. Cerca de 60 % desses projetos concentraram-se na área de geração de energia e biocombustíveis. Foram concluídos cinco projetos.

Dos projetos concluídos, cabe ressaltar o Projeto Acetato, que desenvolveu, em conjunto com uma indústria, um processo para esterificação de butenos (matéria-prima da COPESUL) com ácido acético. Também foi concluída a primeira etapa do Projeto CGTEEGAS, um estudo para implantação de uma unidade de gaseificação de carvão na Termelétrica de Charqueadas.

A terceira ação – *Estudos de viabilidade técnica e econômica* – foi contemplada no escopo de alguns dos projetos executados nas ações anteriormente citadas.

Quanto às patentes, um indicador dos resultados em trabalhos de P&D, não houve nenhuma licenciada, e não foram iniciados novos processos de pedidos de patentes, processos esses que estão levando em média oito anos para completar-se no âmbito do INPI.

Em 2006, está prevista a transferência de tecnologia para três empresas, a partir dos estudos de P&D desenvolvidos na Fundação.

INFRA-ESTRUTURA E SUPORTE TECNOLÓGICO PARA A CRIAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Com o objetivo de criar um ambiente propício para o surgimento de empresas, indústrias em particular, que usem tecnologias mais intensivas em conhecimento para induzir melhorias significativas em técnicas e processos produtivos usados correntemente, é desenvolvido, na CIENTEC, o Programa de Infra-estrutura e Suporte Tecnológico para a Criação de Empresas de Base Tecnológica. Foram realizadas, em 2005, duas ações para a implementação do Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Estas ações são assim denominadas: *Manutenção e operação de incubadoras e Implantação da área industrial do parque*.

A ação Manutenção e Operação de Incubadoras é constituída por duas unidades distintas: uma instalada na Sede, em POA, e a outra, no Campus, em Cachoeirinha. Para integrar as Incubadoras aos diversos "Planos de Negócios", elaborados pelos empreendedores candidatos à incubação, essas passam, inicialmente, por um rigoroso processo de seleção; às empresas que são admitidas é fornecido suporte técnico-administrativo para que se desenvolvam no âmbito da Incubadora,

executando seus respectivos Planos de Negócios; a empresa conclui o desenvolvimento de seu produto/processo e deixa a Incubadora para instalar-se, em caráter definitivo, em outro local. Essa seria uma empresa "graduada pela incubadora", segundo conceito universal. Para os gestores de Incubadoras, sejam tecnológicas ou de base empresarial, esse é um ciclo que se repete, periódica e constantemente.

A Incubadora Sede, localizada em Porto Alegre, abriga hoje dez empresas, sendo que cinco delas nela ingressaram em 2005. Por outro lado, nesse ano, apenas duas empresas graduaram-se nessa Incubadora: a EMED, que desenvolveu um sistema de gestão *on-line* para empresas da área de saúde e a GSCON, que projetou e desenvolveu dois módulos eletrônicos para a transmissão de dados, um via celular e outro via Internet. A Incubadora Campus, localizada em Cachoeirinha, conta com quatro empresas em regime de incubação, sendo que três delas nela ingressaram em 2005. A empresa MARISE LICKS foi graduada nesse mesmo período na área de *design* para mobiliário.

A segunda ação trata da Implantação da Área Industrial do Parque, que deverá ocupar 25 ha dos 75 existentes no Campus de Cachoeirinha. Conterá com 30 terrenos com área de 2.000 m² cada um para abrigar empresas intensivas em tecnologia; com 10 terrenos de 1.200 m² cada, destinados à construção de laboratórios de empresas e/ou Centros de ensino/pesquisa; dois condomínios industriais – prédios com 2.400 m² cada um – para abrigar, em caráter temporário, empresas em estágios intermediários de consolidação, preferencialmente graduadas por alguma Incubadora, no sentido de promover sua transição para a Área Industrial; e um grande prédio destinado à administração e fornecimento de todo o apoio logístico necessário às empresas, como refeitórios, salas para treinamento, auditório, etc.

Na primeira ação, verificou-se o cumprimento de 75% da meta programada para o exercício de 2005.

Com relação à segunda ação, através de uma emenda parlamentar, conseguiu-se do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para liberação em 2006, a importância de R\$ 1.067.000,00. Com esse recurso pretende-se dar início às obras de infra-estrutura da área industrial do Parque (terraplanagem, água, esgoto, energia, fibra ótica, entre outras).

Os recursos financeiros empenhados e liquidados, nesta ação, referem-se à elaboração de um Plano de Negócios para o Parque, projeto que está sendo executado com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Este Plano de Negócios deverá estar concluído em novembro de 2006.

SUPORTE TECNOLÓGICO À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Para melhorar o desempenho global do parque industrial gaúcho, analisando a qualidade das matérias-primas e insumos utilizados, assim como dos produtos acabados e de processos industriais utilizados, a CIENTEC realizou, dentro dos propósitos do Programa Suporte Tecnológico à Competitividade Empresarial, 13.460 laudos no decurso do ano, atendendo demandas de empresas públicas e privadas.

No decorrer de 2005, foram atendidas mais de 2.500 empresas que encaminharam 3.570 solicitações de serviço. Foram emitidos, nesse período, 13.460 laudos técnicos e realizados cerca de 65.000 ensaios. O número de laudos emitidos em 2005, em relação a 2004, aumentou em mais de 5 %. A CIENTEC possui em sua carteira 6.100 empresas ativas cadastradas.

Ainda em 2005, entrou em atividade, através de recursos captados junto à FINEP, o Projeto Unidades Móveis (PRUMO RS/Alimentos), que tem como objetivo atender às empresas do setor alimentício gaúcho por meio da execução de análises, testes e ensaios realizados na própria indústria em uma unidade móvel, onde encontra-se instalado um laboratório adequado às demandas desse segmento.

Para 2006, pretende-se manter o ritmo de atividades realizadas pelo Programa no ano que findou, através da emissão de 13.500 laudos técnicos.

MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA EM C&T

O Programa **Modernização da Infra-Estrutura em C&T** funciona como agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Sua finalidade é desenvolver a pesquisa em áreas estratégicas. Visando criar um espaço de identificação da pesquisa no Estado, a Fundação está desenvolvendo esforços no sentido da construção de sua sede própria, cuja contratação do projeto executivo está em fase de finalização.

Com o objetivo de financiar projetos de pesquisa em áreas cujos resultados e benefícios refluem de forma ampla para todos os setores, pode ser destacada, em 2005, a concessão de 975 bolsas por mês, num total aproximado de R\$ 4 milhões.

Quanto ao fomento à pesquisa, foram concedidos 1.154 auxílios que totalizaram um montante de 26 milhões. Foram desenvolvidos convênios com a União, que resultaram na realização compartilhada de projetos nas áreas dos Programas de Auxílio ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos Centros de Excelência (PRONEX), aos Primeiros Projetos (PROAPP) e à Parceria com Empresas (PAPPE).

Para o ano de 2006, estão sendo negociadas nova edição do Programa SUS (R\$ 3 milhões) e implementação do Plano Sul de Pós-Graduação (CAPES), envolvendo R\$ 3,6 milhões.

O fomento à pesquisa, ligado ao Programa de Participação Popular, terá recursos na ordem de R\$ 2,4 milhões, distribuídos por 22 COREDEs de nosso Estado, além de auxílios a pesquisador visitante e auxílios a recém doutores.

O Programa permanecerá apoiando, através de auxílios, a organização e a participação em eventos para fomento ao intercâmbio científico e tecnológico, bem como a concessão de bolsas de estudo para iniciação científica, iniciação técnica, estágio técnico e emergenciais de mestrado e doutorado.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA

O Objetivo do Programa **Modernização Tecnológica da Agropecuária Gaúcha** é integrar Centros Regionais de Pesquisa e Laboratórios da Instituição com as universidades, cooperativas, prefeituras e outras instituições de pesquisa, para formar um Sistema Estadual de Geração Tecnológica Agropecuária para o Rio Grande do Sul. No ano de 2005, o Programa foi executado, fundamentalmente, com os recursos próprios da FEPAGRO, além de recursos de projetos de pesquisa e convênios com duplo propósito, pois os recursos do Tesouro foram contingenciados.

O Programa atendeu, com investimentos, nove Centros de Pesquisa mais a Sede da FEPAGRO. Foram investidos aproximadamente R\$ 300 mil. As unidades beneficiadas foram:

- FEPAGRO Agroindústria, Caxias do Sul: Está em fase final de obras da modernização da cantina e implantação dos cursos de capacitação em vinificação colonial, com previsão de inauguração para março de 2006.

- FEPAGRO Florestal, Santa Maria: Foram inauguradas as novas unidades do Centro de Pesquisa Florestal em dezembro de 2005. As ações do Programa foram executadas com recursos do Tesouro do Estado, FEPAGRO e resíduos dos convênios técnicos, que foram reinvestidos na unidade, totalizando, aproximadamente, R\$ 145 mil. As ações foram a implantação de um Laboratório de Biotecnologia Florestal, melhoria do Laboratório de Sementes Florestais, implantação de estufa para produção de mudas florestais, aquisição de equipamentos de apoio e melhoria da área de almoxarifado e recepção e, ainda, reforma do auditório e da estrutura de capacitação técnica da unidade. O evento de entrega oficial foi realizado em dezembro de 2005.

- FEPAGRO Serra, Veranópolis: Tendo em vista a modernização do centro de pesquisa como um todo, e atendendo solicitação da Consulta Popular, foi implantado o Centro de Agricultura Familiar.

- FEPAGRO Sementes, Júlio de Castilhos: Foi realizada a modernização do centro de pesquisa como um todo com foco no programa de melhoramento genético de grãos, com previsão de inauguração em fevereiro ou março de 2006.

- FEPAGRO Fronteira Oeste, Uruguaiana: Foi promovido o evento de assinatura do novo convênio de pesquisa com o IRGA e a PUC. Na oportunidade, foram inauguradas as reformas e ampliação da infraestrutura da unidade de Uruguaiana em novembro de 2005.

- FEPAGRO Cereais, São Borja: A ação do Programa foi iniciada em 2003, com a aquisição de modernos equipamentos agrícolas para o programa de melhoramento genético de grãos. Outra ação importante foi, através do convênio com a Prefeitura Municipal, a capacitação de produtores na pecuária leiteira a pasto e a implantação de um tambo-escola na FEPAGRO. O projeto nessa unidade está em fase final de implantação.

- FEPAGRO Noroeste, Vacaria: As ações foram iniciadas em 2003, com investimentos na melhoria geral da unidade, possibilitando a

implementação de novos convênios. O primeiro é a implantação do Centro de Treinamento para agricultores da região, realizado com a Prefeitura Municipal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O segundo está em processo adiantado de tratativas para implantação de Curso de Agronomia no Centro, tendo como contrapartida o investimento previsto de mais de R\$ 1 milhão na unidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), ampliando a base de geração de tecnologias e o apoio da FEPAGRO ao desenvolvimento na região.

- FEPAGRO Serra do Sudeste, Encruzilhada do Sul: As ações do Programa foram iniciadas em 2005, com a modernização do viveiro florestal, unidade de beneficiamento de madeira serrada e de tratamento químico da madeira. Essas ações possibilitaram a retomada das ações de capacitação de produtores rurais através de dias de campo e cursos rápidos na unidade. O evento de entrega oficial foi realizado em dezembro de 2005.

- FEPAGRO Sanidade Animal: foi o Centro de Pesquisa que sofreu o maior incremento de melhoria da instituição. A ação do Programa foi baseada no trabalho de parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas, desenvolvidas pelo corpo técnico do Centro, que modernizou os nove laboratórios e toda infra-estrutura. Os valores investidos pelos projetos no Centro não foram contabilizados neste relatório, pois fazem parte do Programa ações de pesquisa e produção de vacinas, que tiveram como reflexo a melhoria das condições do ambiente de trabalho e a atualização das instalações. Por outro lado, os resíduos da pesquisa e do convênio da produção de vacinas foram canalizados para o reinvestimento pela Diretoria no próprio Centro de Pesquisa. Esse fato foi determinante para o salto de qualidade dos serviços de apoio sanitário da FEPAGRO ao complexo produtivo de carnes do Estado. O evento de inauguração foi realizado na sede da FEPAGRO Saúde Animal em dezembro de 2005. Na ocasião, foram entregues oficialmente as reformas, ampliações e modernizações dos nove laboratórios, da administração, do auditório e biblioteca, enfim, de toda a unidade.

- FEPAGRO Sede, Porto Alegre: As ações do Programa iniciaram em 2004, com investimentos na melhoria da infra-estrutura do prédio, como auditório e salas anexas de apoio, recepção, salas dos técnicos, salas da diretoria, laboratórios, banheiros, estacionamento, ajardinamento, segurança e outras melhorias. A inauguração oficial não tem data prevista, tendo em vista que o cronograma de obras das melhorias ainda não foi concluído.

O Programa, em seu Projeto de Capacitação de Recursos Humanos da Agropecuária Gaúcha, desenvolveu, ao longo dos três anos, a recuperação do periódico científico da FEPAGRO, Pesquisa Agropecuária Gaúcha (PAG). A revista estava com a edição paralisada desde 2001. O periódico passou por processo de modernização, reestruturação da comissão editorial e sistemática de edição, com redução de custos de impressão. Esse esforço implicou em investimentos em torno de R\$ 30 mil, de recursos próprios da FEPAGRO. Atualmente, a revista está em dia e com o conceito recuperado de C para B pelos órgãos avaliadores.

Ainda em seu Projeto de Capacitação de Recursos Humanos da Agropecuária Gaúcha, a FEPAGRO desenvolveu a modernização de seu *site*, tendo em vista a necessidade de melhoria na comunicação com o público-alvo da instituição, principalmente na divulgação dos novos produtos oferecidos em cursos de capacitação, tecnologias e serviços. O projeto foi desenvolvido com recursos próprios da FEPAGRO em parceria com a PROCERGS, com um montante de R\$ 12 mil.

Foi desenvolvida a ampliação da estrutura de capacitação da unidade de Livramento, vinculada à FEPAGRO Florestas. Foi realizada a ampliação da área dos cursos de artesanato de lã naturalmente colorida. Os recursos usados foram de projeto de pesquisa vinculado ao RS-Rural da própria FEPAGRO.

As ações previstas para o ano de 2006 são basicamente a continuidade de investimentos nos Centros de Pesquisa e nos Laboratórios da Instituição, com foco na área vegetal. Na área de capacitação, ficou estabelecida a prioridade de investir nesse segmento, em função da recuperação e ampliação da capacidade instalada.

Uma questão estratégica da instituição são os investimentos necessários na área de apoio, onde se destacam veículos, equipamentos de informática e de mídia, para suporte dos cursos. Outra questão é a ampliação do Projeto de Capacitação em Agroindústria da unidade de Caxias do Sul, com recursos da Consulta Popular, e inauguração da Cantina Escola, com recursos do Programa. Pretende-se, também, a implantação do Centro da Agricultura Familiar da unidade de Veranópolis.



3.2.2 INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

3.2.2.1 TRANSPORTES

A infra-estrutura de transportes no Rio Grande do Sul, tanto no que diz respeito à sua manutenção quanto ao seu desenvolvimento, é objeto da atuação da **Secretaria dos Transportes (ST)** e de seus órgãos vinculados: **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**, **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** e **Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG)**, que realizam e coordenam a execução dos programas de construção, manutenção e operação de rodovias, aeroportos, portos e hidrovias.

CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

Este Programa, coordenado pelo **DAER**, tem por objetivo possibilitar ao usuário de rodovia a redução de distâncias entre os vários núcleos populacionais, priorizando os que ainda não possuem ligação asfáltica, a diminuição dos custos de transporte e o trânsito dos usuários com eficiência e segurança. É executado a partir de um conjunto de 14 ações, que abrangem construção, restauração e conservação das rodovias administradas pelo Estado.

Em 2005, ano marcado por forte restrição financeira, tiveram continuidade as ações de melhoria e ampliação da malha rodoviária estadual. A Rota do Sol, de grande relevância para a atividade turística e para o escoamento da produção da Região da Serra, teve seguimento, sendo possível prever-se a sua conclusão em 2006. É de destacar, também, a conclusão e disponibilização para tráfego do trevo de acesso a São Vendelino, obra que confere segurança para cruzar a RS-122 em direção ao Vale dos Vinhedos, favorecendo a atividade turística na região.



Na ação *Construção de rodovias*, que visa à expansão da malha rodoviária do Rio Grande do Sul, destacam-se:

ROTA DO SOL: As diversas frentes de trabalho tiveram andamento em 2005, incluindo a construção dos túneis da variante ambiental e complementação dos trechos de cima da serra, de baixo da serra e litoral, conduzindo à situação demonstrada no quadro a seguir:

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2005 - ROTA DO SOL

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	SITUAÇÃO
RS-486	Trecho de cima da serra - Tainhas ao km 10,5	21	19 km pavimentados e 2,1 km com terraplenagem em andamento
RS-486	Variante Ambiental - km 10,5 ao Arroio Limoeiro	15,5	13 km pavimentados e túnel em andamento
RS-486	Trecho de baixo da serra - Arroio Limoeiro a Terra de Areia	17	9 km com terraplenagem concluída e 3 km pavimentados
RS-486	Trecho do Litoral - Terra de Areia a Curumim	12,482	Obra concluída em 2004 e inaugurada em 07/01/2005

Fonte: DAER

PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA – BID: objeto de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e conhecido como Programa de Pavimentação Rodoviária (PPR), esse conjunto de obras integra a ação *Construção de rodovias*. Com a extensão do prazo do financiamento para julho de 2005, foi possível dar andamento às obras, que apresentam a seguinte situação:

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2005 - BID

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	SITUAÇÃO
RST-377	Jóia a Santa Tecla	30,3	77% da obra concluída, 98 % da base concluída
RST-377	Santa Tecla a Lajeado - Santa Brígida	30,5	78% da obra concluída, 95% da base concluída
RST-377	Lajeado - Santa Brígida ao Acesso a Carovi	29,7	94% da obra concluída, 100% da base concluída
RST-377	Acesso a Carovi a Santiago	25,3	85% da obra concluída, 95% da base concluída
RST-377	Santiago ao Entroncamento com a RS-241 (São Francisco de Assis)	35,1	45% da obra concluída, 56% da base concluída
RST-377	Entroncamento com a RS-241 a Manoel Viana	31,5	61% da obra concluída, 50% da base concluída
RST-377	Manoel Viana ao Entroncamento com a BR-290 (Alegrete) - Contorno de Alegrete	4,69	Obra concluída em janeiro de 2004
RST-377	Entroncamento com a BR-290 ao Entroncamento com a BR-293 - Contorno de Quaraí	7,1	Obra concluída em julho de 2005
RST-101	Capivari a Passinhos	20	92% da obra concluída, com 100% da terraplenagem e 90 do revestimento executado
RST-101	Passinhos a Osório	18,7	88% da obra concluída, com 99%
RST-101	Viaduto sobre a RS-030		60% da obra concluída
RST-471	Barros Cassal a Herveiras	54,04	Obra paralisada, com 36 km em fase de terraplenagem, 2,5 km em pavimentação e 65% das obras de arte concluídas
RST-471	Herveiras a Vera Cruz	36,97	Obra paralisada, com 21 km em fase de terraplenagem e 30% das obras de arte especiais concluídas
RST-471	Vera Cruz a Santa Cruz do Sul	20,65	Obra em andamento, com pavimento concluído nos 5 km que dão acesso ao Autódromo de Santa Cruz do Sul e 45% das obras-de-arte especiais concluídas
RST-481	Cruz Alta a Salto do Jacuí	36,04	Obra paralisada, com 29,04 km de terraplenagem concluída, base concluída em 19 km e sub-base em 23 km, além de duas pontes concluídas
RST-481	Arroio do Tigre a Salto do Jacuí	13	Obra paralisada, com 13 km pavimentados

Fonte: DAER

CREMA: Como parte do Programa, está em realização a ação Restauração e manutenção de Rodovias, que conta com financiamento do BIRD. A ação é executada a partir dos Contratos de Restauração e Manutenção (CREMA), pelos quais os trechos rodoviários são restaurados e mantidos por empresas contratadas, por um período de cinco anos. São objeto desta ação 2.104 km de rodovias estaduais pavimentadas, estando

já restaurados 1.319 km (62,3 % desse total). No ano de 2005, foram restaurados 327,15 km de rodovias.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - CREMA

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
LOTE 2	PASSO FUNDO	283,990	-	-	139,270
LOTE 7	BENTO GONÇALVES	366,010	-	-	159,640
LOTE 4	SANTA ROSA	216,560	-	-	146,880
LOTE 5	SANTIAGO	250,410	-	-	155,620
LOTE 6	CRUZ ALTA	280,200	-	-	141,570
LOTE 3	PALMEIRA DAS MISSÕES	405,040	-	-	51,690

Fonte: DAER

No que diz respeito à *Conservação de rodovias*, foram mantidos serviços em todos os Distritos Operacionais do DAER (DOPs), com execução de revestimento primário, roçada, terraplenagem, serviços com asfalto (tapa-buraco), sinalização e plantio, atendendo a malha rodoviária em operação. As principais produções foram:

Revestimento primário:	45.103,8 m ²
Roçada:	9.889.190,6 m ²
Terraplenagem:	5.016 m ³
Patrolagem:	121.055.784 m ²
Serviços com asfalto:	29.325 m ²
Sinalização vertical:	4.415,2 m ²
Sinalização horizontal:	212.231,4 m ²

MANUTENÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL E MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

A **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** conduz os programas **Manutenção do Sistema Hidroviário e Modernização Portuária**, que têm por objetivos manter e qualificar as condições de utilização das hidrovias e portos fluviais no Rio Grande do Sul, tornando o transporte fluvial uma vantagem competitiva do Estado.

As condições de navegação das hidrovias foram mantidas durante 2004, tendo sido concluída a implantação da sinalização noturna.



Superintendência de Portos e Hidrovias – edifício sede

Em 2005, foi concluída a transferência das operações do Porto de Porto Alegre para o cais Navegantes, com a conclusão da transferência dos guindastes 12 e 18. Com isso, o cais Mauá ficou liberado para as ações de revitalização de suas instalações, com vistas às novas utilizações previstas, voltadas para atividades culturais e turísticas.

Também em 2005

foram encaminhadas as ações visando dotar o Porto de Porto Alegre do instrumental de segurança exigido (ISPS-CODE), prevendo-se a sua completa instalação em 2006.

PORTO DO RIO GRANDE – PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL

A **Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG)** coordena o Programa **Porto do Rio Grande – Portal Logístico do MERCOSUL**, cujo objetivo é afirmar o Porto do Rio Grande como o principal porto do MERCOSUL. Para tanto, suas ações buscam, além de operar e manter o Porto e suas instalações, aumentar a capacidade de movimentação de carga, atendendo ao cliente com segurança e qualidade e diminuindo seus custos.



A SUPRG tem dado ênfase às ações de modernização e qualificação do Porto, merecendo destaque os investimentos realizados no sentido de adaptar o Porto do Rio Grande ao Plano de Segurança

dos Portos, o que está exigindo a aquisição de equipamentos e instalações especiais, para adaptação às disposições da 5ª Conferência da Convenção para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, da qual o Brasil é signatário, junto com outros 161 países.

Outra ação importante foi a obtenção da Licença de Operação, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com licença para dragagem incluída, válida para 8 anos. O Porto do Rio Grande é o primeiro porto do Brasil a obter essa licença, significando que possui uma gestão ambiental eficaz.



3.2.2.2 ENERGIA

As políticas nas áreas de Energia e Mineração são conduzidas pela **Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)**, bem como pelas empresas a ela vinculadas: a **Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)**, a **Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM)** e a **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)**.

A condução das políticas atinentes à energia no Rio Grande do Sul permite apresentar o seguinte quadro descritivo da situação do setor e das projeções para o período que inicia.

ENERGIA ELÉTRICA

O Estado do Rio Grande do Sul, através do Comitê de Operação e Planejamento do Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul (COPERGS), que tem como função principal o planejamento da expansão e das melhorias do sistema elétrico do Rio Grande do Sul e que representa uma ação integrada das empresas do setor elétrico gaúcho, sob a coordenação da **Secretaria de Energia, Minas e Comunicações**, busca o abastecimento de energia elétrica com segurança, qualidade, continuidade e confiabilidade. A cargo da SEMC estão os seguintes Programas: Coordenação das Políticas nas Áreas de Energia, Minas e Comunicações; Eletrificação; Fontes Alternativas de Energia; Atualização de Recursos de Tecnologia da Informação na CEEE; Expansão da Capacidade de Geração da CEEE; Expansão do Sistema de Transmissão e Sistemas Associados; Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição da CEEE; Manutenção da Geração; Manutenção do Sistema de Transmissão; Programa de Eficientização Energética (PEE); Reluz; Universalização dos Serviços de Energia Elétrica; Ampliação do Uso de Gás Natural; e Carvão Mineral.

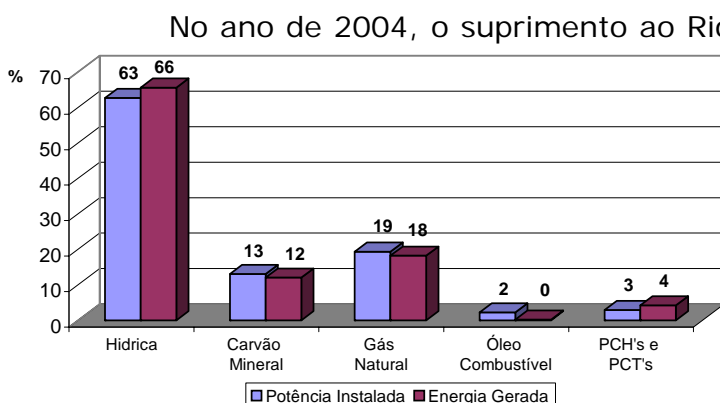
CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO

O Rio Grande do Sul apresenta uma capacidade instalada de 4.140,7 MW, oriundos de usinas hidrelétricas, termelétricas a gás natural, a carvão mineral e a óleo combustível, de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e pequenas centrais termelétricas (PCT). Nesse número não estão incluídos os autoprodutores de energia. A tabela a seguir mostra a potência instalada e a energia gerada por fonte.

Potência Instalada e Energia Gerada, no RS, em 2004

Fonte	Potência Instalada		Energia Gerada		
	MW	%	MW _h	MW _{médios}	%
Hidrica	2.593	63	9.762.453	1.114	66
Carvão Mineral	538	13	1.786.621	204	12
Gás Natural	800	19	2.706.231	309	18
Óleo Combustível	90	2	21.832	2	0
PCH's e PCT's	120	3	619.301	71	4
Total	4.141	100	14.896.437	1.701	100

Fonte: Balanço Energético Estadual.



No ano de 2004, o suprimento ao Rio Grande do Sul foi realizado

através de energia gerada no Estado e de recebimento do Sistema Interligado Nacional, em proporções de 60% e 40%, respectivamente, percentuais estes que variam, principalmente, com fatores associados às condições hidrológicas das bacias do Estado e do

País e ao processo de otimização, realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que visam proporcionar ganhos sistêmicos para todo o Brasil.

SITUAÇÃO DO CONSUMO E DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2003-2004

O consumo estadual de energia elétrica teve um crescimento anual médio de 4,4% no período 1985-2004 e estima-se que cresça a uma taxa anual média de 3,9% no período 2005-2010. As condições de fornecimento de energia elétrica para as indústrias, no Rio Grande do Sul, são plenamente satisfatórias.

A energia anual requerida para abastecer o Rio Grande do Sul, que era de 2.614 MW_{médios}, em 2002, passou para 2.664 MW_{médios}, em 2003, 2.825 MW_{médios}, em 2004, alcançando 2.990 MW_{médios}, em 2005.

A potência instalada de geração aumentou 171MW, entre 2003 e 2004, e deverá crescer 5,7% em 2005 com a entrada em operação da 1ª unidade (236MW) da Usina Hidrelétrica Barra Grande, no rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS.

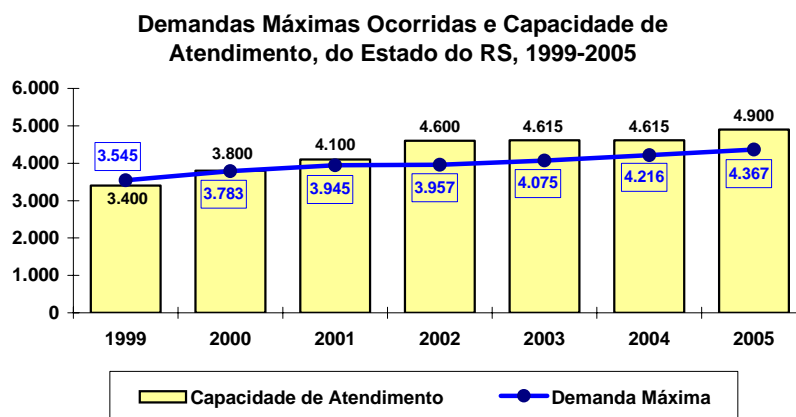
A produção de eletricidade, que foi de 1.634 MW_{médios}, em 2003, e 1.664MW_{médios}, em 2004, levou o Estado a importar 1.030 MW_{médios} de eletricidade, em 2003, e 1.100MW_{médios} em 2004, o que equivale a cerca de 17 vezes a energia que será gerada pela Usina Hidrelétrica Monte Claro, do complexo CERAN, cuja primeira unidade (65MW) entrou em operação em dezembro de 2004 e cuja segunda (65MW) deverá entrar em operação em abril de 2006. Tal importação é necessária para complementar o abastecimento de energia elétrica, no RS, e equivale ao suprimento de 4,5milhões de gaúchos.

A capacidade de atendimento do RS, que era de 4.615MW, até o final de 2004, alcançou, em abril de 2005, o patamar de 4.900MW, em regime normal de atendimento, com a conclusão da implementação, pelas empresas, da compensação capacitiva (162,3 MVar) - AES Sul (56 MVar), RGE (13 MVar) e CEEE (93,3 MVar). Isso assegurou, ao RS, o atendimento com segurança da carga máxima ocorrida (4.367MW), no verão 2004/2005.

Para o verão 2005/2006, estão asseguradas as condições de atendimento ao Estado, para a carga máxima prevista de 4.562MW, mesmo em contingência simples.

Dentro deste cenário, torna-se imperioso garantir uma série de obras para

que o abastecimento se dê de forma segura nos próximos anos, o que tem sido objeto dos esforços da SEMC junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ao Ministério de Minas e Energia (MME), à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), às Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS e na coordenação do Comitê de Operação do Sistema Elétrico do Estado (COPERGS).



OBRAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A solução estrutural para garantir o abastecimento ao Estado do RS compreende a implantação de uma linha de transmissão de 525kV entre a subestação (SE) Campos Novos e SE Nova Santa Rita, de 525kV/230kV (potência: 3x672MVA), atualmente em construção, que também se conectará à linha de transmissão de 525kV, que liga Itá a Gravataí. A implantação dessa Linha de Transmissão e da subestação Nova Santa Rita, bem como do sistema de integração em 230kV associado, resultará em melhoria significativa nas condições de atendimento ao Estado do Rio Grande do Sul, eliminando os riscos de cortes de carga, mesmo em contingências na Rede de 525kV.

A execução desse conjunto de obras, além da instalação de novos capacitores nas subestações Campo Bom e Quinta e a ampliação da SE Caxias elevarão a capacidade de atendimento no Estado para 5.500 MW, já no verão 2006/2007.

Em 2005, destaca-se a realização do seguinte conjunto de obras do sistema de transmissão de energia elétrica, sob a responsabilidade da CEEE:

- Linha de Transmissão 230 kV Lagoa Vermelha – Santa Marta (abril/05);
- Subestação 230/138 kV Lagoa Vermelha (abril/05);
- Linha de Transmissão 230 kV Presidente Médici – Pelotas 3 (maio/05);
- Linha de Transmissão Dona Francisca – Itaúba (2º circuito) (outubro/05);
- Nova Subestação Tapera 230kV, seccionando a LT 230kV Passo Real – Santa Marta (abril/05);
- Recapacitação das linhas de 230kV Caxias-Campo Bom (em andamento).



Usinas, no RS, com operação comercial prevista até o verão 2006/2007

Empreendimento	Potência Instalada MW	Investimento US\$ 1 milhão
UHE Monte Claro	65,0	90,0
UHE Castro Alves	130,0	75,0
UHE 14 de Julho	100,0	74,0
UHE Monjolinho	67,0	53,0
UHE Barra Grande	690,0	509,0
UHE Foz do Cahpecó (855 MW)	427,5	328,5
UHE Pai-Querê (292 MW)	146,0	107,5
PCH Furnas do Segredo	9,8	10,5
PCH Ferradura (otimização)	9,2	10,0
PCH São Bernardo	15,0	9,0
PCH Carlos Gonzatto	9,0	5,0
PCH Esmeralda	22,2	13,0
PCH Caçador	22,5	14,0
PCH Cotiporã	19,5	12,0
PCH Linha Emília	19,5	12,0
PCH Jararaca	28,0	16,0
PCH Da Ilha	26,0	16,0
Parque Eólico Osório	50,0	70,0
Parque Eólico Osório Sangradouro	50,0	70,0
Parque Eólico Osório Índios	50,0	70,0
Parque Eólico Cidreira	70,0	90,0
Usina Termelétrica a Biomassa - GEEA Alegrete	8,0	5,8
Total	2034,2	1660,3

Fonte: Secretaria de Energia Minas e Comunicações

1- Usinas do Complexo CERAN: Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho

2- A primeira unidade da UHE Monte Claro entrou em operação em dezembro de 2004

3- Nas usinas de Foz do Chapecó e Pai-Querê está computada somente a metade da potência e do investimento, por se localizarem na divisa com Santa Catarina.

Em 2005, entrou em operação a UHE Jaguari, com 9,8 MW, na qual a CEEE detém participação de 14,20%.

Também com participação da CEEE (20,43%), a Usina Termelétrica Termogaúcha, com potência de 500 MW, está em ritmo reduzido de construção, em função das indefinições quanto ao sistema de fornecimento de gás.

FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

O Programa Fontes Alternativas de Energia, coordenado pela SEMC, visa articular as ações de diversificação da matriz energética do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, estão em andamento diversas obras relativas



à implantação de usinas eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no âmbito do Programa Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA), do Ministério de Minas e Energia, que disponibiliza financiamento.

A construção de parques eólicos é um dos projetos em andamento, compreendendo o seguinte conjunto de usinas, todas sob responsabilidade de empreendedores privados:

Empresa	Município	Aproveitamento	Potência (MW)	Situação
Elecnor do Brasil/ENERFIN	Osório	UEE dos Índios	50	em execução obra
Elecnor do Brasil/ENERFIN	Osório	UEE Osório	50	em execução obra
Elecnor do Brasil/ENERFIN	Osório	UEE Sangradouro	50	em execução obra
Elebrás Ltda/INNOVENT	Tramandaí	UEE Elebrás Cidreira I	70	Execução projetos
Elecnor do Brasil/ENERFIN	Palmares do Sul	UEE Palmares	7,56	Execução projetos
TOTAL			227,56	

Fonte: SEMC

Outro ramo de ações do Programa Fontes Alternativas de Energia diz respeito à construção de pequenas centrais hidrelétricas, também abrangidas pelo PROINFA. No quadro a seguir, são apresentadas as obras em andamento, todas sob a responsabilidade de empreendedores privados:



UHE São Bernardo - obra

PCH	EMPRESA	POTÊNCIA	RIO	MUNICÍPIO
		MW		
SÃO BERNARDO	CJ Energética LTDA	15	Bernardo José	Barracão / Esmeralda
CARLOS GONZATO	CESBE S.A. - Eng. e Empreendimentos	9	Turvo	Campo Novo
ESMERALDA	PCE Projetos e Consultorias de Engenharia Ltda.	22,2	Bernardo José	Barracão / Pinhal
ÇAÇADOR (1)	Caçador Energética S.A.	22,5	Carreiro	Nova Bassano / Serafina Correia
COTIPORÁ (1)	Cotiporá Energética S.A.	19,5	Carreiro	Cotiporá
LINHA EMÍLIA (1)	Linha Emília Energética S.A.	19,5	Carreiro	Dois Lageados
JARARACA (1)	Hidrotérmica S.A.	28	Prata	Antonio Prado
DA ILHA (2)	Hidrotérmica S.A.	26	Prata	Antonio Prado
CRÍUVA	Hidrotérmica S.A.	20	Lageado Grande	Caxias do Sul / São Marcos
PALANQUIM	Hidrotérmica S.A.	19	Lageado Grande	Caxias do Sul / São Marcos
TOTAL		200,7		

Fonte: SEMC

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CEEE, em 2005, deu seqüência ao processo de ampliação e qualificação da rede de atendimento ao seu mercado consumidor, estendendo suas redes de distribuição, ampliando sua rede de subtransmissão e qualificando seu sistema de atendimento ao consumidor.

Foram concluídas, em 2005, as seguintes obras em Redes de Distribuição:

- 17 km de linhas de Subtransmissão, ligando Atlântida a Arroio do Sal (6 km) e Arroio do Sal a Terra de Areia (11 km);
- 26 obras de alimentadores em média tensão;

- 416 obras em circuitos de baixa tensão;
- Linha de transmissão (69 kV) Pelotas 4/Canguçu;
- SE Canguçu.

É de ser destacada a importância das obras que beneficiam a região de Canguçu, que resolvem significativo gargalo no sistema de abastecimento de energia elétrica, permitindo o desenvolvimento local e melhorando a qualidade de vida da população.

Encontram-se, ainda, em andamento, com conclusão prevista para 2006, as obras de construção da Linha de Transmissão 69 kV Bagé 2/Dom Pedrito, além das subestações de Areal e Arroio Grande.

A implantação de sistema de gerenciamento das redes de distribuição, baseado em cadastro georreferenciado, cuja conclusão está prevista para o final de 2006, conferirá maior agilidade, confiabilidade e qualidade ao atendimento dos consumidores da CEEE.



Ainda com relação à distribuição de energia elétrica, merecem destaque as ações desenvolvidas pela CEEE visando à qualificação da relação da empresa com seus consumidores, e que envolveram:

- Qualificação do serviço de teleatendimento, inclusive com a substituição de atendentes terceirizados por empregados da empresa;
- Ampliação da agência virtual, operada pela Internet, que propicia a realização da maioria dos serviços necessários para o bom atendimento do consumidor;
- Instalação de 150 terminais de auto-atendimento, a chamada "Internet pública", na qual uma gama de serviços poderão ser solicitados pelos consumidores, gratuitamente;
- Modernização e qualificação das 26 agências comerciais, incluindo padronização de identidade visual e dos equipamentos e instalações, conferindo melhores condições de atendimento e conforto.

MINERAÇÃO

O leilão de energia nova, realizado em dezembro de 2005 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), representou importante impulso para as atividades de extração de carvão mineral no Rio Grande do Sul, com o fim de suprimento de usinas termelétricas. As usinas de Candiota III, como a de Jacuí I, colocaram suas produções no mercado de energia elétrica, o que possibilita o início das obras de conclusão das duas centrais já em 2006. Em vista disso, as minas de carvão terão que adequar as suas capacidades de produção, para garantir o suprimento de

combustível para as duas usinas. No caso de Candiota, a CRM iniciará, em 2006, a ampliação da capacidade de produção da mina de Candiota para 4 milhões t/ano, o que implica em investimento, já neste ano, de R\$ 20 milhões na aquisição e adequação de máquinas e equipamentos da mina.



Mina de Candiota

Em 2005, as minas apresentaram as seguintes produções:

Mina	Tipo de carvão	Produção
		t
Candiota	3.300 kCal/kg	1.850.000
Leão	4.200 kCal/kg	65.000

Fonte: CRM

Outra ação importante da CRM diz respeito ao aproveitamento da antiga cava minerada na mina do Iruí para implantação de aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos e aproveitamento de créditos de carbono. Nesse sentido, foi contratado o estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA), cuja conclusão está prevista para março de 2006. A execução deste projeto deverá ser viabilizada mediante a parceria público-privada (PPP), permitindo importante acréscimo de faturamento para a CRM.

GÁS NATURAL

A situação do abastecimento de gás natural no Rio Grande do Sul permanece inalterada, possibilitando o fornecimento de 2,3 milhões de m³/dia de gás vindo da Bolívia, destinados a abastecer fundamentalmente a Usina Termocanoas, os consumidores industriais das regiões da Serra e Metropolitana, além dos usos como combustível automotivo. O gás natural fornecido pela Argentina (2,8 milhões de m³/dia) destina-se integralmente à Usina Termelétrica Uruguaiana.



A SULGÁS, no âmbito do Programa de **Ampliação do Uso de Gás Natural**, tem desenvolvido esforços no sentido de ampliar o mercado consumidor, merecendo destaque os seguintes resultados:

- A ampliação para trinta do número de postos de abastecimento de gás natural veicular (GNV) na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Região da Serra.
- A instalação de *city-gate* em Igrejinha.
- O início de operação do Projeto Moinhos de Vento, que possibilita o fornecimento de gás natural residencial, além do abastecimento do Hospital Moinhos de Vento, de *shopping center* e clubes do bairro.

O aumento da compressão no gasoduto da Bolívia permitirá ampliar o fornecimento de gás em 400 m³/dia.

3.2.2.3 SANEAMENTO E OBRAS PÚBLICAS

As ações atinentes ao saneamento e à execução de obras públicas estão afetas à **Secretaria de Obras Públicas e Saneamento (SOPS)** e à sua vinculada **Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN)**, abrangendo abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos, controle de enchentes, recursos hídricos e infraestrutura hidroagrícola.

A cargo da CORSAN, dois programas estão em execução e respondem pela maior parte das ações voltadas ao abastecimento de água e à coleta e tratamento de esgoto nas zonas urbanas dos municípios do Rio Grande do Sul. Os demais programas são coordenados e executados no âmbito da SOPS.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Tendo por objetivo universalizar a prestação dos serviços de abastecimento de água e melhorar a eficiência operacional dos sistemas em operação, dentro do Programa Abastecimento de Água, no ano de 2005, a rede de distribuição de água foi ampliada em 172 km, perfurados 163 poços, ampliada a produção de água tratada em 70 l/s e a reservação em 5.795 m³. Essas ações contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para a elevação dos padrões de saúde das populações beneficiadas.

Merecem destaque a realização das seguintes obras:

- Em Butiá: Ampliação do Sistema de Abastecimento, com inserção de mais 60 l/s via implantação de captação superficial, elevatória de água bruta e adutora de água bruta, possibilitando aduzir água do Rio Jacuí até a cidade de Butiá, oferecendo garantia de abastecimento quando de eventos de declínio de produção do atual manancial, o Açude Grande – já inserido na malha urbana, em períodos de estiagem.
- Em Canoas:
 - Ampliação da rede de abastecimento de água na cidade de Canoas, em especial na Ocupação COMTEL - Lote n° 1.
 - Ampliação da rede de abastecimento de água na cidade de Canoas, especialmente em São Luiz e Palmitinho - Lote n° 3.

– Ampliação da rede de abastecimento de água na cidade de Canoas, em especial na Ocupação Brehm, Cheiro da Terra e Nasário - Lote nº 2.

▪ Em Erechim: Perfuração do poço tubular profundo ERE - 019, possibilitando atingir o Aquífero Guarani, propiciando condições de atendimento à população durante a seca ocorrida no verão 2004/2005.

▪ Em Carlos Barbosa: Aquisição e Instalação de dois reservatórios em aço inox, de 100 m³ cada, na rede de distribuição.

▪ Em Itapuã: Execução das obras do sistema de abastecimento de água da aldeia Mybá-Guarani, incluindo poço, abrigo, adução e reservação.

▪ Em Santa Maria: Execução das obras de implantação de reservatório apoiado de 5 milhões de litros na ETA.

No âmbito do Programa de Abastecimento de Água, sob a coordenação da SOPS, foram perfurados 269 poços em 206 municípios.

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Visando à universalização da prestação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário nas zonas urbanas de municípios do Rio Grande do Sul e à melhoria da eficiência operacional dos respectivos sistemas, a CORSAN investiu neste Programa, em 2005, mais R\$ 13 milhões, tendo sido ampliadas em 9,6 km as rede de esgoto e em 455 l/s a capacidade de tratamento de esgoto sanitário. As ações de ampliação das redes coletoras contribuem para a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, em função das melhores condições sanitárias, o que se traduz em redução da incidência de doenças de veiculação hídrica. Já a implantação de estações de tratamento de esgotos traz importantes benefícios ambientais.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

▪ Em Cachoeira do Sul: Execução da Elevatória de Esgotos denominada EL-12.

▪ Em Cassino: Execução das obras de ampliação da rede coletora de esgotos e ramais prediais.

▪ Em Dom Pedrito: Implantação de uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE).

▪ Em Quaraí: Execução das obras de implantação de Estação Elevatória de Esgotos e Linha de Recalque para a ETE.

▪ Em São Borja: Execução de Interceptor de Esgotos, permitindo esgotar parcela da rede da cidade até a ETE.



MACRO E MICRODRENAGEM

O Programa objetiva prevenir desastres, reconstruir e recuperar cenários danificados, reduzir os danos e prejuízos causados pelo excesso de chuvas e ocupação desordenada do solo. Nesse sentido, foram concluídos os estudos de bacia dos arroios Velhaco, em Camaquã, e Quebracho, em Bagé. Além de ter sido firmado convênio para desassoreamento da Sanga da Divisa, no município de Quaraí.

POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO

O Programa **Política Estadual de Saneamento** visa, através da implantação dos instrumentos previstos no Sistema Estadual de Saneamento, criados pela Lei Estadual nº 12.037/2003, estabelecer indicadores para controle da prestação dos serviços de saneamento, estabelecer formas de monitoramento das ações de saneamento no Estado, além de propor uma política de avaliação e acompanhamento a todos os projetos a serem implantados na área de saneamento no Estado e instituir instrumentos administrativos que permitam a eficácia do Plano.

O Conselho Estadual de Saneamento teve seu regimento aprovado, permitindo a constituição das 05 Comissões Regionais de Saneamento, tendo como critério de regionalização as bacias hidrográficas do Estado.

No âmbito deste Programa, foi concluído o Plano de Saneamento Ambiental para 227 Municípios com população até 5.000 habitantes. Esse estudo foi encaminhado a todos os Municípios, contendo os resultados do diagnóstico com indicação dos projetos a serem elaborados, das obras a serem executadas e dos valores necessários para cada ação.

Prevê-se, para 2006, a conclusão da fase de implantação da Política Estadual de Saneamento, com a criação do Fundo Estadual e do Código Estadual de Saneamento, através da implementação do Sistema de Informações em Saneamento Ambiental. A consolidação do Sistema de Informações, após o término do Diagnóstico Estadual de Saneamento (em fase de finalização), permitirá a elaboração do Plano Estadual de Saneamento, que orientará a correta alocação dos recursos disponibilizados.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

Visando contribuir para a universalização do acesso a sistemas de esgoto sanitário e de fornecimento de água potável, o **Programa Estadual de Saneamento Rural** tem suas ações executadas a partir de convênios com os municípios. Em 2005, foram firmados 30 convênios referentes à elaboração de projetos de sistemas simplificados de abastecimento de água para 30 municípios. Fruto do processo de consulta popular, foram firmados mais 97 convênios. Além disso, buscando prevenir efeitos de possível nova seca, que tem se verificado nos últimos anos de forma sistemática, firmaram-se mais 60 convênios, possibilitando o atendimento de outras 72 localidades.

SANEAMENTO BÁSICO DA BACIA DO RIO URUGUAI

Este é um Programa que busca, por suas ações, reduzir os índices poluentes dos mananciais da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo.

O avanço na efetivação das ações deste Programa está condicionado ao aporte dos recursos. Nesse sentido, o Programa obteve, em 2005, aprovação para financiamento pelo BID, em forma de doação, que permitirá a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento da Bacia do Rio Uruguai.

3.2.2.4 HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A **Secretaria Especial de Habitação e Urbanismo (SEHADUR)** implementa ações para garantir que comunidades tenham o acesso à terra urbanizada e legalizada, e aos serviços e equipamentos públicos. As ações são desenvolvidas através de convênio com os municípios e a sociedade civil, assessorando tecnicamente e/ou repassando recursos para a urbanização, mediante contrapartida dos mesmos.

O Programa Política Habitacional, desenvolvido pela SEHADUR, foi criado objetivando melhorar as condições de moradia das famílias de baixa renda, reassentamento, regularização fundiária e fomento ao cooperativismo habitacional, bem como apoiar o desenvolvimento comunitário e social, mediante ações conjuntas de produção de empreendimentos, unidades habitacionais e loteamentos.

A SEHADUR objetiva à formação de cooperativas habitacionais de modo a promover sua integração a prefeituras a fim de facilitar o processo de construção de moradias. Em 2005 foram constituídas 7 cooperativas.

Com finalidade de fomentar e implementar uma política para as ocupações consolidadas em áreas estaduais, municipais ou privadas, em 2005, foram aprovados os projetos urbanísticos e jurídicos em áreas que estão em processo de regularização fundiária nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul, Gravataí e Santa Maria (COREDEs Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale dos Sinos e Central).

- Em Porto Alegre, foram realizados os Estudos de Viabilidade Urbanística (EVU) da Vila Juliano Moreira e os cadastramentos do Sistema Viário das Vilas Clareu, João Pessoa e Linha de Tiro; em Canoas, o EVU e projetos de infra-estrutura do Loteamento Pôr do Sol, na estrada do Nazário; em Eldorado do Sul, o EVU do Loteamento Progresso; e, em Sapucaia do Sul, o EVU do Loteamento Santa Luzia.

- Foram aprovados os projetos urbanísticos em áreas da COHAB, parceria com SEHADUR, COHAB, Ministério Público e os Municípios de Canoas, Sapucaia do Sul e Santa Maria. Em Canoas, foi realizado o EVU e encaminhamento ao More Legal III da Vila 7 de Outubro/COHAB e, em Sapucaia, o EVU do Loteamento Pedro Simon.

- No município de Pelotas, foi finalizado o processo de doação de cinco áreas, e a Assembléia Legislativa aprovou a doação das áreas Paulo Zanota da Cruz e Bairro Cruzeiro. Foi negado o pedido de doação de área da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEP).

- Em Canoas, está em andamento processo de doação de 103 ha de área junto à Estrada do Nazário, tendo sido celebrado o Protocolo de Intenções entre o Município e o Estado.

- Foram levantados, para o Projeto Usucapião, 58 lotes urbanos cujo levantamento topográfico deverá ser objeto de convênio.

- Os municípios de Canoas, Gravataí, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul e municípios do litoral deverão conveniar ações de infra-estrutura, conforme a demanda.

- O município de Gravataí, no que diz respeito ao Loteamento Xará, realizou convênio com a Prefeitura Municipal através do Programa Cheque Casa e realizou a pavimentação e drenagem da Rua A.

- O município de Eldorado do Sul tem em andamento um processo que visa contratar empresa para elaboração de projetos de infra-estrutura e, também, um processo para elaboração de convênio entre a Prefeitura e a SEHADUR, na área da FEPAGRO, para serviços e projetos de infra-estrutura.

- Em Sapucaia do Sul, no loteamento Pedro Simon, foi pavimentada a Rua França. No loteamento Santa Luzia, foi efetuada a remoção de famílias e executada terraplanagem com abertura de ruas para 410 lotes, assim como o levantamento topográfico e cadastral. Está em processo de licitação a contratação de empresa para elaboração e aprovação de projetos complementares.

- No município de Araricá, loteamentos Morada Nobre, foi concluída a implantação da rede de tratamento de esgoto, com instalação das fossas sépticas e dos filtros e da rede de esgoto pluvial, com pavimentação das ruas 2, 3 e 11 do loteamento. Estão em processo de licitação as conclusões da implantação da rede de esgoto pluvial de mais sete ruas e a execução de adutora e rede de distribuição de água.

- Foram encaminhadas ao Ministério das Cidades, via Caixa Econômica Federal (CEF), documentações referentes ao Plano de Trabalho que visa convênio para aquisição de área para reassentar famílias da Vila Dique, que será atingida pela ampliação do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

- Foi assinado contrato referente à parceria da CEF no município de Caxias do sul, loteamento residencial da Lagoa I e II, com 200 unidades habitacionais.

Para 2006 estão previstas as seguintes atividades:

- Aprovação de Projetos Urbanísticos e Jurídicos em áreas de Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul, Gravataí e Santa Maria (COREDEs: Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Central);

- Aprovação de Projetos Urbanísticos em áreas da COHAB-RS, em parceria com a SEHADUR, Ministério Público e os municípios de Canoas, Sapucaia do Sul e Santa Maria (COREDEs: Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Central);

- Finalização do processo de doação de áreas ao município de Pelotas (3 áreas) e de Vacaria;
- Finalização do processo de doação de área ao município de Canoas – Estrada do Nazário (103 ha);
- Convênio relativo às ações de topografia (definição conforme demanda);
- Convênio e intervenções diretas relativas às ações de infraestrutura, em parceria com os municípios de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul e municípios do Litoral (conforme demanda);
- Finalização da execução da infra-estrutura no Loteamento Morada Nobre, no município de Araricá e regularização fundiária da ocupação;
- Aquisição de áreas para o reassentamento das famílias das Vilas Dique e Nazaré, em Porto Alegre e, ainda, em regiões do interior do Estado;
- Ampliação do Convênio com a Caixa Econômica Federal relativo ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR), nos municípios de Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, Montenegro, e Pelotas (COREDEs: Metropolitano-Delta do Jacuí, Serra, Sul, Vale Caí e Produção).

No âmbito deste Programa, a ação *Minha Casa* é voltada para as famílias residentes nas áreas urbana e rural com renda familiar de até cinco salários mínimos, objetivando o acesso da população mais carente à moradia com qualidade e conforto mínimos, dotados de serviços de infraestrutura (água, esgoto e energia elétrica) e serviços sociais básicos (saúde, educação, qualificação profissional/renda e segurança). Em 2005, foram concluídas 571 casas, e estão em execução 4.876 unidades.

Ainda no âmbito desse objetivo, através de projeto conveniado com o Governo Federal de modo a garantir recursos para a compra de materiais visando à construção de casas, por meio do Programa de Subsídio a Habitações de Interesse Social (PSH), foram concluídas 27 unidades habitacionais, permanecendo outras 818 em fase de execução.

A SEHADUR disponibilizou, ainda, crédito direto à clientela, de forma ágil e segura. Essa ação, executada através do Cheque Casa, está em andamento, com 226 unidades habitacionais em fase de execução.

A partir de 2004, a SEHADUR tem como competência combater o déficit habitacional indígena das tribos Caingangue e Guarani, respeitando as suas exigências culturais. Em 2005 foram concluídos empreendimentos com 10 unidades habitacionais, permanecendo outras 831 em fase de execução.

Quanto à Parceria na produção de habitações, tendo como resultado esperado a construção de habitações de interesse social e lotes urbanizados para cooperativas habitacionais com o trabalho integrado entre Estado, prefeitura, cooperativas e agentes financeiros, foram concluídos empreendimentos com 502 unidades habitacionais, permanecendo outras 3.570 em construção.

RESÍDUOS SÓLIDOS E INFRA-ESTRUTURA URBANA

O Programa **Resíduos Sólidos e Infra-Estrutura Urbana**, a cargo da **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN**, tem como objetivo a melhoria das condições de vida da população residente em áreas urbanas degradadas social, econômica e ambientalmente, através da geração de trabalho e renda pelo aproveitamento de resíduos para descarte provenientes do lixo domiciliar, da efetivação de ações em relação ao meio ambiente, tais como drenagem e preservação das condições ambientais, da criação de alternativas regionais de tratamento integrado de resíduos sólidos e, ainda, por meio do apoio a necessidades das comunidades na implementação de equipamentos sociais.

Nos municípios de Palmeira das Missões, Bagé e Rio Pardo, foi efetuada capacitação para gestão administrativa e de recursos humanos em resíduos sólidos, objetivando desenvolver o conhecimento sobre materiais com valor de venda e sua separação. Foram feitas, ainda, oficinas para agregar valor ao material reciclado, sob forma de material separado e na confecção de artesanato. A Fundação também prestou assessoria na recuperação das atividades da Incubadora de Empreendimentos de Esteio.

No gerenciamento integrado de resíduos sólidos, foram alocados, em 2005, recursos financeiros oriundos da Consulta Popular para a construção de dois galpões de reciclagem. Um deles localiza-se em Capão da Canoa, no valor aproximado de R\$ 134 mil, em início de obras, que deverá ser concluído em 2006. O outro galpão localiza-se em Montenegro, e a Prefeitura Municipal está realizando a licitação da obra.

Encontra-se em execução convênio firmado entre a METROPLAN e a Universidade de Caxias do Sul (UCS), para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Gerados na Área Rural, compreendendo, em sua primeira etapa, a confecção de uma série de mapas temáticos específicos de auxílio à tomada de decisões referentes aos resíduos sólidos das áreas rurais dos 33 Municípios do COREDE Serra. Diretamente, será beneficiada a população rural, perfazendo em torno 128 mil habitantes e, indiretamente, a população urbana, num total de 743 mil habitantes. Para a realização da atividade, foram alocados R\$ 95 mil provenientes da Consulta Popular e R\$ 26 mil de contrapartida da UCS.

Quanto à educação ambiental, foi elaborado um caderno de orientação para educação ambiental com tiragem de mil exemplares, e foram desenvolvidos cursos de laboratórios de agricultura urbana nos municípios de Caraá, Triunfo, Sapucaia do Sul e Santo Antônio da Patrulha. Nesse último município, ainda, foi realizado curso de formação de agentes ambientais da comunidade.

Com relação ao atendimento de necessidades das populações residentes em áreas degradadas de baixa renda, foram realizados estudos e projetos para creches e associações comunitárias nos municípios de Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Alvorada e Viamão. Ademais, foi realizado encaminhamento para contratação de projeto executivo da sede para atividades múltiplas, do Campo do Vermelhão-Vila Maria da Conceição, na capital.

Já com relação ao estabelecimento de propostas de desenvolvimento de planos de contenção da urbanização irregular, ocorrida no Morro do Paula, situada nos limites dos Municípios de São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo, a METROPLAN participou em conselhos de planos diretores e grupos interinstitucionais com a Secretaria Estadual da Agricultura e esses municípios, para definir os limites municipais, a implantação dos marcos de divisa e o encaminhamento de propostas de contenção da urbanização da área.

Como resultado de demandas diretas da comunidade, relativas à melhoria de acesso viário, foram elaborados estudos para a construção de ponte sobre o Arroio Feijó, ligando Alvorada e Porto Alegre, junto ao Jardim Algarve e Bairro Timbaúva, respectivamente. O projeto foi contratado, estando em execução, para que em 2006 sejam executadas as obras.

Nos aspectos referentes à drenagem urbana, a Fundação busca compensar o vazio institucional decorrente da extinção do Departamento Nacional de Obras de Saneamento no que diz respeito a obras que eram executadas por este departamento. São realizadas obras emergenciais de retificação, contenção de margens e canalização de arroios onde ocorrem freqüentes alagamentos, atingindo significativas parcelas da população, que se localizam nas suas margens. Foram realizadas, em 2005, obras de dragagem emergencial no Arroio Feijó, que por estar assoreado, teve seu leito extravasado, inundando áreas urbanas no Município de Alvorada. No município de Taquara, foram iniciadas, em 2005, obras de dragagem, canalização e contenção de margens do Arroio Sonda.

Em 2006, a METROPLAN, articulada com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que coordenaram no ano de 2005 a seleção das demandas nos municípios na Consulta Popular, aplicará aproximadamente R\$ 600 mil na construção de galpões de reciclagem de lixo e em obras de drenagem urbana. Os municípios a serem beneficiados são Porto Alegre, São Leopoldo, Rio Grande, Torres, Arroio do Sal e Mostardas.

DESENVOLVIMENTO PARA O USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO

Através deste Programa, a METROPLAN tem por objetivo qualificar o Sistema Estadual de Transporte Coletivo na RMPA e Aglomerações Urbanas (SETM), por meio de melhorias físicas, operacionais e tarifárias, buscando aumentar a qualidade dos serviços prestados e estimular o seu uso através de políticas e ações de incentivo.

Para melhorar a acessibilidade e diminuir os tempos de viagem dos usuários do transporte coletivo, a METROPLAN desenvolve ações denominadas de *Asfalto nas Ruas*, que consistem na pavimentação asfáltica e melhoria da infra-estrutura básica em ruas utilizadas pelo transporte coletivo. No ano de 2005, foram licitadas, e estão em fase de abertura das propostas, a contratação de serviços de pavimentação de aproximadamente 19 mil metros de extensão, além da contratação de projetos de engenharia para 30 mil metros de vias, incluindo a Avenida do Litoral. Serão beneficiados 8 municípios da RMPA, 11 municípios da Aglomeração Urbana (AU) do Litoral Norte, 2 municípios da AU do Nordeste, um município da AU do Sul e um município do COREDE Paranhana-Encosta da Serra.

O Plano Diretor de Transporte para a RMPA está sendo realizado pela METROPLAN em conjunto com a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB) e a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), tendo sido assinado Protocolo de Intenções e Convênio de Cooperação Técnica entre as entidades, representantes das três esferas de poder. O objetivo é o de realizar o Estudo Estratégico de Planejamento Integrado de Transportes Coletivos da Região, com a projeção do setor nos anos 2013, 2023 e 2033.

Durante o ano de 2005, foi realizado o detalhamento do Plano, através da empresa de consultoria contratada e da equipe interinstitucional criada. Também foram realizados vários seminários para os técnicos das três instituições para apresentação do desenvolvimento do plano, além de cursos de treinamento dos *softwares* escolhidos para a alimentação das informações.

Em continuação ao Plano Estratégico, foi dado início ao Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre (PITMURB), que compreende:

- um sistema integrado de transporte e mobilidade urbana, contemplando o detalhamento dos modelos físico-operacional, tecnológico e tarifário, bem como estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira e projeto de padronização da frota e codificação das linhas;
- um sistema integrado de planejamento de gestão de transporte e mobilidade urbana, com detalhamento dos modelos institucional, jurídico-legal, de financiamento, de participação da União, Estado e Municípios, parcerias e projeto de treinamento e capacitação;
- central de monitoramento, controle e informações de transporte e mobilidade urbana, com detalhamento dos sistemas de monitoramento e controle de desempenho, de informações ao usuário e projeto de programação visual do sistema funcional.

No Programa **Linha Rápida**, em 2005, foram contratados serviços de revisão e adequação do projeto, com a realocação do eixo em boa parte da extensão da Av. Baltazar de Oliveira Garcia, em Porto Alegre, tendo em vista a construção de corredores de ônibus e a melhoria da malha viária. Entre essa avenida e a Av. Manoel Elias, está prevista a construção do viaduto de passagem entre as mesmas. Este Programa deverá ter continuidade em 2006.

A Fundação, durante o ano de 2005, realizou a gestão e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo de passageiros, através de ações que visaram à melhoria, coibição de irregularidades na prestação dos serviços, bem como combate ao transporte irregular e monitoramento da arrecadação.

Está em fase de contratação o Projeto de Bilhetagem Eletrônica, que objetiva o controle operacional dos ônibus, possibilitando uma maior integração de linhas, a agilização do ingresso de passageiros, a diminuição do tempo de viagem e a eliminação dos atuais bilhetes tarifários, com a conseqüente extinção do comércio ilegal de vales-transporte e redução da evasão fiscal.

Para a fiscalização e o controle da arrecadação, foram adquiridos equipamentos eletrônicos a fim de instrumentalizar a equipe de fiscalização da METROPLAN em suas operações externas.

Durante o ano de 2005, a partir dos estudos realizados no ano de 2004, a METROPLAN decidiu-se pela elaboração do edital de licitação para a concessão dos serviços do transporte hidroviário de passageiros. O edital encontra-se em análise na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Concedidos (AGERGS) e na Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). Estima-se a sua concretização em 2006.

A renovação da frota do Sistema Estadual de Transportes Metropolitanos tem por finalidade diminuir a idade média da frota por meio da inclusão de veículos novos em substituição a veículos velhos, bem como através da incorporação de novas tecnologias. A meta é substituir 10 % da frota operante do SETM. Em 2005, ingressaram na frota 165 novos carros, de um total de 200 previsto como meta, representando uma renovação de 82,5 %.

A METROPLAN tem como meta, para 2006, contratar aproximadamente 14 km de pavimentação e drenagem superficial de vias nas cidades que fazem parte da Região Metropolitana e das três Aglomerações Urbanas do Estado. Além disso, está previsto realizar, na capital do Estado, a construção de corredores de ônibus e melhorias na malha viária de apoio, com recursos do BNDES. Trata-se da intervenção na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, relacionada ao Programa Linha Rápida.

Com relação à qualidade e funcionamento do sistema intermunicipal de transporte de passageiros, a METROPLAN manterá a exigência para que as empresas de ônibus renovem e modernizem suas frotas de veículos. Da mesma forma, intensificará suas gestões junto às empresas de ônibus para obter das mesmas a implantação da bilhetagem eletrônica, que permitirá a integração tarifária para os passageiros quando se deslocarem de um município para o outro. Dentro desse objetivo, também se enquadram as gestões da METROPLAN relativas às licitações para iniciar a implantação do serviço de transporte hidroviário na Região Metropolitana.

Na perspectiva de planejamento de futuro, para oferecer sempre novas condições e melhorias de facilidades para a população, a METROPLAN permanecerá integrando, em 2006, a equipe técnica constituída em 2004, junto com a TRENSURB e a EPTC, para dar continuidade ao Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre para os Anos 2013, 2023 e 2033. No âmbito deste trabalho, a Fundação deverá coordenar, em 2006, a realização da 4ª Pesquisa Domiciliar de Mobilidade Urbana na Região Metropolitana de Porto Alegre e estender, ao mesmo tempo, para as três aglomerações urbanas do Estado, a realização da primeira pesquisa.

PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO ESPACIAL

Este Programa, a cargo da METROPLAN, é realizado de forma a viabilizar o planejamento e a gestão das funções públicas de interesse comum entre os municípios da RMPA e Aglomerações Urbanas, através da implementação de um processo de planejamento democrático no qual as

comunidades, o setor privado e os governos ajustem agendas integradas de ações de melhorias econômicas, sociais e ambientais.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, a Fundação vem estabelecendo estratégias regionais de desenvolvimento, em conjunto com os agentes regionais, através de parcerias em ações integradas para a qualificação e a transformação do espaço regional.

Visando promover o treinamento de recursos humanos para a elaboração e acompanhamento da implementação de Planos Diretores, bem como incrementar a conscientização das administrações municipais sobre os problemas e potencialidades de gestão de seus territórios, foi dada continuidade à implementação de cursos de capacitação de gestores municipais para elaboração de Planos Diretores. Essa demanda, apresentada na Consulta Popular, foi implementada para atender 21 COREDEs, compreendendo 453 municípios. Os cursos terão a duração de um ano, e sua estrutura é constituída de módulos temáticos e tarefas práticas. Os recursos, no total de R\$ 2,7 milhões, são provenientes do orçamento da METROPLAN e alocados através da Consulta Popular. Iniciados em 2005, os cursos terão continuidade no ano de 2006.

Também com recursos da Consulta Popular, foram realizados, em 2005, o Estudo da Concepção da Avenida do Litoral e os levantamentos básicos para a elaboração do Plano Diretor de Santo Antônio da Patrulha.

O estudo e a concepção do traçado da Avenida do Litoral e do sistema de gerenciamento regional de resíduos sólidos resgata as funções da antiga RS-786 (Interpraias), que liga Quintão (Palmares do Sul) a Torres, percorrendo os onze municípios da orla do Litoral Norte, reforçando a integração regional. O estudo considera a Avenida como uma ligação viária urbana com ênfase no atendimento à demanda turística, de transporte de carga e, notadamente, de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos. Nele são apresentadas alternativas viárias de traçado, gabarito dos trechos das vias, tipo de pavimentação com infra-estrutura completa, sinalização horizontal e vertical, paisagismo, iluminação, uniformidade e identificação visual, bem como a previsão de implantação de ciclovias.

Estão previstas as definições dos acessos aos demais municípios do Litoral Norte, propiciando maior mobilidade para o desenvolvimento da região, considerando a avenida como elemento de integração. O estudo contemplou, ainda, o levantamento das rotas de coleta e transporte de resíduos sólidos e dos locais de tratamento e destinação final existentes em todos os Municípios da Aglomeração Urbana do Litoral Norte.

Encontra-se em elaboração o Atlas Socioeconômico da Aglomeração Urbana do Litoral Norte, o qual contempla a melhoria do conhecimento sobre os problemas e potencialidades da Região, através de um conjunto de mapas temáticos, identificando e localizando territorialmente os municípios e zonas no interior dos mesmos, onde os efeitos das desigualdades econômicas e sociais são mais significativos.

Os trabalhos previstos no Programa Nacional de Ordenamento Territorial foram realizados através de convênio entre a Fundação e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, tendo como objetivo geral disciplinar o uso e ocupação do solo, na área impactada pela

duplicação da BR-101, envolvendo diretamente os municípios por onde passa a rodovia e, indiretamente, a AU do Litoral Norte, em função do incremento ao desenvolvimento proporcionado pela melhoria da acessibilidade decorrente da duplicação do trecho considerado. Está estruturado em três metas:

- conclusão de todos os Planos Diretores de Desenvolvimento dos municípios da área de influência direta da BR-101 e estabelecimento de diretrizes espaciais de uso do solo ao longo da rodovia, numa faixa de 200 metros a partir dos limites da faixa de domínio;
- elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento dos Municípios da área configurada como de influência indireta da BR-101;
- elaboração dos projetos de engenharia de trechos da Avenida do Litoral, correspondentes aos Municípios de Osório, Capão da Canoa e Terra de Areia, numa extensão aproximada de 26 mil metros.

A população beneficiada é a dos 20 municípios que compõem essa aglomeração urbana, totalizando 261 mil habitantes. Nos meses do verão, essa população chega aproximadamente a dois milhões de pessoas. A maior parte dos custos de contratação dos serviços caberá ao Governo Federal, os quais representam o total de R\$ 2,1 milhões, enquanto o Governo Estadual participará com uma contrapartida de R\$ 540 mil.

Tendo em vista a responsabilidade da METROPLAN pela anuência prévia ao parcelamento do solo, foram realizados, entre janeiro e setembro de 2005, a análise de 118 projetos de parcelamento do solo urbano em 22 dos 31 municípios da RMPA, abrangendo uma área de 1.154,92 hectares, correspondentes a 7.679 lotes urbanos. A METROPLAN possui competência legal para exame e anuência prévia à aprovação municipal dos projetos de parcelamento do solo nos municípios integrantes da Região Metropolitana, com base na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Estadual nº 10.116/94. Os projetos de parcelamento do solo abrangem os loteamentos, desmembramentos e condomínios de unidades autônomas. Além disso, a Fundação fornece diretrizes de uso, ocupação e parcelamento de glebas urbanas com base na legislação e nos estudos técnicos realizados sobre o território metropolitano.

Considerando os Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos por lei estadual, que reúnem órgãos públicos e os usuários de água, a METROPLAN fez-se presente durante o ano de 2005, na qualidade de órgão permanente, nas reuniões dessas entidades, num universo de seis Comitês, implementando os objetivos do Programa de Planejamento e Ordenamento Territorial, por meio da compatibilização dos diferentes usos da água com o adequado uso do solo, nas áreas de influência das bacias hidrográficas.

3.2.2.5 MEIO AMBIENTE

BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO

O Programa **Biodiversidade e Conservação**, da **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, objetiva proteger a flora e fauna nativas, preservando a diversidade, a integridade do patrimônio genético e as belezas cênicas de regiões e lugares com interesse científico e cultural; e promover a preservação e a restauração desses recursos ambientais com

vistas à utilização racional e à disponibilidade permanente, garantindo o equilíbrio ecológico.

As programações para 2006, no âmbito do Programa, compreendem:

- Iniciar a regularização das terras nos Parques Estaduais de Itapeva e Tainhas, bem como da Reserva Biológica Estadual da Serra Geral, com a conclusão dos estudos fundiários dessas Unidades de Conservação (UCs), permitindo o cumprimento da Lei Federal nº 9.985;

- Viabilizar a implantação dos Planos de Manejo no Parque Estadual de Itapeva, Reserva Biológica Estadual da Serra Geral, Estação Ecológica Estadual de Aratinga e Parque Estadual do Tainhas, com a finalização dos mesmos, atividade também prevista na referida Lei;

- Dinamizar as ações de licenciamento e fiscalização, com a melhoria da infra-estrutura institucional já instalada, assim como normatização e rotina das operações estabelecidas no Plano Operacional de Controle;

- Iniciar a construção das sedes das Unidades de Conservação, concretizando suas implantações, algumas com cerca de 30 anos de existência; iniciar as obras das sedes do Comando Ambiental, na área do Projeto;

- Estabelecer o modelo de monitoramento da Mata Atlântica, possibilitando avaliar sua recuperação no Estado;

- Dar continuidade à implementação de um sistema de informações geográficas;

- Promover atividades de educação ambiental para conscientização da importância do Bioma Mata Atlântica no Rio Grande do Sul;

- Dar continuidade às ações de recuperação de áreas degradadas;

- Dar continuidade às ações de reflorestamento com espécies ameaçadas de extinção;

- Dar continuidade às ações de administração e gerenciamento da Política Florestal;

- Implantar, manter e gerir as áreas protegidas;



- Produzir 10.000 mudas, objetivando a pesquisa, conservação, venda e manutenção de coleções científicas;

- Incrementar o plantel do Parque Zoológico, num total de 80 animais;

- Concluir os Planos de Manejo das Unidades de Conservação incluídas no Projeto Conservação da

Mata Atlântica do Rio Grande do Sul – Parque Estadual de Itapeva, Reserva

Biológica Estadual da Serra Geral, Estação Ecológica Estadual de Aratinga e Parque Estadual do Tainhas;

- Realizar 25 eventos e relatórios de divulgação com vistas à disseminação e à difusão do conhecimento científico;
- Confeccionar um relatório de mapeamento e caracterização biótica de remanescentes naturais e seminaturais em bacias hidrográficas;
- Produzir e comercializar 18 gramas de peçonha de serpente para a produção de soro e fármacos;
- Reestruturar espaço no Museu de Ciências Naturais, mediante a viabilização de 300 m² adicionais.

QUALIDADE AMBIENTAL

O Programa **Qualidade Ambiental**, da **Secretaria Estadual do Meio Ambiente**, objetiva promover a gestão ambiental no Estado com base nos instrumentos informacionais e regulatórios, emanados a partir das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, promovendo a sustentabilidade nos diferentes sistemas econômicos.

Relativamente ao controle da contaminação ambiental decorrente da suinocultura do Estado, os destaques de sua execução, em 2005, são:

- Conclusão do diagnóstico socioambiental da Bacia Hidrográfica U-30 (Turvo, Santa rosa e Santo Cristo);
- Capacitação de técnicos e produtores de suínos acima da previsão;
- Início da fase das intervenções junto aos produtores selecionados.

No tocante à ação *Desenvolvimento e Implantação do Planejamento da Gestão dos Recursos Hídricos*, foram executados os Planos de bacias: Lago Guaíba; Rio Tramandaí; Pardo e Pardinho.

A ação *Implantação do Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental e Outorga de Uso da Água* é de vital importância à medida que visa sanar as distorções e a desintegração gerada com a transformação do subsistema ambiental de recursos hídricos em sistema de recursos hídricos. Sua execução, em 2005, resultou na implantação de cinco subsistemas, destacando-se que, no ano, houve articulação para emissão das licenças ambientais, compartilhando-se informações e procedimentos, embora ainda não tenham sido emitidas outorgas nas bacias hidrográficas com situação crítica.

Por fim, a ação *Implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos* logrou a implantação de 25 instrumentos em 2005, com destaque para o Monitoramento Quantitativo da Água.

NOSSAS ÁGUAS

O Programa tem como objetivo buscar a sustentabilidade ecológica, social e econômica das Regiões Hidrográficas, passando por mudanças comportamentais das formas de consumo, produção e destinação final dos resíduos; melhorar a qualidade de vida da população, atingindo

todas as camadas sociais; manter, recuperar e conservar a biodiversidade regional; melhorar a qualidade e a disponibilidade de água para todos os usos; e dirimir conflitos de uso dos recursos naturais, incorporando princípios ecológicos. Sua execução é realizada a partir de um conjunto de 31 ações, englobando projetos da importância do Pró-Guaíba e do Pró-Mar-de-Dentro.



A execução do Pró-Guaíba, em 2005, parte integrante do Programa Nossas Águas, resultou em diversas intervenções voltadas à melhoria das condições ambientais dessa Bacia Hidrográfica. Como resultado dos esforços para a implantação de áreas de preservação, foi implantada uma área. Destaca-se o fato de que estão sendo usados os estudos realizados no Módulo I do Pró-Guaíba, visando subsidiar outros projetos que busquem a implantação de UCs, bem como outras estratégias para preservação e conservação da biodiversidade.

Na ação voltada ao esgotamento sanitário na Região Hidrográfica do Guaíba, a meta de ligação de esgotos em economias, constante no Módulo I, foi integralmente alcançada.

As obras principais do Centro de Interpretação Ambiental, na Ilha da Casa da Pólvora, Parque Estadual Delta do Jacuí, foram concluídas no Módulo I. Entretanto, o projeto de eletrificação passa por uma avaliação, tendo em vista problemas de segurança enfrentados pelos executores. Nesse sentido, a viabilização das visitas públicas passa pelo equacionamento dos problemas de falta de pessoal para segurança das instalações. Para isso, a FZB e o DEFAP/SEMA estão buscando parceria com a Secretaria do Turismo.

Relativamente à integração de ações para implementação do Parque Zoológico e Horto Florestal, foram concluídas as obras previstas para o Módulo I do Pró-Guaíba. Houve, ainda, uma adequação de metas, em função da sobra de recursos do Módulo I, tendo sido superadas as metas iniciais do Projeto. Atualmente, com parcerias, estão sendo implementadas as ações compreendidas no Módulo II do Pró-Guaíba.

Na ação voltada para a promoção do manejo agrícola e do reflorestamento ambiental na Região Hidrográfica do Guaíba, a meta de assistência de 25 % das famílias de agricultores foi parcialmente alcançada, tendo sido beneficiada parcela de 15%, correspondente às atividades resultantes de convênio com pequenos agricultores – Associação Rio-Grandense de Pequenos Agricultores (ARPA) – firmado em dezembro de 2004. Destaca-se que está em tratativa a assinatura de novo convênio. Por outro lado, a EMATER, parceira na ação, encontra-se em fase final de avaliação dos recursos utilizados no Módulo I do Pró-Guaíba, pelo Fundo Rotativo Permanente, para iniciar as ações do Módulo II em 2007.

As metas do Módulo I do Pró-Guaíba, relativas a obras e melhorias da infra-estrutura do Jardim Botânico como Unidade de Conservação para visita pública e pesquisa, foram integralmente atingidas. As atividades de manutenção continuam sendo desenvolvidas pelo Jardim Botânico, em parcerias ou com recursos próprios.

No âmbito das ações para implantação de parques paleontológicos, as metas estabelecidas do Módulo I do Pró-Guaíba têm seu alcance ainda pendente de finalizações de ações na Justiça, relativas a desapropriações.

Relativamente a ações de administração e gerenciamento da Região Hidrográfica do Guaíba, foram realizadas 15 intervenções.

Completando o conjunto de iniciativas do âmbito do Pró-Guaíba, foi lograda a conexão de 10 dos 14 co-executores do Programa ao banco de dados do Sistema de Informação Geográfica do Programa Pró-guaíba (SIGPROGB), atividade que foi desenvolvida por meio de convênios e parcerias.

As programações para 2006, no âmbito do Pró-Guaíba, compreendem:

- Implementação de estratégias para realização do Módulo II – proposta integradora, ampliando as parcerias com os setores público e privado;
- Financiamento a pequenos agricultores – manejo do solo agrícola – em parceria com a EMATER, envolvendo a alocação de recursos da ordem de R\$ 12 milhões;
- Construção da modelagem hidrodinâmica do lago Guaíba, em cooperação com a *Japan International Cooperation Agency (JICA)*.

O Módulo I do Pró-Mar-de-Dentro teve sua implementação avaliada em 8% - no ano de 2005, de uma meta inicialmente estabelecida em 40% - concentrados em atividades de planejamento, com parcerias institucionais. Foram desenvolvidos: quatro iniciativas de fortalecimento institucional, tendo sido iniciado o Projeto de Gestão Ambiental Compartilhada para o Desenvolvimento com Municípios; um projeto de Desenvolvimento Urbano e Rural, Preservação e Conservação do Patrimônio Ambiental; cinco ações de gestão ambiental relacionadas a bacias hidrográficas; disponibilizados dez bancos de dados, no âmbito do Plano de Comunicação e Informações Geográficas da Área do Pró-Mar-de-Dentro; 32 planos diretores de gestão ambiental da Região Hidrográfica do Litoral; e atingida uma meta de 30 % - ante os 40 % programados – de fiscalização da Região Hidrográfica do Uruguai.



Na área do Programa Pró-Mar-de-Dentro, estão projetados para 2006: Blocos I e II do Projeto de Revitalização – Gestão Ambiental Compartilhada para o Desenvolvimento; Consolidação dos Estudos Preliminares para a Constituição do Plano Diretor de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Regional – Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (FRH-RS), 50 municípios, e Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Fundação de Apoio à FURG (FURG/FAURG); e execução dos Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental Local e Educação Ambiental como Instrumento de Gestão.

Num âmbito geral, são ainda projetados, para 2006, o desenvolvimento e a implementação de planejamento e análise da

viabilidade da implantação das Agências de Região Hidrográfica e realização dos Planos de Bacia e, ainda, a construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA UM RIO GRANDE MELHOR

O Programa **Educação Ambiental para um Rio Grande Melhor**, criado a partir da revisão do Plano Plurianual, realizada em 2004, tem por objetivo fomentar processos, visando estimular os diferentes atores sociais para uma gestão adequada e participativa dos recursos ambientais, relacionando-os com a construção de uma ética para a vida.

O Programa está estruturado em 11 ações de educação ambiental em diversas regiões e atividades relacionadas à questão ambiental, assumindo uma postura transversal na atuação da Secretaria do Meio Ambiente: educação ambiental em unidades de conservação, na Região Hidrográfica do Guaíba, na área do Pró-Mar-de-Dentro, no Jardim Botânico de Porto Alegre, no Parque Zoológico, entre outros, além da elaboração de um banco de projetos de tecnologias limpas e da elaboração e publicação de material didático para as atividades educacionais.

As realizações de 2005 são:

- Elaboração de cinco projetos do Banco de Projetos de Tecnologias Limpas, com implantação e coordenação pela Comissão Estadual de Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e execução em parceria com SEDAI e apoio da FIERGS, entre outras representações institucionais;

- Desenvolvimento de quatro projetos de educação ambiental em Unidades de Conservação, representando 80% da meta estabelecida para o ano;

- Realização de duas atividades de educação ambiental na área do Pró-Mar-de-Dentro, através da parceria com o Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC) da FEPAM. A execução total depende da assinatura dos convênios no âmbito do Processo de Participação Popular;

- Execução de cinco projetos na Região Hidrográfica do Guaíba, em parceria com os co-executores do Programa;

- Realização de duas atividades no âmbito da ação Habitantes do Rio, desenvolvidas em parceria com os comitês das bacias hidrográficas.

- Estão programadas, para 2006, as seguintes atividades:

- Ampliação do projeto Educação Ambiental Compartilhada (PEAC), consolidando a parceria com os municípios e a capacitação de agentes prevencionistas de desastres ambientais, em parceria com a Secretaria de Educação;

- Educação Ambiental inserindo a Fundação Zoobotânica na comunidade: ampliar as parcerias com o setor privado e com os órgãos públicos, inserindo o contexto de socialização dos conhecimentos sobre a biodiversidade;

- Execução dos Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental Local e Educação Ambiental como Instrumento de Gestão;

- Consolidação do trabalho desenvolvido em parceria com os Comitês de Bacias Hidrográficas, visando sensibilizar e mobilizar para a correta gestão das águas – Habitantes do Rio;

- Educação Ambiental em Unidades de Conservação do RS: consolidar o trabalho desenvolvido nas UCs, visando à inserção nas comunidades e o estabelecimento de campanhas para conservação da biodiversidade.

POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Programa tem por objetivo promover a implementação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA) e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH), buscando a qualidade ambiental do Estado pela integração dos diversos instrumentos e atores envolvidos, considerando a indissociabilidade da problemática social e ambiental.

No âmbito da implementação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Siga-RS), no ano de 2005, merece destaque a produção de 14 planos diretores com plano ambiental integrado. Essa elaboração conjunta dos dois instrumentos representa uma inovação e passará a ser sugestão ao trabalho das demais regiões. Ainda, na região carbonífera, vários projetos de menor monta estão sendo concluídos, levando à instrumentalização de pequenos municípios e sua adesão mais rápida ao sistema de proteção ambiental.

Relativamente aos esforços para a implantação da estrutura institucional do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, foi desenvolvida a assistência preparatória *Estruturação Institucional e Planejamento da Implantação das Agências de Região Hidrográfica do Estado do Rio Grande do Sul*, através da qual foi dado suporte aos Comitês das Bacias Hidrográficas Baixo Jacuí, Santa Maria, Pardo, Caí e Sinos, para manutenção das suas estruturas administrativas.



3.2.3 POLÍTICAS SOCIAIS

3.2.3.1 SAÚDE

ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR

Este Programa, a cargo da **Secretaria Estadual da Saúde (SES)**, foi criado com o objetivo de contribuir para melhorar as condições de vida, propiciar a integração social, diminuindo as dependências e ampliando as potencialidades laborativas, bem como as atividades de vida diária, através do aumento da oferta dos serviços de reabilitação. Em 2005, o valor empenhado pelo Governo na reabilitação de portadores de deficiência foi de R\$ 31.169.353,00.

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

O Programa **Atenção Integral à Saúde** visa garantir ações de atenção integral à saúde da população, direcionadas à criança e ao adolescente, à mulher, ao adulto trabalhador e ao idoso, através do desenvolvimento de projetos e implementação de atividades nas áreas de promoção, proteção, controle, acompanhamento e recuperação da saúde.

O Programa envolve várias ações, sendo monitorado através de indicadores com resultados anuais, acompanhados trimestralmente pela SES através do Relatório de Gestão. Em alguns, as metas serão atingidas, em outros são maiores as dificuldades de atingir a meta pactuada, especialmente nos que dependem exclusivamente das ações desenvolvidas pelos municípios, com apoio financeiro da SES.

Várias realizações foram efetivadas em 2005, conforme está registrado nos relatos por ações a seguir.

No que respeita à *Atenção à saúde da mulher*, foram realizados, através da Seção de Saúde da Mulher:

- Capacitação em 38 municípios habilitados ao Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) e três capacitações do Sistema de Informações do Câncer do Colo do Útero (SISCOLO) – 8ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS), 9ª CRS e 16ª CRS – voltadas a médicos e enfermeiros da rede pública, para coleta e relato dos exames do colo do útero;

- Participação em 15 reuniões para esclarecer dúvidas sobre o pré-natal, aprimorar conhecimentos sobre o câncer de mama, comissão referente aos direitos da mulher, amamentação, sexualidade e violência, monitoramento e avaliação das ações, violência doméstica e pré-natal;

- Participação na elaboração da segunda parte do Projeto “Te liga, gravidez tem hora” e elaboração do Projeto referente ao “Combate à Violência Doméstica”, tendo o mesmo sido aprovado pelo Conselho Estadual da Saúde (CES/RS).

Com relação à *Atenção integral à criança e ao adolescente*, pela Seção de Saúde da Criança e do Adolescente, destacam-se:

- Entrega de óculos, pela Fundação Pão dos Pobres, nas 19 CRSs, para crianças de pré-escola e 1ª série, na área da acuidade visual;

- Capacitações em 31 municípios para implementação da Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM);

- Realização de cinco reuniões concernentes ao aleitamento materno; quatro reuniões com a Seção de Saúde da Mulher, Secretaria da Educação e Seção de Saúde Mental e Neurológica sobre prevenção de gravidez na adolescência e uma reunião sobre “teste do pezinho” com a Faculdade de Farmácia da UFRGS;

- Realização de 15 capacitações com diferentes equipes em diversas áreas da saúde da criança e do adolescente;

- Participação em 102 reuniões, em diversos municípios, abordando diferentes assuntos relacionados à saúde da criança e do adolescente;

- Participação na elaboração do Programa de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em interface com demais Secretarias, coordenada pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS); do “Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde Integral do Adolescente Infrator”, em unidades de internação e internação provisória - interface com a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE); e da Comissão Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A Seção de Controle de Agravos Crônicos e Degenerativos (SCACD), visando à *Atenção integral à saúde do adulto*, participou de três reuniões voltadas à dispensação de medicamentos e otimização de custos à assistência à saúde e distribuição de insulina aos portadores de diabete melito (DM). Participou, também, de 13 reuniões/eventos relacionados ao tabagismo, bem como de cinco capacitações abordando o tabagismo - Abordagem Intensiva do Fumante - e do Programa Saber Saúde nas Escolas.

O Programa de Controle do Tabagismo tem, atualmente, 612 profissionais de nível superior capacitados, 270 profissionais de Porto Alegre e 342 profissionais do interior do Estado. Há profissionais capacitados em 257 Unidades de Saúde, em 142 municípios do Estado, nos quais estão sendo implantados Ambulatórios para o Tratamento do Fumante. Até o momento, 75 Unidades de Saúde (US) foram cadastradas, sendo 36 US de Porto Alegre e 39 US de outros 30 municípios do Estado. Essas USs estão realizando avaliação dos pacientes e grupos de abordagem cognitivo-comportamental, utilizando os manuais de participantes enviados pelo Ministério da Saúde. O Ambulatório de Tabagismo do Hospital N. S^a. da Conceição, em Porto Alegre, também fornece medicação, quando indicado. A estimativa de atendimento mensal nessas USs em atividade é de 1.080 fumantes.

Até o momento, existem 119 USs cadastradas no Programa Ambientes Livres de Cigarro, com 5.880 profissionais de saúde capacitados.

A SCACD conta com 400 Escolas cadastradas, sendo que 223 destas estão com 100 % dos professores capacitados, atingindo 3.274 professores.

No que respeita à *Atenção integral à saúde do idoso*, a Seção de Saúde do Idoso desenvolveu várias ações como segue:

- Realização de oito Fóruns Regionais intitulados “Construindo a Participação Cidadã do Idoso”, promovidos pela Coordenação Estadual da Política do Idoso – STCAS, e tendo como co-promotores a Seção da Saúde do Idoso do Departamento de Ações em Saúde (DAS/SES), SESC, Núcleo de Estudos Interdisciplinares da UFRGS e Escritório Portanova Advogados Associados, com o objetivo de informar e divulgar os direitos e deveres dos idosos e capacitar todos os atores municipais e estaduais (os coordenadores de grupos e os próprios idosos) residentes nas regiões dos municípios de Santana do Livramento, Bento Gonçalves, Torres, Carazinho, Santo Ângelo, Porto Alegre, Santa Maria e Rio Grande, no período de abril a novembro de 2005, apresentando como resultados totais: participação de 97 municípios, 192 coordenadores de grupos de idosos, 242 gestores municipais e mais de 2.000 idosos; obtenção de seis capacitações envolvendo profissionais de saúde, gestores, cuidadores e idosos;

- Realização de seis Oficinas Itinerantes Desmistificando a Palavra Alzheimer, com o objetivo de informar aos cuidadores e familiares de idosos, profissionais de saúde e demais interessados como lidar com os pacientes portadores dessa Demência, dispondo cada oficina de até 50 vagas e sendo realizadas num único dia durante oito horas de atividades, nos municípios de Porto Alegre, Alegrete, Erechim, Lageado, Ijuí e Bento Gonçalves, capacitando, ao todo, em torno de 240 pessoas;

- Participação em 12 reuniões do Conselho Estadual do Idoso como representante titular da SES, objetivando discutir sobre a Política Estadual do Idoso e Plano de Ação Integrado, bem como divulgar o Estatuto do Idoso e garantia de direitos;

- Participação na comissão organizadora e realização da “I Jornada Estadual do Idoso” (abril de 2005), com um público de aproximadamente 350 pessoas de todo o Estado;

- Participação nas reuniões do Fórum Intergovernamental da Política Estadual do Idoso (PEI), contribuindo para a definição e elaboração dos documentos “Política Estadual do Idoso” e “Plano de Ação Integrado” junto à STCAS, os quais foram aprovados pelo Conselho Estadual do Idoso, em setembro de 2005;

- Definição e elaboração, em decorrência do anterior, dos documentos “Política Setorial da Saúde do Idoso” e “Plano de Ação 2005-2007”, pela Equipe da Seção de Saúde do Idoso, os quais foram aprovados pela Resolução nº 227/05 - CIB/RS, de 13 de dezembro de 2005;

- Participação nas atividades junto ao Comitê Estadual Multiprofissional de Enfrentamento da Violência Doméstica no Ciclo de Vida, onde também foram definidos e elaborados o documento “Política Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica” e o Plano de Ação pertinente ao ciclo de vida, pois a violência é um problema de saúde pública, que atinge especialmente a mulher, a criança, o adolescente e o idoso;

- Formulação de sugestões junto ao Ministério da Saúde, nas Agendas Públicas, via Internet, para a elaboração da minuta da Portaria Ministerial nº 283/05, da Caderneta do Idoso e da atualização do documento “Pactuação da Atenção à Saúde”;

- Elaboração do material educativo para uma “Cartilha do Idoso” e também para a construção de um *link* da Seção do Idoso/DAS/SES;

- Elaboração de Projetos de Capacitação dos Cuidadores de Instituições de Longa Permanência (ILPs) e de Agentes Comunitários de Saúde (ACS/PSF) sobre envelhecimento, com encaminhamento do primeiro ao Ministério da Saúde e, do segundo, ao Programa Saúde para Todos (PSF) do DAS/SES;

- Continuidade das atividades de controle de cinco indicadores em pessoas com 60 anos e mais, iniciadas em 2004, para estabelecer uma série histórica de monitoramento e avaliação, isto é, taxa de internação por pneumonia, por AVC e por DM tipo II e taxa de mortalidade por pneumonia e por doença cérebro-vascular em pessoas maiores de 60 anos.

No âmbito da política de *Atenção integral à saúde indígena*, foram realizadas várias atividades em 2005, como segue:

- Habilitação, pela SES/RS, de 19 Equipes Municipais de Saúde Indígena (EMSI) e 15 Equipes de Saúde Bucal Indígena (ESBI), ao recebimento de incentivo estadual;

- Desenvolvimento de atividades de estímulo ao planejamento local dos subsistemas de saúde e organização do processo de trabalho das EMSIs;

- Supervisão do trabalho das equipes em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);

- Integração da rede básica de saúde dos subsistemas com a rede ambulatorial de maior complexidade e a rede hospitalar, através do sistema de referência e contrarreferência;

- Apoio técnico às capacitações continuadas dos profissionais das EMSIs e ESBI;

- Integração das comunidades indígenas às políticas públicas;

- Incentivo ao aleitamento materno;

- Monitoramento de cobertura vacinal do esquema básico;

- Acompanhamento e qualificação das ações do pré-natal, assistência ao recém-nascido e ao planejamento familiar.

Com o objetivo de incrementar os Sistemas de Informações em Saúde, foram realizadas, em 2005, pelo Núcleo de Informações em Saúde (NIS), quatro capacitações do Sistema de Informações sobre Mortalidade e Nascidos Vivos (SIM/SINASC) (gerenciamento e suporte), assessoria na codificação das causas de morte, treinamento na informática SIM/SINASC voltado aos profissionais dos municípios e/ou CRS. O NIS também participou de três eventos em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, referentes ao conhecimento, revisão e treinamento do Sistema de Informações em Saúde.

Dentre as atividades que pontuaram o ano de 2005, destacam-se:

- Elaboração da Semana Epidemiológica (Doença Diarréica/Doença Respiratória) da semana nº 27 à nº 39;

- Investigações de Causas Mal Definidas de Morte;
- Produção de Indicadores com Base no SIM e no SINASC para o Relatório de Gestão do DAS (2º trimestre/2005);
- Coleta e codificação de 2.092 fichas de casos novos de câncer (incidência de residentes em Porto Alegre) – Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP);
- Codificação/digitação – SIM/2005 – de 13.178 Declarações de Óbitos (DO) (em 11/10/2005);
- Codificação/digitação – SINASC/2005 – de 25.845 Declarações de Nascidos Vivos (DNV) (em 11/10/2005);
- Avaliações e correções específicas na cobertura e qualidade do SIM e SINASC (problemas de codificação e digitação);
- Realização de 97 ações e atendimentos para diferentes Instituições (imprensa, universidades, fundações, CRS, prefeituras municipais, dentre outros);
- Elaboração de Relatórios de Retroalimentação e Gerenciamento mensais SIM: Cobertura, Mortalidade Infantil, Mortalidade Materna, Neonatal, Mortalidade de Mulheres em Idade Fértil e Total Geral, por residência;
- Envio, ao Ministério da Saúde, das Planilhas de Cobertura SIM/SINASC, visando a não suspensão do repasse do Piso de Atenção Básica Ampliada (PABA);
- Elaboração de Relatórios de Retroalimentação e Gerenciamento mensais SINASC: cobertura, ocorridos fora da residência, total mensal, baixo peso, muito baixo peso e sete ou + consultas pré-natal;
- Atualização e inclusão de novos indicadores na página da SES na *Web*;
- Relatórios de Gestão Municipal - 2º Trimestre, para a Assessoria Técnica e da Planejamento (ASSTEPLAN);
- Envio ao Ministério da Saúde das bases de dados SIM/SINASC 2005 - 2º trimestre de 2005;
- Envio à Secretaria da Fazenda de correções nos Relatórios sobre Mortalidade Infantil de Causas Evitáveis, para auxiliar no repasse do ICMS dos municípios (por decisões judiciais);
- Envio ao Ministério da Saúde de correções nas Bases de Dados oficiais SIM/SINASC 2004;
- Qualificação no preenchimento do Bloco IV da DO com as telas da DNV (variáveis quanto às condições de nascimento da criança falecida);
- Envio de relatório ao Instituto Nacional de Câncer (INCA), completando a cobertura e a qualidade da Incidência do Câncer em Porto Alegre no ano de 2000;
- Envio a todos os Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), de CDs recebidos do INCA com as novas versões do SISRHC;

- Realização de reunião com PROCERGS/DATASUS e Núcleo de Informática da SES, tratando dos novos Sistemas SIM/SINASC-WEB;
- Criação de Código para o *Maimônides Day Hospital*;
- Entrega de Publicações SIM/SINASC 2003 para o Sr. Marvin T. Prosono, Ph. *D Southwest Missouri State University*;
- Envio da "Mortalidade Neonatal" - últimos dez anos, para a Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul;
- Palestra no Hospital Luterano sobre o tema "Epidemiologia e exigências legais na Declaração de Óbito";
- Envio, ao IPERGS, de Banco de Dados das pessoas falecidas no Rio Grande do Sul, de 1996 a 2000, com fins de subsidiar auditoria;
- Envio do livro "Atestado de Óbito", ao município de Três Passos, visando à qualificação no preenchimento da Declaração de Óbito;
- Participação em Reunião no Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) visando à criação da Rede Estadual de Informação para a Saúde;
- Envio da nova versão SCB 2.7 para todas as CRS/Municípios com o SIM descentralizado;
- Envio de "Indicadores de Mortalidade por Melanoma 2002 a 2004 RS" para o Hospital de Clínicas;
- Envio de Publicações SIM/SINASC (diferentes anos) visando completar o acervo da biblioteca de enfermagem da UFRGS;
- Envio de três "Publicações 2003" para municípios;
- Participação na Reunião sobre Sistemas de Informações no CEVS, com presença da Rede Integrada de Informações para a Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde (RIPSA/OPAS).

No que respeita ao *Saneamento comunitário/PROSAN*, destacam-se, em 2005:

- Implantação, até o terceiro trimestre de 2005, de 43 módulos sanitários, beneficiando 43 domicílios, totalizando 215 pessoas;
- Solicitações de 108 módulos no PROSAN, beneficiando 2.150 pessoas;
- Implantação de sistemas de abastecimento de água: 13 sistemas simplificados de abastecimento de água (SSAA) e 6 extensões de rede de água (ERA), beneficiando, respectivamente, 390 e 120 domicílios, totalizando 2.550 pessoas;
- Análise e encaminhamento de Projetos no PROSAN: 103 processos em análise, que beneficiarão 15.450 pessoas, e aprovação e encaminhamento de 31 projetos/processos para pagamento, os quais irão beneficiar 4.650 pessoas;
- Realização de 564 atendimentos às Prefeituras Municipais, de 82 assessorias técnicas relativas aos projetos de rede de água e de quatro trabalhos de supervisão e treinamento para montagem de Módulos Sanitários, SSAAs e ERAs.

No ano de 2005, o Programa *Viva a Criança* realizou, junto aos municípios prioritários, a qualificação do Pré-Natal, através do monitoramento do PHPN e dos indicadores de muito baixo peso e prematuridade; a regionalização da assistência perinatal, através da organização do acesso da gestante e do recém-nascido às maternidades e às UTIs neonatais; o estímulo à expansão do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS/PSP), principalmente nas bolsões de pobreza; a promoção ao aleitamento materno, estimulando hospitais e postos de saúde a seguirem os passos para receberem o título de "amigos da criança" e "amigos da amamentação", respectivamente; a vigilância epidemiológica do óbito infantil, através da investigação e análise do óbito infantil, para gerar ações de saúde no âmbito municipal, evitando outros óbitos pelas mesmas causas; a implantação dos Comitês Municipais de Proteção à Vida das Crianças nos municípios prioritários; implantação da rede de proteção às crianças de risco, estabelecendo parcerias com o poder público e a sociedade civil; capacitação em serviço para o atendimento ao recém-nascido em sala de parto (pediatria e enfermagem), nos hospitais dos municípios prioritários; capacitação para o atendimento de doenças prevalentes de infância (AIDPI), principalmente como tecnologia de apoio à "Operação Inverno"; capacitação de gestores de hospitais para a "Iniciativa Hospital Amigo da Criança"; e capacitação da rede básica dos municípios prioritários para a "Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação (IUBAAM)".

Deve ser destacado que o coeficiente de mortalidade infantil (CMI) no Estado, que havia sido de 15,1 por mil em 2004, teve o registro de 13,9 por mil em 2005, considerando-se o período de janeiro a setembro.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ASILAR RESIDUAL DE HANSENIANOS E PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO

Este Programa foi criado com o fim de melhorar o atendimento dos usuários do Hospital Colônia Itapuã, bem como a qualidade dos serviços ofertados por esta instituição.

O atendimento dos pacientes internados e da população adstrita ao Hospital tem se mantido em ritmo normal, com um percentual de execução de 114,3 % em relação à meta programada. A implementação do Programa veio reforçar as atividades do Hospital, beneficiando não só os pacientes mas a comunidade em geral. São realizados, em média, 1.250 atendimentos ao mês, abrangendo os pacientes internos e a população próxima ao Hospital Colônia Itapuã (HCI). São realizadas consultas com vários profissionais, entre estes, Clínicos, Enfermeiros, Psiquiatras e Pediatras, além da realização de exames laboratoriais e procedimentos de Odontologia.

Na reestruturação da área física do Hospital, o percentual de execução é de 197%, ultrapassando a meta de 600 m². Foram reformados três pavilhões de moradia dos pacientes, o que equivale a 1.182 m², estando prevista para 2006 a reforma de mais dois pavilhões, perfazendo 577 m².

A implementação de ações de agropecuária, previstas no Plano Plurinual, está beneficiando somente o HCI, razão pela qual foram propostas reformulações na 2ª Revisão do Plano, com validade a partir de

2006. A ação passou a ter um novo enfoque, que é a autossustentabilidade do Hospital, através do abastecimento total de carne, além de produtos da horta, ficando, assim, dispensável a compra desses produtos através da Central de Licitações (CELIC). Hoje o Hospital abate e tem um estoque de carne de 19.689 kg, suficientes para alimentar todos os seus pacientes e funcionários durante o ano, considerando que o consumo médio é de 1.640 kg ao mês, além da produção de legumes e verduras da horta, utilizados também na alimentação dos pacientes. Cabe salientar que a atividade laboral realizada na horta faz parte de um plano terapêutico para os pacientes do Hospital.

ATENDIMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE TUBERCULOSE E HIV/AIDS E DERMATOLOGIA SANITÁRIA

O objetivo deste Programa é internar e prestar atendimento ambulatorial para portadores de tuberculose pulmonar ou co-infecção tuberculose/HIV, bem como o de prestar atendimento ambulatorial para pacientes portadores do HIV/AIDS, adulto e infantil, em sistema de consulta especializada, hospital/dia, centro de testagem e aconselhamento e dispensação de antirretrovirais (ARV) e tuberculostáticos. É executado pelo Hospital Sanatório Partenon e pelo Ambulatório de Dermatologia Sanitária.

O atendimento de pacientes superou a meta inicialmente proposta, perfazendo um total de 27.267 pacientes atendidos em 2005, equivalente a um percentual de execução de 121,2% da meta. O número de atendimentos vem aumentando progressivamente devido a vários fatores, tais como melhorias no controle dos registros de atendimento, aumento da demanda do laboratório da tuberculose, entre outros. São realizadas consultas e procedimentos, entre outros serviços específicos de tuberculose e HIV.

Quanto aos exames laboratoriais, o percentual de execução foi de 110,85% da meta proposta, com a realização de 71.500 exames em 2005. A realização de exames de Patologia Clínica é feita através de laboratório conveniado, sendo que a microbiologia, a maior parcela da demanda, é feita diretamente pelo laboratório do Hospital. Esse laboratório também atende às demandas do Presídio Central e às necessidades de vários municípios, quando se trata de verificação de HIV em pessoas que buscam o diagnóstico. Em relação aos exames de Anátomo-Cito-Patologia, as ações mantêm-se dentro da rotina normal de realizações previstas.

A manutenção do Ambulatório de Dermatologia Sanitária está relacionada ao desenvolvimento de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), AIDS e dermatologia, capacitando profissionais. Foram capacitadas no Controle da Tuberculose 79 pessoas, entre alunos de graduação e profissionais de diversas instituições, atingindo o percentual de 80% da meta estipulada para 2005. No Ambulatório de Dermatologia Sanitária é realizado treinamento para os Residentes da Residência Integrada em Saúde (RIS), em conjunto com a Escola de Saúde Pública, compreendendo: Medicina, Dermatologia, Psicologia, Enfermagem, Assistência Social e Nutrição.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

A formação de Recursos Humanos visa promover a educação em saúde pública, intra e interinstitucionalmente, dirigindo ações de ensino, pesquisa, extensão e documentação às funções essenciais da saúde pública e à qualificação dos recursos humanos do setor.

Em 2005, a Capacitação de Conselheiros de Saúde e Lideranças Populares não realizou todos os cursos previstos devido ao encerramento do convênio com a Cooperserviços no mês de maio. Até o encerramento do convênio, foram realizados três cursos para conselheiros, com 90 participantes, e dois para monitores, com 78 participantes.

A Escola de Saúde Pública ministra o curso de "Aperfeiçoamento para Cirurgiões-Dentistas", voltado ao atendimento odontológico às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs), desenvolvido com a FADERS, com carga horária de 180 h/aula. Nessa edição, freqüentaram o curso 24 alunos oriundos do interior do Estado.

O Centro de Referência em Redução em Danos possui o Grupo de Estudo "Rosa dos Ventos", que trata dos aspectos pedagógicos da educação em saúde e participa do Fórum Metropolitano de Redução de Danos. Também compõe o Comitê da Saúde para a prevenção de uso de drogas nos presídios (juntamente com a Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE, a Corregedoria Geral da Justiça, a Vara de Execuções e o Departamento de Tratamento Penal) realizando, em parceria com o grupo, estudo referente à ampliação do conceito e prática em Redução de Danos, voltado ao uso do *crack*.

No Ensino de Pós-graduação, a Escola de Saúde Pública (ESP) desenvolve os seguintes cursos:

- Especialização em Saúde Pública, em convênio com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), com carga horária de 640 horas teórico-práticas contando, em 2005, com 41 alunos matriculados e previsão de encerramento em abril de 2006.
- Enfermagem na Atenção Básica, para o qual estão em andamento os processos para contratação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). O processo de parceria com a UNIJUÍ já foi analisado e aprovado pelo Comitê de Racionalização do Gasto Público. O curso está previsto para o início de 2006.
- Curso de Especialização em Saúde da Família - curso específico para equipes do PSF (Programa Saúde da Família), coordenado pela ESP em parceria com a UERGS, composto por 70 participantes, tendo sido iniciado em novembro de 2005, com conclusão em dezembro de 2006.
- Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS): no ano de 2005, ofereceu um total de 96 vagas.
- Projeto do Curso de Especialização em Odontologia em Saúde Coletiva: resultado de uma parceria entre a SES - através da ESP - e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - através da Faculdade de Odontologia -, já foi aprovado na comissão Bipartite e no Conselho Estadual de Saúde, após o seu encaminhamento para o Núcleo Gestor do Pólo de

Educação Permanente em Saúde. No momento, o projeto está no Ministério da Saúde, aguardando alocação de recursos.

- Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva com ênfase na Assistência ao Usuário de Álcool e Drogas: com 50 alunos e carga horária de 360 horas, está sendo realizado em parceria com a PUC-RS, com recursos financeiros proveniente de convênio entre o Ministério da Saúde e o Estado.

No que tange ao Ensino Profissional, a estimativa é de 26 formandos no Curso Técnico de Enfermagem. A área de Educação Profissional participa do projeto político-pedagógico do Centro de Ensino Profissional do SUS (CETSUS), onde estão sendo desenvolvidos dois planos de cursos, o de Técnico de Enfermagem e o de Agente Comunitário de Saúde, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para análise. Está prevista, para o ano de 2006, a estruturação do plano de curso de Técnico em Higiene Dental e Técnico em Vigilância em Saúde.

IMPLANTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O objetivo do Programa é promover um conjunto de atividades integradas na área de Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária e Vigilância da Saúde do Trabalhador visando, através de estudos de tendências da morbi-mortalidade, a identificação de fatores de riscos, o diagnóstico de problemas potenciais, bem como o desenvolvimento de recomendações das ações necessárias à prevenção, redução, controle e erradicação desses problemas.

Entre as realizações de 2005, destaca-se que o Centro Estadual de Vigilância em Saúde está estruturado e em operação, legalmente formalizado através do Decreto Estadual nº 44.050, de outubro de 2005.

Quanto às demais ações desenvolvidas, destaca-se o atingimento de 356 municípios com Vigilância Ambiental implantada até agosto de 2005. Embora a meta anual de 2005, de implantação de mais 110 municípios com a Vigilância Ambiental plena e integrada ao Centro de Vigilância em Saúde não tenha sido atingida, a meta cumulativa é superada em aproximadamente 60%. Considerando-se especificamente o programa de vigilância da qualidade da água para o consumo humano, este está implantado em 100% dos municípios.

As ações de Vigilância em Saúde na área Ambiental são financiadas pelo mesmo recurso (teto financeiro da Vigilância em Saúde) que financia as ações de Epidemiologia e Controle de Doenças. As metas físicas de implantação de vigilância ambiental nos municípios seguem as mesmas determinações que as relativas à Epidemiologia. Assim, tem-se a Vigilância Epidemiológica e do Controle de Doenças e Agravos à Saúde também implantada em 356 municípios. A execução dessa meta, que previa a certificação de 496 municípios, depende da adesão dos mesmos. No entanto, ainda existem municípios em processo de certificação no Ministério da Saúde.

No que respeita à descentralização do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, a descentralização das ações de média e alta complexidade para os municípios não tem ocorrido no ritmo previsto inicialmente, devido ao baixo valor de incentivo financeiro proposto pela

Portaria MS nº 2473/2003. Até o momento, as atividades estão descentralizadas para as 19 Coordenadorias Regionais de Saúde. A implantação dos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador também depende da adesão dos municípios. Até 2005, são 276 os municípios com Vigilância em Saúde do Trabalhador implantada.

INFORMAÇÃO PARA A VIDA

O Programa **Informação Para a Vida** tem como objetivo principal, através da propagação de informações de qualidade e com respaldo técnico, a melhoria do cotidiano de todos os gaúchos em todas as faixas etárias. A proposta é a mobilização da sociedade do Rio Grande do Sul em torno da promoção da saúde e prevenção da doença, com responsabilidades de todos envolvidos no processo.

A meta é trabalhar com a promoção, prevenção e preservação da saúde. Anualmente, são intensificados e promovidos, através das campanhas, esclarecimentos sobre a prevenção das doenças. Quando necessário, a SES faz campanhas institucionais para esclarecimento sobre doenças, epidemias ou mesmo para divulgar cuidados básicos para melhorar os índices da saúde da população gaúcha. Para essas ocasiões, são utilizados espaços pagos em jornais, rádios, TVs, *sites*, além de peças como *banners*, *busdoor*, *outdoor* e também material impresso, como jornais, boletins, *folders*, cartilhas, etc. Essas ações visam compartilhar com a sociedade as realizações da Secretaria, repassando informação de boa qualidade e atualizada sobre temas de saúde importantes para toda a população. As campanhas especiais são feitas e colocadas no ar estrategicamente, quando indicadores apontam a necessidade. É o exemplo das campanhas de esclarecimento contra a dengue, hanseníase, câncer de mama, conjuntivite, entre outras enfermidades, realizadas durante o ano de 2005.

MODERNIZAÇÃO GERENCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Programa tem por finalidade reduzir os entraves burocráticos, as despesas de manutenção e garantir serviços de qualidade à população, com transparência, moralidade, agilidade e facilidade de acesso às informações.

Quanto à manutenção, adequação e modernização dos espaços físicos, as realizações durante o ano de 2005 foram: a conclusão da reforma e rede lógica da Farmácia Borges, bem como a implantação do sistema de gerenciamento; conclusão das obras dos Laboratórios de Fronteira em Santana do Livramento, Uruguaiana e São Borja; implantação de Núcleos Regionais de Vigilância Sanitária em Alegrete, Erechim, Cachoeira do Sul e Alegrete. Está em projeto a captação de recursos junto ao Ministério da Saúde para a obra da Central de Medicamentos.

O Plano Diretor de Informática foi implantado no Centro Administrativo e em 16 Coordenadorias Regionais de Saúde. Na modernização do controle patrimonial e de estoques, foi iniciado o processo de doação de 157 mil bens aos municípios, através do projeto "Patrimônio Público Eu Cuido"; implantada a identificação patrimonial por código de barras para bens novos; implantado o gerenciamento de compras, com a padronização dos itens de compras, a centralização de compras de bens

permanentes; implantado o Pregão Eletrônico para compra de medicamentos e similares, com redução média de 28 % nos custos. Está em implantação o sistema de aquisição de medicamentos para atender demanda judicial. No que está relacionado à melhoria da eficácia dos instrumentos elaborados na SES, foram implantadas as Divisões de Contratos e de Convênios.

MUNICÍPIO RESOLVE

O Programa **Município Resolve** foi criado com a finalidade de garantir o acesso da população às ações de atenção básica ampliada, além de descentralizar e aumentar a resolutividade do sistema de saúde, especialmente nas ações de média e alta complexidade.

O Programa fortalece a gestão municipal através de repasses de recursos financeiros, como apoio para o desenvolvimento de ações e serviços básicos. As campanhas “Verão Gaúcho” e “Inverno Gaúcho” são conduzidas através do Município Resolve. Lançado em maio de 2005, com o objetivo de desenvolver ações para diminuir infecções hospitalares de crianças de zero a seis anos, o programa “Inverno Gaúcho” estimulou os municípios para abertura do terceiro turno de atendimento em unidades de saúde nos meses de junho, julho e agosto, através de um incentivo financeiro do Estado, que totalizou R\$ 1.897.000,00. Também foram distribuídos *kits* de medicamentos básicos para a população infantil e houve um aumento de 20 % no número de serviços de radiologia, especialmente de Raio-X de tórax.

NOVA RELAÇÃO COM OS HOSPITAIS

O Programa **Nova Relação com os Hospitais** é constituído: pelo Co-Financiamento de Hospitais, que investiu cerca de R\$ 33 milhões e 600 mil em 2005, por meio de Convênio ou Termo de Ajuste com hospitais estratégicos, visando garantir a assistência à população; pelo Fundo de Apoio Financeiro e Recuperação de Hospitais Públicos e Privados sem Fins Lucrativos (FUNAFIR), que investiu cerca de R\$ 2 milhões; pela Doação de Órgãos e Transplantes, com dispêndio de cerca de R\$ 145 mil em 2005; e pelo Programa Parceria Resolve.



O Programa **Parceria Resolve** é uma proposta inovadora no Brasil, pois remunera os hospitais vinculados ao SUS, não só pelo atendimento aos doentes, mas também pela prevenção de enfermidades e promoção da saúde, num trabalho diretamente relacionado às necessidades da gestão pública. Essa nova lógica premia a saúde, não só a doença, como sempre aconteceu. O Programa visa melhorar índices de saúde da população, através de metas e indicadores de resultados a serem atingidos pelo Hospital, baseado numa nova relação, inserida nas necessidades do sistema público de saúde local, micro e macrorregional, garantindo, com recursos estaduais, funcionamento, resolutividade, eficácia e eficiência da Rede Hospitalar; inserindo essa Rede nas necessidades do SUS e nas

atividades de promoção e prevenção da saúde; criando uma nova forma de remuneração que privilegie essas ações. De 2003 até hoje, foram pagos R\$ 49.156.723, sendo que R\$ 18.457.069 no ano de 2005, com a participação no Programa de 317 hospitais. Além do valor central distribuído, mantiveram-se incentivos para leitos de internação em psiquiatria em hospitais gerais e para gestantes de alto risco, mediante critérios técnicos específicos.

Em 2005, uma pesquisa de satisfação dos usuários apontou os melhores hospitais do Estado vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Dez instituições foram premiadas com certificados pelo Governo do Estado. Foi a primeira pesquisa do gênero realizada por órgão público do Rio Grande do Sul sendo que a nota média obtida pelas instituições foi de 8,67.

POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A **Política Estadual de Assistência Farmacêutica** tem como propósito garantir a disponibilidade e o acesso a medicamentos essenciais aos usuários do Sistema Único de Saúde, promovendo o seu uso racional. Através deste Programa foram empenhados, em 2005, R\$ 121 milhões e 574 mil em Medicamentos de Alto Custo, e mais R\$ 3.367.567 na Contrapartida Estadual à Assistência Farmacêutica aos Municípios. São cerca de 95.085 pacientes cadastrados e 122.302 tratamentos atendidos com medicamentos especiais, excepcionais, judiciais e prevenção e tratamento da AIDS.



O Sistema AME (Administração de Medicamentos Especiais) foi iniciado no mês de agosto na 13ª CRS (sede - Santa Cruz) e a partir daí foi implantado nas outras regionais. Apenas os municípios de Esteio, Gravataí, Santa Maria e Passo Fundo não aceitaram assumir a dispensação dos medicamentos.

Com o atendimento descentralizado, a retirada dos medicamentos, que era feita em Porto Alegre, também por pessoas provenientes do interior, passou a ser feita junto às Secretarias Municipais de Saúde, que ficaram responsáveis pelo cadastramento dos seus municípios, bem como pela distribuição dos medicamentos. A SES/RS ficou com a responsabilidade e a competência de efetuar as compras e de suprir os municípios. Assim, passaram a ser evitados os deslocamentos dos usuários para a Capital.

A Farmácia de Medicamentos Especiais teve sua área física reformulada, com aumento de cadeiras para usuários, colocação de condicionador de ar, disponibilidade de banheiros e implantação do novo sistema de dispensação para agilizar a entrega dos medicamentos.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR



O Programa **Primeira Infância Melhor (PIM)** assume, a cada dia, uma importância maior, na medida em que as ações desenvolvidas junto aos municípios, os resultados alcançados junto às famílias e os ganhos obtidos pelas crianças começam a ser mostrados e reconhecidos como política pública de alto investimento social, cuja perspectiva de futuro delinea municípios mais saudáveis e mais bem desenvolvidos.

Por outro lado, têm sido de fundamental importância as ações de divulgação e de sensibilização da sociedade em geral sobre o tema “desenvolvimento infantil”, envolvendo, a cada dia, novos parceiros de diferentes segmentos.

O Programa, desde a sua instituição, capacitou 263 municípios, divididos em 14 grupos, dos quais 150 já implantaram o PIM, beneficiando 30 mil crianças, por meio da atuação domiciliar e semanal de 800 visitantes a 20 mil famílias gaúchas. Durante o ano de 2005, foram capacitados 122 municípios em sete grupos de capacitações, dos quais 40 já implantaram o PIM.

No que respeita à *capacitação e atualização de recursos humanos na área de Desenvolvimento Infantil*, foram efetivadas várias atividades, dentre as quais a realização, por Consultoras do *Centro de Referencia Latinoamericano de Educación Preescolar (CELEP/Cuba)* e do Grupo Técnico do Estado (GTE), do primeiro Corte Avaliativo do Programa em cinco municípios selecionados como possíveis referências macrorregionais, cujos resultados foram considerados satisfatórios quanto aos níveis de ganhos das crianças avaliadas, em relação ao seu desenvolvimento inicial. Em outra etapa, as referidas Consultoras acompanharam técnicos do GTE para análise das assessorias técnicas prestadas aos municípios-referência, evidenciando mudanças significativas nas dificuldades diagnosticadas na etapa anterior.

As Consultoras do CELEP, em parceria com a Coordenação do PIM, realizaram, também, capacitações para os técnicos do GTE, CREs e CRSs sobre aspectos da Psicologia Sociocultural, importância da ludicidade nas modalidades de atenção, bem como sobre aspectos específicos da saúde no Desenvolvimento Infantil.

Foram, ainda, realizadas Capacitações Continuadas dos Grupos Técnicos Municipais (GTMs) e Monitores na 3ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 11ª, 13ª, 15ª, 18ª e 19ª Coordenadorias Regionais de Saúde sobre o tema “Modalidades de Atenção”.

O Programa participou, com experiências municipais do PIM, das Mostras Regionais da Saúde realizadas na 3ª, 7ª, 10ª, 13ª, 8ª, 6ª, 19ª, 18ª, 16ª, 2ª, 12ª e 4ª Coordenadorias Regionais de Saúde

Objetivando o *Controle e avaliação do Programa*, salienta-se que, desde 2004, está implantado o Banco de Dados, para auxiliar o GTE nos dados referentes aos municípios. Ponto relevante para esta ação, em 2005, foi a reformulação do *site* do Programa, que facilitou o acesso do GTE, GTM, CRSs e CREs para a consulta e sistematização de dados dos municípios.

As atividades de *Divulgação do Programa e mobilização da sociedade* vêm sendo desenvolvidas com participação significativa da Secretaria da Cultura (SEDAC), cumprindo destacar, em 2005:

- Realização da ação Atividades Culturais na Primeira Infância, em conjunto com a SEDAC;
- II Aniversário do PIM e II Encontro Estadual de Visitadores, com a presença de 130 municípios e 500 participantes (SEDAC – oficinas de teatro e música);
- I Encontro Estadual de Comitês Municipais, com 56 municípios presentes e 100 representantes de GTMs e de entidades não-governamentais (SEDAC);
- III Seminário Internacional da Primeira Infância Melhor, com 1.600 participantes, realizado na PUC/RS, com o tema “Culturas Familiares e o Desenvolvimento Infantil de 0 a 6 Anos”, e contando com a presença de palestrantes de renome nacional e internacional, entre eles: Hans Donner, Diretor de Artes Gráficas da TV Globo/RJ; Gaby Fujimoto, representante do Banco Mundial em Washington; Rubem Alves, educador e escritor de São Paulo; Hubert Montagne, consultor internacional de diversos organismos em Bordeaux, França; Anne Frichet, psicóloga do COPES, França, entre outros (SEDAC – concertos de piano e flauta para palestrantes e participantes do evento);
- III Semana Estadual do Bebê, com o envolvimento de cerca de 10 mil pessoas e muitas atividades realizadas como: missa comemorativa; palestras; atividades lúdicas, recreativas e oficinas no Bairro Timbaúva; Festa do Dia do Bebê e inauguração do Monumento Mãe/Bebê, no CAFF; passeata e Feira dos Bebês, no Parque Farroupilha (SEDAC – oficinas e outras atividades voltadas ao público infantil, na Casa de Cultura Mário Quintana);
- Capacitação de radialistas sobre competências familiares, com o apoio do UNICEF, para os municípios novos, e uma de avaliação para os municípios que participaram em 2004;
- Café da manhã com comunicadores de rádio, TV e jornal.

Em todas essas atividades, perpassou a preocupação em divulgar o Programa e mobilizar a sociedade para as questões da Primeira Infância.

SALVAR - PROGRAMA DE ATENDIMENTO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

O **Salvar** visa prestar atendimento a pessoas em situação de urgência e emergência. O novo serviço de urgência e emergência, que atende pelo fone 192, foi inaugurado em 20 de julho de 2005 e será implantado em 16 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. O Programa encontra-se dentro do prazo de implantação, com a Central de

Regulação em funcionamento, regulando os municípios de Canoas, Guaíba e Novo Hamburgo, estando previstos, ainda, a implantação e pleno funcionamento das demais bases de atendimento nos municípios de Alvorada, São Leopoldo, Gravataí, Sapucaia do Sul, Montenegro, Cachoeirinha, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Charqueadas, Viamão, Esteio, Sapiranga e Taquara, fechando, assim, 100% da implantação das bases da Região Metropolitana. Até início de outubro, a Central de Atendimento havia recebido 119 mil ligações. Dentre essas chamadas, 2.108 ocorrências precisaram de saída de ambulância.

A Central de Regulação do Programa Salvar, que está operando provisoriamente no 4º andar do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), conta atualmente com uma equipe de 16 médicos reguladores, estando prevista a ampliação para 24 médicos, 19 telefonistas e 12 rádio-operadores. A ampliação será efetivada após a transferência da Central de Regulação para o Sanatório Partenon, onde as obras estão em andamento.

Já foram implantadas três bases de atendimento pré-hospitalar móvel do Programa Salvar, sendo:

- Canoas, contando com seis veículos (duas ambulâncias UTI, uma delas Neonatal, três ambulâncias de Suporte Básico e um veículo rápido), com equipes compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, que atuam 24 horas por dia, todos os dias da semana;

- Novo Hamburgo, contando com quatro veículos (uma ambulância UTI, duas ambulâncias de Suporte Básico e um veículo rápido), com equipes compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, que atuam 24 horas por dia, todos os dias da semana;

- Guaíba, contando com três veículos (uma ambulância UTI, uma ambulância de Suporte Básico e um veículo rápido, com equipes compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e motoristas, que atuam 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Os veículos foram entregues pela Secretária Estadual de Saúde, por Termos de Cessão de Uso, contendo equipamentos (respiradores, monitores cardíacos, bombas de infusão, eletrocardiograma, aspiradores portáteis, desfibriladores) e bolsas e mochilas com materiais médicos, instrumentais, medicamentos e móveis (camas, cadeiras, armários) e equipamentos de informática. Esses materiais foram adquiridos com recursos federais do Convênio nº 3.210/98, firmado com o Ministério da Saúde.

As demais bases, que estarão localizadas em Alvorada, Taquara, Montenegro, Gravataí, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Cachoeirinha, Charqueadas, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Viamão, Sapiranga e Esteio, estarão sendo colocadas em operação ainda no mês de dezembro, conforme pactuação firmada com os municípios, dependendo apenas de confirmação do gestor municipal. A estrutura, que é de competência do Estado, está pronta, ou seja, os veículos estão preparados para serem entregues, bem como todos os materiais necessários para a o funcionamento das bases.

O SALVAR-SAMU garantirá atendimento a mais de 2,5 milhões de gaúchos na Grande Porto Alegre. O programa, que é uma parceria do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e prefeituras, distribuirá um total de 45 ambulâncias para os municípios-base.

QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO

Este Programa foi implantado com o fito de reestruturar e readequar a estrutura física e o funcionamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro, para agilizar, racionalizar, qualificar e humanizar o atendimento aos pacientes e o meio ambiente de trabalho. Durante o ano de 2005, o Hospital atendeu a 2.583 pacientes, superando a meta inicialmente proposta. Da mesma forma, na reestruturação da área física, o percentual de execução é de 375 % da meta prevista. Foram reformadas duas Unidades (de Desintoxicação), atingindo 1.500 m², superando, assim, a expectativa e proporcionando maior qualidade de atendimento aos pacientes. Também foi reformado um prédio do Hospital para ocupação como sala de aula para utilização da UERGS.

O Hospital Psiquiátrico São Pedro está dividido em três áreas: área hospitalar (unidades de internação – duas unidades masculinas, uma unidade feminina, uma unidade para crianças e adolescentes; ambulatório; uma enfermaria clínica; uma emergência 24 horas com três leitos de observação; área residencial (cinco núcleos de pacientes moradores e um serviço de reabilitação); e uma área histórico-cultural, sob coordenação da UERGS. Alguns indicadores demonstram o resultado do trabalho realizado neste Hospital:

- a média de pacientes atendidos ao mês é de 287;
- a média de internações de pacientes novos é de 54;
- as readmissões têm média de 42;
- a média é de 63 nos encaminhamentos para outras instituições;
- a taxa de ocupação é de 92%, em média;
- a taxa de reinternação é de 43%;
- o tempo médio de permanência é de 30 dias.

A transferência de 62 pacientes do Instituto Dom Bosco para a área do Hospital São Pedro proporcionou a melhoria da qualidade de atendimento a esses pacientes. A instalação da UERGS nas dependências do Hospital Psiquiátrico São Pedro enaltece o papel de ensino e pesquisa do Hospital, atrelado ao atendimento da demanda de saúde mental, qualificando o atendimento e incentivando os funcionários a atualizarem-se e oportunizando melhores técnicas de atendimento, recreação, etc., reduzindo, assim, o tempo de permanência e a resolutividade dos casos.

REGIÃO RESOLVE

O Programa **Região Resolve** tem como propósito fundamental o de recuperar a capacidade de intervenção estadual no processo de descentralização para os municípios, através da cooperação técnica e do

planejamento regionalizado, tendo como referência os pólos regionais e as microrregiões de Saúde e levando as ações para mais próximo ao cidadão. Constitui-se em estratégia para hierarquizar a atenção à saúde na busca da equidade de acesso, prevendo intervenções nas áreas de promoção, prevenção e recuperação da saúde, incluídas as atividades de vigilância.

No âmbito do Programa, regionalizar a saúde implica uma forma de relacionamento articulado entre os gestores municipais, intermediado pelo Estado, superando a atomização de cada município. Consiste num processo permanente de planejamento pactuado e de gestão, a partir das seguintes referências: análise da situação; utilização de dados epidemiológicos; definição de áreas de abrangência, adscrição de população; definição de prioridades; definição de mecanismos de controle; avaliação; auditoria.

Contando em grande parte com recursos provenientes da Consulta Popular, através da *Programação Pactuada e Integrada (PPI)* o Programa provê as microrregiões e regiões de serviços assistenciais até então inexistentes e contrata/credencia serviços/especialidades/hospitais que prestem ao cidadão o atendimento de forma próxima à sua residência. Tais serviços são definidos em cada região, dentro de suas necessidades epidemiológicas (por exemplo, serviço de radioterapia em Ijuí, ou de oftalmologia em Encantado, Três de Maio ou Jaguarão).

Dentro desse escopo, são de destacar, em 2005:

- Contratações das seguintes Entidades como prestadoras de serviços ao SUS: Associação Beneficente dos Receptores de Sangue de Erechim, para execução de serviços na área de hemoterapia, com 480 procedimentos por mês; Vargas e Zompel Ltda., Bio Análises Laboratório, em Porto Alegre, para serviços auxiliares de diagnose; Clínica Pan Americana de Olhos, em Sapucaia do Sul, para execução de serviços técnicos profissionais na área; Comunidade Evangélica Luterana de SP, Hospital de Tramandaí, para serviços médicos hospitalares; Centro de Assistência Médico-Social, em Tuparendi, para credenciamento junto ao SUS na área ambulatorial e hospitalar; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Torres, para credenciamento junto ao SUS na área ambulatorial; Eunice Breunig e Cia. Ltda., em Sarandi, para credenciamento junto ao SUS, referente a 100 exames mensais (janeiro);
- Contratação de um laboratório, com recursos do teto federal (fevereiro);
- Encaminhamento dos pagamentos aos Consórcios de Rodeio Bonito, Litoral Norte, Santa Maria e CISA de Ijuí (março);
- Novas contratações de prestadores de serviços ao SUS: Laboratório Minuzzi e Keber Ltda., para execução de serviços auxiliares de diagnose, em Sobradinho; Hospital Associação Beneficente Parobé - Mantenedora do Hospital São Francisco de Parobé, num total de 41 leitos, de grande importância para o Município, na medida em que funcionava há vinte anos só para convênios e atendimentos privados; Laboratório Rosa M. M. Seitenfus de Sobradinho, num total de 517 exames/mês; Laboratório Eunice Breuning - Laboratório Anaclin; Laboratório Progresso Ltda.; Laboratório Mendes Ltda., de Alpestre; Laboratório Eloni Fuhr; Laboratório VTS Ltda., de Jaguarão (abril/maio);

▪ Assinatura de dois importantes contratos com a Comunidade Evangélica Luterana SP/ULBRA, após chamamento público realizado pela SES, a saber: um contrato de leitos de UTI neonatal e pediátrica em hospital privado, para dar suporte a ações judiciais, quando esgotada a capacidade do SUS, e outro contrato de consultas especializadas e exames, para suporte às necessidades dos usuários do SUS, principalmente da Região Metropolitana (maio), conforme especificado a seguir:

Exames realizados por tipo e por quantidade

Tipo	Quantidade
Radiodiagnóstico	490
Tomografia Computadorizada	105
Ressonância Magnética	70
Densitometria Óssea	59
Mamografia	350
Ecografias	875
Total	1.949

Fonte: SES

Consultas especializadas por tipo e por quantidade

Tipo	Quantidade
Urologia	490
Proctologia	490
Neurologia (incl. Pediátrica)	490
Otorrinolaringologia (incl. Pediátrica)	490
Ortopedia	350
Total	2.310

Fonte: SES

▪ Análise preliminar do resultado do chamamento público para alta complexidade em nefrologia, traumatologia-ortopedia e cardiologia, levando à Comissão Bipartite Estadual as definições sobre a habilitação das entidades no Rio Grande do Sul, sendo que o processo envolve cerca de 95 entidades de grande porte (maio);

▪ Contratação de novos prestadores de serviços, em várias regiões do Estado, que estarão disponibilizando aos usuários serviços pelo Sistema Único de Saúde através do Programa, como segue: Unilab-Análises Clínicas, de Sarandi, que realizará serviços auxiliares de diagnose; Clínica Clóvis Boito e Cia., de Jaguarão, que prestará serviços técnicos e profissionais na área oftalmológica; Associação Cruzeiras de São Francisco, de Bom Retiro do Sul, para execução de serviços médicos hospitalares; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três de Maio, também para execução de serviços auxiliares de diagnose; Laboratório Paul e Emmel Ltda., de Sobradinho, para execução de exames de patologia clínica;

Associação Pais e Amigos dos Excepcionais de Torres, de Torres, para prestar serviços técnicos profissionais na área oftalmológica (junho);

▪ Realização de pagamentos aos Consórcios Litoral Norte, Santa Maria, Cachoeira do Sul e Ijuí (junho).

É importante ressaltar que a SES está organizando as Redes de alta complexidade de cardiologia, nefrologia e traumatologia dentro do Plano Diretor de Regionalização, e o processo está em fase de habilitação das unidades de atendimento nessas áreas de extrema importância para a assistência. Entre julho e novembro de 2005, foram contratados 22 Laboratórios que irão realizar exames de patologia clínica e serviços de diagnóstico, distribuídos nos seguintes municípios: Capão da Canoa, Palmeira das Missões, Seberi, Osório, Sinimbu, Chapada, Estação, Tenente Portela, Santa Bárbara do Sul, Ibirubá, Farroupilha, Viadutos, Palmeira das Missões e Sobradinho, Balneário Pinhal, Redentora, Guaporé, Mostardas, Santiago, Sapiranga, Cruz Alta e Encantado. Também foi regularizada a situação contratual do Hospital Sociedade Tacchini, de Bento Gonçalves, e contratado o Centro de Oftalmologia de Candelária, cujo serviço terá uma abrangência em torno de 12 municípios.

SAÚDE MENTAL

O Programa **Saúde Mental** está sendo implantado para atender às seguintes finalidades: capacitar a rede de saúde para o acolhimento e atendimentos dos portadores de sofrimento psíquico; substituir gradualmente leitos manicomial para hospitais gerais; promover ações de prevenção primária nas escolas e famílias, visando à diminuição do uso de álcool e drogas entre crianças e adolescentes; implantar Centros de Atenção ao Programa Cuca Legal nos municípios de 50 mil habitantes e/ou municípios que sejam referência regional para 50 mil habitantes; e cadastrar CAPS.

O trabalho desenvolvido no decorrer do ano de 2005 pela Seção de Saúde Mental teve como objetivo, além de desenvolver atividades de capacitação de profissionais e gestores que atuam na área, ampliar e efetivar a rede de atenção integral à Saúde Mental, garantindo condições dignas de vida à população, através da atenção integral e de acesso universal aos serviços, proporcionando a capacidade de autonomia das pessoas. É de destacar, nesse sentido, a aprovação, na CIB, de 21 propostas de criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para cadastramento junto ao Ministério da Saúde em diversos municípios. Isso corresponde a uma ampliação de 24,8 % no número de CAPS no Estado, o que fortalece a rede e proporciona um atendimento adequado aos portadores de sofrimento psíquico, refletindo também na diminuição da taxa de internação psiquiátrica.

Ao mesmo tempo, ressalta-se um acréscimo de 65 % no número de leitos psiquiátricos em hospital geral desde o ano de 2002 – significando uma ampliação da rede de assistência em Saúde Mental – acompanhado por uma redução de 160 leitos em hospitais psiquiátricos, o que retrata a reversão do modelo de atenção, conforme preconizado na legislação vigente.

Uma visão mais pormenorizada da execução deste Programa, em 2005, pode ser dada através da descrição das ações que o integram.

Objetivando a prestação de *Atenção integral à saúde mental*, a Seção de Saúde Mental e Neurológica da SES realizou capacitações voltadas aos trabalhadores da rede pública de saúde, trabalhadores de serviços de saúde mental, administradores de hospitais gerais e CRSs em temas pertinentes ao atendimento para os portadores de sofrimento psíquico e por uso de substâncias psicoativas. Também desenvolveu e participou de diversas atividades, tais como: debate sobre a Reforma Psiquiátrica; assessoria aos municípios para a implementação de serviços de saúde mental e na articulação dos mesmos com a rede básica de saúde; participação em grupos de trabalho de prevenção da gravidez na adolescência e no grupo de saúde mental e atenção básica; participação na elaboração da Política de Enfrentamento à Violência Doméstica e no grupo que debate essa temática; desenvolvimento de ações em transtornos por uso de substância psicoativas inclusive entre as populações indígenas.

Ainda no âmbito de suas atividades, a Seção de Saúde Mental participou das reuniões do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN); realizou a avaliação técnica das solicitações de medicamentos; avaliou os CAPSs através do Programa "Avaliar – CAPS", do Ministério da Saúde, com o propósito de realizar um panorama da realidade dos serviços no Rio Grande do Sul; realizou o acompanhamento dos processos de cadastramento de leitos psiquiátricos em hospitais gerais e avaliações técnicas de inclusão dos leitos no Programa Parceria Resolve, de acordo com a Resolução CIB/RS nº 140/05 e análise técnica dos processos de cadastramento de CAPS junto ao Ministério da Saúde.

Visando dar uma resposta mais efetiva, tanto na prevenção, quanto no atendimento às pessoas que necessitam, o *Programa Cuca Legal – Prevenção ao uso do álcool e drogas e controle da depressão* constitui-se em uma política específica dentro da Saúde Mental, voltada para a organização da rede de atenção à dependência química e à depressão, com a participação da SES/RS, de municípios e áreas não-governamentais. Atualmente, existem 17 Centros de Atenção Especializados em Dependência Química e Depressão – Cuca Legal, habilitados no Estado, localizados em municípios maiores e/ou em municípios pólos regionais ou, ainda, em municípios menores, mas que são referência para uma população de, no mínimo, 50 mil habitantes. Foram previstos repasses financeiros no valor de R\$10 mil para cada Centro Cuca Legal implementado, repassados mensalmente pelo Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais de Saúde dos municípios sede de Centro.

No decorrer do ano de 2005, foram realizadas visitas aos Centros, objetivando assessoria e repasse de orientações pelas CRSs e Coordenação Estadual de Saúde Mental e duas capacitações para os profissionais dos Centros de Atenção Cuca Legal, de Hospitais e da Atenção Básica em álcool, outras drogas e depressão.

Através da *Implementação de Residências Terapêuticas*, a política de Saúde Mental do Governo do Estado, buscando redimensionar a atenção em saúde mental e a superação das práticas manicomial de cuidado, criou administrativamente a Direção de Atenção a Usuários Moradores (DAUM),

compondo, assim, uma equipe específica para trabalhar com a população institucionalizada nas estruturas do Estado. A partir de então, diversas atividades foram implementadas para que as diretrizes expostas acima fossem colocadas em prática. Dentre essas, destacam-se:

- Transferência dos pacientes do Instituto Dom Bosco, vivendo então em situações precárias, para dentro do Hospital Psiquiátrico São Pedro, permanecendo 23 pacientes nas quatro casas existentes para constituir Serviços Residenciais Terapêuticos;

- Estruturação de equipe para prover o cuidado e o exercício da cidadania aos 23 pacientes oriundos do Instituto Dom Bosco, respeitando as prerrogativas na construção de Serviços Residenciais Terapêuticos de acordo com a Reforma Psiquiátrica. Hoje, estão estruturados como Serviço Residencial Terapêutico de tipo II.

- Readequação do atendimento aos moradores nos 27 Serviços Residenciais Terapêuticos do Morada São Pedro, os quais passaram a ser acompanhados apenas nas suas necessidades e não mais 24 horas, propiciando a “evolução” desse serviço, de Residencial tipo II para Residencial tipo I.

SAÚDE PARA TODOS (PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA)

Contribuir para a reorientação do modelo assistencial, a partir da atenção básica, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidades entre os serviços de saúde e a população; ampliando, dessa forma, o acesso da população aos serviços básicos de saúde, que é o objetivo principal do Programa.

Até dezembro de 2002, apenas 13 % da população gaúcha era atendida pelo Programa **Saúde para Todos** (Programa de Saúde da Família - PSF). A expansão desse atendimento, através da ampliação do número de Equipes de Saúde da Família (ESF), vem sendo incentivada pela SES, destacando-se, somente em 2005, a implantação de 176 novas Equipes. O ponto alto do Programa



nesse ano foi a realização de 15 Mostras Regionais de Saúde para Todos (88 % da meta almejada), com a participação de aproximadamente 13 mil pessoas, tendo como objetivos promover troca de experiências entre as ESF e divulgar ações referentes ao PSF em todas as regiões do Estado. Conta-se, até o momento, com 1.050 Equipes de Saúde da Família habilitadas, 450 Equipes de Saúde Bucal (78 % da meta prevista) e 7.155 Agentes Comunitários de Saúde em atividade no Estado.

Com vistas ao *acompanhamento, avaliação e supervisão das Equipes de Saúde da Família*, 105 municípios que possuem essas Equipes (27 % do total de municípios do Estado) foram visitados em 2005, em trabalho conjunto com a UNESCO.

Fator fundamental para o êxito desse tipo de trabalho refere-se à questão da *capacitação dos recursos humanos* envolvidos, compreendendo gestores municipais, ESF e Coordenadorias Regionais de Saúde. Diversas atividades foram executadas com esse intento, em 2005, conforme está discriminado a seguir:

- Realização de dois Encontros Regionais de Gestores Municipais de Saúde;
- Capacitação, no módulo introdutório, de 435 profissionais das Equipes de Saúde da Família, atingindo 86 % da meta proposta, de capacitar todos os profissionais de nível superior das equipes implantadas no ano;
- Participação de 2.595 profissionais das ESF e das Coordenadorias Regionais de Saúde em atividades de educação continuada;
- Participação de 800 profissionais da saúde dos municípios e do Estado, em aula magna sobre “Atenção Primária à Saúde”, com a Dra. Bárbara Starfield;
- Realização de estágio profissional na Coordenação Estadual do PSF, por 20 profissionais de residência integrada em saúde coletiva do Centro de Saúde Escola Murialdo;
- Desenvolvimento de um Curso de Especialização de Saúde da Família, com 70 alunos, através da Escola de Saúde Pública (em andamento);
- Capacitação em Saúde Mental voltada para a Atenção Básica, com a participação de 100 pessoas.

Além das Mostras Regionais de Saúde da Família, já mencionadas anteriormente, outras atividades foram realizadas, em 2005, visando a *promoção e divulgação do PSF*, destacando-se, dentre elas:

- Edição do Boletim de Saúde da Escola de Saúde Pública, contendo monografias e artigos de alunos dos Cursos de Especialização em Saúde da Família de todas as Universidades do Estado, com lançamento na Feira do Livro, em Porto Alegre;
- Elaboração e edição de cinco boletins informativos e de um CD sobre o Programa.

Até o final do ano de 2006, o Programa Saúde para Todos visa abranger 60 % da população, através de 1.600 equipes de Saúde da Família (ESF). Para tanto, foi criado um plano de incentivo, com o pagamento de R\$ 24 mil/ano para cada equipe nos municípios habilitados e de R\$ 6 mil acrescidos às equipes que têm dentista e auxiliar de escritório dentário.

A SES conta com a **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)**, como importante aliada para que os índices de saúde do Estado qualifiquem-se cada vez mais. A FEPPS buscou, em 2005, a sua consolidação através do encaminhamento de concurso público, regularizando situação de dez anos de existência sem funcionários próprios concursados.

Em termos de modernização gerencial, implantou, em conjunto com a PROCERGS, o Plano Diretor de Informática, gerando redução de custos (ilhas de impressão), agilização dos trâmites (melhoria da comunicação interna e externa) e confiabilidade nos produtos e serviços ofertados em saúde pública pela Fundação.

Em 2005, a FEPPS teve a maior execução de convênios federais de sua história (prestadas contas do valor aproximado de R\$ 5 milhões para concedentes federais – OPAS/OMS, FNS/MS, MC&T), coincidindo esse valor com a receita auferida através de recursos próprios.

A Fundação dinamizou sua atuação, em 2005, através dos Programas arrolados a seguir, com as principais ações desenvolvidas.

APOIO LABORATORIAL À VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O objetivo do Programa **Apoio Laboratorial à Vigilância em Saúde**, desenvolvido pelo **Instituto de Pesquisas Biológicas – Laboratório Central de Saúde Pública (IPB-LACEN)**, é otimizar o atendimento da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública, de forma a responder adequadamente às necessidades regionais das vigilâncias sanitária e epidemiológica, fortalecendo o atendimento regionalizado.

O IPB-LACEN, de um modo geral, tem conseguido atender às demandas de amostras encaminhadas para análise pelas vigilâncias sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador e ambiental, a despeito das dificuldades relacionadas à falta de recursos da própria Fundação para substituição de equipamentos (renovação tecnológica) e outros investimentos considerados necessários para a qualificação do Laboratório. O Centro Estadual de Vigilância em Saúde tem auxiliado o IPB-LACEN, adquirindo insumos e proporcionando a participação dos técnicos do Laboratório em cursos e congressos (recursos federais do Teto da Epidemiologia e do Termo de Ajuste e Metas da Vigilância Sanitária). Na área da qualidade, os auditores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) visitaram a Instituição para realizar uma pré-avaliação do Laboratório de Medicamentos, para que o mesmo possa se habilitar junto a Rede Brasileira de Laboratórios de Saúde (REBLAS/ANVISA). Os diagnósticos em vigilância epidemiológica e saúde do trabalhador totalizaram 190.378 até o terceiro trimestre de 2005, e as análises laboratoriais em vigilância sanitária e ambiental, 26.092 até o terceiro trimestre.

O *Programa de Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano*, realizado pelo IPB-LACEN, é considerado o melhor do País, superando em várias vezes o número de análises realizadas pelo segundo colocado, o Instituto do Estado de São Paulo.

O IPB-LACEN foi escolhido, pela qualidade do trabalho desenvolvido, para receber o laboratório de nível de segurança tipo 3 (NB3), que permitirá efetuar diagnóstico laboratorial de maior risco, como é o caso do diagnóstico de Hantavirose.

INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS

O objetivo deste Programa é implementar o Sistema Estadual de Toxicovigilância e o Diagnóstico Laboratorial em Toxicologia de Emergência.

O Centro de Informações Toxicológicas (CIT) presta assessoria e orientação frente a acidentes tóxicos e possui uma equipe multidisciplinar de profissionais (médicos, médicos veterinários, químicos, farmacêuticos, biólogos, bibliotecários) e estudantes de diversas áreas biomédicas e de documentação, disponibilizando serviços em regime de plantão permanente 24 horas por dia, realizando análises de emergência, drogas de abuso e solventes.

O Plantão de Emergência do CIT atendeu, em 2005, mais de 20 mil solicitações. O Sistema de Registro de Solicitações Atendidas pelo Plantão de Emergência do CIT/RS foi implantado, em caráter permanente, em janeiro de 2005. Esse sistema possibilita o registro, na Internet, das solicitações atendidas, permitindo avaliação, em tempo real, das ocorrências e das atividades dessa Unidade. Único no País, considerando-se os 35 Centros da Rede Nacional de Centros de Informação, Controle e Atendimento Toxicológico vinculados ao Ministério da Saúde, esse Sistema de Registro é uma potente ferramenta de avaliação epidemiológica e de intervenção pública, tanto na área de registro de produtos químicos como de controle de situações de risco tóxico.

Durante o ano de 2005, ocorreram problemas em relação à disponibilidade de desembolso financeiro em período compatível com a execução do Programa, comprometendo o resultado final. Considerando-se que várias ações ainda não tinham sido reavaliadas no ano de 2005, a média de execução das ações em curso foi de 51 %. Na 2ª Revisão do PPA 2004-2007, várias ações foram readequadas. Por exemplo, o escopo do Programa de Monitoramento de Drogas de Abuso, que prestou 2.092 atendimentos em 2005, foi ampliado para qualificação do sistema de apoio laboratorial aos acidentes tóxicos emergenciais e monitoramento de drogas de abuso. Da mesma forma, tendo sido realizada a otimização da estrutura do sistema de coleta e disseminação das informações toxicológicas, propõe-se, agora, a qualificação das informações para uso de instituições que atendem a acidentes tóxicos.

As campanhas de prevenção de acidentes tóxicos atingiram 2.215 alunos. Está em fase de implantação um sistema de educação à distância financiado com recursos do Ministério da Saúde – Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), o qual poderá atingir um número maior de pessoas, colaborando, assim, para o alcance da finalidade de contribuir para a educação toxicológica continuada em escolas públicas estaduais.

PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA À SAÚDE PÚBLICA

O objetivo é desenvolver e produzir tecnologias científicas em saúde pública, através da consolidação do Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT), o qual atua em linhas de pesquisa voltadas ao desenvolvimento de produtos, bem como em metodologias na área de biotecnologia, tais como o diagnóstico molecular de doenças, produtos na área de sangue e hemoderivados, biomedicamentos, síntese de fármacos, criação de animais para a produção de imunobiológicos e realização de pesquisas.

Algumas ações previstas neste Programa dependem de adequação de área física para serem realizadas. Como isso não aconteceu,

por falta de verba ou atrasos, sua execução vem ocorrendo em ritmo mais lento do que o inicialmente programado. Apesar disso, considerando-se o conjunto das ações, foram executadas cerca de 70 % das atividades previstas para 2005. Foram capacitados profissionais farmacêuticos, biólogos e médicos em práticas de laboratório com utilização de novas tecnologias. Os projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de novas técnicas de produção e controle de qualidade estão sendo executados com sucesso, proporcionando a geração de novos *kits* de diagnóstico, impactando em saúde pública, tanto na agilidade e certeza do diagnóstico, quanto na inovação (propriedade intelectual) e estudos epidemiológicos.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS À POPULAÇÃO

O Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS) produz e distribui medicamentos básicos (analgésicos, antitérmicos, expectorantes, anti-hipertensivos, dermatológicos, etc.) para atendimento dos programas de saúde, obedecendo a padrões e critérios internacionais de qualidade. Também pesquisa e desenvolve formulações, métodos de produção e de controle de qualidade. A Divisão de Assistência Farmacêutica operacionaliza o recebimento, o armazenamento, a expedição, a distribuição e o transporte dos medicamentos à rede de serviços do SUS/RS. Este Programa tem por objetivo ampliar a capacidade produtiva do LAFERGS, informatizar a produção e distribuição de medicamentos e coordenar a Política de Assistência Farmacêutica.

O ano de 2005 apresentou dificuldades para a execução do Programa, pois, devido ao atraso na conclusão das obras de reforma e ampliação do LAFERGS, que são imprescindíveis para a execução das ações que o integram, não houve produção de medicamentos. A conclusão das obras, prevista para fevereiro de 2006, deverá permitir a execução integral do Programa.

O corpo técnico do LAFERGS vem trabalhando intensivamente na implementação do Programa de Garantia da Qualidade, fazendo a elaboração e revisão de Procedimentos Operacionais Padrão e dos mais diferentes programas necessários ao cumprimento das Boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos. Da mesma forma, há um esforço concentrado para o encaminhamento das solicitações de renovação dos registros de produtos junto à ANVISA. O corpo técnico trabalha ainda na elaboração do Plano Mestre de Validação de Processos e mantém as rotinas de aquisição e recebimento de insumos necessários à retomada da produção, realizando as atividades inerentes de controle de qualidade para a aceitação dos produtos.

O Sistema de Gerenciamento da Produção e Distribuição dos medicamentos está sendo implantado. Da mesma forma, o Setor de Vendas de Medicamentos. No entanto, o Laboratório deverá contar com melhor infra-estrutura e mais pessoal para operar, de forma a agilizar os processos de venda de medicamentos às prefeituras, Estado e Ministério da Saúde.

QUALIDADE DO SANGUE

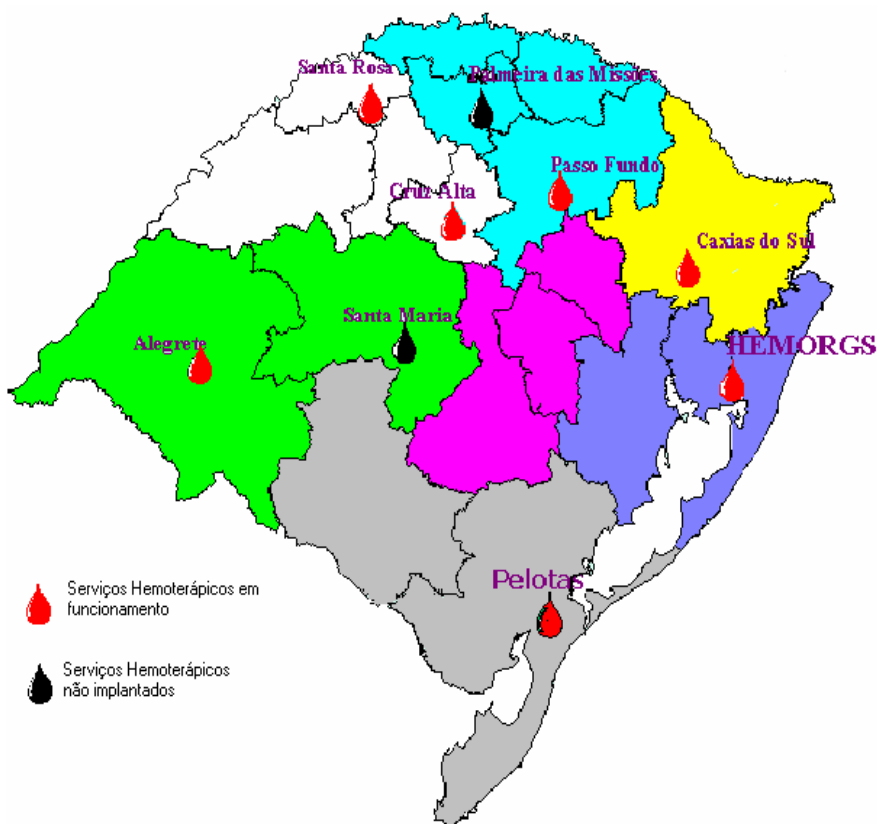
Este Programa foi implantado com o objetivo de reestruturar a Hemorrede Pública Estadual, através da instalação dos serviços inoperantes, qualificação e ampliação da distribuição dos hemocomponentes e também

de consolidar o Centro de Referência Ambulatorial Multiprofissional para tratamento de coagulopatias hereditárias, com ampliação do atendimento a outras patologias hematológicas. Entre os resultados advindos da execução do Programa, em 2005, destacam-se: o cadastro de 19.620 doadores de medula óssea; a coleta de 222.422 bolsas de sangue na Hemorrede Pública, além da implantação de um programa de qualidade; e o ritmo acelerado da doação voluntária de sangue e dos atendimentos a hemofílicos.

No atendimento multiprofissional da Clínica Hematológica, foram prestados atendimentos a 2.712 pacientes, até novembro de 2005. A meta inicialmente prevista já foi alcançada, devendo ser modificada para 2 mil atendimentos/ano, visto que esse atendimento ocorre no HEMORGS (Porto Alegre), no HEMOCS (Caxias do Sul), no HEMOPASSO (Passo Fundo) e no HEMOPEL (Pelotas). Houve a abertura do gabinete odontológico no mês de outubro de 2005, fator extremamente importante para o programa de atendimento aos hemofílicos.

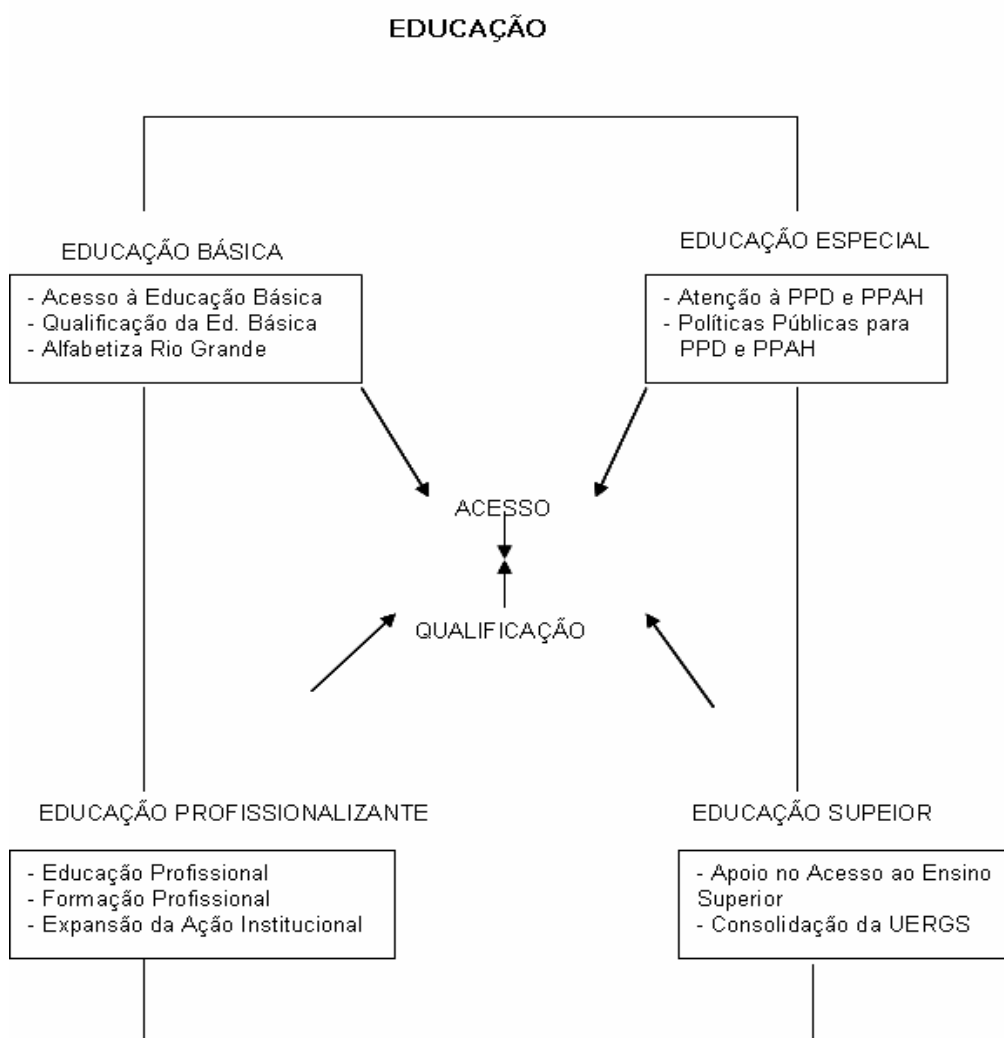
No triênio 2003-2005, foram operacionalizados 60% dos Serviços Hemoterápicos do Interior (Cruz Alta, Alegrete e Hemocentro Regional de Pelotas). A implantação da Unidade Hemoterápica em Santa Maria está na dependência de decisão do Município.

O mapa apresentado a seguir permite visualizar, dentro do espaço gaúcho, os serviços homoterápicos atualmente em funcionamento e os serviços ainda não implantados.



3.2.3.2 EDUCAÇÃO

Pode-se visualizar o dimensionamento da área educacional, no Governo do Estado, através dos programas propostos no PPA 2004-2007 pelos órgãos governamentais: Secretaria da Educação (SE), Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) e Pessoa Portadora de Altas Habilidades (PPAH) no Rio Grande do Sul (FADERS), Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Os programas podem ser agrupados por níveis e modalidades de ensino, conforme a figura a seguir. Saliente-se que os princípios básicos da atuação governamental estão na garantia e na facilitação do acesso ao ensino público, e na qualificação do mesmo. Ou seja, além de prover vagas para atender a demanda, busca-se qualificar o ensino ministrado.



O Sistema Estadual de Ensino conta com o apoio do **Conselho Estadual de Educação (CEED)**, que deu continuidade ao seu trabalho, em 2005, através do Programa **Implementar as Atividades do CEED**, realizando, entre outras ações, a elaboração e publicação de pareceres, resoluções, normas e atos nas diversas áreas de interesse do ensino no Rio Grande do Sul.

À **Secretaria da Educação** cabe o gerenciamento dos programas que contemplam o atendimento a grande parte do universo da população escolarizável do Estado (aproximadamente 50 % do Ensino Fundamental e 85% do Ensino Médio). Tais programas seguem arrolados a seguir.

ALFABETIZA RIO GRANDE

Com o propósito de minorar a taxa de analfabetismo no Estado, este Programa da SE busca combatê-lo, em parceria com a União, municípios, instituições de ensino superior e outros segmentos da sociedade, contando com a supervisão técnica da UNESCO.



De forma descentralizada, o Programa sob a coordenação do Departamento Pedagógico da SE, é executado pelas 29 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e pela Divisão Porto Alegre (DPA). Nelas, são constituídos Grupos de Trabalho de Educação de Jovens e Adultos (GTEJAs) com representantes das secretarias municipais de educação, Instituições de Ensino Superior (IES), entidades conveniadas ao Programa e

outros segmentos das comunidades regionais. Cada GTEJA promove o recenseamento da população analfabeta, planeja, executa e acompanha as ações do Programa, além de mobilizar as comunidades, com o apoio técnico e financeiro do Estado.

Desde 2003, a SE tem firmado convênios com prefeituras e outras entidades, cuja quantificação pode ser observada na Tabela abaixo.

Tabela: Prefeituras e entidades conveniadas ao Programa Alfabetiza Rio Grande

Ano	Prefeituras	Entidades	Nº de turmas de alfabetização conveniadas	Nº de alunos atendidos pelas turmas conveniadas
2003	118	43	1.114	15.229
2004	115	60	1.084*	15.273
2005	133	63	1.232	18.945 (nº estimado)

* Das 1.084 turmas, algumas foram unificadas. Assim, o nº final de turmas foi 1.033.

Além de atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos, o Programa visa promover a continuidade de estudos. Por isso, os alfabetizados são encaminhados para a Rede Pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Há 798 escolas estaduais de EJA (Dados de 2004 – Fonte: DEJA/DP/SE/RS), dentre as quais, 561 possuem turmas de alfabetização. Hoje, 135.301 gaúchos são atendidos no Ensino Fundamental e Médio, conforme mostrado na Tabela a seguir, referente à abrangência da Rede Estadual de EJA.

Tabela: Dados da Rede Estadual de EJA

Nº de alunos	2003	2004	2005
Ensino Fundamental (anos iniciais)	21.134	14.678	16.145
Ensino Fundamental (anos finais)	58.977	61.677	67.844
Ensino Médio	38.063	46.648	51.312
Total da Rede	118.174	123.003	135.301
Total (alunos da Rede e de turmas conveniadas)	133.403	138.276	154.246
Nº de professores	2003	2004	2005
Ensino Fundamental	3.480	3.225	3.547
Ensino Médio	5.863	5.780	6.358
Total de professores	9.343	9.005	9.905
Nº de turmas	2003	2004	2005
Ensino Fundamental	3.480	3.225	3.547
Ensino Médio	1.193	1.412	1.552
Total de turmas	4.673	4.637	5.099

Fonte: DEJA/DP/SE/RS.

Elemento imprescindível ao aprimoramento do processo de aprendizagem dos alunos é a qualificação permanente dos professores em atuação, tanto nas turmas conveniadas quanto na Rede Estadual. Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm atuado em parceria com o Governo do Estado desde 2004. Mediante assinatura de contrato, as IES realizam a capacitação dos docentes, conforme pode-se observar na Tabela a seguir.

Tabela: Dados da formação continuada dos professores da EJA

	2004	2005
Nº de campi	44	50
Nº de professores atendidos*	5.035	8.200
Valor gasto	R\$ 422.400,00	R\$ 658.560,00

* O item refere-se ao nº total de professores de EJA atendidos pelas IES, somando os alfabetizadores das turmas conveniadas e os professores da Rede Estadual de EJA, do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Para o ano de 2006, as metas do Programa são as de alfabetizar 35.000 pessoas no Estado e capacitar 8.200 agentes.

ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Através deste Programa, a SE desenvolve ações que visam garantir o acesso à Educação Básica para a população do Estado (1.400.115 alunos foram atendidos pela Rede Estadual em 2005). A evolução dos indicadores do Programa demonstra um crescimento na taxa de escolarização líquida no Ensino Médio, que passou de 45,3 %, em 2002, para 51,5 %, em 2004. Observou-se, também, um maior equilíbrio nas matrículas do Ensino Fundamental entre as Redes Estadual e Municipal: 55,02 %, em 2002, para 52,39 %, em 2004, comprovando uma migração do alunado para a Rede Municipal nesse nível de ensino.

No quadro que segue, pode-se acompanhar o resumo dos resultados das ações do Programa no ano de 2005 e as metas físicas para 2006.

AÇÕES	RESULTADOS 2005	CONSIDERAÇÕES	METAS 2006
Ampliação dos espaços escolares	243 escolas com espaços escolares ampliados	As realizações, no ano de 2005, ativeram-se ao atendimento emergencial, à demanda escolar e ao atendimento às solicitações da Consulta Popular (CP)	192 escolas ampliadas
Atendimento de alunos com necessidades especiais	6.700 alunos atendidos	Em 2005, houve qualificação do atendimento prestado, com a melhoria dos espaços escolares: Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais; implantação de 25 salas de recursos para alunos com altas habilidades, bem como para o atendimento à deficiência mental, visual e surdez. Também foram impressos livros em Língua Portuguesa para educação de surdos, beneficiando 3.000 alunos.	2.200 alunos atendidos (pela Revisão do PPA em 2005, o atendimento a essa clientela será feito através da ação Acesso à educação especial em classes regulares)
Auxílio para o transporte escolar	169.472 alunos transportados	Benefício a 105.591 alunos do Ensino Fundamental e a 63.881 do Ensino Médio da zona rural.	169.472 alunos transportados
Cadastramento de alunos matriculados	1.400.115 alunos cadastrados	Em 2005, foi alcançada a totalidade da Rede Estadual.	1.500.000 alunos cadastrados
Concessão de bolsas de estudo	2.721 bolsas concedidas	Através de convênios com 19 escolas particulares, foram beneficiados 1.281 alunos do Ensino Médio e 1.440 alunos portadores de necessidades educativas especiais, em 86 escolas conveniadas.	2.650 bolsas concedidas

AÇÕES	RESULTADOS 2005	CONSIDERAÇÕES	METAS 2006
Despesas mensais de custeio das escolas	3.002 escolas beneficiadas	Atendimento às despesas mensais da totalidade das escolas estaduais (energia, água, locação de imóveis, etc)	3.002 escolas estaduais
Manutenção e conservação dos espaços escolares	652 prédios beneficiados	Atendimentos emergenciais e institucionais em 112 escolas. Em 540 escolas, as reformas estão sendo asseguradas através de demandas da CP.	1.009 escolas reformadas
Realizações de exames supletivos	1.746.476 exames requeridos	Em 2005, 254.252 candidatos (83.108 no Ensino Fundamental e 171.144 no Ensino Médio) tiveram a oportunidade de buscar a certificação de conclusão, ou de obter aprovação em disciplinas do currículo desses níveis de ensino.	2.000.000 de exames requeridos
Recursos humanos para a Rede Estadual	111.410 matrículas de servidores em atuação	Desse universo, 1.127 servidores foram cedidos ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Estadual no Município (PRADEM), 17 atuaram em escolas itinerantes que oferecem o Ensino Fundamental. As demais 110.266 matrículas referem-se a profissionais que atuam na gestão e nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Rede Estadual.	111.410 matrículas de servidores em exercício
Segurança nas escolas	705 comunidades escolares guarnecidas	Trabalho prestado por 705 inativos da SJS – Corpo de Voluntários Militares da BM – que atuam junto a escolas localizadas em regiões que apresentam maiores níveis de violência.	866 escolas atendidas.
Sistema informatizado de matrículas	143.265 alunos matriculados via sistema	O sistema informatizado de matrículas vem assegurando maior racionalização e melhor atendimento aos candidatos a vagas nas escolas das Redes Estadual e Municipal. É operacionalizado através de parceria com 9 municípios que possuem centrais de matrículas (Alvorada, Cachoeira do Sul, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Viamão).	143.265 alunos inscritos

QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pode-se afirmar que o Estado do Rio Grande do Sul praticamente já atingiu a universalidade no Ensino Fundamental e que esforços estão sendo despendidos (Rede Estadual) para que o mesmo ocorra em relação ao Ensino Médio. No entanto, existem, ainda, grandes lacunas no que se refere à questão da qualidade do ensino (os índices dos indicadores do Programa relativos à reprovação comprovam: Ensino Fundamental – 15,6% em 2002, 16,5% em 2004; Ensino Médio – 17,3% em 2002, 18,3% em 2004. Em outros indicadores também significativos, observou-se uma evolução positiva no mesmo período: taxa de abandono no Ensino Fundamental – 5,2% para 3,9%; taxas de distorção idade/série: Ensino Fundamental – 27,9% para 25,5% e 44,3% para 43,9% no Ensino Médio).

Este Programa traz em seu bojo ações que visam minimizar a questão da qualificação da educação básica, cujos dados seguem arrolados a seguir, com destaque para a proposição de “avaliação da escola pública”, processo que, até o momento, acontece em algumas escolas e séries, através de mecanismos não específicos da ação proposta, cuja previsão inicial da meta física é a de alcançar a totalidade das escolas da Rede Estadual. Observe-se, também, no quadro abaixo, a previsão das metas físicas por ação para o ano de 2006.

AÇÕES	RESULTADOS 2005	CONSIDERAÇÕES	METAS 2006
Escola aberta para a cidadania	150 escolas participantes (98 escolas custeadas pelo Governo do Estado e 52 pelo Governo Federal)	No ano de 2005, houve uma redução nas metas previstas (400) em razão das dificuldades financeiras vividas pelo Estado. Foram abrangidos 84 municípios, com cerca de 130 mil participantes/mês e atuação de 2 mil voluntários. Além das atividades nos finais de semanas com as comunidades escolares e das capacitações, outros eventos foram realizados, no ano, como: Colônia de Férias da Escola Aberta na cidade de Torres, 2º Acampamento Crioulo, Escola Aberta em Dança, entre outros.	150 escolas participantes do Projeto
Autonomia financeira e pedagógica das escolas	3.002 escolas beneficiadas (Gestão Democrática)	Foram repassados recursos para a manutenção do ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, garantindo a autonomia financeira e pedagógica da totalidade das escolas estaduais.	3.002 escolas com autonomia (gestão)
Avaliação da Escola Pública	1.710 escolas estaduais avaliadas (ao todo, 2.091)	A retomada do processo de avaliação deu-se através do Piloto Contrato de Gestão, firmado com as escolas das 25 ^a	3.002 escolas estaduais avaliadas

AÇÕES	RESULTADOS 2005	CONSIDERAÇÕES	METAS 2006
	no Estado)	e 32ª CREs. Foi ampliada, também, a parceria com o INEP/MEC, através da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar que avaliou, de forma censitária, as escolas estaduais e municipais urbanas com 30 alunos ou mais da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental. Também efetuou-se a Avaliação Nacional da Educação Básica que, de forma amostral, avaliou as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e as 3ª séries do Ensino Médio das escolas estaduais, municipais e particulares. As três avaliações envolveram 266.745 alunos dessas escolas nas disciplinas de Português e Matemática.	
Escola em tempo integral	7.465 alunos atendidos em tempo integral	O Projeto abrange 23 escolas estaduais com, no mínimo, sete horas diárias de atividades pedagógicas nas áreas: social, cultural, de lazer e nos componentes curriculares. Há também oferta de 3 refeições diárias aos alunos. A ação engloba 20 municípios do Estado na área de abrangência de 17 CREs.	7.000 alunos beneficiados
A tecnologia e a informatização no processo educacional	846 escolas com disponibilização de tecnologia para alunos e comunidade escolar	Houve, em 2005, escolas qualificadas em atendimento às demandas da CP referente à 2004 – duas escolas, com adaptações de salas para laboratórios – e à 2005 – 68 escolas, com equipamentos de informática, mobiliários para laboratórios e outros recursos. Foi viabilizada a construção de salas para laboratório em 24 escolas, outras 752 receberam recursos tecnológicos como aparelhos de televisão e DVDs, ou de informática, constituídos de instalações de redes elétrica e lógica e de memória de computador.	847 escolas beneficiadas
Habilitação, atualização e capacitação de recursos humanos	191.562 profissionais capacitados	O programa de formação continuada foi desenvolvido pela sede em Porto Alegre e, de forma descentralizada, nas regiões de abrangência de cada CRE e DPA, assim como nas	93.476 profissionais capacitados

AÇÕES	RESULTADOS 2005	CONSIDERAÇÕES	METAS 2006
		unidades escolares, envolvendo profissionais (professores, técnicos e servidores das diferentes áreas de atuação) e comunidades escolares. Cabe observar que muitas das pessoas habilitadas, atualizadas e/ou capacitadas participaram em mais de uma das ações, tendo sido contabilizadas de acordo com o nº de eventos dos quais participaram.	
Jogos escolares do Rio Grande do Sul – JERGS	2.312 escolas participantes	390.000 alunos participaram das diversas modalidades de jogos em 458 municípios do Estado (23 a mais que no ano anterior). O desempenho dos alunos (atletas) possibilitou a participação dos mesmos nos Jogos Escolares Brasileiros (nove medalhas), bem como nos XI Jogos Sul-Americanos (14 medalhas).	3.002 escolas participantes
Merenda escolar e educação alimentar	901.689 alunos beneficiados	Houve qualificação do processo, com a capacitação de 1.020 diretores e merendeiras das 29 CREs e do DPA. Também foi dada especial atenção à aquisição de alimentos para os alunos indígenas. O benefício abrange, além dos alunos do Ensino Fundamental, Ed. Especial e Ed. Indígena, Pré-escola e creches.	944.708 alunos beneficiados
Produção e divulgação de materiais didático-pedagógicos	645 materiais didático-pedagógicos disponibilizados	Foram elaborados e impressos livros, cadernos pedagógicos ou manuais, contendo orientações técnicas sobre procedimentos pedagógicos, distribuídos às escolas para uso dos professores. Destaque para o primeiro livro impresso em língua indígena da etnia guarani, elaborado por professores indígenas, bem como ao material para uso do EJA	13.002 materiais disponibilizados
Qualificação dos espaços pedagógicos	350 espaços qualificados	221 escolas tiveram melhorias em seus espaços, em especial as unidades que integram o Programa de Expansão do Ensino Médio. Através de empenho de demandas aprovadas na CP 2004, em 20 escolas foram viabilizadas salas	310 espaços qualificados

AÇÕES	RESULTADOS 2005	CONSIDERAÇÕES	METAS 2006
		para laboratórios de Ciências, bibliotecas e quadras de esporte. Dentro do mesmo processo, 2005, 95 escolas estão sendo qualificadas. Ainda foi viabilizada a construção de salas para laboratórios em outras 14 escolas.	

APOIO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Embora não tenha havido liberação de recursos para este Programa em 2005, os alunos beneficiários remanescentes foram mantidos com os recursos do FUNPROCRED, oriundos da reversão dos contratos de financiamento dos alunos já formados.

São metas para 2006: beneficiar 2.000 alunos, através do crédito educativo, e auxiliar sete casas de estudantes autônomas.

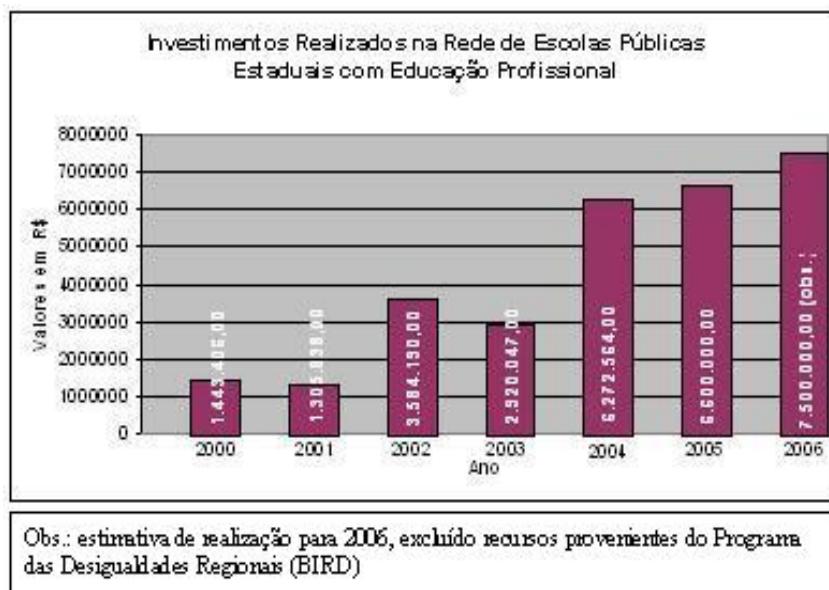
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa de Educação Profissional tem como unidade gestora a Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO) que, na atual administração, vem perseguindo o planejamento estratégico para, concomitantemente à criação de novas vagas, oferecer um ensino de qualidade.

Essa modalidade de ensino tem se constituído, no Estado, em fator de alto interesse por parte da população. Junto a outras demandas educacionais, observa-se a sua eleição em muitos dos pleitos da Consulta Popular (CP) – a criação dos cinco novos cursos, em 2005, resultou das reivindicações feitas através da CP de 2004.

Para atender a constante demanda, na Rede Estadual de Educação Profissional gerenciada pela SUEPRO foram dinamizados, em 2005, 133 cursos técnicos de nível médio e oito de nível fundamental com componentes profissionalizantes, em 97 municípios do Estado. O número de matrículas

correspondeu a 26.359 alunos em cursos técnicos de nível médio e 1.407, em cursos de agropecuária, em nível fundamental, significando um alcance de 33% dos 50% propostos como meta para o aumento do número de vagas.



A par disso, tem havido um significativo incremento nos investimentos para a Educação Profissional, conforme demonstra o gráfico acima.

Pode-se acompanhar os resumos das ações do Programa, desenvolvidas em 2005, através do quadro a seguir.

AÇÕES	METAS FÍSICAS	CONSIDERAÇÕES
Ampliação e melhorias físicas na Rede Estadual de Educação Profissional	1.113 m ² de área construída ou reformada	Em 2005, houve atendimento somente às obras emergenciais. Grande parte do que era previsto, na CP, para 2005, realizar-se-á em 2006, devido à demora na liberação dos recursos e na elaboração dos projetos arquitetônicos.
Apoio à pesquisa aplicada e à geração de renda própria nas escolas estaduais com Educação Profissional	30 projetos apoiados	O Projeto de Geração de Renda tem grande aceitabilidade e demanda, tendo sido canalizados para o mesmo, no ano, os recursos previstos para o Projeto de Apoio à Pesquisa. As grandes beneficiadas para a recuperação de suas unidades didáticas e produtivas foram 16 escolas agrícolas assoladas pela seca. Nesse tipo de escola, o Projeto é responsável por um significativo aumento da produção e participação da própria escola na sua manutenção. Ainda 14 outras escolas receberam apoio financeiro através do Projeto.
Aquisição, atualização e manutenção de equipamentos dos cursos de Educação Profissional das escolas da Rede Estadual	42 cursos de Educação Profissional beneficiados	Apesar da limitação de recursos financeiros, a efetivação da meta física desta ação foi extrapolada (168%) em 2005, com: aquisição de 115 microcomputadores novos, beneficiando 21 escolas; montagem de 30 PC a partir de componentes doados pela Polícia Federal, distribuídos a 5 escolas; bem como aquisição de outros novos equipamentos específicos para o desenvolvimento dos cursos, atualização e melhoria dos já existentes, apoiando 29 escolas. Destaque-se que aproximadamente 120 outras escolas (85% da Rede) foram beneficiadas com equipamentos de informática e outros, apreendidos pela Receita Federal.

AÇÕES	METAS FÍSICAS	CONSIDERAÇÕES
Capacitação de professores e gestores atuantes na Rede de Educação Profissional	507 profissionais capacitados	Em 2005, foram desenvolvidos vários cursos de capacitação, beneficiando aproximadamente 1/3 do corpo docente e gestores, assim configurados: área técnica, 9 capacitações, 195 profissionais; empreendedorismo, 3 cursos, 76 pessoas e 38 escolas; área de gestão, 211 professores e gestores, principalmente na elaboração de planejamento estratégico e de projetos. Outras capacitações como palestras e seminários regionais também foram realizadas.
Divulgação e integração de trabalhos das escolas com Educação Profissional	42 trabalhos pedagógicos divulgados	Realização da 2º Mostra das Escolas com Educação Profissional (MEP) 2005 – na sede da Escola Agrícola de Viamão, envolvendo 24 escolas de 119 municípios, 42 projetos, 34 professores e 119 alunos. Exposição de 3 projetos na GLOBALTECH, na FIERGS, classificados nos primeiros lugares na MEP 2004.
Execução de convênios celebrados com o MEC – Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e outros	8 convênios em execução	Todos os 6 convênios firmados com o MEC estão em execução. Em 2005, devido à escassez de recursos financeiros, não foram firmados novos convênios com aquele órgão. No entanto, foram assegurados 2 novos pequenos projetos de R\$ 1 milhão cada, beneficiando os municípios de Bagé e Santa Rosa. R\$ 2,8 milhões, liberados em 2005, estão em execução .
Implantação de novos cursos de Educação Profissional	5 novos cursos implantados	Conforme definido pela CP 2004, foram implantados 5 novos cursos, beneficiando as comunidades de Dom Pedrito e Cachoeira do Sul na área agropecuária, e de Ajuricaba, Condor e Três Passos na área de serviços.
Implantação, no âmbito da SUEPRO e na Rede de Escolas com Educação Profissional, do Programa de Gestão de Qualidade	SUEPRO e 20 escolas com Programa de Qualidade implantado	Processo iniciado em 2004, com a elaboração do Planejamento Estratégico da SUEPRO, capacitações técnicas e implantação de Sistema Interno de Protocolo –SIP. Em 2005, reavaliação e aprofundamento do controle dos processos; 20 escolas iniciaram a elaboração

AÇÕES	METAS FÍSICAS	CONSIDERAÇÕES
		de planejamento estratégico para suas instituições.
Laboratório de Informática na Rede Estadual de Escolas de Educação Profissional	9 escolas equipadas com Laboratórios de Informática	Três escolas, no decorrer de 2005, foram contempladas com Laboratórios de Informática, e 6 tiveram seus laboratórios modernizados ou ampliados, com a aquisição, montagem e <i>upgrade</i> de 96 microcomputadores.
Pesquisa de egressos da Rede Estadual de Educação Profissional		Realização de pesquisa junto aos alunos egressos da Rede Pública de Educação Profissional dos anos 2000, 2001, 2002, 2003 e alguns de 2004, contabilizando um total de 7.500 questionários enviados e uma taxa de retorno de 22%, já tabulados e com gráficos elaborados. Em 2006, há previsão de ser realizada uma pesquisa junto ao setor produtivo, avaliando o egresso da escola pública.

Para atingir plenamente o objetivo projetado pela SUEPRO no PPA 2003-2007, ou seja, o de qualificar o ensino ofertado e ampliar em 50 % o número de vagas na Rede Pública Estadual nessa modalidade de ensino, no decorrer do ano de 2006, buscar-se-á alcançar os seguintes resultados:

- 29.592 alunos matriculados em cursos técnicos (3.233 a mais que em 2005);
- 120 municípios do Estado atendidos com cursos técnicos (23 a mais que em 2005);
- 210 cursos técnicos adequados à legislação vigente.

Para a efetivação do proposto acima, o Programa obteve um orçamento para 2006, de R\$ 12.672.645,00 (desconsiderados os recursos destinados para pagamento de pessoal), distribuídos em suas ações – projetos e atividades.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa Formação Profissional é desenvolvido pela **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)**, que manteve a oferta de matrículas nos seguintes cursos técnicos em 2005:

- Área da Indústria: Técnico em Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica e Automotivo;



- Área da Saúde: Técnico em Segurança do Trabalho;
- Área de Química: Técnico em Química.

A Escola atendeu um total de 3.045 matrículas em 2005.

Para enriquecer o ensino ministrado, foram realizados vários tipos de atividades extraclasse como: seminários pedagógicos, festivais de música, de teatro e de literatura, concursos literários, torneios desportivos e visitas de estudos.

Outras ações deste Programa não foram desenvolvidas a contento no ano, em razão das restrições financeiras (*Construção do módulo desportivo*). Já nas ações, *Modernização administrativa* e *Aperfeiçoamento de recursos humanos*, apenas foram realizados estudos e elaborada minuta do Estatuto Interno, e desenvolvido Seminário Administrativo, interno, com a participação de todos os funcionários.

Para 2006, a Instituição propõe-se a atingir os seguintes resultados para este Programa: 0,5 % de ampliação no número de vagas e redução em 1 % no índice de reprovação do ensino.

Com relação à ação Manutenção e ampliação dos cursos técnicos propõe-se: manter a oferta dos cursos técnicos em Química, Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, no diurno, e esses mesmos cursos, mais Segurança do Trabalho e Automotivo no noturno; desenvolver programas esportivos e socioculturais com a comunidade escolar; e incentivar e manter os projetos de pesquisa dos alunos. No que tange à ação Modernização administrativa, o objetivo será implementar a Avaliação Institucional e o Planejamento Estratégico, bem como atualizar o Estatuto e criar o Regimento Interno. Na ação Treinamento e atualização dos servidores será feita a atualização de 80 servidores. Ainda, com relação à ação Reaparelhamento e modernização dos laboratórios e oficinas dos cursos, é meta adquirir e modernizar 72 unidades.

EXPANSÃO DA AÇÃO INSTITUCIONAL

Também executado pela FETLSVC, pode-se observar, no ano de 2005, uma movimentação positiva no índice do indicador deste Programa: a taxa de atendimento da demanda à Instituição passou de 70 %, em finais de 2002, para 75 %.

O desenvolvimento de pesquisas e de programas institucionais, no ano, contribuiu para a participação da Fundação no desenvolvimento social e tecnológico da região, com projetos como o Pólo Tecnológico, Novas Alternativas para a Produção de Energia e Diagnóstico Energético para a CEEE. Foram desenvolvidos vários projetos com a FAPERGS, FINEPE e SEBRAE/RS. Destaque-se, também, a realização da 20ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC) com a apresentação de 180 projetos de pesquisa e a participação de 10 países, além do Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET).

Ponto alto deste Programa, no ano, foi a consolidação da Incubadora Tecnológica. Muitas foram as realizações na área: consultorias externas sobre gestão e plano de negócios para projetos pré-incubados; jornadas sobre qualidade para empresas; participação em feiras como Feira

Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACE), GLOBALTEC, e MILSET (Chile); visitas à Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para Indústria Moveleira (FIMMA – Bento Gonçalves) e FINEP (Novo Hamburgo); participação no Seminário Nacional de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (Curitiba) e participação da gerência na Rede Gaúcha de Incubadoras e Parques (REGINP). Efetivaram-se, ainda, o curso Empreendedorismo, Mercados e Cenários e curso de computação gráfica; encontro de empresários ex-alunos da Fundação; Salão Tecnológico com rodada de negócios e a participação de 16 projetos e empresas incubadas nas incubadoras da FEEVALE, ULBRA, UNISINOS e FETLSVC.

No que se refere à ação *Desenvolvimento e instalação de cursos superiores* foi renovado o convênio com a UERGS, que mantém os cursos de Tecnólogo em Automação Industrial, Engenharia em Energia e Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia nas instalações da Fundação.

Foram prestados, também, atendimentos a empresas da região com serviços de usinagem de peças, testes de laboratórios, aferição de instrumentos, ensaios tecnológicos, análises químicas e ambientais, projetos eletrônicos e oferecimento de cursos de curta duração.

Para 2006, é objetivo do Programa alcançar uma taxa de atendimento da demanda à instituição de 80 %. No que concerne à ação *Prestação de serviços*, a meta é atender à demanda das empresas e outras instituições, prestando serviços de usinagem de peças, testes de laboratório, ensaios tecnológicos, análises químicas e ambientais, e projetos eletrônicos; bem como oferecer cursos de curta duração e parcerias com empresas, nas áreas afins aos cursos da Instituição. Quanto ao Desenvolvimento e instalação de cursos superiores, a Instituição visa renovar e manter o convênio com a UERGS, desenvolvendo 3 (três) cursos superiores em suas instalações. Além disso, na ação *Desenvolvimento de pesquisas e de programas institucionais*, serão mantidos os convênios, em andamento, com empresas e instituições; também procurar-se-á buscar novas parcerias e participar de projetos afins dos órgãos de fomento, como CNPq, FAPERGS, FINEP, SEBRAE/RS e outras instituições; serão realizados a 21ª MOSTRATEC e o 13º SIET; e haverá, certamente, a participação em feiras e outros eventos científico/tecnológicos. Relativamente à ação *Incubação de empresas*, é propósito incubar seis empresas; será mantida a realização anual do Seminário de Empresários Ex-Alunos e do Salão Tecnológico, nas dependências da Fundação, bem como a prestação de assessoria e apoio tecnológico às empresas da região.

CONSOLIDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)

Programa desenvolvido pela **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**, que tem como missão a promoção do desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de estimular o crescimento econômico, social e cultural.

Para alcançar seus propósitos, a UERGS desenvolveu importantes ações em 2005, cujos relatos por áreas podem-se acompanhar a seguir.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

A partir de 2005, a UERGS passou a contar com sete Conselhos Consultivos Regionais Provisórios, órgãos de assessoramento para as ações regionais da Universidade, que reuniram representantes de entidades comunitárias, associações municipais, universidades, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), alunos, professores e funcionários da Universidade para, em conjunto, debater e definir o futuro da UERGS e de seus cursos nas várias regiões de atuação da Universidade.

No mês de março, a Universidade começou o processo de implantação dos sete campi regionais, com a assinatura de portaria *designando* os diretores regionais responsáveis por sua coordenação. A área de atuação de cada um dos campi foi definida seguindo a divisão regional dos COREDEs.

A implantação dos campi regionais tem como finalidade a racionalização do uso dos recursos materiais e humanos da Universidade e sua melhor administração e assim se configuram:

Campus	Cidades	Sede
Campus Regional I	Porto Alegre, Guaíba, Novo Hamburgo e Cidreira	Novo Hamburgo
Campus Regional II	Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Montenegro, São Francisco de Paula, Vacaria e Veranópolis	Bento Gonçalves
Campus Regional III	Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Ibirubá e Sananduva	Carazinho
Campus Regional IV	Bom Progresso e São Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga
Campus Regional V	Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul	Cachoeira do sul
Campus Regional VI	Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e São Borja	Santana do Livramento
Campus Regional VII	Tapes	Camaquã

Durante os meses de novembro e dezembro, os coordenadores dos campi regionais, juntamente com o Departamento de Planejamento e Controle da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, reuniram-se para estabelecer o Planejamento Estratégico e os Rumos da Universidade

até 2015, tendo como prosseguimento o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI).

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

Várias realizações foram efetivadas nesta área, com vistas à agilização e qualificação dos serviços.

Amparadas pela aprovação, em dezembro de 2004, por parte da Assembleia Legislativa do Estado, do Projeto de Lei que instituiu o Plano de Empregos, Funções e Salários e criou os empregos permanentes e os empregos e funções em comissão da UERGS, realizaram-se, no mês de janeiro, as provas do concurso para seleção dos novos professores temporários para 2005. Foram oferecidas 90 vagas para professores mestres ou doutores, atendendo à demanda criada pelos novos alunos de 2005. Também no ano, foi publicado o edital de concurso público para seleção dos servidores do corpo técnico e do corpo de apoio administrativo do quadro permanente de empregados da UERGS, com abertura de 194 vagas.

Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, criou-se o Departamento de Planejamento e Controle, responsável pela revisão e implantação de normas e rotinas operacionais, pelo desenvolvimento e implantação do sistema de controle de custos e pela elaboração e implantação do planejamento estratégico da Universidade.

Junto ao Departamento de Recursos Humanos, foi implantado o Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (GVRH), possibilitando maior controle das rotinas operacionais do Departamento.

No campo da Informática, a UERGS implantou a rede de computadores nas seis unidades que faltavam: Bento Gonçalves, Bom Progresso, Erechim, Frederico Westphalen, Ibirubá e São Borja, chegando, assim, a 100 % das unidades interligadas.

Uma nova topologia de rede foi implementada nas unidades da UERGS, com a substituição de Servidores Locais por Pentium III. Na nova unidade de Porto Alegre, junto ao Hospital São Pedro, implantou-se uma solução multiusuário, permitindo a conexão de até cinco alunos no mesmo computador. Essas mudanças na topologia possibilitaram a redução de custos na ordem de 70 % da estrutura de rede local, dando agilidade nos trabalhos de manutenção e tempo de resposta.

Foram realizadas, também, reformas físicas nas unidades de Novo Hamburgo, São Francisco de Paula, Tapes, Encantado, Erechim, Bom Progresso, Bagé, Guaíba e Vacaria, tendo sido construídos banheiros para deficientes físicos nas três últimas unidades.

ENSINO

Com o propósito de manter e gerar novas oportunidades de ensino superior no Estado, no vestibular de janeiro de 2005, foram oferecidas e preenchidas 1.280 vagas (680 para o primeiro semestre e 600 para o segundo) no quarto vestibular da Universidade, para os seguintes cursos:

- Pedagogia da Arte, com qualificações em Música, Teatro, Dança e Artes Visuais;
- Administração de Sistemas e Serviços de Saúde;
- Tecnologia em Agropecuária com qualificações em Sistemas de Produção, Agroindústria e Fruticultura;
- Tecnologia em Recursos Pesqueiros - Produção de Pescado;
- Tecnologia em Meio Ambiente;
- Engenharia de Sistemas Digitais;
- Tecnologia em Automação Industrial;
- Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável.

Em março de 2005, a Reitoria da UERGS publicou, no Diário Oficial do Estado, a Resolução nº 3/2005, do Conselho Superior da Universidade (CONSUN), regulamentando as cerimônias de formatura dos cursos de graduação. Cerca de 580 alunos concluíram seus cursos de graduação no ano, com cerimônias de formaturas previstas para o início de 2006.

É importante destacar o encaminhamento dos pedidos de reconhecimento dos seguintes cursos:

- Pedagogia – Anos Iniciais do Ensino Fundamental para os municípios de Bagé, Veranópolis, São Francisco de Paula, Vacaria, Cruz Alta e Alegrete;
- Graduação em Artes Visuais, em Música, em Teatro e em Dança para o município de Montenegro;
- Tecnologia em Automação Industrial para Novo Hamburgo;
- Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial para os municípios de Encantado, Cachoeira do Sul, São Luiz Gonzaga, e Sananduva;
- Administração de Sistemas e Serviços de Saúde em Porto Alegre.

A UERGS atendeu um total de 4.323 matrículas em 2005.

PESQUISA

A Comissão de Avaliação de Projetos de Pesquisa recebeu, no ano de 2005, 145 projetos, distribuídos em diferentes municípios do Estado.

Unidade da UERGS	Nº Projeto de Pesquisa
CACHOEIRA DO SUL	4
CAXIAS DO SUL	20
CIDREIRA	5
ENCANTADO	8
FREDERICO WESTPHALEN	3
GUAÍBA	11

Unidade da UERGS	Nº Projeto de Pesquisa
IBIRUBÁ	1
NOVO HAMBURGO	18
PORTO ALEGRE	5
SANANDUVA	26
SANTA CRUZ DO SUL	13
SÃO BORJA	10
TAPES	21

A UERGS recebeu aprovação dos projetos de Pesquisa e Extensão no montante superior a R\$1.100.000,00 oriundos da FINEP, FAPERGS, e CNPQ, entre outras agências.

EXTENSÃO

Durante o ano de 2005, desenvolveram-se diversos cursos e atividades pelo Projeto Universidade Livre, em parceria com as Secretarias de Cultura, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre, do Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo e do Santander Cultural, tratando de temas relacionados às artes, à humanidade e à produção e divulgação científica.

A implantação do Projeto teve início em junho, com o Subprojeto Dez Lições, com o formato de cursos em dez encontros semanais e carga horária de 30 horas/aula, sendo ministrados por especialistas de diferentes áreas. No segundo semestre de 2005, a Universidade Livre teve continuidade com o Projeto Fronteiras do Conhecimento: Os Desafios do Século XX, onde foram promovidos debates sobre temas contemporâneos e perspectivas para o futuro da humanidade.

Em setembro, a UERGS firmou contrato com a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), visando à implementação do Curso de Capacitação de Gestores Municipais para a Elaboração de Planos Diretores, nas regiões abrangidas pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul e Fronteira Oeste, totalizando o montante de R\$ 269.021,52.

CONVÊNIOS

Foram firmados 82 novos convênios em 2005, sendo 32 para cooperação técnica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, 02 para instalação de unidades da UERGS, 29 para estágios extracurriculares e 01 para execução de projetos em parceria.

A UERGS deu seqüência aos convênios com a UNIJUI, para a realização do curso de Engenharia Mecânica no município de Panambi e do curso de Química Industrial de Alimentos em Santa Rosa, e com a Universidade de Passo Fundo para o curso de Engenharia de Alimentos.

No convênio com a Fundação Municipal de Artes de Montenegro (FUNDARTE), segue em andamento o curso de Pedagogia da Arte

(Qualificação em Música, Teatro, Dança ou Artes Visuais), com o oferecimento de 80 novas vagas no município de Montenegro.

ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – PPD- E PESSOA COM ALTAS HABILIDADES – PPAH

Este Programa, desenvolvido pela **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS)** realiza, de forma direta e indireta, nas suas unidades, a função de execução especializada na atenção à Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) e à Pessoa Portadora de Altas Habilidades (PPAH), atingindo, aproximadamente, 15.000 pessoas em ações de saúde, educação, trabalho e geração de renda, assistência social e integração comunitária, bem como em ações de acessibilidade à comunicação e à informação.

POLÍTICA PÚBLICA PARA PPD E PPAH

No intuito de garantir a equiparação de oportunidades, dos direitos constitucionais e da cidadania à PPD e PPAH, através deste Programa, foram desenvolvidas, no ano de 2005, ações de capacitação técnica como a realização de:

- dez Fóruns Estaduais da Política Pública Estadual para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades e nove seminários técnicos para assessoria e capacitação às pessoas envolvidas com essa população, atingindo, aproximadamente, 4.500 pessoas;
- minifóruns em diversos municípios do Estado, envolvendo 500 pessoas.

Merece, também, destaque a realização das ações seguintes dentro deste Programa, com vistas à inclusão social.

Projeto Portas Abertas – desenvolvimento e acompanhamento de material de divulgação do Projeto Portas Abertas, uma publicação que apresenta um conjunto de dispositivos legais e de ações da FADERS, que diz respeito à integração e à inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Foram impressos 16.000 exemplares.

Projeto Guia de Inclusão Social Responsabilidade de Todos – execução do Projeto e busca de parceiras para a impressão do Guia, que contém informações sobre prevenção às deficiências. Tal iniciativa, ao mesmo tempo, desafia a comunidade em geral para a forma de abordagem às pessoas com esse tipo de dificuldade, mostrando o seu cotidiano. O Guia também apresenta a principal legislação pertinente à área. O Projeto teve a parceria da Rede SONAE, que contribuiu financeiramente para a impressão de 22 mil exemplares, distribuídos pela Capital e interior do Estado.

Seminário de Lazer, Cultura e Inclusão – participação da FADERS na organização e divulgação do Seminário, em parceria com o SESI e o SENAI. O evento abordou informações e discussões sobre legislação de acessibilidade para pessoas com deficiência e altas habilidades. O Seminário reuniu mais de 1.500 pessoas nas dependências da FIERGS.

Prêmio FADERS de Responsabilidade Social – ação coordenada pela Assessoria de Comunicação Social, durante a Semana Estadual das

Pessoas com Deficiência, buscando a inclusão e o resgate da cidadania de 15 % da população gaúcha, composta por pessoas com deficiência, e de 7,78 % de gaúchos que possuem altas habilidades. Foram agraciadas 22 pessoas e instituições que receberam o prêmio durante cerimônia no Salão Negrinho do Pastoreio.

Campanha Tratar as Pessoas de Forma Igual Faz Toda a Diferença – execução de campanha de divulgação e sensibilização sobre as deficiências, durante a Semana Estadual das Pessoas com Deficiência. Parceria firmada com a Comissão de Educação, Cultura e Lazer da Assembléia Legislativa do Estado. Realização de folheteria (*folders* e cartazes).

Concurso Literário Pratos e Letras – realização da FADERS, em parceria com o SESI/Porto Alegre, para estimular e divulgar a produção de narrativas curtas e poesias criadas por pessoas com deficiência e empregados da indústria. Participaram, aproximadamente, 100 pessoas.

Programa de Capacitação a Cirurgiões Dentistas e Auxiliares – capacitação de profissionais para o atendimento de pacientes especiais, contemplando municípios do RS. Em 2005, realizou-se a 7ª edição do Programa, atingindo, até o momento, 120 cirurgiões dentistas e auxiliares, que desempenham suas funções em Postos de Saúde dos municípios, numa parceria com a Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde.

Programa Passe Livre Intermunicipal - Programa executado pela FADERS, fundamentado no Decreto nº 410, de 29/08/2003, que assegura a gratuidade nas linhas comuns do transporte coletivo, e que, até a presente data, beneficia 17.000 gaúchos.

3.2.3.3 JUSTIÇA E SEGURANÇA

Os Programas que tratam das questões da Justiça e da Segurança, no Estado, estão sob a responsabilidade da **Secretaria da Justiça e da Segurança**, juntamente com suas Instituições Vinculadas – Brigada Militar, Polícia Civil, Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Instituto-Geral de Perícias (IGP) – e do **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)**.

As principais realizações no âmbito destes Programas, através das diversas ações que os integram, são descritas a seguir.

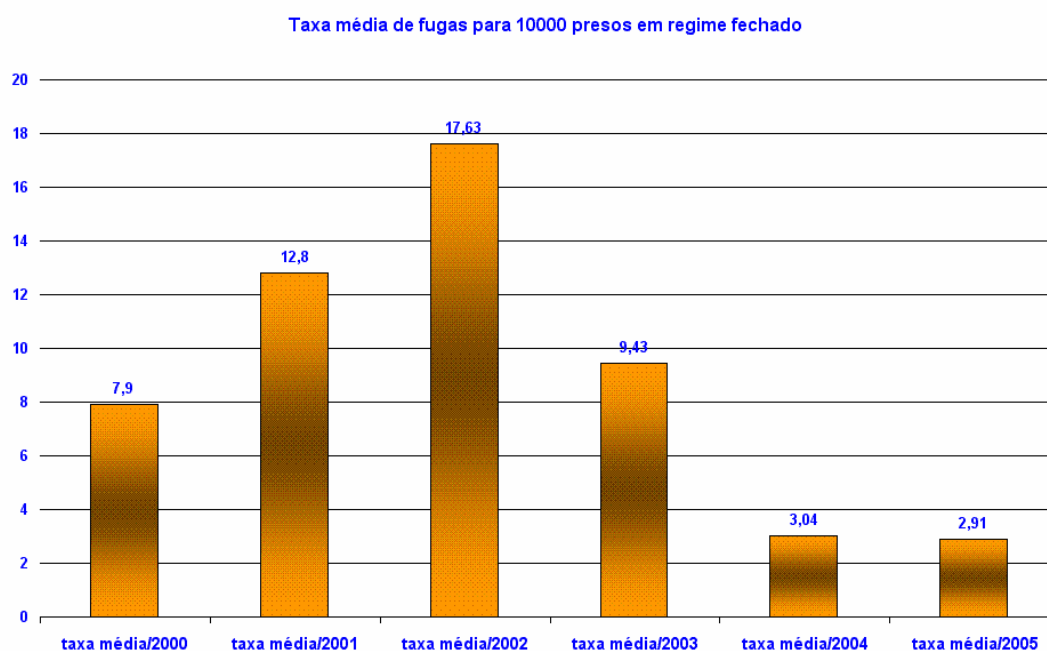
ADMINISTRAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS

Este Programa tem como objetivos: reduzir o número de fugas e evasões do Sistema Prisional; aprimorar as condições de higiene e saúde nos estabelecimentos penais com vistas à diminuição de doenças; racionalizar, informatizar e integrar as atividades desenvolvidas na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); qualificar os serviços prestados pela Superintendência e aumentar a auto-estima dos servidores; e diminuir os níveis de reincidência criminal no Rio Grande do Sul.

MAPA DAS REGIÕES PENITENCIÁRIAS



No que respeita à redução no número de fugas, verifica-se um comportamento positivo no nível de segurança dos estabelecimentos prisionais mesmo com o acréscimo de 1.755 presos na população carcerária, conforme pode ser observado no Gráfico a seguir, que apresenta a taxa média mensal de fugas:



Com relação à *Assistência e ressocialização dos apenados*, várias ações foram desenvolvidas em 2005 na educação, capacitação profissional e assistência à saúde, buscando recuperar a condição de cidadão dos mesmos e diminuir, em consequência, os níveis de reincidência criminal.

Visando reduzir a morbidade, a mortalidade e a transmissão de doenças infecto-contagiosas entre os presos, registra-se o atendimento de todos os apenados (100%) que efetivamente necessitaram cuidados na área de saúde.

Com vistas a favorecer a reinserção social dos presos, foram realizadas diversas ações buscando desenvolver suas potencialidades, capacitá-los para o exercício de atividade profissional e disponibilizar-lhes o acesso à educação formal, mediante convênios, parcerias ou mesmo contratação de professores e/ou instrutores. É de destacar, nesse sentido, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, a organização de textos das próprias apenadas, para leitura dramática realizada pela atriz Carmen Silva, bem como o início, em abril, de um Curso de Pintura em Tecido, envolvendo dez presas.

No que respeita à situação dos presos em atividade escolar, ainda no primeiro semestre (maio) é de registrar a inscrição de 4.221 presos nos exames supletivos, sendo 2.768 no Ensino Fundamental e 1.453 no Ensino Médio. No mesmo período existiam, dentro do Sistema Prisional, 2.231 presos estudando, dos quais 2.029 presos cursavam regularmente o Ensino Fundamental e 202 cursavam o Ensino Médio, sob a orientação de 201 professores. Esses números aumentaram significativamente no decorrer do ano, registrando-se, em novembro, 2.623 presos estudando, 2.416 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 207 cursando o Ensino Médio, sob a orientação de 218 professores em 60 estabelecimentos prisionais.

Em relação ao Ensino Superior, há que se destacar a implantação de um programa de ensino para presas pioneiro no Brasil em parceria com o Centro Universitário IPA-Methodista, realizado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Em dezembro, após a realização de vestibular para o Curso de Assistente Social, foram realizadas aulas preparatórias para as presas e disponibilizadas para a SUSEPE as vagas que sobraram para servidoras penitenciárias.

Por outro lado, atendendo às determinações da Lei de Execução Penal no que tange ao trabalho como forma de reajustamento social e de educação, e buscando ressarcir os danos causados pelo crime e não reparados por outros meios, prestar assistência à família do apenado e custear suas pequenas despesas pessoais, além de combater os danos causados pelo ócio nas prisões, as atividades voltadas para o incremento do número de postos de trabalho prisional desenvolveram-se através da assinatura de Protocolos de Ação Conjunta (PAC) entre a SUSEPE e diversas empresas, gerando 631 postos de trabalho no decorrer de 2005. Além disso, foram realizados 35 cursos profissionalizantes, abrangendo 700 presos, resultado de diversas parcerias entre a SUSEPE e instituições de ensino profissionalizante, como SEBRAE, SESI e SENAC.

Dando seqüência ao *Programa Educacional Continuado de Formação, Capacitação e Desenvolvimento Profissional* dos servidores da SUSEPE, foram desenvolvidas diversas atividades em 2005, envolvendo o treinamento de um total de 765 servidores, merecendo destaque as elencadas a seguir:

- Implementação do Programa de Atendimento aos Servidores da SUSEPE (PASS) através da prestação de 1.933 atendimentos individuais a servidores e formação de 88 grupos de atendimento;
- Realização da Formatura do X Curso de Formação de Monitor Penitenciário (janeiro);

- Realização de Concurso Público para Monitor Penitenciário – Área da Saúde, envolvendo: o acompanhamento do processo seletivo, publicação do gabarito e demais informações; planejamento e providências para o Curso de Formação de Monitores Penitenciários – Área da Saúde; realização de reuniões preparatórias com os professores para organização do Curso de Formação; verificação da capacitação social e funcional do candidato (até junho/2005);

- Planejamento de Seminário Técnico para Monitores Penitenciários, visando à elaboração de projeto a ser encaminhado ao DEPEN/MJ (junho);

- Realização do XI Curso de Formação de Monitor Penitenciário – Área da Saúde (julho-agosto);

- Planejamento do estágio dos Monitores Penitenciários – Área da Saúde – nas Casas Especiais (setembro);

- Formatura no XI Curso de Formação de Monitor Penitenciário – Área da Saúde (outubro).

- Planejamento de Curso de Informática, em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), a ser realizado em parceria com o DEPEN (abril) e encaminhamento do Projeto ao DEPEN para obtenção de recursos financeiros (maio).

- Realização do I Curso de Inteligência Penitenciária: para as Casas Especiais e para a 1ª Delegacia Penitenciária Regional (junho); para a 2ª Delegacia Penitenciária Regional (julho); para a 3ª Delegacia Penitenciária Regional (agosto); para a 5ª e a 6ª Regiões Penitenciárias (outubro); para a 7ª Região Penitenciária (novembro); para a 8ª Região Penitenciária e para os servidores alunos da UNISC (dezembro);

- Reunião de artigos para publicação do livro Questões Penitenciárias (maio-junho).

- Realização do I Seminário de Gestão e Acompanhamento de Despesas na SUSEPE para todos os administradores/diretores de estabelecimentos prisionais, Delegados Penitenciários Regionais e diretores de departamento (novembro);

- Planejamento do edital para concurso de Agente Penitenciário e Auxiliar de Serviços Penitenciários (novembro);

- Realização do Curso de Capacitação para Integrantes do Contrato Emergencial, do Curso sobre “Preservação do Local do Crime” e do Curso Básico sobre Papiloscopia; realização do Seminário do Patronato Lima Drummond; apresentação da Oficina “Teatro do Oprimido” e de peça teatral (novembro e dezembro);

- Início dos cursos ministrados pelo Telecentro mediante utilização de Ensino à Distância – Redes de Cooperação em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (dezembro);

- Realização do Curso “Manejo do Doente Mental” no Instituto Psiquiátrico Forense (dezembro).

Com vistas à *criação e implementação de Cursos de Administração Penitenciária* em nível técnico, superior e de pós-graduação,

salienta-se, em 2005, a realização de provas para o processo seletivo do Curso de Especialização em Gestão Penitenciária, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em janeiro de 2005, sendo a publicação do resultado final da classificação e o acompanhamento das matrículas realizados em fevereiro. As aulas do Curso terminaram em dezembro de 2005, sendo que os alunos estarão realizando o trabalho de conclusão até fevereiro de 2006.

Visando a aprimorar e ampliar o sistema de identificação, cadastro, controle e informação de detentos, a SUSEPE programou a *implantação do Sistema INFOPEN* em casas prisionais, em substituição ao sistema de Cadastro Individual de Apenados (CIA). Nesse sentido podem ser destacados, em 2005:

- Organização e realização do 1º Seminário do Sistema INFOPEN com a intenção de reunir todos os servidores envolvidos, tendo como objetivo a identificação de problemas e proposição de novas funcionalidades para o sistema (abril/2005);

- Implantação de nova versão do Sistema INFOPEN cabendo destacar, dentre as melhorias processadas, a supressão da necessidade do servidor local em cada estabelecimento prisional, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 18.000,00 dos R\$ 66.000,00 (27,3 %) previstos para cada novo estabelecimento a ser implantado. Como há necessidade de implantação em 88 estabelecimentos, a economia prevista é de R\$ 1.584.000,00; além da agregação de maiores controles em relação ao ingresso de visitantes, entre outros (outubro/2005);

- Aquisição de servidor de aplicativo para o Sistema INFOPEN para ser instalado na PROCERGS (dezembro) e de 22 coletores de digitais datiloscópicas para manutenção e ampliação do Sistema INFOPEN;

- Ampliação do canal da Penitenciária Estadual do Jacuí, de 64 kbps para 128 kbps, objetivando a melhoria do Sistema INFOPEN (setembro).

Tendo por escopo a *racionalização, informatização e normatização dos processos de trabalho* destacam-se:

- Organização e realização do 1º Seminário de Desenvolvimento de Software na SUSEPE com a intenção de reunir e conhecer todos os aplicativos, tendo como objetivo a integração das funcionalidades aos sistemas oficiais (março/2005);

- Apresentação dos Projetos Prioritários da SUSEPE para técnicos da Secretaria Nacional de Segurança, com o objetivo de sensibilizá-los para a obtenção de recursos financeiros (maio);

- Ampliação da Rede SUSEPE, através da Rede Via-RS, mediante implantação de canal dedicado de dados informatizados nos seguintes estabelecimentos prisionais: Penitenciária Modulada de Ijuí, Penitenciária Modulada de Uruguaiana, Presídio Regional de Bagé, Presídio Regional de Pelotas, Presídio Estadual de Rio Grande, Presídio Estadual de Cruz Alta, Presídio Estadual de Erechim, Presídio Estadual de Lajeado, Presídio Estadual de Santiago, Presídio Estadual de São Gabriel, Presídio Estadual de Bento Gonçalves e Presídio Estadual de Camaquã (julho);

- Equipamentos de Informática: aquisição de 43 micros Pentium IV 3.0 MHz 256 de memória RAM para a implantação da rede SUSEPE no estado (janeiro); recebimento de três micros Itautec, projeto DEPEN, para utilização no módulo estatístico e Inteligências (março); recebimento de quatro micros Pentium IV 3.0 MHz 256, projeto DEPEN, para Individualização da Pena (julho); aquisição de dois *Pen Drivers* para transporte de arquivos (agosto); recebimento de seis micros HP Pentium IV 3.0 MHz 512 com gravador de CR-ROM-DVD, projeto SEFAZ, para Automação do DRH (novembro); aquisição de leitores de código de barras para uso no FPE (janeiro); recebimento de doação de 30 micros do TJ para distribuição nos estabelecimentos prisionais do Interior do Estado (setembro); aquisição de um *Data Show* para uso em apresentações (maio); aquisição de duas impressoras a laser (outubro); aquisição de 57 impressoras jato de tinta (outubro); aquisição de um *Notebook* (dezembro);

- Implantação, configuração de 20 novos canais de 64 kbps nos estabelecimentos prisionais (janeiro-dezembro);

- Implantação da tabela de motivos de liberdade nos sistemas CIA e INFOPEN, em setembro;

- Ampliação dos canais das oito Delegacias Penitenciárias Regionais, de 64 kbps para 128 kbps (janeiro-dezembro);

- Implantação, configuração da rede Wireless (sem fio) na PASC, interligando-a com a Penitenciária Estadual de Charqueadas, Penitenciária Modulada de Charqueadas e Instituto Penal Escola Profissionalizante, utilizando um único canal de 256 kbps (agosto).

No que respeita à *reorganização estrutural e funcional da SUSEPE*, verificou-se, em abril de 2005, a entrega do Anteprojeto de Lei do Plano de Cargos e Vencimentos da Superintendência dos Serviços Penitenciários para o Senhor Superintendente, tendo sido *designada*, em junho, comissão para elaborar proposta de Estatuto dos Servidores da Superintendência.

No âmbito das diversas ações que integram o Programa estão previstos para 2006:

- Aquisição de três ônibus para transporte de agentes penitenciários e de 30 viaturas;

- Implantação da nova Estrutura Básica e Regimento da SUSEPE;

- Implantação da Proposta do Plano de Cargos e Vencimentos da SUSEPE e encaminhamento do Projeto de Lei à Assembléia Legislativa;

- Implantação do Sistema CIA em todas as casas prisionais e do Sistema INFOPEN nas 20 maiores casas prisionais;

- Realização de curso de formação para 400 Agentes Penitenciários e 100 Auxiliares de Serviços Penitenciários;

- Realização de seminário, em parceria com o DENARC, sobre entorpecentes;

- Realização de cursos de inteligência penitenciária para servidores penitenciários;

- Realização de seminário sobre gestão penitenciária;
- Realização de treinamentos nos sistemas CIA e INFOPEN, bem como nos demais sistemas e aplicativos acessados;
- Implantação do Projeto de Humanização Prisional em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), com adoção de Manual de Direitos Humanos;
- Realização de cursos de direção defensiva e para habilitação especial de trânsito;
- Realização de cursos de redação oficial para as diversas regiões penitenciárias;
- Disponibilização de cursos de informática para servidores penitenciários;
- Implantação do Projeto de Digitalização de Prontuários dos Presos realizado em conjunto com a PROCERGS.
- Realinhamento do Planejamento Estratégico e aprimoramento do acompanhamento de metas e projetos de gestão;
- Redefinição dos fluxos de identificação criminal e civil para o Sistema Prisional do Rio Grande do Sul; .
- Aquisição de 100 microcomputadores e 80 impressoras;
- Implantação de circuitos internos de TV e de sistemas de alarme em 60 estabelecimentos prisionais;
- Aquisição de armamentos, coletes à prova de balas, rádios HT, binóculos, entre outros equipamentos de segurança e vigilância;
- Aquisição de bens móveis e equipamentos para estabelecimentos prisionais;
- Disseminação de orientações específicas quanto à correta aplicação do Regimento Disciplinar Penitenciário e quanto a outras normas e procedimentos;
- Realização de inspeções gerais em todas as casas prisionais e Delegacias Regionais Penitenciárias, com implementação de um modelo de relatório elaborado em conjunto com todos os departamentos da SUSEPE;
- Identificação da incidência de irregularidades por casa prisional e região penitenciária visando a estabelecer ações específicas no sentido de aprimorar a qualidade do trabalho realizado;
- Incremento das parcerias para aumentar o número de postos de trabalho prisional, bem como para geração de cursos educacionais e profissionalizantes para apenados;
- Implementação do Plano de Saúde Prisional 2006;
- Continuação e implementação de Projeto de Controle de Tuberculose, Projeto de Controle de HIV/Aids, Vacina da Gripe (detentos e funcionários), entre outros;

- Firmatura de parceria com o Ministério da Saúde para disponibilização de Raio-X móvel para identificação de Tuberculose, bem como para implementar testagem rápida de HIV;
- Implementação total do Cartão SUS;
- Ampliação do Projeto de Individualização da Pena, do Programa de Atendimento aos Servidores da SUSEPE (PASS), e do Programa de Atendimento à Família do Apenado;
- Captação de recursos para implementação de projeto-piloto em Redução de Danos em parceria com a Escola de Saúde Pública, Corregedoria-Geral da Justiça, Instituto de Acesso à Justiça e Vara de Execuções e Medidas Alternativas do Tribunal de Justiça;
- Incremento da ocupação de postos de trabalho prisional já existentes;
- Ampliação do número de presos cursando nível superior mediante parceria com o Centro Universitário IPA-Metodista;
- Redução do índice de analfabetismo mediante ingresso no Projeto "Por um Brasil Alfabetizado";
- Viabilização, junto à Secretaria da Educação, de um maior índice de aproveitamento e acompanhamento com objetivo de reduzir a evasão.

AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

No âmbito das ações desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros em 2005, foram registrados 37.471 atendimentos. Objetivando propiciar a ampliação e qualificação dos serviços prestados à comunidade, encontra-se em processo de licitação a aquisição de quatro viaturas leves, cinco caminhões Auto-Bomba-Tanque, dois caminhões Auto-Tanque, uma Viatura Auto-Busca e Salvamento, uma ambulância, oito motocicletas e um chassi de caminhão, totalizando, dessa forma, 22 viaturas de bombeiros. Além disso, com processos de licitação também em andamento, estão previstas a aquisição de diversos materiais de proteção para os bombeiros, envolvendo desencarceradores, conjuntos de respiração e outros materiais de proteção. Tais aquisições atendem demandas da Consulta Popular votada em 2004 e serão distribuídas em diferentes regiões do Estado.

Para 2006, estão previstos:

- Construção de seis prédios para abrigar quartéis do Corpo de Bombeiros;
- Aquisição de 79 equipamentos diversos, tais como desencarceradores hidráulicos e materiais de proteção para bombeiros;
- Aquisição de 22 viaturas de bombeiros, tais como: caminhões para combate ao fogo, ambulâncias, *pick-up's* e embarcações;
- Manutenção regular da estrutura de funcionamento do Corpo de Bombeiros.

ATENÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA

O Programa tem como objetivos: melhorar o atendimento de saúde aos servidores da Brigada Militar, particularmente aqueles acidentados em serviço; reduzir a vulnerabilidade ao adoecimento psíquico; garantir o acesso a diversas ações de atenção à saúde, para o retorno ao trabalho com melhor qualidade de vida; viabilizar o atendimento em rede, possibilitando uma integração da família e do local de trabalho.

Dentro desses objetivos, foram realizados 1.825 atendimentos a servidores no Centro de Saúde Mental da Secretaria da Justiça e Segurança durante do exercício de 2005. Também, é imperioso ressaltar os atendimentos psicológicos e psiquiátricos prestados pela Assessoria Biopsicossocial do Comando Geral da BM, a qual prestou 559 atendimentos diretos e 2.247 atendimentos através de Convênio firmado com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), totalizando 2.806 atendimentos para 691 servidores. O Convênio com a ULBRA permite que alunos do Curso de Psicologia prestem atendimentos aos servidores da Brigada Militar, através de estágio curricular. Além disso, os atendimentos prestados conjuntamente pelo Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, pelo Hospital da Brigada Militar de Santa Maria e pelo Centro Médico e Odontológico da Brigada Militar (CMOBM) totalizaram 203.008 atendimentos durante o exercício de 2005.

No que respeita a internações hospitalares, com a infra-estrutura e condições disponíveis, os hospitais da Brigada Militar atenderam de forma satisfatória os servidores que a ele recorreram, registrando-se um total de 3.114 internações hospitalares nos diversos estabelecimentos em 2005.

Para 2006 está programado:

- Ampliação do grupo de atendimento do Centro de Saúde Mental (CSM), introduzindo os seguintes profissionais: dois psicólogos, dois estagiários de psicologia, um psiquiatra e uma assistente social;
- Melhoria do vínculo de confiança no relacionamento entre o paciente e o profissional de saúde mental, e ao mesmo tempo, estruturação e treinamento da equipe multidisciplinar, através de:
 - Criação de grupos de apoio, podendo reunir os indivíduos com problemáticas afins, de forma que estes encontros sirvam como suporte aos mesmos e um espaço para construção de novas possibilidades de enfrentamento de suas dificuldades (por exemplo, grupos de pacientes com Transtornos Afetivos, Alcoolismo e Dependência Química, onde este tipo de atendimento propicia ótimos resultados);
 - Promoção de Seminários Teóricos Interdisciplinares para possibilitar a qualificação dos técnicos que trabalham no CSM, através da interlocução com troca de conhecimentos;
 - Realização de Seminários Práticos, com o objetivo de propiciar a troca de experiências clínicas e discussão dos casos atendidos, de forma a promover a melhoria e qualificação do serviço prestado;
 - Conscientização das chefias e supervisores sobre as demandas e dificuldades dos servidores.

- Obtenção de verbas para o CSM visando: a aquisição de livros e materiais para as pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades; a aquisição de testes psicológicos, a fim de viabilizar a realização de avaliações psicológicas/psicodiagnóstico, complementando o trabalho já desenvolvido pelos técnicos do local; a promoção de eventos e a participação dos mesmos na esfera estadual e federal.

CENTROS INTEGRADOS DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA (CIOSP)

O Programa está em pleno andamento, com recursos da União e do Fundo Nacional de Segurança Pública. O Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), um dos mais modernos do País, atendeu, no ano de 2005, mais de dois milhões de usuários através da Brigada Militar, da Polícia Civil e do Instituto Geral de Perícias, instituições integradas que prestam serviço no Centro.

Concebido e inaugurado no período governamental 1995/1998, o CIOSP, até então, não havia sido atualizado. Para dar suporte à demanda retro-mencionada, foram investidos mais de R\$ 3.061.000,00 no *upgrade* dos sistemas operativos. Nesse sentido, foram implementados as seguintes ações positivas no CIOSP-Porto Alegre:

- Instalação de um mapa vetorizado que proporciona maior eficiência e desdobramento no atendimento dos usuários do telefone de emergência 190;

- Instalação de um programa-gerente (AIS) realizado pela PROCERGS, que substituiu o programa anterior, gerido por uma empresa multinacional, significando uma economia de mais de R\$ 1 milhão por ano em manutenção;

- Aquisição de um gravador das conversações dirigidas ao “fone de emergência 190”, que possibilita a produção de provas, avaliação do trabalho e otimização dos recursos, através do engajamento da inteligência, sendo relevante no esclarecimento dos delitos;

- Substituição da central telefônica em uso por uma com maior potencial de atendimento da demanda, possibilitando realizar com maior plenitude o atendimento direcionado ao “telefone de emergência 190”;

- Alteração do sistema de rádio comunicação, de analógico UHF para digital VHF, proporcionando a redução dos investimentos em torno de R\$ 5 milhões, com a instalação de Estações Rádio Base (ERB), posto que o sistema implementado não exige tantas estações como previa o anterior.

No CIOSP de Uruguaiana, foram adquiridas as máquinas para o atendimento e o despacho de ocorrências. Além disso, foi montado o banco de dados, devendo o mesmo ser inaugurado ainda em janeiro de 2006, propiciando o atendimento de 130.000 pessoas.

No que se refere ao aparelhamento dos demais Centros Integrados de Operações de Segurança Pública, foram adquiridos equipamentos de informática e mobiliários, e realizadas reformas e adaptações nos prédios nas localidades de Santana do Livramento, Uruguaiana, Formigueiro e Caxias do Sul, com recursos do Fundo Especial de Segurança Pública e de Convênios firmados entre o Estado e a União.

Em continuidade ao executado em 2005, estão previstos para 2006: o início da instalação do CIOSP na Região Litoral; a conclusão da implantação do Sistema de Rádio proporcionando a abrangência de 100% do município de Porto Alegre; a aquisição de equipamentos e mobiliário para os CIOSP's instalados, visando a manutenção e ampliação de suas atividades.

COMUNIDADE ALERTA

Tendo por objetivo solucionar os problemas de segurança das comunidades, é de ressaltar que as atividades relativas à revitalização dos Conselhos Comunitários Pró-segurança Pública (CONSEPROS) já haviam sido concluídas em 2004. Por outro lado, a interação com bairros e vilas de Porto Alegre e Interior do Estado superou as expectativas, tendo sido efetuados 192 encontros com Prefeituras Municipais, COREDEs, Vereadores e comunidade em geral em 2005.

Inovando na área de política comunitária para o enfrentamento da criminalidade, foram agregadas as forças de órgãos setoriais, instituições, sindicatos, associações, empresários e outros segmentos através da criação de grupos de trabalho. Tais grupos, formados pela miscigenação das forças comunitárias, segmentos profissionais e instituições de segurança, dentre os quais o Grupo de Trabalho sobre Roubo de Carga, Grupo de Trabalho Sobre Transporte de Passageiros e outros, proporcionaram uma redução nos ilícitos praticados contra tais segmentos, com reflexos positivos para toda a sociedade.

CRIMINALIDADE REPRIMIDA

O objetivo a ser alcançado é o de combater com maior agilidade, eficiência e eficácia a criminalidade, mediante o controle gerencial de indicadores e a adoção de procedimentos operacionais dos órgãos policiais, potencializados pela recomposição de recursos e meios, alcançados na aquisição e reposição de equipamentos e instrumentos, veículos, obras de construção e reformas, além de outros materiais que garantam a infraestrutura necessária ao implemento das atividades. O Programa encontra-se em plena execução, englobando as ações da Brigada Militar e Polícia Civil.

Dentre as ações executadas destacam-se, em 2005:

Prédios, viaturas, equipamentos e materiais

- Aquisição de viaturas para a Brigada Militar: 20 Blazer (com recursos do FESP), em junho; 13 viaturas leves, 4 *pick-up* e 2 microônibus (VAN), em agosto; 43 motos (Convênio 10/SENASP), 82 Celta e seis Nissan Frontier (PNSP), em setembro; 12 motos (aditivo ao Convênio 10/SENASP), 9 *pick-up* (Convênio 10/SENASP), 32 viaturas leves (Consulta Popular 03/04), 60 viaturas leves (Consulta Popular 04/05), 36 *pick-up* (Consulta Popular 04/05),



em novembro; 36 viaturas leves (Consulta Popular 04/05), 2 *pick-up* (Consulta Popular 04/05), 50 motos (Consulta Popular 04/05), 2 VAN (Convênio 10/SENASP), e 62 motos (FESP/DETRAN);

- Aquisição/construção de dois prédios para a Brigada Militar;
- Aquisição de 4.045 itens correspondentes a equipamentos e materiais destinados ao reaparelhamento da Brigada Militar;
- Aquisição de 28 novas viaturas leves para a frota da Polícia Civil, previstas na Consulta Popular 2004, com execução em 2005;
- Construção e/ou reforma de 30 prédios da Polícia Civil através de recursos provenientes do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP) e da Consulta Popular;
- Aquisição e instalação de 2.347 itens relativos a materiais permanentes, equipamentos e meios para a Polícia Civil, dentre os quais podem ser destacados os relativos a informática, vídeo, som, climatização, mobiliário, comunicação e segurança;
- Atendimento de 87 órgãos policiais na área de telecomunicações da Polícia Civil, envolvendo a aquisição de duas Centrais Telefônicas, quatro aparelhos GPS e 81 aparelhos identificadores de chamadas (BINA).

Qualificação de Servidores

- Qualificação de 2.403 servidores na Brigada Militar em diversos cursos, como segue: Salva Vida Civil Temporário, em janeiro; Instrutor PROERD (Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas) e Multiplicadores de Filosofia de Polícia Comunitária, em março; Instrutor PROERD e Multiplicadores de Filosofia de Polícia Comunitária, em abril; Multiplicadores de Filosofia de Polícia Comunitária, em maio; Curso Técnico de Segurança Pública (CTSP) e Multiplicadores de Filosofia de Polícia Comunitária, em junho; Multiplicadores de Filosofia de Polícia Comunitária e PM Temporário, em julho; Curso Básico de Administração Policial Militar (CBAPM), Instrutor PROERD e Multiplicadores de Filosofia de Polícia Comunitária, em agosto; Curso Básico de Formação Policial-Militar (CBFPM) – Bombeiro e Policiamento Ostensivo – Capital e Interior, em setembro.
- Qualificação de 730 servidores na Polícia Civil.

Serviços especiais de Inteligência Policial – DEIC-DENARC-DECA

Em janeiro de 2005, foi inaugurada a Delegacia de Pronto Atendimento (DPPA) do DENARC, dentro do Projeto "DENARC Ajuda", por meio do qual é realizado um trabalho com o usuário de drogas. Por intermédio do "Termo Aditivo de Convênio 01/2003, firmado entre a SJS/PC e a ULBRA, com validade até 2007, estagiários do Curso de Psicologia desenvolvem um serviço de apoio ao usuário envolvido em ocorrência policial. Após o procedimento legal, o mesmo é encaminhado para um tratamento de, no mínimo, seis meses. O Projeto também atende familiares de usuários sem ocorrência policial através do Fone 0800.

O trabalho do Centro de Operações Táticas (COT/DENARC, como também é conhecido), está recebendo inclusive a parceria do Poder

Judiciário, que transforma alguns tipos de pena em frequência no referido Projeto.

Ainda em 2005, foi instalada a primeira Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) de Porto Alegre – CIOSP, localizada no prédio da Secretaria da Justiça e da Segurança, constituindo-se em um trabalho que tem por objetivo principal o isolamento e a preservação de todo e qualquer local de crime, através de um atendimento rápido e ágil realizado pelas viaturas denominadas de “volantes”, para assim facilitar o trabalho da perícia e propiciar maior qualidade aos inquéritos policiais da Polícia Judiciária. O trabalho com as volantes, que vem ocorrendo desde 2003, motivado por problemas de preservação em locais de crime, alcançou maior qualidade com a instalação da DPPA e com a aquisição de seis novas viaturas, microcomputadores e máquinas fotográficas. A DPPA conta com policiais trabalhando, internamente, na mesa de operações, 24 horas por dia.

Também foram criadas e instaladas as Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) de Alvorada e de Gravataí.

No âmbito das ações que integram o Programa, estão programados para 2006:

- Construção de nove prédios para abrigar quartéis da Brigada Militar;
- Aquisição de 4.935 equipamentos para a Brigada Militar e Polícia Civil, tais como: armamento, coletes balísticos, rádios transceptores, microcomputadores e impressoras;
- Aquisição de 586 viaturas para a Brigada Militar e Polícia Civil, tais como: viaturas leves, *pick-ups*, motocicletas e viaturas de transporte;
- Manutenção regular da estrutura de funcionamento da Brigada Militar e Polícia Civil;
- Construção e reforma de unidades da Polícia Civil, destacando-se a finalização da reforma do prédio do DENARC e a construção do prédio da 2ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre;
- Ampliação e aperfeiçoamento da infra-estrutura de informática da Polícia Civil com a aquisição e instalação de equipamentos;
- Instalação, em cada Região Policial do Estado, de um Serviço de Inteligência Policial e Análise Criminal (SIPAC) integrando a rede do Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos (GIE) da Polícia Civil;
- Investimento de aproximadamente R\$ 7 milhões (sendo R\$ 5,6 milhões da União e R\$ 1,4 milhão referente à contrapartida de 20 % do Estado) em reaparelhamento e treinamento dos órgãos operacionais, sendo que outros R\$ 35 milhões encontram-se em fase de negociação com a União com possibilidade de liberação no decorrer do ano de 2006.

DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

O Programa tem como objetivo capacitar servidores da SJS, através de cursos e atividades correlatas de atualização e de conhecimentos

teóricos e práticos integrados. Em 2005, foram capacitados 4.766 servidores.

Com vistas ao desenvolvimento dos recursos humanos da SJS estão previstos para 2006:

- Instalação da Escola Superior de Gestão em Justiça e Segurança (ESGJS), adquirindo o espaço físico e equipamentos necessários, além de execução de cursos como: Correição Institucional nos órgãos da Segurança Pública; Administração Orçamentária em Segurança Pública; Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro; Gestão de Projetos em Segurança Pública; Crime Organizado e Narcotráfico, dentre outros;

- Fortalecimento da parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tanto para o desenvolvimento de novos projetos, quanto na manutenção do Curso de Gestão de Cooperação em Redes e do Curso de Negociação para Gestores em Segurança Pública;

- Obtenção de vagas nos MBA da mesma Universidade em Gestão de Competências e Pessoas, Gestão de Novas Tecnologias e Gestão de Cooperação em Redes;

- Fortalecimento da parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e promoção do Curso de Extensão em Gestão Orçamentária;

- Firmatura de parceria com as Faculdades Rio-Grandenses (FARGS), especialmente quanto ao Projeto-Empresa, através da obtenção de bolsa-estudo para os servidores dos órgãos vinculados em curso de graduação;

- Firmatura de parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários visando a realização de eventos como seminários envolvendo esta Pasta e a comunidade;

- Continuidade da parceria com a Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Estado (FDRH);

- Realização do Curso Nacional de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública no Rio Grande do Sul;

- Realização de trabalho em conjunto com o SENASP e PNUD, participando do Curso de Gerenciamento Policial Intermediário;

- Desenvolvimento de uma homepage do DDRH/SJS;

- Criação de um Banco de Talentos – Interativo, junto à homepage do DDRH, com a utilização de softwares compatíveis com a tecnologia atual;

- Coordenação e planejamento de ações junto ao Conselho Integrado de Ensino em Segurança Pública (CGIESP);

- Ampliação da capacidade do Telecentro SEAT- Segurança e Educação ao Alcance de Todos, com a aquisição de móveis e novos equipamentos;

- Desenvolvimento de cursos de gestão e de extensão, na modalidade de ensino à distância, atendendo as demandas dos órgãos vinculados, utilizando-se da estrutura do Telecentro;

- Realização de parcerias com os órgãos vinculados e estabelecimentos de ensino (Universidades) objetivando o desenvolvimento de cursos a distância e presenciais junto ao Telecentro;
- Capacitação e aperfeiçoamento de 1.500 servidores até o final de 2006, em cursos à distância e presenciais, através do Telecentro;
- Aquisição de um veículo para o Departamento.

ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

São objetivos deste Programa: manter uma permanente análise da conjuntura nacional e estadual, nas áreas de Justiça e de Segurança; articular-se em nível estadual e nacional com os órgãos da Justiça e da Segurança; buscar os conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis nas universidades e em órgãos de pesquisa, a fim de subsidiar a ação governamental nos campos de Justiça e de Segurança; promover programas e eventos destinados ao combate à criminalidade e à violência de qualquer natureza.

Destaca-se, nesses aspectos, em 2005, o Programa de Estruturação do Sistema Estadual de Inteligência da Segurança Pública (SISPE), que congrega a Secretaria da Justiça e da Segurança, por meio do Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE), e seus correspondentes nas corporações vinculadas, através da formulação de matriz doutrinária e diretriz comum. Apesar das dificuldades financeiras, que, se inexistentes, potencializariam o desenvolvimento de perspectiva sistêmica e a integração na área, o modelo perseguido vem sendo desenvolvido (com as limitações referenciadas), conforme a política governamental que o definiu.

Para 2006, está programado:

- Consolidação do Programa "Disque-Denúncia", através da instalação de uma central telefônica, da atualização e modernização do software do sistema, além da constituição de canais técnicos eletrônicos para difusão e retorno;
- Definição da matriz curricular e da doutrina do Sistema de Inteligência da Segurança Pública do Estado (SISPE), possibilitando a integração metodológica e a troca de dados e conhecimentos entre os Subsistemas da Polícia Civil, Brigada Militar, SUSEPE e agências afins;
- Viabilização da formalização legal e a estruturação do SISPE, incluindo o aperfeiçoamento dos recursos humanos e o reaparelhamento dos Subsistemas e da Agência Central;
- Implementação e consolidação dos projetos de desconcentração e descentralização do Sistema Guardiã (Sistema de interceptação de telefonia e telemática), contemplando a coordenação e gestão operacional pelos órgãos de execução direta (Polícia Judiciária Civil e Militar);
- Implementação do Projeto de Inteligência Criminal: solução para gestão (níveis tático, estratégico e administrativo) e investigação criminal, baseada na tecnologia da informação e inteligência artificial, com

geoprocessamento e georreferenciamento em tempo real para geração de estatísticas, mapas criminais, alertas investigativos e para desvio-padrão de criminalidade de massa.

GESTÃO INTEGRADA NA JUSTIÇA E SEGURANÇA

O Programa tem como objetivos os de: integrar os Órgãos de Segurança Pública entre si e com o Ministério Público e Poder Judiciário, bem como com os demais órgãos de Justiça e Segurança de outras esferas; promover uma gestão compartilhada com o respeito às competências individuais e um controle efetivo das ações governamentais. Nesse sentido, a elaboração do planejamento estratégico (incluindo planos estratégico, tático e operacional), foi concluída em 2004, ressaltando-se que o acompanhamento da execução das ações estabelecidas está distribuído nos diversos programas da Secretaria da Justiça e da Segurança.

MAIS VAGAS EM PRISÕES

Constituem-se em objetivos, a serem atingidos através do Programa, eliminar o déficit crescente de vagas no Sistema Prisional do Estado e gerar as vagas necessárias para suprir a demanda projetada para o quadriênio 2004-07. Nesse sentido, através da *construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais*, foram geradas 186 vagas em 2005. Considerando a evolução do Programa mês a mês, registra-se o seguinte:

- Realização das obras da nova Inspetoria para a Casa do Albergado Padre Pio Buck mediante utilização da mão-de-obra de apenados (janeiro-junho);

- Construção da nova Penitenciária de Caxias do Sul, no distrito de Apanhador, com geração de 432 vagas (Convênio n.º 85/2003-MJ/DEPEN): elaboração da documentação para solicitar Licença Prévia (LP) referente ao licenciamento ambiental (janeiro); assinatura do Contrato, publicação da Súmula do Diário Oficial do Estado e empenho parcial da verba para a construção (junho); emissão da Ordem de Início dos Serviços e conclusão dos serviços de topografia e terraplanagem (julho); execução das fundações (sapatas) do prédio da administração, módulo da Brigada Militar e subestação, bem como execução das formas de ferragem dos pilares e lajes da guarita de acesso e da subestação (agosto/dezembro – obras em andamento);

- Construção de um novo Pavilhão Penitenciário no Presídio Regional de Pelotas, com geração de 152 vagas em área a ser construída de 913,44 m²: elaboração de projeto e orçamento para construção de muro na frente do Presídio (janeiro); início das obras (junho); conclusão do estaqueamento e blocos de fundação (agosto) (obras em andamento);

- Construção de uma nova Penitenciária Regional em Santa Maria: elaboração de documentação necessária para celebrar convênio com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) visando ao financiamento para a obra, constituindo-se de Adaptação do Projeto Arquitetônico, Orçamento Global, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo, Plano de Trabalho, Memorial Justificativo, dados técnicos do terreno, entre outros (fevereiro); conclusão de todas as atividades e

entrega ao DEPEN da documentação visando à celebração de convênio (março);

- Penitenciária Industrial de Caxias do Sul: conclusão e ocupação da adaptação do Pavilhão de Trabalho em um grande alojamento, com capacidade para 80 presos (fevereiro); conclusão do relatório técnico, projeto executivo e orçamento para recuperação estrutural do muro e passarelas (julho);

- Anexo do Presídio Central de Porto Alegre, que resultará na geração de 492 vagas (Convênio n.º 06/2003-DEPEN): instalação do canteiro de obras e terraplanagem (março-junho); execução do estaqueamento e conclusão das redes de esgotos (julho); execução de 75% dos blocos de capeamento das estacas e 15% das vigas de fundação do "Anexo" (agosto-novembro – obras em andamento);

- Realização de obras civis de adaptação do módulo da Brigada Militar na Penitenciária Modulada de Charqueadas para criação de alojamento feminino, gerando 92 vagas (abril-junho);

- Execução do projeto para Abrigo de Visitas no Presídio Regional de Bagé, a ser construído com apoio da Prefeitura Municipal e pela Ordem dos Advogados do Brasil (abril-junho – obras em andamento);

- Construção da Lagoa Facultativa na Penitenciária Modulada de Osório, que proporcionará melhor tratamento dos efluentes dos esgotos cloacais – obra 95% executada (junho-dezembro – obras em andamento);

- Penitenciária Feminina Madre Pelletier: elaboração do projeto para adaptação da área do Centro de Observação Criminológica (COC) em alojamento para a creche (julho-dezembro);

- Elaboração de projeto e orçamento para o cercamento parcial, com tela OTIS, do pátio de recreação do Instituto Penal de Viamão. (julho);

- Elaboração do projeto de ampliação do Presídio de Arroio do Meio, com a construção de nova cozinha, despensa e criação de seis novas vagas (agosto);

- Conclusão da ampliação do Presídio Estadual de Jaguarão (albergue – 18 vagas) (novembro);

- Elaboração de projeto e orçamento genérico para construção de Salas de Audiências nos estabelecimentos prisionais (novembro).

No âmbito dos objetivos do Programa, estão previstos para 2006:

- Conclusão da construção da nova Penitenciária de Caxias do Sul, no Distrito do Apanhador, para geração de 432 vagas (Convênio N.º 85/2003-MJ/DEPEN);

- Conclusão da ampliação do Presídio Central de Porto Alegre, que resultará na geração de 492 vagas (Convênio N.º 061/2003-MJ/DEPEN).

- Conclusão da ampliação do Presídio Regional de Pelotas, com objetivo de gerar 152 vagas;

- Início da construção de nova penitenciária regional em Santa Maria, para geração de 336 vagas;

- Concretização de convênio com a União para construção de nova penitenciária em Passo Fundo, que resultará na geração de 336 vagas;
- Conclusão da construção do Albergue de Carazinho, com o objetivo de gerar 64 vagas;
- Duplicação da cozinha do Presídio Central de Porto Alegre;
- Construção de cinco salas de audiências no Presídio Central de Porto Alegre;
- Ampliação da sala de revistas de presos do Presídio Central de Porto Alegre;
- Construção de lagoas de tratamento do efluente de esgoto cloacal no Complexo de Charqueadas e em Rio Grande;
- Conclusão do módulo de vivência na Penitenciária Modulada de Osório;
- Realização de estudo de viabilidade e projeto e instalação de aquecedores solares nas casas prisionais;
- Conclusão do Manual de Manutenção para as casas prisionais;
- Regularização do sistema de entrada de energia no Complexo de Charqueadas.

MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PERICIAIS

Sob a responsabilidade do Instituto Geral de Perícias (IGP), este Programa tem como objetivos agilizar a emissão de laudos periciais destinados à investigação criminal e à produção da prova técnica processual; melhorar a coleta e o processamento de informações técnicas.

Com vistas ao aprimoramento do corpo técnico do IGP foram capacitados, no decorrer de 2005: 118 servidores, em janeiro; um servidor, em fevereiro; 4 servidores, em março; 44 servidores, em maio; 10 servidores, em junho; 22 servidores, em julho; 11 servidores, em agosto; 39 servidores, em setembro; 147 servidores, em outubro; e 15 servidores, em novembro.

Ainda dentro das atividades desenvolvidas pelo Instituto, em 2005, são de destacar: emissão de 176.077 laudos, no âmbito dos Serviços Periciais; e expedição de 741.361 carteiras de identidade, no que respeita aos Serviços de Identificação Civil e Criminal.

Em 2006 estão previstos:

- Treinamento de 452 servidores, visando o aprimoramento do corpo técnico do Instituto-Geral de Perícias;
- Aumento em 10% do número de laudo periciais emitidos;
- Aumento em 8% do número de Carteiras de Identidade emitidas;
- Construção de Postos Médico-Legais nos municípios de Bagé, São Borja, Alegrete, Vacaria e Camaquã e reforma do Necrotério de Porto Alegre, salientando-se que tais ações dependem de liberação de recursos da União, através de convênio;

- Aquisição, também com verba de convênio a ser firmado com a União, de diversos equipamentos para os Departamentos de Criminalística, de Identificação, Médico-Legal e Laboratório.

PROGRAMA SOCIAL EDUCATIVO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES NA BRIGADA MILITAR – PROSEPA

O Programa tem por objetivo promover a melhoria nas condições de vida de adolescentes carentes, proporcionando-lhes a integração à sociedade, a oportunidade de uma iniciação profissional e o resgate de sua cidadania, bem como despertando-lhes a consciência crítica de seus direitos e deveres de cidadão. Através do Serviço do Profissionalização de Adolescentes Carentes, o PROSEPA presta atendimento nas cidades de Porto Alegre, Pelotas, Vacaria, Caxias do Sul, Cruz Alta, Santana do Livramento, Passo Fundo e Montenegro, tendo sido atendidos mensalmente, em 2005, 349 menores carentes.

Em 2006, está prevista a ampliação da abrangência do Programa estendendo o atendimento prestado a 613 adolescentes carentes.

PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS – PROTEGE

Tendo como objetivos: garantir a proteção de testemunhas ou conhecedores de atos criminosos, cujo testemunho revista-se de alto valor probante, reinserir socialmente a testemunha e auxiliar no combate à criminalidade, destacam-se, em 2005, no âmbito deste Programa:

- Inclusão e monitoramento de 23 testemunhas no PROTEGE, sendo que, somando-se seus familiares, num montante de 74, totalizam 97 pessoas incluídas e monitoradas;

- Reinserção social de 17 dentre as 23 testemunhas incluídas e monitoradas;

- Capacitação de cinco operadores do Programa;

- Modernização e Reaparelhamento do PROTEGE, através da aquisição de uma Central Telefônica e uma máquina copiadora Xerox, sendo que a máquina copiadora foi adquirida em 2004, de forma parcelada, tendo sido a penúltima parcela liquidada no exercício de 2005.

Dentro do escopo do Programa, está programado para 2006:

- Ampliação do atendimento a testemunhas, com previsão de abrangência de 35 pessoas ao longo do ano;

- Aquisição de equipamentos, tais como: circuitos internos com câmeras, câmeras digitais, computadores, impressoras e aparelhos fac-símile, visando o aprimoramento da prestação do serviço de proteção de testemunhas;

- Aquisição de materiais de alojamento, tais como: louças, talheres, jogos de lençóis adulto e infantil, edredons, cobertores e toalhas;

- Promoção da qualificação profissional dos agentes envolvidos com a missão de proteção de testemunhas com a execução de cursos, tais como: Proteção de Testemunhas e Dignatários, Defesa Pessoal, Direção Evasiva e Defensiva, Armamento e Tiro, Escoltas e Diligências.

SOCIEDADE RESPONSÁVEL = TRÂNSITO SEGURO

O **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)**, através do Programa **Sociedade Responsável = Trânsito Seguro**, busca promover, apoiar e integrar ações de educação, assessoria e fiscalização das atividades específicas que contribuem para o desenvolvimento da consciência do cidadão e dos mecanismos inerentes à segurança do trânsito gaúcho, com vistas à redução do número de acidentes.

Dentre as ações realizadas pelo DETRAN, em 2005, destacam-se as seguintes:

- Operação Verão – Campanha Trânsito Seguro é a Minha Praia: acompanhamento dos veranistas de diversas praias do Litoral gaúcho com atividades educativas, apresentações teatrais e musicais e distribuição de palavras cruzadas com dicas/orientações sobre como circular com segurança nas vias públicas;

- Guias *Car Help*: distribuição de livretos com mapas das rodovias gaúchas e pontos turísticos do Rio Grande do Sul em temporadas de verão e de inverno, além de orientações aos motoristas com recomendações úteis para a manutenção de um trânsito mais seguro nas estradas;

- Operação Carnaval: ações de fiscalização e conscientização dos motoristas nos pontos de pedágio, durante os feriados de Carnaval;

- Programa Gaúcho de Educação para o Trânsito (PROGET): em execução em nove macrorregiões do Rio Grande do Sul, com o objetivo de promover, acompanhar e incentivar a implementação regional de ações e atividades de Educação para o Trânsito;

- Modais: produção de *folders* para informar todos os personagens do trânsito (pedestre, condutor, passageiro, caminhoneiro, motorista de ônibus, motociclista, motoboy, ciclista, taxista, carroceiro e papeleiro) e escolares (pais e professores – ensino infantil e séries iniciais, ensino fundamental – séries finais, ensino médio, transportador escolar);

- Lançamento do Anuário Estatístico: coletânea de dados produzida para subsidiar todas as entidades que trabalham com segurança no trânsito;

- Parceria DETRAN-RS e MTV – com o objetivo de entender quais são as noções de cidadania no trânsito dos jovens gaúchos, foi realizada promoção colhendo opiniões do público jovem sobre os principais problemas no trânsito e suas possíveis soluções, com seleção das melhores respostas para participação em vinheta produzida pela MTV sobre o assunto;

- Campanha publicitária em feriados: produção de *jingles* e VTs veiculados em vésperas de feriados, com conteúdo de impacto, a fim de conscientizar o cidadão gaúcho para respeitar o trânsito e dirigir com responsabilidade, especialmente nos feriados, quando o índice de acidentes aumenta substancialmente;

- Produção de *jingle* educativo, com veiculação periódica nas principais mídias do Rio Grande do Sul, com o propósito de educar as pessoas com relação ao trânsito, chamando a atenção para as precauções a

serem tomadas com respeito aos limites de velocidade e a responsabilidade de dirigir;

- Semana Nacional do Trânsito (18 a 25 de setembro): realização, em estande localizado no estacionamento descoberto do Shopping Total, em Porto Alegre, de ações de educação para o público infantil, através de teatros e brincadeiras focadas na temática trânsito, além da disponibilização de um serviço de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas sobre multas, mudanças na habilitação, etc.;

- CEST Móvel: realização de 70 atendimentos a grupos escolares, principalmente no Interior do Estado, através de uma unidade móvel de educação para o trânsito, levando atividades lúdicas e educativas;

- Fórum de Análise da Acidentalidade: evento realizado em 14 de julho de 2005 no Auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como tema A Segurança no Trânsito sob a Ótica da Economia, da Educação, do Direito e da Psicologia, contando com diversos palestrantes e com um público de 600 pessoas;

- CD com 70 Dicas de Trânsito: parceria entre DETRAN-RS e Radioweb para a gravação de CD com dicas sobre trânsito produzidas de forma atraente para serem divulgadas em escolas, associações de bairro, eventos ligados a trânsito, além de , naturalmente, Centros de Formação de Condutores e rádios de todo o Estado.

3.2.3.4 TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE RENDA

Em 2005, sob a coordenação do **Departamento do Trabalho (DETRAB)**, o **Programa Estadual de Geração de Renda** implementou duas ações – de qualificação profissional e de frentes emergenciais de trabalho, correspondendo a um investimento de R\$ 20 milhões.

Pelas ações de qualificação profissional, em 2005, foram capacitados 38.007 trabalhadores de 173 municípios, com um investimento de R\$ 12 milhões. Desse montante, 76,54% são oriundos do Tesouro do Estado e a outra parte do Fundo de Amparo do Trabalhador. No exercício de 2005, a STCAS contratou 19 entidades de formação profissional para as ações de qualificação de forma descentralizada.

As ações de qualificação profissional são dirigidas preferencialmente para pessoas econômica e socialmente mais vulneráveis, aos trabalhadores de baixa renda e baixa escolaridade, pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social, mulheres, negros, pessoas portadoras de deficiência e de altas habilidades, egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas socioeducativas.

A ação *Frentes Emergenciais de Trabalho* é dirigida a trabalhadores desempregados moradores de comunidades em situação de vulnerabilidade social para, mediante a adoção de ações de geração de renda e de preparação para o trabalho sustentável, resgatar os vínculos sociais e produtivos desses trabalhadores. Os recursos investidos nestas ações são oriundos do Tesouro do Estado e têm por finalidade atender as demandas do Programa de Participação Popular/Consulta Popular.

Em 2005, foram investidos R\$ 8 milhões, possibilitando o atendimento de 4.423 trabalhadores desempregados em 90 municípios. Os trabalhadores, ao ingressarem nas Frentes Emergenciais de Trabalho, recebem, por um período de até seis meses, benefícios como bolsa-auxílio (R\$ 300,00); equipamentos de proteção individual (R\$ 75,00); apólice coletiva de seguro; auxílio-alimentação (R\$ 40,00); e qualificação profissional. As despesas são pagas pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, e as prefeituras locais participam com uma contrapartida de 25 % do recurso.

Para o exercício de 2006, no que se refere ao Programa Estadual de Geração de Renda, estão previstas as realizações das seguintes ações:

- *Qualificando o Trabalhador:* Desenvolvimento de cursos, seminários e outras ações de qualificação profissional a 9.300 trabalhadores. Soma-se a essa meta a qualificação de 47.367 trabalhadores, referente à meta físico-financeira do exercício de 2005, que deverá estender sua execução para o ano de 2006, totalizando a qualificação de 56.667 trabalhadores;

- *Frete Emergenciais de Trabalho:* Apoio à geração de ocupação e renda para 693 pessoas, por meio de implementação de frentes de trabalho, resultantes de convênios com municípios ou entidades. Soma-se a essa meta o apoio a 5.303 pessoas, referente à meta físico-financeira do exercício de 2005, que deverá estender sua execução para o ano de 2006, totalizando o apoio a 5.993 pessoas;

- *Apoio ao Empreendedorismo:* Contribuição à geração de ocupações e de renda para trabalhadores de baixa renda, organizados sob a forma associativa, através da transferência de recursos financeiros, a fundo perdido, a Prefeituras Municipais, para consolidar e implantar atividades econômicas auto-sustentáveis, num total de 23 convênios.

PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A **Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS)** assinou convênios para realização da ação da *Rede de Assistência Social* com 179 municípios e duas entidades para execução de ações, beneficiando crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiências e pessoa adulta em situação de vulnerabilidade social, atingindo 29.841 pessoas. O valor repassado foi de R\$ 3 milhões, sendo que parte desse valor refere-se à liquidação de convênio de 2004 e à Gestão da Política, tendo sido assessoradas três mil pessoas que trabalham junto à gestão da política de assistência social no Estado.

O **Departamento de Assistência Social (DAS)** capacitou 5.152 gestores, profissionais e conselheiros que atuam em todo o Estado na política de assistência social.

Na ação de *Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil* foram assinados convênios com 18 municípios, para a implantação de Centros de Referência da Criança e do Adolescente, e sete convênios com municípios para implantação de abrigos para atendimento a crianças e adolescentes. Esses serviços possibilitam acolhimento, atendimento e abrigagem a crianças e adolescentes vítimas de violência. No ano de 2005, foram capacitadas 1.537 pessoas.

Para o ano de 2006, o Programa Estadual de Assistência Social deverá atender, além das prerrogativas à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as alterações trazidas no contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), introduzindo o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no território brasileiro e conseqüente normatização instituída pela Norma Operacional Básica (NOB), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme Resolução nº 130, publicada no Diário Oficial da União, em 25 de julho de 2005.

Dessa forma, estão previstas as seguintes ações:

- *Gestão da Política de Assistência Social (FEAS)*: terá como foco principal a Assessoria aos Gestores Municipais, orientando-os e instrumentalizando-os para a implementação do SUAS nos municípios, prevendo atingir 2.033 pessoas. Prevê-se, também, a contratação de uma consultoria para aprimoramento da gestão da Assistência Social no RS, conforme estabelece a NOB/SUAS/2005.

A gestão da informação na Política de Assistência Social (PAS) tem como objetivo produzir condições estruturais para as operações de gestão, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social, conforme determina a Norma Operacional Básica, com vistas ao aperfeiçoamento e disseminação de técnicas de avaliação de resultados e do impacto das ações do SUAS sobre as condições de vida da população, realizado sistematicamente pelo gestor estadual, com base em informações sistematizadas e indicadores próprios e relativos conforme subsistema e aplicativos da REDE-SUAS. Implica, ainda, a construção e administração de ambiente informacional, de preferência georreferencial, dos municípios do Estado, com informações em escala municipal envolvendo as ações de assistência social e base de referência sociodemográfica para apoiar o princípio da territorialização.

- *Capacitação na Política de Assistência Social (FEAS)*: buscará instrumentalizar os gestores, executores e conselheiros, qualificando-os de forma a fortalecer a implementação do SUAS, atingindo 3.212 pessoas em todas as regiões do Estado, bem como promover ações de capacitação específicas para o quadro técnico do Departamento de Assistência Social (DAS);

- *Publicidade Relativa à Política de Assistência Social (FEAS)*: tem por finalidade a divulgação das atividades, serviços, e atos desenvolvidos pela assistência social no RS, com previsão de publicar oito peças sobre a assistência social;

- *Rede de Assistência Social (FEAS)*: constitui-se em um conjunto de ações desenvolvidas nos municípios, de acordo com a realidade das famílias de seu território, consistindo em apoio financeiro para atendimento à proteção social básica e especial de média e alta complexidade, atendendo crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência e adultos.

O SUAS preconiza repasses fundo a fundo, superando a modalidade de convênios e estabelecendo pisos por proteção social, situações estas que o Estado deverá construir a partir de 2006. Pretende-se atingir, através do financiamento e apoio técnico, 39.000 pessoas.

PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O **Departamento de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (DESANS)** da **STCAS** inaugurou em 2005 seis novos restaurantes populares, nos municípios de Canoas, Itaqui, Bagé, Passo Fundo, São Borja e Planalto, que, somados aos 15 restaurantes populares em funcionamento, resultam em 21 operando em todo o Estado. Para exemplificar a relevância dessa ação, apenas no mês de dezembro, foram servidas 88 mil refeições.



No âmbito deste Programa, é importante destacar os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs). O Consórcio é uma estratégia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), visando o fortalecimento e ampliação das ações de segurança alimentar nas áreas de maior necessidade do País, com foco no trabalho e renda, articulando o poder público e a sociedade civil.

Foram implantados dois CONSADs no Estado, em parceria com o MDS, localizados na região Centro Sul, envolvendo 17 municípios na implantação de unidades de produção, processamento e comercialização de hortifrutigranjeiros; e, na região Metropolitana, envolvendo seis municípios na implantação de unidades de filetagem de pescado e subprodutos.

A Consulta Popular de 2005 destinou recursos da ordem de R\$ 138 mil para a implantação de Hortas Comunitárias e de R\$ 70 mil para a implantação de Cozinhas Comunitárias em municípios do RS.

A ação de *Segurança Alimentar* realizou a entrega de cestas básicas para 52 reservas indígenas do RS, através de uma parceria entre o Governo do Estado/STCAS e o MDS. A primeira entrega foi realizada com recursos do Governo Estadual (R\$ 80 mil) e alimentos provenientes do MDS, beneficiando 2.900 famílias indígenas. A segunda aconteceu exclusivamente com alimentos do MDS, beneficiando 3.200 famílias.

No ano de 2005, através de uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram entregues 18.599 cestas básicas, sendo que a STCAS, através do DESANS operacionalizou todas as entregas. A Secretaria custeou os alimentos, todas as sacolas para o acondicionamento dos alimentos e os fretes para a distribuição. Houve a colaboração da Associação Software Livre através do subsídio de sementes crioulas a serem utilizadas no Projeto Banco de Sementes Livres e Acesso aos Alimentos para Comunidades Indígenas no RS, iniciado na reserva da Guarita.

O Programa prevê, para o exercício de 2006, a implantação de dois Centros de Referência Alimentar Nutricional (CRANs) em municípios do interior do Estado e de um CRAN em Porto Alegre.

Quanto aos Restaurantes Populares, será viabilizado o aluguel de prédio para mais um restaurante em Porto Alegre; a construção e implantação de três novos restaurantes em convênio com municípios e de dois restaurantes em convênio com entidades, totalizando cinco novos restaurantes populares.

Além disso, também para 2006, serão implantadas 25 hortas comunitárias e 25 cozinhas em convênio com municípios.

Na ação *Gestão e Articulação Intersetorial da Política de segurança alimentar* com as demais Políticas Sociais serão realizados: a avaliação nutricional no Restaurante de Porto Alegre; capacitação, seminários, conferências e outras atividades de implementação da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável; os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) e o Projeto de Segurança Alimentar com os municípios da Fronteira.

PROGRAMA ESTADUAL DE GARANTIA, PROMOÇÃO E DEFESA DO CIDADÃO

Para o exercício de 2006, a ação *Promoção e Atenção Integral ao Idoso* prevê as seguintes realizações:

- *Implantação de Centros de Convivência do Idoso*: repasse de recursos aos municípios para aquisição de equipamentos, construção e/ou reforma de Centros de Convivência, para o melhor atendimento dos idosos. Estão previstos dez Centros de Convivência para Idosos;

- *Atividades Socioculturais e Ocupacionais*: execução e articulação, com diferentes órgãos, de atividades socioculturais e ocupacionais para melhoria da qualidade de vida. Em 2006, está prevista a realização de atividades socioculturais e ocupacionais que beneficiarão 2.000 idosos;

- *Implantação e Implementação de Espaços para a Política do Idoso*: implantação e implementação de espaços para reflexão e discussão da política do idoso, bem como qualificação de 2.500 atores e gestores municipais e estaduais.

Em relação à ação *Promoção dos Direitos das Comunidades Indígenas*, estão previstos:

- *Promoção*, através da articulação com demais órgãos, da garantia dos direitos dos povos indígenas, trabalhando, em especial, projetos que visem a sua etnossustentabilidade.

- *Realização de ações de qualificação* em duas áreas indígenas, atendendo várias comunidades com o Curso de Carpintaria, além de prestação de serviço de fotografias para aquisição de Carteiras de Identidade, com a previsão de atendimento a 165 indígenas.

A ação *Promoção dos Direitos das Comunidades Negras* prevê a realização de levantamentos e diagnósticos das necessidades das Comunidades Negras, para encaminhamento de projetos ou atividades aos demais Órgãos, visando a geração de renda e etnossustentabilidade, bem como o encaminhamento do Projeto Sou Cidadão Quilombola, para que os membros dessas comunidades adquiram seus documentos de identificação. Na primeira fase do Projeto, a previsão é atingir três Comunidades Negras.

Na ação *Promoção dos Direitos da Mulher*, estão previstas: a implantação de seis Conselhos Municipais, com a capacitação de conselheiros e atores municipais através de seminários e oficinas regionais, pretendendo atingir, na primeira etapa, três regiões; a elaboração de subsídios técnicos de orientação a municípios e a serviços específicos, com previsão de encaminhar o material, numa primeira etapa, para 150 municípios; e a realização da I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa

com Deficiência, uma vez que foi criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora com Deficiência, Lei nº 12.339, de 10 de outubro de 2005. O Conselho está vinculado administrativa e financeiramente à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

A ação *Publicidade e Informação ao Consumidor* prevê a confecção de *folders*, cartilhas, exemplares do Código de Defesa do Consumidor e adesivos; e disponibilização do número de telefone para atendimento ao público 151, visando a divulgação de informações para 30.000 consumidores.

Na ação *Fiscalização do Mercado de Consumo*, estão previstas a fiscalização em 10.000 estabelecimentos, a contratação de serviços técnicos de laboratório, além da aquisição de equipamentos, como veículos e computadores.

Em relação à *Municipalização dos PROCONs* está prevista a prestação de assessoramento técnico-administrativo e de suporte financeiro aos municípios, garantindo o atendimento ao consumidor em mais de 100 municípios do RS.

A ação *Promoção dos Direitos do Consumidor* prevê a manutenção do *call center* e o treinamento de recursos humanos.

PROGRAMA ESTADUAL DE GARANTIA, PROMOÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Para o ano de 2006, o Programa prevê a realização das seguintes ações:

- *Implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA)*: realização de levantamento para atualização de banco de dados dos 496 municípios que possuem Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- *Apoio a Projetos e Ações para Atendimento de Crianças e Adolescentes (FECA)*: repasse de recursos financeiros, mediante convênio com o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA), aos municípios para ações que garantam a execução e deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA), bem como o estímulo e apoio aos municípios na criação e implementação de programas municipais locais. A previsão é que, dos 400 projetos apresentados pelos municípios, sejam aprovados e conveniados 90;
- *Criação do Fórum Intergovernamental Permanente da Criança e do Adolescente (FECA)*: realização de 12 reuniões mensais, para discussão da política da Criança e do Adolescente, com todos os representantes intergovernamentais;
- *Instalação do Sistema de Informação para a Criança e Adolescente (FECA)*: implantação do Sistema de Informação para a Criança e Adolescente (SIPIA) em 30 municípios e o gerenciamento nos 20 municípios com o Sistema implantado em 2005;
- *Publicidade para Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA)*: Divulgação nos meios de comunicação dos serviços, atos e atividades que assegurem os direitos da criança e do adolescente,

com caráter educacional, informativo, institucional e de orientação social. A previsão é de 20 peças publicitárias;

- *Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*: atendimento a 1.200 adolescentes em conflito com a lei nos diversos municípios que aderirem à proposta;

- *Capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direito da Criança e do Adolescente (FECA)*: desenvolvimento do processo permanente de capacitação para 300 Conselheiros Municipais e Tutelares;

- *Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil – Capacitação de Gestores, Conselheiros e Profissionais*: está prevista a continuidade das capacitações nos municípios que desenvolvem o Programa Sentinela e naqueles que são considerados pólos em sua região, capacitando 2.040 pessoas;

- *Violência Sexual – Implantação de Serviços de Atendimento Psicossocial a Crianças e Adolescentes*: esta é uma ação de média complexidade na proteção social especial, conforme a NOB/SUAS da Política de Assistência Social. Como tal, deverá ter piso estabelecido e repasse fundo a fundo para os municípios. No ano de 2006, deverão ser implantados cinco serviços em municípios do RS, articulados às demais políticas públicas que integram as ações do Programa;

- *Violência Sexual – Criação dos Centros de Atendimento Integrado*: esta ação implica em articulação e integração das políticas públicas da saúde; educação; justiça e segurança; e trabalho em municípios-pólo para atendimento, acolhimento, exames e registro policial, em um mesmo espaço, visando minimizar a vitimização das crianças e adolescentes. Desse modo, está prevista a implantação de dois centros em municípios-pólo, considerando os estudos sobre o problema nas regiões do Estado;

- *Estímulo à Convivência Familiar e Comunitária da Criança e do Adolescente*: realização de dez convênios com prefeituras, visando repasse de recursos para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para os Centros de Referência para Crianças e Adolescentes, a serem utilizados por jovens e respectivas famílias em situação de risco;

- *Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil*: realização de dez convênios com prefeituras, visando à construção, ampliação ou reforma de abrigos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abandono ou de outras formas de violência.

INCLUSÃO TOTAL

Para 2006, o Programa Inclusão Total prevê o atendimento de 35 comunidades quilombolas, abrangendo 730 famílias, ou seja, uma estimativa média populacional de 4.500 pessoas, com ações articuladas com as demais Secretarias de Governo. Além disso, prevê a assistência a 2.000 famílias indígenas, com aproximadamente 23.000 pessoas, em continuidade ao atendimento das etnias caingangue e guarani.



As demandas a serem atendidas deverão contemplar as áreas de Infra-Estrutura; Saneamento Básico; Manejo e Conservação de Recursos

Naturais; Capacitação Profissional; Geração de Renda; Auto-Sustentabilidade; projetos pedagógicos específicos respeitando a diversidade cultural, segurança alimentar e acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

Na ação *Garantia de Renda Mínima*, está prevista a concessão de benefícios para 10.000 famílias.

PROGRAMA DE COORDENAÇÃO GERAL DAS POLÍTICAS DE TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para o exercício de 2006, estão previstas no Programa as seguintes realizações:

- Elaboração de um banco de dados, contendo indicadores sociais sobre as políticas da área da STCAS.
- Capacitação de 1.200 pessoas, funcionários e atores sociais ligados às políticas públicas de trabalho, cidadania e assistência social.
- Realização de quatro eventos, relativos ao Programa da Lei da Solidariedade e da Responsabilidade Social, tendo como público-alvo atores dos setores sociais Estado, Mercado e Sociedade Civil.
- Realização de monitoramento e avaliação de forma sistêmica, visando ao acompanhamento do SIGPLAN e do MAG, através de reuniões mensais com os coordenadores de programas e ações, para a avaliação do PPA e do Orçamento.

INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

O serviço gratuito de intermediação ao emprego, realizado pelas agências da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e do Sistema Nacional de Emprego (SINE), já colocou 69 mil desempregados no mercado formal de trabalho, através do serviço gratuito de intermediação ao emprego, realizado pelas agências FGTAS/SINE, localizadas em 129 municípios gaúchos. Somente no mês de novembro, 6.839 trabalhadores foram colocados, sendo 1.975 na Região Metropolitana de Porto Alegre e 675 na Capital.

Em novembro, as agências FGTAS/SINE de Porto Alegre conseguiram colocar no mercado de trabalho 36,36% a mais do que o número de trabalhadores empregados no mês de outubro. No interior, as unidades que mais se destacaram foram as de Rio Grande, com 305 colocações; Vacaria, com 295; e Pelotas, com 228.

Ainda em novembro, 27.795 trabalhadores foram habilitados ao recebimento do seguro-desemprego, representando 14% a mais do que o número de habilitações registradas em outubro. No mesmo período, foram emitidas 12.309 carteiras de trabalho, significando um acréscimo de 9%, em relação a outubro.

Para o ano de 2006, o Programa prevê a qualificação de 1.339 servidores; orientação para o trabalho a 1.000 trabalhadores desempregados; intermediação a 3.759 trabalhadores autônomos; colocação de 80.000 trabalhadores no mercado de trabalho; e realização de quatro seminários sobre o mercado de trabalho.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED)

A taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre apresentou queda no mês de novembro, passando de 14,8% em outubro para os atuais 14,6% da População Economicamente Ativa (PEA), estimando-se um contingente de 270 mil desempregados na Região. Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego, elaborados através de convênio entre a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS-SINE), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação SEADE de São Paulo.

Segundo os atributos pessoais, a taxa de desemprego apresentou comportamento diferenciado nos diversos segmentos populacionais, sendo que as retrações mais expressivas ocorreram entre os chefes de domicílio (de 9,9% para 9,0%), entre aqueles com idade de 40 anos ou mais (de 9,1% para 8,6%) e entre as pessoas de cor branca (de 14,1% para 13,5%). Destaca-se, no entanto, a elevação da taxa de desemprego entre os indivíduos de cor não branca (de 20,4% para 21,6%) e entre os mais jovens, de 10 a 17 anos (de 43,1% para 44,4%).

No que diz respeito aos principais setores de atividade econômica, o desempenho favorável do nível ocupacional deveu-se ao incremento da ocupação na maioria dos setores, contrabalançado pela queda do número de postos de trabalho no comércio. Enquanto o comércio registrou redução de 10 mil postos de trabalho, a indústria elevou em cinco mil o contingente de ocupados; o setor serviços apresentou aumento de sete mil contratações; e outros setores, como a construção civil, foram responsáveis pelo acréscimo de quatro mil ocupados.

A Pesquisa constatou, também, que o tempo médio despendido pelo conjunto dos desempregados na procura de trabalho, em novembro, aumentou uma semana em relação ao mês anterior, ficando estimado em 37 semanas, e apresentou expressiva queda de nove semanas, na comparação com o mês de novembro do ano passado. Detectou, ainda, que, em outubro, o rendimento médio real dos ocupados apresentou relativa estabilidade (-0,2%), ficando em R\$ 945,00, e o dos assalariados registrou variação positiva de 0,5%, passando para R\$ 968,00.

O Programa pretende realizar, em 2006, a verificação do desempenho do mercado de trabalho na RMPA através da visita a 32.400 domicílios.

AÇÃO SOCIAL COMUNITÁRIA

O Programa prevê, para o ano de 2006, a participação de 100.000 pessoas nas atividades no Parque de Recreação do Trabalhador (São Leopoldo); a implementação de um Centro de Eventos no Parque de Recreação do Trabalhador; e o atendimento a 182.000 pessoas carentes no Vida Centro Humanístico.

ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE

A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) e o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Regional da República da

4ª Região, firmaram convênio com a duração de dois anos, o que possibilita a realização de estágio a adolescentes internos na FASE.

A parceria prevê a colocação de jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa na Fundação. São pré-requisitos, para o preenchimento das vagas, que os adolescentes tenham entre 16 e 18 anos de idade e estejam regularmente matriculados em instituição de ensino oficial. O contrato de estágio será de seis meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, prevendo 20 horas semanais com jornada de quatro horas diárias, além de uma remuneração de R\$ 300,00 mensais, que serão depositados na conta do próprio adolescente, e seguro contra acidentes pessoais.

O Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE POA II), inaugurou sua biblioteca, que servirá como uma oficina para atender os adolescentes infratores, implantando, assim, mais uma medida socioeducativa. Será um espaço controlado por cinco monitores, com 3.159 exemplares para atender 118 adolescentes, em atividade de lazer e conhecimento, além de mais cinco oficinas em atividade, como velas, cestaria, *patchwork*, coleta de lixo-compostagem e reforço escolar.

A FASE inaugurou o Centro de Esportes e Recreação (CER), junto à Sede Administrativa. O Centro faz parte do Projeto Saúde e Bem-Estar e tem como objetivo proporcionar aos servidores da Fundação um local adequado para a realização de atividades. Com a orientação de profissionais da Saúde, a meta é minimizar os efeitos advindos do desgaste profissional, motivando a busca de melhorias nas condições pessoais de saúde e de bem-estar e, dessa forma, qualificar o atendimento prestado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Instituição. A iniciativa faz parte da qualificação profissional adotada pela atual gestão.

A FASE criou projetos para três novas unidades que serão implantadas em 2006, completando o processo de regionalização. Os prédios de Santa Cruz e de Porto Alegre III serão responsáveis pela abertura de 180 novas vagas, sendo 90 para cada prédio, e o projeto de Osório abrigará 72 adolescentes.

A proposta arquitetônica foi desenvolvida para responder o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação ao atendimento socioeducativo. Os recursos para essas obras provêm do Governo Federal, responsável por 75% dos investimentos. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul será responsável pela contrapartida de 25%.

Em 2006, a FASE procederá à recuperação, expansão e readequação dos espaços das unidades, os quais, devido à tipologia da clientela e intensidade do uso, apresentam um desgaste elevado. Entre as áreas, destacam-se os ambulatorios de saúde, o espaço do salão nobre, a implantação do novo centro de treinamento da FASE e de um Centro de Convivência. O estudo está sendo realizado no núcleo de Engenharia da Instituição.

No complexo da Vila Cruzeiro deverão ser implantados uma lancheria e um Centro de Esportes e Recreação, similar ao existente na sede administrativa da FASE, para atendimento do grande número de servidores que desenvolvem suas atividades nas instituições daquele local.

O Complexo da avenida Padre Cacique deverá ser cercado, englobando os prédios da Sede, Padre Cacique, Instituto Carlos Santos e CASE POA III, com o propósito de aumentar a segurança e limitar o fluxo de pessoas não habilitadas que circulam na área.

PROTEÇÃO QUALIFICADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Numa iniciativa inédita no Estado, a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), juntamente com a Administração Municipal de Lajeado, o Ministério Público, a Sociedade de Assistência à Infância Desamparada e de Auxílio aos Necessitados (SAIDAM) e a Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES) assinaram o Termo de Cooperação Interinstitucional, com o objetivo de propiciar melhores condições de vida às crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, vitimados pelo abandono, negligência, violência física e psicológica. O Termo prevê a adoção de uma nova proposta pedagógica, bem como a reestruturação arquitetônica e estatuária.

A direção do Centro Infanto-Juvenil Zona Sul, da Fundação de Proteção Especial, entregou os certificados para os alunos do curso de informática realizado através do programa Cidadania e Talento, uma parceria com o Centro de Integração Empresa–Escola (CIEE). Foram entregues 47 certificados, sendo 19 para alunos da Fundação e 28 para alunos do CIEE. A duração do curso foi de dois meses, trazendo oportunidade aos estudantes com vagas de estágios logo após a formatura.

A ação *Reordenamento Físico das Unidades de Atendimento* prevê, para o ano de 2006, as seguintes realizações:

- Reforma e ampliação do espaço físico do Abrigo José L. Souza Leite, a fim de atender às exigências legais (ação civil pública).
- Construção do novo espaço físico do Abrigo Cônego Paulo de Nadal, objetivando melhorar a qualidade de atendimento dos abrigados e adequá-lo ao Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/90.
- Conclusão de quatro abrigos residenciais no Abrigo Nehyta Martins Ramos, visando melhorar a qualidade do atendimento a portadores de necessidades especiais e educacionais.
- Substituição do espaço físico dos Abrigos Residenciais 23 e 24 do Núcleo de Abrigo Residencial Zona Norte, através da locação de dois imóveis para atender as necessidades dos abrigados e servidores.
- Reforma, ampliação e/ou construção de abrigos residenciais dos Núcleos de Abrigos Residenciais Ipanema, Belém Novo e Menino Deus.

Na ação *Capacitar para Qualificar* está prevista a realização de cursos de formação e seminários ministrados por profissionais habilitados a serem contratados visando melhorar o atendimento aos abrigados com deficiências, usuários de substâncias psicoativas e com doenças físicas e emocionais graves.

3.2.3.5 CULTURA

Reconhecido como um Estado que valoriza e preserva a cultura, em três anos, o Rio Grande do Sul aplicou R\$ 80 milhões em 884 projetos, através da **Lei de Incentivo à Cultura**. A música foi a área com maior número de projetos aprovados (253), seguida pela de artesanato e folclore (241).

Em setembro de 2005, foi inaugurado o painel de contagem regressiva para a entrega do Multipalco do Theatro São Pedro, que já está com 74 % de suas obras concluídas. O Governo do Estado investe R\$ 13,9 milhões nessa área, que será a grande obra do setor da cultura. Os recursos são oriundos do BANRISUL (R\$ 4,3 milhões), da Lei de Incentivo à Cultura (R\$ 5,7 milhões) e do Tesouro do Estado (R\$ 3,9 milhões).

A **Secretaria da Cultura (SEDAC)** é o órgão responsável pela dinamização da política cultural no Estado. Seu raio de ação extrapola a sua dimensão interna e integra-se a outros órgãos estaduais, prefeituras municipais, entidades de classe e comunidade cultural, bem como ao Ministério da Cultura e entidades internacionais ligadas ao tema.

BIBLIOS MUSEUM

O objetivo deste Programa é, através da atualização, ampliação e modernização das formas de acesso aos acervos de museus e bibliotecas públicas, suprir as necessidades de conhecimento da comunidade.

No segmento Bibliotecas, destacam-se, as seguintes realizações em 2005:

- Recuperação de cerca de 80 obras, adotadas por pessoas físicas e jurídicas, através do projeto Biblioteca Pública Recuperando a Memória, que busca a restauração de livros e móveis;
- Modernização do Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado, com a implantação de novos equipamentos e serviços para as pessoas cegas e com visão subnormal, através da Lei de Incentivo à Cultura;
- Início dos trabalhos para preservação do acervo raro e valioso da Biblioteca Pública do Estado com recursos do BNDES. Está em processo de criação o segundo volume do Catálogo de Obras Raras;
- Instituição do Prêmio Padrinho do Livro como uma forma de reconhecimento às empresas que, em parceria com editoras, realizaram doações às bibliotecas públicas;

Através do Projeto Monumenta, equipes da Biblioteca Pública e do Instituto de PHAE preparam o prédio para as obras que vão recuperar o maquinário do elevador de pessoas e para as obras civis visando sanar as infiltrações do telhado e do subsolo. O entepiso – madeiras que suportam os revestimentos do salão térreo e do subsolo da biblioteca – será substituído.

Em 2005, a Biblioteca Pública atendeu 46.469 usuários, que consultaram 35.184 obras nos diversos setores. Foram, ainda, recebidos

2.986 visitantes e realizados 45 eventos no Salão Mourisco, com público total de 1.200 pessoas.

No Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP), está ocorrendo a modernização e informatização das Bibliotecas. Este projeto estende-se às Bibliotecas Públicas Estaduais e de bairros, vinculadas à Secretaria de Estado da Cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura (LIC). Usuários da Biblioteca Pública do Estado, da Biblioteca Pública Lígia Meurer, da Biblioteca Pública Leopoldo Boeck e da Biblioteca Pública Romano Reif, têm à sua disposição computador com acesso à Internet, impressoras e *scanner*. A seguir, são apontadas as principais realizações do SEBP em 2005:

- Recadastramento de todas as bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul para que se verifique sua situação real e se promova a reativação daquelas que se encontram paralisadas ou até mesmo fechadas ao público;

- Funcionamento, de 440 bibliotecas públicas municipais. Além das iniciativas das próprias prefeituras, o que possibilitou o fomento para o surgimento de dezessete novas unidades municipais no Estado foi o projeto Livro Aberto, uma parceria entre o Governo do Estado, Ministério da Cultura (MINC) e prefeituras dos seguintes municípios: Doutor Ricardo, Capão do Cipó, Jacutinga, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Paulo Bento, Relvado, Roque Gonzales, Sinimbu, Travesseiro, Vespasiano Corrêa, Vila Maria, Barra do Quaraí, Florianópolis, Centenário e São Pedro das Missões;

- Realização de 55 visitas técnicas pelo interior;

- Repasse a 334 bibliotecas de *kits* de livros, tendo sido repassados 52 títulos às bibliotecas do SEBP, totalizando 17.368 livros.

Já na área de Museus, em 2005, o Memorial do Rio Grande do Sul beneficiou cerca de 400 mil pessoas, recebendo a visita de 44.200 pessoas em sua sede e de 350 mil pessoas em exposições itinerantes. O Memorial realizou 25 exposições e 17 palestras e cursos.

Outros projetos do Memorial desenvolvidos: visitas guiadas, Memorial Vai às Escolas, Memorial Vai ao Interior, Memorial Vai às Praias, Memorial Vai a Outros Estados, lançamento dos Cadernos de História, Projeto Memorélio e inauguração do Espaço Décio Freitas.

No que se refere ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), o mesmo realizou, até o mês de agosto, 16 exposições, com público de 69.044 pessoas. Em setembro, o MARGS fechou para a montagem da Bienal. Foram, ainda, realizados: quatro palestras, dois cursos, o lançamento da versão *on line* do Jornal do MARGS e o projeto Arte Educação e Gênero, com debates sobre temáticas diversificadas, entre março e maio de 2005.

O Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa promoveu: três exposições, com um público de 3.927 pessoas; quatro cursos, que beneficiaram 161 pessoas; e seis palestras, com um público de 130 pessoas. O atendimento ao público totalizou 4.213 pessoas, e as visitas agendadas foram 500. Durante o ano, foi assinado o Termo de Comodato

entre a empresa Brasil Telecom e o Museu, para guarda do acervo da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações, a CRT.

Já o Museu Júlio de Castilhos realizou duas exposições em 2005, recebendo a visita de 14.980 pessoas. Os alunos que visitaram o Museu, através do projeto de educação patrimonial, foram 1.438. Também foram realizados os seguintes eventos no Museu: sete saraus, com público de 154 pessoas; quatro recitais, com público de 288 pessoas; quatro palestras, com número de 173 pessoas; dois cursos, atingindo 57 pessoas; e três seminários, com a participação de 259 pessoas.

Através do Sistema Estadual de Museus (SEMRS), foram prestadas 31 assessorias técnicas em 2005, cinco oficinas de capacitação e sete palestras. Também foram realizados o Encontro de Museus, com a participação de museus de cidades e entidades e o 1º Encontro de Museus Militares, com público de 200 pessoas.

O Sistema Estadual de Museus participou da elaboração dos termos do Protocolo de Intenções entre a SEDAC e o Museu Militar, objetivando a pesquisa e organização do Memorial do Exército no prédio da antiga Escola Militar de Rio Pardo. Em 25 de maio de 2005, foi assinado o referido protocolo durante o 1º Encontro de Museus Militares. Também participou da solenidade de posse dos representantes do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus e da 1ª reunião com os representantes eleitos. Outros projetos foram: a assinatura do protocolo de intenções para uso do Sobrado dos Azulejos em Rio Grande; a elaboração e lançamento do decreto para criação do Mês dos Museus; e a montagem do projeto Sala do Exército para o Colégio Militar de Rio Pardo.

COMPLEXO CINEMATOGRAFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Este Programa foi criado para incrementar o desenvolvimento do setor audiovisual gaúcho. As principais ações realizadas no ano de 2005 foram:

- SESI Verão Gaúcho: o Instituto Estadual de Cinema (IECINE) em parceria com o SESI Farmácias, organizou a programação de cinema exibida durante a temporada de verão, nas principais praias do litoral gaúcho (Torres, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Tramandaí, Nova Tramandaí, Cidreira, Bal. Pinhal e Quintão), com público estimado de 2.500 pessoas;

- 1º Festival de Verão do RS de Cinema Internacional: realizado pelo IECINE em parceria com a Panda Filmes. De 24 de fevereiro a 13 de março, em diversas salas culturais de Porto Alegre, foram exibidos documentários nacionais e filmes da França, Itália, México, Japão, entre outros países, num total de 34 filmes, exibidos em 210 sessões, que atingiram 5.550 pessoas;

- II Prêmio José Lewgoy do Cinema Gaúcho: o evento destaca as produções gaúchas concluídas no ano anterior. São premiados longas e curtas (em oito categorias), com troféu criado por artista plástico gaúcho, no Dia do Cinema Gaúcho (27 de março). O público estimado do evento foi de 100 pessoas;

- Mostra de Curtas Gaúchos Buenos Aires (Argentina): evento organizado pela Fundación Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB), em parceria com o IECINE. Foram exibidos 20 curtas gaúchos em três sessões, com público estimado de 160 pessoas;

- Festival do Livre Olhar: o Festival teve o apoio do IECINE e contou com a exibição de filmes experimentais do Brasil e do exterior, com público estimado de 2.600 pessoas;

- 29º Mostra Competitiva de Super-8 no Festival de Cinema de Gramado: o IECINE organizou a mostra no 33º Festival de Cinema de Gramado, que recebeu 9 filmes de todo o País;

- Prêmio RGE/Governo RS: destinado a produtoras de cinema e diretores sediados no Estado, tem como objetivo, beneficiar três projetos inéditos de longa-metragem 35mm selecionados, os quais receberão um prêmio em dinheiro para a produção dos filmes. No dia 13 de setembro foram anunciados, entre os 15 concorrentes, os três vencedores do III Prêmio RGE, através do qual cada um receberá R\$ 1.500.000,00 em financiamento via Lei de Incentivo à Cultura e Lei do Audiovisual;

- Cinema na Assembléia: com o apoio do IECINE, o evento conta com a exibição de filmes gaúchos e nacionais. A iniciativa tem a parceria da Secretaria Estadual de Educação. Até setembro, foram realizadas 5 sessões, com público estimado de 2.000 pessoas;

- No projeto Rodacine RGE, foram realizadas 91 sessões, em 48 cidades, atingindo um público total de 52.260 pessoas.

INTERIORIZAÇÃO DA CULTURA

Através deste Programa são desenvolvidas atividades culturais em todas as regiões do Estado. Em 2005, foram concluídas as demandas do processo de Consulta Popular de 2004 e iniciado o atendimento das demandas de 2005, com o COREDE Vale do Rio Pardo, no projeto Cultura Fazendo Arte. Foram apoiados, por meio deste Programa, os eventos da Semana Santa em Rio Pardo e implantado o Espaço Cultural Liberato Salzano.

PRODUÇÃO E EXPANSÃO CULTURAL

Através deste Programa são fomentadas a produção, integração e expansão de atividades culturais. A seguir, as principais realizações durante 2005, mês a mês:

- Em janeiro foram promovidos pelo Gabinete da Secretaria de Estado do Cultura: o 10º Festival Internacional de Jazz Lapataia em Punta Del Leste; o Verão Cultural/ Roda Som, do Instituto Estadual de Música/IEM, em cidades do litoral; o 19º Grito do Nativismo em Jaguari; o Terno de Reis em Santo Antônio da Patrulha; a Oficina de Dança Contemporânea; e a palestra Seminário de Arte;

- Em fevereiro: o *show* Verão Gospel em Capão da Canoa e a Oficina de Dança em Camaquã;

- Em março: a palestra Autor Presente, na Praia do Imbé, promovido pelo Instituto Estadual do Livro (IEL); o *show* de Comemoração

da Semana Santa; o espetáculo de Dança no VIII Fórum Nacional de Dança, promovido pelo Instituto Estadual de Artes Cênicas/IEACEN; a Oficina Itinerante de Literatura, em Alegrete, promovido pelo IEACEN; a Roda de Histórias, contação de histórias, promovido pela Biblioteca Lucília Minssen; o Recital Música Erudita Brasileira, na Discoteca Natho Henn; o Festival de Dança em São Leopoldo;

- Em abril: a Oficina de Dança em Ibirubá, promovida pelo IACEN; apresentação musical de violão no Museu Júlio de Castilhos; Oficina de Teatro e de Figurino para Teatro, em Capão da Canoa; Oficina de Direção Teatral em Santa Maria; apresentação de dança no Rio de Janeiro; apresentação de soprano e violão no Museu Júlio de Castilhos;

- Em maio: palestras Autor Presente, em Tramandaí, Porto Alegre, Bento Gonçalves, Sapucaia do Sul, Santa Clara do Sul, Cachoeirinha e Paraíso do Sul; Recitais no Museu Julio de Castilhos; *show* musical na Discoteca Natho Henn; Festival de Teatro em Ibirubá;

- Em junho: palestras Autor Presente em Cachoeirinha, Porto Alegre, São Sebastião do Caí e Santa Cruz do Sul; recitais no Museu Júlio de Castilhos;

- Em julho: o Festival de Teatro Amador no Vale do Paranhana; palestras Autor Presente em Igrejinha, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Gramado, Cachoeirinha, Capela de Santana, Três de Maio, Osório, Prudente de Moraes e Capitão; recitais e evento 130 Anos da Imigração Italiana, no Museu Júlio de Castilhos; *show* no auditório da Discoteca Pública com músicos gaúchos e Homenagem do Brasil na França;

- Em agosto: o 10º Festival de Dança de Cruz Alta; palestras Autor Presente em Porto Alegre e Viamão; 9º Concurso Nacional de Contos Josué Guimarães; palestra 130 Anos da Imigração Italiana no Museu Júlio de Castilhos;

- Em setembro: recitais no Museu Júlio de Castilhos; palestras Autor Presente em Porto Alegre, Garibaldi, Esteio e Cerro Largo; projeto Oficinas Itinerantes de Dança em Santo Ângelo;

- Em outubro: palestras Autor Presente em São Sebastião do Caí, Cachoeirinha, São Francisco de Paula, Flores da Cunha, Tapes, Esteio, Campo Bom, Carazinho, Sapiranga, Novo Hamburgo, Bossoroca e Maximiliano de Almeida; Curso de Formatação de Projetos direcionados à Dirigentes Culturais, em São Jerônimo.

PROGRAMA RS PATRIMÔNIO CULTURAL

O Programa foi criado com o objetivo de restaurar os bens tangíveis e intangíveis do patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Rio Grande do Sul. Em 2005, as atividades relativas aos bens tombados (pareceres e informações técnicas, orientações a projetos de restauro e problemas de manutenção) totalizaram, em Porto Alegre, 13 bens e, em outras cidades, 19 bens. As visitas e vistorias a bens de interesse cultural, tombados ou não, foram feitas a 11 bens em Porto Alegre, e atenderam a 25 municípios. Outros 9 municípios foram atendidos através de visitas a entornos de bens tombados, e foram realizados 33 assessoramentos e pareceres para processos da LIC.

No que se refere à **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)**, sua atuação estrutura-se em dois grandes Programas.

CONCERTOS SINFÔNICOS

Foi mantida a realização dos concertos sinfônicos todas as terças-feiras, além dos concertos em todo o Estado, tendo a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) superado suas expectativas de concertos realizados e público, levando cada vez mais a cultura ao Estado. A programação oficial de 2005, dividida em séries: Vermelha, Azul, Verde, Lilás e Turquesa, contou com grande frequência de público.



Foi realizada a série de concertos Jovens Solistas que, efetivada aos domingos pela manhã, com explicações sobre as obras, visa atingir um público jovem, em especial estudantes das séries do Ensino Fundamental.

Também foi realizado o Projeto Alma Viva, com vários concertos em cidades do Interior do Estado, com grande repercussão de público e de mídia. Apesar dos escassos recursos para realizar uma programação com renomados solistas e regentes de outros estados ou países, a OSPA está mantendo sua média de público, alvo principal do Programa.

Para 2006, os objetivos e metas são: dar continuidade às apresentações regulares, os Concertos Oficiais; aprimorar os concertos didáticos destinados às escolas; incrementar o número de apresentações no Interior do Estado, dentro do Programa de interiorização da música erudita; implantar o Quadro de Pessoal da FOSPA, em exame pelo Poder Executivo; repetir as apresentações oficiais; e realizar apresentações ao ar livre.

CONSTRUÇÃO DO TEATRO DA OSPA

No Programa **Construção do Teatro**, os objetivos e metas para 2006 são: ultimar os trabalhos do Projeto; remover os entraves ora existentes à sua construção, em especial os relacionados com as leis de incentivo fiscal e outros; e iniciar as obras civis.

A **Fundação Theatro São Pedro** dinamiza suas ações através de dois Programas, cujas principais realizações pode-se acompanhar a seguir.

REALIZAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Através deste Programa, o **Theatro São Pedro** busca dar continuidade à ampla difusão cultural e artística dentro de Porto Alegre. Os eventos artísticos e culturais estão sendo executados dentro do previsto, mobilizando um público de aproximadamente 75.000 pessoas para espetáculos de dança, música e artes cênicas.

As previsões para 2006 permanecem inalteradas, em relação ao PPA 2004-2007, mantendo-se a mesma estratégia de ação, trabalhando-se

no sentido de apresentar uma programação de nível elevado, atingindo um público de 75.000 pessoas/ano, de todas as faixas etárias e níveis sociais.

MULTIPALCO THEATRO SÃO PEDRO

A proposta do Programa é ampliar a área física do Theatro São Pedro, com acréscimo de 13.000 m², dotados de toda a infra-estrutura para artistas, técnicos e espectadores.

Como se trata de uma obra de grandes dimensões, com a viabilização de espaços culturais inexistentes na comunidade, como é o caso da sala para Corpo de Baile e da sala para Orquestra de Câmara, além de espaços destinados à formação de atores e técnicos na área das artes de palco, os resultados e benefícios somente serão devidamente apreciados após a inauguração, prevista para o próximo mês de setembro de 2006.



Além da criação desses espaços, o Programa **Multipalco Theatro São Pedro** resgata um símbolo de Porto Alegre, com a construção de uma nova concha acústica junto à praça Mal. Deodoro, inspirada no antigo Auditório Araújo Viana, localizado nas imediações. Esse equipamento será, indubitavelmente, uma nova atração turística da Capital do Estado. Pelo projeto, a laje superior do prédio estará situada ao nível do piso do prédio do Theatro São Pedro, como se fora uma extensão dele, constituindo, por isso mesmo, uma nova praça pública aberta ao lazer da população.

Os números do Programa **Multipalco Theatro São Pedro**, até novembro de 2005, são:

- 32.970 m³ de retirada de terra;
- 17.010 m³ de retirada de rocha;
- 4.422,50 m³ executados de concreto;
- 390,05 toneladas de aço utilizadas;
- 12.796 m² de área construída (supraestrutura de concreto-armado);
- 705 unidades de tirantes executados;
- 64 funcionários trabalhando na obra diariamente;
- R\$ 5.447.625,00 investidos através da Parceria com a Iniciativa Privada neste projeto, em 2005;
- O Governo do Estado está investindo R\$ 4,3 milhões no projeto, por meio do BANRISUL.

No que se refere à Rádio e Televisão Educativa, no ano de 2005, a área Administrativo-Financeira da **Fundação Cultural Piratini – Rádio FM Cultura e Televisão Educativa**, adotou diversas medidas com o

objetivo de melhorar e qualificar as condições de trabalho na Fundação, entre as quais destacam-se: a revisão e o cancelamento de diversos contratos, ocasionando redução de custos na ordem de aproximadamente R\$80 mil mensais; implantação de sistema telefônico de senhas individuais, racionalizando seus custos; redução significativa da quantidade de aparelhos de telefonia móvel; desenvolvimento de *software* para controle de custos (planejamento estratégico); redução e controle de horas-extras; redução de 50% dos custos com locação de Satélite; implantação do Systimeplus (Controle Eletrônico de Frequência de Pessoal); implantação do programa de controle de viagens; implantação do Sistema Informatizado de Auditoria de Pessoal (SIAPES – TCE); implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); implantação do Programa Profissiográfico Previdenciário (PPP); participação de servidores no II Congresso de Recursos na Administração Pública; participação de servidores no curso de Iniciação à Gestão Pública; desenvolvimento de novos sistemas para controle de bens patrimoniais; e desenvolvimento de novo sistema para controle de vencimentos de contratos.

REESTRUTURAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA TVE E RÁDIO FM CULTURA

Este Programa foi criado visando aumentar a produção da programação local, pela TVE, com acréscimo de audiência sobre os televisores ligados nos programas de linha e, para a Rádio, tornar acessível o cotidiano cultural das principais regiões do Estado e do Brasil. Destacam-se como principais realizações durante o ano, nas áreas de TV, Rádio, Jornalismo e *Marketing*:

- Verão Gaúcho 2005: montagem de estúdio no litoral (Casa da TVE), para transmissão de programas e noticiário ao vivo, além do atendimento diário médio de 25 pessoas – totalizando 1.475 pessoas, para as quais foram prestadas as mais diversas informações sobre a TVE/RS e FM Cultura, bem como sobre os demais órgãos do Governo instalados no litoral;

- Projeto Rodacine – cinema ao ar livre: realizado em frente à Casa da TVE, mobilizou um público fixo diário de 80 pessoas e um público flutuante de aproximadamente 300 pessoas;

- Jornalismo: amparadas pela estrutura da Casa Amarela da TVE no Verão Gaúcho, as equipes de jornalismo cobriram os principais acontecimentos do veraneio de 2005 de Pinhal a Torres, sempre objetivando informação e orientação aos veranistas e comunidades locais, tendo sido geradas aproximadamente 250 matérias;

- Lançamento de novos programas, tais como: De Grão em Grão e Consumidor em Pauta, tendo sido, ainda, iniciadas as transmissões dos jogos da Copa Federação Gaúcha de Futebol, além da repaginação dos dois telejornais da emissora;

- Festival de Cinema de Gramado de 2005: transmissão da entrega do prêmio, para o Rio Grande do Sul e para a TVE Brasil, além da cobertura para os programas jornalísticos e culturais;

- EXPOINTER 2005: com instalações de estúdio, jornalismo e produção durante todo o período da EXPOINTER, a TVE efetuou uma

cobertura jornalística ampla e permanente com destaque para a transmissão ao vivo da abertura do evento, na íntegra; Minuto EXPOINTER, com 5 entradas, de segunda a domingo; Jornal da TVE 1^a e 2^a Edições, com transmissão de flashes direto da Feira; gravação do Programa Galpão Nativo; e Rádio Poste administrada pela FM Cultura;

- Coberturas realizadas pela TVE: Divisão de Acesso; Festa Nacional do Disco, em Gramado; Congresso Brasileiro dos Tribunais de Contas, em Gramado; comemoração de 20 de setembro, com desfile e *show* no Anfiteatro Pôr-do-Sol; Jogos Literários Érico Veríssimo; Copa RS; valorização das cidades do interior, através de ações como vinhetas com imagens de monumentos e pontos turísticos, bem como homenagens em comemoração aos aniversários das mesmas;

- A Rádio FM Cultura produziu ou veiculou os seguintes projetos e ações de Governo: Jogos Literários Érico Veríssimo; programa O Tempo e O Vento (produzido pela Secretaria Estadual da Cultura); programa UERGS na Feira; campanha Te Liga, Gravidez Tem Hora; Campanha do Agasalho; Feira do Livro 2005; EXPOINTER – Rádio EXPOINTER (produção e coordenação da Rádio FM Cultura); Bienal do MERCOSUL; Fórum Internacional de Povos Indígenas; Sonho de Natal de Canela; Natal Luz de Gramado; Gaúchos na 18^a Bienal Internacional do Livro de São Paulo; Interiorização do Governo do Estado; 50 anos da SEDAC; e 30 anos do IGTF;

- Prêmio UNIRÁDIO tem o objetivo de destacar a produção radiofônica feita por estudantes de Comunicação do Rio Grande do Sul e ampliar os vínculos com as instituições de ensino superior. O Prêmio UNIRÁDIO tem o apoio da SEDAC, ARI, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, Sindicato dos Trabalhadores em Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Rio-Grandense de Publicidade e Propaganda e outros. Em 2005, a procura pelo UNIRÁDIO aumentou, com a participação de mais universidades, tendo agendado programas até fevereiro de 2006.

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DA TVE E RÁDIO FM CULTURA

O objetivo deste Programa é aumentar a área de cobertura dos veículos da Fundação, qualificar os sinais transmitidos pelas duas emissoras e disponibilizar mais recursos técnicos para a execução dos programas da TVE-RS e FM Cultura. Durante 2005, a área Técnica desenvolveu atividades consolidadas em três grandes áreas:

- Manutenção técnica: planos efetivados para a importação de peças de reposição, essencialmente para câmeras e VTs, o que possibilitará a recuperação de vários equipamentos da área de produção da TVE;

- Rede de retransmissoras: foi reinstalada a retransmissora de Cruz Alta; foi elaborado um plano diretor, estabelecendo prioridades e providências para a implantação de novas retransmissoras e manutenção/otimização/regularização das existentes, cujos resultados já se fazem sentir, não apenas nas melhorias de desempenho das estações, mas também na redução de custos de aluguel;

- Sistema de Transmissão: o sistema está sendo todo reprojetoado e adequado às normas da ANATEL e do Ministério das Comunicações.

De forma complementar, para a área de Informática a Fundação previu, no Plano Plurianual, a aquisição de computadores e equipamentos, elaborou o Plano Estratégico dos Sistemas de Informação e Telecomunicações (PESIT), o projeto para o Portal da Fundação, junto à PROCERGS, e o *software* de Gestão para melhor controle e gerenciamento de receita/despesa. Também realizou o projeto para nova infra-estrutura de rede e dados, bem como participou do Projeto de Modernização dos Equipamentos.

The image shows the flag of the State of Pernambuco, which consists of a green upper section, a red middle section, and a yellow lower section. In the center of the red section is a white oval containing the state's coat of arms. The coat of arms depicts a figure holding a staff, surrounded by various symbols, and is topped with a crown. The text 'ESTADO DE PERNAMBUCO' is visible at the bottom of the oval.

3.2.4 ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS

3.2.4.1 GOVERNO DO ESTADO

A DEFESA CIVIL E A REDUÇÃO DO TEMPO RESPOSTA

No âmbito do Programa **A Defesa Civil e a Redução do Tempo Resposta**, coordenado pela **Casa Militar**, em 2005, cabe salientar que as comunidades urbanas e rurais dos municípios que foram atingidos por eventos naturais adversos foram prontamente atendidos pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, de maneira a minimizar os efeitos negativos sofridos pela população e meio ambiente, através de ações de resposta e reconstrução do cenário atingido.

Dentre os municípios afetados por desastres naturais podemos citar o de Muitos Capões, o qual foi atingido por um tornado, que destruiu vários prédios e casas, notadamente de pessoas de baixa renda. Houve pronto atendimento, através do apoio da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, que se empenhou na resposta e reconstrução das casas.

A criação de novas Coordenadorias Regionais de Defesa Civil trará um avanço no que diz respeito à diminuição do tempo resposta, uma vez que os estudos para a implantação das Regionais Caxias do Sul e Uruguaiana encontram-se em fase final.

Houve 565 comunicações de eventos no ano de 2005.

A DEFESA CIVIL E A COMUNIDADE

O Programa **A Defesa Civil e a Comunidade**, também coordenado pela Casa Militar, está sendo desenvolvido dentro das possibilidades alcançadas até o momento, com as ações sendo realizadas com o esforço contínuo dos recursos humanos, materiais e financeiros existentes.

Foram executados estudos para a implantação e implementação do Centro Estadual de Estudos e Pesquisa sobre Desastres, com ações que atuam na Prevenção, Mitigação e Minimização de Desastres em todas as áreas do conhecimento Humano.

A população do Estado do Rio Grande do Sul está sendo beneficiada com a implementação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), uma vez que é nos municípios onde porventura ocorrem os eventos adversos e desastres naturais ou provocados pelo homem. Com as COMDECs sendo criadas, estruturadas e funcionamento plenamente, os municípios poderão enfrentar as adversidades da natureza de forma mais rápida e eficaz.

RECUPERAÇÃO DOS PRÉDIOS DA GOVERNADORIA

O Programa **Recuperação dos Prédios da Governadoria**, desenvolvido pela **Casa Civil**, visa restaurar e conservar o acervo histórico e artístico do complexo da Governadoria, tombado como patrimônio cultural do Estado.

A partir da criação de grupo de trabalho, através do Decreto nº 42.208/03, foram realizadas várias ações para resgatar o prédio administrativo da vice-governadoria, conhecido como Palacinho, bem como

para garantir a reserva de espaço físico para a vida cultural, artística e turística do Estado.

Durante 2005, tiveram início a restauração da fachada do prédio, serviços de pintura, restauração e reparos urgentes. Para o exercício de 2006 será efetuada a conclusão da restauração da fachada do prédio, bem como a recuperação interna de prédio e de seus acervos.

Atualmente, e com o apoio da Associação dos Amigos do Palacinho, o Projeto de Restauração tem buscado patrocínio e divulgação.

PROGRAMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O **Programa de Gestão de Políticas Públicas de Comunicação Social** é desenvolvido pela **Assessoria de Comunicação Social**, tendo como objetivo coordenar e articular a política das ações de divulgação dos atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Este Programa é executado basicamente por meio de ações de divulgação publicitária, de relações públicas e jornalísticas.

No decorrer de 2005, foi mantida a divulgação das ações governamentais por meio das ações de comunicação social. Foram prestadas informações contínuas à sociedade gaúcha, através da imprensa e da publicidade, sobre as ações desenvolvidas pelo Governo.

A *home-page* <http://www.estado.rs.gov.br>, mantida constantemente atualizada, permite a disponibilização da informação *on line* para a sociedade.

Além disso, a todos os que desejarem, mediante simples cadastro, é fornecida, todos os dias úteis, a *newsletter Notícias do Piratini*, trazendo os principais destaques referentes às ações governamentais.

PROGRAMA FAMÍLIA FAZ BEM

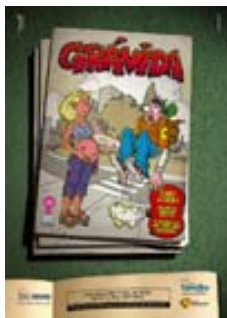
O Programa **Família Faz Bem** é desenvolvido pelo **Gabinete da Primeira-Dama**. Este é um programa social direcionado de modo específico à Família, criado pelo decreto nº 42.238, de 07 de maio de 2003, tem o objetivo de desenvolver e apoiar ações conjuntas com a sociedade na promoção da Família.

Uma das ações de maior destaque deste Programa refere-se à Campanha do Agasalho, a qual, em 2005 obteve uma arrecadação recorde de 1,9 milhão de itens, entre roupas e calçados, além de 47,5 mil cobertores e 332 toneladas de alimentos. Essa arrecadação possibilitou o atendimento de 360 municípios e 120 entidades assistenciais de Porto Alegre.



Em 2005, foi lançada a campanha SOS Seca para arrecadar alimentos não perecíveis e água, com o objetivo de auxiliar pequenos agricultores atingidos pela prolongada estiagem que atingiu o Estado no início do ano. Foram doadas mais de 95 toneladas de gêneros alimentícios a mais de 154 municípios.

Também foi lançada a campanha de prevenção da gravidez precoce *Te Liga: Gravidez Tem Hora*. Destinada ao público na faixa etária entre 10 e 19 anos. A iniciativa visa alertar os jovens e suas famílias sobre as conseqüências da gestação precoce, além de informar sobre os diversos métodos contraceptivos.



A campanha está sendo desenvolvida com a participação das secretarias estaduais da Educação e da Saúde. O tema é abordado em sala de aula por professores capacitados em toda a rede pública do Estado, através do Projeto Saúde Escolar, com a atuação de equipes distribuídas em nove escolas pólo, buscando sensibilizar professores para que o tema seja discutido em diversas disciplinas. Agentes de saúde também fazem um trabalho de conscientização e informação dentro do Programa de Saúde da Família desenvolvido nos municípios.

O 9º Encontro das Primeiras-Damas do Rio Grande do Sul reuniu 328 representantes municipais. Foram apresentados os principais projetos do Gabinete com destaque para a campanha de prevenção da gravidez na adolescência e a discussão sobre planejamento familiar.

Nos meses de junho e julho o Gabinete da Primeira-Dama empenhou-se em auxiliar, com doações de roupas, cobertores e alimentos, as famílias atingidas pela cheia do rio Uruguai. Em parceria com a Defesa Civil do Estado, foram enviados donativos a municípios da fronteira oeste, como Uruguaiana, São Borja e Itaqui. Também em julho foi socorrido o município de Crissiumal, que sofreu com um forte vendaval que desabrigou dezenas de famílias. As doações emergenciais continuaram com o socorro a Muitos Capões, varrido por um tornado no final de agosto, além de Jacuizinho, Tapera e Barra do Quaraí.

IMPLEMENTAÇÃO DA CONSULTA POPULAR E ASSESSORIA AOS COREDES

O Programa **Implementação da Consulta Popular e Assessoria aos COREDES** é coordenado pelo **Gabinete do Vice-Governador**. O objetivo do Programa é o aumento da participação popular na destinação de verbas orçamentárias, através da divulgação do Processo de Participação Popular, realização de audiências públicas, organização prévia, acompanhamento da votação, apuração de resultados e acompanhamento posterior da Consulta, bem como a prestação de assessoria técnica, jurídica e logística aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES).

A Consulta Popular vem sendo realizada uma vez ao ano, desde 2003, encontrando-se 75% do Programa executados, tendo em vista os quatro anos de Gestão.

O Processo de Participação Popular oportuniza que cada cidadão e eleitor possa escolher as prioridades que pretende indicar ao Governo do Estado, as quais gostaria de ver realizadas em seu município ou região.

No ano de 2005, o Processo de Participação Popular culminou com a presença de 674.075 gaúchos, representando 10,74 % dos eleitores, que foram às urnas para escolher as prioridades de demandas do seu município ou região.

A Divulgação da Consulta Popular é realizada nos meios de comunicação, pelo do Governo do Estado e COREDEs, bem como em reuniões com COREDEs, COMUDEs e população.

A organização prévia da Consulta Popular foi iniciada nos primeiros meses do ano, quando o Vice-Governador, juntamente com sua assessoria, participou das assembleias regionais e municipais explicando o Processo.

Em 1º de junho foi firmado Convênio entre o Governo do Estado e os COREDEs, bem como com o Fórum dos COREDEs, que tem por objeto a implementação conjunta dos procedimentos e ações necessários à realização da Consulta Popular.

A Consulta Popular foi realizada no dia 10 de agosto. A votação, apuração dos resultados e acompanhamento posterior foram acompanhados pelo Gabinete do Vice-Governador.

A CP foi consagrada entre os rio-grandenses e consolidou-se como um processo permanente e de exercício de democracia. De forma espontânea, a população participou, votando e decidindo sobre parte dos investimentos e serviços que deverão estar garantidos no orçamento do Estado de 2006. O valor total da Consulta 2005/2006 é de R\$ 148,2 milhões, mais 53,6 milhões do DAER para complementação de obras.

Cabe destacar o crescente envolvimento da população na Consulta com interface junto aos COREDEs e COMUDEs. Em 2003, foram 462.299 eleitores. Em 2004, 581.115. E, em 2005, 674.075 gaúchos votaram. Em algumas regiões, como Médio Alto Uruguai, a participação chegou a 29,88%, seguido de Missões, com 23,65%, e Noroeste Colonial, com 23,10% eleitores. Outro dado relevante é o aumento no número de votantes pela Internet, de pouco mais de 7 mil, em 2004, para 44.549, em 2005.

Quanto às demandas de 2004, para execução em 2005, foram empenhados R\$ 90.015.509,35 e pagos R\$ 28.033.064,65, excetuando CEEE e CORSAN. Os valores empenhados representam a garantia da existência de um credor, o que demonstra o pleno andamento do processo.

Com relação à Assessoria Técnica, Jurídica e Logística aos COREDEs e COMUDEs, também integrante do Programa, a mesma é prestada durante todo ano, através do Gabinete do Vice-Governador. Além disso, são repassados, mensalmente, recursos financeiros para custeio das despesas com manutenção das atividades dos COREDEs e Fórum dos COREDEs.

IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CODES)

O Programa **Implementação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES)**, a cargo do **Gabinete do Vice-Governador**, teve sua implementação efetuada em 2004.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODEs) sustenta-se como um fórum permanente de debates, proposições e deliberações sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

O CODEs vem auxiliando o Governo na formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Dentro desse contexto, também são priorizadas as iniciativas que gerem emprego, produto e renda. Suas ações dependem necessariamente de convocação do Governador, em razão de eventuais demandas relativas a temas específicos e pontuais.

CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (COREDES)

Também sob a responsabilidade do **Gabinete do Vice-Governador**, encontra-se o Programa **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)**, o qual tem como finalidade manter as atividades dos COREDES, com base em determinações do art. 10, da Lei nº 10.283/94. Visando manter as atividades dos 24 COREDES atualmente existentes, o Gabinete do Vice-Governador realizou, mediante convênios firmados, a transferência, na forma de duodécimos, do montante aproximado de R\$ 287 mil durante o ano de 2005.

3.2.4.2 COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

A **Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP)** atua como órgão responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações governamentais, tendo como propósitos principais, dentro da sua linha de atuação: formular políticas estratégicas que orientem essas ações; fortalecer o planejamento governamental e melhorar a coordenação das ações de governo; aproximar a execução orçamentária ao orçamento aprovado; melhorar o atendimento ao usuário dos serviços públicos; ampliar a captação de recursos e a cooperação com os organismos de financiamento internacional.

Dentro desses propósitos destacam-se, a seguir, as principais realizações relativas a 2005 no âmbito dos Programas desenvolvidos pela SCP.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO

O Programa tem por objetivos: proporcionar à população do Estado melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados pela Administração Direta nas áreas de saúde, segurança, educação e assistência social básica e pela Administração Indireta, através das empresas estatais, autarquias e fundações, incorporando a opinião do usuário sobre a qualidade dos serviços públicos; disponibilizar em tempo real, ao Governador do Estado, informações sobre a execução física e financeira de programas/projetos prioritários para a busca de resultados efetivos e melhoria das ações governamentais.

Através dos *Contratos de Gestão*, busca-se melhorar a qualidade dos serviços públicos recebidos pelos usuários no Estado, bem como assegurar que os resultados obtidos em função dos mesmos sejam

tecnicamente corretos. Até o final de 2005, foram firmados sete Contratos de Gestão entre o Governo do Estado e suas entidades. Em 2004 os Contratos envolveram cinco órgãos da Administração Indireta, a saber: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde/Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (FEPPS/LAFERGS) incluindo-se dentre os mesmos, em 2005, a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS). Destaca-se, em 2005, a extensão dos Contratos de Gestão à Administração Direta, através da Secretaria da Educação, resultando em subcontratos com 117 escolas da rede pública, que buscarão melhorar seus indicadores de abandono escolar, reprovação, número de alunos por professor, satisfação dos pais e aproveitamento escolar.

As atividades relacionadas com o *Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos* têm como propósitos: cadastrar pessoas nos termos da Lei nº 11.075/98; pactuar indicadores e metas com as áreas da saúde, da segurança, da educação e da assistência social básica; submeter aos usuários cadastrados as metas acordadas com as respectivas áreas. Até 2002, o cadastro do Código contava com 5.200 inscritos. Durante 2003 e 2004, através de campanhas realizadas, esse número cresceu em 11.863 pessoas, ampliando-se em 2005 para 19.522 gaúchos inscritos no Cadastro de Usuários Voluntários (CUV). Dentro do propósito de auscultar a opinião dos usuários sobre a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado foram realizadas, por correspondência, duas *Pesquisas de Opinião Pública* em 2005: uma delas contemplou o público em geral, através de sorteio dos participantes dentre os consumidores de energia elétrica e de água tratada; a outra foi feita entre os usuários voluntários cadastrados até o final de 2004. No conjunto das duas pesquisas, foram enviados 52.000 questionários, dos quais 17.000 para os usuários voluntários cadastrados e o restante para os demais, havendo um retorno de 29,12 % no primeiro grupo e de 14,1 % no segundo. Em julho de 2005, foi concluída a etapa de tabulação das pesquisas, as quais encontram-se na fase de análise dos resultados estatísticos e elaboração do relatório final para fins de publicação e divulgação em nível nacional. Além disso, no que respeita a metas acordadas com setores, foram submetidas à votação dos usuários as metas relativas a nove indicadores da Educação e sete indicadores da Saúde para o período 2005-2008, tendo um resultado parcial de 2.782 votos apurados até meados de novembro.

No que respeita ao *acompanhamento de ações prioritárias*, foram acompanhados e monitorados, em 2005, através do Sistema de Monitoramento das Ações de Governo (MAG), 257 Projetos Prioritários do Governo Estadual, dos quais 130 referentes à Consulta Popular. Destacam-se nesse sentido:

- Realização de visitas a quatro escolas estaduais - E.E.E.F. Prof. Aurora Peixoto de Azevedo (Vila Nova Brasília – Sarandi), E.E.E.F. Humaitá (Sarandi), E.E.E.F. Aurélio Reis (Jardim Floresta), E.E.E.B. Gomes Carneiro (Vila Ipiranga) – vinculadas ao Projeto Escola Aberta.
- Elaboração de um conjunto de informações para o site do Governo do Estado denominado Rio Grande Faz, que constitui uma síntese

do resultado das principais iniciativas governamentais a partir de 2003, conforme seu alcance social, volume de recursos e priorização dos quatro eixos administrativos: atração de investimentos e fomento ao desenvolvimento econômico, combate às desigualdades regionais, inclusão social e modernização da gestão e dos serviços públicos.

- Elaboração de informações sobre Consulta Popular e Ações Prioritárias, solicitadas pela Casa Civil, para subsidiarem o Projeto Interiorização do Governo, desenvolvido através de 29 encontros no Interior do Estado (Tramandaí, Santa Rosa, Santana do Livramento, Caxias do Sul, Passo Fundo, Piratini, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Lajeado, Erechim, Tenente Portela, Três Coroas, Dom Pedrito, Camaquã, Rio Pardo, Guaporé, Bom Princípio, Agudo, Campo Bom, Santo Ângelo, Nova Petrópolis, Monte Belo do Sul, Marau, Uruguaiana, Pedras Altas, Soledade, Machadinho, Encantado e Paraí) dos quais participaram 472 prefeitos, 1.836 vereadores, 4.912 representantes de entidades e 45.000 pessoas das diversas comunidades.

- Participação no Programa de Inclusão Indígena nas Políticas Públicas (em articulação com outros órgãos públicos como SEHADUR, SAA, SOPS, SEMC, STCAS, SE, SES, SJS, SEMA, CEEE, DAER e EMATER), criado em 2004 com o objetivo de integrar as comunidades indígenas às políticas públicas, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida. O Programa já obteve importantes conquistas, dentre as quais: redução dos índices de mortalidade infantil; construção de 128 habitações, três postos de venda de artesanato, um museu indígena; entrega de três centros comunitários; efetivação de 340 ligações de energia elétrica; emissão de 291 carteiras de identidade e 77 carteiras de artesão; distribuição de 6.221 cestas básicas (até julho); distribuição de sementes crioulas de milho e feijão para plantio na reserva da Guarita; construção de 8,2 km de estradas e terraplenagem e melhorias de acesso de 37 Km; constituição de 30 equipes multidisciplinares de Saúde Indígena; construção de seis redes de abastecimento de água e três postos artesanais, beneficiando 311 famílias; integração de 370 professores (258 indígenas) na educação de 5.090 crianças indígenas, em 46 escolas estaduais e municipais; e capacitação de 53 índios em carpintaria, na reserva da Guarita.

- Avaliação e proposição de adequação ao uso do Sistema de Acompanhamento de Projetos (SIAP), ferramenta de cunho gerencial que visa acompanhar projetos do Governo Estadual, fornecendo informações físicas e financeiras para a alta gestão de nível estratégico.

APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO – PNAGE/RS

O PNAGE/RS tem como objetivo modernizar a Administração Pública do Estado, mediante a integração das funções planejamento, orçamento e gestão, visando a melhoria da prestação de serviços públicos no atendimento às demandas da sociedade, enquadrando-se em um programa nacional de modernização da gestão pública que envolve o Distrito Federal e os estados da Federação, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em articulação com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Programa encontra-se em fase de negociações, devendo garantir

recursos de mais de R\$ 25 milhões do BID para a modernização da gestão pública.

Para a *Modernização da gestão* foram tomadas algumas iniciativas, em 2005, como segue:

- Expansão da Central de Serviços ao Cidadão TudoFácil: prestação de 8,2 mil atendimentos no Litoral (Capão da Canoa e Cassino), durante a temporada de Verão 2005, e de 7 mil atendimentos durante a EXPOINTER 2005; início das obras de uma nova central na Zona Norte de Porto Alegre e de um serviço de informações *on line*; elaboração de projetos para a abertura de outras três unidades no Interior do Estado.

- Avaliação da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Administração Direta e implantação de um novo sistema de acompanhamento de projetos do Governo e da sistemática de compras no Estado, com proposta de utilização de um Sistema Global para Compras, enfatizando os Pregões Eletrônicos.

- Introdução de mudanças na gestão das Delegacias de Polícia (DPs), a partir da avaliação das 24 atividades executadas pela Polícia Civil, com o objetivo de tornar o trabalho mais ágil e eficiente, sendo que o redesenho de processos já está sendo implementado em 41 DPs de 15 municípios com maiores índices de criminalidade no Estado.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPECIAIS

Com o propósito de captar recursos necessários à implementação de ações estratégicas do Governo, este Programa atua através da preparação e do monitoramento de Projetos Especiais, capazes de garantir ao Estado o fluxo de recursos necessários ao desenvolvimento dessas ações.

Nesse sentido, são de destacar, em 2005:

- Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR SUL/RS): finalização e encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional, de toda a documentação necessária para a viabilização do Programa na Serra Gaúcha, no valor de U\$ 100 milhões; celebração de Convênios com o Ministério do Turismo, tendo a Secretaria da Coordenação e Planejamento como interveniente, com os seguintes objetivos: Planos Diretores de Cambará do Sul (no valor de R\$ 169.970) e de São José dos Ausentes (no valor de R\$ 149.500); fortalecimento institucional de Cambará do Sul, no valor de R\$ 87.170; base cartográfica de 14 municípios da Área Prioritária Serra gaúcha, no valor de R\$ 8.226.150, tendo a Secretaria da Agricultura e Abastecimento como executora beneficiária.

- Apresentação ao Banco Mundial (BIRD) do Programa RS Desigualdades Regionais, que prevê investimentos de quase R\$ 1 bilhão para combater desigualdades regionais no Estado e que deve ter o Banco do Estado do Rio Grande do Sul como tomador dos recursos do BIRD.

- Entrega ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de carta-consulta para viabilizar a conclusão das obras destinadas à redução do número de municípios sem acesso asfáltico (Contrato nº 998/OC-BR).

- Criação de força-tarefa para receber doação de mais de U\$ 7 milhões do Global Environment Facility destinados a ações voltadas à Biodiversidade, tendo sido contratados consultores para a Unidade de Preparação do Projeto, elaborados diagnósticos sobre as áreas prioritizadas e o marco lógico do projeto, além de realizadas visitas nas regiões e um workshop.

- Elaboração do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs), a partir da definição de projetos estratégicos para o desenvolvimento do Estado nos próximos anos, e identificação de nove projetos passíveis de serem implementados através de PPPs, sendo que para dois deles – um para apoio à otimização da Hidrovia do Sudeste e outro para obras de irrigação que possam minimizar os efeitos climáticos sobre o setor primário - foram solicitados recursos internacionais do Banco Mundial.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Dentre as iniciativas voltadas à busca de uma maior efetividade para o planejamento do Estado e ao combate às desigualdades regionais, gerando propostas voltadas ao desenvolvimento com maior equidade regional e social, merece destaque, em 2005, o Projeto *Rumos 2015*. Estruturado em dois componentes – Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes – o Projeto teve seu contrato para serviços de consultoria assinado em agosto de 2004, entre o Estado e o consórcio constituído por Booz Allen Hamilton do Brasil Consultores Ltda., Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e HLC – Pesquisa, Treinamento & Desenvolvimento Regional S/C Ltda., cujos trabalhos foram iniciados em novembro de 2004, desenvolvendo-se durante 2005. Definindo um planejamento estratégico para as regiões gaúchas, o *Rumos 2015* traçou uma radiografia da situação econômica e social dos 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento e cenários sobre como estarão estas regiões e 25 setores da economia gaúcha nos próximos dez anos. Avaliando potencialidades e ameaças locais, o Projeto apresentou um portfólio de propostas para o desenvolvimento do Estado, com foco na redução das desigualdades regionais, discutidas e validadas em várias rodadas de reuniões com as próprias regiões e com representantes de vários segmentos da sociedade rio-grandense.

A **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE/RS)** é o órgão responsável pela elaboração das séries estatísticas do Rio Grande do Sul – incluindo-se aí o Sistema de Contas Regionais – e pela realização de estudos e análises sobre a realidade socioeconômica gaúcha, constituindo-se em apoio indispensável às ações de planejamento governamental. Destacam-se, a seguir, as ações mais relevantes realizadas pela FEE em 2005, no âmbito dos Programas que desenvolve.

ELABORAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

O Programa tem como objetivo coletar, elaborar e disseminar informações estatísticas relativas à economia gaúcha de modo a permitir um acompanhamento das mudanças ocorridas no seu meio, como consequência das ações dos diferentes agentes econômicos e sociais. As

informações produzidas nas diversas áreas abrangidas são divulgadas gratuitamente através da Internet, sendo de registrar um aumento significativo do número de acessos às mesmas, de 2004 para 2005.

O *Banco de Informações Sócio-Econômicas* (FEEDADOS) consiste em banco de dados com informações econômicas e sociais relevantes do Estado e dos municípios gaúchos, com periodicidades anual e mensal. O FEEDADOS ainda não está disponível na Internet devido a limitações técnicas e financeiras, mas as principais informações municipais do Rio Grande do Sul são disponibilizadas através das páginas do Resumo Estatístico do RS, dos dados de população, do PIB estadual e dos PIBs municipais, e do IDESE, no *site* da FEE. Em 2005 foram registrados 531.800 acessos ao Resumo Estatístico do RS.

A *Biblioteca Virtual do RS* (BVRS) visa a disseminação do conhecimento e informações acumuladas nas instituições públicas do Rio Grande do Sul oferecendo, atualmente, além dos catálogos das Bibliotecas de nove instituições públicas estaduais, também acesso aos catálogos de 11 Bibliotecas Municipais participantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). A BVRS contou, em 2005, com 169.000 acessos através da Internet (até outubro), contabilizados aí também os acessos registrados pela Biblioteca da FEE

No que respeita ao *Cálculo do PIB Municipal* – que mede a atividade econômica dos municípios gaúchos – e ao *Cálculo do Produto Interno Bruto do RS* – através do qual são estimados, anualmente, os agregados econômicos, por atividade e total, no Estado – o número de acessos às informações através da Internet aumentou consideravelmente, em função do lançamento do novo *site* da FEE, em dezembro de 2003, e aos avanços técnicos incorporados ao *site*. Em 2005, foram registrados 104.750 acessos a dados e informações relativas ao PIB Municipal e 27.150 acessos a dados e informações relativas ao Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul.

As estimativas e *projeções populacionais* para o Rio Grande do Sul e seus municípios, realizadas com o objetivo de conhecer o crescimento da população do Estado e sua distribuição por município, por situação de domicílio, por sexo e por faixa etária, contabilizaram 53.950 acessos pela Internet, em 2005.

O *Indicador mensal do comércio varejista*, que mede a evolução das vendas do comércio varejista de Porto Alegre, Região Metropolitana, total do Estado e Interior, foi publicado na Internet até julho de 2004. A FEE elaborou, em 2005, em conjunto com a FECOMÉRCIO, um novo indicador do comércio varejista, que se encontra em fase de testes e tem previsão de lançamento para o início de 2006.

O *Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico do RS* (IDESE), que substituiu o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) em 2003, por ser mais abrangente e mais adequado aos padrões de comparação internacional, abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, reunidos em quatro blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílio e Saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e dos COREDES, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual)

em suas políticas socioeconômicas. Em 2005, foram registrados 85.000 acessos pela Internet aos dados e às informações derivados do seu cálculo.

A *Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA* (PED) disponibiliza os dados e informações sobre o emprego e os níveis de ocupação e de rendimento do mercado de trabalho da Região Metropolitana, produzidos com base em pesquisa direta, através da publicação impressa *Informe PED* bem como por meio da Internet, alcançando uma média de 1.100 acessos por mês (*downloads*). Em 2005, o registro anual através do *site* da FEE foi de 14.300 acessos.

PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Também sob a responsabilidade da FEE, o Programa **Pesquisas Sócio-Econômicas** tem por objetivos apoiar o poder público estadual com base na produção de informações e análises que permitam subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas e disponibilizar à sociedade conhecimentos sobre a realidade gaúcha.

Nesse sentido, a elaboração da *Carta de Conjuntura* tem o propósito de contribuir para o acompanhamento das questões emergentes do Estado, através do acompanhamento e divulgação mensal de tópicos da conjuntura econômica e social regional, nacional e internacional. Além da publicação impressa – com 12 edições em 2005 – a *Carta de Conjuntura FEE* também é disponibilizada no *site* da FEE, alcançando cerca de 18.630 acessos no total do ano.

Através da publicação de *Relatórios de Pesquisa*, são divulgados estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica estadual e nacional, com a finalidade de contribuir para a análise da situação econômica do Estado e do País e de servir de subsídio para o planejamento estadual de políticas públicas. Esses Relatórios são divulgados através de livros e CDs e nas séries *Documentos FEE* e *Teses FEE* as quais, além de publicações impressas, são disponibilizadas no *site* da FEE, tendo registrado 167.080 acessos, em 2005.

Tendo como canal de divulgação as Revistas Técnicas *Indicadores Econômicos FEE* e *Ensaio FEE*, são publicados artigos especializados sobre a realidade socioeconômica gaúcha e nacional. Além da publicação impressa, essas revistas também são disponibilizadas no *site* da FEE alcançando 178.270 acessos, em 2005.

A FEE manterá, para 2006, todas as ações que vem desenvolvendo e ainda executará uma nova ação, qual seja, a atualização da Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul.

A Matriz de Insumo-Produto consiste em um conjunto de informações sistemáticas sobre as relações de produção e consumo entre os diversos setores econômicos de uma determinada área geográfica, no caso o Rio Grande do Sul. Ela é construída a partir da constatação de que as áreas produtivas, para produzirem, adquirem matérias-primas de outras unidades produtivas e que destinam parte de sua produção para atender à demanda de outras unidades. Em outras palavras, uma Matriz de Insumo-Produto registra o destino da produção de cada setor para os demais setores e a origem, por setores, dos insumos utilizados por cada um dos setores. Adicionalmente, também são incorporadas as informações sobre a

produção que não é utilizada pelos demais setores e que se destina à demanda final (consumo das famílias, consumo do governo, exportações para os demais estados, exportações para o exterior e formação de capital) e sobre as produções provenientes de outros estados e do exterior (importações). Significa dizer que são calculadas a oferta e a demanda para cada um dos setores econômicos. Como subproduto do projeto, calcula-se o Produto Interno pela ótica da produção, da renda e da demanda final. Para a elaboração deste projeto o orçamento previsto é de R\$ 300 mil, em convênio a ser firmado com BANRISUL e FAPERGS.

Para 2006, provavelmente no início do ano, também está previsto o lançamento do novo boletim eletrônico *Índice Mensal do Comércio Varejista*, em conjunto com a FECOMÉRCIO. Esse boletim, atualmente, encontra-se em fase de testes.

Um conjunto de outros projetos está sendo avaliado para entrar em execução ainda em 2006. Há o objetivo de a FEE passar a produzir, além da já tradicional estimativa anual, também estimativas trimestrais para o PIB do Rio Grande do Sul. A Instituição também está em tratativas com o Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul para a elaboração de um Mapa de Indicadores Sociais do Estado, que seguirá os parâmetros dos Objetivos do Milênio, apresentados pela ONU. Outra parceria que vem sendo estudada é a com a Prefeitura de Porto Alegre, na qual a FEE faria parte de uma rede para fornecer informações a serem incluídas no Observatório de Porto Alegre. Além disso, têm sido realizadas reuniões periódicas com representantes da Central de Licitações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (CELIC) no sentido de definir um convênio pelo qual a FEE prestaria assessoria técnica àquela Central, visando a atualização dos preços dos diversos bens e serviços adquiridos pelo Rio Grande do Sul. Com isso, seria facilitado o trabalho da CELIC, gerando uma maior racionalidade no processo de compra, com a conseqüente redução de custos para o Estado. Cabe ainda destacar as negociações da Fundação com o SEBRAE/RS, visando à elaboração de um conjunto de indicadores conjunturais para diversas regiões gaúchas, com a finalidade de medir e demonstrar a contribuição do Sistema SEBRAE para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Por fim, cabem algumas observações sobre a mensuração das ações da FEE. Visando a padronização dos indicadores, a ação *Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA*, que até então contabilizava o número de exemplares publicados, terá, a partir do próximo ano, sua unidade de medida alterada para "número de acessos na Internet". Também serão contabilizados os acessos na Internet da publicação *Mulher e Trabalho*, elaborada pelo Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego da FEE, e que apresenta informações e análises sobre o desemprego, a ocupação, o rendimento e outras características que envolvem o trabalho feminino na Região Metropolitana de Porto Alegre.

3.2.4.3 ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREGÃO ELETRÔNICO

O Pregão Eletrônico, modalidade de licitação via Internet, foi implantado em outubro de 2003, através do



Decreto nº 42.434, pela **CELIC, Departamento da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)**. Essa forma de aquisição amplia o princípio da universalização e permite maior agilidade no processo, baixando os custos e garantindo maior transparência aos atos de contratação do Estado.

Nessa modalidade de licitação foram realizados, até o mês de dezembro de 2005, 973 pregões, proporcionando ao Estado uma economia em torno de R\$ 48 milhões.

CASAS DE GOVERNO

O Projeto Casa de Governo tem como objetivo a modernização da gestão administrativa, visando o uso compartilhado por vários órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, concentrando em um único espaço físico os serviços mais demandados pela sociedade. O Projeto prevê a implementação de Casas de Governo nos municípios de Taquara, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Porto Xavier, Santo Ângelo, Carazinho, São Borja, Lagoa Vermelha, Lajeado, Santa Rosa, Ijuí, Venâncio Aires, Rio Grande, Santo Antônio, São Gabriel, Getúlio Vargas, São Sepé, Dom Pedrito, Tupanciretã, Camaquã e Agudo.

MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DO ARQUIVO PÚBLICO

O acondicionamento do acervo do Arquivo Público passou por um processo de modernização, com a troca de 2.303 caixas do Acervo do Registro Civil (Habitação de Casamento) e a substituição de 3.000 maços de documentos do Acervo do Judiciário por 3.000 caixas, visando conservar o patrimônio documental do Estado; aumentar a vida útil do papel; reduzir custos com recuperação e restauração de documentos; e oferecer ao pesquisador um documento em condições de leitura.

Além disso, o acervo do Arquivo Público é constituído por 18 milhões de documentos, que datam de 1763 a 1980, atendendo, em média, 1.000 usuários/mês. Assim, para preservar esses documentos e facilitar o trabalho do pesquisador e das pessoas que buscam cópias de documentos, estão sendo informatizados os instrumentos de pesquisa do acervo.

SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO

No ano de 2005, foi assinado um protocolo de intenções para cooperação técnica entre a **Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS)** e a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de Porto Alegre (PROCEMPA). O acordo tem como objetivo a utilização compartilhada de sistemas e infra-estrutura de redes, telecomunicações e banco de dados para o desenvolvimento de projetos em parceria. A cooperação entre a PROCEMPA e a PROCERGS é inédita no Estado e prevê uma nova fase de auxílio mútuo entre as Companhias, garantindo um aproveitamento do potencial tecnológico das instituições no desenvolvimento de projetos e iniciativas em favor da sociedade gaúcha.

A disponibilidade da rede de fibra óptica da PROCEMPA, utilizada na EXPOINTER, foi o primeiro fruto da parceria entre PROCERGS e

PROCEMPA. O uso da Infovia da empresa de informática de Porto Alegre, durante a feira, permitiu a transmissão *on line* de eventos, remates e julgamento de animais, além da venda de ingressos pela Internet.

A assinatura de convênio entre a Junta Comercial do Estado e a Secretaria Municipal da Fazenda soma-se ao Termo de Cooperação firmado entre as empresas de informática PROCERGS, do Estado, e PROCEMPA, do Município. Esse convênio permite que os empresários recebam sua inscrição municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) 24 horas após o registro na Junta Comercial do Estado. Anteriormente, o prazo era de cerca de 14 dias. O sistema de automação da inscrição municipal do ISSQN, inédito no País, faz com que, ao encaminhar os documentos para registro do contrato social na Junta Comercial, as empresas de prestação de serviço tenham a inscrição no cadastro do ISSQN processada automaticamente. O contribuinte poderá acompanhar, também pela Internet, o andamento do pedido da inscrição, verificar pendências e emitir a negativa de registro. Antes, além de ir à Junta, o empresário precisava dirigir-se à loja de atendimento da Secretaria Municipal da Fazenda para pedir a inscrição no ISSQN.

Com o produto Compras Eletrônicas RS, também conhecido como Pregão Eletrônico, a PROCERGS conquistou o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico 2005 (E-gov), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP). O prêmio indica as melhores soluções desenvolvidas no Brasil em informática pública e a premiação da PROCERGS foi primeiro lugar na categoria Governo para Negócios.

Para 2006, está prevista a conclusão das ações integrantes deste Programa.

Na ação *Gestão de Compras Eletrônicas*, a quantidade de compras realizadas através do pregão eletrônico deverá ser ampliada.

A ação *Correio Eletrônico do Estado*, que atualmente conta com 22.000 caixas postais implementadas em praticamente todos os órgãos da Administração Pública e mais 5.000 na UERGS, em 2006, deverá manter o processo em expansão.

Na ação *Implantação de Gerência de Projeto* está em andamento um projeto que usa a Metodologia de Gerência de Projeto, sendo que, para 2006, está prevista a gradativa ampliação de projetos desenvolvidos de acordo com essa Metodologia.

PORTAL ELETRÔNICO TUDOFÁCIL

O Portal TUDOFÁCIL Eletrônico, desenvolvido pela PROCERGS, permite ao cidadão ter acesso a informações e serviços de órgãos do Governo do Estado, complementando, assim, as atividades da central de atendimento TUDOFÁCIL. Entre os serviços disponíveis, estão os mais procurados do TUDOFÁCIL convencional: informações sobre a confecção de carteira de identidade e de trabalho; sobre veículos cadastrados pelo DETRAN; e solicitação de segunda via de contas de luz e de água.



Decorrido um mês de implantação do TUDOFÁCIL Eletrônico, a média diária foi de 641 visitas e, a semanal, de 4.492, médias 80% superiores às de igual prestação de serviço em nível nacional. Os serviços mais acessados são: informações sobre carteira de identidade; consultas à vida funcional dos servidores públicos estaduais; informações sobre concurso público para funcionários de escola; carteira de trabalho; pontuação na carteira de habilitação; histórico das infrações de trânsito; segunda via da conta de luz; atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul; simulação de aposentadoria de servidor público estadual; e renovação da carteira de habilitação. Nesta primeira etapa do TUDOFÁCIL Eletrônico, são oferecidos 64 serviços de dez órgãos.

DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS

Os avanços ocorridos na **Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG)** decorreram da assinatura, em julho de 2003, do Contrato de Gestão, o que possibilitou a implantação de um modelo de gestão pública com metas estabelecidas, o aprimoramento das relações com o mercado e a redução de custos administrativos. Desde 2003, a Companhia tem obtido bons resultados financeiros e investido em tecnologia, qualificação profissional e em melhorias na sede.



A Companhia tem desenvolvido ações na área social, como os convênios mantidos com a Federação Nacional de Integração dos Surdos e com a Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), criando oportunidade de trabalho a 20 deficientes auditivos e 12 albergados. Além disso, a CORAG é a primeira empresa gráfica do Brasil a participar do Projeto Pescar, no qual 26 estudantes em vulnerabilidade social, entre 15 e 18 anos, serão preparados durante oito meses para adquirirem a formação de Auxiliar Gráfico.

A CORAG, pela primeira vez, teve participação na realização do Fórum Social Mundial. Toda a programação do evento, três cadernos, com uma tiragem total de 80 mil exemplares cada, totalizando um milhão de impressões, foram impressos pela Companhia.

A Companhia também foi responsável pela impressão de mapas, crachás, *folders*, cartazes e certificados, num total de 294 mil unidades. E, como 80% do material é encartado manualmente, a CORAG, engajada no Programa de Responsabilidade Social e consciente do seu papel junto à sociedade, contratou dez pessoas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) para o trabalho manual.

Além da publicação de legislações municipais, estadual e federal, a CORAG também tem realizado parcerias e investido em obras da literatura gaúcha, como a coleção Meridionais, composta por cinco volumes escritos por autores gaúchos, lançada na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Em 2005, ocorreu também o lançamento da Revista Arquipélago, com a participação da Secretaria Estadual da Cultura e do Instituto Estadual do Livro. A publicação recebe este nome em homenagem ao centenário de nascimento do escritor Érico Veríssimo e é composta por matérias sobre literatura, música, história, comunicação, educação e temas

contemporâneos de interesse social. A Revista propõe trazer ao leitor, de forma jornalística, a produção intelectual das universidades e dos circuitos culturais do Rio Grande do Sul.

Em 2006, a CORAG estará presente no litoral, participando do Projeto Verão Gaúcho. O Projeto faz parte da iniciativa do Governo de implantar Casas de Governo na praia, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços essenciais, pois poderão acessar, com a máxima agilidade, os atos oficiais publicados no Diário Oficial, além de poderem usufruir de um espaço privilegiado para leitura de diversas obras. O estande da CORAG estará disponibilizando aos veranistas consulta gratuita ao Diário Oficial pela Internet e às legislações estaduais e federais.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO E SEUS DEPENDENTES

O **Instituto de Previdência do Estado (IPERGS)** atende, aproximadamente, um milhão de pessoas, entre servidores e seus dependentes e injeta no sistema de saúde do Estado, através de hospitais, médicos e laboratórios mais de R\$ 1 milhão por dia. Os prestadores de serviço estão sendo pagos em dia, e a dívida encontrada no início da gestão de R\$ 120 milhões, e que chegou a R\$ 180 milhões, está hoje, praticamente, zerada.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a começar a implantação das novas regras previdenciárias do País. Projeto aprovado pela Assembléia Legislativa, em julho de 2004, separou a assistência médica da previdenciária. O Instituto de Previdência do Estado foi dividido em IPE-Saúde e IPE-Previdência.

A Criação do Fundo de Assistência à Saúde (FAS) possibilita o saneamento financeiro da área médica, tendo em vista que os recursos só podem ser usados na área de saúde. A conta do FAS, criado pela Lei nº 12.066/2004 e implantado em abril de 2004, é a única que não integra o Caixa Único.

O IPE-Saúde, criado pela Lei nº 12.134/2004 e implantado a partir de julho de 2004, beneficiou tanto os segurados quanto os prestadores de serviço e o sistema de saúde do Rio Grande do Sul. O novo plano de saúde do Instituto de Previdência do Estado representou a viabilidade financeira da área médica do Instituto e trouxe novos benefícios aos segurados: as servidoras públicas adquiriram o direito de incluir seus maridos e conviventes como dependentes, houve o reconhecimento das relações homoafetivas e a eliminação do desconto sobre o 13º salário e férias. Foram incluídos, como dependentes naturais, 74 mil cônjuges, que antes precisavam pagar para utilizar o plano. Na pesquisa *Top of Mind*, realizada pela revista Amanhã, em março de 2005, o IPE-Saúde obteve o segundo lugar entre os planos mais lembrados pelos gaúchos.

Outro benefício obtido pelos segurados do IPE-Saúde foi a redução da alíquota de contribuição, que baixou de 3,6 % sobre o rendimento do servidor para 3,1 %, com igual contrapartida do Governo do Estado.

Os repasses pelo Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV) estão em torno de R\$ 100 milhões, relativos a cerca de 60 mil processos. Uma outra parte do pagamento - cerca de R\$ 50 milhões - será

feita por meio de títulos, que ainda não têm forma de resgate regulamentada. Do lote inicial de processos enviados pelo Governo do Estado, 19,5 mil ainda não foram analisados pelo Ministério da Previdência. Ao todo, o Governo Federal deve ao Estado cerca de R\$ 248 milhões de créditos, relativos a processos de aposentadorias efetuados pelo Estado a servidores que migraram do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para o Instituto de Previdência do Estado (IPERGS).

Tendo como finalidade buscar o ressarcimento junto ao INSS, em relação aos servidores públicos aposentados, que contaram tempo de trabalho na iniciativa privada, a SARH conseguiu buscar, até agora, junto à União, a significativa soma de mais de R\$ 110 milhões. Além disso, já tem R\$ 49 milhões em títulos que o Estado resgatará oportunamente. Há, ainda, 22.272 processos que estão no INSS para análise, o que representa cerca de R\$ 100 milhões que serão repassados ao RS.

ESCOLA DE GOVERNO: EDUCAÇÃO CORPORATIVA

A **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)** atua na qualificação e capacitação dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, com uma extensa programação de cursos, qualificando o processo de administração e gestão do Estado.

A ação *Capacitação para o Servidor Público* contemplou 6.978 servidores públicos em seus 50 eventos em 2005, totalizando 8.278 h/a.

A ação *Escola de Governo* capacitou 141 servidores, municipais e estaduais, por meio da realização de seis eventos de capacitação e desenvolvimento.

Para o exercício de 2006, está prevista a capacitação de 400 pessoas.

3.2.4.4 ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

A **Secretaria da Fazenda (SEFAZ)** – órgão da Administração Estadual responsável pela área de administração fazendária – centrou-se, principalmente, no aumento da margem disponível da receita estadual, através de ações voltadas ao combate da sonegação, contenção de despesas e aumento da arrecadação. Entre as atividades desenvolvidas com esse objetivo, destacam-se as ações desenvolvidas em 2005 no âmbito dos Programas descritos a seguir.

As ações executadas no **Programa de Aperfeiçoamento do Relacionamento da Secretaria da Fazenda com a Sociedade** foram avaliadas em pesquisa, realizada junto aos usuários do serviço do Departamento da Receita Pública Estadual. Segundo essa pesquisa, o índice de satisfação atingiu 89%. Para tanto, contribuiu a implantação, em 2005, do Sistema de Planejamento de Gestão Fazendária. Ainda no âmbito do Programa, serão implantados, em 2006, um *Call Center* e o Sistema de Ouvidoria, ambos em fase final de análise de viabilidade operacional.

No **Programa de Aprimoramento da Gestão Fazendária**, as principais ações que impactam os sistemas de gerenciamento financeiro do Estado, *Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (FPE)* e *Gestão de Recursos Humanos (RHE)*, estão com bom ritmo de desenvolvimento e implantação, sendo que os módulos Folha de Pagamento do RHE e Gestão

de Recursos Humanos do Estado estão previstos para 2006.

Para implantação do modelo de Gestão do Conhecimento, foi desenvolvida e disponibilizada a Biblioteca Digital, através do portal de Educação à Distância (Escola na Rede).

O **Programa de Gestão da Política de Loterias do Estado** teve, em 2005, cancelado o contrato de terceirização de distribuição de bilhetes com a empresa Capital Ltda., ficando a emissão do Bilhete tradicional da Loteria do Estado suspensa, assim como a autorização da empresa KATER Ltda., exploradora do jogo de múltiplas chances TOTO BOLA. Nesse ano, ocorreram duas autorizações de sorteios promocionais, sendo uma autorização de sorteio para o Shopping Total e outra para a Dimed Ltda./Panvel.

Elaborado em 2003, o **Programa de Educação Fiscal (PEF)**, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, visa levar ao cidadão informação simplificada da origem e destino dos recursos públicos e buscar a transparência de todas as ações do governo, oportunizando aos cidadãos e aos gestores públicos o conhecimento da função socioeconômica do tributo, da administração pública e da aplicação dos recursos.

O Programa disponibiliza materiais de capacitação e de divulgação, além do site do PEF: www.educacaofiscal.rs.gov.br. A partir de 2005, o PEF/RS passou a disponibilizar, com prioridade aos que fazem o curso de Educação à Distância, o conjunto de manuais da Escola de Administração Fazendária (ESAF).

Também foram realizadas reuniões de sensibilização, Seminários Regionais e Estaduais de Educação Fiscal e exposição de materiais em eventos, entre outros. Através do curso de Educação à Distância da ESAF, em parceria com o PEF/RS, foram capacitados 836 professores das redes municipal e estadual de ensino, além de fazendários como disseminadores da Educação Fiscal, abrangendo 232 municípios gaúchos.

Atualmente, o RS tem 16 professores estaduais e sete agentes fiscais do Tesouro do Estado, capacitados como tutores para coordenarem o curso de Educação à Distância, além de nove auditores fiscais da Receita Federal. No segundo semestre de 2005, o RS foi o Estado que apresentou a maior aprovação do País entre os participantes do curso de Educação à Distância, com uma taxa de 94%.

O **Programa Solidariedade**, criado em 2004, visa incentivar a população a exercer a sua cidadania e combater a evasão fiscal. Em 2005, o Programa cadastrou para as entidades 7.750.798 cautelas, sendo que foram efetivamente trocadas por documentos fiscais (30 documentos para cada cautela), 5.595.205, resultando em 167.876.150 documentos arrecadados, dos quais 151.123.852 documentos fiscais tiveram seus dados digitados pelas entidades e transmitidos, via Internet, para o Banco de Dados da Secretaria da Fazenda.

Para a **Valorização e Capacitação dos Recursos Humanos da Secretaria da Fazenda**, foi implantado e executado O Plano de Capacitação em 2005. Nesse ano, ocorreram 500 participações de servidores fazendários nos eventos oferecidos pelo Programa SEFAZ Vida, 95 participações de Chefias no Programa de Desenvolvimento Gerencial e 1.812 participações de servidores em eventos de capacitação. Um dado

importante é que 777 servidores fazendários participaram de ao menos um treinamento técnico ou gerencial. Em 2006, serão reforçadas e ampliadas as ações do Programa.

3.2.4.5 ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AO ESTADO

A Procuradoria-Geral do Estado, instituição vinculada à tutela do interesse público e fundamental ao regime de legalidade da administração pública, executando o Programa **Assistência Jurídica e Judicial ao Estado**, do PPA 2004-2007, atuou: na defesa dos princípios e das normas constitucionais; no controle da legalidade; no exercício da função correicional no âmbito da administração pública estadual direta e indireta, zelando pela probidade administrativa; no desenvolvimento da advocacia preventiva tendente a evitar demandas judiciais; na proposição de orientações jurídico-normativas para a administração pública; na defesa do patrimônio público, seja implementando ações com o escopo de incrementar os recursos que ingressam no erário, seja evitando ou reduzindo despesas decorrentes de ações judiciais.

Inicialmente, cumpre destacar a participação da PGE em projeto que busca o incremento da cobrança judicial da dívida ativa, realizando, desde o início do ano, trabalho conjunto com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), a fim de dotar a PGE dos instrumentos necessários para a gestão da arrecadação da dívida ativa judicial. Este projeto conta tanto com a colaboração dos Procuradores do Estado que atuam na Capital, quanto com aqueles que exercem suas atividades no Interior.

Igualmente teve relevo o trabalho realizado, juntamente com os outros Estados da Federação, objetivando uma solução judicial para os impasses decorrentes dos recursos da Lei Kandir. Assim, foi protocolada, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Cível Originária nº 792, em que os Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, em litisconsórcio, ingressaram contra a União, buscando a declaração do direito à compensação integral dos prejuízos sofridos com a desoneração do ICMS nas exportações, promovida com a edição da Lei Complementar nº 87/96 – Lei Kandir – e constitucionalizada pela Emenda Constitucional (EC) nº 42/2003.

A Procuradoria-Geral do Estado também exerceu papel significativo no que diz com a política vencimental do Governo do Estado, ingressando com Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, a fim de firmar a competência do Chefe do Executivo para a iniciativa de lei que contemplava a revisão geral e anual prevista no texto constitucional.

Além disso, no âmbito das Procuradorias Especializadas, diversas foram as ações que receberam destaque em 2005, importando tanto no aumento de receita quanto em economias consideráveis aos cofres públicos.

A Procuradoria Fiscal, durante o ano de 2005, obteve a disponibilização de sala, no Foro Central, para atendimento de contribuintes, a fim de dar maior agilidade à cobrança da dívida ativa. De igual forma, deu continuidade ao desenvolvimento de banco de dados para

racionalização do controle patrimonial dos contribuintes em dívida com o Fisco Estadual. Diligenciou, ainda, no sentido de operacionalizar o chamado Projeto Conciliação, para *designação* de audiências com o objetivo de satisfação do crédito tributário, para pagamento integral ou realização de acordos homologados em audiência, através da seleção de processos onde fosse vislumbrada tal possibilidade. Buscou, igualmente, a integração com a Secretaria da Fazenda, mantendo contato permanente com a Divisão de Arrecadação e com a Unidade de Cobrança. Cumpre salientar, especialmente, a participação da Unidade na elaboração de regulamentação visando incrementar o Plano de Recuperação de Créditos, previsto nos Convênios 91/05 e 92/05, mediante análise e redação de dispositivos do Decreto nº 44.052/2005.

Com efeito, em 2005, a Equipe de Execuções Fiscais recebeu da Secretaria da Fazenda 4.647 Certidões de Dívida Ativa (CDA), sendo ajuizadas 4.316. No mesmo período, foram aforadas 634 novas execuções fiscais, cujos valores somam R\$ 108.682.329,21. Deve-se destacar, igualmente, que foram sacados, através de alvarás judiciais, R\$ 3.062.289,71, totalizando um montante de arrecadação de R\$ 17.904.411,78.

A Equipe de Recuperação de Créditos Especiais é responsável pelo acompanhamento de 516 empresas, sendo 102 falidas, o que representa 2.750 processos em tramitação. Desse universo, 16 empresas estão com parcelamento em vigor, o que corresponde ao equacionamento da quantia de R\$ 183.734.555,37. Até o mês de outubro de 2005, a Equipe ajuizou 74 novas execuções fiscais, englobando 669 certidões de dívida ativa, o que representa um total de R\$ 48.528.343,68. Foram retirados alvarás judiciais, que somam R\$ 5.012.958,17. Igualmente, foram elaboradas 5.173 petições pela Equipe, o que resultou na arrecadação total de R\$ 13.143.607,72 correspondente à dívida ativa, mais R\$ 992.638,79 relativos a honorários advocatícios.

A Equipe de Contencioso e Recursos Fiscais examinou, até o mês de setembro de 2005, 4.462 processos em 2005, o que significa um acréscimo de aproximadamente 25% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Produziram-se, por conseguinte, 4.283 peças processuais, em sua grande maioria petições recursais dirigidas aos Tribunais Superiores, com um acréscimo de 18,4% em relação a igual período do exercício passado.

Cumpre registrar as questões jurídicas tidas como mais importantes, nas quais a Especializada atuou. Por primeiro, no que concerne às execuções fiscais em tramitação na 6ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, obteve-se, junto ao Tribunal de Justiça (TJ/RS), a reforma de centenas de sentenças que reconheciam prescrição de créditos tributários. Ainda, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), conseguiu-se êxito na defesa da tese de que eventual reconhecimento da prescrição não pode ocorrer de ofício, dependendo sempre da iniciativa da parte. Igualmente foram reformadas, a partir de recursos propostos pela equipe, dezenas de sentenças da 6ª Vara da Fazenda Pública, que reconheciam a nulidade de certidões de dívida ativa de créditos de IPVA, consolidando-se a jurisprudência da 21ª e 22ª Câmaras Cíveis do TJ/RS no sentido da validade de tais títulos. Em relação às decisões que restaram mantidas, já se obteve

admissão de recursos especiais sobre o tema. Também no que se refere ao benefício fiscal da redução de base de cálculo para os produtos integrantes da cesta básica, com estorno proporcional de créditos fiscais, foram obtidas as primeiras vitórias em sede de Recurso Extraordinário no STF. Relevante destacar, também, que a Equipe vem obtendo, junto à 1ª Vice-Presidência do TJ/RS, a admissão de recursos aos Tribunais Superiores envolvendo a discussão de temas de relevância, tais como: (i) prescrição da ação de cobrança do crédito tributário em caso de redirecionamento contra os responsáveis; (ii) impossibilidade de reconhecimento de prescrição ex officio; (iii) responsabilidade tributária; (iv) penhora de renda.

A Equipe de Defesa Fiscal teve expressiva atuação no ano de 2005, sendo responsável pela manutenção de créditos tributários estaduais no valor aproximado de R\$ 178.890.201,15, bem como pela realização de depósitos judiciais pelos contribuintes que alcançaram a soma de R\$ 8.467.515,68. Foram apropriados 65 alvarás que totalizaram R\$ 626.728,17. Com efeito, no período, foram ajuizadas 43 execuções de sentença, havendo 5.253 processos judiciais ativos. A Equipe elaborou 226 contestações/exceções, 855 recursos e contra-razões e 995 petições diversas, sendo responsável, da mesma forma, pelo acompanhamento de 8 Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Merece destaque, igualmente, o trabalho da Equipe na obtenção da decisão proferida pelo Conselho Municipal de Contribuintes de Porto Alegre, que acolheu recurso voluntário da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), elaborado pela PGE para cancelar o auto de infração e lançamento nº 0170/2003, no valor originário de R\$ 12.859.753,30, o que culminou com a extinção do crédito tributário de responsabilidade da mencionada Fundação, no valor atualizado de R\$ 16.798.695,74. É, por fim, de ressaltar a defesa da constitucionalidade da norma, realizada pela PGE na ADIN nº 70009626680, julgada improcedente na data de 05.09.2005, proposta pelo Prefeito Municipal de Porto Alegre, suscitando a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei do ISSQN de Porto Alegre, acrescentados pela Câmara de Vereadores, um deles outorgando isenção do imposto em relação aos serviços prestados pela PROCERGS. Pela manutenção da referida norma no ordenamento jurídico, cuja constitucionalidade foi defendida pela PGE, deixou-se de recolher mensalmente, a partir de agosto de 2005, em média, R\$ 400 mil a título de ISSQN, proporcionando uma economia anual de R\$ 4,8 milhões aos cofres da Companhia.

Outrossim, no âmbito da Procuradoria de Execução de Precatórios (PEP), a Equipe Cível é responsável pelo acompanhamento de 35.805 processos ativos. Destacam-se além da representação ordinária, um expressivo volume de pagamentos a credores de obrigações de pequeno valor, conforme disciplinado pelo art. 100, § 3º, da Constituição Federal.

Efetivamente, até outubro de 2005, foram analisadas 1.238 Requisições de Pequeno Valor (RPVs), englobando-se as de responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul e de suas Autarquias, sendo autorizado o pagamento de R\$ 2.471.014,80. Outrossim, as requisições reprovadas pela Seção de Precatórios e Consultoria da Equipe Cível da PEP, seja em razão do fracionamento do valor da execução, seja pela constatação de vícios formais e materiais, atingiram a monta de R\$

1.079.510,85. Além disso, foram prestadas, aproximadamente, 200 informações em pedidos de intervenções federais, decorrentes do não pagamento de precatórios no prazo constitucional.

Relativamente às cessões de precatórios, a Equipe teve forte atuação, comunicando à Secretaria da Fazenda as cessões de precatórios detectadas, evitando-se, com isso, que os credores de ICMS realizassem o creditamento de precatórios na conta corrente fiscal, sem conhecimento do Fisco.

Expressivos valores, de mais de R\$ 6 milhões, foram economizados aos cofres públicos, em razão da atuação da Equipe.

Quanto à Equipe Trabalhista da PEP, no ano de 2005, destacam-se, além da representação ordinária, um representativo volume de pagamentos a credores, devidamente analisados pela Equipe, principalmente de Requisições de Pequeno Valor, e um expressivo número de vitórias judiciais, que viabilizaram reduções de valores e uma grande economia aos cofres públicos. Foram pagas várias RPVs, totalizando R\$ 1.424.621,47, e, também, precatórios, num total de R\$ 1.509.285,29.

Além disso, foi firmado acordo, pelo Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações, junto ao Juízo Auxiliar de Conciliação da Justiça do Trabalho, para pagamento de precatórios de pequeno valor de responsabilidade da Administração Pública Estadual.

Destaca-se, também, a atuação em determinadas ações de grande repercussão financeira, importando em uma redução de despesas de mais de R\$ 400 milhões.

A Procuradoria de Pessoal, em 2005, realizou diversas reuniões com Assessorias Jurídicas, Assessorias Técnicas e Dirigentes de vários órgãos da Administração Direta e Indireta, com vistas a esclarecimentos de situações fáticas e dúvidas jurídicas no âmbito de pessoal e de previdência do Estado. Teve, também, participação efetiva no Grupo de Assessoramento Especial (GAE), do Governo do Estado, concretizada na formulação de manifestações e promoções em diversos expedientes e no comparecimento às reuniões semanais/quinzenais para análise de questões propostas, destacando-se: repercussão financeira de Concurso Público para provimento de inúmeros cargos vagos na Segurança Pública; promoções do magistério estadual; e necessidade de contratação emergencial junto a vários Órgãos da Administração Direta e Indireta.

É de destacar sua atuação em processos judiciais importantes, como Ações Diretas de Inconstitucionalidade, Ações Cíveis Públicas e Ações promovidas por Sindicatos e Associações de Servidores, tais como: ações referentes aos concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura; ações questionando os critérios de promoção adotados pela Brigada Militar, quanto a alguns Oficiais; e ajuizamento de Suspensão de Segurança junto ao Supremo Tribunal Federal. Além disso, foram feitas sustentações orais em vários processos.

A Equipe de Consultoria da Procuradoria de Pessoal teve 137 processos distribuídos, tendo lançado 56 promoções, 37 informações e 120 pareceres. Destacam-se, entre esses, os pareceres e informações que versaram sobre: efeitos da Reforma Previdenciária oriunda da Emenda

Constitucional nº 41/03; transferência de subsídio em pensão especial de companheira de ex-governador do Estado; efeitos da revogação do art. 73 da Lei 7.672/82 sobre a pensão previdenciária de âmbito estadual; análise do regime jurídico a ser aplicável diante de servidora celetista que obteve reconhecimento judicial de vínculo com o Estado do Rio Grande do Sul; gratificação de Permanência diante da Lei Complementar nº 11.942/03; responsabilidade de chefe imediato por afastamento de servidor, sem autorização da administração pública e do gestor público para gozo de licença para qualificação profissional, caracterização de abandono do cargo; afastamento da possibilidade de pagamento por exercício de fato de função pública cumulada com o exercício de cargo público; irretroatividade de Lei diante de contagem de tempo de serviço à licença-prêmio, no período de 1971 a 1977, durante a vigência da Lei nº 1.751/52; aquisição de estabilidade vinculada ao tempo de 3 anos de estágio probatório face à alteração introduzida pela Emenda Constitucional 19/98; uniformização dos procedimentos administrativos da Administração Pública Estadual; requisitos para cedência de servidores no âmbito da Administração Direta; novas alterações previdenciárias introduzidas pela Emenda Constitucional nº 47/05; análise de Anteprojeto de Lei Complementar que altera dispositivos da LC nº 10.002/97, com redação dada pela LC nº 11.832/2002; análise de Anteprojeto de Lei para contratação emergencial do projeto de “Qualificação de Medicamentos no Rio Grande do Sul – Medicamento Seguro”; análise da minuta do anteprojeto de lei de reestruturação do IPERGS; bem como debates em reuniões da equipe sobre Proposta de Emenda à Constituição nº 227/04 – a PEC Paralela da Previdência – a pedido do Gabinete da PGE, para fornecer subsídios de análise crítica, mediante manifestação formal do Estado do RS ao Senador Rodolpho Tourinho.

Na Equipe, destacam-se, igualmente, a participação de Procuradores no Grupo de Assessoramento Especial (GAE), assim como no Grupo de Avaliação da Previdência Pública do Estado e Acompanhamento da Reforma Previdenciária Federal.

No âmbito judicial, o trabalho desenvolvido pela Equipe Estatutária da Procuradoria de Pessoal envolveu demandas bem variadas, destacando-se: ações que buscam o pagamento de diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos para URV; a defesa do Estado nas ações ajuizadas por servidores que contraíram empréstimos junto às entidades que possuem convênio com a Secretaria da Fazenda Estadual, visando ao cancelamento dos descontos em folha de pagamento, autorizados pelos mesmos; defesa do Estado nas ações ajuizadas pelas Associações e empresas consignatárias que se irresignaram com os cancelamentos dos descontos em folha sem a sua anuência; atuação nos processos diferenciados, relativos ao Curso Técnico em Segurança Pública, realizado em 2001, nos quais os candidatos não se conformam com a abertura de novo concurso; ações referentes aos concursos públicos da Polícia Civil e Magistratura; defesa judicial do Estado nas ações referentes aos contratos temporários da Brigada Militar; o acompanhamento da ADIn nº. 3.222, que tramita junto ao STF, ajuizada pelo Procurador-Geral da República, com fulcro no art. 103, inc. VI, da Constituição da República, com pedido cautelar, em face da Lei nº 11.991, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria o Programa de Militares Estaduais Temporários da Brigada Militar.

Cumpre, ainda, destacar a atuação da Equipe na defesa judicial do Estado em: ações ajuizadas por professores estaduais pleiteando alteração de nível mediante a apresentação de títulos de curso de pós-graduação *lato sensu*, havendo centenas de casos em que se evitou a ascensão para o nível 6 da Carreira; inúmeras ações que discutem a prova de conhecimento e a prova de títulos no Concurso de Remoção dos Cartórios Extrajudiciais; em diversos processos em que os Autores alegam que o Estado não cumpriu e não está cumprindo a política salarial prevista na Lei RS nº 10.395/95; ação ordinária na qual a Associação dos Servidores do Ministério Público busca a anulação do Provimento nº 62/2003, que dispõe sobre o controle externo da atividade policial civil e militar pelos servidores do Ministério Público; ação ordinária promovida pelo Sindicato do Servidores do Ministério Público, postulando horas-extras e adicional noturno para os motoristas da Instituição; ação de indenização promovida por serventuário da justiça, demitido pelo Conselho Superior da Magistratura, decisão anulada pelo STJ, em cuja ação postula indenização de mais de R\$ 2 milhões, além de danos morais – ação julgada improcedente em primeira instância, decisão mantida em grau de recurso; ação ordinária promovida por serventúria da Justiça, que pleiteia indenização no valor de R\$ 673.555,79 – ação julgada parcialmente procedente, o que representa uma redução em torno de 2/3 do pedido; ações que versam acerca das promoções dos servidores públicos concedidas sem efeitos retroativos; ações que pleiteiam a garantia dos vencimentos básicos, não inferiores ao salário mínimo, promovidas, principalmente, pelos servidores da Brigada Militar; ações que pleiteiam equiparação salarial, decorrentes das desigualdades geradas em face das ações que envolvem a “Lei Camata”; ações que envolvem contratos emergenciais, nas quais os demandantes postulam sua prorrogação; além disso, restou acolhida a tese de defesa nas ações em que o Estado é condenado em parcelas pretéritas, nas quais os juízes vinham aplicando o percentual de juros à razão de 1 % ao mês a partir da vigência do Novo Código Civil, sendo reduzido o referido percentual para 0,5 % ao mês.

As ações da Equipe Previdenciária da Procuradoria de Pessoal que mais se destacaram foram: exitosa defesa do IPERGS, tendo como pano de fundo atender ao binômio da razoabilidade na tese apresentada e do bom senso na dispensa de recursos, e criação de novas teses jurídicas que, com as anteriormente adotadas, já se encontram em torno de 160; introdução de modificações e acréscimos na defesa das questões anteriores ao início das atividades na Equipe Previdenciária, inclusive apresentando vitórias junto ao STJ no tocante ao percentual dos juros a partir do trânsito em julgado da sentença; manutenção das atividades do Grupo para Sustentação Oral (GSO), visando à defesa perante o Tribunal de Justiça das causas que necessitam acompanhamento através de memoriais, pedidos de preferência e sustentações orais propriamente ditas; atuação como orientadora do IPERGS, dando suporte nas questões jurídicas e administrativas internas ao fornecer elementos de base para instauração de expediente administrativo para averiguação de situação irregular de dependente, informar quais os elementos para validade em juízo das decisões administrativas, bem como apontar a necessidade de aprofundamento nas averiguações; realização de reuniões com a Secretaria

da Fazenda, no sentido de instruir quanto ao cumprimento de medidas liminares, assim como na aplicação da EC 41/03.

Outrossim, houve a participação e acompanhamento de questões jurídicas de real importância para a Equipe, as quais são motivos de ações como ADINs e Incidente de Inconstitucionalidade: IPE-SAÚDE (Lei 12.066/04 e 12.134/04); cargos em comissão/celetistas sobre vinculação ao Regime Geral da Previdência Social pós-EC20-98; aposentadoria especial dos policiais civis e questionamento da aplicação da Lei Estadual nº 12.065 aos servidores militares.

Dentre as atividades realizadas pela Equipe Trabalhista da Procuradoria de Pessoal, tiveram destaque: manutenção do patrocínio integral das reclamações trabalhistas movidas contra as Fundações instituídas e mantidas pelo Estado do Rio Grande do Sul e também a COHAB e a Caixa S.A. Agência de Fomento; reversão parcial das condenações da FEBEM ao pagamento de diferenças salariais por jornada compensatória irregular; afastamento das condenações de reenquadramento decorrente de desvio funcional; reversão parcial das condenações de diferenças salariais de 11,84% da Convenção Coletiva de 1996/1997; reversão parcial das condenações a promoções verticais e horizontais nas Fundações; afastamento da responsabilidade subsidiária decorrente de contratos de obras públicas e empreitadas; reversão parcial das condenações da FEBEM e FGTAS ao pagamento de diferenças salariais decorrentes da aplicação do artigo 18 do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS); afastamento da responsabilidade do Estado relativamente aos empregados contratados por Círculos de Pais e Mestres; reconhecimento da legalidade do restabelecimento da jornada contratual, após longos períodos de prática de jornada reduzida, autorizada por administradores; reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questões envolvendo contratação emergencial temporária, autorizada por lei estadual; limitação das condenações trabalhistas a 31/12/93, relativamente aos empregados transpostos para o regime jurídico único; reconhecimento das prerrogativas processuais do Decreto-lei 779/69, e pagamento por precatório às fundações privadas mantidas pelo Estado; autorização para retenção das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre os valores pagos em condenações trabalhistas; reconhecimento da nulidade das relações de trabalho iniciadas sem prévio concurso público, com indenização restrita ao saldo de salários e FGTS; implementação de acordos judiciais para quitação das promoções funcionais das fundações TVE, FASE, FPE, FGTAS, FADERS, FZB.

Deve-se ressaltar as atividades extrajudiciais realizadas pela Equipe, tais como a realização de advocacia preventiva através de expedição de orientações e sugestões aos administradores para correção de desvios e irregularidades na área de administração de recursos humanos e o acompanhamento do dissídio coletivo da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, que envolveu o Sindicato dos Eletricistas, Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio, Sindicato dos Administradores e Sindicato dos Advogados.

Em 2005, Procuradoria do Domínio Público elaborou 8.877 peças judiciais, incluindo todas suas Equipes. Pode-se destacar a atuação da Unidade no que diz com as ações relativas ao fornecimento de

medicamentos, havendo estreita comunicação com a Secretaria da Saúde (SES). Da mesma forma, a Unidade participou de discussões relativas à elaboração de legislação nacional regulando a matéria.

Além disso, foi editada a Portaria PGE nº 71, publicada no DOE de 22-03-05, que autoriza a não apresentação de contestação e recurso nos casos em que houve prévio deferimento administrativo do pedido ou em que os Consultores atestaram estar o medicamento corretamente indicado para a situação clínica descrita. Como resultando, tem-se crescente número de decisões de primeira instância e, sobretudo, do Tribunal de Justiça, acolhendo as defesas apresentadas pelo Estado.

Observa-se, também, o acolhimento dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde (PCDTs), documentos que disciplinam diagnóstico e tratamento de determinadas doenças crônicas, cujo tratamento é de alto custo. Aqui podem ser citadas diversas decisões que isentaram a SES de fornecer o medicamento interferon peguilado a pacientes portadores do vírus da hepatite C, que não se enquadram no PCDT para uso deste fármaco de alto custo, podendo ser tratados com interferon convencional, de custo consideravelmente mais baixo. O tratamento com interferon peguilado custa aproximadamente R\$ 55 mil por paciente, enquanto que o convencional, aproximadamente R\$ 5 mil.

Merece destaque ainda o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 21-09-2005, pelo qual o ente público compromete-se a manter em estoque os medicamentos dispensados em caráter excepcional e previstos em PCDT, para dispensação aos pacientes previamente cadastrados administrativamente.

Igualmente significativa, na atuação judicial da Procuradoria do Domínio Público, foi a vitória na Apelação Cível nº 70011724887, que negou provimento ao recurso interposto pela autora, que postulava indenização equivalente a 6% dos benefícios auferidos com o turismo no Estado, bem como danos morais. O Judiciário manteve a sentença de improcedência na ação indenizatória intentada contra o Estado.

Na Equipe de Consultoria do Domínio Público, foram distribuídas 208 consultas e 67 Ações Diretas de Inconstitucionalidade, em 2005, sendo emitidos 24 pareceres, 179 informações e realizadas 60 defesas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Dentre os exames mais relevantes realizados pela Equipe no decorrer do ano de 2005, destacam-se os de: contratação de entidades executoras para o Programa Qualificando o Trabalhador; contratações para a aquisição de medicamentos pela Secretaria de Saúde e orientação jurídica para a realização de pregão; questões atinentes à regularidade de concessão da Estação Rodoviária à empresa VEPPPO; competência da AGERGS para a gestão, fiscalização, coordenação, bem como para a atividade de remoção, depósito e guarda de veículos removidos por infrações de trânsito, ilícitos penais e acidentes; aquisição compartilhada entre o Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo e o Estado de áreas de terras para o assentamento de agricultores sem-terra; edital de licitação e do contrato relativamente à contratação de serviços de advocacia pela CEEE; viabilidade de contratação do BANRISUL para a captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, através de oferta

pública no mercado nacional; contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de locação e extração de dados de controladores discretos de velocidade em rodovias estaduais e federais delegadas; várias questões relativas à doação de imóveis da extinta CORLAC; diversas questões a respeito de procedimentos para a alienação de imóveis na reforma agrária; contratação para a prestação de serviços especializados de dragagem no Programa de Monitoramento Ambiental para o Canal de Acesso ao Porto Rio Grande; bem como questões referentes à regularização dos lotes urbanizados da COHAB ocupados irregularmente.

A Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa, em 2005, teve seu trabalho direcionado a realizar a representação judicial das ações propostas pelos servidores, que buscavam ter judicialmente desconstituídas as decisões disciplinares emanadas desta Especializada.

Além disso, promoveu ações relativas à garantia da probidade e da moralidade públicas, em um total de 34 novas ações. Assim, houve o comparecimento a 60 audiências, sendo elaboradas 160 petições judiciais. É de se referir, ainda, o ajuizamento de ações de improbidade administrativa, cuja repercussão econômica ultrapassará R\$ 5 milhões.

Quanto à atividade disciplinar da Unidade, tramitam 97 processos administrativo-disciplinares, tendo sido elaborados 64 projetos de pareceres e realizadas 160 audiências. Há, igualmente, 4 sindicâncias em andamento oriundas de diferentes repartições. De destacar que foram feitas 56 audiências às Assessorias Jurídicas de diferentes pastas sobre Processo Disciplinar e Probidade.

Ademais, cumpre referir a participação de Procuradores da Unidade no Conselho Superior de Polícia, na Comissão dos Direitos Humanos da PGE e no PROTEGE.

A Procuradoria-Geral do Estado, no Interior, está estruturada em 19 Procuradorias Regionais, abrangendo todo o Estado. Mais de 50% da carga processual dessas Procuradorias Regionais refere-se a ações da área fiscal, sendo cada Procurador do Estado atuante no Interior responsável por uma média geral de 752 processos fiscais. Daí a importância do atual trabalho desenvolvido, juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), para o aprimoramento das técnicas de gestão da cobrança da dívida ativa, enfatizando a eficiência e produtividade.

Cabe registrar, igualmente, o trabalho desenvolvido nas ações judiciais envolvendo o pagamento de indenização a agricultores assentados em áreas indígenas, demarcadas oficialmente no início do século XX, e cujos títulos de propriedade transmitidos pelo Estado foram declarados nulos por força da norma do art. 231, da Constituição Federal. A atuação judicial nesses feitos ficou sob a responsabilidade dos Procuradores que atuam na 4ª e 19ª Procuradorias Regionais (Passo Fundo e Frederico Westphalen), em cujos municípios de abrangência situam-se as áreas tradicionalmente pertencentes aos nativos. Assinala-se, a propósito, que foram homologados 19 acordos judiciais nessas demandas, o que reduziu sensivelmente os valores a serem despendidos pelo Estado em relação ao que seria gasto caso se aguardasse o desfecho das demandas, com a expedição dos precatórios respectivos.

Relativamente às ações que demandam prestações de saúde, foram realizadas diversas reuniões envolvendo a PGE e a Secretaria da Saúde, no intuito de alcançar melhores resultados na área judicial, o que determinou a adoção de algumas medidas, notadamente a contratação de consultores técnicos, vinculados diretamente à Procuradoria do Interior, para a confecção de laudos médicos, indispensáveis à defesa do Estado. Ainda em ações envolvendo direito à saúde, a 15ª Procuradoria Regional, com sede em Osório, destacou a improcedência de várias demandas ajuizadas contra o Estado nas Comarcas atendidas pelas Procuradorias Regionais. Naquela Procuradoria Regional, de salientar, ainda, o provimento de agravo de instrumento em liquidação de sentença envolvendo área desapropriada no Parque da Guarita, em Torres, na qual havia sido homologado cálculo no valor de dois milhões de reais acrescido de multa de 1% em desfavor do Estado do Rio Grande do Sul, determinando-se, assim, a citação do ente público para apresentar embargos e discutir os valores apurados pelo perito contábil.

Por sua vez, a Procuradoria junto aos Tribunais Superiores obteve, junto ao STF, 1.641 decisões favoráveis aos entes representados pela Procuradoria-Geral do Estado; junto ao STJ, 4.474 decisões favoráveis e, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, 304 decisões favoráveis.

No ano de 2005, foram desenvolvidas várias atividades junto aos Tribunais Superiores e junto à Justiça Federal da 1ª Região (Seção Judiciária do Distrito Federal), destacando-se, além da importante atuação da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul no debate de temas como da substituição tributária e da incidência de ICMS sobre as atividades dos provedores de Internet, as seguintes ações exitosas: procedência da ADIN nº 2718, no STF, movida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, declarando-se a inconstitucionalidade da Lei Gaúcha nº 11.824, referente às barreiras eletrônicas para medir a velocidade dos veículos; Embargos Declaratórios no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 364.739 – referentes à contribuição previdenciária de inativos e pensionistas, restando suspensa a cobrança da aludida contribuição apenas no período posterior a promulgação da EC nº 20/98 até a vigência da EC nº 41/03; Suspensão de Segurança nº 2732 – movida pelo Estado do Rio Grande do Sul, na qual se viabilizou a suspensão da liminar, sob o fundamento de lesão à ordem e à segurança públicas, concedida pelo TJ/RS que promovia Oficiais da Brigada Militar (Tenentes-Coronéis); Recurso Especial nº 766.480 – movido pelo Estado do Rio Grande do Sul no sentido de não ser possível bloquear valores na conta corrente do ente público para fins de cumprimento de decisão judicial; Agravos Regimentais no Agravo de Instrumento nº 676.299, 674.845, 672.615, dentre outros – no STJ, deu-se provimento a vários recursos especiais interpostos pelo IPERGS, determinando-se a fixação dos juros moratórios no patamar de 6% ao ano, nos termos do art. 1º - F da Lei 9.494/97.

A Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Profissional, buscando o aperfeiçoamento profissional dos Procuradores do Estado e demais servidores da Instituição, promoveu diversas palestras, entre elas: I Debate sobre Questões Jurídicas Atuais; 1º Ciclo Regional de Debates Jurídicos (que ocorreram em Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Maria); Federalismo Fiscal Assimétrico; Improbidade Administrativa;

Responsabilidade Civil dos Sócios e dos Administradores de Sociedades Empresariais (à luz do Novo Código Civil); Neoconstitucionalismo e a Constitucionalização do Direito; e O Deslocamento das Fontes do Direito. Proporcionou, igualmente, a participação de Procuradores em eventos promovidos por outros órgãos.

Além disso, realizou 182 pesquisas jurídicas e divulgou trabalhos jurídicos e científicos elaborados pelos Procuradores do Estado, enviando-os para publicação em diversas revistas jurídicas editadas no País. Realizou também a distribuição da Revista PGE nº 58, assim como da Revista da PGE - Edição Especial de 40 anos, tendo sido enviados em torno de 800 exemplares de cada uma. Promoveu, ainda, a exposição "Memorial da Biblioteca Laura Corrêa Oliveira".

A Procuradoria-Geral do Estado tem em sua estrutura também uma Comissão de Direitos Humanos, devendo destacar-se, aqui, o exame de minuta de projeto de lei que regula o pedido de reparação de danos de menor complexidade causados pela Administração Pública do Estado.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS

O Programa **Assistência Jurídica e Judicial aos Necessitados**, a cargo da **Defensoria Pública do Estado (DPE)**, tem como objetivo qualificar e aumentar o número de atendimentos da Defensoria Pública aos necessitados.

No decorrer de 2005, foram beneficiadas 279.384 pessoas através do Programa.

Em 2005, foi efetivada a mudança física da Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) para o edifício sede da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na rua Sete de Setembro, nº 666, no Centro de Porto Alegre. A transferência possibilitou melhores condições para o atendimento dos assistidos e uma redução de custos com locação de imóvel, uma vez que a unidade desenvolvia suas atividades em prédio locado, o qual encontrava-se em condições precárias.



Durante o ano de 2005 foram adquiridos onze aparelhos condicionadores de ar, dos quais sete foram para atender parcialmente a necessidade da UCAA, sendo os demais para atender os casos mais urgentes e priorizados.

Também foram adquiridos, durante o exercício, os seguintes aparelhos e equipamentos: cinco extintores de incêndio; quatro *switches*; dois aparelhos de fax; e 100 m² de persianas para a UCAA.

Cabe destacar que, mesmo sendo limitadas as aquisições, conseguiu-se minimizar as carências existentes relativas a uma infraestrutura adequada para o atendimento da população.

O Projeto do Usucapião, que promove a regularização fundiária no Estado do Rio Grande do Sul, propicia a obtenção do título de propriedade àquelas pessoas que detêm a posse do imóvel e possuem os requisitos para usucapi-lo. Este Projeto conta com a parceria da UFRGS, da Secretaria Estadual da Habitação e convênios com 20 municípios. Através dele são feitos mutirões de atendimento para a população hipossuficiente na capital e interior. Em 2005, foi prestado um total de 3.943 atendimentos e foram ajuizadas 495 ações, superando as mais otimistas estimativas iniciais realizadas.

Visando ampliar a prestação de serviços à comunidade, a Defensoria está realizando Concurso Público para o cargo de Defensor Público, classe inicial.

Através da Emenda Constitucional nº 50, de 24 de agosto de 2005, que acrescentou o inciso 1º, ao art. 121 da Constituição Estadual, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul adquiriu autonomia administrativa e financeira para praticar atos próprios de gestão. Assim, em 2006, a Defensoria Pública do Estado desenvolverá ações para sua adequação a esta nova realidade.

Para 2006, tem-se como objetivo a aquisição de quinze aparelhos condicionadores de ar para complementar a infra-estrutura operacional das instalações da Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento e dar início à implantação do Plano Diretor de Informática da Defensoria Pública do Estado, com a compra de duzentos e dez microcomputadores e cento e vinte impressoras.

Igualmente, será mantido o atendimento na área Penal e nas Casas Prisionais, onde é verificada a questão da remissão da pena e demais benefícios, como a possibilidade de progressão de regime dos apenados, visando a diminuição da tensão existente na massa carcerária.

Dessa forma, a Defensoria Pública do Estado continuará a ter como meta, para 2006, a otimização da aplicação dos recursos orçamentários, objetivando implementar cada vez mais o atendimento jurídico às populações carentes do Estado, garantindo o acesso à Justiça para todos os gaúchos necessitados.

3.2.4.6 REGULAÇÃO

A regulação de serviços públicos delegados é exercida, no Rio Grande do Sul, pela **Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados (AGERGS)**, responsável pela condução de três Programas definidos no Plano Plurianual 2004-2007, dos quais destacam-se as seguintes realizações e planos.

FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Tendo por objetivo integrar os cidadãos no processo de regulação dos serviços públicos delegados, de modo a elevar o grau de transparência da ação regulatória perante o conjunto da sociedade e os demais poderes constituídos, com vistas à melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos delegados, a AGERGS, ao longo de 2005, buscou implementar diversas estratégias para viabilizar a inserção de um número cada vez maior de cidadãos no processo de regulação. Nesse sentido, o Conselho Superior da Agência regulamentou, por meio da Resolução nº 238/2005, a participação individual e das entidades representativas de usuários nos processos de reajuste tarifário dos serviços públicos sob sua regulação.

Através de campanhas na mídia, boletins de informações e outras publicações regulares, além da realização de Audiências Públicas e Seminário dos Usuários Voluntários, a AGERGS buscou informar e motivar a população a integrar-se nas atividades da Agência, dando transparência às suas atividades e decisões. Espera-se, para 2006, como reflexo das ações desenvolvidas, um incremento da participação social nos processos de regulação, em especial por meio do Cadastro de Usuários Voluntários.

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Os programas de **Regulação dos Serviços Públicos Delegados**, tanto da qualidade, quanto econômica e financeira, desenvolveram-se, durante o ano de 2005, sob o forte impacto da demanda pela revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos dos pólos rodoviários, que exigiu o empenho e concentração de esforços, dada a magnitude do problema e seu impacto econômico e social, envolvendo o Governo do Estado, as concessionárias, a Assembléia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e toda a população do Estado.

Em 2005, foram definidos e implantados sistemas de indicadores de qualidade, que permitiram o acompanhamento e fiscalização da regularidade da prestação dos serviços em todas as áreas de regulação da AGERGS.

Os resultados das ações desenvolvidas no **Programa de Qualidade dos Serviços Públicos Delegados**, durante o ano de 2005, serão aferidos no levantamento da pesquisa de opinião dos usuários voluntários, em andamento. Parte dos resultados deverá ser conhecida quando da repactuação dos contratos de concessão dos pólos rodoviários, processo ainda em discussão entre o poder concedente e as concessionárias.

Outros resultados, como no setor de transporte intermunicipal rodoviário de passageiros e nas estações rodoviárias, deverão ser verificados no decorrer de 2006.

As metas previstas no Plano de Metas firmado com a ANEEL, na fiscalização da distribuição e geração de energia elétrica, bem como na mediação de conflitos, estão sendo cumpridas de forma regular.



ANEXOS

The image shows the flag of the State of Rio de Janeiro, which consists of a green upper triangle, a red lower triangle, and a white horizontal band in the center. In the center of the white band is the state's coat of arms, which depicts a ship on a river, surrounded by a wreath and topped with a crown. The text "ESTADO DO RIO DE JANEIRO" is written in a circular arrangement around the coat of arms.

ANEXO I – RUMOS 2015

RUMOS 2015

1. INTRODUÇÃO

Os desequilíbrios regionais têm se constituído numa dificuldade histórica no desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Percebidas inicialmente como problemáticas específicas da chamada Metade Sul, a má distribuição espacial da riqueza e a ocorrência de índices sociais preocupantes se constituem hoje numa questão muito mais complexa, com a ocorrência de uma série de manchas regionais que apresentam evidentes sinais de regressão econômica e social.

O Projeto Rumos 2015 integra um conjunto de iniciativas visando ao combate às desigualdades regionais, que constitui um dos eixos prioritários do Governo do Estado. O seu propósito é subsidiar a ação pública e privada no sentido de melhor enfrentar os desafios da busca do desenvolvimento sustentável para o Estado, a partir de uma visão renovada e aprofundada dessa problemática.

Contando com o apoio do Banco Mundial, o Projeto Rumos 2015 é realizado pela Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP/RS) e por especialistas em desenvolvimento regional e logística de transportes, em parceria com a Secretaria dos Transportes, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais e Fundação de Economia e Estatística, além de universidades, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e associações representativas da sociedade rio-grandense.

O estudo está estruturado com base em dois grandes componentes – Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes – articulados com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais e sociais, combater a pobreza, implementar uma base logística de suporte ao desenvolvimento regional e incentivar o aumento da competitividade econômica do Estado.

O componente 1 – Organização Territorial e Desenvolvimento Regional tem como objetivo subsidiar ações para o maior dinamismo econômico das diversas regiões do Estado, com vistas à maior equidade na apropriação da renda. Numa primeira etapa, são levantadas e avaliadas informações relativas às diferentes dimensões intervenientes no processo de desenvolvimento regional: organização territorial, base demográfica, base social, base de informação e conhecimento, base econômica, ambiente político-institucional, meio ambiente e infra-estrutura. Esses resultados são articulados com informações do Componente de Logística de Transportes, dando origem aos seguintes produtos:

- Definição de estratégias de desenvolvimento para as regiões;
- Políticas de desenvolvimento regional que priorizem a redução de desigualdades;
- Estratégias de ação para agências governamentais;
- Regionalização de planejamento do território gaúcho;
- Aprimoramento no sistema de ordenamento territorial para maior efetividade das ações da sociedade civil;
- Portfólio de investimentos em infra-estrutura econômica e social, priorizados segundo o impacto na redução das desigualdades regionais.

A seguir, serão destacados aspectos relevantes do Projeto.

2. AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL

A caracterização das disparidades, no período recente, pode ser feita sob dois pontos de vista: concentração e desigualdade¹¹.

No primeiro caso, avalia-se a parcela de cada porção do território nos totais estaduais. Um exemplo disso é a concentração regional do Produto Interno Bruto (ou mesmo da população, da produção industrial etc.) no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, enquanto outras áreas do Estado apresentam uma importância muito menor.

Outra forma, é considerar as desigualdades, sendo a de renda *per capita* a mais conhecida. Nesse caso, trata-se de verificar se um cidadão típico de uma porção do território recebe mais ou menos do que o de outra parte do Estado. Nesta parte serão enfocadas as duas formas de disparidade mas maior atenção será dada ao tema das desigualdades.

A análise da evolução das disparidades pode esconder alguns aspectos importantes em termos de valores absolutos. No caso gaúcho, por exemplo, analisa-se um período em que o PIB *per capita* médio do Estado cresceu (1990-2002), mas não igualmente em todos os COREDEs, levando a alterações no quadro de desigualdades regionais. Em termos genéricos, a distância entre o COREDE com menor valor de PIB *per capita* para o de maior valor reduziu-se no período. Em 1990, essa distância representava 1,06 do PIB *per capita* médio do Estado, enquanto em 2002 reduziu-se para 0,90 do PIB *per capita* estadual nesse ano. A distância entre os três COREDEs mais pobres e os três mais ricos em 1990 representava 0,90 do PIB *per capita* médio, reduzindo-se para 0,78 em 2002. Semelhante redução observa-se para o coeficiente de variação dos PIB *per capita* dos COREDEs, que era 0,28 em 1990, reduzindo-se para 0,26 em 2002. Todavia, essa redução genérica pode esconder aspectos importantes internamente à distribuição de valores, o que é fruto de investigação, em seguida.

2.1 DISPARIDADES NO PIB REGIONAL

Iniciando-se com a concentração regional, verifica-se que em 2002 apenas os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí (21,1%), Vale do Rio dos Sinos (16,3%) e Serra (11,4%) detinham quase a metade do PIB estadual. Adicionando-se a esses três os vizinhos COREDEs Sul (6,1%), Vale do Rio Pardo (4,8%) e Produção (4,3%), chega-se a 64% de todo o Estado. Essa concentração repete-se no caso da população, sendo que os três primeiros respondem por 42% e o conjunto dos seis COREDEs destacados, por 54% de todos os habitantes do Estado. Verifica-se assim que o grau de concentração espacial da produção e população no Estado é alto, principalmente levando-se em conta que os COREDEs destacados situam-se próximos e cobrem apenas 15% do território gaúcho. Cabe salientar que o PIB do maior COREDE equivale à soma do PIB dos 12 COREDEs com menor participação. Isto é, é preciso reunir nada menos do que 12 COREDEs de menor expressão econômica para alcançar a importância do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.




A Tabela 1 a seguir acrescenta aspectos dinâmicos ao quadro de 2002 referido acima. Nela os 496 municípios do Estado são distribuídos em dez classes de tamanho de PIB, tanto em 2002 quanto em 1990.

Tabela 22 – Mobilidade dos Municípios entre 1990 e 2002, segundo Faixas de Tamanho do PIB

¹¹ Em Alasia (2002) apresentam-se várias medidas alternativas para disparidades regionais.

Mais Pobres ←

	Número de Municípios	Situação em 2002					(Faixas de Tamanho)				
		1º.	2º.	3º.	4º.	5º.	6º.	7º.	8º.	9º.	10º.
Menores →	1º.	50	33	11	4	1	1				
	2º.	50	15	23	6	4	1	1			
	3º.	49	2	9	24	11	1	1			
	4º.	50		7	9	17	15	1		1	
	5º.	48			5	8	21	12	2		
(Faixas de Tamanho)	6º.	50				7	10	23	9	1	
	7º.	50				2		11	30	7	
	8º.	49						1	7	36	5
	9º.	50								4	41
	10º.	50									5
Maiores →	496	50	50	48	50	48	50	50	49	51	50

 MELHORA
  ESTÁVEL
  PIORA

Fonte: FEE, 2002; Censo Demográfico 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC

A diagonal principal dessa Tabela, com as células sombreadas, mostra aqueles que permaneceram na mesma faixa de tamanho após 12 anos. Por exemplo, dos 50 municípios com menor participação no PIB do Rio Grande do Sul em 1990, 33 permaneceram nessa posição, sendo que, dos 17 que evoluíram em termos de importância econômica, 11 foram para a faixa imediatamente superior de tamanho, 4 para a terceira faixa e um para cada faixa subsequente. Na segunda faixa já aparecem apenas 23 municípios na mesma situação, sendo que 15 regressaram para a faixa anterior, e 12 progrediram para faixas maiores. Nota-se que a maior mobilidade ocorre entre o segundo e o sexto grupos de tamanho do PIB. Nas faixas superiores essa mobilidade é menor, sendo que apenas 5 dos 50 maiores municípios em 1990 regressaram para posição inferior em 2002. Como esperado, com algumas poucas exceções, a mobilidade restringe-se a uma ou duas faixas de tamanho do PIB, isto é, houve poucos casos de municípios aumentando ou diminuindo significativamente de tamanho. Dos 496 municípios, 58% permaneceram no mesmo patamar de tamanho do PIB estadual, enquanto 18% se alçaram a faixas mais altas e 24% desceram de faixa. Isso permite concluir que o quadro de concentração econômica no Estado observado em 2002 não era muito diferente doze anos antes, caracterizando-se uma relativa estabilidade no período analisado.

A mesma análise de mobilidade aplicada ao caso dos COREDEs levou aos resultados do Quadro 1 a seguir. Nele os COREDEs estão dispostos em linhas diferentes, segundo a parcela do PIB estadual em 1990; nas colunas, os mesmos COREDEs aparecem segundo a sua posição relativa em 2002.

Quadro 1 – Mobilidade dos COREDEs em Termos de Parcela do PIB Estadual – 1990-2002

		Menos de 1% do PIB do RS	De 1% a 2%	De 2% a 3%	De 3% a 4%	De 4% a 5%	De 5% a 10%	De 10% a 15%	De 15% a 20%	Mais de 20% do PIB do RS
PARCELO DO PIB ESTADUAL EM 1990	Menos de 1% do PIB do RS	Alto da Serra do Botucaraí								
	De 1% a 2%		Alto Jacuí Campanha Centro Sul Hortênsias Jacuí Centro Médio Alto Uruguai Nordeste Norte Paranhana-Encosta da Serra Vale do Cai	Fronteira Noroeste						
	De 2% a 3%		Litoral Missões	Noroeste Colonial						
	De 3% a 4%				Central	Produção Vale do Taquari				
	De 4% a 5%					Fronteira Oeste Vale do Rio Pardo				
	De 5% a 10%						Sul			
	De 10% a 15%							Serra		
	De 15% a 20%								Sinos	
	Mais de 20% do PIB do RS									Metropolitano do Delta do Jacuí

Fonte: FEE, 2002; Censo Demográfico 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Esse Quadro, a par de oferecer uma visão de conjunto do tamanho relativo das economias dos COREDEs, indica também a sua evolução nos anos recentes. Pode-se verificar que apenas os COREDEs Fronteira Noroeste, Produção e Vale do Taquari conseguiram ascender uma faixa de tamanho¹². Por outro lado, os COREDEs Litoral e Missões regrediram também uma faixa. É de se notar que nada menos de 11 COREDEs em 1990 e 13 em 2002, apresentam parcela do PIB estadual inferior a 2%.

A equivalência populacional desse fenômeno revela que cerca de 1,9 milhões de habitantes em 2002 (19%), habitavam nas 11 regiões que permaneceram no mesmo patamar de participação de até 2% do PIB estadual, sendo que, também caíram nesse patamar mínimo, mais 505 mil (5%) residentes nos dois COREDEs que tiveram reduzidas suas participações no período (Litoral e Missões). Dos 11 COREDEs restantes, o equivalente a 6,8 milhões de habitantes (67%) são residentes em regiões que permaneceram no mesmo patamar entre esses doze anos; e apenas, 938 mil (9%), residem nos três COREDEs que lograram subir um patamar na participação no PIB estadual: Fronteira Noroeste, Produção e Taquari.

Fica também claro que não houve nenhuma mudança em termos de ordenamento por tamanho do PIB no caso dos COREDEs com parcela de PIB estadual superior a 5%.

2.2 DESIGUALDADE NO PIB PER CAPITA

O mesmo tipo de análise feita anteriormente pode ser realizada considerando a mobilidade dos COREDEs segundo faixas do PIB per capita. Isso pode ser feito com o auxílio do Quadro 2, abaixo. Nele os COREDEs estão dispostos em seis linhas diferentes, segundo o seu PIB per capita em 1990, em relação ao PIB per capita estadual médio nesse ano. Nas colunas, os mesmos COREDEs aparecem segundo a sua posição relativa em 2002.

¹² Os intervalos neste Quadro e nos semelhantes que serão apresentados a seguir foram definidos de forma a distribuir os vários COREDEs ao longo da distribuição, evitando-se a aglomeração de vários deles em um intervalo. Está claro que esse procedimento condiciona a análise, dado que um município situado em faixa de pequena amplitude pode ascender com uma pequena melhoria no indicador, enquanto outro, situado em faixa com amplitude de 10 pontos de percentagem, pode experimentar evolução substantiva sem mudar de faixa. Todavia, essas limitações não comprometem a utilidade do instrumento, que é o de dar uma idéia tanto de posição quanto de movimento.

Quadro 2– Mobilidade dos COREDEs entre 1990 e 2002, PIB per Capita

Abaixo da Média ←

		Menos de 0,7	0,7 a 0,8	0,8 a 0,9	0,9 a 1,0	1,0 a 1,1	1,1 a 1,2	1,2 a 1,3	1,3 a 1,4	1,4 a 1,5	1,5 a 1,6	1,6 a 1,7	1,7 a 1,8
PIB PER CAPITA EM 1990, EM RELAÇÃO À MÉDIAS	Menos de 0,7	Litoral Central	Médio Alto Uruguai										
	0,7 a 0,8		Alto S. Botucaraí Jacuí Centro										
	0,8 a 0,9		Missões Centro Sul Campanha Fronteira Oeste Hortênsias	Noroeste Central	Nordeste Norte								
	0,9 a 1,0		Sul			Produção Fronteira Noroeste							
	1,0 a 1,1				Metropolitano	Alto Jacuí							
	1,1 a 1,2												
	1,2 a 1,3							Vale do Caí					
	1,3 a 1,4							Vale do Rio Pardo					
	1,4 a 1,5					Paranhana-Encosta da Serra			Vale do Taquari				
	1,5 a 1,6											Serra	
	1,6 a 1,7												
	1,7 a 1,8									Vale do Rio dos Sinos			

Fonte: FEE, 2002; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC

As células da diagonal principal, sombreadas em azul, indicam manutenção da mesma posição de 1990, o que ocorreu para sete COREDEs. Os COREDEs que lograram melhorar de posição estão localizados na área sombreada verde do quadro, totalizando cinco, enquanto os que pioraram estão em vermelho, totalizando doze.

Apenas 10 COREDEs – Produção, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí, Vale do Caí, Pardo, Serra, Vale do Taquari, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí e Paranhana – tinham PIB per capita igual ou acima do valor médio estadual em 1990, e se mantiveram nessa situação em 2002. Desses, dois ganharam posições para cima – Produção e Fronteira Noroeste – passando de valores iguais à média estadual em 1990, para cerca de 10% a mais em 2002; dois permaneceram estáveis – Alto Jacuí e Caí; e seis perderam posições durante o período – Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Serra, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana e Vale do Rio dos Sinos – especialmente os dois últimos. Nota-se assim mais uma vez o fenômeno de aproximação para baixo das médias de renda per capita: Vale do Rio dos Sinos, que percebia cerca de 80% a mais que a média estadual do PIB, caiu para 40%; Serra, de 70% a mais, caiu para 60%; Vale do Rio Pardo de 40% para 30%; Metropolitano Delta do Jacuí de 10% a mais para a média estadual; Paranhana de 50% a mais também para a média e Vale do Taquari, de 50% a mais para 40%. Em termos populacionais, isto equivale a dizer que 6% da população do Estado (Produção e Fronteira Noroeste) que percebia renda per capita superior à média estadual aumentaram seus rendimentos; 3% (Alto Jacuí e Vale do Caí) permaneceram no mesmo patamar, enquanto nada menos que o equivalente a 50% da população, decresceram.

Dos 14 COREDEs situados em faixas do PIB per capita igual ou menor que a média estadual, apenas três lograram ascender um patamar: o Médio Alto Uruguai passou de abaixo de 70% do PIB per capita médio do Estado em 1990 para uma situação entre 70% e 80% do valor estadual médio de 2002. O mesmo ocorreu com os COREDEs Norte e Nordeste, que galgaram uma posição, passando

de valores equivalentes a 90% do PIB estadual médio, para valores iguais a ele em 2002. Em termos populacionais, equivale a dizer que 6% da população estadual alcançaram posições, dentre os abaixo da média estadual per capita.

Já cinco COREDEs permaneceram estáveis nos doze anos: Litoral e Central tinham um PIB per capita inferior a 70% do PIB per capita estadual em 1990, e mantinham essa situação em 2002; Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí-Centro detinham cerca de 80% a menos do PIB per capita médio estadual e permaneceram nesse patamar, o mesmo ocorrendo com Noroeste Colonial, com 90% a menos. Isto equivale a dizer que 13% da população estadual permaneceram nos mesmos patamares de PIB per capita.

Porém, seis COREDEs perderam posições – Missões, Centro Sul, Campanha, Fronteira Oeste, Hortênsias e Sul – equivalendo a 22% da população do Estado (Tabela 2).

Nota-se, que existe mobilidade entre os COREDEs em termos de PIB per capita, com o fenômeno de aproximação das médias mais altas a valores menores incidindo muito mais fortemente (72%) que o crescimento ou estabilidade das posições frente às médias (28%).

Tabela 23 – Mobilidade dos COREDEs em PIB/Capita e População Incidente – 1990-2000

Posição na média do PIB/capita	COREDEs	% de População incidente nos COREDEs que Alteram sua Posição no PIB/capita entre 1999-2000		
		Subiram	Permaneceram	Regrediram
Acima da média estadual(10)	Produção	6%		
	Fronteira Noroeste			
	Alto Jacuí		3%	
	Vale do Caí			
	Vale do Rio Pardo			50%
	Serra			
	Vale do Taquari			
	Vale do Rio dos Sinos			
	Metropolitano Delta do Jacuí			
	Paranhana-Encosta da Serra			
Abaixo da média estadual(14)	Médio Alto Uruguai	6%		
	Norte			
	Nordeste			
	Litoral		13%	
	Central			
	Alto da Serra do Botucaraí			
	Jacuí-Centro			
	Noroeste Colonial			
	Missões			22%

Posição na média do PIB/capita	COREDEs	% de População incidente nos COREDEs que Alteram sua Posição no PIB/capita entre 1999-2000		
		Subiram	Permaneceram	Regrediram
	Centro Sul			
	Campanha			
	Fronteira Oeste			
	Hortênsias			
	Sul			
Total		12%	16%	72%

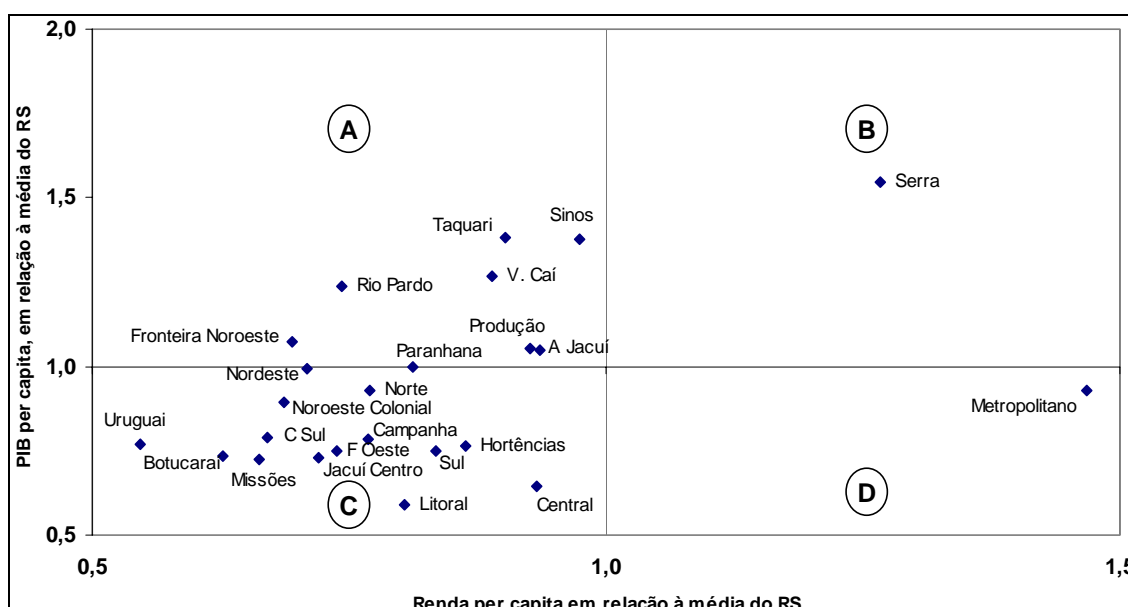
Fonte: FEE, 2002; Censo Demográfico 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

2.3 DESIGUALDADE DA RENDA PER CAPITA

A seção anterior focou nos valores do PIB, tanto agregado como em termos per capita, e sua distribuição pelo território gaúcho. Nesta seção serão apresentadas outras formas e dimensões da desigualdade regional.

A primeira observação refere-se à possível dicotomia entre a geração de produção e riqueza em uma região e a sua efetiva apropriação pelos nela residentes. Por referir-se à produção, o PIB não indica adequadamente o segundo aspecto. Todavia, quando se trata de avaliar desigualdades de poder aquisitivo e pobreza, a renda per capita é um indicador mais útil e relevante. A Figura 1 apresenta a correlação entre PIB per capita e Renda per capita no Rio Grande do Sul, sendo que o primeiro refere-se ao ano 2002 e a segunda a 2000, ano do Censo Demográfico, fonte dos dados de renda.

Figura 1 – PIB per Capita (2002) e Renda per Capita (2000)



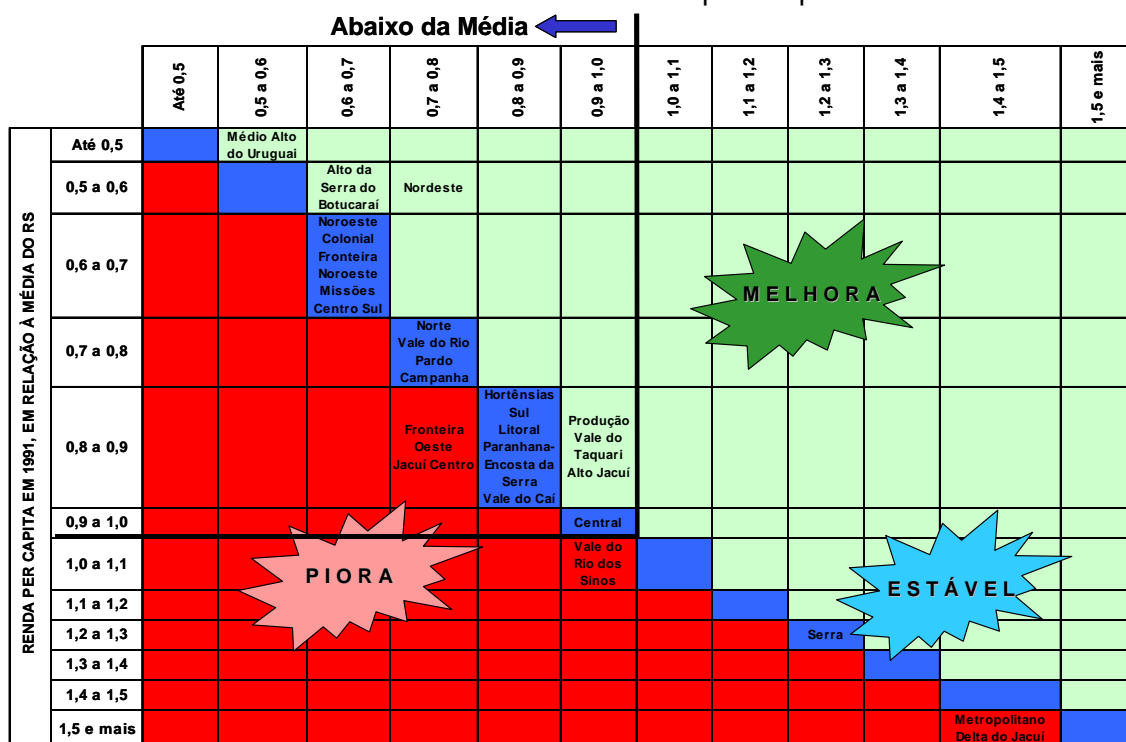
Fonte: FEE, 2002; Censo Demográfico 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Verificam-se aspectos interessantes, como o fato de apenas dois COREDEs – Metropolitano Delta do Jacuí e Serra (Quadrantes B e D) – posicionarem-se acima da renda média estadual, este último também acima do PIB per capita estadual. A rigor, nada menos que 22 COREDEs posicionam-se abaixo da média estadual (Quadrantes A e C), sendo que desses, treze (Quadrante C) posicionam-se abaixo da média nas duas dimensões, refletindo uma posição inferior

nos dois aspectos considerados, vale dizer, produção e apropriação de renda. Também destacado é o fato do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí (Quadrante D) situar-se abaixo da média de PIB per capita e quase 50% acima do nível médio estadual de renda per capita. No outro extremo, o COREDE Noroeste Colonial (Quadrante C), embora apresente também PIB per capita inferior à média estadual, tem renda per capita substantivamente menor do que a média. A rigor, o único COREDE que se mantém acima da média nos dois casos é o COREDE Serra (Quadrante B).

O Quadro 3 assemelha-se ao Quadro 2, apresentando informações sobre a mobilidade dos COREDEs em termos de renda per capita. São comparados os valores de 2000, já apresentados, com os de 1991, referentes ao censo demográfico daquele ano. Nota-se que entre os 21 COREDEs mais pobres (abaixo da média de renda estadual), houve ascensão em seis casos, sendo que o COREDE Nordeste subiu duas categorias. Os seis ganhadores foram Produção, Taquari e Alto Jacuí, Médio Alto Uruguai, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste. Os quatro perdedores foram Fronteira Oeste, Jacuí-Centro (entre os de renda menores que a média estadual) e Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano, na média ou acima dela. Como no caso do PIB per capita, a mobilidade é restrita, restringindo-se basicamente aos COREDEs com baixa participação no PIB e renda per capita estaduais.

Quadro 3–Mobilidade dos COREDEs em Renda per Capita - 1991-2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Traduzindo-se essa mobilidade em termos populacionais, chega-se aos percentuais registrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Mobilidade de Renda em Percentual da População Estadual – 1991-2000

Posição na média do PIB/capita	COREDEs	% de População incidente nos COREDEs que Alteram sua Posição de Renda/capita entre 1991-2000		
		Subiram	Permaneceram	Regrediram
Igual ou acima da renda per capita média	Sinos			37%
	Metropolitano			

Posição na média do PIB/capita	COREDES	% de População incidente nos COREDEs que Alteram sua Posição de Renda/capita entre 1991-2000		
		Subiram	Permaneceram	Regrediram
estadual	Serra		11%	
Abaixo da renda per capita média estadual	Uruguai	13%	33%	
	Botucaraí			
	Nordeste			
	Produção			
	Taquari			
	Alto Jacuí			
	Noroeste Colonial			
	Fronteira Noroeste			
	Missões			
	Centro Sul			
	Norte			
	Pardo			
	Campanha			
	Hortênsias			
	Caí			
	Litoral			
	Paranhana			
	Sul			
Central				
Fronteira Oeste			6%	
Jacuí-Centro				
Total		13%	44%	43%

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

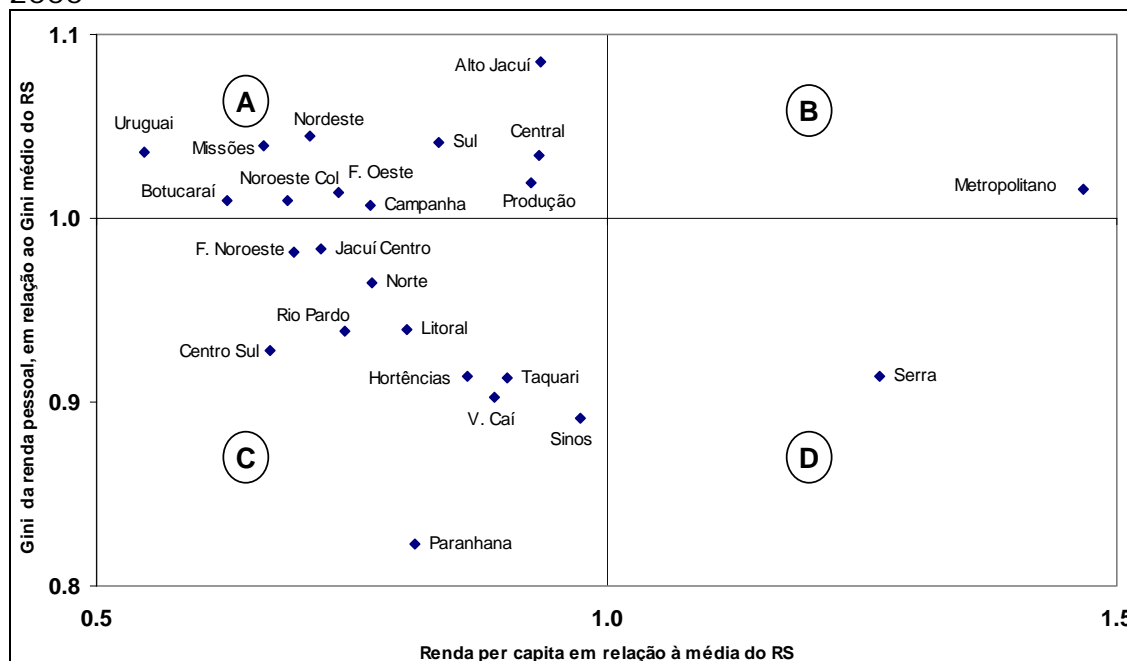
Nota-se mais uma vez que as populações que ascenderam 13% são em menor número que as que regrediram 43%, permanecendo estáveis a maior parcela. De qualquer forma, 57% da população progrediu ou permaneceu estável, enquanto 43% regrediu, mostrando mais uma vez o fenômeno de pequena aproximação dos mais pobres a rendas médias maiores e dos mais ricos a médias menores.

Mantendo-se ainda no âmbito do aspecto renda, cabe considerar o grau de desigualdade com que a mesma é distribuída internamente aos COREDEs. Para tanto, associa-se a desigualdade entre os níveis médios de renda dos COREDEs com a desigualdade de renda entre as pessoas que moram nessas regiões. Em cada caso, reuniram-se os habitantes do COREDE, independentemente do município habitado, e calculou-se o índice de Gini da distribuição pessoal da renda, cujos resultados estão registrados na Figura 2. Esse é um indicador conhecido de desigualdade, sendo o seu valor igual a zero no caso de perfeita igualdade, e crescente com o aumento da desigualdade.

Como se pode ver, metade dos COREDEs apresenta desigualdade de renda superior à média estadual (Quadrantes A e B), sendo que desses, 11

apresentam nível médio de renda per capita inferior à média estadual (Quadrante A). Tanto o rico COREDE Metropolitano Delta do Jacuí (Quadrante B) como os pobres Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí (Quadrante A), apresentam desigualdade de renda superior à média, o que indica que se pode ter desigualdade pessoal tanto na riqueza quanto na pobreza. Os menores índices de desigualdade interna aos COREDEs dão-se no Paranhana (Quadrante C).

Figura 2 – Desigualdade Regional e Pessoal de Renda em cada COREDE - 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises do Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

2.4 OUTROS INDICADORES DE DESIGUALDADE REGIONAL

Uma outra forma de abordar a desigualdade regional envolve as condições de acesso da população a saúde, educação, informação e conhecimento, serviços públicos rurais e urbanos. Limitações de acesso a esses recursos são também dimensões que podem ser analisadas no estudo das desigualdades. No que segue serão acrescentadas outras formas, complementares, que refletem condições de vida e pobreza, e como elas variam no território gaúcho. Para oferecer uma visão sintética, foram escolhidos alguns indicadores representativos das dimensões mais importantes para fins de desenvolvimento e desigualdade, os quais são analisados a seguir: pobreza, analfabetismo, atendimento em saúde, acesso a informação e conhecimento e acesso a serviços públicos (redes de abastecimento de água e esgotos urbanos e telefonia fixa rural).

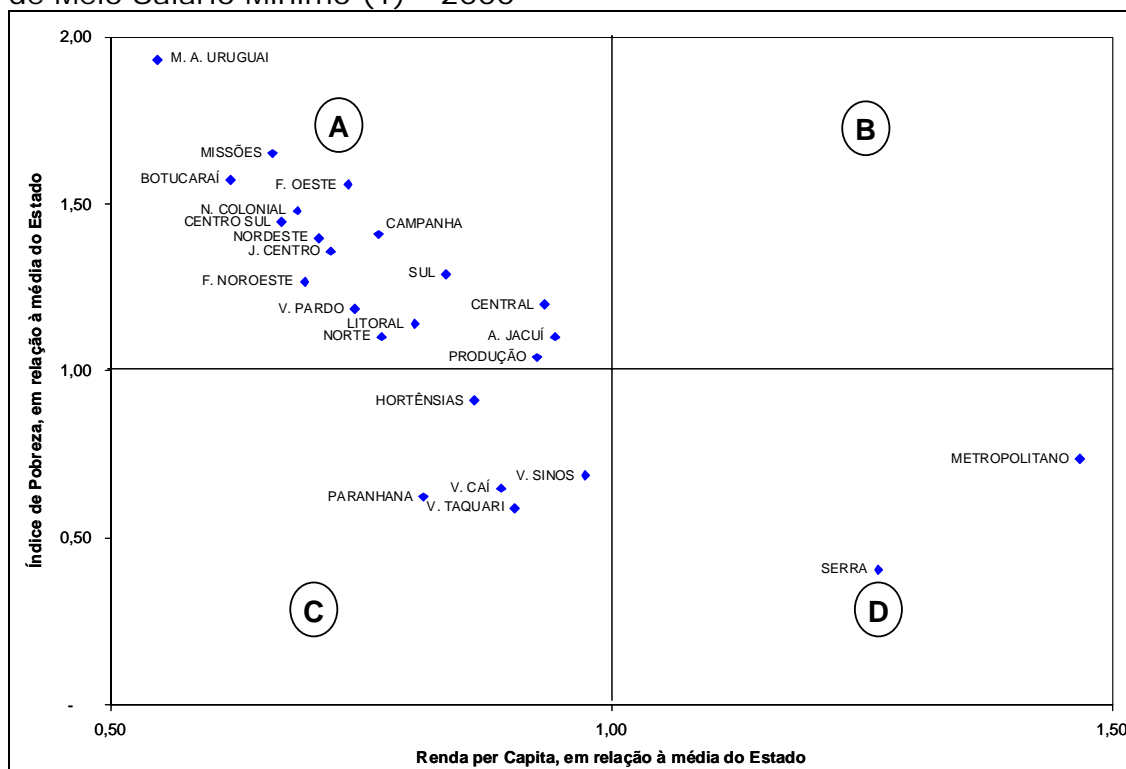
Desigualdades na Pobreza

A primeira dimensão a ser considerada é a questão da distribuição da renda entre as pessoas internamente a cada COREDE. O problema das desigualdades regionais poderia ser trivial se o patamar mínimo de renda fosse elevado. Ou seja, em uma situação de “nivelamento por cima”, à semelhança dos países Nórdicos, por exemplo, a questão das desigualdades seria menos relevante. De outra parte, os valores médios de PIB e Renda per capita podem não ser muito diferentes entre COREDEs, mas a distribuição da riqueza inter-pessoal internamente a cada COREDE pode ser muito desigual, proporcionando grande desigualdade no acesso de parcela da população ao poder aquisitivo.

A análise da percentagem de pobres na população, aqui definidos como famílias com renda média de até dois salários mínimos, confirmam que as

desigualdades de renda acirram as da pobreza. A Figura 3 apresenta a posição dos COREDEs em relação à média estadual em 2000, evidenciando uma clara correlação negativa entre nível de renda per capita e percentagem de pobres. Os COREDEs Médio Alto Uruguai, Missões e Alto da Serra do Botucaraí não somente são os mais pobres em PIB e renda per capita em relação à média do Estado, como também são daqueles que apresentam maior percentagem de populações pobres. Mas há COREDEs com semelhantes níveis de renda per capita e diferentes percentagens de pobres. Exemplo disso são os COREDEs Paranhana e Vale do Taquari (Quadrante C), com percentagens de pobres inferior à média estadual, mas com níveis de renda per capita similares aos dos COREDEs Litoral e Produção (Quadrante A), respectivamente, estes com elevada participação de pobres.

Figura 3 – Pobreza e Renda per Capita - % de Pessoas com Renda Abaixo de Meio Salário Mínimo (1) - 2000



(1) 2 Salários mínimos familiares equivalem a ½ salário mínimo por pessoa, em famílias de 4 membros, média do Estado

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Observando-se a evolução durante a década, com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, verifica-se que houve redução na percentagem de famílias auferindo menos de dois salários mínimos no Estado no período: de 26% em 1991 para 22% em 2000, mantendo-se ainda um grande contingente (acima de 2 milhões de pessoas) nessa situação. Isto sem considerar a queda de 25% ocorrida no poder de compra do salário mínimo nesse período. Como essa diminuição dos níveis de pobreza não foi homogênea no território, as posições relativas se alteraram, como registra o Quadro 4.

Ele apresenta a mobilidade dos COREDEs em termos da percentagem de pobres na população no período. Verifica-se que o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí piorou relativamente, o mesmo ocorrendo com Litoral e Fronteira Oeste, os três concentrando 30% da população estadual. Por outro lado, Vale do Caí, Vale do Taquari, Alto Jacuí, Produção, Norte, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste, que concentram 19% da população estadual, melhoraram.

Quadro 4 –Mobilidade dos COREDEs em Termos de Percentagem de Pobres – 1991-2000

Abaixo da Média ←

		até 0,5	0,5 a 0,8	0,8 a 1,0	1,0 a 1,2	1,20 a 1,4	1,4 a 1,6	1,6 a 2,2	mais de 2,2
% DE POBRES EM 1991, EM RELAÇÃO À MÉDIA DO RS	até 0,5	Vale do Rio dos Sinos	Metropolitano Delta do Jacuí						
	0,5 a 0,8		Serra	Litoral					
	0,8 a 1,0		Hortênsias Paranhana-Encotas da Serra Vale do Caí		Fronteira Oeste	Campanha			
	1,0 a 1,2				Alto Jacuí	Centro Sul Sul			
	1,20 a 1,4		Vale do Taquari			Central	Jacuí Centro		
	1,4 a 1,6			Vale do Rio Pardo		Produção			Alto da Serra do Botucaraí
	1,6 a 2,2				Norte				Fronteira Noroeste Noroeste Colonial
	mais de 2,2						Nordeste		Missões Médio Alto Uruguai

MELHORA (seta verde apontando para a esquerda)

PIORA (seta vermelha apontando para a direita)

ESTÁVEL (seta azul apontando para a direita)

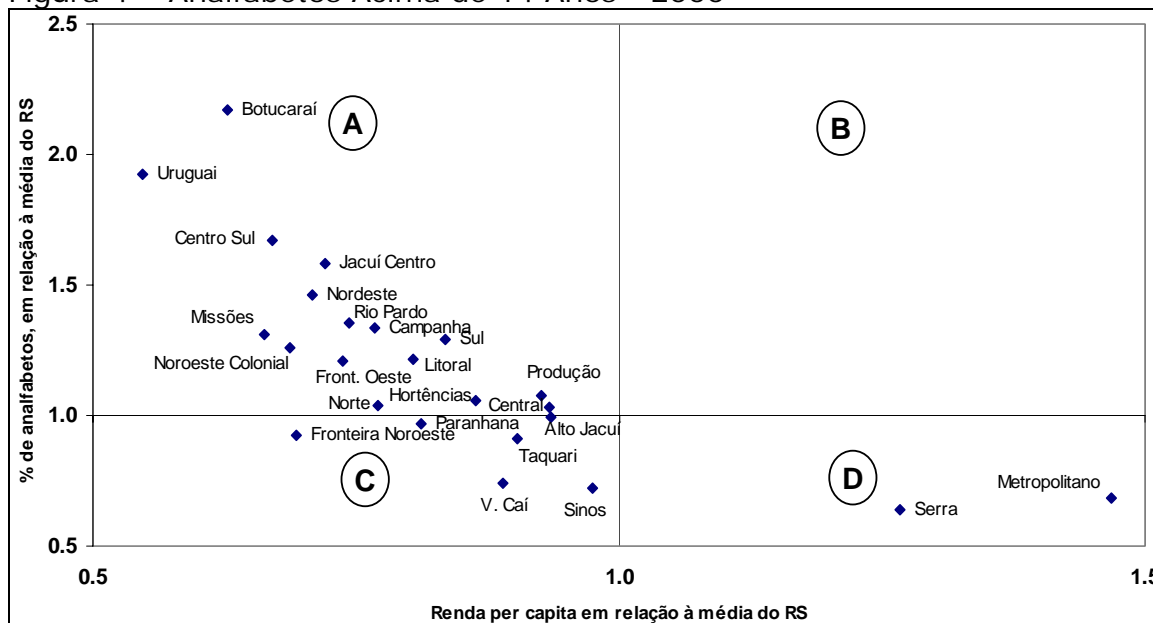
Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC

Desigualdades no Analfabetismo

Como se sabe, a educação é um elemento importante para o desenvolvimento, sendo mesmo considerado o setor crítico para se alcançá-lo.

Assim, analisa-se a seguir a presença de analfabetos com idade superior a 14 anos, portanto, já fora do alcance da escola regular. Isso indica dificuldade de acesso ou mesmo outros fatores que afastam os alunos da escola. Como se observar na Figura 4, apenas 7 COREDEs (Quadrantes C e D) posicionam-se abaixo da média estadual dessa variável, o que coloca os demais 17 acima dela (ou semelhante a ela, no caso de Alto Jacuí – Quadrantes A e B)). Nada menos de quatro COREDEs (Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Centro Sul e Jacuí-Centro – Quadrante A)) apresentam percentagem de analfabetos entre a população acima de 14 anos mais de 50% acima da média estadual, caracterizando uma posição relativa muito desfavorável. No caso desta dimensão da desigualdade, observa-se uma clara correlação com o nível de renda per capita do COREDE. Mesmo assim, o COREDE Jacuí-Centro (Quadrante A), que apresenta percentagem de analfabetos elevada, tem nível de renda per capita similar ao do COREDE Fronteira Noroeste (Quadrante C), indicando que a regularidade geral observada tem seus casos de exceção.

Figura 4 – Analfabetos Acima de 14 Anos - 2000

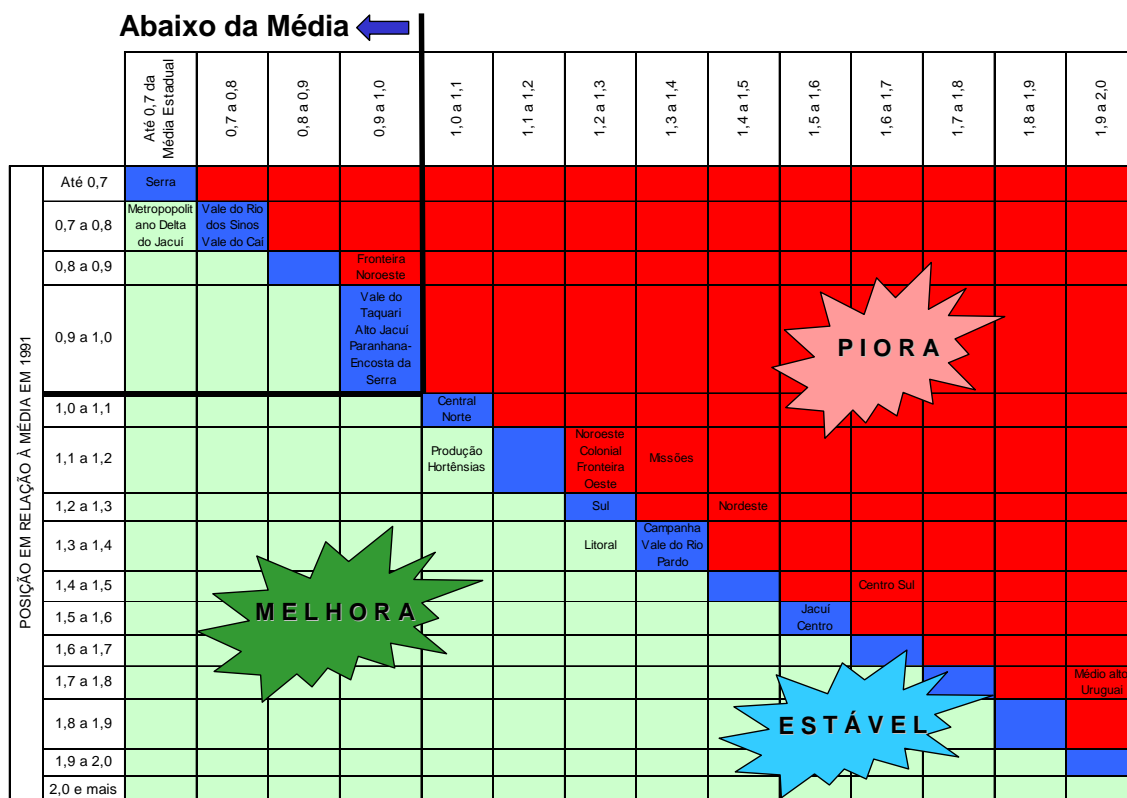


Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC

Com base nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, pode-se verificar que, em termos estaduais, houve uma queda média de 34,3% na porcentagem de analfabetos adultos. Como a redução ocorreu de maneira diferenciada entre os COREDES, as posições relativas se alteraram. Para oferecer uma visão da evolução recente dessa dimensão, o Quadro 5 apresenta a mobilidade dos COREDES no período.

Observa-se que apresentaram melhora de situação os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí, Produção, Hortências e Litoral. Por outro lado, os COREDES com piores indicadores apresentaram evolução negativa, indicando uma piora relativa de seu quadro de analfabetismo. Com exceção de Fronteira Noroeste, todos os demais 7 casos de crescimento relativo de analfabetismo ocorreram naqueles COREDES que já apresentavam situação pior do que a média em 1991 (Noroeste Colonial, Fronteira Oeste, Missões, Nordeste, Centro-Sul, Médio Alto Uruguai e Alto da Serra do Botucaraí). Os COREDES com piores índices em 1991 experimentaram reduções menos intensas, como o caso de Alto da Serra do Botucaraí, com redução de apenas 21% no grau de analfabetismo entre adultos. Em vista disso, observa-se um agravamento da desigualdade regional quando analisada por esta dimensão.

Quadro 5 – Evolução da Percentagem de Analfabetos com mais de 15 anos – 1991-2000



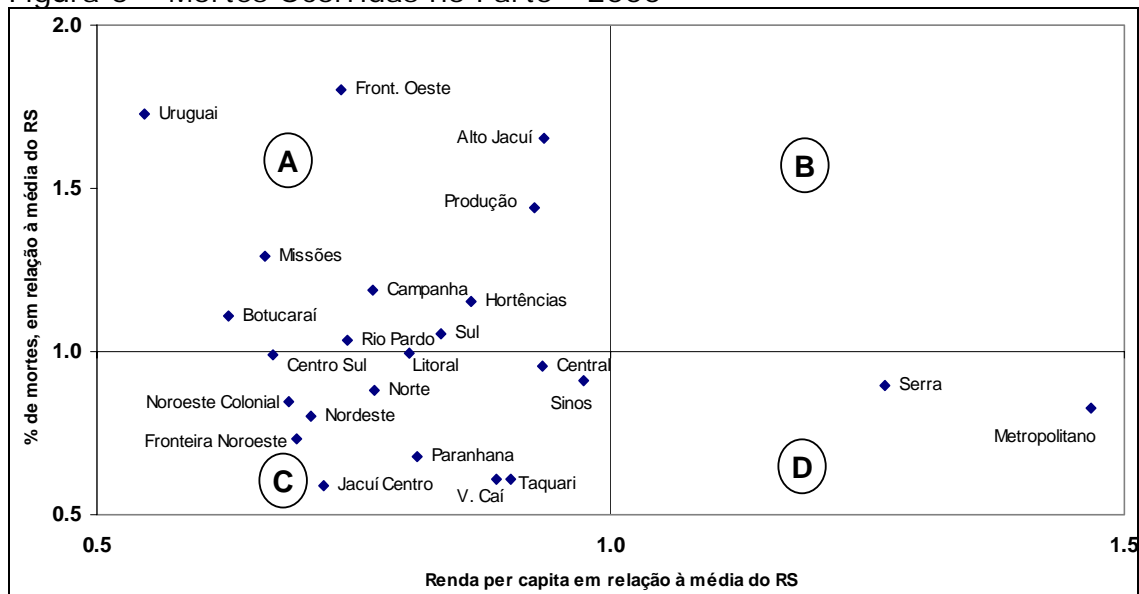
Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Desigualdades no Atendimento em Saúde

A seguir introduz-se um indicador importante da dimensão saúde, que são as mortes ocorridas no parto. Esse aspecto é crítico, como enfatizado no segmento de condições sociais deste estudo, por representar as condições de acesso da população aos serviços de saúde. Sistemas eficientes de acompanhamento da gravidez e da saúde da mulher em geral deveriam reduzir esse tipo de morte a um mínimo. Na Figura 5 são exibidos os valores de percentagem de mortes ocorridas no parto. Para facilitar a visualização, a percentagem de mortes em cada COREDE é comparada com a média estadual dessa mesma variável. Correlaciona-se esse aspecto de condições sociais com o indicador padrão, de renda per capita, buscando-se verificar em que medida COREDEs mais pobres são expostos a difíceis condições de saúde.

Como se pode ver nessa Figura 5, nada menos do que 10 COREDEs (Quadrante A) apresentam percentagem de mortes no parto superiores à média estadual, sendo que Médio Alto Uruguai, Fronteira Oeste e Alto Jacuí estão mais de 50% acima dessa média. No outro extremo, os ricos COREDEs Serra e Metropolitano Delta do Jacuí (Quadrante D) apresentam mortalidade no parto abaixo da média, embora não tão baixa como as de Jacuí-Centro, Vale do Caí, Vale do Taquari e Paranhana-Encosta da Serra (Quadrante C). Pode-se verificar, por outro lado, que estes últimos apresentam níveis relativos de renda per capita similares a COREDEs com elevado nível de mortalidade no parto, como Fronteira Oeste, Alto Jacuí e Produção (Quadrantes A e C), o que indica que a renda em si não pode ser indicada como a solução para o problema.

Figura 5 – Mortes Ocorridas no Parto - 2000



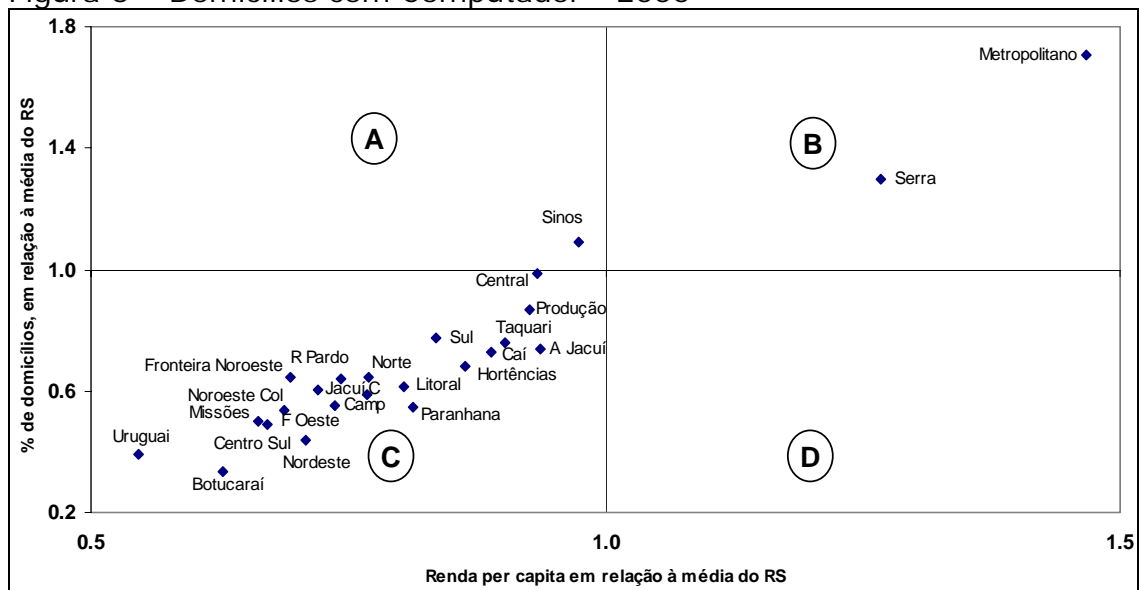
Fonte: DATASUS, 2002, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Desigualdades no Acesso a Informação e Conhecimento

A seguir consideram-se aspectos de informação e conhecimento, dimensão esta analisada em detalhe neste estudo. Destacam-se para análise dois indicadores, quais sejam, a percentagem de domicílios com computador (Figura 6) e a proporção de pessoas com idade entre 18 e 35 anos freqüentando algum curso superior (Figura 7).

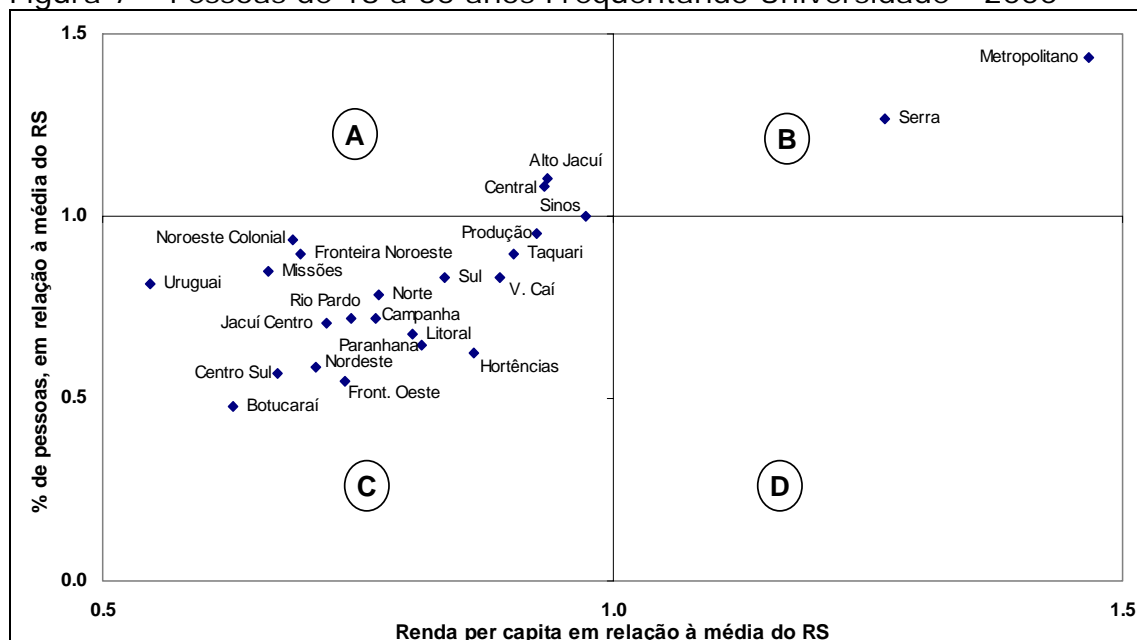
A análise dos dados indica claramente a correlação existente entre renda per capita e posse de computadores, o mesmo ocorrendo, embora com menor clareza, no caso de freqüência a universidades. Somente Serra e Metropolitano Delta do Jacuí (Quadrante B), com renda per capita superior à média estadual, têm também percentuais maiores nesses dois indicadores. Parece evidente, nessas duas dimensões, que melhorias no poder aquisitivo da população podem resolver o acesso a informação e conhecimento. Por outro lado, há o efeito retro-alimentador desse acesso ao crescimento subsequente das regiões, o que é detalhadamente discutido no capítulo correspondente a esta área do estudo.

Figura 6 – Domicílios com Computador - 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Figura 7 – Pessoas de 18 a 35 anos Frequentando Universidade - 2000



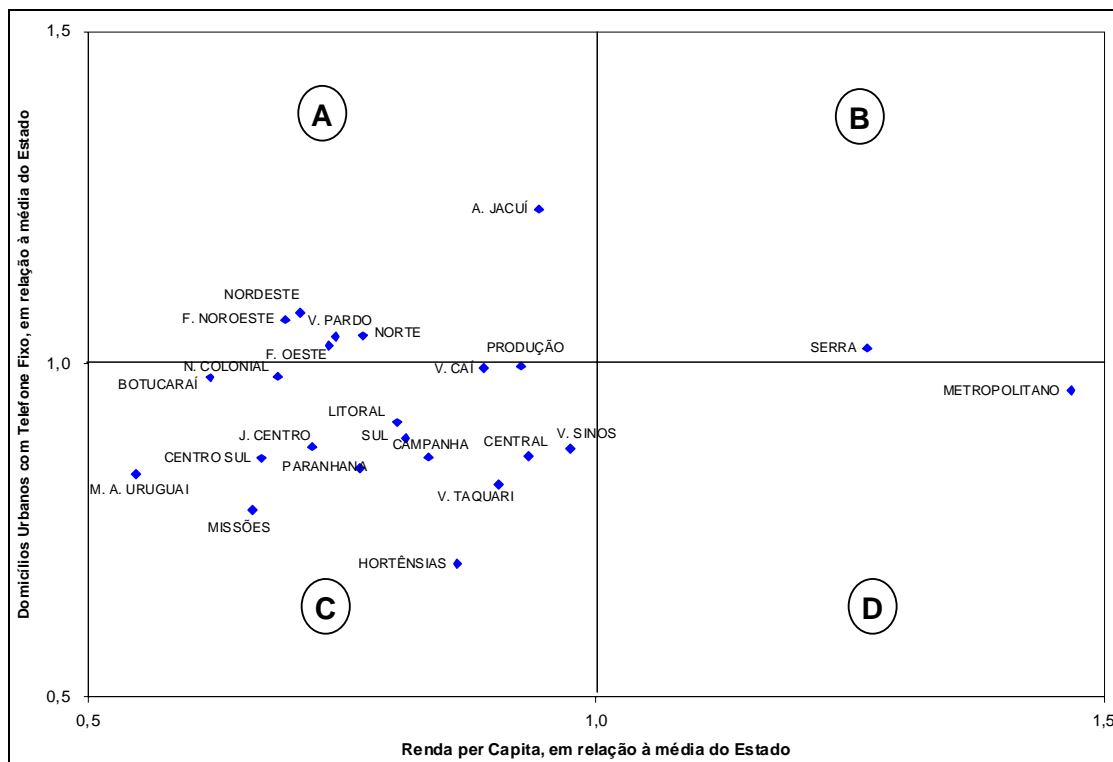
Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Desigualdades no Acesso a Serviços Públicos

A próxima dimensão considerada envolve o acesso a serviços públicos, como de telefonia, água e esgoto. Esse tipo de dimensão é fundamental, pois serviços públicos de boa qualidade podem compensar níveis de renda menos satisfatórios ou, visto de outra forma, baixos níveis desse tipo de serviço acabam obrigando a população a procurar alternativas privadas, ou mesmo privar-se do acesso.

Na Figura 8 são dispostas informações sobre acesso de domicílios rurais a telefone fixo, dimensão importante para esse tipo de área, tendo em vista necessidade de comunicação e possível efeito sobre os negócios agrícolas. Destaca-se a área rural, pois no âmbito urbano a solução a esse tipo de problema apresenta-se com menor grau de dificuldade. Como nos casos de informação e conhecimento, a correlação entre renda per capita e acesso é bem elevada. 7 COREDEs situam-se acima das médias estaduais (Quadrantes A e B), destacando-se Fronteira Noroeste e Norte (Quadrante A) que, embora com rendas equivalentes respectivamente a Noroeste Colonial e Campanha (Quadrante C), têm níveis mais elevados de atendimento nesse serviço. As grandes distâncias que caracterizam as áreas rurais dominadas por grandes propriedades, que poderiam dificultar o acesso a essas redes, não explicam tal situação, pois COREDEs com dominância de pequenas propriedades, tais como Alto Médio Uruguai e Noroeste Colonial, também têm baixas proporções de atendimento.

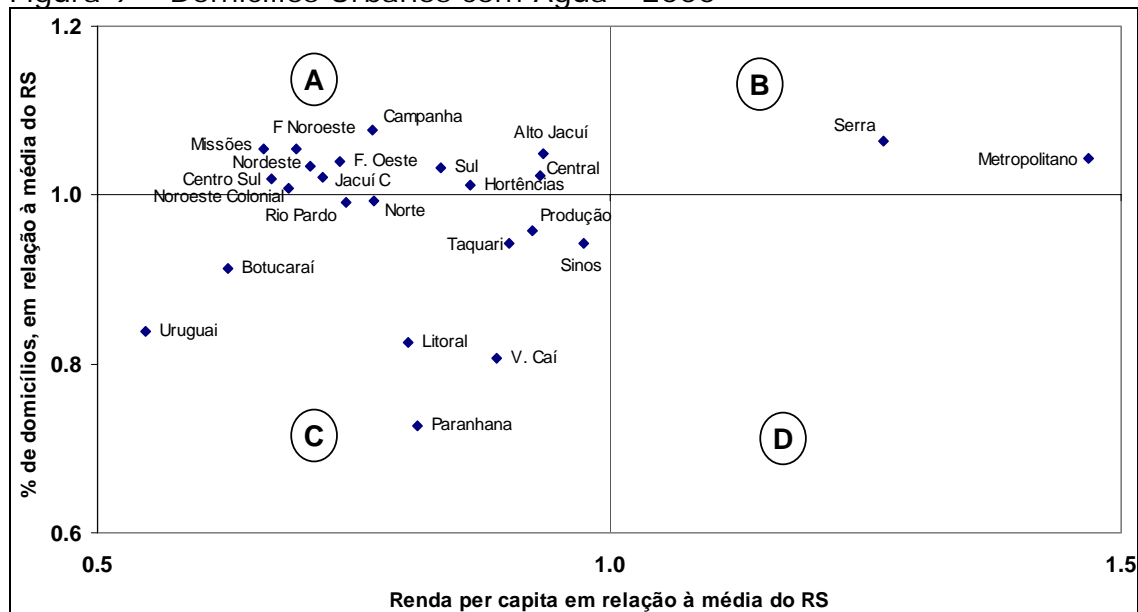
Figura 8 – Domicílios Rurais com Telefone - 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

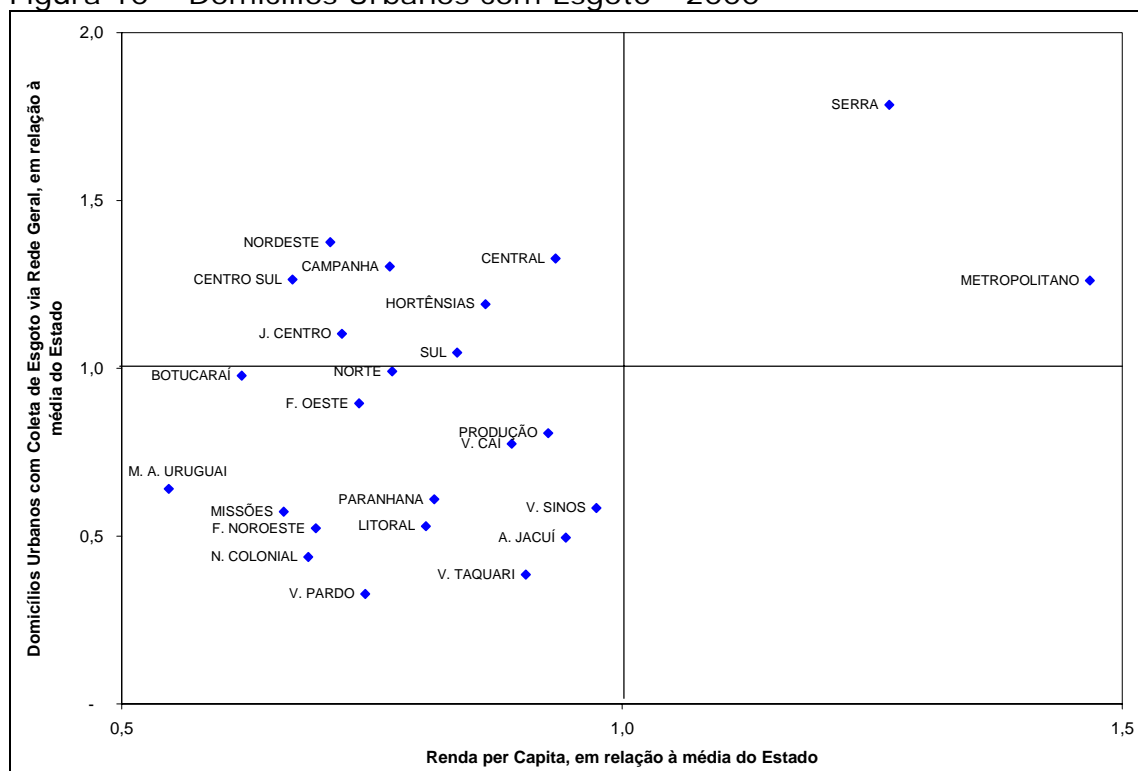
A seguir consideram-se as proporções de municípios urbanos com acesso a água (Figura 9) e esgoto (Figura 10). Nesses casos, a correlação com renda, embora existente, é menos pronunciada. No caso dos serviços de abastecimento de água, a variância entre COREDEs é pequena, com o pior indicador (Médio Alto Uruguai- Quadrante C) situando-se 70% abaixo da média estadual. No caso de serviços de esgoto a dispersão é mais alta, devido aos elevados indicadores positivos dos COREDEs Serra, Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha (Quadrantes A e B), principalmente o primeiro. Note-se que o terceiro deles apresenta renda per capita abaixo da média estadual e equivalente à situação do Vale do Rio Pardo (Quadrante C) que apresenta dos piores níveis de atendimento, exemplificando a situação de que baixa renda não significa, necessariamente, baixo acesso a serviços públicos.

Figura 9 – Domicílios Urbanos com Água - 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Figura 10 – Domicílios Urbanos com Esgoto - 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

2.5 Classificação do desempenho dos COREDEs

Apoiado-se na síntese de desigualdade estadual em vários indicadores socioeconômicos, vista anteriormente, e em mais alguns indicadores selecionados entre os analisados nas várias dimensões do estudo, estruturou-se uma Matriz Tridimensional de análise desse conjunto dos indicadores, apoiada em três eixos simultâneos:

Um eixo de desempenho econômico, que considera três indicadores principais – evolução do PIB total, do PIB/capita e percentual do PIB industrial –

como representativos dos demais analisados no estudo, que indicam o desempenho produtivo das regiões. A esses indicadores foram atribuídos pesos semelhantes, resultando em um indicador sintético de desenvolvimento econômico. A Tabela 4 registra esses indicadores.

Tabela 4 – Eixo Econômico: indicadores e síntese

COREDE	PIB / Capita	Evolução PIB 1990/02	%PIB Industrial / PIB Total	Desenvolvimento Econômico
Alto da Serra do Botucaraí	1,61	3,22	1,28	2,04
Alto Jacuí	2,90	3,98	1,90	2,93
Campanha	1,82	3,59	2,27	2,56
Central	1,23	3,92	1,48	2,21
Centro Sul	1,82	4,03	2,56	2,80
Fronteira Noroeste	3,02	4,33	3,05	3,46
Fronteira Oeste	1,66	3,32	1,56	2,18
Hortênsias	1,73	3,88	2,41	2,68
Jacuí-Centro	1,58	3,25	1,77	2,20
Litoral	1,00	1,00	1,14	1,05
Médio Alto Uruguai	1,75	4,34	1,00	2,36
Metropolitano Delta do Jacuí	2,40	3,83	3,85	3,36
Missões	1,55	2,69	1,34	1,86
Nordeste	2,69	4,79	1,36	2,95
Noroeste Colonial	2,27	3,93	1,97	2,72
Norte	2,40	4,46	2,32	3,06
Paranhana-Encosta da Serra	2,70	3,25	4,60	3,52
Produção	2,92	4,96	2,54	3,47
Serra	5,00	4,40	4,45	4,62
Sul	1,67	2,62	3,09	2,46
Vale do Caí	3,81	5,00	4,33	4,38
Vale do Rio dos Sinos	4,27	3,11	5,00	4,12
Vale do Rio Pardo	3,70	3,77	3,92	3,80
Vale do Taquari	4,30	4,19	4,00	4,16
Média RS	2,71	3,69	3,47	3,29
Pesos	1	1	1	

Fonte: FEE 2002, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC

Um segundo eixo, de desenvolvimento social, considera alguns indicadores sociais, tais como percentual de pobreza (percentual de famílias com renda abaixo de 2 Salários Mínimos), renda per capita, percentuais de domicílios com coleta de esgoto via rede geral, percentual de analfabetismo de pessoas acima de 14 anos e saldo migratório (imigrantes menos emigrantes pelo Censo 2000), como representativos para a diferenciação da situação social entre as regiões. Cada um deles foi dividido pelas respectivas médias do Estado, ajustados para se inserir em uma escala de 0 a 5 e receberam pesos diferenciados, priorizando as questões

de pobreza e renda (pesos 3). Estes procedimentos resultaram no patamar de desenvolvimento social das regiões, como registra a Tabela 5.

Tabela 5 – Eixo Social: Indicadores e Síntese

COREDE	Índice de Pobreza	Renda per Capita	Domicílios com Coleta de Esgoto (%)	Analfabetos	Saldo Migratório	Indicador Social
Alto da Serra do Botucaraí	1,94	1,32	1,85	1,00	2,01	1,63
Alto Jacuí	3,17	2,72	1,59	4,10	2,50	2,88
Campanha	2,37	1,96	3,80	3,23	2,89	2,55
Central	2,92	2,68	3,61	3,94	3,26	3,07
Centro Sul	2,27	1,54	3,13	2,47	3,49	2,28
Fronteira Noroeste	2,74	1,64	1,37	4,23	1,91	2,30
Fronteira Oeste	1,98	1,83	2,77	3,55	2,67	2,27
Hortênsias	3,67	2,38	3,31	3,82	3,49	3,20
Jacuí-Centro	2,50	1,75	2,78	2,61	2,86	2,33
Litoral	3,08	2,12	1,63	3,55	5,00	2,86
Médio Alto Uruguai	1,00	1,00	1,28	1,77	1,00	1,12
Metropolitano Delta do Jacuí	4,13	5,00	4,03	4,84	3,49	4,42
Missões	1,74	1,50	1,51	3,29	2,00	1,83
Nordeste	2,40	1,70	2,84	2,83	2,08	2,23
Noroeste Colonial	2,18	1,61	1,23	3,62	2,01	2,03
Norte	3,17	1,97	2,43	3,94	2,71	2,72
Paranhana-Encosta da Serra	4,43	2,15	1,97	4,13	4,20	3,34
Produção	3,34	2,65	2,34	3,90	2,87	3,01
Serra	5,00	4,13	5,00	5,00	4,13	4,61
Sul	2,68	2,25	3,04	3,20	3,08	2,68
Vale do Caí	4,36	2,49	2,07	4,81	4,08	3,50
Vale do Rio dos Sinos	4,26	2,86	2,11	4,71	3,67	3,54
Vale do Rio Pardo	2,96	1,85	1,00	3,21	3,33	2,44
Vale do Taquari	4,52	2,55	1,18	4,36	3,74	3,39
Média RS	3,44	2,97	2,90	4,05	3,38	3,29
Pesos	3	3	1	1	1	

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE, Análises Consórcio Booz Allen - FIPE – HLC

Finalmente, um terceiro eixo considera as potencialidades regionais de várias naturezas: ambientais (maiores potencialidade físicas e restrições); de localização (maior ou menor distância a portos e mercados); de empreendedorismo (maior ou menor número de criação de empresas per capita); de pessoal capacitado (pessoas com ensino superior); de infra-estruturas de transportes (densidade rodoviária e VAB industrial a menos de uma hora de terminais ferroviários); e energia (DEC – duração equivalente de falhas e FEC – frequência equivalente de falhas, sobre o padrão estabelecido pela ANEEL). Os indicadores

sinéuticos assim obtidos foram ponderados por pesos que consideraram como mais importantes na potencialidade, as questões de localização, de transportes e de capacitação de recursos humanos, chegando-se a um índice de potencialidade diferenciador entre os COREDEs, como registra a Tabela 6.

Tabela 6 – Índice de Potencialidade Diferenciador entre os COREDEs

COREDE	Localização	Pessoas com Ensino Superior	Índice Ambiental	Emprego	Infra-Estrutura de Transportes	Infra-Estrutura de Energia	Índice Potencialidades
Alto da Serra do Botucará	3	1,12	3,20	2,73	3,26	2,45	2,62
Alto Jacuí	3	2,39	4,70	2,55	3,37	3,82	3,21
Campanha	3	2,69	3,40	2,36	1,92	3,34	2,71
Central	2	3,09	4,00	2,70	3,14	3,46	2,94
Centro Sul	5	1,08	2,80	2,75	1,14	2,76	2,59
Fronteira Noroeste	1	1,70	3,40	3,08	3,05	2,85	2,31
Fronteira Oeste	3	2,37	2,20	2,70	1,64	3,32	2,50
Hortênsias	4	1,68	2,70	2,99	2,51	3,91	2,97
Jacuí-Centro	3	2,32	3,40	1,00	3,33	4,21	2,97
Litoral	4	1,55	2,80	4,22	2,82	3,75	3,12
Médio Alto Uruguai	2	1,08	4,20	2,23	1,84	2,69	2,12
Metropolitano Delta do Jacuí	5	5,00	2,80	3,31	4,30	3,79	4,29
Missões	1	1,80	3,90	2,32	3,38	3,70	2,51
Nordeste	4	1,36	3,90	4,02	2,12	2,25	2,79
Noroeste Colonial	1	1,84	3,90	2,62	3,10	2,65	2,33
Norte	3	1,59	3,40	3,30	1,80	2,92	2,50
Paranahana-Encosta da Serra	5	1,00	3,70	3,64	4,12	5,00	3,78
Produção	4	2,53	4,70	3,78	3,63	3,52	3,61
Serra	4	2,83	2,20	3,41	3,06	3,96	3,32
Sul	4	2,32	2,80	2,08	2,92	1,00	2,70
Vale do Caí	5	1,48	3,20	5,00	4,95	4,12	4,02
Vale do Rio dos	5	2,08	3,20	3,24	5,00	4,08	3,97

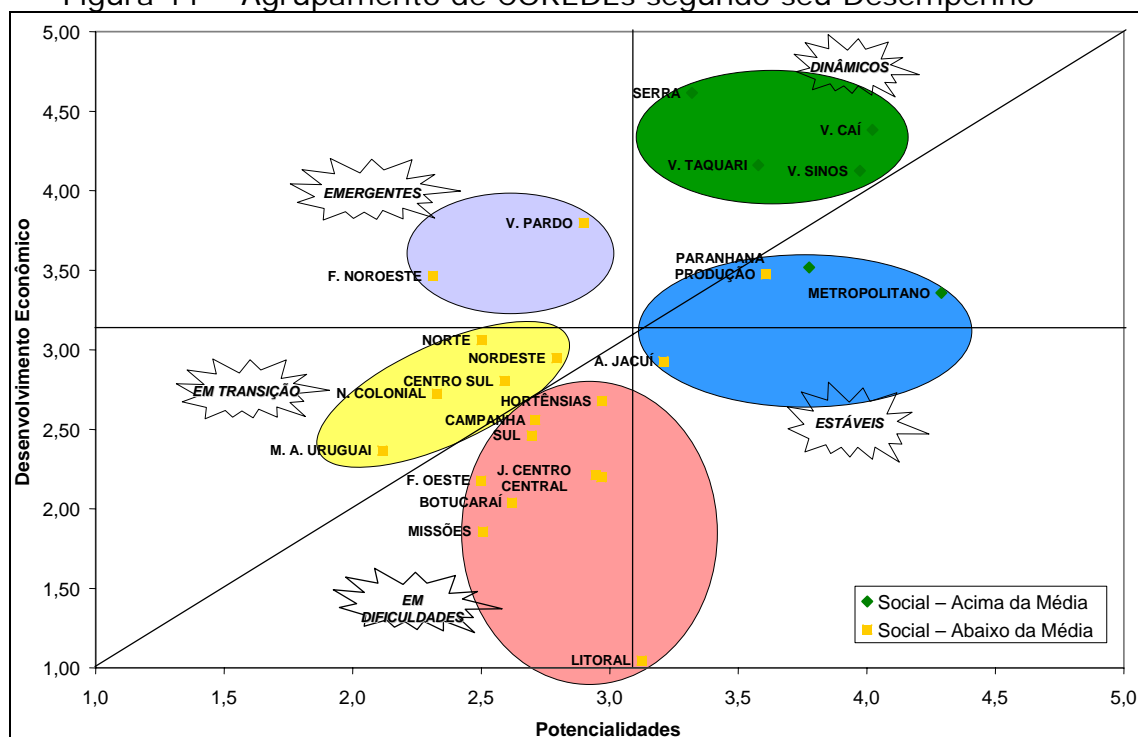
COREDE	Localização	Pessoas com Ensino Superior	Índice Ambiental	Empreendedorismo	Infra-Estrutura de Transportes	Infra-Estrutura de Energia	Índice Potencialidades
Sinos							
Vale do Rio Pardo	4	1,68	4,00	2,50	1,91	3,86	2,90
Vale do Taquari	4	1,58	4,50	2,85	4,35	4,12	3,58
Média RS	3	2,75	3,46	3,03	3,02	3,46	3,07
Pesos	5	4	2	2	5	3	

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE; Junta Comercial 2004; Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC.

Com os valores encontrados para cada COREDE nesses eixos, estabeleceu-se uma Matriz Multicriterial, tendo como coluna vertical, o desenvolvimento econômico; como linha horizontal, as potencialidades regionais; e um símbolo da situação social – abaixo ou acima da média estadual – marca a posição dos COREDEs entre essas duas direções.

Os resultados encontrados com esse procedimento permitiram reunir os COREDEs segundo cinco grupos principais, definidos segundo seu desempenho e visualizados na Figura 11.

Figura 11 – Agrupamento de COREDEs segundo seu Desempenho



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen - FIPE - HLC

São os seguintes os agrupamentos:

- **Dinâmicos:** COREDEs Serra, Vale do Rio Caí, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari. Apresentam boas condições sociais, alto desenvolvimento econômico e alta potencialidade física e socioeconômica, acima das médias estaduais.

▪ **Emergentes:** COREDEs Vale do Rio Pardo e Fronteira Noroeste. Apresentam condições sociais baixas na média do Estado, porém desenvolvimento econômico acima da média estadual e potencialidade próxima à média.

▪ **Estáveis:** COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana-Encosta da Serra, Produção e Alto Jacuí, que apresentam crescimento econômico pouco acima da média estadual, alto potencial e condições sociais variáveis entre boas e baixas.

▪ **Em Transição:** COREDEs Norte, Nordeste, Centro-Sul, Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai, com desenvolvimento econômico abaixo da média do Estado, potencial socioeconômico também abaixo e situação social baixa.

▪ **Em Dificuldades:** COREDEs Hortênsias, Campanha, Sul, Jacuí-Centro, Central, Fronteira Oeste, Alto da Serra do Botucaraí, Litoral e Missões, todos apresentando grau de desenvolvimento baixo, menores potencialidades e situação social deficiente, todos bem abaixo das médias estaduais.

O quadro de disparidades analisado é fruto do funcionamento da economia e da sociedade gaúcha ao longo do tempo, cristalizando os efeitos de uma série de processos econômicos e sociais que exerceram seus efeitos ao longo do tempo, e que o fazem até o presente. A atual posição relativa de cada COREDE no *ranking* estadual dos indicadores selecionados, absoluta ou per capita, deve-se à maneira como se inscrevem na divisão internacional, nacional e estadual do trabalho, à sua competitividade nas atividades dominantes e dinâmicas e como consegue posicionar-se em termos das mudanças ocorridas ao longo do tempo na economia como um todo. Assim sendo, mais do que explicar, a análise desta seção caracteriza um estado de fato, para o qual concorreram vários fenômenos e processos.

Cabe agora analisar como cada COREDE insere-se no atual quadro de competitividade, potencialidades e situação social, quais são suas limitações e pontos positivos e que tipo de explicação pode ser encontrada para sua posição relativa observada nos agrupamentos definidos.

Nesta síntese de desempenho dos COREDEs cabe ressaltar que, nesta fase dos estudos, conta-se apenas com dados e análises evolutivas recentes, que compõem o “retrato” da situação das desigualdades regionais e as principais questões que estão determinando desenvolvimentos diferenciados¹³.

Apenas na próxima etapa de proposta se contarão com análises que permitirão construir as trajetórias futuras desejáveis para essas áreas, identificando a qualidade do crescimento observado e requisitado, os segmentos promissores e competitivos, as demandas diversas em desenvolvimento social, infra-estruturas, informação e conhecimento, organização territorial e meio ambiente, que deverão compor os planos regionais.

3. VISÃO ESTRATÉGICA E ESTRATÉGIAS PARA O RIO GRANDE DO SUL

3.1 ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O RS

O Plano Plurianual 2004-2007, desenvolvido pelo Governo do Estado e debatido com a Assembléia Legislativa do Estado e COREDEs, registra a Visão

¹³ A carência de visões prospectivas nesta etapa do trabalho, levou à utilização de estudo existente que analisa os “Fatores de Crescimento das Regiões do Rio Grande do Sul – 1990-2000 – de Fernanda Letícia de Souza et al”, como apoio às caracterizações dos COREDEs, cujas citações são referenciadas. Os estudos posteriores em elaboração no âmbito deste trabalho, relativos à competitividade, segmentos promissores, qualidade do crescimento, referentes à evolução passada e também ao futuro esperado (cenário 2015), poderão diferir em seus resultados, desse estudo ora citado.

Estratégica para o Estado no período. Os grandes objetivos que estruturam a visão de médio prazo nos quais os esforços do governo vêm se orientando, são:

- a) A promoção da inclusão social;
- b) A atração de investimentos e o fomento ao desenvolvimento econômico;
- c) O combate às desigualdades regionais;
- d) A modernização da gestão e dos serviços públicos.

Com base no estudo RumoS 2015, ao analisar evolutiva e integradamente inúmeras dimensões da realidade estadual e construir um cenário tendencial futuro com base nessa evolução, foi possível precisar melhor as características específicas e multisetoriais de vários problemas que estão ocorrendo no Estado, que podem comprometer o alcance dos objetivos governamentais, constituindo-se em desafios para a sua concretização.

Sinteticamente, identificaram-se, como principais desafios que se interpõem ao alcance desses objetivos, as questões delimitadas abaixo.

A) A busca de produtos diferenciados para o mercado nacional e internacional

O Rio Grande do Sul não é um Estado que se caracterize pela produção econômica de “grande escala” ou volumes. Toda a diversidade do que produz de forma competitiva no contexto nacional e mundial é específico e diferenciado e, mantendo-se com essa “diferença”, terá chances de persistir nessa competitividade. Assim, a questão de *pesquisas contínuas* nos vários segmentos dominantes e dinâmicos, perscrutando mercados, desenvolvendo novas tecnologias de processos e produtos e buscando mercados nacionais e internacionais, é questão chave para a continuidade de seu êxito, de modo a não acirrar desigualdades regionais e pessoais, pela perda de receitas e arrecadações. E essa diferenciação deve ocorrer tanto na agropecuária – produtos de maior valor, maior produtividade e produção – como no parque industrial e agroindustrial – inteligência de mercado, *design*, novos processos de produção, gestão e comercialização – e na ampliação de setores de ponta – informática, alta tecnologia. São indispensáveis a ampliação do número de pesquisas aplicadas, ampliação de recursos e encurtamento de prazos de pesquisas, tanto em processos industriais em segmentos promissores – estreitando os laços entre universidades, centros tecnológicos e empresas – como em novos cultivos agropecuários aptos às várias regiões (silvicultura, grãos, hortifrutigranjeiros, especialmente), também com maior estreitamento entre redes e centros de pesquisa e os produtores. As inovações são imprescindíveis para a competitividade do RS.

Esta questão, que em muitos outros Estados seria de difícil concretização encontra, no Rio Grande do Sul, uma base de universidades e centros de pesquisas muito ampla e abrangente, territorial e tematicamente, sem dúvida elemento essencial para essa busca contínua de diferenciação da produção e maior inserção em setores de ponta.

B) Fortalecimento da base primária na potencialização de agroindústrias

A produção agropecuária e agroindustrial, importantes na base econômica gaúcha, é calcada especialmente nas pequenas propriedades familiares, embora as culturas empresariais estejam transpassando essa estrutura fundiária. Essa base agropecuária tem encontrado inúmeros problemas, que contribuiram para os processos migratórios campo-cidade, embora hoje mais atenuado. Essa ainda importante base populacional rural é responsável tanto pela “economia de integração” que acopla produtores a indústrias, como pela efervescência de

soluções coletivas – associações, cooperativas, consórcios – e também pelo alto nível educacional encontrado nas populações migrantes.

Esse patrimônio gaúcho deve ser fortalecido por ações diversas relacionadas às necessidades de: voltar-se a tipos de cultivos adequados e de maior valor – silvicultura e hortifrutigranjeiros – que exigem marcos regulatórios ambientais que favoreçam a estabilidade; ampliação da defesa sanitária, permitindo o maior trânsito de produtos entre municípios, para outros estados e para o exterior; regularização das disponibilidades de água para permitir a irrigação, contendo perdas de safras e ampliando produtividades; certificações de qualidade que contribuam para produções sustentáveis e limpas “do berço ao túmulo”, respondendo às crescentes exigências do mercado internacional.

Assistência técnica e capacitação gerencial para os pequenos produtores, acoplada a linhas de financiamento, incentivando o associativismo e as reconversões produtivas, assim como soluções quanto a disponibilidades de água, defesa sanitária e marcos regulatórios ambientais, serão formas de fortalecer a agropecuária e, com produções mais constantes e firmes, obter maior segurança e potencial para processamentos agroindustriais.

C) Inteligência de mercado para a maior penetração de produtos gaúchos nos vários mercados

Em um mundo cada vez mais profissional e competitivo, é fundamental desenvolver no âmbito estadual uma Inteligência de Mercado para apoiar os setores promissores, buscando tipologias de novas demandas e mercados adequados para os produtos industriais e também agropecuários. Deve se constituir em um aparato de percepção de demandas e de apoio à comercialização e exportação, em diversas etapas deste processo – canal de distribuição, ponto de venda no exterior, marca regional, promoção, câmbio, informações competitivas – ampliando os níveis de abertura da economia gaúcha, não só nos setores mais competitivos, como também na abertura de novas oportunidades em outros setores e atividades.

D) Rede urbano-industrial concentrada

A base industrial dominante no Rio Grande do Sul concentra-se, como já diagnosticado por vários estudos, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Porém, a rede urbana gaúcha é densa, especialmente na porção norte do Estado, onde uma estrutura fundiária de pequenas propriedades favoreceu o surgimento de uma rede capilarizada e hierarquizada, polarizada por pólos principais, onde concentram-se as atividades industriais mais relevantes, nessas áreas externas ao eixo dominante. A mesma localização industrial centra-se nos pólos principais da porção sul do Estado, onde a rede urbana, em decorrência da estrutura fundiária mais concentrada, é esparsa, pouco capilarizada e hierarquizada. Para incentivar a descentralização industrial do eixo dominante, torna-se necessária uma ação efetiva de fortalecimento dos pólos urbanos nas diversas regiões, que permitam manter e atrair novas atividades industriais e de serviços de modo mais equânime no território gaúcho. O fortalecimento da rede de cidades médias, por medidas tais como apoio à industrialização, capacitação social, localização de serviços de apoio à logística, padrões urbanos adequados e ampliação do acesso à internet, entre outras, poderão, a médio e longo prazo, torná-las atrativas a atividades econômicas e destino das populações migrantes, redistribuído com menor desigualdade, os benefícios socioeconômicos pelo espaço gaúcho.

E) Maior coordenação de ações e “governança” regional

Outro patrimônio gaúcho é o grande capital social existente, formado de inúmeras formas associativistas que, se de um lado representam um grande potencial de iniciativas em vários campos, de outro, propiciam uma considerável indefinição de atribuições, superposição de ações, indefinição de objetivos, falta de

coordenação e dispersão de energias. O estudo identificou uma grande "perda de carga" social pela existência de inúmeras associações e grupos realizando propostas semelhantes, conflitantes, superpostas, tanto na estrutura governamental como nos grupos sociais.

Coordenar esse enorme potencial de iniciativas passa, necessariamente, pela instituição de uma boa "governança" no Estado que deverá incluir vários níveis de atuação: desde a maior clareza nas atribuições de vários órgãos governamentais, evitando superposições de iniciativas; revisão das regionalizações governamentais setoriais, para que imprimam maior coerência às divisões territoriais, e contribuam para a integração de ações; aperfeiçoamento da gestão política, ou seja, da forma como os vários agentes – ou o capital social – se articulam permanentemente com o governo para planejar o futuro das regiões e do Estado; e, principalmente, pela "governança operacional", ou seja, selecionadas as estratégias e prioridades para cada região e Estado, canalizar os esforços para objetivos comuns, instituindo câmaras ou fóruns que as implementem, ampliando sua atuação para incluir também a busca de parceiros, recursos e formas de implementação.

F) Exigência de logísticas de transportes diferenciadas

Os problemas de logística de transportes mostram-se diversificados: desde a falta de sistemas principais e capilares, que incorporem porções territoriais aos processos produtivos e mercados (como exemplos, as porções ao norte dos COREDEs Hortênsias e Nordeste, sem articulações viárias, assim como muitos municípios do Estado, sem acessos asfaltados); passando pelas estruturas multimodais de acesso à RMPA, ao Sudeste brasileiro e ao Porto do Rio Grande para exportações, que possibilitem menores custos às produções regionais; mas também pela gestão desses sistemas, com maior segurança e com otimização e consolidação de cargas, haja visto a dominância de pequenos produtores e de produtos de alto valor agregado e baixos volumes. As soluções de logística perpassam, portanto, desde grandes estruturas modais e intermodais de escoamentos, até sistemas capilares, transbordos de cargas ou plataformas e gargalos operacionais em exportações.

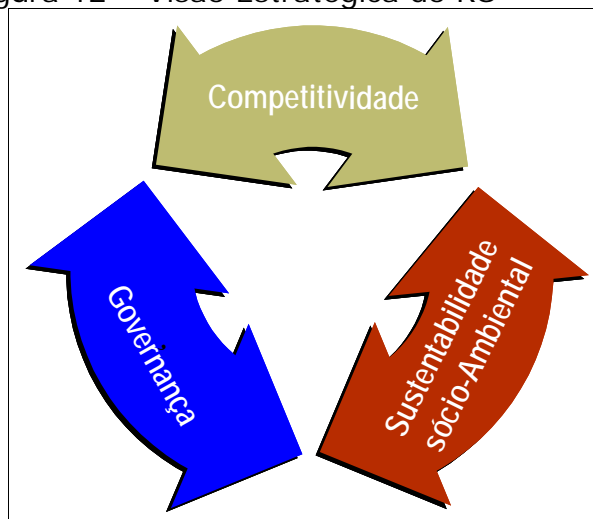
Esses desafios principais identificados pelos estudos nortearam a definição da visão estratégica e de estratégias para o Estado, levando em conta as especificidades de suas regiões, buscando atender aos objetivos governamentais mais amplos de inclusão social, fomento do desenvolvimento, combate às desigualdades e modernização da gestão pública.

3.2 VISÃO ESTRATÉGICA DO RS

Baseada nesses desafios, a Visão Estratégica busca manter e ampliar a competitividade do Estado visando o crescimento econômico e a geração de empregos no futuro, garantida a preservação ambiental, a melhoria das condições sociais e a redução das desigualdades regionais. Isso deve dar-se em contexto de estrutura de governança moderna, com maior eficiência e participação dos vários segmentos da sociedade.

Essa visão apóia-se em três vertentes interligadas, visualizadas na **Figura 12.**

Figura 12 – Visão Estratégica do RS



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

Os fundamentos dessa visão são explicitados na seqüência.

Considerando o horizonte mais amplo de 2015, e as tendências esperadas para setores e regiões do Estado apontadas neste estudo, cumpre considerar de forma mais ampla o posicionamento do Estado no contexto da economia brasileira no futuro.

A parcela do Estado no PIB nacional deve aumentar no período, assim como a distância entre o nível do PIB per capita estadual e o nível médio do País, tendo em vista o crescimento a maior do PIB e o crescimento a menor da população no Estado. Todavia, há que considerar que alguns setores importantes para o Estado têm previsão pouco otimista no futuro, dado o esperado contexto econômico internacional. Outros setores importantes na economia estadual, ainda que com cenários esperados favoráveis, certamente encontrarão competição mais acirrada no futuro. Assim sendo, é fundamental cuidar para que o Estado mantenha-se competitivo nas atividades em que já se destaca e nas quais se espera um cenário favorável, ao mesmo tempo em que se criem condições para que melhorem as condições competitivas nos setores mais ameaçados.

O tema da competitividade é fundamental para o desenvolvimento econômico e para a atração de investimentos. Manter-se competitivo implica desenvolver produtos que alcancem os mercados (local, estadual, nacional e internacional), com qualidade, desenho e custo competitivos. Assim, é importante considerar aqueles fatores que contribuem nessa direção, como a busca de maior eficiência na produção interna, o desenvolvimento de produtos e processos adaptados às novas condições de mercado, o aperfeiçoamento dos canais de distribuição, a cobertura das necessidades de financiamento das empresas localizadas no Estado, a provisão da infra-estrutura compatível etc. Um aspecto fundamental nesse particular, dada a localização do Estado em relação aos principais mercados nacionais e mesmo internacionais, é o cuidado com a modernização do sistema de transportes em geral, de modo que se consiga colocar os produtos junto aos mercados em condições melhores do que as encontradas no presente.

Assim, o *primeiro* elemento da Visão Estratégica para o Estado é *manter e aumentar a competitividade* nas atividades econômicas em geral, como forma de não acirrar as desigualdades regionais e pessoais.

Uma forma particular de ampliar esta competitividade refere-se, dada a base industrial e agroindustrial dominante no RS, ao fortalecimento da rede urbano-industrial onde localiza-se o parque industrial que terá que ser dinamizado.

O fortalecimento da rede de cidades médias onde estão instaladas e tendem a se instalar novas plantas industriais deverá se constituir no *segundo* elemento da Visão Estratégica para o Estado, em apoio ao primeiro.

Por outro lado, a sociedade gaúcha destaca-se no cenário brasileiro por seu elevado capital social, manifestado em diversas formas, destacando-se as formas de associação e participação no nível das regiões. Dado o elevado nível educacional no Estado, o volume e a qualidade das iniciativas são substantivos, havendo necessidade de organizar o esforço desenvolvido pelos vários segmentos da sociedade, destacando-se as organizações governamentais, nos três níveis, mas envolvendo todas as demais formas. É fundamental coordenar essas iniciativas e ações, eliminando-se as superposições, ampliando o escopo quando relevante, definindo papéis e responsabilidades, ampliando o espaço para as iniciativas da sociedade civil, de modo a reduzir a dispersão de energia.

Este estudo registrou as dificuldades das instituições governamentais nessa direção, mostrando que, mesmo no âmbito do governo estadual, há uma considerável indefinição de atribuições, sobreposição de tarefas e jurisdições e áreas de indefinição importantes. O aproveitamento do elevado capital social presente no Estado em todo o seu potencial requer uma estrutura de governança mais moderna, ágil e eficiente, que propicie condições de ampla participação, mas sem levar à dispersão de energias que hoje se registra. Na área do planejamento regional, por exemplo, o estudo propõe a criação de Regiões Funcionais, cujo papel é o de atuar na interlocução de todas as instâncias governamentais com as lideranças regionais.

Assim, um *terceiro* aspecto da Visão Estratégica do Estado é o relacionado à estrutura de *governança*, envolvendo as instituições públicas oficiais e todos os segmentos da sociedade. Trata-se de fazer com que a riqueza do capital social do Estado seja potencializada e direcionada para a consecução dos objetivos regionais e estaduais.

Outra dimensão importante do capital social gaúcho é a consciência ambiental, que se soma ao vasto e diversificado capital ambiental do Estado. Qualquer visão de futuro para o Rio Grande do Sul deve levar em conta que a competitividade de que se trata nesta Visão Estratégica deve trazer consigo uma visão de permanência, de prazos longos, de sustentabilidade. O crescimento futuro não poderá dar-se a partir da exaustão dos recursos naturais, que precisam ser preservados mesmo em se pensando apenas no seu emprego futuro nos processos produtivos. Essa sustentabilidade assume uma forma evidente nos aspectos ambientais, consolidando-se como *quarto* aspecto da Visão Estratégica do Estado o que refere-se à *sustentabilidade ambiental do desenvolvimento*, por meio da conservação do vasto potencial dos recursos ambientais gaúchos.

Mas o capital social gaúcho também manifesta-se nos aspectos sociais, de pobreza e desigualdade. Essas dimensões carregam um conteúdo moral e ético per se, mas também incorporam um aspecto utilitarista: o crescimento futuro não ocorrerá sem a ampliação do poder aquisitivo das classes menos privilegiadas, da ampliação do acesso à educação de qualidade, de condições de saúde mais favoráveis, de habitação, saneamento básico. Nesse sentido, um *quinto* aspecto da Visão Estratégica do Estado será a *inclusão social*.

Igualmente, o futuro do Estado não deve ser pensado sem que se provejam condições para que as regiões menos desenvolvidas e estagnadas possam incorporar-se ao processo de crescimento, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Planos regionais são conjuntos de objetivos e ações a serem perseguidos no tempo e espaço, não só pelos governos, mas especialmente pelo rico capital social do RS. A construção de planos aceitos pelas estruturas governamentais e sociais, as agendas e compromissos entre esses vários parceiros é condição essencial de implementação. Este se constitui no *sexto* aspecto da Visão

Estratégica do Estado: a construção de um “compromisso” entre Estado e agentes regionais, em torno de planos estratégicos a perseguir.

Com estes pressupostos, a Visão Estratégica exposta foi instrumentalizada em seis estratégias específicas:

Aumento da Competitividade

Fortalecimento Urbano-Industrial da Rede de Cidades Médias

Conservação do Potencial Ambiental

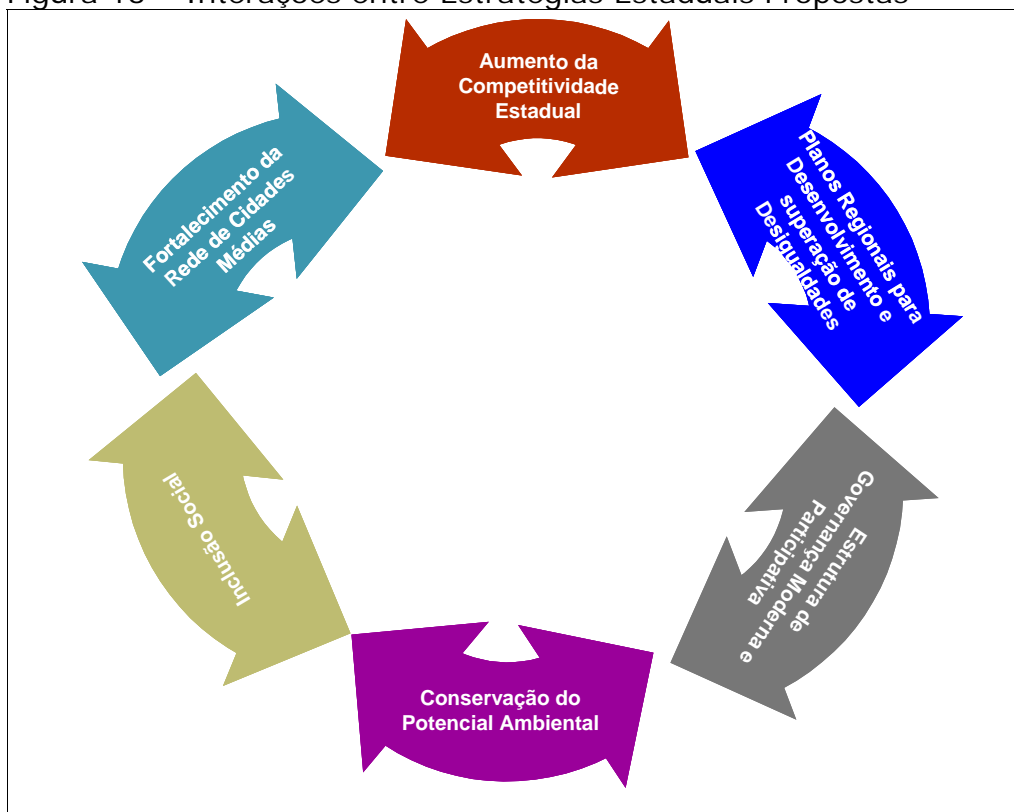
Inclusão Social

Estrutura de Governança

Planos Regionais para Desenvolvimento e Superação de Desigualdades, pactuados.

Essas seis estratégias propostas têm fortes interações entre elas, pois uma maior governança, por exemplo, pode capitalizar o potencial ambiental, ampliar a inclusão social e regional e aumentar a competitividade regional e estadual, como registra a **Figura 13**.

Figura 13 – Interações entre Estratégias Estaduais Propostas



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

3.3 ESTRATÉGIAS PROPOSTAS: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

Na seqüência apresentam-se as justificativas e objetivos delineadas para cada uma das seis estratégias definidas para o Estado.

ESTRATÉGIA 1 – AUMENTO DA COMPETITIVIDADE ESTADUAL

JUSTIFICATIVAS

Tem-se verificado que a economia gaúcha apresenta evolução similar à economia brasileira em geral, porém com desempenho levemente superior nos últimos anos. Para o futuro próximo, conforme revela o Cenário Tendencial

elaborado neste estudo, espera-se um crescimento médio anual para o período 2003-2015 de 4%, enquanto o país deverá crescer em média 3,8% ao ano.

Ainda que se deva celebrar esse crescimento superior, há que se considerar que o equacionamento dos problemas do Estado (não apenas os fiscais, mas também os sociais, a geração de empregos e oportunidades, a redução das desigualdades regionais), requer uma dinâmica mais forte. Assim, é crítico cuidar para que a competitividade da produção gaúcha aumente ao longo do tempo. Há setores com dinâmica recente favorável, como a produção de soja, que claramente apresentam vulnerabilidade em termos de competitividade; outros setores, como o fumo, deverão enfrentar restrições importantes no futuro; setores não tão importantes para o Estado como um todo, mas críticos em algumas regiões, como o arroz e a carne, encaram situações de demanda estagnada, a ameaça de competidores internacionais e instabilidades sanitárias.

A competitividade manifesta-se de várias formas, mas um indicador síntese é o preço do produto gaúcho posto no mercado final, incluindo portanto o custo do transporte. Assim, ações no âmbito da produção são necessárias mas também o são aquelas relacionadas à movimentação dos produtos até o destino final, o que é detalhadamente explorado no componente de Logística deste estudo. Há que considerar que a dinâmica dos mercados no presente é muito mais acentuada do que no passado, podendo-se prever que o futuro trará maiores desafios de manutenção da competitividade. Nessa medida, é fundamental manter o parque produtivo gaúcho atualizado, o que envolve aspectos tecnológicos dos processos produtivos mas engloba também aspectos ligados ao desenho, ao desenvolvimento de novos produtos, à exploração de novos mercados etc. Finalmente, a competição em nível internacional exige flexibilidade de instrumentos financeiros compatíveis e acessíveis às empresas do Estado. Esses instrumentos envolvem tanto o financiamento para a implantação de empresas como para aspectos operacionais e comerciais.

OBJETIVOS

O principal objetivo desta estratégia é a manutenção e o aumento da competitividade estadual em todos os produtos. O estudo indica que, entre os produtos agrícolas, apenas na produção de arroz o Estado apresenta a maior eficiência nacional. Nessa medida, estabelece-se como objetivo a aproximação em 2015 aos melhores níveis de eficiência observados no país naquele ano. No setor industrial, adota-se como objetivo crescer a taxas pelo menos 10% superiores àquelas previstas no Cenário Tendencial.

ESTRATÉGIA 2 – FORTALECIMENTO URBANO-INDUSTRIAL DA REDE DE CIDADES MÉDIAS

JUSTIFICATIVAS

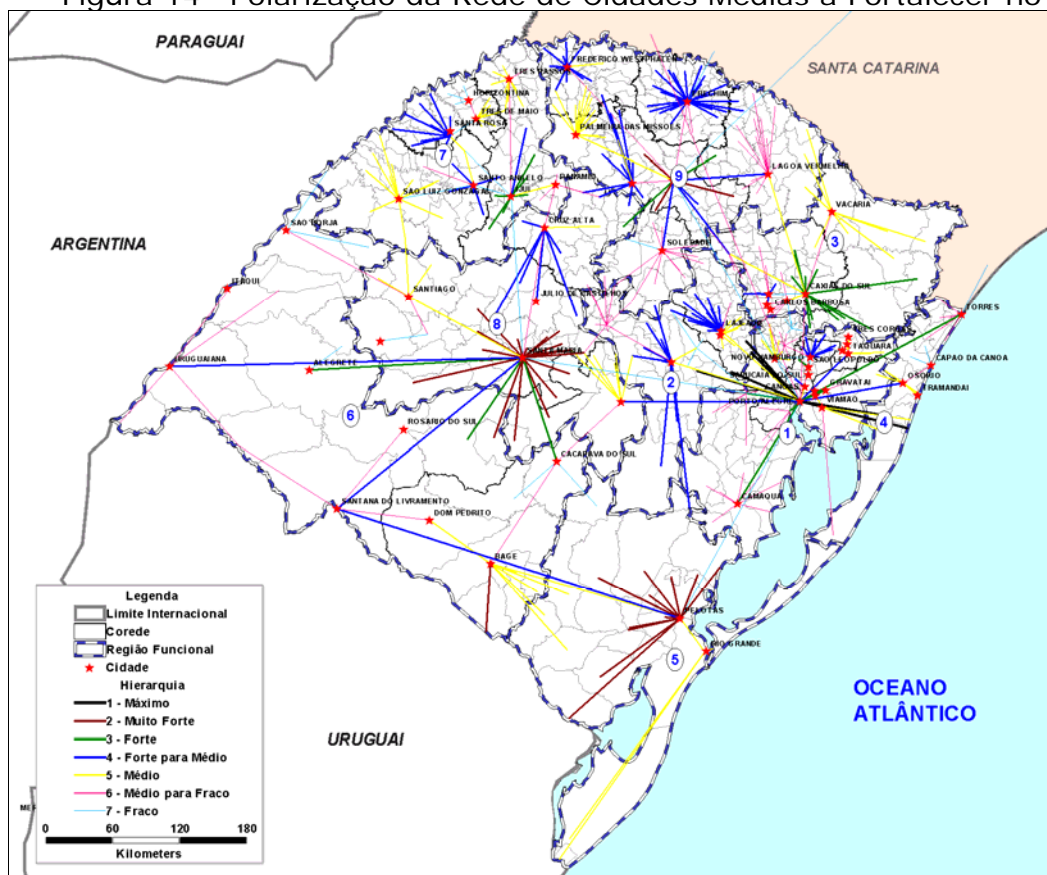
Trata-se de fortalecer uma rede de cidades distribuídas em todo o território estadual, que têm recebido as maiores imigrações urbanas na última década, confirmando a sua atratividade socioeconômica sobre o restante do território estadual. Nessa rede devem ser incentivadas as localizações industriais e os serviços mais complexos de apoio a ela, além de terciários mais sofisticados e aqueles que agreguem escalas às demandas dos seus espaços polarizados. Por exemplo, plataformas terrestres que capturem e consolidem cargas, diminuindo custos de transportes e favorecendo exportações, ou tecnologias de acesso a informações ou, ainda, aeroportos que viabilizem, turismo e transportes de cargas de alto valor agregado.

Esses tipos de produções e serviços buscam cada vez mais, para sua localização, de uma base de recursos humanos qualificados, padrões sócio-urbano-ambientais de qualidade, logísticas de infra-estruturas que viabilizem as produções, tanto em variedade de conexões externas como em custos compatíveis. Justifica-

se, assim, a consolidação de uma rede que possa, progressivamente, ser o lócus privilegiado para essas produções e serviços de maior competitividade e sofisticação.

Foram selecionadas 60 cidades no Estado, que hoje já apresentam base diversificada em indústria e serviços, apresentam taxas de crescimento populacional altas ou estáveis, e polarizam as demais cidades menos complexas e áreas de seu *hinterland*, como registra a **Figura 14**.

Figura 14– Polarização da Rede de Cidades Médias a Fortalecer no RS



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

OBJETIVOS

Fortalecer as 60 cidades médias selecionadas no Estado, com ações de inclusão social, que tornem seus recursos humanos capacitados, com ações de saúde e saneamento básico, que as tornem atrativas para moradia e lazer, com ações de fortalecimento de serviços tais como de transportes, apoios industriais e tecnologia de informações.

ESTRATÉGIA 3 – INCLUSÃO SOCIAL

JUSTIFICATIVA

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta indicadores sociais e regionais melhores do que aqueles observados para o País como um todo. Todavia, como revelaram as análises realizadas neste estudo, a distribuição dos indicadores varia significativamente entre as regiões. Mesmo entre pessoas, em que pesem números médios interessantes, há uma disparidade que precisa ser eliminada. Como dito anteriormente, a par dos aspectos humanos, éticos e morais envolvidos, que por si só justificariam uma estratégia nesse sentido, a competitividade futura do Estado também pode ser prejudicada caso esses aspectos não sejam resolvidos.

Do ponto de vista regional, não apenas algumas áreas extensas do Estado apresentam níveis de produção e emprego insuficientes, como exibem níveis de renda per capita e outros indicadores sociais substancialmente menores do que a média estadual. Mais do que isso, a dinâmica econômica dessas regiões tem sido insuficiente para removê-las dessa condição, o que acrescenta ao aspecto pobreza relativa a dimensão de estagnação, significando nível posterior de pobreza relativa ainda maior. A primeira fase deste estudo caracterizou e dimensionou essas regiões, sendo que aquelas consideradas “Em Transição” e “Em Dificuldades” representam nada menos do que 40% da população em 2002 e 30% do PIB estadual nesse ano.

OBJETIVOS

Na área social o objetivo é elevar os indicadores sociais aos atuais níveis médios estaduais, nas áreas educacional, de saúde, de acesso a serviços públicos etc.

As demandas sociais aqui previstas totalizam as necessidades sociais das populações urbanas e rurais do Estado, estimadas até 2015, a menos das demandas sociais das cidades médias, priorizadas na Estratégia 2.

Trata-se assim das ações continuadas na área social que o Estado atuará constantemente, até por força das obrigações constitucionais de universalização do atendimento em educação e saúde.

ESTRATÉGIA 4 – CONSERVAÇÃO DO POTENCIAL AMBIENTAL

JUSTIFICATIVA

A competitividade do Estado no futuro depende de um meio ambiente saudável e que favoreça o crescimento econômico. É nessa medida que a preservação no presente, em que pese impor restrições ao crescimento de algumas atividades na forma em que atualmente se desenvolvem, significa uma capitalização desse potencial no futuro. Encarado em perspectiva de médio e longo prazo, dilapidar o ambiente hoje significa reduzir o potencial de crescimento econômico no futuro. Nessa medida, é importante estabelecer medidas para que no futuro as condições ambientais não se apresentem como um obstáculo ao crescimento.

Para algumas atividades essa preocupação é fundamental, como é o caso do arroz, intensivo no uso da água. Esse recurso escasso e frágil precisa receber atenção para que no futuro se possa reproduzir e aumentar a produção desse importante produto para o Estado e, notadamente, para as parcelas mais pobres de seu território. Na área do turismo, que assume papel estratégico no desenvolvimento de algumas regiões, como a Serra e o Litoral, preservar o ambiente significa investir no futuro.

Evidentemente há necessidade de contrabalançar os interesses das gerações presente e futuras, na medida em que existe um potencial dilema intertemporal envolvido. Nem se pode entregar tudo às gerações de hoje, porque isso significaria comprometer as possibilidades das gerações futuras, nem se pode obstruir cegamente o uso dos recursos no presente em nome de um futuro pouco conhecido.

O estudo constatou que as limitações nessa área, tanto em termos de procrastinações de decisões importantes, como em termos de instabilidade regulatória, aspectos esses que interferem nos processos de decisão de investimentos importantes para ampliar a capacidade produtiva do Estado, assim como para melhorar seus níveis de produtividade. O caso do uso da água para irrigação em escala compatível com atividades agrícolas comerciais é um exemplo disso.

Nesse sentido, é fundamental desenvolver mecanismos institucionais de análise que gerem decisões consistentes tecnicamente e que o façam em processo e ritmo compatíveis com o processo decisório dos tomadores de decisão.

Esse processo demanda investimentos em informação e conhecimento específicos da área, gerando pessoal qualificado para dar conta da complexidade dos temas envolvidos em cada caso, assim como na ampliação dos quadros técnicos envolvidos no processo de análise e decisão. A incerteza quanto à estabilidade do marco regulatório pode ser reduzida com mais conhecimento e mais recursos devotados ao processo de análise e decisão.

OBJETIVOS

O objetivo relaciona-se à definição de regras mais claras e objetivas sobre as possibilidades de uso do capital ambiental, assim como ao aparelhamento dos órgãos ambientais com recursos humanos qualificados e estudos básicos que permitam processos decisórios mais ágeis e decisões mais consistentes do que ocorre no cenário atual.

ESTRATÉGIA 5 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA MODERNA E PARTICIPATIVA

JUSTIFICATIVA

O Estado do Rio Grande do Sul apresenta rico capital social, pleno de iniciativas locais, regionais, setoriais etc. Se a sociedade apresenta essa riqueza, a estrutura organizacional do setor público em geral assume traços semelhantes à de outros estados. Observa-se que o conjunto de iniciativas de toda sorte, inclusive internamente aos compartimentos da administração estadual, acaba gerando uma certa ineficiência, no sentido de duplicação e superposição, deixando de potencializar os benefícios do capital social ampliado à disposição.

Assim, é fundamental aperfeiçoar a estrutura de governança existente, nos seus variados níveis. Internamente ao governo estadual, é necessário definir claramente o papel e as responsabilidades das diferentes instâncias, evitando assim as superposições e as indefinições de jurisdição. É importante criar as condições para que aumente a interação entre os vários órgãos envolvidos em cada situação, apresentando-se mecanismos de decisão que sejam, a um só tempo, ágeis e consistentes. A interlocução da administração estadual com as regiões, vale dizer, COREDEs e municípios, deve ser feita de modo eficaz, sem prejuízo das autonomias dos órgãos setoriais, mas com uma visão de conjunto e unidade. As propostas de Regiões Funcionais deverão atuar como “câmaras” regionais intersetoriais, com autoridade e responsabilidade para a consideração inicial, encaminhamento e acompanhamento dos assuntos junto à administração estadual regionalizada.

Essa modernização deve envolver a articulação e a coordenação das várias instituições envolvidas, tanto setorial quanto regionalmente. Observa-se em cada região um conjunto de iniciativas relevantes dispersas, algumas das quais não alcançam a administração estadual, outras a penetrando por vários e conflitantes caminhos. A interlocução entre governo estadual e as regiões e municípios deve potencializar essas iniciativas, coordenar e encaminhar as propostas e criar caminhos para sua consideração e eventual apoio.

A mais importante dimensão desse processo de modernização deve ser a capitalização das iniciativas já existentes, como os COREDEs, a Consulta Popular, os COMUDEs etc. mas a ampliação para outras instituições relevantes para o desenvolvimento do Estado e para regiões específicas, como o SEBRAE, o SENAI, as Agências de Desenvolvimento, as universidades etc. O papel de articular todos os agentes, catalogar e encaminhar as iniciativas, cuidar da implementação etc. deve ser responsabilidade de uma instância regional a ser proposta, não necessariamente governamental, especialmente montada no âmbito de cada Região Funcional. Mais do que simplesmente catalogar as demandas, é fundamental que essa instância ofereça uma ponte entre as necessidades da região e as iniciativas

emanadas dos vários agentes, fazendo com que estes últimos possam voltar suas energias para a solução dos problemas identificados.

OBJETIVOS

Nessa área os objetivos envolvem:

- a criação de instâncias regionais de interlocução do governo estadual com as formas organizadas de expressão regional e municipal;
- a racionalização da operação das estruturas estaduais de administração, de modo a diminuir os conflitos e ineficiências e promover maior estabilidade institucional.
- A pactuação de planos estratégicos regionais entre governo e agentes sociais;
- A contínua capacitação dos agentes intervenientes no Planejamento Regional.

ESTRATÉGIA 6 – PLANOS REGIONAIS PARA DESENVOLVIMENTO E SUPERAÇÃO DE DESIGUALDADES PACTUADOS.

JUSTIFICATIVA

Um dos objetivos do estudo RumoS 2015 é justamente o de superar desigualdades regionais, a par da manutenção da competitividade estadual. Para isso mergulhou-se em todas as nove regiões em que o Estado foi subdividido, buscando captar suas potencialidades socioeconômicas e ambientais para alavancar o desenvolvimento, em bases reais. Foram então definidas visões regionais – ou seja, o papel que as regiões podem exercer no contexto socioeconômico e ambiental gaúcho – e que serão os macro-objetivos a perseguir no seu desenvolvimento, tanto pelo governo como pelo capital social nelas existentes.

Para que essa visão se concretize, foram definidas as estratégias regionais, discutidas em todas as regiões que, para sua implementação, necessitam programas e projetos estruturados de acordo com a programação orçamentária estadual. Os programas e projetos foram reunidos em Agrupamentos, multisetoriais, que perseguem os objetivos de cada estratégia.

Com esses Planos Estratégicos Regionais, formados de estratégias, Agrupamentos, Programas e Projetos, que surgiram e se embasam em uma extensa etapa anterior de avaliação diagnóstica das regiões, alcança-se uma programação abrangente a ser perseguida pelas regiões, que o Estado e o capital social de cada uma delas poderão conjuntamente se empenhar na busca de parceiros e de recursos para sua implementação.

Estes Planos, de um lado, constituem-se na base preliminar para que o Estado e o capital social regional possam discutir e pactuar um “compromisso de plano” visando perseguir sua implementação a curto, médio e longo prazo.

De outro lado, esses Planos Regionais são coerentes, compatíveis e correspondentes às estratégias, Programas e Projetos definidos no âmbito do Estado, de modo que, não só o capital social regional se mobilize para implementá-los, como também, toda a estrutura estadual governamental caminhe na mesma direção.

Assim, duas vertentes principais e concomitantes se abrem para a implementação das propostas contidas no Plano Estadual e Planos Regionais:

A discussão e aprimoramento dos Planos Regionais com o capital social das regiões, na busca do estabelecimento de um “compromisso” de ação que direcione ambos rumo aos objetivos, estratégias e projetos definidos;

A discussão com as estruturas setoriais do Estado, de modo a que voltem suas atuações na direção desses “compromissos” assumidos com o capital social regional.

OBJETIVOS

O objetivo desta estratégia é a redução das desigualdades regionais que, com a implementação do Plano Estadual e Regionais, poderão alcançar os valores registrados na **Tabela 7**.

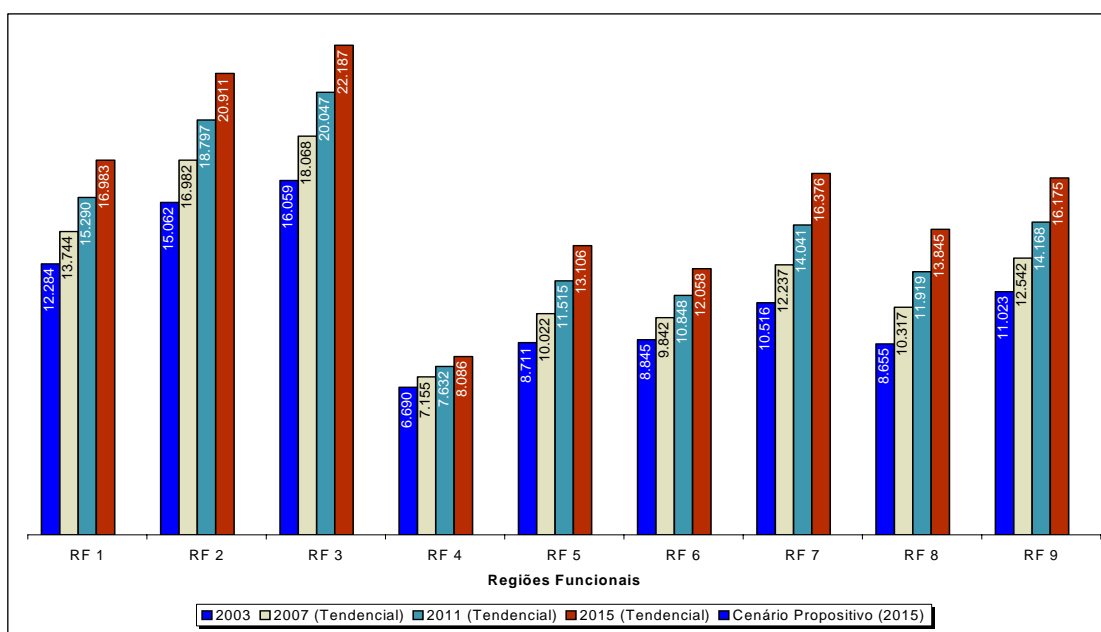
Tabela 7 – Estimativas de Diminuição das Desigualdades Regionais – PIB Anual Regional per Capita(R\$)

RF	PIB per Capita (R\$)				
	2003 (Tendencial)	2007 (Tendencial)	2011 (Tendencial)	2015 (Tendencial)	Cenário Propositivo (2015)
1	12,284.00	13,744.00	15,290.00	16,983.00	
2	15,062.00	16,982.00	18,797.00	20,911.00	
3	16,059.00	18,068.00	20,047.00	22,187.00	
4	6,690.00	7,155.00	7,632.00	8,086.00	
5	8,711.00	10,022.00	11,515.00	13,106.00	
6	8,845.00	9,842.00	10,848.00	12,058.00	
7	10,516.00	12,237.00	14,041.00	16,376.00	
8	8,655.00	10,317.00	11,919.00	13,845.00	
9	11,023.00	12,542.00	14,168.00	16,175.00	

Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

A **Figura 15** registra os movimentos estimados do PIB per capita nos dois Cenários Tendencial e Propositivo, em relação à situação base de 2002.

Figura 15 – Estimativas das Variações do PIB Anual per capita até o Ano Horizonte no Cenário Tendencial, por Região Funcional(R\$)



Fonte: Análises Consórcio Booz Allen – FIPE – HLC

4. RECORTES ESPACIAIS PARA FINS DE PLANEJAMENTO DO ESTADO

A determinação de recortes regionais para a atuação governamental depende dos objetivos que se pretende atingir com tal regionalização. No âmbito da atuação do governo em atividades operacionais rotineiras, como polícia, atendimento básico de saúde pública, educação básica etc., os critérios devem ser compatíveis com a natureza do serviço, com sua necessidade e com a distribuição da população no território. Já para temas estratégicos, como o planejamento regional, deve-se trabalhar com áreas mais amplas, que permitam o reconhecimento das interpenetrações e interações entre os diferentes fenômenos e áreas. Notadamente quando se envolve o capital social regional, é fundamental que se tenha essa preocupação de conformar áreas que sejam, a um tempo, capazes de articular o capital social local e produzir resultados mediante identificação e promoção de oportunidades para a solução de problemas regionais, em visão territorialmente abrangente e com preocupação estratégica.

4.1 REGIÕES FUNCIONAIS PARA FINS DE PLANEJAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

Com base nas várias dimensões relevantes analisadas neste Estudo, procedeu-se a uma definição das regiões funcionais para fins de planejamento, buscando atender dois critérios importantes. O primeiro foi o de respeitar os recortes dos COREDEs, pois essas instituições representam uma importante forma da organização do capital social das regiões, com apoio e aceitação políticas; por outro lado, não parecem haver indícios preocupantes quanto a inadequações relevantes em suas composições e a criação de outra regionalização superpostas a todas as demais que não respeitasse tais jurisdições aumentaria a complexidade e a efetividade da interlocução com os agentes locais. O segundo foi o de buscar uma divisão regional capaz de reconhecer, respeitar e incorporar as homogeneidades existentes em termos econômicos, ambientais e sociais, além de refletir as polarizações observadas.

Em relação aos COREDEs, cumpre ressaltar que, embora as eventuais inadequações individuais de suas composições possam oferecer problema para o bom desenvolvimento do processo de planejamento no nível dos COREDEs, concluiu-se que realocações decididas fora do contexto de uma reformulação geral do processo de alocação de recursos pela Consulta Popular e do processo decisório regionalizado, assim como da adequação das estruturas administrativas do governo estadual, devem ser evitadas.

Assim, montou-se uma Matriz Multicriterial, como instrumento básico na busca de lógicas sócio-econômicas semelhantes. Nesta matriz, as linhas representam os indicadores ou critérios selecionados nas diferentes dimensões do estudo e as colunas representam os COREDEs existentes.

A partir da análise multicriterial, foram definidas nove regiões funcionais, formadas por múltiplos das regiões dos COREDEs.

Na análise realizada, foram consideradas com maior peso as polarizações pelos empregos, viagens por transportes, rede urbana, de saúde e educação superior, por refletirem as fortes interações entre os vários espaços, associadas às especializações produtivas e a outros indicadores que refletem as dinâmicas espaciais, tais como densidades de redes de transportes, empreendedorismo, polarização por universidades e centros de pesquisa, entre outros.

As características socioeconômicas mostraram que aspectos positivos e negativos estão dispersos no território do Estado, não configurando, por exemplo, manchas homogêneas ou polarizadas contínuas de bem-estar. Regiões com bom desempenho em termos de renda per capita podem ter indicadores de saneamento

baixos ou índices de concentração da riqueza altos. Também, encontram-se bolsões de pobreza tanto no norte quanto no sul do Estado.

Figura 16 – Regionalização Funcional para Fins de Planejamento no RS



Com esses indicadores e ênfases, foram definidas nove Regiões Funcionais descritas na seqüência.

REGIÃO FUNCIONAL 1

A Região Funcional 1 é formada por cinco COREDEs – Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Centro-Sul e Paranhana-Encosta da Serra – com fortes características metropolitanas e interações entre elas, que devem convergir para um projeto comum:

- Concentram principais pólos urbanos gaúchos de serviços e de industrialização;
- Têm os mais fortes carregamentos em viagens entre eles e as mais densas redes de transportes;
- Mantêm fortes correlações entre si em empregos, rede urbana, infra-estruturas de comunicações, freqüência a universidades e centros de pesquisas, serviços de saúde;
- Tendências à ampliação de conurbações.

Trata-se do território mais dinâmico produtor e irradiador para todo o Estado, embora guarde diferenças entre os COREDEs constituintes, especialmente o Centro-Sul, no que se refere à pobreza e suas tendências, às potencialidades e restrições ambientais, ao grau de empreendedorismo, à dependência de recursos e grau de investimentos públicos.

Por conta dessas diferenças, eles foram caracterizados em três diferentes tipologias quanto ao grau de desenvolvimento econômico, às potencialidades socioeconômicas e ambientais e condições sociais, que comparecem na seguinte ordem decrescente de valores nesses indicadores:

- COREDEs “Dinâmicos”: Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos
- COREDEs “Estáveis”: Metropolitano Delta do Jacuí e Paranhana-Encosta da Serra
- COREDE “Em Transição” Centro-Sul.

REGIÃO FUNCIONAL 2

A Região de Planejamento 2 é formada pelos COREDEs Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo e representa um espaço de transição entre a área do entorno de Porto Alegre, com forte vocação metropolitana, e o interior do Estado. Apresenta, assim, uma relativa ambigüidade: ora se liga fortemente com a metrópole, como no transbordamento industrial e em viagens de transportes, ora polariza vastas porções diferenciadas do *hinterland*, seja em empregos, universidades e centros de pesquisa ou rede urbana.

Essa dicotomia também comparece internamente à região:

- Vale do Taquari é um dos COREDEs considerados “Dinâmicos” do Estado, ou seja, com alto crescimento e dinamismo econômico, alta potencialidade socioeconômica e ambiental e condições sociais acima da média estadual;
- Vale do Rio Pardo, posicionou-se no grupo classificado como de “Emergente”, pois, apesar de contar com uma potencialidade socioeconômica e ambiental abaixo da média estadual e baixas condições sociais, apresentou crescimento e dinamismo econômico quase equivalente ao do Taquari. Cabe destacar, no entanto, que este desempenho deve-se essencialmente ao setor fumageiro, transnacional e exportador, que encontra-se em situação de incerteza pela iminente entrada em vigor da Convenção Quadro do Tabaco, o que colocaria todas a agricultura familiar integrada a essa produção, em situação de risco.

Apesar das diferenças no território regional, algumas características devem convergir para um projeto comum: cada COREDE têm participação semelhante no PIB estadual, em torno de 4%; têm uma estrutura econômica semelhante, com primazia do setor industrial; têm uma base agrícola fundada em 5 produtos dominantes: fumo, milho, arroz, soja e mandioca; são atravessados por importantes corredores de transportes multimodais do Mercosul (ferrovias, e BR-386 e BR-290); ambos têm hidrovias interiores únicas no Estado, ainda que com baixa expressão nos transportes; proximidade da RMPA e fortes ligações em transportes; e têm universidades com expressiva produção e participação regional.

Adicionalmente a esses fatores comuns, no cenário tendencial traçado até 2015, além de ter ampliado seu PIB total em relação a 2003, será uma das regiões do Estado com maior PIB per capita e ampliará suas condições de criação de empregos, alcançando uma segunda posição estadual nesse quesito.

Situada quase totalmente na Bacia do Guaíba, a região destaca-se pelas presenças do Rio Taquari, longitudinal ao COREDE de mesmo nome e o Rio Jacuí, transversal ao COREDE Vale do Rio Pardo, ambos navegáveis e juntando-se, na fronteira leste da região, para formar o Lago Guaíba, que se conecta a Porto Alegre e à Laguna dos Patos, rumo ao Porto do Rio Grande.

REGIÃO FUNCIONAL 3

A Região Funcional 3 é formada pelos COREDEs Serra e Hortênsias. Estes dois COREDEs, apesar de estarem em uma região similar em termos topográficos e possuem laços sociais (colonização italiana) e econômicos (turismo,

por exemplo) em comum, apresentam estágios e características diferentes em sua dinâmica de desenvolvimento.

Tanto é assim que, na classificação estadual dos COREDEs, enquanto Serra foi considerado como “Dinâmico”, Hortênsias foi categorizado no extremo oposto, como “Em Dificuldades”, considerando o grau de desenvolvimento econômico, as potencialidades socioeconômicas e ambientais e as condições sociais, frente às médias estaduais que, no primeiro caso apresentam vantagens em todos os aspectos, enquanto no segundo, dificuldades também em todos.

Como característica principal constituem-se em áreas de transição metropolitana, formando uma certa unidade que pode perseguir um projeto comum, por várias razões:

- Têm no turismo um forte elo de interação;
- Têm fortes inter-relações nos empregos, na hierarquia e rede urbana, nas infra-estruturas de acessos a universidades e centros de pesquisas, nas bacias de estudantes universitários, de migrações e de saúde;
- Têm potencial médio e baixo para uso agrícola e médias a altas restrições ambientais.

De fato, na região existem pólos de produção industrial, pólos de prestação de serviços, pólos de atividade primária, áreas de elevada renda per capita, áreas de baixa renda per capita, em fim, particularidades que devem ser levadas em consideração para a elaboração de propostas estratégicas de desenvolvimento.

REGIÃO FUNCIONAL 4

A Região Funcional 4 é coincidente com o COREDE Litoral, que compõe esta região de planejamento isoladamente, pois, embora situada no entorno metropolitano, guarda características peculiares quanto às fragilidades ambientais, de tendências à conurbação litorânea e de especialização como área turística. Na classificação regional, foi considerada como área “Em Dificuldades” pois apresenta grau de desenvolvimento baixo, menores potencialidades socioeconômicas e ambientais e situação social deficiente, todos com baixos valores frente às médias estaduais.

Situada totalmente na Bacia do Litoral, a região ao norte limita-se com as regiões 1 e 3 e, da porção central rumo ao sul, conforma uma faixa terrestre contida entre o Atlântico a leste e a Laguna dos Patos a oeste, tendo acessos descontínuos pela BR-101.

REGIÃO FUNCIONAL 5

A Região Funcional 5 é formada apenas pelo COREDE Sul. É a 4ª economia do Estado, ocupando 17% do território. Trata-se de uma Região Funcional complexa: uma estrutura portuária que atende todo o Estado, um setor de serviços relevante e um setor agropecuário destacado. Apesar dessa diversidade produtiva, a região está classificada no âmbito deste estudo no agrupamento dos COREDEs “*Em Dificuldades*”, haja visto que seu desempenho e potencialidades socioeconômicas e ambientais, além da situação social, situam-se abaixo da média gaúcha.

Foi uma região que perdeu participação econômica e demográfica ao longo do século XX. As causas mais imediatas foram a baixa dinâmica da agricultura e as dificuldades da indústria da região. O setor de serviços tem absorvido os contingentes vindos desses setores, mas não se tem mostrado capaz, por si só, de revitalizar a economia local da forma necessária.

A Região se destaca pela estrutura urbana: cerca de 60% dos seus moradores vivem no chamado Aglomerado Urbano do Sul, que inclui Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio Grande.

REGIÃO FUNCIONAL 6

A Região Funcional 6 é formada por dois COREDEs, Campanha e Fronteira Oeste, com fortes interações entre si e características semelhantes no tocante aos seus perfis produtivos, indicadores sociais e infra-estrutura. Ambos os COREDEs foram classificados no agrupamento de "*Em Dificuldades*" por apresentarem indicadores de desenvolvimento e potencialidades socioeconômicas e ambientais, assim como condições sociais, abaixo da média gaúcha.

Esta região se caracteriza por grandes vazios demográficos, pontuados por uma estrutura urbana esparsa, sem cidades de maior porte e grande distância dos principais centros consumidores. Em virtude da predominância de grandes propriedades rurais. Possui a mais baixa densidade demográfica (apenas 12 habitantes por km²) e a maior concentração fundiária do Estado, acompanhada de uma produção primária baseada na pecuária extensiva e no arroz. Seus centros urbanos, por sua vez, não chegam a formar um mercado local de destaque e tendem a concentrar os contingentes de população empobrecida. A longa fronteira internacional desta Região Funcional não chega a ser um ativo, uma vez que o norte do Uruguai é também uma região pobre e seus setores tendem mais a competir com a estrutura produtiva local do que a complementá-la.

REGIÃO FUNCIONAL 7

A Região Funcional 7 de planejamento, situada nas fronteiras com a Argentina, reúne três COREDEs – Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial – que possuem homogeneidade na produção agrícola voltada aos grãos, apesar da região de Missões ter características fundiárias distintas das duas outras.

Além dessa base econômica agrícola, algumas características próprias e resilientes devem convergir para um projeto regional comum:

- As distâncias a mercados – RMPA, Porto do Rio Grande, restante do País – e a "barreira" física do Rio Uruguai, com a Argentina e Mercosul;
- A forte presença da cadeia de máquinas e equipamentos agrícolas gaúcha, que forma na região, um eixo industrial interligando seus principais pólos – Santo Ângelo, Santa Rosa, Horizontina, Ijuí e Panambi, abarcando todos os COREDEs constituintes;
- Fortes interações entre eles nas polarizações de empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas, nos serviços de saúde;
- Certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, na renda baixa com pobreza estável ou aumentando e no grau de médio a alto de potencialidades para usos agrícolas, com algumas exceções em Missões.

No entanto, os COREDEs constituintes situam-se em patamares distintos:

- COREDE Missões foi considerado "*Em Dificuldades*", já que conta com crescimento econômico, potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social muito abaixo das médias estaduais;
- COREDE Noroeste Colonial situa-se em posição pouco acima do anterior, como "*Em Transição*", mas também com crescimento econômico, potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social pouco abaixo das médias estaduais;

- E o COREDE Fronteira Noroeste foi considerado como “Emergente”, pois, embora com potencialidades socioeconômicas e ambientais e nível de desenvolvimento social abaixo das médias estaduais, alcançou um bom desempenho econômico na última década.

Situada totalmente na Bacia do Uruguai, destaca-se por conter uma barreira entre os territórios do Estado e a vizinha Argentina, formada pelas barrancas acentuadas do rio, constituindo-se em área de recarga do aquífero Guarani, sendo essas barrancas, sua área de descarga e prioritárias para conservação de vegetações.

REGIÃO FUNCIONAL 8

Composta por três COREDEs – Central, Jacuí-Centro e Alto Jacuí – a Região Funcional 8 apresenta forte homogeneidade em relação à produção agrícola e agro-industrial, apesar de diferenças internas em termos fundiários e culturais. A região, que ocupa 14,4% do território gaúcho, caracteriza-se por conter uma produção agrícola relevante, algo diversificada, mas sem grandes encadeamentos. Em termos sociais, os indicadores são, levemente inferiores às médias gaúchas.

Os dois primeiros COREDEs foram classificados no agrupamento “*Em Dificuldades*”, por terem suas potencialidades abaixo da média e inferiores aos seus, também baixos, desempenhos econômicos. Já o Alto Jacuí foi classificado como “*Estável*”. Na verdade, seus indicadores de potencialidade e desempenho estão próximos da média do Estado e, portanto, reunir os três COREDEs na mesma unidade de análise é aceitável.

Ocorre forte polarização de empregos, da rede urbana, de universidades e centros de pesquisas, de carregamentos e viagens de transportes, de migrações, de serviços de saúde, com fortes centralidades em Santa Maria, influenciando toda a região.

REGIÃO FUNCIONAL 9

A Região Funcional 9 de planejamento é formada por cinco COREDEs – Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste.

Apesar de diferenças em termos de estrutura fundiária, relevo e na presença de cadeias industriais diferenciadas (máquinas e implementos agrícolas, automotiva, gemas e móveis), essa área apresenta forte polarização entre essas regiões (em empregos, captação de transportes, universidades e centros de pesquisa, saúde) e homogeneidade na produção agrícola e agro-industrial.

Situada nas fronteiras com Santa Catarina, sua estrutura compõe-se:

- De três COREDEs fronteiriços – Médio Alto Uruguai, Norte e Nordeste – classificados como “Em Transição” pois apesar de apresentarem desempenho econômico, situação social e potencialidades socioeconômicas e ambientais abaixo da média estadual, situam-se próximos a essa média e subiram de patamar no período entre 1990 e 2002, em movimento ascendente de aproximação dessas médias;

- Do COREDE Produção, central à região, e classificado como “Estável”, por apresentar crescimento econômico e potencialidades acima da média estadual, embora com condições sociais baixas; e,

- Do COREDE Alto da Serra do Botucaraí, ao sul e central ao Estado, classificado como “Em Dificuldades” por caracterizar-se como dos mais pobres e pouco dinâmicos do Estado, já que resultou de um movimento de desagregação de outros COREDEs, visando que esse novo conjunto de municípios obtivessem maiores recursos orçamentários, em função dos critérios de prioridades com base em indicadores socioeconômicos mais baixos. Sua gênese, assim, está associada à sua precariedade de condições.

Algumas características devem convergir para um projeto comum:

- Forte presença da cadeia de produtos de origem animal e de máquinas e equipamentos agrícolas, que forma na região e com Santa Catarina – Chapecó e Concórdia – um eixo industrial interligando seus principais pólos – Erechim, Passo Fundo e Carazinho – localizados na área central, enquanto nas porções periféricas a dominância é do setor agrícola e terciário pouco desenvolvido;

- Fortes interações entre eles nas polarizações de empregos, nas viagens de transportes, na rede e hierarquia urbana, nas universidades e centros de pesquisas, nos serviços de saúde;

- Certa homogeneidade no grau de investimentos públicos e dependência de recursos externos, na renda baixa com pobreza estável ou aumentando e no alto grau de potencialidades para usos agrícolas.

Situada nas Bacias do Uruguai, ao norte, e do Guaíba, ao sul, destaca-se por manter uma integração interna entre os COREDEs constituintes, fora do território gaúcho, em Santa Catarina, formando um arco ao norte, com várias conexões com a região. Constitui-se em área de recarga do aquífero Guarani, sendo as barrancas do Rio Uruguai, sua área de descarga e prioritárias para conservação de vegetações.



ANEXO II – TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO – 2003

TRILHAS GAÚCHAS – INDICADORES DO FUTURO – 2003

INTRODUÇÃO

Utilização de indicadores na implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A utilização da gestão por resultados, em que as ações do Estado são organizadas de forma a alcançar os propósitos, inicialmente, traçados, fortalece a construção de indicadores que atendam tanto ao setor público, como à opinião pública. Assim, faz-se necessária a melhoria na harmonização dos registros já existentes com a incorporação de novos dados, buscando-se o constante aperfeiçoamento dos procedimentos referentes à cobertura, coleta, tratamento, análise e disseminação de estatísticas e indicadores para instrumentalizar ações de implementação, monitoramento e avaliação dos programas de políticas públicas.

O que é o Trilhas Gaúchas*?

O Trilhas Gaúchas é um trabalho que busca ser uma referência dos avanços da sociedade gaúcha em relação a aspectos-chave das condições de vida e do bem-estar da população do Rio Grande do Sul, sejam eles derivados de ações governamentais ou não. Este instrumento foi concebido para avaliar os progressos que a sociedade tem alcançado, através da utilização de propósitos de melhoria, que são medidos por indicadores de resultados.

A proposta é baseada na experiência de trabalho do Estado de Minnesota (EUA) chamado *Minnesota Milestones*, onde as ações do governo são monitoradas através de resultados, medidos por intermédio de indicadores, que procuram ir ao encontro das necessidades de seus cidadãos.

Este trabalho encontra-se disponível na página da Secretaria da Coordenação e Planejamento - <http://www.scp.rs.gov.br>.

Por que indicadores do futuro?

O Rio Grande do Sul é um bom lugar para se viver, estudar, trabalhar e formar uma família. Sua população é amistosa, cordial, acredita que os valores éticos e morais são importantes e aprecia sua diversidade cultural e seu patrimônio natural.

Os cidadãos do Rio Grande do Sul querem tornar o Estado ainda melhor para as próximas gerações, e sua visão de futuro tem os seguintes sentidos comuns:

- A proteção e o estímulo ao desenvolvimento de crianças e adolescentes.
- O incentivo à auto-estima, ao respeito, à solidariedade entre as pessoas e à participação na vida das comunidades.
- A capacitação dos seus cidadãos, de maneira que se distingam durante a vida escolar e acadêmica e, mais tarde, em suas atividades profissionais.
- A promoção do crescimento econômico sustentável do Estado, com geração de riqueza e prosperidade, de forma que sua população tenha um bom padrão de vida.
- A prestação de serviços eficientes e eficazes pelos governos municipais e estadual, de forma a atender às necessidades da população.
- A conservação e proteção dos recursos naturais do Estado, visando à manutenção de um ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida.

POPULAÇÃO E INFÂNCIA

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

As crianças gaúchas não viverão na pobreza.

Nos dois indicadores que procuram avaliar este propósito, pobreza infantil e crianças de baixa renda em idade escolar, há uma tendência de estabilização, conforme as últimas medições, ainda que em patamares bastante elevados.

As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.

Os indicadores deste propósito apresentam uma grande dispersão, para que se possa definir uma tendência. Dos seis indicadores que o compõem, dois apontam para uma piora: transferência escolar e abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes. O indicador de gravidez na adolescência apresenta tendência de melhoria, enquanto o de crianças e adolescentes desaparecidos e mortalidade materna oscilam seus valores. Já o indicador de abandono escolar apresenta uma tendência de redução no Ensino Fundamental e de crescimento no Ensino Médio.

Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.

A tendência desse propósito é a de estabilização, conforme os indicadores de cobertura das campanhas de vacinação e peso ao nascer. Este último num patamar pior do que a média nacional.

Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.

Sob o ponto de vista quantitativo, a tendência é de avanço nos indicadores desse propósito. Entretanto, do ponto de vista qualitativo, são preocupantes os resultados dos indicadores de avaliação da educação básica nos Ensinos Fundamental e Médio.

Os gaúchos serão saudáveis.

Não é possível determinar o nível de progresso para este propósito já que há alternâncias de tendências nos próprios indicadores que o compõem.

Situação Atual

Um adequado nível de saúde e educação de uma população, especialmente durante o período da infância, é considerado a base para o bem-estar dos habitantes e progresso de determinada região. Essa é a razão pela qual o Trilhas Gaúchas centrou um de seus focos nessas áreas. Apesar de haver melhorias em alguns propósitos, muitos desafios ainda permanecem, especialmente na questão qualitativa dos Ensinos Fundamental e Médio. Quando comparados, os indicadores gaúchos na área de população e infância, com a situação nacional, pode-se afirmar que o Rio Grande do Sul está em situação um pouco mais favorável: são melhores os indicadores de pobreza infantil, gravidez na adolescência, analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida. Na avaliação qualitativa da educação, o Rio Grande do Sul está, também, levemente melhor em relação ao Ensino Médio e praticamente igual em relação ao Ensino Fundamental. Já nos indicadores de peso ao nascer, doenças infecto-contagiosas - AIDS e, principalmente, suicídio, a situação dos gaúchos é pior do que a nacional.

Progressos

Com relação aos indicadores de saúde na infância e adolescência, houve uma diminuição nas ocorrências de crianças e adolescentes desaparecidos em 2002 e gravidez na adolescência, com redução contínua desde 2000. Houve certa estabilidade no indicador de cobertura das campanhas de vacinação. Já em relação aos indicadores da educação básica, observa-se uma queda nos índices de analfabetismo, redução no abandono escolar referente ao Ensino Fundamental.

Com respeito à saúde da população adulta, ocorreu uma sensível melhora na expectativa média de vida dos gaúchos e tendência de queda nos índices de mortalidade por tuberculose e uma estabilidade nos indicadores de morte prematura. Nos indicadores de educação da população adulta, houve um incremento percentual da população que conclui o Ensino Médio e ingressa no Ensino Superior, tanto nas universidades públicas, quanto nas particulares. É interessante observar que o aumento de matrículas nas universidades particulares foi bem maior que nas públicas.

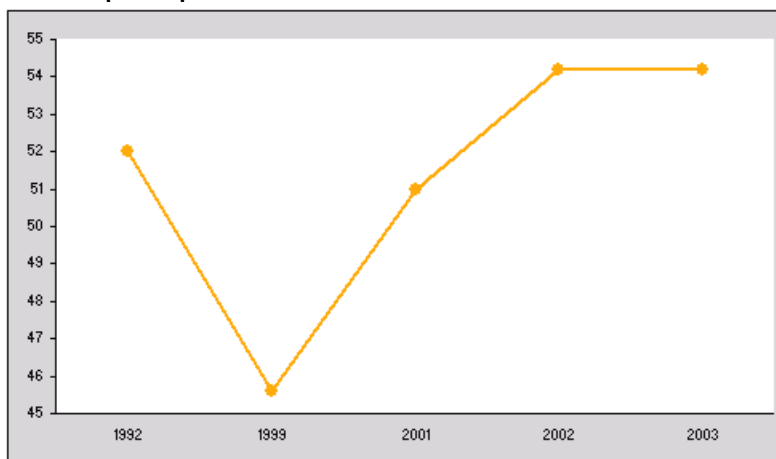
Desafios

No que se referem aos cuidados com as crianças, alguns indicadores permanecem como grandes desafios: crianças de baixa renda em idade escolar, em que o número de famílias assistidas praticamente dobrou no período de avaliação do indicador e o percentual de crianças com baixo peso ao nascer em que, apesar de uma leve redução no período 2002/2003, ainda permanece em patamares elevados, inclusive maiores que a média nacional. Já na questão da educação básica, houve um aumento nos percentuais de transferência escolar. Também há uma pequena tendência de elevação nos percentuais de abandono escolar no Ensino Médio. Um grande desafio que permanece é melhorar a qualidade do ensino no Rio Grande do Sul, já que os indicadores de avaliação da Educação Básica continuam bastante ruins. Também aumentaram as ocorrências de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Na população adulta, apesar de certo declínio, continuam elevados os coeficientes de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio).

PROPÓSITO: AS CRIANÇAS GAÚCHAS NÃO VIVERÃO NA POBREZA.

Um elevado grau de pobreza pode trazer danos irreversíveis ao desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Crianças que crescem sob níveis críticos de pobreza enfrentam sérios problemas em relação à sua alimentação, moradia e vestuário. Além disso, vivem em ambientes que as tornam mais vulneráveis à criminalidade e à violência. Elas têm baixíssima, ou nenhuma assistência médica no acompanhamento de seu estado geral de saúde e, como consequência, têm menos êxito na vida escolar.

1. POBREZA INFANTIL: Percentual de famílias com crianças de 0 a 14 anos com rendimento médio mensal familiar per capita até um salário mínimo.



Fonte: IBGE / Síntese dos Indicadores Sociais

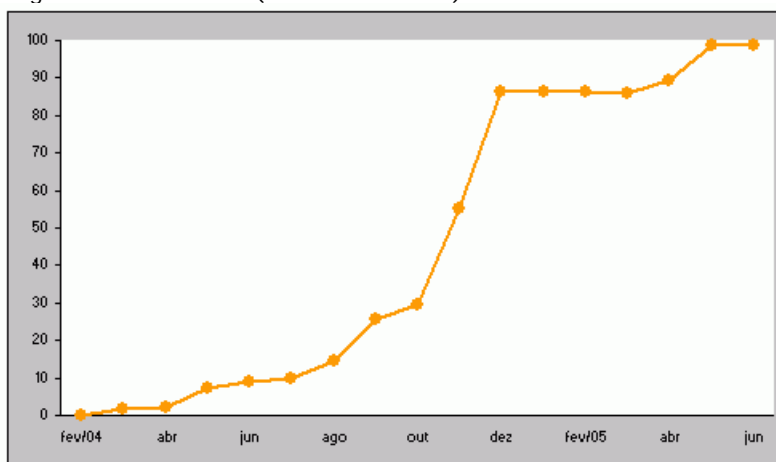
Sobre o indicador

Normalmente, países em desenvolvimento, que estabelecem linhas de pobreza nacionais, utilizam o método da "pobreza alimentar". Estas linhas indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação.

Para comparação

Pode-se afirmar que a situação dos gaúchos é um pouco mais favorável que a nacional: em 2003 o Rio Grande do Sul apresentava 54,2% de famílias, com crianças de 0 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita até um salário mínimo, e o Brasil 64,4%.

2. CRIANÇAS DE BAIXA RENDA EM IDADE ESCOLAR: Variação percentual do número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (fevereiro 2004=0).



Fonte: Caixa Econômica Federal / Programa Bolsa Família

Sobre o indicador

As famílias atendidas pelo programa são compostas por aquelas em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita até R\$ 50,00 ou aquelas com crianças e jovens entre 0 e 16 anos incompletos, com renda mensal até R\$ 100,00 per capita.

Para comparação

Número de famílias que receberam auxílio do Programa Bolsa Família, em junho de 2005, em algumas unidades da federação:

UF	Número de Famílias Atendidas	Valor Total dos Benefícios
RS	315.256	19.006.561,00
SC	109.147	6.526.425,00
PR	340.577	19.541.822,00
SP	722.389	43.110.653,00
RJ	232.979	14.634.041,00
MG	813.267	50.721.128,00

BA	893.885	61.639.413,00
CE	623.682	42.907.854,00

Fonte: Caixa Econômica Federal

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *As crianças gaúchas não viverão na pobreza.*

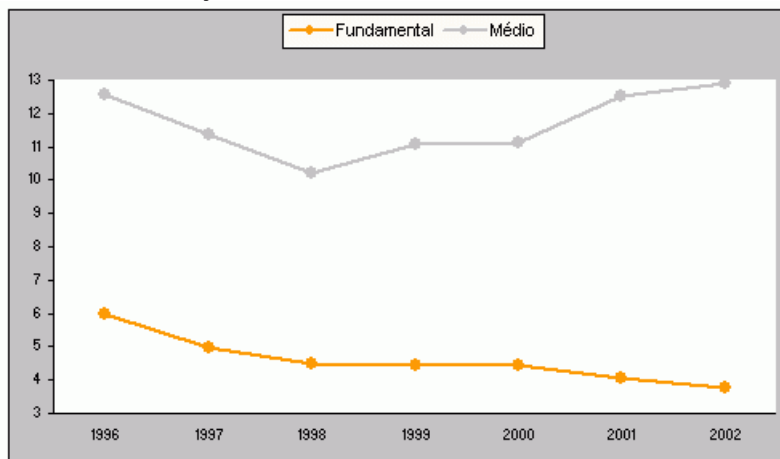
06. Gravidez na Adolescência

36. Taxa de Pobreza.

PROPÓSITO: AS FAMÍLIAS PROPORCIONARÃO UM AMBIENTE SADIO E ESTÁVEL PARA AS CRIANÇAS.

Um ambiente familiar saudável, baseado em um bom relacionamento, que apóie e estimule a criança e o adolescente em seu aprendizado, promove a sua segurança emocional e o seu desenvolvimento social, indo ao encontro das expectativas de sucesso na sua vida escolar e profissional.

3. ABANDONO ESCOLAR: Percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio que abandonaram a escola em relação à matrícula total.



Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sobre o indicador

Abandono escolar é o conjunto de alunos que se afastou do estabelecimento de ensino sem a solicitação de transferência. O combate ao abandono escolar ou reiteração de faltas injustificadas dos alunos é uma forma de garantir o direito universal à Educação, garantido pela Constituição.

Para comparação

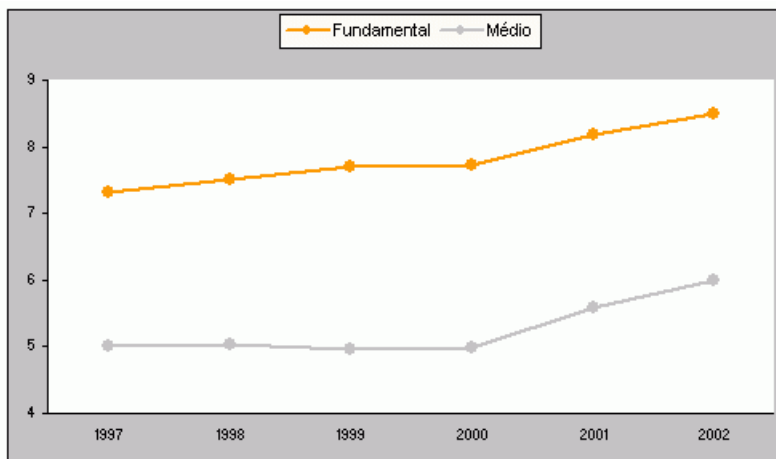
Em 2002, segundo o Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, conforme quadros abaixo, a situação do abandono escolar no Rio Grande do Sul, em comparação com a do Brasil, foi melhor no Ensino Fundamental e praticamente igual no Ensino Médio.

Percentual de Abandono Escolar (2002)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	7,89%	13,03%
Rio Grande do Sul	3,79%	12,92%

Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

4. TRANSFERÊNCIA ESCOLAR NOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO: Percentual de estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio transferidos durante o ano letivo em relação à matrícula total.



Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sobre o indicador

Transferência escolar é a troca de instituição de ensino pelo estudante durante o ano letivo.

Para comparação

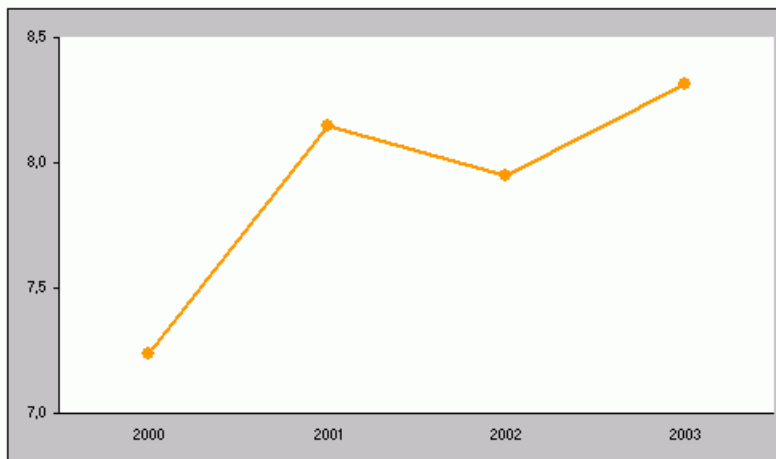
Em 2002, segundo o Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, conforme quadros abaixo, a situação da transferência escolar no Rio Grande do Sul, em comparação com a do Brasil, foi desfavorável no Ensino Fundamental e um pouco melhor no Ensino Médio.

Percentual de Transferência Escolar (2002)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Brasil	7,59%	7,27%
Rio Grande do Sul	8,49%	6,00%

Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

5. ABUSO E MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Número de ocorrências criminais de abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes por 1.000 jovens com menos de 18 anos de idade.

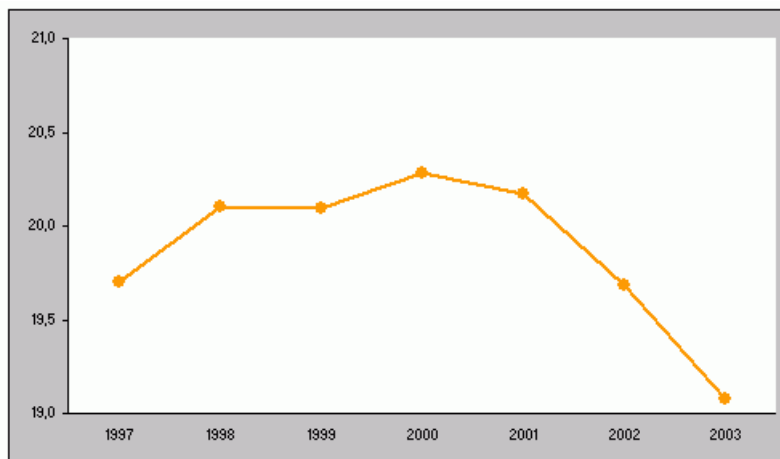


Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul / Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil / Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística; IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico 2000

Sobre o indicador

As conseqüências do abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes podem se manifestar de diversas formas, e em qualquer idade. Internamente podem aparecer como depressão, ansiedade, pensamentos suicidas ou estresse pós-traumático; podem, também, ser expressas como agressão, impulsividade, delinqüência, hiper-atividade ou abuso de drogas.

6. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Percentual de partos em mães com menos de 20 anos de idade.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

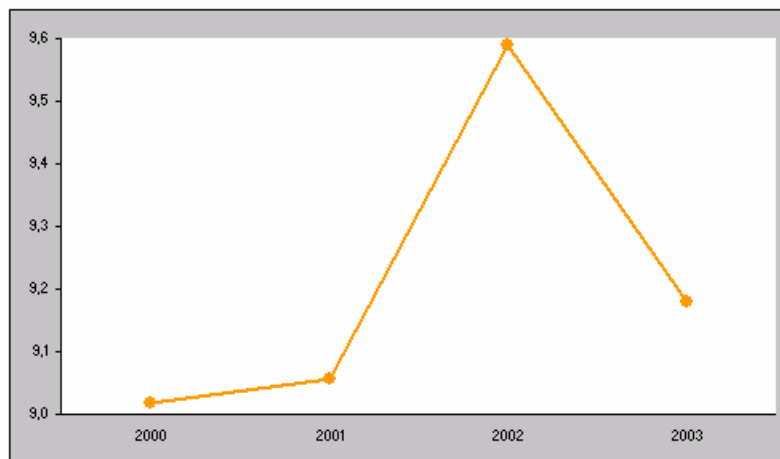
Sobre o indicador

A gravidez precoce é, freqüentemente, uma situação de risco para a saúde da mãe e do feto. Além disso, adolescentes grávidas, muitas vezes, não têm o apoio ou a presença do pai da criança, ocasionando dificuldades em prover um ambiente sadio e estável para o desenvolvimento da criança.

Para comparação

Em 2001, segundo o Ministério da Saúde, o percentual de adolescentes, entre 15 e 19 anos, com indicativo de filhos no Brasil era de 13,6. No Rio Grande do Sul este valor era de 12,5.

7. CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS: Número de ocorrências criminais de desaparecimento de crianças e adolescentes por 10.000 jovens com menos de 18 anos de idade.

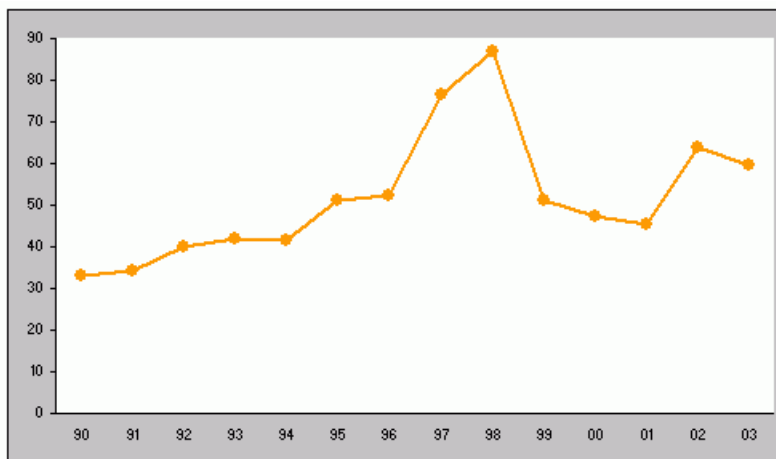


Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul / Delegacia da Criança e do Adolescente; IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico 2000

Sobre o indicador

Estima-se que um grande percentual de crianças e adolescentes desaparecidos são fugitivos, isto é, fogem de casa por vontade própria devido a maus-tratos, violência ou simplesmente para escapar da pobreza doméstica. Há, inclusive, os chamados “fugitivos crônicos”, que escapam de uma situação que não podem manejar, voltam para casa, mas estão dispostos a fugir novamente.

8. MORTALIDADE MATERNA: Coeficiente de mortalidade materna.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

Sobre o indicador

Mortalidade materna é o número de mortes maternas durante a gestação, ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, por 100.000 crianças nascidas vivas. Este indicador avalia a efetividade e eficácia do acompanhamento pré-natal da gestante e o atendimento durante e pós-parto.

Para comparação

Em 2001, segundo o Ministério da Saúde, o coeficiente de mortalidade materna no Brasil era de 50,9. Para o Rio Grande do Sul, este valor era de 51,1 - um pouco superior ao nacional.

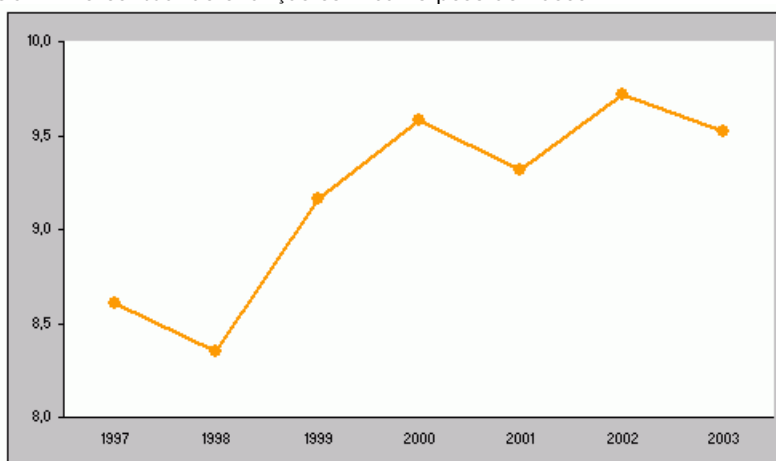
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.*

- 09. Peso ao nascer
- 16. Mortalidade infantil
- 22. Internação de adolescentes
- 36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: TODAS AS CRIANÇAS SERÃO SAUDÁVEIS E INICIARÃO A VIDA ESCOLAR APTAS AO APRENDIZADO.

Os primeiros anos da infância - do nascimento até a idade de cinco anos - são um período crítico para o crescimento e desenvolvimento da criança. O aprendizado deve ser precedido de uma combinação de boas saúde e alimentação. Este propósito reflete o entendimento de que um período de gravidez saudável e uma boa saúde na infância contribuem para o desenvolvimento intelectual da criança e, mais tarde, em um bom aproveitamento na vida escolar.

9. PESO AO NASCER: Percentual de crianças com baixo peso ao nascer.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

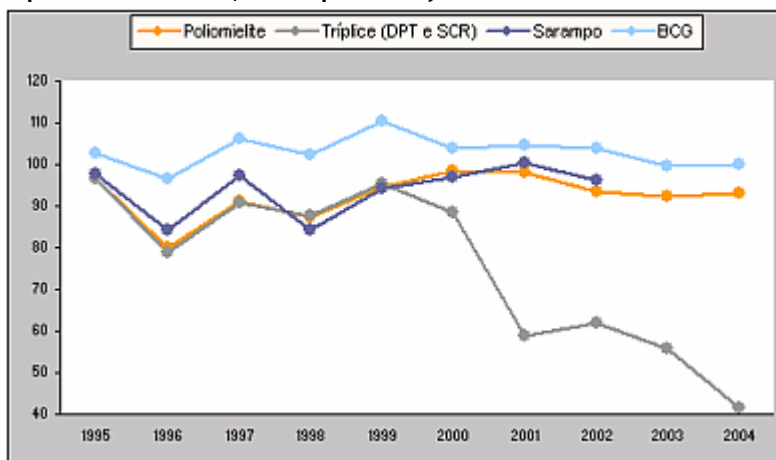
Sobre o indicador

O baixo peso ao nascer, definido pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como aquele inferior a 2.500g, está frequentemente associado a problemas de saúde e desenvolvimento da criança.

Para comparação

Em 2001, segundo o Ministério da Saúde, o percentual de crianças com baixo peso ao nascer no Brasil era de 7,95%. No Rio Grande do Sul, de acordo com aquele órgão, este valor era um pouco mais elevado: 9,03%.

10. COBERTURA DE VACINAÇÃO: Percentual de crianças até um ano de idade vacinadas (poliomielite, tríplice - DTP e SCR, sarampo e BCG).



Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS

Nota: nos casos em que o percentual supera os 100%, significa que o número de crianças vacinadas foi superior à meta, inicialmente, estimada.

Sobre o indicador

A vacinação é particularmente importante durante o primeiro ano de vida, quando as crianças estão mais vulneráveis a problemas de saúde em decorrência de doenças. A vacinação protege as crianças contra doenças que podem levá-las a deficiências físicas e, inclusive, à morte. Além disso, este indicador revela se as crianças estão recebendo atenção médica regularmente.

Para comparação

Segundo informações do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, em 2004, a cobertura contra poliomielite, sarampo, DTP (tríplice bacteriana) e BCG, no Brasil alcançou um percentual de 50,6% de crianças vacinadas. Já no Rio Grande do Sul, este percentual foi menor: 48,33%.

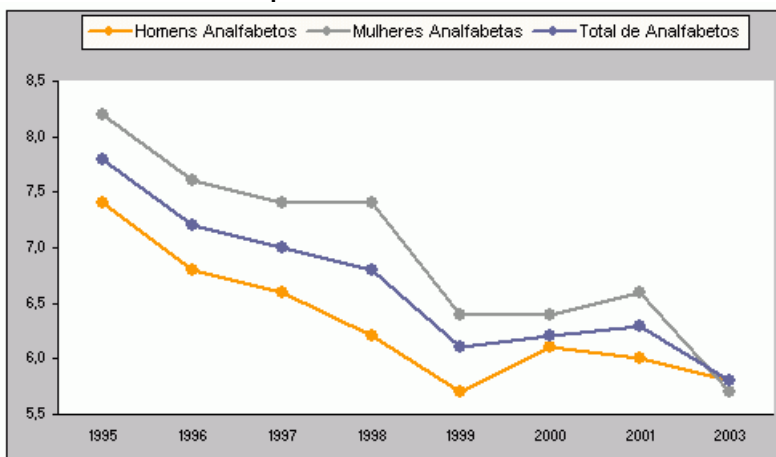
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.*

- 06. Gravidez na adolescência
- 16. Mortalidade infantil
- 36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: OS ESTUDANTES SE DISTINGUIRÃO NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS BÁSICAS E AVANÇADAS

Os gaúchos valorizam a educação, pois têm consciência de que uma população com um adequado nível de instrução está mais bem preparada para o mercado de trabalho e para participar da vida em comunidade com democracia, exercendo a cidadania em sua plenitude.

11. ANALFABETISMO: Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEAdata

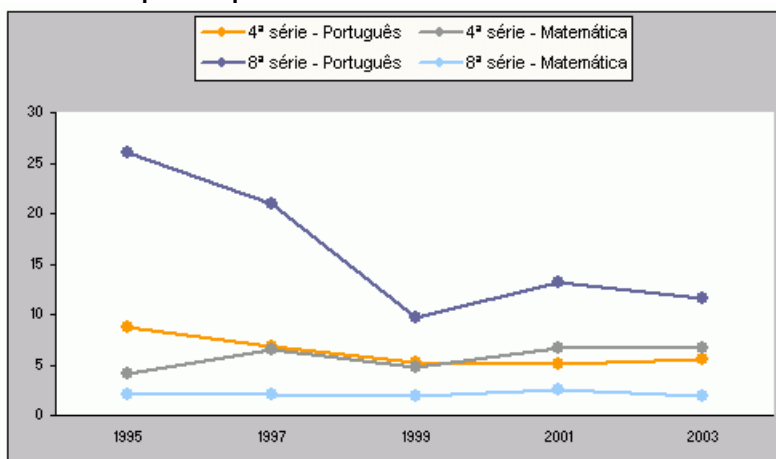
Sobre o indicador

Combater o analfabetismo é promover a inclusão social de segmentos da população que se encontram totalmente impedidos de participar, autonomamente, da vida democrática e do mercado de trabalho.

Para comparação

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2003, o percentual de analfabetos na população brasileira, acima de 15 anos, correspondia a 11,6%. Já no Rio Grande do Sul, este percentual era de 5,8%.

12. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL: Percentual de estudantes do Ensino Fundamental que, em testes de habilidade e conhecimento, situam-se dentro da faixa normal de aprendizado esperada para a série em curso.



Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sobre o indicador

O ensino fundamental é a base de sustentação para uma boa educação e, além disto, é o período em que as crianças estão ávidas por adquirir conhecimento, e a tendência dos pais é de engajarem-se em seu aprendizado.

Para comparação

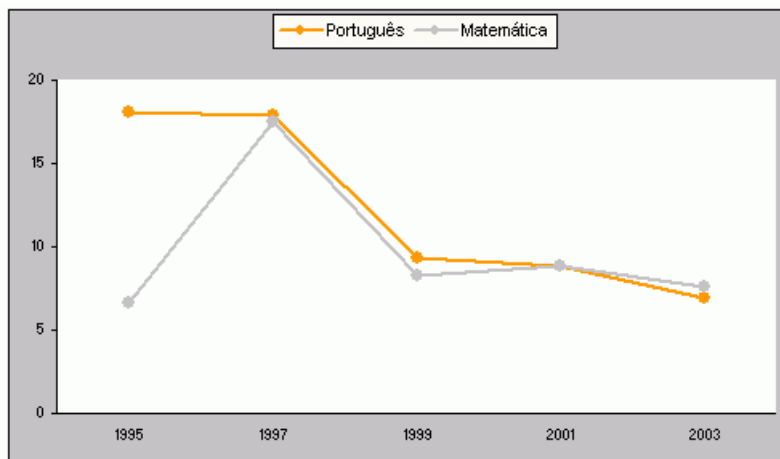
Avaliação da educação básica - Ensino Fundamental: percentual de alunos com conhecimento adequado para a série em curso, em 2003 – Brasil x Rio Grande do Sul.

4ª Série do Ensino Fundamental		
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	6,4	4,8
Rio Grande do Sul	5,5	6,6

8ª Série do Ensino Fundamental		
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	9,3	3,3
Rio Grande do Sul	11,6	1,9

Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

13. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO MÉDIO: Percentual de estudantes do Ensino Médio que, em testes de habilidade e conhecimento, situam-se dentro da faixa normal de aprendizado esperada para a série em curso.



Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sobre o indicador

A avaliação da assimilação dos conhecimentos alcançados no Ensino Médio é de grande importância para medir a capacidade do estudante em prosseguir sua vida acadêmica na universidade e/ou participar efetivamente do desenvolvimento da comunidade através do trabalho e das relações sociais.

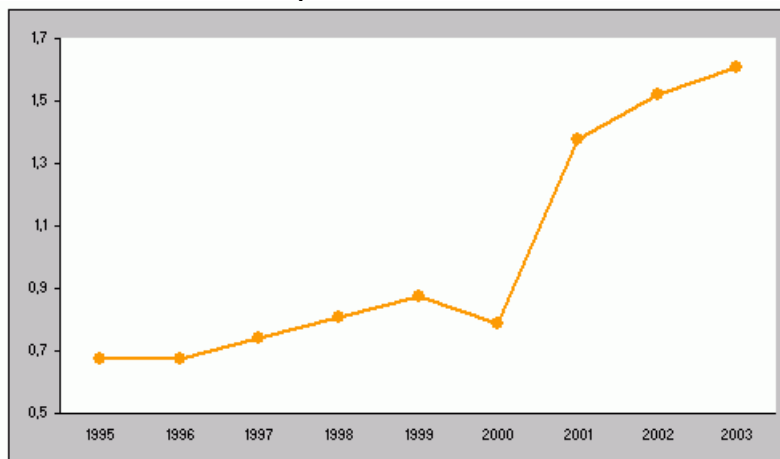
Para comparação

Avaliação da educação básica - Ensino Médio: percentual de alunos com conhecimento adequado, em 2003 – Brasil x Rio Grande do Sul.

3ª Série do Ensino Médio		
	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	6,2	6,9
Rio Grande do Sul	7,6	6,9

Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

14. INGRESSO NA UNIVERSIDADE: Percentual da população com mais de 18 anos de idade que ingressa anualmente no Ensino Superior.



Fonte: MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico 2000

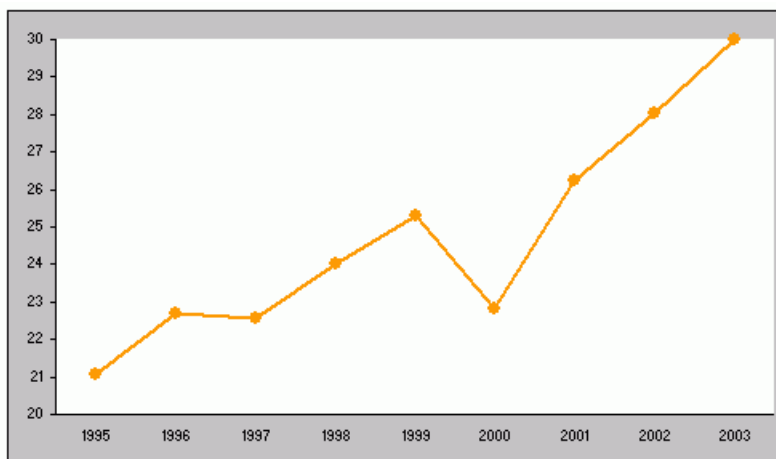
Sobre o indicador

Um número significativo de estudantes que acessam a Universidade pressupõe um bom aproveitamento no Ensino Médio e uma boa estrutura de Ensino Superior.

Para comparação

No Brasil, 1,3% da população, acima de 18 anos, ingressou na Universidade em 2003. No Rio Grande do Sul este percentual foi de 1,6%.

15. POPULAÇÃO COM ENSINO MÉDIO: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio e Censo Demográfico 2000

Sobre o indicador

A conclusão do Ensino Médio é o requisito básico, tanto para o acesso ao Ensino Superior, como para a entrada no mercado de trabalho, cada vez mais exigente, com um nível razoável de qualificação.

Para comparação

Segundo dados do IBGE / PNAD, o percentual da população, acima de 18 anos, que havia concluído o Ensino Médio, em 2003, no Brasil era de 30,6%, ao passo que, no Rio Grande do Sul, este valor era de 30,0%, praticamente idêntico à média nacional.

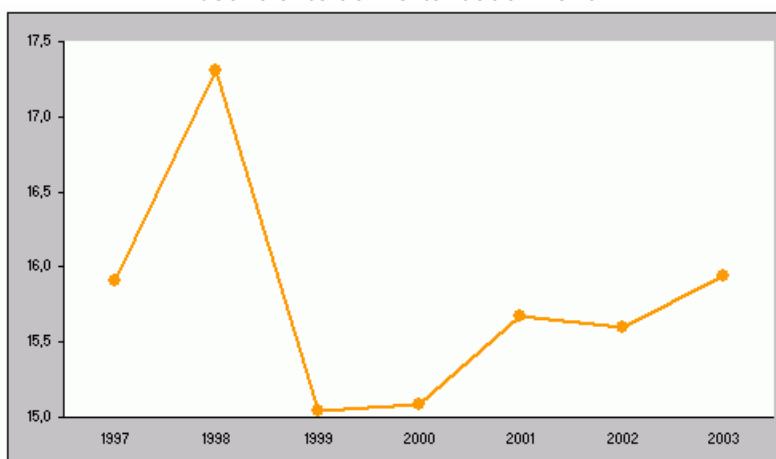
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.*

- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 03. Abandono escolar
- 04. Transferência escolar nos Ensinos Fundamental e Médio
- 33. Adultos com educação superior
- 34. Qualidade de vida
- 36. Taxa de pobreza

PROPÓSITO: OS GAÚCHOS SERÃO SAUDÁVEIS.

A preocupação com a saúde física e mental, de jovens e adultos, é uma realidade. Campanhas institucionais alertam a população que a prevenção é o melhor remédio. Uma boa alimentação, a prática freqüente de exercícios, exames periódicos e vacinações são instrumentos cada vez mais utilizados para se manter a boa saúde. Estes instrumentos servem, também, como indicadores das disparidades existentes entre as condições socioeconômicas de países e regiões.

16. MORTALIDADE INFANTIL: Coeficiente de mortalidade infantil.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

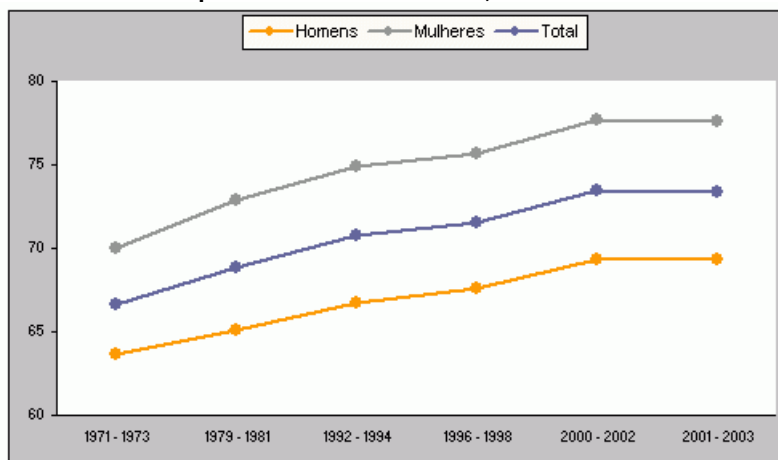
Sobre o indicador

A mortalidade infantil é o número de mortes por 1.000 nascimentos. É um importante indicador, porque reflete a qualidade nos cuidados pré e pós-natal das crianças.

Para comparação

Segundo o Ministério da Saúde / DataSUS, em 2002, o coeficiente de mortalidade infantil estimado para o Brasil era de 25,1. Este mesmo coeficiente para o Rio Grande do Sul era de 15,6.

17. EXPECTATIVA DE VIDA: Expectativa média de vida, ao nascer.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

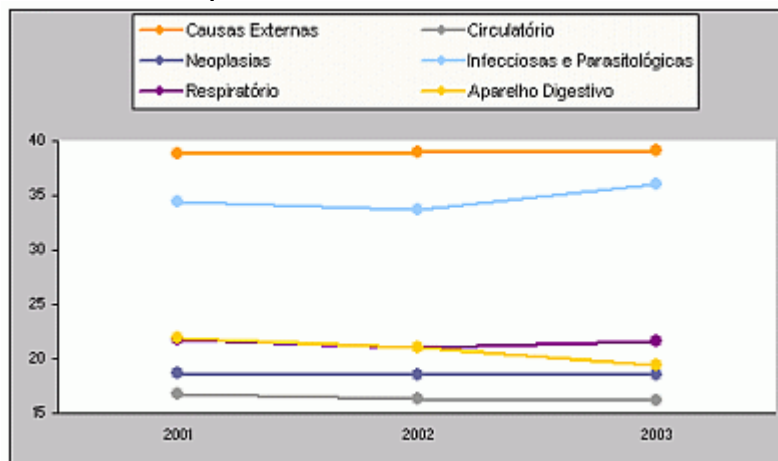
Sobre o indicador

A expectativa de vida é um indicador da condição social da população de determinado país ou região, pois está intimamente relacionado com o nível de acesso ao sistema de saúde local e a adequação deste em responder às necessidades da população. A expectativa de vida, além de ser um indicador do nível de qualidade da saúde pública, retrata, por extensão, o status social e econômico de uma determinada população.

Para comparação

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a expectativa de vida no Brasil, em 2001 era de 68,9 anos. Para o Rio Grande do Sul, este valor era, segundo a Secretaria da Saúde - RS, de 73,4 anos.

18. MORTE PREMATURA: Média de anos de vida perdidos devido à morte por doenças, que ocorrem em idade abaixo da expectativa de vida média.

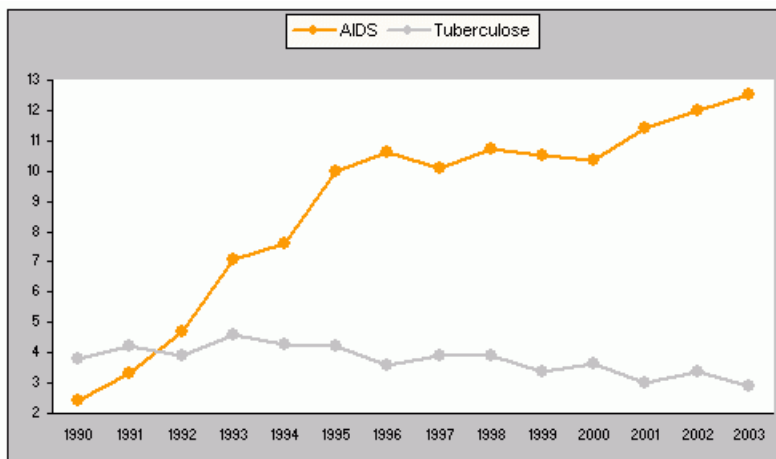


Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

Sobre o indicador

A morte, fora da faixa de expectativa de vida, sugere que o sistema de saúde é inadequado em responder às necessidades da população.

19. DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS: Coeficientes de mortalidade por AIDS e tuberculose.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

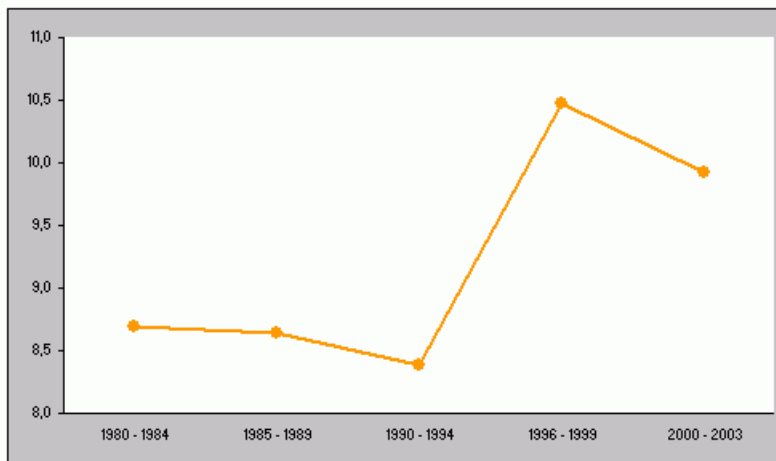
Sobre o indicador

Em conjunto com a educação, a saúde é um dos principais indicadores do desenvolvimento humano da população de uma determinada região e, por isso, normalmente, constitui-se em uma das áreas sociais prioritárias nos programas de desenvolvimento dos governos. Com relação às doenças infecto-contagiosas, o indicador é medido pela relação número de ocorrências de óbitos, devido à doença, por 100.000 habitantes.

Para comparação

Em 2003, segundo informações do Ministério da Saúde / Sistema Nacional de Agravos de Notificação, o coeficiente de incidência por AIDS no Brasil era de 18,4 casos por 100.000 habitantes. No Rio Grande do Sul este valor era de 31,4 casos por 100.000 habitantes. Em relação à tuberculose respiratória, em 2002, no Brasil, o coeficiente de mortalidade por tuberculose era de 2,73 óbitos por grupo de 100.000 pessoas, ao passo que no Rio Grande do Sul este valor era de 2,69.

20. MORTALIDADE POR LESÕES AUTOPROVOCADAS VOLUNTARIAMENTE (SUICÍDIO):
Coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente.



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

Sobre o indicador

O coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio) é o número de óbitos por 100.000 habitantes nesse tipo de ocorrência. Ele é um importante indicador de saúde pública, pois, além de mensurar a prematuridade da ocorrência de óbitos, ele salienta a relevância a ser dada aos problemas de saúde mental, incluindo a depressão.

Para comparação

Segundo o Ministério da Saúde, em 2002, o coeficiente de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente (suicídio), no Brasil, era de 4,38 por grupo de 100.000 pessoas. No Rio Grande do Sul, este valor era de 9,83.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os gaúchos serão saudáveis.*

- 01. Pobreza infantil
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar

- 05. Abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes
- 06. Gravidez na adolescência
- 09. Peso ao nascer
- 10. Cobertura das campanhas de vacinação
- 23. Mortalidade por acidentes de trânsito
- 34. Qualidade de vida
- 51. Poluição do ar urbano

COMUNIDADE E DEMOCRACIA

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.

Os indicadores aqui utilizados apontam para algum progresso neste propósito. O indicador de trabalho voluntário apresenta uma firme tendência de crescimento. Em relação aos indicadores de criminalidade há uma tendência de redução no coeficiente de homicídios e uma pequena queda nos coeficientes de roubo e furto no último ano.

As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.

O indicador mostra uma leve tendência de redução no número de pessoas portadoras de deficiência no mercado formal de trabalho.

A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.

A tendência neste propósito é de progresso parcial, já que o indicador de abstenção eleitoral alterna muito seus valores, enquanto que, no processo de participação popular, a tendência é de crescimento no percentual de votantes.

Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

Não é possível estabelecer uma tendência segura para este propósito, já que os dois indicadores que o compõem oscilaram no período em que foram medidos.

Situação Atual

Os propósitos dessa área referem-se à importância da participação popular e da segurança nas comunidades. Alguns aspectos da vida em comunidade, como coeficientes de criminalidade e abstenção eleitoral, são indicadores razoavelmente fáceis de serem medidos. Já indicadores que tratam da eficiência dos serviços governamentais são de maior complexidade e, para tal, são efetuadas, pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, pesquisas de opinião que buscam avaliar a qualidade dos serviços públicos. Estas pesquisas apontam um maior grau de satisfação dos usuários com os serviços públicos no período 1998/2003.

Com relação à segurança pública, percebe-se que, contrapondo-se ao acréscimo da criminalidade no Rio Grande do Sul nos últimos anos, há um aumento na participação e solidariedade entre as pessoas. Comparativamente à situação nacional, observa-se que, nos propósitos e indicadores dessa área, a situação do Rio Grande do Sul é melhor nos indicadores de abstenção eleitoral e mortalidade por acidentes de transporte. Já nos coeficientes de criminalidade, em relação a furtos e roubos, a situação no Rio Grande do Sul é pior que a média nacional. Entretanto, o coeficiente de homicídios, além de diminuir a partir de 2003, é inferior à média do País.

Progressos

Houve algum progresso, ainda que pequeno, em cada um dos propósitos. Além de uma maior satisfação dos usuários com os serviços do governo, de acordo com a pesquisa de opinião efetuada pelo governo estadual, é significativo o aumento no número de escolas, pessoas físicas e jurídicas que se cadastram em programas de trabalho voluntário. No quesito participação popular, apesar de ocorrerem flutuações nos percentuais de abstenção eleitoral, a obrigatoriedade do voto o torna pequeno, quando comparado a outros países. Também no Processo de Participação Popular o percentual de votantes na segunda edição foi maior do que na primeira. Na área de segurança pública houve uma redução no coeficiente de homicídios e mortalidade por acidentes de trânsito entre 2002 e 2004 e uma leve redução nos coeficientes de roubo e furto em 2004. É interessante observar que o indicador de mortalidade por acidentes de trânsito é sempre maior que os coeficientes de homicídio e, também, irá se refletir na mortalidade por causas externas.

Desafios

Apesar de determinados progressos em alguns dos propósitos, muitos desafios permanecem e são preocupantes. Um deles é a baixa participação das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho formal. Uma grande preocupação é com os coeficientes de criminalidade de roubos e furtos. No Rio Grande do Sul, eles são maiores que a média nacional. Outro indicativo do aumento da criminalidade é o aumento de crimes cometidos por crianças e adolescentes. Já a relação do preço cobrado pelos governos estadual e municipais para prestação dos serviços teve uma leve tendência de queda nos últimos anos, exceto em 2002; mas, mesmo assim, encontra-se em um patamar bastante elevado, quando comparado a seu menor valor histórico.

PROPÓSITO: NOSSAS COMUNIDADES SERÃO SEGURAS, AMISTOSAS E SOLIDÁRIAS.

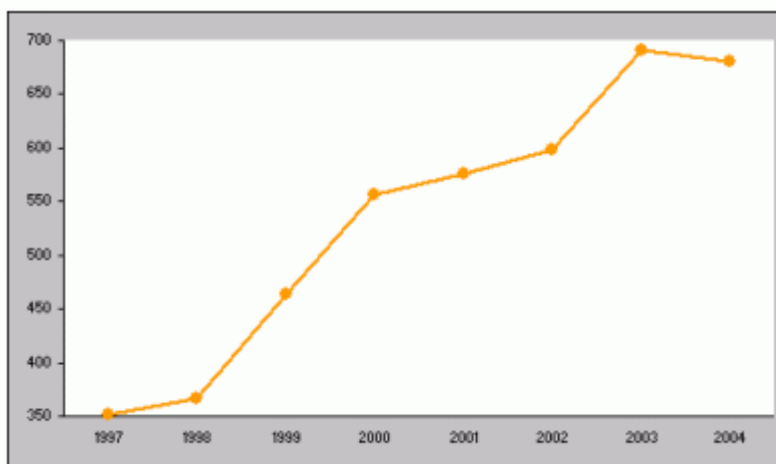
As pessoas querem sentir-se confortáveis e seguras em suas comunidades. Quando estes sentimentos prevalecem, as pessoas tendem a ter um maior envolvimento com suas comunidades.

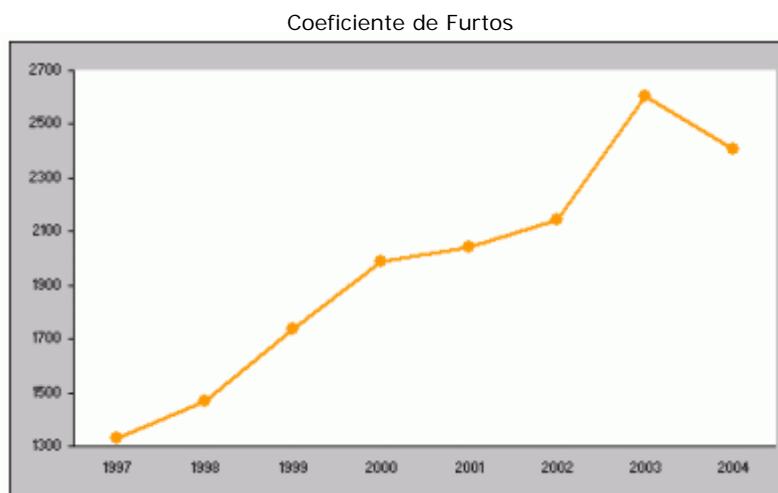
21. VIOLÊNCIA E PROPENSÃO AO CRIME: Coeficientes de homicídios, furtos e roubos.

Coeficiente de Homicídios



Coeficiente de Roubos





Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico 2000

Sobre o indicador

Os coeficientes de criminalidade são importantes aspectos em relação à segurança da comunidade e são medidos como o número de ocorrências nos delitos de homicídio, furto e roubo para cada grupo de 100.000 pessoas.

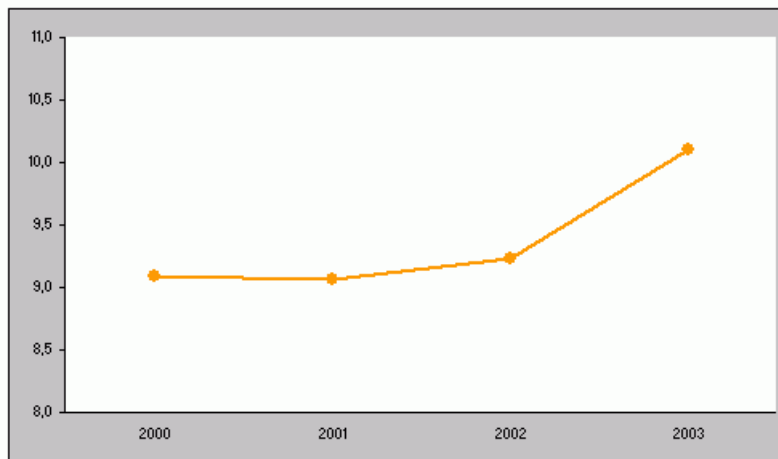
Para comparação

Coeficientes de criminalidade no Brasil e Rio Grande do Sul, em 2003.

	Homicídios	Roubo	Furtos
Brasil	23,0	483,9	1.201,2
Rio Grande do Sul	12,7	652,9	2.444,10

Fonte: Ministério da Justiça; Secretaria da Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

22. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INFRATORES: Coeficiente de ocorrências criminais por autoria de crianças e adolescentes.

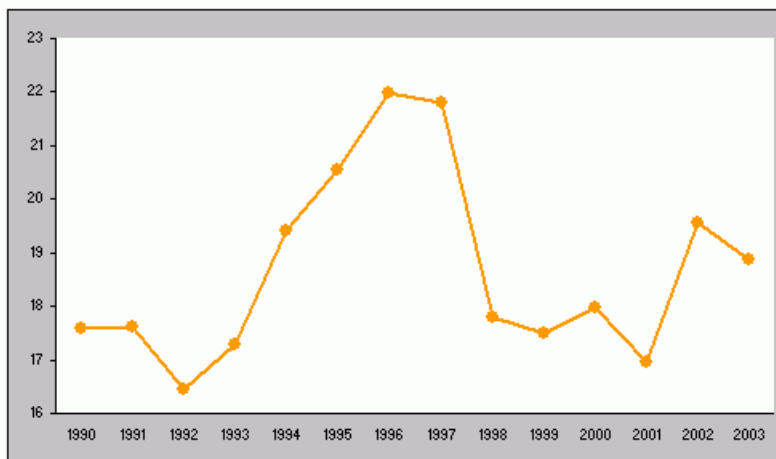


Fonte: Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul / Delegacia da Criança e do Adolescente e Polícia Civil / Divisão de Planejamento e Coordenação - Serviço de Estatística; IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico 2000

Sobre o indicador

Este indicador mede o número de ocorrências criminais cometidos por crianças e adolescentes, por grupo de 1.000 habitantes com idade entre 10 e 17 anos. Os números da criminalidade infanto-juvenil são importantes fatores de segurança para a comunidade. Também é um indicador que, normalmente, retrata a qualidade no ambiente familiar da criança e do adolescente.

23. MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRÂNSITO: Coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde / NIS

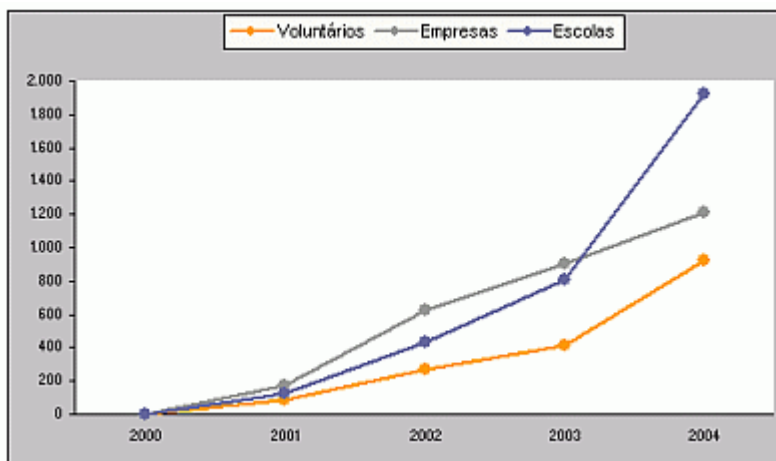
Sobre o indicador

Coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito é o número de óbitos em uma comunidade, por 100.000 habitantes, neste tipo de ocorrência. Este indicador reflete o nível de compatibilidade entre o ambiente construído das cidades, o comportamento de motoristas e pedestres e a educação e fiscalização do trânsito. Além disso, também reflete o impacto sobre o custo da saúde pública dos acidentados, sem contar os prejuízos causados às pessoas que adquirem deficiências físicas permanentes.

Para comparação

Segundo informações do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, em 2001, o coeficiente de mortalidade por acidentes de trânsito para o Brasil era de 11,6 e o do Rio Grande do Sul 9,2.

24. TRABALHO VOLUNTÁRIO: Variação percentual do número de pessoas, empresas e escolas envolvidas em trabalho voluntário na ONG Parceiros Voluntários (2000 = 0).



Fonte: ONG Parceiros Voluntários

Sobre o indicador

O trabalho voluntário reflete o senso de comprometimento com a comunidade, pois é aquele serviço, não remunerado, prestado por pessoas em benefício da comunidade. O trabalho realizado é gerado pelo impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo, quanto às suas próprias motivações pessoais.

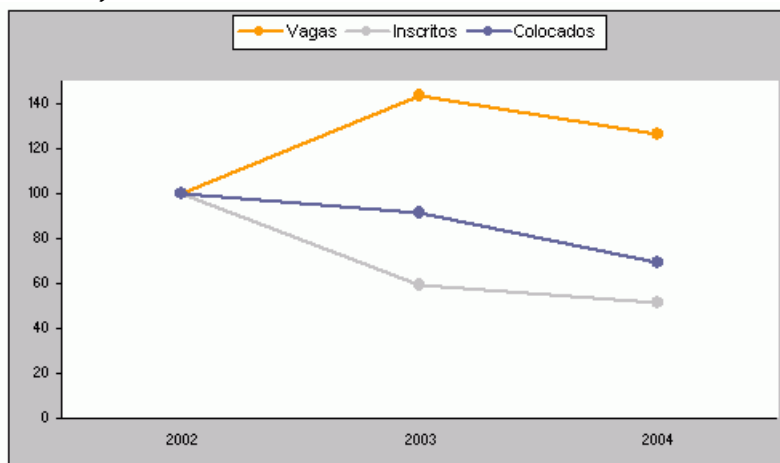
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.*

- 17. Expectativa de vida
- 18. Morte prematura

PROPÓSITO: AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA ESTARÃO INTEGRADAS À COMUNIDADE.

Este propósito reflete a luta pela inclusão, cidadania e equiparação de oportunidades a um importante segmento da população gaúcha: as pessoas portadoras de deficiência.

25. EMPREGO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA: Variação percentual do número de vagas existentes para PPDs, de PPDs inscritos e de PPDs colocados no mercado formal de trabalho (2002 = 100).



Fonte: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social / SINE

Sobre o indicador

O nível de emprego, entre as pessoas portadoras de deficiência, é um importante indicativo da sua participação na vida da comunidade.

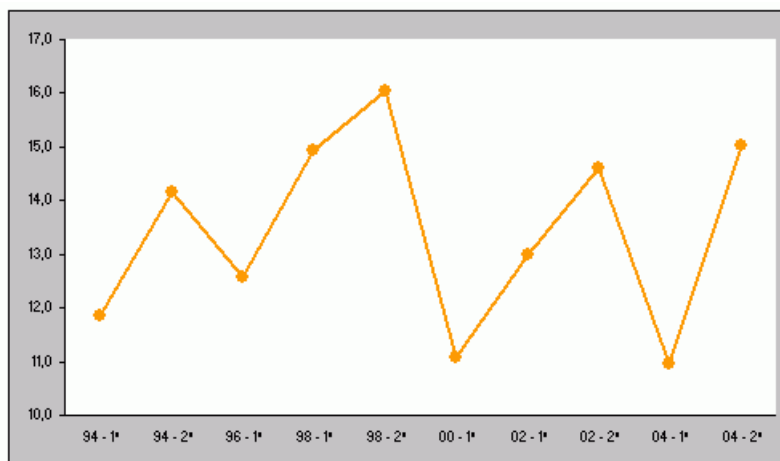
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.*

31. Nível de ocupação da PEA

PROPÓSITO: A POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL PARTICIPARÁ DAS DECISÕES E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.

Este propósito reflete o desejo dos gaúchos em ter um governo representativo e democrático, bem como acreditar que uma ampla participação dos cidadãos no processo político e nas decisões governamentais são sinais de uma democracia saudável.

26. ABSTENÇÃO ELEITORAL: Percentual de abstenção eleitoral em relação ao total de eleitores.



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

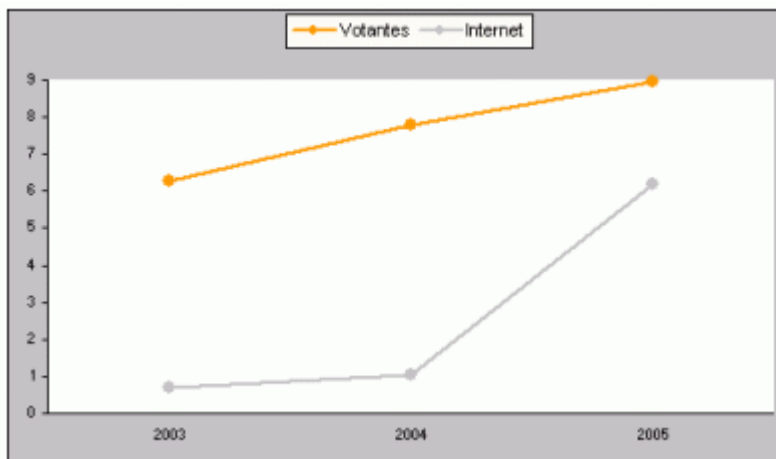
Sobre o indicador

Este é um indicador que demonstra o grau de interesse do cidadão e no seu poder de interferir na condução da política governamental.

Para comparação

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, a abstenção eleitoral no 1º turno das eleições de 2004, no Brasil, foi de 14,19%. Já, no Rio Grande do Sul, este valor foi de 10,97%.

27. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: Percentual de votantes no Processo de Participação Popular em relação ao total de eleitores.



Fonte: Gabinete da Vice-Governadoria do Rio Grande do Sul

Sobre o indicador

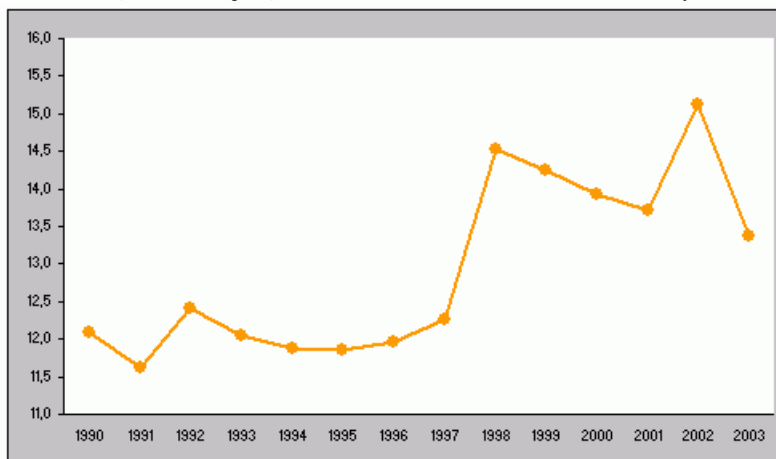
Este é um importante instrumento político, pois estimula o interesse do cidadão na participação da elaboração da peça orçamentária, bem como nas discussões das estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul amadureceu, ao longo da última década, diversas experiências de participação popular em busca da qualificação de sua política, preservando sua condição de vanguarda no cenário nacional. O Processo de Participação Popular é uma síntese daquilo que há de melhor em cada uma delas, integrando-se, definitivamente, como uma instituição na vida política do Estado. Desta forma, busca-se um salto, no sentido do aprofundamento da democracia e da consolidação da participação popular nas decisões de governo. É importante salientar que o seu sucesso depende, entretanto, da participação de cada cidadão.

PROPÓSITO: OS GOVERNOS MUNICIPAIS E ESTADUAL PRESTARÃO UM SERVIÇO EFICIENTE E EFICAZ, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO QUE O UTILIZA.

Este propósito procura avaliar se a contribuição dos gaúchos para a manutenção dos serviços públicos municipais e estaduais está em consonância com a qualidade dos serviços prestados.

28. PREÇO DO GOVERNO: Participação percentual das receitas correntes municipal e estadual na renda per capita da população (receitas correntes tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras).



Fonte: Secretaria da Fazenda / Contadoria e Auditoria-Geral do Estado / Balanço Geral do Estado de 1986 a 2000; Tribunal de Contas do Estado / Contas Públicas; Fundação de Economia e Estatística.

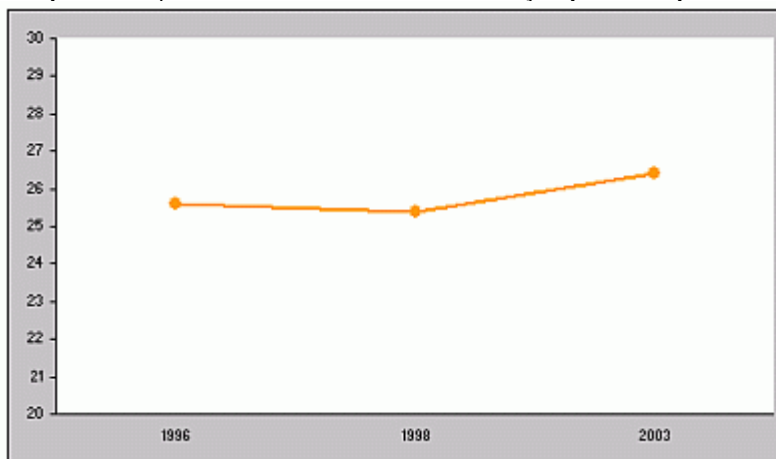
Sobre o indicador

Este indicador busca medir a relação custo/benefício dos serviços prestados pelos governos municipais e estadual às comunidades do Rio Grande do Sul.

Para comparação

Segundo o IBGE / Sistema de Contas Nacionais a carga tributária bruta federal (impostos + taxas + contribuições) em relação ao PIB, nos anos de 2000 a 2003 foi respectivamente: 21,50; 22,71; 23,95 e 23,10.

29. SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DO GOVERNO: Percentual de usuários muito satisfeitos e satisfeitos com a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelo Estado.



Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento / DADE

Sobre o indicador

A Lei Estadual 11.075/98 instituiu o Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos que busca níveis crescentes de universalização e qualidade dos serviços públicos e determina à Secretaria da Coordenação e Planejamento e à AGERGS a tarefa de acompanhar as metas, os indicadores e a opinião dos seus usuários através de pesquisas periódicas.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo as necessidades da população que o utiliza.*

30. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado

ECONOMIA

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos.

O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.

A economia do Rio Grande do Sul, na última década, tem se alternado, de forma cíclica, entre períodos de maior e menor crescimento. Na maioria das vezes, isso ocorre devido à subordinação da economia gaúcha às políticas macroeconômicas (taxa de câmbio, taxa de juros etc.) do Governo Federal. A tendência é que esta situação permaneça.

O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos trabalhadores.

De acordo com o indicador que procura medir esse propósito, a tendência é de progresso em relação a esse aspecto.

Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.

A tendência é de haver algum progresso em relação a este propósito sem, entretanto, alcançar todos os gaúchos.

Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

Pode-se dizer que não há tendência de progresso em relação a este propósito, pois o déficit habitacional deve crescer e o indicador de casa própria deve manter-se, mais ou menos, estável.

Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.

Pode-se afirmar que há pouco progresso nesse propósito, pois a tendência, de acordo com os indicadores de resultado aqui utilizados, é que as localidades que se caracterizam por pequenos municípios continuem a enfrentar as mesmas dificuldades para estimular seu desenvolvimento.

Situação Atual

Uma região ou localidade que almeja uma economia forte e saudável não deve se basear apenas nos propósitos referentes à situação das famílias ou de indivíduos, de forma isolada, mas deve levar em consideração outros fatores, tais como: qualidade da educação e proteção ao meio ambiente, por exemplo, que são as bases de uma economia saudável, além de garantirem sua sustentabilidade. O Rio Grande do Sul sempre foi considerado um estado brasileiro com uma economia forte, além de oferecer um bom padrão de vida à sua população. Entretanto, observando-se os indicadores de resultado dos

vários propósitos de melhoria, aqui apresentados, observa-se que são grandes os desafios, e há muito que fazer para garantir um crescimento econômico constante e sustentável do Rio Grande do Sul. Confrontando esses propósitos com a situação nacional, observa-se que o Rio Grande do Sul está melhor no indicador de taxa de pobreza, levemente melhor no número de adultos com educação superior, média mensal da renda das famílias, casa própria e condições da malha viária. Com relação ao Produto Interno Bruto, em 2004, o crescimento do PIB do Rio Grande do Sul foi menor que o nacional, embora o PIB per capita dos gaúchos seja maior que o nacional há vários anos.

Progressos

Na área de economia, houve algum progresso no indicador de qualidade de vida da população gaúcha, conforme é possível comprovar através do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), apesar de sua quase estabilização nas últimas medições. Nos últimos anos, está havendo uma tendência de crescimento no percentual de adultos com Educação Superior. Os conceitos de condições da malha viária melhoraram a partir de 2004, mantendo-se no mesmo patamar em 2005 e, de acordo com o Censo de 2000 – IBGE, apenas quatro unidades da Federação têm renda média maior que a do Rio Grande do Sul: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, na ordem.

Desafios

Apesar de ter havido algum progresso nos indicadores de qualidade de vida da população do Rio Grande do Sul, esse sinal de prosperidade não alcançou a todos os gaúchos. Houve um acréscimo no percentual de pessoas com rendimento médio mensal de até um salário mínimo e com relação à moradia, no período 1991-2000 houve um acréscimo no *déficit* habitacional do Rio Grande do Sul. É interessante observar que ocorreu uma pequena diminuição no *déficit* habitacional rural. Não se deve pensar que a situação rural tenha melhorado, mas sim que, nesse período, houve uma migração para os centros urbanos gaúchos. Além disso, o percentual de famílias gaúchas com casa própria tem-se mantido praticamente inalterado.

Os maiores desafios, segundo a avaliação dos indicadores de resultado, são viabilizar economicamente as pequenas localidades urbanas e rurais. Quase 50% dos municípios gaúchos tiveram decréscimo populacional entre 2001 e 2004 e, quase um terço deles, ainda não têm acesso asfáltico à sede municipal – dados de 2003. A maioria desses municípios caracteriza-se como pequenas localidades. Também, nas pequenas localidades, houve uma diminuição no número de empresas existentes.

Por fim, em relação à renda, dos vinte e dois* Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em apenas dois, no Metropolitano Delta do Jacuí e Serra, o rendimento médio do responsável pelo domicílio está acima do valor médio (R\$ 800,00) do Estado.

Nota:

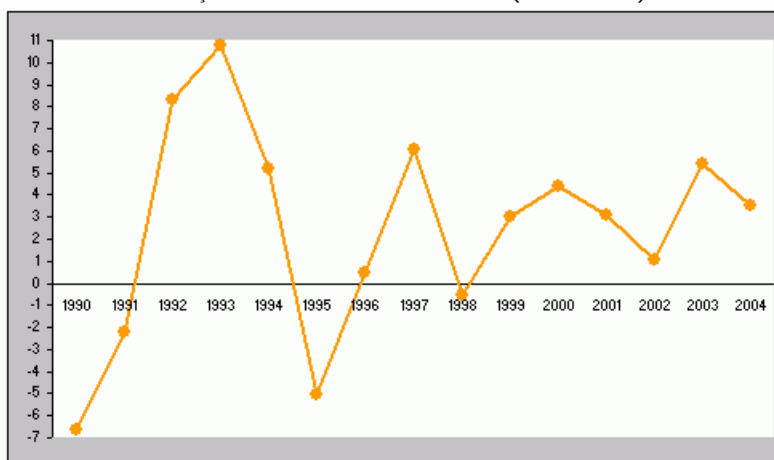
* À época dos levantamentos feitos, existiam 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Atualmente são 24 COREDES.

PROPÓSITO: O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL SERÁ CONTÍNUO E SUSTENTÁVEL.

O crescimento econômico é responsável pela criação de novos empregos e melhores oportunidades de trabalho, resultando em significativa melhoria do padrão de vida das pessoas. Entretanto, é importante que ele seja realizado de forma sustentável, através de ações de longo prazo que resultem em prosperidade econômica e de proteção ao meio ambiente.

30. CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO: Variação percentual do Produto Interno Bruto.

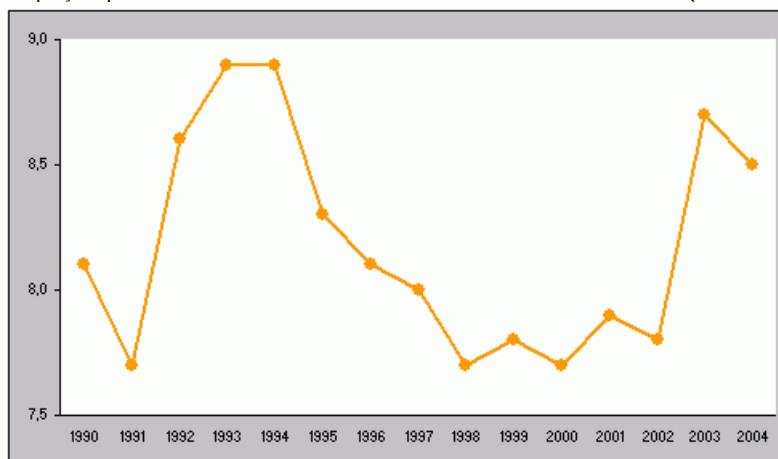
Variação Percentual do PIB do RS (1990-2004).



Fonte: Fundação de Economia e Estatística / Núcleo de Contabilidade Social e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Departamento de Contas Nacionais.

Nota: Para os anos de 2003 e 2004, as estimativas são preliminares.

Participação percentual PIB do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil (1990-2004).



Fonte: Fundação de Economia e Estatística / RS - Núcleo de Contabilidade Social; IBGE/Departamento de Contas Nacionais

Nota: Para os anos de 2003 e 2004, as estimativas são preliminares.

Sobre o indicador

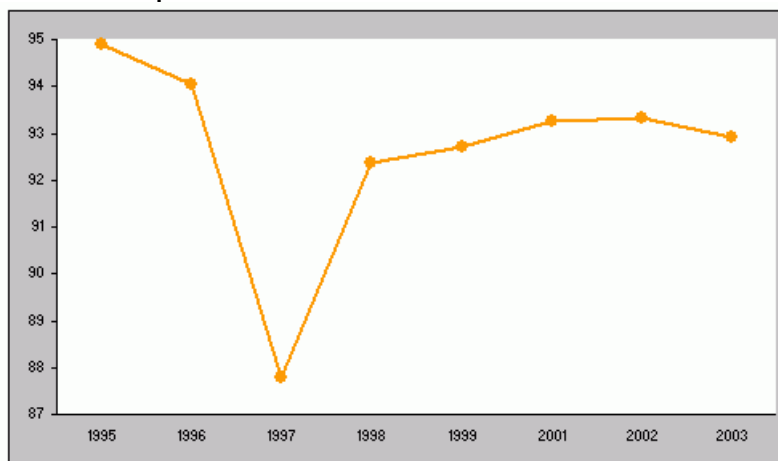
O produto interno bruto – PIB é a medida mais comum do desempenho de uma economia. O crescimento contínuo do PIB é um indicador de economia saudável.

Para comparação

Variação anual do Produto Interno Bruto do Brasil, segundo o IBGE e do Rio Grande do Sul, segundo a Fundação de Economia e Estatística:

	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	4,4	1,3	1,9	0,5	5,3
Rio Grande do Sul	4,4	3,1	1,1	5,4	3,6

31. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA: Percentual da População Economicamente Ativa ocupada.



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

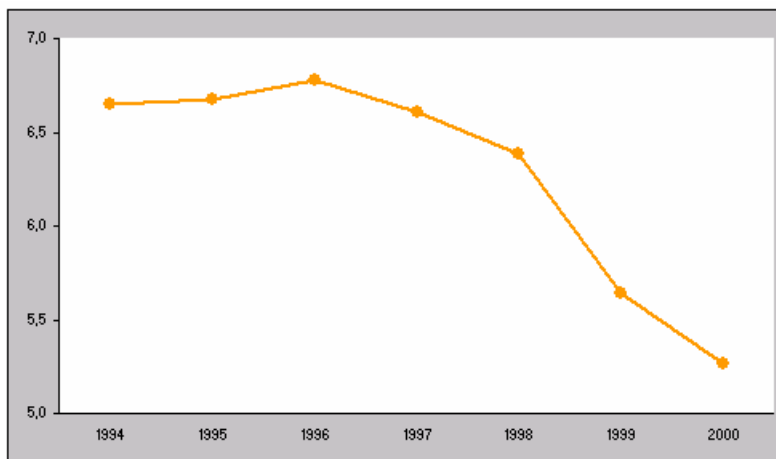
Sobre o indicador

Taxas elevadas de ocupação da PEA é um indicativo de uma economia regional forte e sustentável.

Para comparação

Segundo o IBGE / PNAD, em 2003, o percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, ocupadas na semana de referência da pesquisa no Brasil era de 95,2%, e no Rio Grande do Sul, 92,9%.

32. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA ECONOMIA: Quantidade de PIB produzido com uma unidade de energia.



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul 1999-2000; FEE - Fundação de Economia e Estatística; IBGE / Departamento de Contas Nacionais.

Nota: Para efeito de comparação foram considerados PIB, consumo de energia e a produtividade energética para 1994 = 100.

Sobre o indicador

A eficiência energética da economia é calculada dividindo-se o Produto Interno Bruto - PIB pelo consumo total de energia, no período de um ano. O resultado da divisão é a quantidade de PIB produzida, em reais (R\$), com uma unidade de energia, medida em toneladas equivalentes em petróleo (tEP). Quanto maior o valor desta razão, mais eficiente será a economia em termos energéticos.

Para comparação

A quantidade de PIB, em reais, produzido por tonelada equivalente em petróleo - tEP, em 2000, no Brasil foi de R\$ 7.230,00. No Rio Grande do Sul este valor foi de R\$ 5.270,00. Fonte: Balanços Energéticos Consolidados do RS e Brasil

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.*

35. Média da renda das famílias do Rio Grande do Sul comparada com a média da renda das famílias no Brasil

40. Demografia de empresas

41. Disparidades regionais na renda

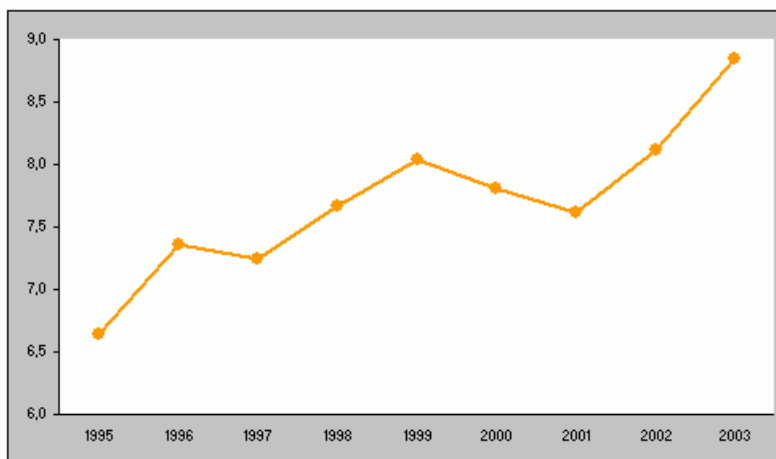
44. Consumo de energia *per capita*

45. Fontes renováveis de energia

PROPÓSITO: O RIO GRANDE DO SUL SERÁ COMPETITIVO NOS MERCADOS NACIONAL E INTERNACIONAL, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SEUS TRABALHADORES.

Este propósito baseia-se na necessidade, cada vez maior, de se ter uma força de trabalho qualificada, em conhecimento e habilidades, para que a economia gaúcha se mantenha forte e competitiva.

33. ADULTOS COM EDUCAÇÃO SUPERIOR: Percentual da população de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE / PNAD e Censo 2000

Sobre o indicador

Estados e regiões que têm a sua população adulta com um elevado nível de educação tendem a ter economias mais fortes e saudáveis e, conseqüentemente, proporcionar um melhor padrão de vida em suas comunidades. Uma força de trabalho bem qualificada, em conhecimento e habilidades, especialmente em áreas tecnológicas, também é um importante fator para a atração de investimentos externos e novas indústrias.

Para comparação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD do IBGE, no Brasil, em 2003, 8,09% da população adulta - acima de 25 anos, possuía educação de nível superior. No Rio Grande do Sul este valor correspondia a 8,84% da população adulta.

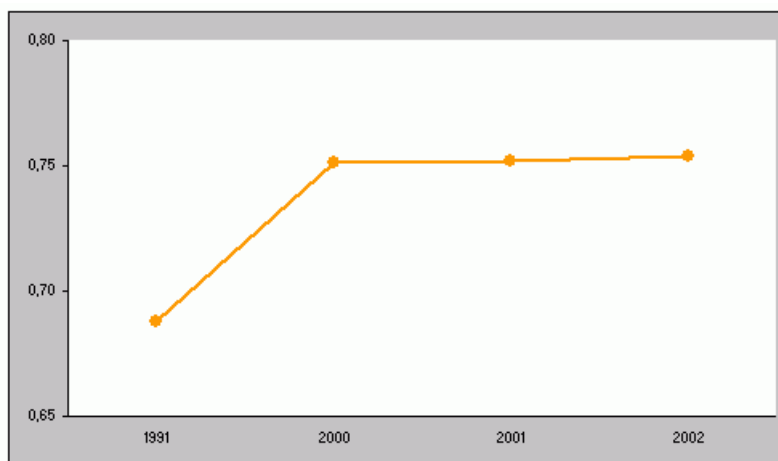
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional através da educação e capacitação dos trabalhadores*

- 14. Ingresso na Universidade
- 15. Concluintes no Ensino Médio

PROPÓSITO: OS GAÚCHOS DEVERÃO TER CONDIÇÕES ECONÔMICAS PARA MANTER UM BOM PADRÃO DE VIDA.

As avaliações objetivas da gestão, da qualidade e do padrão de vida da população de uma determinada região ou localidade permitem aumentar a eficiência e a eficácia da administração pública, contribuindo para o estabelecimento de metas e prioridades.

34. QUALIDADE DE VIDA: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE.



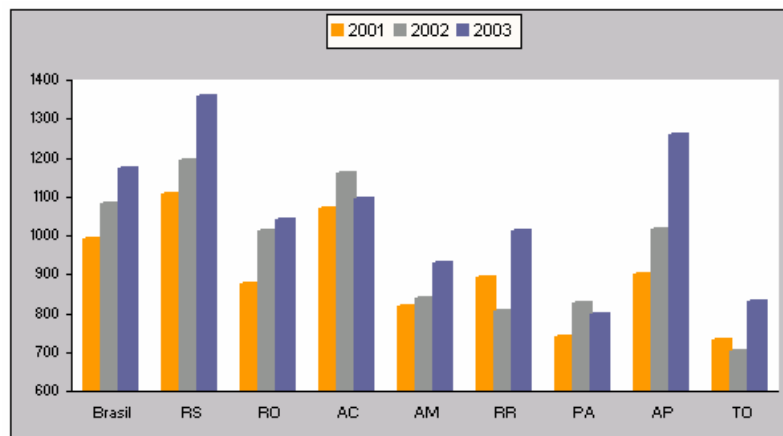
Fonte: Fundação de Economia e Estatística

Sobre o indicador

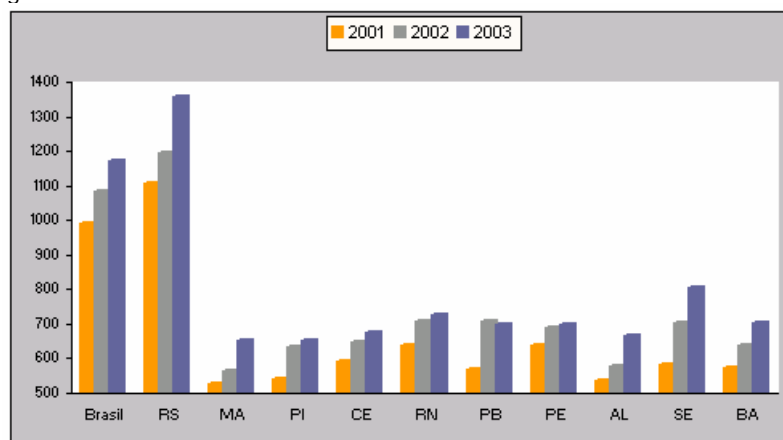
O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) é um índice sintético, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios e do Estado. O IDese é resultado da agregação, com a mesma ponderação, de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Cada um dos blocos, por sua vez, resulta da agregação de diferentes variáveis. Os índices variam de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento total). Localidades com índice até 0,499 têm desenvolvimento considerado baixo; localidades com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento e localidades com índices maiores do que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

35. RENDA FAMILIAR: Valor do rendimento médio mensal domiciliar, em reais (R\$), no Rio Grande do Sul e nas demais unidades da federação.

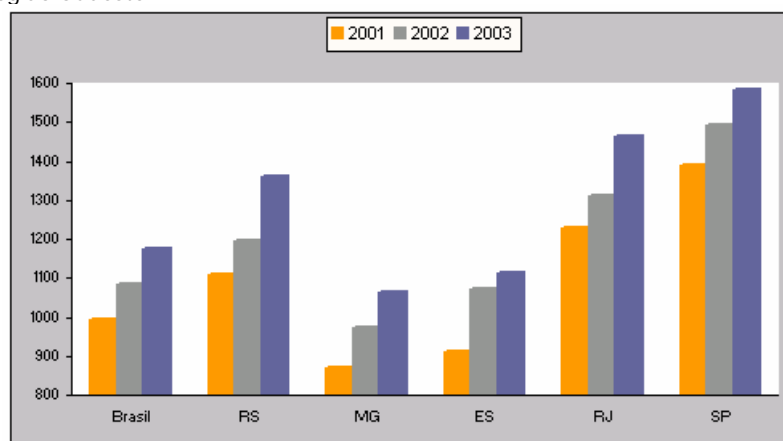
Brasil x RS x Região Norte



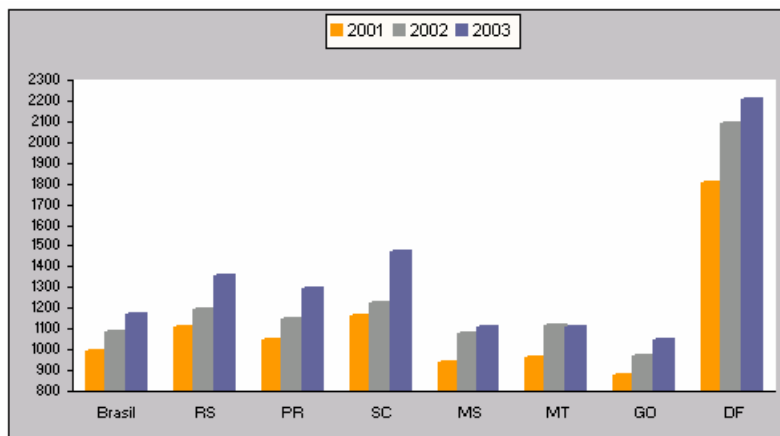
Brasil x RS x Região Nordeste



Brasil x RS x Região Sudeste



Brasil x Rs x Região Sul x Região Centro-Oeste

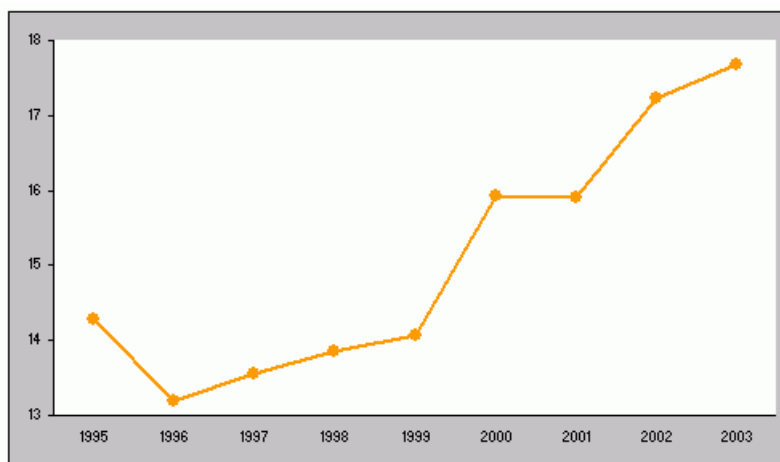


Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Sobre o indicador

A comparação entre o rendimento médio das famílias no Rio Grande do Sul com o das famílias brasileiras fornece uma indicação da situação econômica das famílias que vivem no Estado em relação às famílias do restante do País.

36. TAXA DE POBREZA: Percentual da população de 10 anos ou mais de idade com rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo.



Fonte: IBGE / PNAD e Censo 2000

Sobre o indicador

O indicador mostra o percentual da população que não tem condições de manter um padrão mínimo aceitável de vida.

Para comparação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, em 2003, 23,03% das pessoas de dez anos ou mais de idade no Brasil, tinham rendimento médio mensal de até um salário mínimo. No Rio Grande do Sul este número correspondia a 17,67% das pessoas.

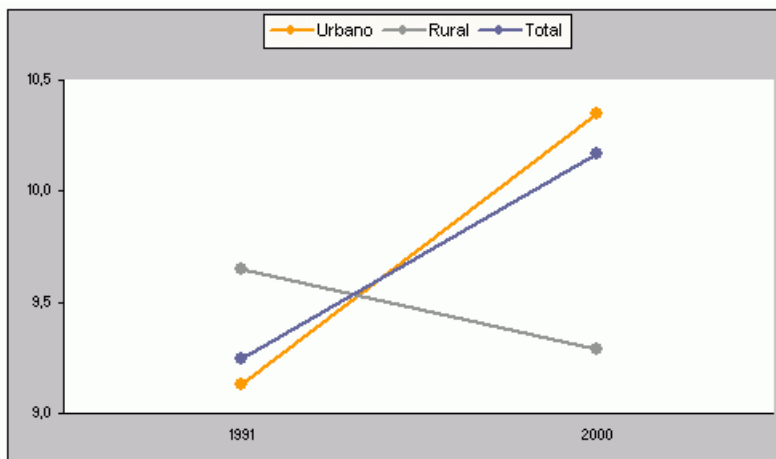
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida*

- 01. Pobreza infantil
- 02. Crianças de baixa renda em idade escolar
- 41. Disparidades regionais na renda

PROPÓSITO: TODOS OS CIDADÃOS DEVERÃO TER UMA MORADIA DIGNA E RECURSOS PARA PROVÊ-LA.

O dimensionamento das necessidades habitacionais torna-se um dos elementos de fundamental importância para o embasamento e tomadas de decisão de políticas de ações públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, uma comunidade com boa quantidade de famílias com casas próprias é um bom indicativo de que a economia local é próspera e saudável.

37. DÉFICIT HABITACIONAL: Estimativa percentual do déficit habitacional urbano, rural e total, em relação ao número de domicílios particulares permanentes urbanos, rurais e totais existentes.



Fonte: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do RS / SEHADUR; Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informação - Déficit Habitacional no Brasil 2000; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Censo Demográfico 1991 e 2000.

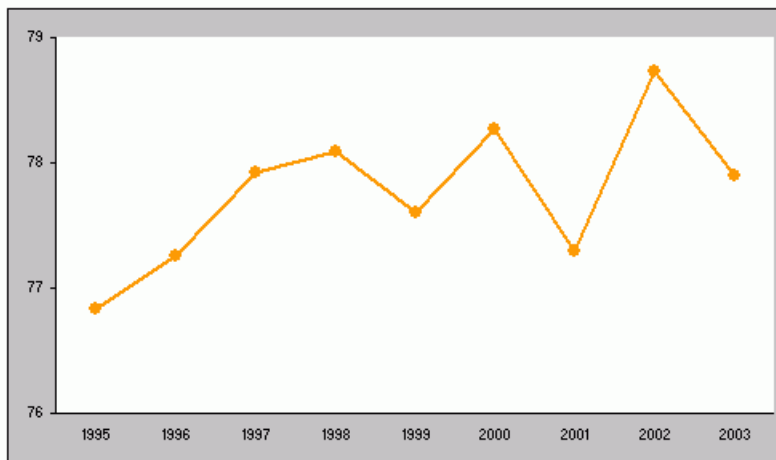
Sobre o indicador

Este indicador reflete o nível de carência de unidades habitacionais para abrigar pessoas ou famílias sem moradia ou com moradias consideradas inadequadas no Rio grande do Sul.

Para comparação

As estimativas para os déficits habitacionais urbano, rural e total, em percentual, para o Brasil, em 2000, segundo a Fundação João Pinheiro, eram respectivamente de 14,50; 16,64 e 14,86%. Para o Rio Grande do Sul esses valores eram 10,35; 9,29 e 10,17%.

38. CASA PRÓPRIA: Percentual de famílias residentes em domicílio particular permanente próprio.



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo 2000

Sobre o indicador

Além da importância da casa própria na estabilidade de uma família, normalmente, ela é um indicativo das boas condições dessa habitação para se morar, e de um adequado padrão de vida do proprietário.

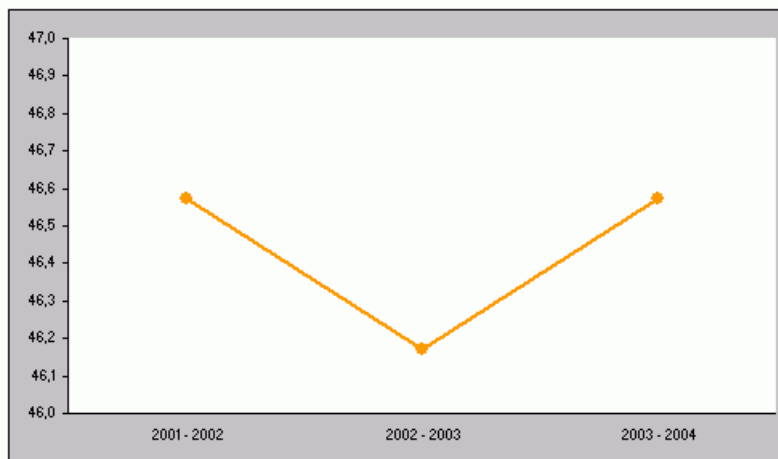
Para comparação

Segundo levantamento da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio / IBGE, em 2003, 73,71% das famílias brasileiras possuíam domicílio próprio. No Rio Grande do Sul, este valor correspondia a 77,90% das famílias.

PROPÓSITO: PEQUENAS COMUNIDADES SERÃO ECONOMICAMENTE VIÁVEIS, COM BOAS CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA, EMPREGO, EDUCAÇÃO E LAZER.

Os gaúchos valorizam a liberdade de escolher o lugar onde pretendem viver sem obrigar seus filhos a se afastarem em busca de melhores condições de vida. Este propósito está relacionado às condições de viabilidade econômica e de infra-estrutura das pequenas comunidades gaúchas urbanas e rurais.

39. ÊXODO MUNICIPAL: Percentual de municípios com crescimento populacional negativo.

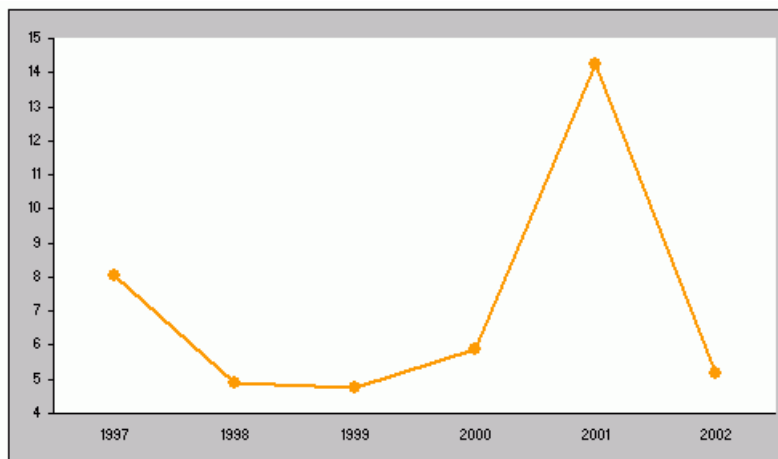


Fonte: Fundação de Economia e Estatística

Sobre o indicador

Municípios que apresentam decréscimo populacional, normalmente, estão com sua economia estagnada ou em declínio, indicando um aumento nos índices de desemprego e pobreza.

40. DEMOGRAFIA DE EMPRESAS: Variação percentual do número de empresas no ano em relação ao ano anterior.



Fonte: IBGE / Cadastro Central de Empresas.

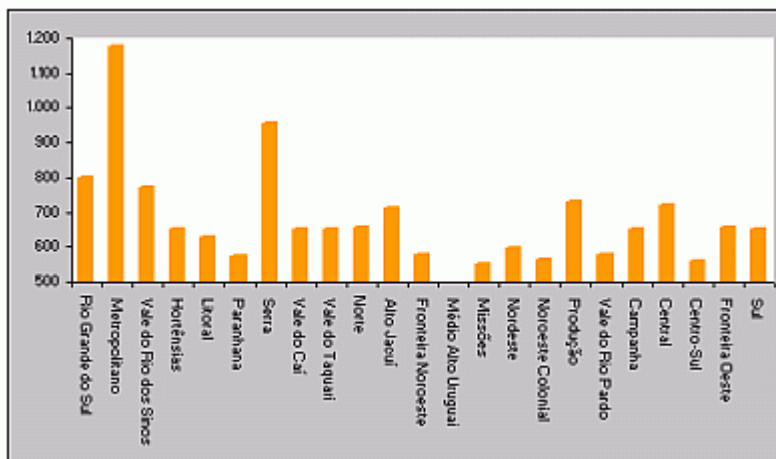
Sobre o indicador

A vitalidade econômica das comunidades depende da sua capacidade em manter e atrair novos empreendedores e negócios. Uma forma de medir esta vitalidade nos municípios do Rio Grande do Sul é através da demografia das empresas - a população de empresas, medida anualmente.

Para comparação

A variação no número de empresas, entre os anos de 2001 e 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, foi de +5,9%. No Rio Grande do Sul este valor foi de +5,2%.

41. DISPARIDADES REGIONAIS NA RENDA: Rendimento médio (R\$) do responsável pelo domicílio nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) em relação ao rendimento médio do responsável pelo domicílio no Estado em 2000.

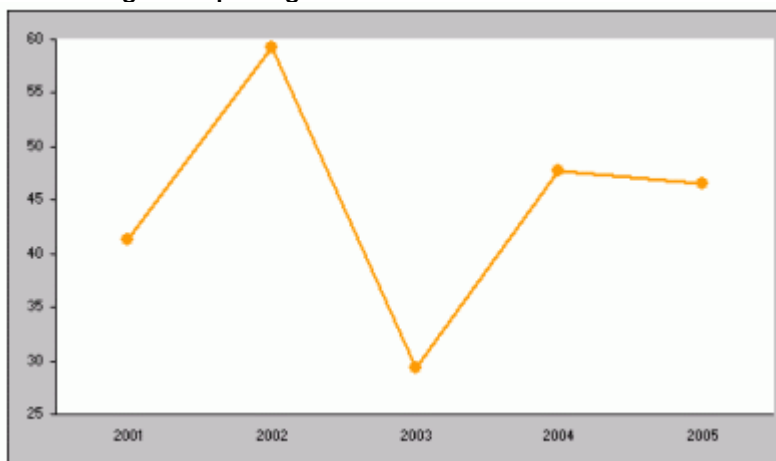


Fonte: IBGE / Censo 2000

Sobre o indicador

Este indicador aponta as diferenças de padrão e qualidade de vida entre as populações das várias regiões do Estado, através da medida do rendimento médio do responsável pelo domicílio.

42. CONDIÇÕES DA MALHA VIÁRIA: Percentual da malha rodoviária em boas condições de uso para o transporte de carga e de passageiros.



Fonte: Confederação Nacional do Transporte / Pesquisa Rodoviária

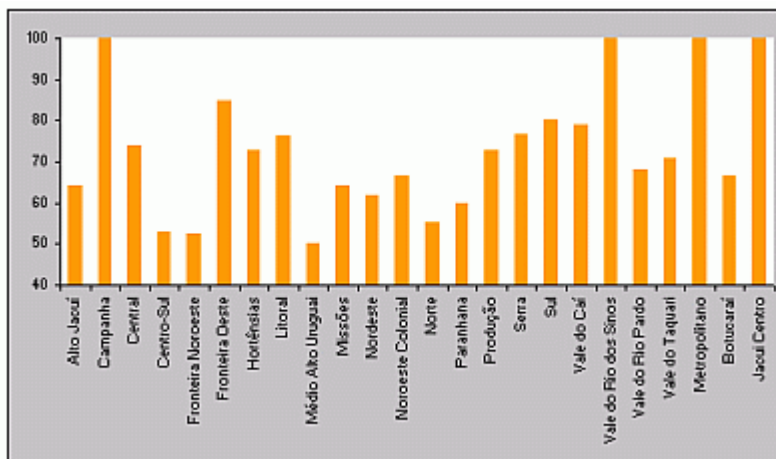
Sobre o indicador

A malha rodoviária apresenta um reflexo direto na economia, uma vez que ela interfere na produção e comercialização de produtos, assim como no plano das garantias individuais, como a acessibilidade, que está entre os direitos dos cidadãos de deslocarem-se.

Para comparação

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, no ano de 2004, o percentual das rodovias brasileiras em boas condições de uso (conceito ótimo e bom) foi de 25,3%. As rodovias gaúchas em boas condições totalizaram 47,8%.

43. ACESSO ASFÁLTICO ÀS SEDES MUNICIPAIS: Percentual de municípios com acesso asfáltico à sede nos Coredes.



Sobre o indicador

Este indicador reconhece a necessidade das comunidades, em especial das pequenas, de ter acessos asfálticos em boas condições para permitir o escoamento da produção local, o deslocamento de seus habitantes e o acesso de visitantes. Em 2003 existiam 148 municípios gaúchos – 29,8%, sem acesso asfáltico à sede municipal.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer*

- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA - população economicamente ativa
- 41. Disparidades regionais na renda

MEIO AMBIENTE

VISÃO GERAL

Tendências em cada um dos propósitos

Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.
 A movimentação dos indicadores em direção a esse propósito oscila bastante, não permitindo uma melhor avaliação de seu progresso geral.

Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

Por falta de informações sobre a evolução da maioria dos indicadores não há como avaliar se está ocorrendo algum progresso neste propósito. Fica a preocupação com espécies de flora e fauna em extinção, ou perigo de extinção. Entretanto, como contraponto, houve um considerável aumento no número de áreas naturais protegidas – Unidades de Conservação (UCs) – desde 1940.

A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

Para esse propósito, se não forem tomadas medidas preventivas, a tendência é de piora, conforme se pode observar pelos indicadores de poluição do ar urbano e qualidade das águas, embora o percentual de acidentes com transporte de cargas perigosas esteja sofrendo uma redução desde o ano de 2000. Não foi possível avaliar a evolução das áreas do Rio Grande do Sul que estão sofrendo o processo de arenização, pois as informações são apenas para o ano de 1989.

Situação Atual

Os propósitos de melhoria relacionados ao meio ambiente procuram adequar uma economia forte e saudável à sustentabilidade. Há uma maior preocupação, por parte da sociedade, com a manutenção dos recursos naturais e ecossistemas, diminuindo a pressão exercida sobre eles pelo aumento populacional, consumo de energia e desenvolvimento econômico.

Progressos

No período 1991/2000, em relação ao consumo de combustível por veículos, houve uma constante redução na utilização do álcool, o que também aconteceu com a gasolina, a partir de 1998. Esse fato indica uma diminuição do consumo *per capita*, já que a frota de veículos aumentou nesse período. Também a cobertura florestal do Estado apresentou um avanço significativo no período em que foi medida, 1983/2001, praticamente triplicando o seu valor, em percentual. Da mesma forma, entre 1990 e 2002, aumentou a produção de madeira em tora proveniente de florestas plantadas e diminuiu a de florestas nativas. Além disso, ocorreu um considerável aumento no número de áreas naturais protegidas. Por fim, o percentual de volume de resíduos sólidos coletados e conduzidos às unidades de

triagem e compostagem é quase três vezes maior no Rio Grande do Sul do que a média do Brasil. Esses progressos indicam que há uma maior conscientização da população gaúcha referente às questões relacionadas ao meio ambiente.

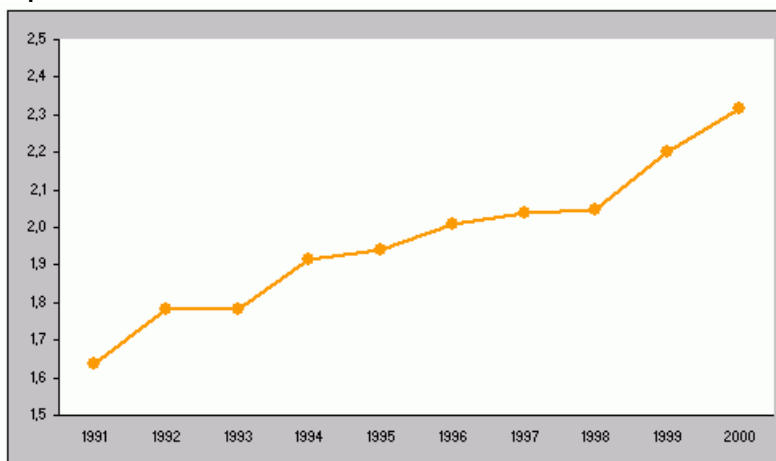
Desafios

Alguns desafios ainda permanecem, como a crescente utilização de combustível fóssil, principalmente de óleo diesel. Esse fato dá-se devido à quase exclusiva utilização do modal rodoviário para o transporte de cargas e mercadorias no Rio Grande do Sul. Além disso, nos últimos anos, vem ocorrendo uma diminuição nos índices de consumo de fontes renováveis de energia – hídrica, lenha e álcool. Houve, também, uma diminuição na qualidade do ar, e existem muitas espécies da flora e fauna gaúchas em extinção ou grande perigo de extinção.

PROPÓSITO: Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

A conservação dos chamados recursos naturais tornou-se questão estratégica para a sociedade contemporânea, visto que a sua oferta é limitada e a demanda é crescente. Assim, algumas questões como a promoção da utilização de fontes renováveis de energia e seu uso racional; a minimização da geração de resíduos sólidos e a sua reutilização; a conservação dos recursos hídricos e a cobertura florestal possibilitam o desenvolvimento das atividades econômicas da sociedade sem degradar o ambiente e asseguram às próximas gerações as mesmas perspectivas de desenvolvimento.

44. CONSUMO PER CAPITA DE ENERGIA: Consumo per capita de energia em toneladas equivalentes de petróleo.



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação de Economia e Estatística - FEE.

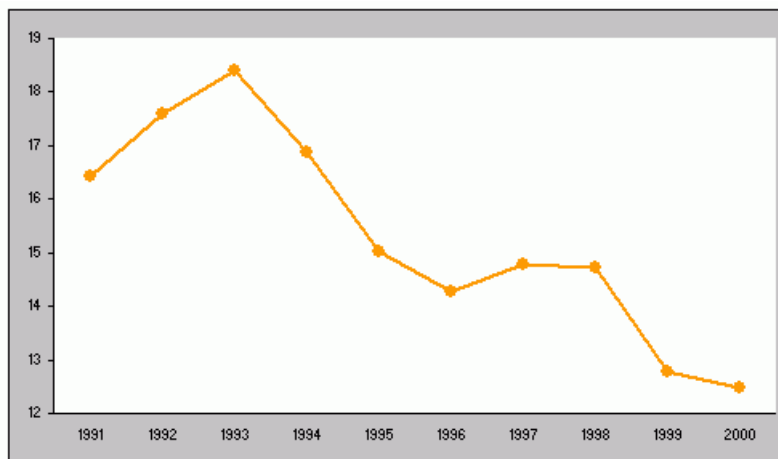
Sobre o indicador

O consumo de energia é uma boa medida, tanto da saúde da economia, como da do meio ambiente, já que, praticamente, toda a atividade econômica requer a utilização de alguma forma de energia e, qualquer forma de produção e utilização de energia, causa algum impacto ao meio ambiente.

Para comparação

Nos países industrializados da União Européia, o consumo médio em 1998 era de 3,22 tEP/per capita, enquanto a média mundial era de 1,66 tEP/per capita. No Brasil, o consumo de energia em 1998 era de 1,3 tEP/per capita e em 2000 caiu para 0,89 tEP/per capita, segundo o Balanço Energético Nacional 2002 do Ministério de Minas e Energia.

45. FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA: Participação percentual de fontes renováveis na composição da matriz energética (fontes renováveis=hídrica, lenha e álcool).



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Rio Grande do Sul

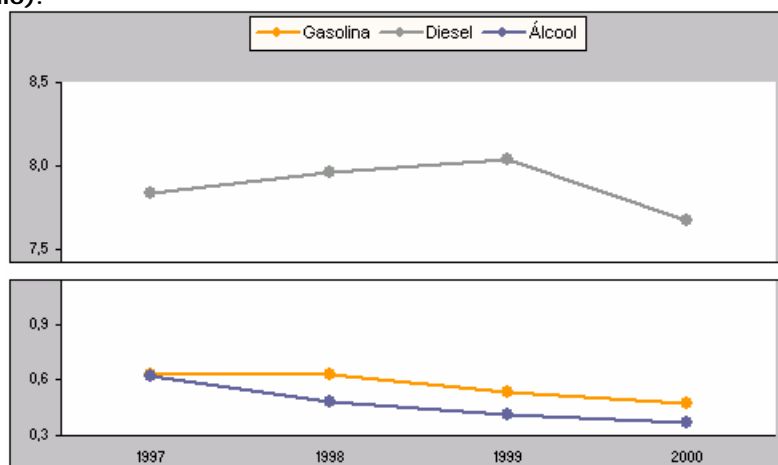
Sobre o indicador

O uso de fontes renováveis na matriz energética afeta positivamente a estabilidade do meio ambiente, em curto e médio prazo e a economia em longo prazo. O impacto ambiental ocasionado pela queima de combustíveis oriundos de fontes renováveis é, reconhecidamente, menor que o ocasionado pelos combustíveis fósseis. O uso de tecnologias mais limpas, como aquelas que utilizam lenha e cana-de-açúcar, contribui para a diminuição dos níveis de CO² na atmosfera, impactando positivamente o meio ambiente.

Para comparação

Segundo o Balanço Energético Nacional 2002 do Ministério das Minas e Energia, o percentual de consumo de fontes renováveis de energia (hídrica, lenha e álcool) no Brasil em 2000 foi de 28%. O Rio Grande do Sul apresentou um percentual de 12,5%.

46. CONSUMO DOS VEÍCULOS: Consumo de gasolina, álcool e diesel por veículo automotor (tEP por veículo).



Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações / Balanço Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação de Economia e Estatística - FEE.

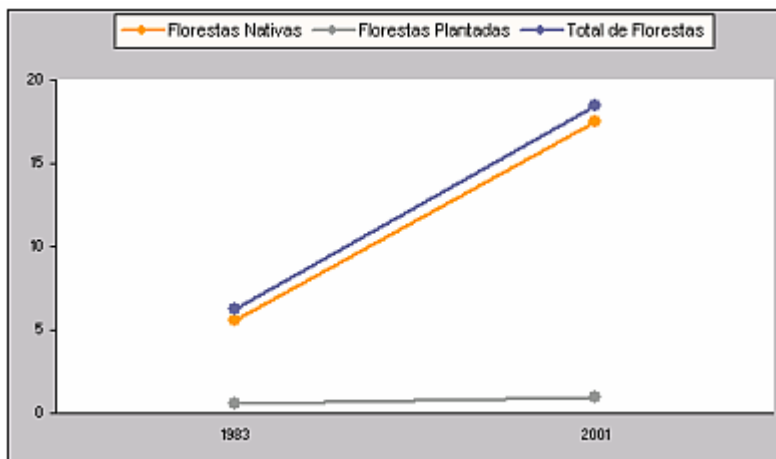
Sobre o indicador

A ampliação do uso de veículos automotores indica pressão sobre o meio ambiente, principalmente na poluição do ar e no aquecimento global.

Para comparação

De acordo com informações do DENATRAN, DETRAN e MME - Balanço Energético Nacional 2002, o consumo total de gasolina, álcool e diesel no Brasil foi de 47.806.000 tEP, em 2000, e a frota de veículos no mesmo ano era de 29.503.503 unidades, o que determinou um consumo de 0,6 tEP/veículo. Já no Rio Grande do Sul, o consumo total foi de 3.401.000 tEP e a frota de veículos, no mesmo ano, era de 2.525.378, o que determinou um consumo de 1,35 tEP/veículo. O consumo do RS representa 7,1% do total consumido no Brasil, além de deter 8,6% da frota total de veículos.

47. COBERTURA FLORESTAL: Percentual de área coberta por florestas nativas, plantadas e total em relação à área total do Estado.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS / Inventário Florestal Contínuo do RS; Fundação de Economia e Estatística

Nota: os dados para florestas naturais incluem florestas em diferentes estágios de recuperação.

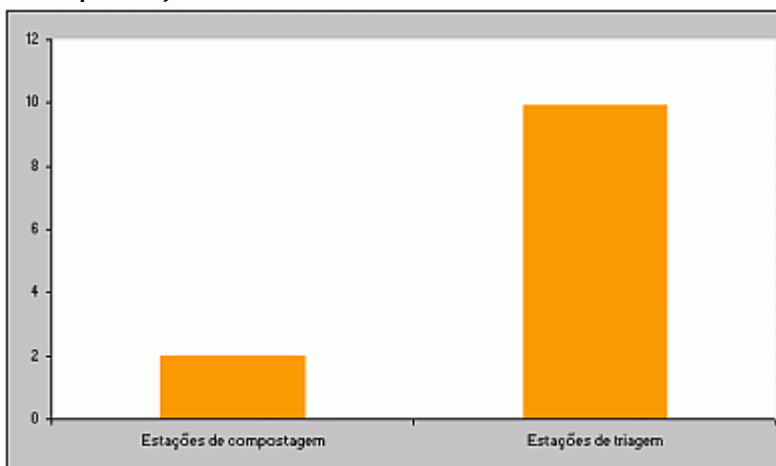
Sobre o indicador

A ocupação crescente de terras para a exploração agrícola e o desmatamento para obtenção de madeira e lenha têm resultado, ao longo dos séculos de ocupação do solo gaúcho, em perdas de áreas de florestas naturais, alterando substancialmente o equilíbrio ambiental. O monitoramento do avanço do desmatamento ou da recuperação da cobertura florestal é um dos indicadores mundialmente aceitos para avaliar a saúde do meio ambiente, que tem reflexo direto sobre o balanço de gás carbônico atmosférico e na manutenção da diversidade da flora e da fauna.

Para comparação

De acordo com informações do BNDES e SEMA, no Brasil, em 2000, a área total ocupada por florestas era de 543.905.000ha, ou seja, 64,3%. No RS, no mesmo ano, a área total ocupada por florestas era de 52.303.770ha, ou seja, 18,50%.

48. VOLUME DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RECICLAGEM: Percentual do volume de resíduos sólidos urbanos coletados e conduzidos às unidades de compostagem e de triagem em 2000 (toneladas por dia).



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

Sobre o indicador

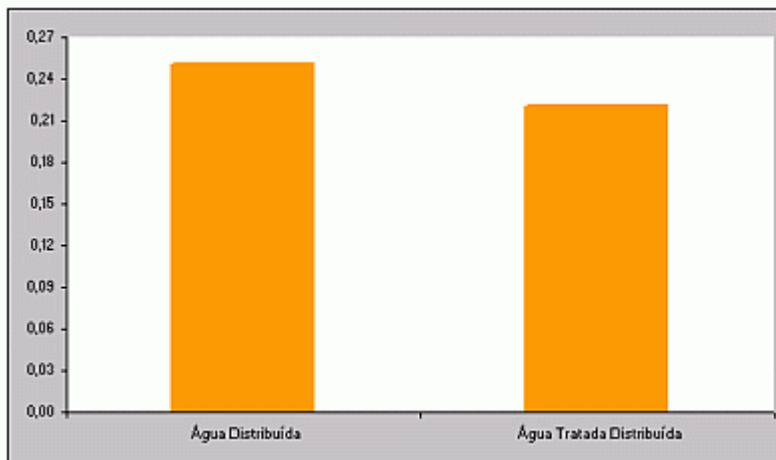
A coleta de resíduos sólidos urbanos e a proporção que é conduzida às unidades de compostagem e de triagem é indicativo de melhoria no uso dos recursos naturais em uma economia, pois está diretamente relacionado à existência de reciclagem de materiais. Também é indicativo de melhoria da qualidade ambiental, porque a existência de triagem antes da destinação final evita ou minimiza a degradação do solo, água e ar.

Para comparação

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 do IBGE, o Brasil coletava, em 2000, 228.413 t/dia de lixo e 8.814,7t/dia (3,86%) eram conduzidos às estações de compostagem e de triagem. Entre os estados brasileiros, o Paraná é o que mais se aproxima do Rio Grande do Sul em termos de população total e volume de resíduos coletados, podendo ser a ele comparado. O Paraná

coletava em 2000, 7.542,9 t/dia de lixo, mas deste total, somente 207 t/dia (2,7%) eram conduzidos às unidades de compostagem e de triagem.

49. VOLUME PER CAPITA DE ÁGUA DISTRIBUÍDA: Volume per capita de água distribuída total e tratada em 2000 (m³/per capita/dia).



Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.

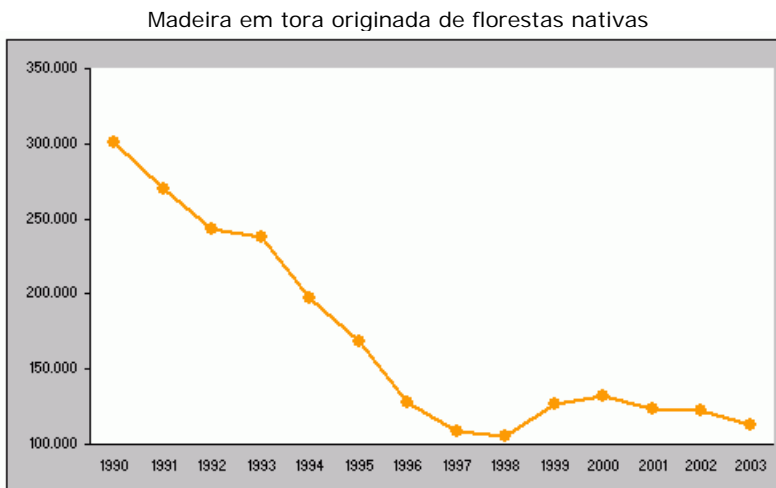
Sobre o indicador

A importância do indicador se refere ao fato de que a crescente escassez da água foi definida pela UNESCO como o problema ambiental mais grave deste século. A drenagem indiscriminada dos mananciais e a poluição dos recursos hídricos têm acentuado os conflitos pelos diversos usos deste bem, tais como: abastecimento de populações e irrigação de lavouras; diluição de esgoto doméstico e industrial e pesca; geração de energia e lazer; entre outros.

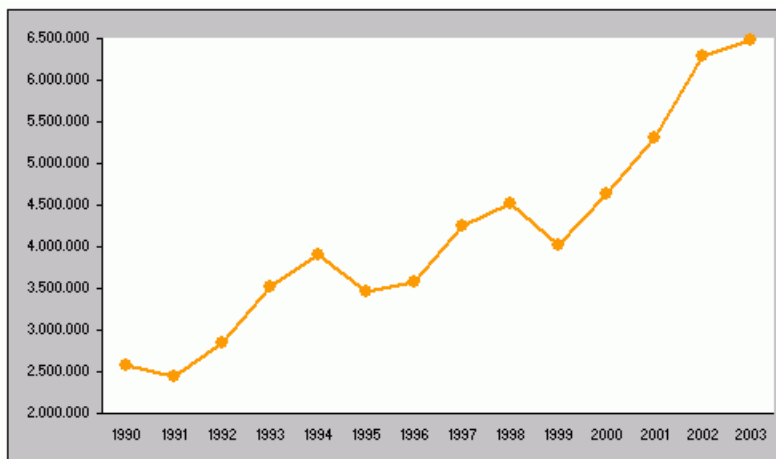
Para comparação

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000 do IBGE, o Brasil apresentou, em 2000, um volume de água total distribuída de 0,26 m³/per capita/dia e volume de água tratada distribuída de 0,24 m³/per capita/dia. Neste mesmo ano o Rio Grande do Sul apresentou um volume total de 0,25 m³/per capita/dia e de água tratada de 0,22 m³/per capita/dia.

50. FLORESTAS NATIVAS E PLANTADAS: Quantidades produzidas de madeira em toras segundo a origem - florestas plantadas e florestas nativas (1.000 m³ por ano).



Madeira em tora originada de florestas plantadas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura; Sociedade Brasileira de Silvicultura

Sobre o indicador

Segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS, o aumento da área de florestas plantadas no Rio Grande do Sul foi de apenas 2.910 ha. (1,16%) entre 1996 e 2000. No entanto, a região Sul está entre as maiores consumidoras de madeira do Brasil, por sediar atividades moveleiras de madeiras serradas e laminadas, de produção de papel e celulose, entre outras.

A indústria gaúcha tem utilizado quase exclusivamente matéria-prima originada de florestas plantadas. Mas, de acordo com as projeções de consumo de madeira industrial no Brasil, haverá falta do insumo no mercado em médio prazo, caso não haja estímulo ao plantio de novas florestas. Assim, para suprir as necessidades do mercado, uma das consequências mais comuns é o aumento do desmatamento irregular de áreas de florestas naturais.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.*

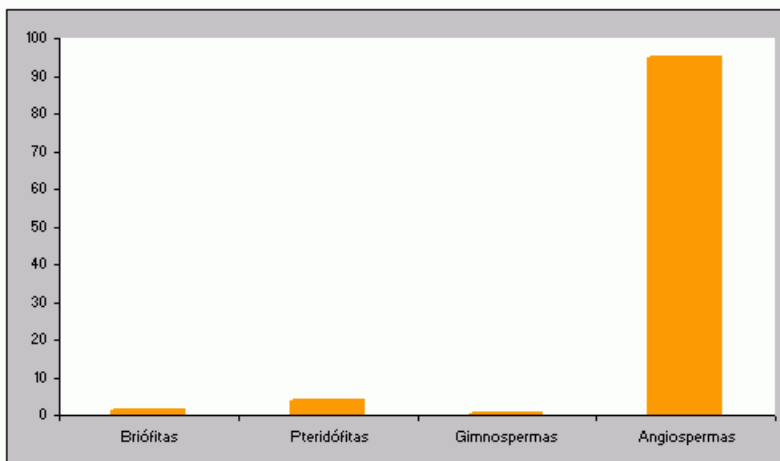
- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA
- 32. Eficiência energética da economia
- 34. Qualidade de vida
- 51. Vida silvestre
- 52. Áreas naturais protegidas
- 53. Mudanças no uso da terra
- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas em rios, lagos e mar
- 57. Erosão do solo agrícola – arenização

PROPÓSITO: Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.

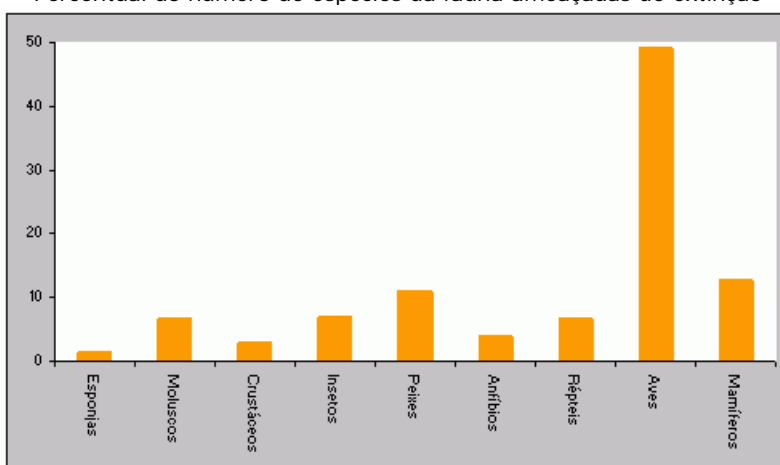
O impacto causado pela ocupação dos mais diversos ecossistemas pela sociedade industrial contemporânea, que produz, por exemplo, extensas redes de regiões urbanizadas e imensas áreas agrícolas monocultoras, tem levado a perdas crescentes da biodiversidade e afetado o equilíbrio de grande número de ecossistemas. Algumas ações, no entanto, podem assegurar a preservação destes ecossistemas e da fauna e flora a eles associadas, como a criação de áreas naturais protegidas, formas de proteção à vida silvestre e o monitoramento do uso da terra.

51. VIDA SILVESTRE: Percentual do número de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção em 2002.

Percentual do número de espécies da flora ameaçadas de extinção



Percentual do número de espécies da fauna ameaçadas de extinção



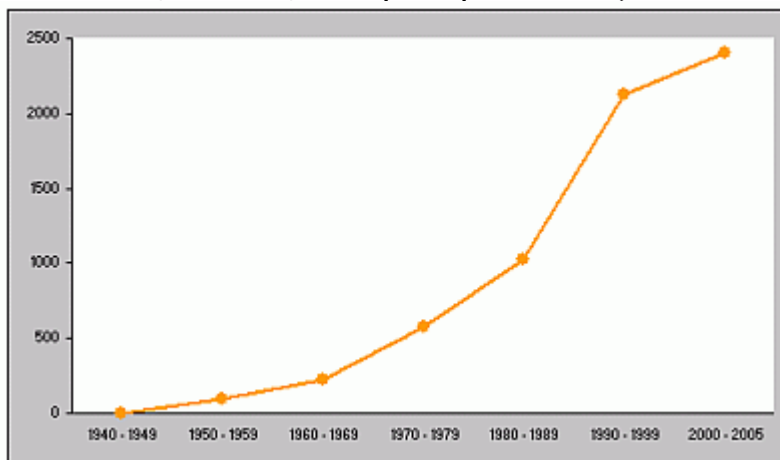
Fonte: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

Nota: o percentual foi calculado em relação ao número total de espécies da flora ou da fauna ameaçadas de extinção.

Sobre o indicador

A existência de um ambiente saudável que dê suporte à sobrevivência da espécie humana inclui a manutenção da biodiversidade vegetal e animal.

52. ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: Variação percentual do número de Unidades de Conservação - UCs federais, estaduais, municipais e particulares (1940 – 1949 = 0).



Fonte: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

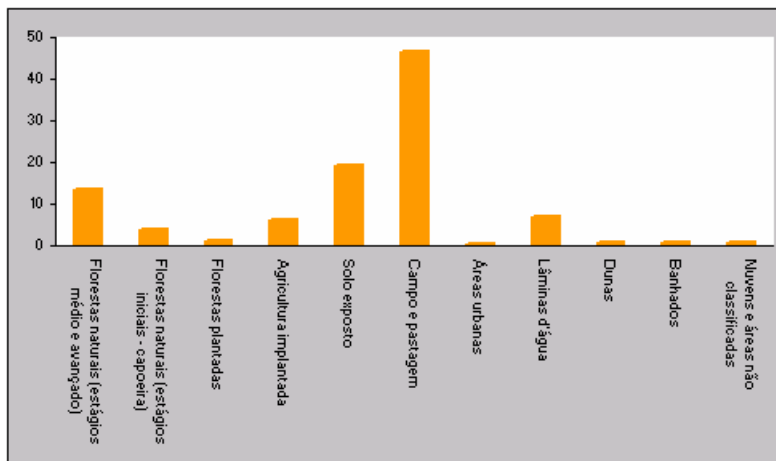
Sobre o indicador

A criação de novas Unidades de Conservação colabora para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, estimula a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade.

Para comparação

De acordo com o IBAMA, no Brasil, o número de Unidades de Conservação Federais existentes em 2002 era de 250, ocupando uma área estimada de 43.500.000ha. No Rio Grande do Sul, o número de UCs Federais, no mesmo ano, era de 10, ocupando uma área de aproximadamente 414.000ha. Assim, o RS conta com 4% do número total de UCs Federais e 0,95% de sua área.

53. MUDANÇAS NO USO DA TERRA: Percentual da área total do estado ocupada por florestas naturais, florestas plantadas, agricultura, campos e pastagens e áreas urbanas em 2001.



Fonte: Secretaria Estadual do Meio Ambiente do RS / Inventário Florestal Contínuo do Estado do RS.

Sobre o indicador

Os movimentos de alteração no uso da terra são importantes indicadores das condições de manutenção da diversidade biológica e de *habitats* de uma região, pois interferem no equilíbrio ambiental de determinada área, e estão estreitamente relacionados com a dinâmica econômica e social. A ocupação crescente de terras pelas atividades agropecuárias, pela ocupação urbana ou produção de energia hidrelétrica, por exemplo, costumam resultar no aumento do desmatamento, e conseqüentemente, perda de diversidade biológica.

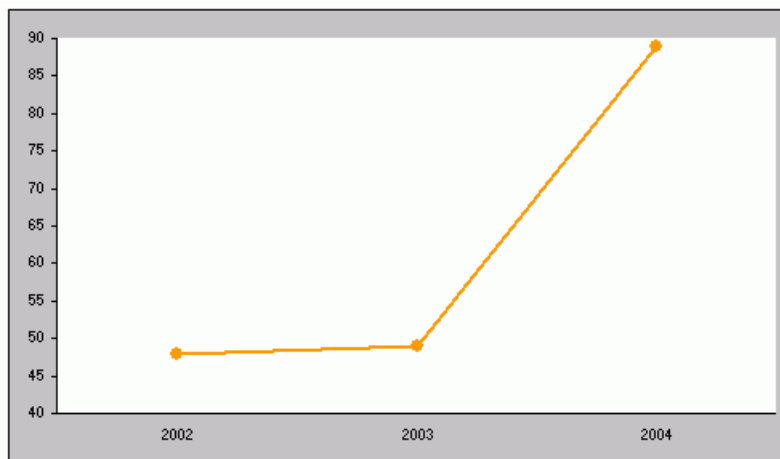
INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade*

- 30. Crescimento do produto interno bruto
- 31. Nível de ocupação da PEA
- 32. Eficiência (produtividade) energética da economia
- 47. Cobertura florestal
- 48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
- 50. Florestas plantadas e consumo de madeira
- 54. Poluição do ar urbano
- 55. Qualidade das águas em rios, lagos e mar
- 57. Erosão do solo agrícola – arenização

PROPÓSITO: A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

A qualidade de vida está associada às condições do ambiente onde as sociedades vivem e desenvolvem suas atividades. Mas, o crescimento da população, associado ao fenômeno da industrialização e urbanização, têm contribuído para a degradação crescente do solo, ar e água. Por outro lado, o reconhecimento de que o ambiente tem capacidade limitada para absorver os contaminantes gerados por essas atividades e que a sua recuperação é, geralmente, difícil e onerosa, deve estimular a adoção de formas de prevenção à poluição e de métodos de conservação do solo, ar e água.

54. POLUIÇÃO DO AR URBANO: Número de dias no ano em que a qualidade do ar variou de regular a crítico (IQAr maior que 50) na estação da Rede Automática de Monitoramento do Ar, localizada na Estação Rodoviária de Porto Alegre.



Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental / Rede Automática de Monitoramento da Qualidade do Ar

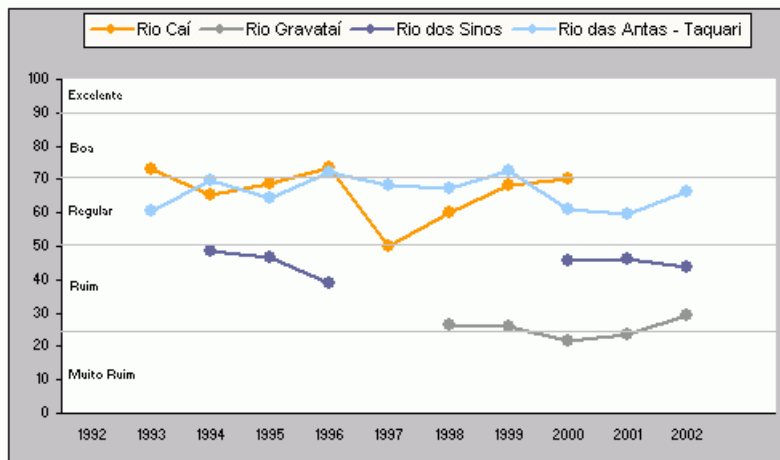
Nota: o menor nível de qualidade do ar registrado na estação foi IQAR entre 100 e 200, ou seja, inadequado.

Sobre o indicador

Os níveis de poluição do ar na região central de Porto Alegre podem ser considerados indicadores de referência da qualidade do ar para o resto do Estado.

O número de dias em que a poluição excede o nível bom no período de um ano é indicador da qualidade do ar nas grandes concentrações urbanas. Se o número de dias for crescente é sinal de que a qualidade do ar está piorando, devendo-se tomar providências para que não haja reflexos na qualidade de vida da população e do meio ambiente.

55. QUALIDADE DAS ÁGUAS: Índice de Qualidade das Águas - IQA na foz dos rios monitorados pela rede da Fundação Estadual de Proteção Ambiental.



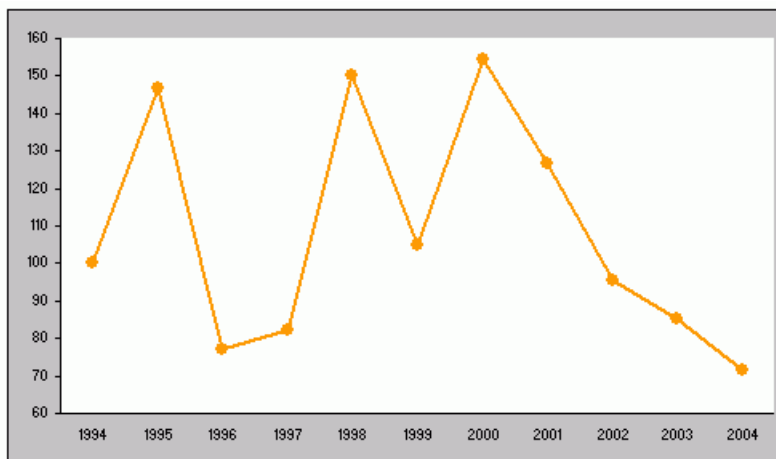
Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental / Rede de Monitoramento da Qualidade da Água

Sobre o indicador

A definição de rios, lagos e trechos da costa marítima considerados próprios para a preservação e proteção das comunidades aquáticas e para a recreação de contato primário é dada principalmente pelo nível de coliformes fecais, de metais pesados, de oxigênio dissolvido e demanda bioquímica de oxigênio.

O cálculo do Índice de Qualidade da Água realizado pela FEPAM é anual, tendo por base as médias anuais de cada um dos parâmetros que compõe o índice.

56. ACIDENTES COM TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS: Variação percentual, do número de acidentes com transporte de cargas perigosas atendidos pelo serviço de emergência da FEPAM (1994 = 100).

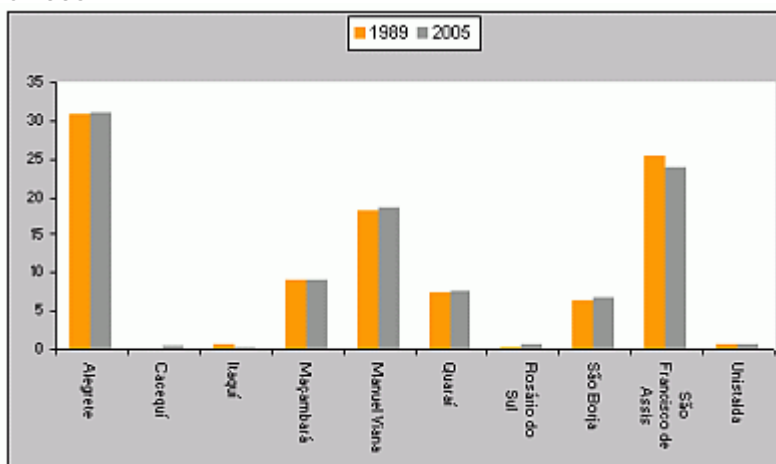


Fundação Estadual de Proteção Ambiental / Emergência Ambiental

Sobre o indicador

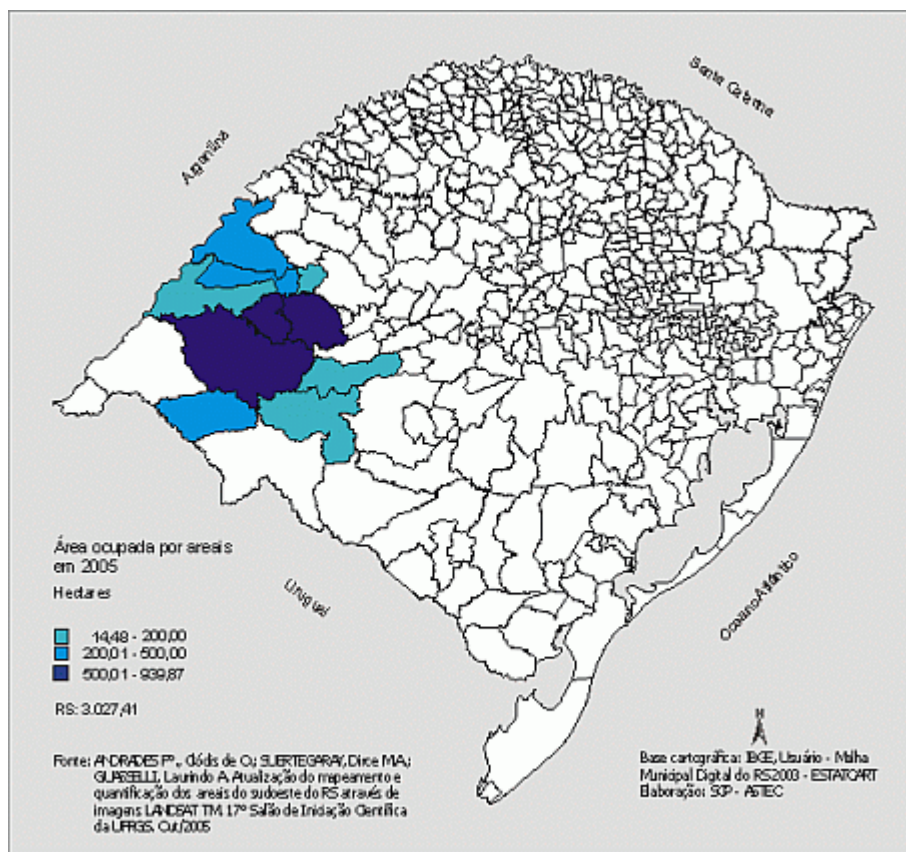
Os acidentes com transporte de cargas perigosas ocasionam riscos de contaminação do solo, água e ar, podendo, inclusive, resultar em prejuízos à saúde da população. O monitoramento do número de acidentes com cargas perigosas é importante no sentido de sinalizar a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de segurança que a ele se relacionam.

57. EROSIÃO DO SOLO - ARENIZAÇÃO: Percentual da área ocupada por areais em relação ao total em 1989 e 2005.



Fonte: Andrades F^o, Clódis de O.; Suertegaray, Dirce. M.A.; Guasselli, Laurindo A. Atualização do mapeamento e quantificação dos areais do sudoeste do RS através de imagens LANDSAT TM.

Mapa com a área ocupada por areais em 2005



Fonte: Andrades F°, Clódis de O.; Suertegaray, Dirce. M.A.; Guasselli, Laurindo A. Atualização do mapeamento e quantificação dos areais do sudoeste do RS através de imagens LANDSAT TM. 17º Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Outubro/2005.

Sobre o indicador

Um dos processos mais intensos de degradação ambiental no Rio Grande do sul está associado à erosão do solo e arenização, e ocorre na área das bacias dos rios Ibicuí, Ibirapuitã e Quaraí, envolvendo cerca de 10 municípios e, aproximadamente, 3.663 ha. e mais de 12.000 ha. de áreas suscetíveis ao processo, contíguas aos areais, chamadas de "áreas de reduzida biomassa". A sua ocorrência tem reflexos negativos, tanto em relação à perda de extensas áreas de solo potencialmente produtivas, quanto em relação ao assoreamento dos cursos de água da região. O conhecimento da dinâmica deste processo, sua localização e extensão possibilitam a elaboração de propostas de recuperação do solo e a conservação dos cursos de água da região.

INDICADORES RELACIONADOS AO PROPÓSITO *A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.*

30. Crescimento do produto interno
31. Nível de ocupação da PEA
32. Eficiência energética da economia
34. Qualidade de vida
40. Demografia de empresas
44. Consumo de energia *per capita*
45. Fontes renováveis de energia
46. Consumo dos veículos
47. Cobertura florestal
48. Volume de resíduos sólidos urbanos e reciclagem
50. Florestas plantadas e consumo de madeira
51. Vida silvestre
52. Áreas naturais protegidas
53. Mudanças no uso da terra

SITUAÇÃO DOS PROPÓSITOS DE MELHORIA EM 2005

Propósitos que apresentam algum progresso - melhorias na maioria dos indicadores.

- Os estudantes se distinguirão nas atividades acadêmicas básicas e avançadas.
- A população do Rio Grande do Sul participará das decisões e políticas governamentais.
- Os governos municipais e estadual prestarão um serviço eficiente e eficaz, atendendo às necessidades da população que o utiliza.

- O Rio Grande do Sul será competitivo nos mercados nacional e internacional, através da educação e capacitação dos trabalhadores.
- Os recursos naturais serão conservados para que as gerações futuras tenham um ambiente saudável.

Propósitos sem possibilidade de avaliação - oscilação ou sem evolução dos indicadores

- As famílias proporcionarão um ambiente sadio e estável para as crianças.
- Os gaúchos serão saudáveis.
- Nossas comunidades serão seguras, amistosas e solidárias.
- Os gaúchos deverão ter condições econômicas para manter um bom padrão de vida.
- Os ecossistemas deverão manter-se saudáveis, garantindo a biodiversidade.
- A qualidade do solo, do ar e das águas, no Rio Grande do Sul, deverá melhorar.

Propósitos que apresentam algum retrocesso - pioras na maioria dos indicadores.

- As crianças gaúchas não viverão na pobreza.
- Todas as crianças serão saudáveis e iniciarão a vida escolar aptas ao aprendizado.
- Pequenas comunidades serão economicamente viáveis, com boas condições de infra-estrutura, emprego, educação e lazer.

Propósitos que apresentam retrocesso - pioras em todos os indicadores.

- As pessoas com deficiências físicas e/ou mentais estarão integradas à comunidade.
- O crescimento econômico do Rio Grande do Sul será contínuo e sustentável.
- Todos os cidadãos deverão ter uma moradia digna e recursos para provê-la.

The image shows the flag of the State of Bahia, Brazil, waving. The flag features a green upper section and a lower section divided into red and yellow horizontal stripes. In the center is a white oval containing the state's coat of arms, which depicts a figure holding a staff and a shield, surrounded by a sunburst and other heraldic elements.

ANEXO III – ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÃO DO ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

ESTADOS COMPARADOS POR FUNÇÕES DO ORÇAMENTO

Este trabalho se propõe a relacionar a utilização dos recursos públicos estaduais, provenientes da administração direta, à oferta de produtos e serviços e aos resultados obtidos pelos governos dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Esta relação é obtida comparando-se as despesas efetuadas, segundo a classificação funcional dos orçamentos estaduais com indicadores socioeconômicos de produto, que quantificam produtos e serviços ofertados à população e indicadores socioeconômicos de resultado que quantificam os efeitos das políticas públicas junto à população.

Foram selecionadas onze funções da classificação funcional dos orçamentos estaduais - Legislativa, Judiciária, Defesa Nacional e Segurança Pública, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Agricultura, Indústria Comércio e Serviços, Energia e Recursos Minerais, Transporte, Trabalho - por serem consideradas aquelas que impactam diretamente na qualidade de vida e bem-estar social da população e de responsabilidade maior dos governos das unidades da federação.

Também foram utilizados 125 indicadores socioeconômicos de insumo, produto e resultado que permitiram a elaboração de índices que avaliam a relação insumo x produto e insumo x resultado nas funções selecionadas dos orçamentos estaduais.

INDICADORES - CONCEITOS

O fundamento utilizado é o de que a ação dos governos pode ser avaliada através de três componentes: os indicadores de insumo, os indicadores de produto e os indicadores de resultado.

Os **indicadores de insumo** são os que apresentam a disponibilidade de alocação de recursos financeiros para as políticas públicas que afetam a realidade socioeconômica das unidades da federação. No presente trabalho, os indicadores de insumo se referem às despesas da administração direta, *per capita*, efetuadas em cada uma das funções selecionadas dos orçamentos estaduais. Um exemplo de indicador de insumo é a despesa *per capita* na função Educação e Cultura.

Os **indicadores de produto** são indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional dos governos na alocação de recursos humanos e/ou materiais e que devem resultar em melhorias efetivas no bem-estar da população. Basicamente, estes indicadores representam a oferta de bens e serviços públicos à população. Como exemplo deste tipo de indicador, tem-se o percentual de estabelecimentos públicos ou do número de alunos por professor nas redes estaduais de Ensino Fundamental e Médio.

Já os **indicadores de resultado** são aqueles vinculados diretamente à realidade social dos estados. São medidas que demonstram as condições de vida da população nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda, entre outros, indicando a presença/ausência ou avanço/retrocesso das políticas públicas. Basicamente, os indicadores de resultado são os que retratam os resultados efetivos das políticas sociais públicas. Exemplos típicos são as taxas de analfabetismo e os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB.

INSUMOS x PRODUTOS

Ao observarmos, como exemplo, a função Educação e Cultura, em cada uma das unidades da federação, verificamos que nela estão contidas todas as despesas envolvendo, tanto aquelas realizadas para o custeio da educação (despesas com salário dos professores, com compra de material escolar, com reparos nas escolas etc.), como as de investimento (despesas com a construção de novas escolas, com a compra de computadores novos para as escolas etc.).

Porém, esses valores nada dizem a respeito dos produtos e/ou serviços, pois não informam quantos professores, quantas escolas ou quantas vagas são ofertadas à população através desses recursos. Assim, da comparação dos insumos com os produtos podemos ter uma idéia se a despesa efetuada com a oferta de produtos e/ou serviços está sendo realizada de uma forma eficiente.

INSUMOS x RESULTADOS

Mesmo de posse das informações sobre os insumos e produtos e da comparação entre eles, ainda não podemos determinar a sua eficácia, pois mesmo que seja efetuado um grande dispêndio de recursos na função Educação e Cultura e ofertada um grande número de vagas, os estudantes podem não estar obtendo uma educação de boa qualidade. Para tal, temos que avaliar a qualidade da educação oferecida aos estudantes – o resultado.

Então, finalmente, da comparação dos insumos com os produtos e com os resultados, podemos saber quais unidades da federação conseguem oferecer uma educação de melhor qualidade para seus estudantes, com menor custo e com os melhores recursos materiais e humanos.

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS E INDICADORES

As funções do orçamento selecionadas foram distribuídas em duas áreas: Sociedade e Economia. A área Sociedade é composta das seguintes funções dos orçamentos estaduais: Legislativa, Judiciária, Defesa Nacional e Segurança Pública, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo. Já a área de Economia compreende as seguintes funções: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Energia e Recursos Minerais, Transporte e Trabalho.

Para mensurar os produtos ofertados à população e os resultados obtidos pelos governos das unidades da federação, através da classificação funcional dos orçamentos estaduais, foram selecionados vários indicadores socioeconômicos de produto e resultado, vinculados a cada uma das funções, que servem de referência em relação a aspectos-chave do bem-estar social da população dos estados. A relação insumo x produto medirá o custo, a qualidade e a quantidade da oferta de recursos humanos e/ou materiais pelos governos estaduais e a relação insumo x resultado medirá a efetiva consequência das políticas sociais para cada uma das unidades da federação. O indicador de insumo é definido sempre

como a despesa efetuada pelo governo de um estado em determinada função do orçamento *per capita* ou, simplesmente, o valor, em reais, gasto por habitante.

Alguns indicadores de resultado refletem a ação governamental em relação a mais de um aspecto da realidade socioeconômica dos estados, ou seja, em mais de uma função do orçamento. Estes indicadores de resultado foram agrupados em uma área especial, denominada Indicadores Gerais. Esta é uma área bastante importante, pois fornece uma visão geral do bem-estar e da qualidade de vida da população dos estados.

FUNÇÕES DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E INDICADORES SELECIONADOS

Segue a relação das funções do orçamento selecionadas e os respectivos indicadores de insumo, produto e resultado vinculados:

1. Sociedade

Classificação Funcional: **Legislativa**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Legislativa em R\$/*per capita* (2001).

Indicador de Produto:

- Número de deputados estaduais por 100.000 habitantes (2001).

Indicador de Resultado:

- Número de projetos apreciados por deputado estadual (2001).

Classificação Funcional: **Judiciária**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Judiciária em R\$/*per capita*. (2001).

Indicadores de Produto:

- Número de juizes estaduais por 100.000 habitantes (2001).
- Número de desembargadores estaduais por 100.000 habitantes (2001).
- Número de juizados especiais por 100.000 habitantes (2001).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de casos julgados na justiça comum de 1º grau e em Tribunais de Justiça dos estados (2001).
- Percentual de casos julgados nos juizados especiais ou juizados de pequenas causas. (2001).

Classificação Funcional: **Defesa Nacional e Segurança Pública**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Defesa Nacional e Segurança Pública em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Número de policiais civis por 100.000 habitantes (2001).
- Número de policiais militares por 100.000 habitantes (2000).

Indicadores de Resultado:

- Número de ocorrências de homicídios por 100.000 habitantes (2001).
- Número de ocorrências de roubos por 100.000 habitantes (2001).
- Número de ocorrências de furtos por 100.000 habitantes (2001).
- Número de ocorrências de óbitos em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes (2001).

Classificação Funcional: **Saúde e Saneamento**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Saúde e Saneamento em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Número de hospitais por 100.000 habitantes (2001).
- Número de postos de saúde por 100.000 habitantes (2001).
- Número de médicos por 1.000 habitantes (2001).
- Número de enfermeiros por 1.000 habitantes (2001).
- Número de consultas médicas pelo SUS por habitante (2001).
- Número de leitos do SUS por 1.000 habitantes (2001).
- Número de internações hospitalares pelo SUS por 100 habitantes (2001).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de mulheres de 15 a 19 anos de idade com indicativo de filhos (2001).
- Óbitos de mães/100.000 crianças nascidas vivas (2001).
- Óbitos/1.000 crianças nascidas vivas (2001).
- Percentual de crianças com baixo peso ao nascer (2001).
- Percentual de crianças menores de 1 ano de idade com vacinas em dia (2001).
- Número médio de anos de vida que uma pessoa nascida em dado lugar, no ano de referência, tem probabilidade de viver (2001).
- Número de óbitos por AIDS/100.000 habitantes (2001).
- Número de óbitos por Tuberculose/100.000 habitantes (2001).
- Número de óbitos por suicídio/100.000 habitantes (2001).
- Número de ocorrências registradas de internação por cólera/100.000 habitantes (2001).

- Número de ocorrências registradas de internação por leptospirose/100.000 habitantes (2001).
- Número de ocorrências registradas de internação por febre tifóide e paratifóide/100.000 habitantes (2001).

Classificação Funcional: **Educação e Cultura**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Educação e Cultura em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Número de alunos por professor nas escolas estaduais de ensino fundamental (2001).
- Número de alunos por professor nas escolas estaduais de ensino médio (2001).
- Percentual do número de estabelecimentos estaduais de ensino fundamental (2001).
- Percentual do número de estabelecimentos estaduais de ensino médio (2001).
- Percentual de matrículas na rede estadual de ensino fundamental (2001).
- Percentual de matrículas na rede estadual de ensino médio (2001).
- Investimento Lei do Audiovisual em R\$ por 1.000 habitantes (2001).
- Investimento Lei Rouanet em R\$ por 1.000 habitantes (2001).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino fundamental (2001).
- Percentual de abandono escolar na rede estadual de ensino médio (2001).
- Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade analfabetas (2001)
- Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino fundamental (2001).
- Percentual de aprovação escolar na rede estadual de ensino médio (2001).
- Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade (2001).
- Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e português na 4ª série do ensino fundamental (2001).
- Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e português na 8ª série do ensino fundamental (2001).
- Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática e português na 3ª série do ensino médio (2001).
- Percentual de alunos que apresentam distorção na relação idade-série na rede estadual do ensino fundamental (2001).
- Percentual de alunos que apresentam distorção na relação idade-série na rede estadual do ensino médio (2001).

Classificação Funcional: **Habituação e Urbanismo**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Habitação e Urbanismo em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Percentual de municípios com cadastros de cortiços (1999).
- Percentual de municípios com cadastros de favelas ou assemelhados (1999).
- Percentual de municípios com cadastros de loteamentos irregulares (1999).
- Percentual de municípios com programas habitacionais de construção de unidades habitacionais (1999).
- Percentual de municípios com programas habitacionais de oferta de lotes (1999).
- Percentual de municípios com programas habitacionais de construção de regularização fundiária (1999).
- Percentual de municípios com programas habitacionais de assentamentos (1999).

Indicadores de Resultado:

- Estimativa percentual do déficit habitacional total em relação ao número de domicílios particulares permanentes (2000).
- Estimativa percentual do déficit habitacional urbano em relação ao número de domicílios particulares permanentes urbanos (2000).
- Estimativa percentual do déficit habitacional rural em relação ao número de domicílios particulares permanentes rurais (2000).
- Percentual de unidades cadastradas em favelas ou assemelhados em relação ao total de domicílios (2001).
- Percentual de domicílios particulares permanentes próprios em relação ao total de domicílios particulares permanentes (2001).
- Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes próprios em relação ao número total de moradores em domicílios particulares permanentes (2001).

2. Economia

Classificação Funcional: **Agricultura**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Agricultura em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Percentual do número de contratos PRONAF firmados (2001).
- Percentual do número de pesquisadores de OEPAs nos estados em relação ao total de pesquisadores de OEPAs no Brasil (2001).
- Percentual de municípios com escritórios locais de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural nos estados (2001).

- Percentual da área aprovada para a produção de sementes certificadas em relação ao total da área aprovada no Brasil (2001).
- Percentual do volume de sementes certificadas produzidas em relação ao total produzido no Brasil (2001).

Indicadores de Resultado:

- Percentual do VAB da atividade agropecuária em relação ao VAB total (2001).
- VAB *per capita* da agropecuária (R\$/população ocupada na atividade agrícola) (2001).
- Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na atividade agrícola (2001).
- Produtividade da lavoura temporária, em toneladas por hectare (2001).
- Percentual da quantidade colhida da lavoura temporária em relação ao total da quantidade colhida no Brasil (2001).

Classificação Funcional: **Indústria, Comércio e Serviços**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Indústria, Comércio e Serviços em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Percentual do número de movimentações de empresas nas Juntas Comerciais dos estados em relação ao total de movimentações no Brasil (2001).
- Percentual do número de roteiros turísticos identificados nos estados em relação ao total do Brasil (2001).

Indicadores de Resultado:

- Variação percentual do número de empresas existentes ano a ano (2001).
- Percentual do número de empresas existentes nos estados em relação ao número de empresas existentes no Brasil (2001).
- Valor das exportações em US\$FOB/*per capita* (2001).
- Valor das importações em US\$FOB/*per capita* (2001).
- Percentual do VAB da atividade industrial em relação ao VAB total (2001).
- VAB *per capita* da indústria (R\$/população ocupada na atividade industrial) (2001).
- Percentual do VAB da atividade comércio e serviços em relação ao VAB total (2001).
- VAB *per capita* do comércio e serviços (R\$/população ocupada na atividade comércio e serviços) (2001).
- Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na atividade industrial (2001).
- Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na atividade comércio e serviços (2001).
- Percentual do número de desembarques de passageiros originados de transporte aéreo nacional nos estados (2001).
- Percentual do número de desembarques de passageiros originados de transporte aéreo internacional nos estados (2001).

Classificação Funcional: **Energia e Recursos Minerais**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Energia e Recursos Minerais em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Percentual de domicílios particulares permanentes rurais com iluminação elétrica nos estados brasileiros (2001).
- Percentual de domicílios particulares permanentes rurais com telefone nos estados brasileiros (2001).

Indicadores de Resultado:

- Consumo residencial *per capita* de eletricidade (*tep/per capita*) (2001).
- Percentual do consumo residencial de eletricidade em relação ao consumo residencial do Brasil (2001).
- Percentual do pessoal ocupado na atividade de produção e distribuição de energia elétrica em relação ao pessoal ocupado total (2001).

Classificação Funcional: **Transporte**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Transporte em R\$/*per capita* (2001).

Indicadores de Produto:

- Percentual da malha rodoviária estadual em relação ao total da malha rodoviária estadual do Brasil (2000).
- Percentual de quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas (2000).
- Percentual de rodovias pavimentadas com conceito ótimo e bom (2001).
- Densidade da malha rodoviária estadual (km de rodovias estaduais/Km²) (2000).

Indicadores de Resultado:

- Percentual de passageiros transportados pelo modal rodoviário interestadual e intermunicipal nos estados em relação ao total de passageiros transportados pelo modal no Brasil (2001).
- Percentual do volume de cargas movimentadas pelo modal rodoviário em relação ao total de cargas movimentadas pelo modal no Brasil (2001).

- Percentual do pessoal ocupado na atividade de transporte em relação ao pessoal ocupado total (2001).
- Percentual do VAB da atividade transporte e armazenagem em relação ao VAB total (2001).
- VAB *per capita* do transporte e armazenagem (R\$/*per capita*) (2001).

Classificação Funcional: **Trabalho**

Indicador de Insumo:

- Despesa dos estados com a função Trabalho em R\$/*per capita* (2000).

Indicadores de Produto:

- Percentual do valor do investimento realizado pelo FAT-PLANFOR nos estados em relação ao total do Brasil (2001).
- Investimento *per capita* FAT-PLANFOR (2001).
- Número de pessoas inscritas por vaga oferecida pelo SINE (2001).
- Percentual do número de vagas oferecidas pelo SINE nos estados em relação ao total do Brasil (2001).

Indicadores de Resultado:

- Percentual da população economicamente ativa - PEA treinada pelo FAT-PLANFOR (2001).
- Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho formal em relação ao número de vagas oferecidas (2001).
- Percentual de ocupados com carteira assinada ou militares ou funcionários públicos (2001).

3. Indicadores Gerais de Resultado

- Valor das exportações interestaduais em R\$/*per capita* (1999).
- Valor das importações interestaduais em R\$/*per capita* (1999).
- Percentual do PIB dos estados em relação ao PIB do Brasil (2001).
- PIB *per capita* (R\$/*per capita*) (2001).
- Índice de Desenvolvimento Humano municipal (2000).
- Índice de GINI (2001).
- Percentual de nascidos nos estados que migraram para outros estados. (2001).
- Renda média do responsável pelo domicílio com rendimento (2000).
- Percentual da população economicamente ativa ocupada (2001).
- Percentual de famílias residentes em domicílios particulares com renda média mensal de até 1 salário mínimo (2001).
- Percentual de famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo (2001).

QUANTIFICANDO AS RELAÇÕES INSUMO x PRODUTO E INSUMO x RESULTADO

A fim de possibilitar a mensuração das relações de insumo x produto - a despesa efetuada com a oferta de recursos humanos e/ou materiais pelos governos estaduais e insumo x resultado - a efetiva consequência das políticas sociais, um modelo foi elaborado, através do qual é possível responder a algumas perguntas, tais como:

- Em relação aos demais estados, é boa a oferta de recursos humanos e materiais pelo ensino público estadual do Rio Grande do Sul?
- Em relação aos demais estados, são bons os resultados alcançados pelo ensino público estadual do Rio Grande do Sul?
- Quais estados brasileiros oferecem os melhores recursos humanos e/ou materiais para a educação pública básica?
- Quais os estados brasileiros alcançam os melhores resultados em relação à educação pública básica?

Para responder a estes tipos de questionamentos, o modelo gera três índices: um para insumo, outro para produto e um terceiro para resultado, a partir da agregação de sub-índices, também de insumos, produtos e resultados, para cada uma das funções dos orçamentos estaduais selecionadas.

A obtenção dos índices se dá através de três etapas:

1. Levantamento de informações - Foram coletadas informações para cada um dos indicadores (insumo, produto e resultado), dentro de cada uma das funções do orçamento, para cada uma das unidades da federação, conforme apresentadas na listagem à página 2, sob o título Funções dos Orçamentos Estaduais e Indicadores Selecionados. São os chamados escores brutos dos estados, ou **EB**. Sempre que possível, os escores brutos foram coletados para o ano de 2001. Se as informações não estivessem disponíveis para este ano, foram utilizadas as do ano imediatamente anterior, até o limite de 1999.

Este foi o método escolhido, pois, além de haver dificuldades na obtenção de informações oriundas da mesma fonte e para todas as unidades da federação em anos posteriores a 2001, a partir de 2002 ocorreram alterações significativas na classificação funcional dos orçamentos estaduais com a criação e desagregação de várias funções, dificultando a comparação pré e pós-2002.

Outro fator que pode gerar dúvidas sobre a validade do método é o fato de que alguns dos indicadores não são de 2001 - dos 123 indicadores utilizados, nove são de 1999, dez de 2000 e cento e quatro de 2001. Nesse caso, deve-se levar em consideração o fator inercial das funções públicas e dos próprios indicadores, ou seja, as alterações ano a ano,

normalmente, são pouco significativas e o fato de que essas informações são para todos os estados, dentro do mesmo ano.

2. Cálculo dos sub-índices - Quando diversas variáveis são utilizadas para compor o resultado final de um processo classificatório entre diversas unidades, é muito mais importante conhecer o desempenho de uma unidade em particular, comparando-a com os resultados obtidos pelas demais unidades, do que o seu desempenho individual. Para a obtenção desse resultado final, relativo, faz-se uso de um tratamento estatístico, denominado escore padronizado ou **EP** que, no caso presente, será o valor atribuído ao sub-índice.

O tratamento estatístico utilizado para se obter o escore padronizado, ou o valor do sub-índice, é dado por:

$$EP = 5 \pm (EB - M) / DP, \text{ onde:}$$

EP é o escore padronizado ou o valor do sub-índice; EB é o escore bruto da unidade da federação; M e DP são, respectivamente, a média e o desvio padrão dos escores brutos de todas as unidades da federação. O número cinco indica o valor da média.

Aplicada a fórmula, os valores dos sub-índices, de cada um dos estados, variam no intervalo de zero (pior) a dez (melhor). O sinal "±" dependerá do comportamento do indicador. Se o indicador for positivo – quanto maior o escore bruto, melhor – o sinal utilizado será "+". Se o indicador for negativo – quanto menor o escore bruto, melhor - então o sinal utilizado será "-". Exemplo de indicador positivo é a taxa de aprovação nos ensinos fundamental e médio, e de indicador negativo a taxa de analfabetismo.

3. Cálculo dos índices - De posse do valor dos sub-índices para cada um dos indicadores de insumo, produto e resultado das funções do orçamento, parte-se para o cálculo dos índices de insumo, produto e resultado para as respectivas funções do orçamento. Isto é realizado, simplesmente, agregando o valor de todos os sub-índices de uma determinada função do orçamento em um único valor – o índice.

A questão que pode gerar mais controvérsia e dificuldade é o da atribuição dos pesos aos sub-índices para a geração dos índices. Nossa escolha é a mais simples e, também, a mais transparente: todos os sub-índices têm o mesmo peso. Pode-se dizer que esta escolha é a mais "democrática", embora arbitrária, mas sem deixar de ser razoável.

Assim, os índices de insumo, produto e resultado para cada uma das funções do orçamento são calculados como a média aritmética dos sub-índices.

TRABALHANDO COM OS ÍNDICES

Como um exemplo prático, tomemos o seguinte quadro de relação insumo x produto, montado a partir do modelo de criação dos índices, apresentado para seis unidades da federação. Ao final do relatório, são apresentadas as relações de insumo x produto e insumo x resultado para cada uma das vinte e sete unidades da federação.

Quadro 1

Índices de insumo e produto para algumas unidades da federação na função Educação e Cultura (2001).

UF	INSUMO (mediana = 4,72)		PRODUTO (mediana = 5,51)	
	Índice	Posição do Índice	Índice	Posição do Índice
AM	5,15	+	4,80	-
DF	6,95	+	5,63	+
MA	4,25	-	4,16	-
RJ	4,94	+	5,93	+
RS	4,48	-	5,49	-
PR	4,49	-	5,52	+

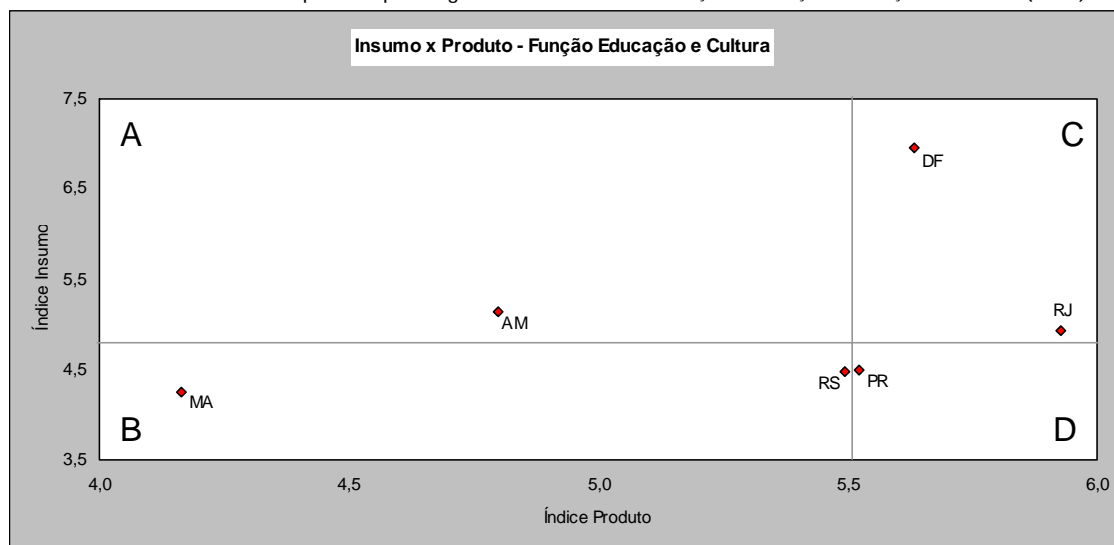
É importante salientar que as medianas foram calculadas tendo por base apenas os índices das seis unidades da federação apresentadas, já que a comparação é apenas entre elas, e **posição do índice** reflete a situação do índice dos estados ("+", se maior e "-", se menor) em relação às medianas.

Da observação do quadro acima, podem-se tirar várias conclusões através da comparação dos índices de insumo e produto das seis unidades da federação ali apresentadas, em relação à posição do índice (mediana) na função Educação e Cultura. Dentre as conclusões, podem ser citadas:

1. O Distrito Federal, dentre as seis unidades da federação, é a que tem a maior despesa *per capita*.
2. O Maranhão, por outro lado, apresenta a menor despesa *per capita*.
3. O Rio de Janeiro é o estado que oferece mais produtos – recursos humanos e materiais.
4. O Maranhão é o estado que oferece menos produtos.
5. O estado do Paraná tem baixa despesa *per capita* e oferta de produtos acima da média.
6. Já o estado do Amazonas tem despesa *per capita* acima da média e baixa oferta de produtos.
7. O Rio Grande do Sul tem despesa e oferta de produtos abaixo da média.

Uma forma de visualizar as conclusões tiradas do quadro 1, acima, é através da geração de um gráfico de dispersão, dividido em quatro quadrantes (A, B, C e D), pela intersecção das medianas para cada um dos eixos, conforme segue:

Gráfico 1 - Índices de insumo e produto para algumas unidades da federação na função Educação e Cultura (2001).



Observando-se o gráfico de dispersão apresentado, além de se confirmarem as mesmas conclusões tiradas a partir da observação do quadro 1, também se pode concluir que, quando comparados:

1. Os estados localizados no quadrante **D** têm menor despesa *per capita* e oferecem mais produtos que os dos demais quadrantes.
2. Os estados localizados no quadrante **C** também oferecem mais produtos, mas têm maior despesa *per capita* que os estados do quadrante **D**.
3. Os estados dos quadrantes **A** e **B** oferecem menos produtos, com situação mais desfavorável ainda para os do quadrante **A**, que têm maior despesa *per capita*.

No quadro 2, abaixo, observamos, novamente, os mesmos estados, mas, desta vez, com as suas relações insumo x resultado na função Educação e Cultura.

Quadro 2

Índices de insumo e resultado para algumas unidades da federação na função Educação e Cultura (2001).

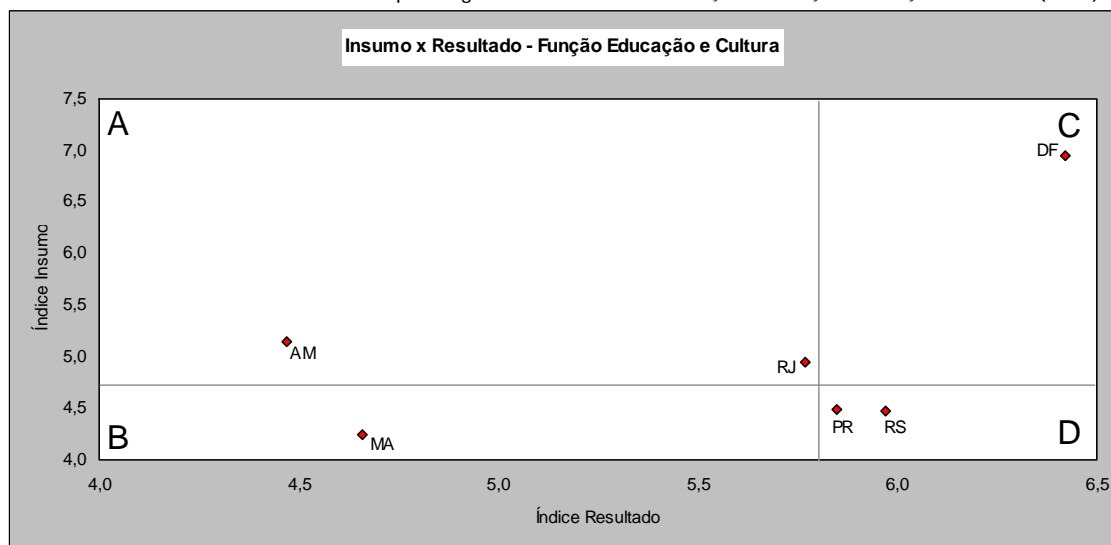
UF	INSUMO (mediana = 4,72)		RESULTADO (mediana = 5,81)	
	Índice	Posição do Índice	Índice	Posição do Índice
AM	5,15	+	4,47	-
DF	6,95	+	6,42	+
MA	4,25	-	4,66	-
RJ	4,94	+	5,77	-
RS	4,48	-	5,97	+
PR	4,49	-	5,85	+

É possível tirar as seguintes conclusões para as seis unidades da federação relacionadas:

1. As conclusões do exemplo anterior, conforme o quadro 1, em relação ao insumo, obviamente, permanecem.
2. Dentre as seis unidades da federação comparadas, o Distrito Federal apresenta os melhores resultados.
3. O Amazonas é o estado que apresenta os piores resultados.
4. Os estados com a melhor relação insumo x resultado são o Paraná e o Rio Grande do Sul – apresentam despesa *per capita* abaixo da média e obtêm resultados acima dela.
5. O Distrito Federal também apresenta resultados acima da média, entretanto ele apresenta uma maior despesa *per capita*.
6. O Amazonas e o Rio de Janeiro apresentam uma despesa per capita acima da média, mas os seus resultados encontram-se abaixo dela.

Ao gerar um novo gráfico de dispersão, desta vez apresentando as relações de insumo x resultado para as seis unidades da federação, podemos visualizar as conclusões tiradas a partir do Quadro 2:

Gráfico 2 - Índices de insumo e resultado para algumas unidades da federação na função Educação e Cultura (2001).



Novamente, além de confirmar as conclusões tiradas a partir do quadro 2, pode-se acrescentar que, em relação aos quadrantes do gráfico 2:

1. O quadrante **D** é a localização dos estados que conseguem bons resultados com menor custo.
2. O quadrante **C** é a localização de estados em que os resultados também estão acima da média, embora seus custos sejam mais elevados.
3. Os quadrantes **A** e **B** são a localização dos estados em que os resultados na função Educação e Cultura estão abaixo da média, com situação mais desfavorável para o quadrante **A**, onde os estados têm os custos mais elevados.

CONCLUSÃO

A utilização do modelo apresentado para efetuar comparações entre as unidades da federação, segundo a classificação funcional dos orçamentos estaduais é interessante e, seguindo a lógica dos exercícios propostos, permite tirar conclusões proveitosas sobre as relações insumo x produto x resultado das políticas públicas realizadas pelos governos das unidades da federação. Entretanto, é importante salientar que, por vezes, os resultados obtidos devem ser relativizados, devido a eventual falta de consistência nos dados primários, ou pela heterogeneidade do perfil socioeconômico das unidades da federação, principalmente a distribuição da população no território nacional. Estes fatores, individualmente ou em conjunto, podem ocasionar distorções entre a informação calculada e a realidade socioeconômica das unidades da federação. Por exemplo, vários indicadores são normalizados por 100.000 hab. Em unidades da federação com população rarefeita ou onde não é contabilizada a população rural, como as da Região Norte, este fato pode gerar uma maximização ou minimização por eventos singulares.

Além disso, deve-se considerar que a distribuição das funções entre as esferas de governo traz algumas dificuldades na identificação dos indicadores a elas relacionados. Em alguns casos, a área de competência da esfera governamental é claramente delimitada: o poder legislativo das unidades da federação atua apenas na esfera estadual, assim como na segurança pública. Já no ensino fundamental e médio, embora de modo predominante a cargo dos estados, há alguma participação dos municípios e do governo federal. Também, em alguns estados há alocação de recursos para o ensino superior. Entretanto, em outros casos a fronteira de competência é mais difusa, tendo as três esferas de governo alguma intervenção. Como exemplo, temos a função Indústria e Comércio, onde cada esfera tem sua participação. Nesses casos, a identificação e obtenção de indicadores, sejam de produto ou resultado, torna-se mais difícil. O grau de objetividade dos indicadores varia de função para função. De fato, há um gradiente para essa objetividade conforme as competências entre as esferas de governo tenham maior ou menor sombreamento.

Apresentamos abaixo a relação das onze funções do orçamento selecionadas e as unidades da federação que, pelo modelo adotado, possuem insumo abaixo da média e produto e resultado acima dela, naquela função:

1. Legislativa: **nenhum estado**.
2. Judiciário: **RS**.
3. Segurança Pública: **AL**.
4. Saúde e Saneamento: **TO, PI, RN, PR e MT**.
5. Educação e Cultura: **ES, PR, SC, RS e GO**.
6. Habitação e Urbanismo: **ES e RS**.
7. Agricultura: **SP, MS e GO**.
8. Indústria, Comércio e Serviços: **PA, SC e RS**.
9. Energia e Recursos Minerais: **SC, GO e DF**.
10. Transportes: **MG, ES, PR e SC**.
11. Trabalho: **CE**.

Entretanto, o mais importante é que os governos estaduais tenham a compreensão de que o seu principal objetivo é o de oferecer condições de bem-estar crescente para seus cidadãos. Para tanto, é fundamental que os formuladores de políticas públicas utilizem criteriosamente os recursos públicos, através de uma clara definição de prioridades, buscando melhorar a relação insumo x produto e, principalmente, no acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, que pode ser auferida através dos resultados. Ainda mais se levando em consideração as restrições orçamentárias porque passam, atualmente, praticamente todas as unidades da federação.

INFORMAÇÕES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Nas páginas seguintes são apresentadas as tabelas para cada uma das 27 unidades da federação, conforme suas relações insumo x produto x resultado, segundo as funções selecionadas da classificação funcional dos orçamentos estaduais e, ao final, as tabelas por funções do orçamento e os respectivos indicadores de insumo, produto e resultado.

COMO LER A TABELA DE INSUMO X PRODUTO X RESULTADO, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

NOME DO ESTADO	INSUMO			PRODUTO			RESULTADO			Insumo x Produto	Insumo Resultado
	Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Posição do Índice		
ANO: 2001											
SOCIEDADE											
Legislativo	4,71	4,71	=	5,50	4,68	+	4,49	4,59	-	baixo / sim	baixo / não
Judiciário	5,68	4,78	+	5,67	4,58	+	5,43	4,88	-	alto / sim	alto / sim
Defesa Nacional e Segurança Pública	4,03	4,85	-	5,21	4,67	+	4,70	5,07	-	baixo / sim	baixo / não
Saúde e Saneamento	5,14	4,63	+	4,64	4,63	=	4,94	4,99	-	alto / sim	alto / sim
Educação e Cultura	5,41	4,64	+	4,64	4,64	=	4,80	4,71	+	alto / não	alto / sim
Habituação e Urbanismo	4,38	4,67	-	4,67	4,67	=	4,41	4,99	+	baixo / não	baixo / sim
ECONOMIA											
Agricultura	5,12	4,75	+	4,83	4,88	-	5,42	5,12	+	alto / não	alto / não
Indústria, Comércio e Serviços	4,14	4,58	-	4,83	4,88	-	4,83	4,88	-	baixo / não	baixo / não
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,70	-	4,83	4,88	-	4,83	4,88	-	baixo / não	baixo / não
Transporte	4,65	4,68	-	4,83	4,88	-	4,83	4,88	-	baixo / não	baixo / não
Trabalho	4,56	4,76	-	4,83	4,88	-	4,83	4,88	-	baixo / não	baixo / não
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral							4,99	5,03	-		não

Nesta coluna encontram-se as funções do orçamento distribuídas nas áreas de Sociedade e Economia.

Insumo é a disponibilidade de recursos financeiros em determinada função do orçamento.

Produto é a disponibilidade de alocação de recursos humanos e/ou materiais em determinada função do orçamento.

Resultado é o efeito das políticas públicas e demonstram as condições de vida da população do estado.

A posição do índice equivale ao sinal resultante da subtração (valor do índice - valor da mediana).

A mediana é calculada tendo por base os índices das vinte e sete unidades da federação para determinada função orçamentária.

Índice é o valor relativo da função do orçamento atribuído ao estado em relação às demais unidades da federação.

Indicadores Gerais é um conjunto de indicadores de resultado que incidem em mais de uma função do orçamento, simultaneamente. Fornecem uma visão geral do bem-estar e da qualidade de vida da população do estado.

Valores do índice, da mediana e do sinal da relação (valor do índice - valor da mediana) para os Indicadores Gerais.

Esta célula responde à pergunta: de uma forma geral, a qualidade de vida e o bem-estar social da população do estado está acima da mediana?

Esta coluna responde às perguntas:
1. O custo dos resultados alcançados pelo estado é baixo ou alto?
2. O resultado alcançado pelo estado está acima da mediana?

Esta coluna responde às perguntas:
1. O custo dos produtos ofertados pelo estado é baixo ou alto?
2. A oferta de produtos pelo estado está acima da mediana?

TABELAS DE INSUMO X PRODUTO X RESULTADO, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS

	INSUMO			PRODUTO			RESULTADO	
	Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado
RONDONIA								
Ano: 2001								
SOCIEDADE								
Legislativo	4,71	4,71	=	5,5	4,68	+	4,49	4,59
Judiciário	5,68	4,78	+	5,67	4,58	+	5,43	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	4,03	4,67	-	5,21	4,7	+	4,7	5,07
Saúde e Saneamento	5,14	4,63	+	5,52	4,97	+	5,17	5,1
Educação e Cultura	5,41	4,64	+	4,73	5,09	-	4,9	4,82
Habituação e Urbanismo	4,58	4,67	-	4,5	4,93	-	5,41	4,99
ECONOMIA								
Agricultura	5,12	4,75	+	4,43	4,43	=	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	4,14	4,58	-	4,29	4,75	-	4,89	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-				4,45	4,97
Transporte	4,65	4,68	-	4,49	4,98	-	4,45	4,81
Trabalho	4,56	4,76	-	4,84	4,85	-	5,22	4,96
INDICADORES GERAIS								
Índice Geral							5,16	5,07
ACRE								
Ano: 2001								
SOCIEDADE								
Legislativo	7,48	4,71	+	7,26	4,68	+		
Judiciário	5,38	4,78	+	6,98	4,58	+	5,32	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	8,21	4,82	+	6,41	4,67	+	4,9	5,07
Saúde e Saneamento	7,82	4,63	+	5,43	4,97	+	4,22	5,1
Educação e Cultura	7,25	4,64	+	5,53	5,09	+	4,33	4,82
Habituação e Urbanismo	5,43	4,67	+	4,94	4,93	+	5,45	4,99
ECONOMIA								
Agricultura	6,44	4,75	+	4,24	4,43	-	4,36	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	6,05	4,58	+	4,26	4,75	-	4,99	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,7	4,7	=				4,42	4,97
Transporte	6,36	4,68	+	4,76	4,98	-	4,92	4,81
Trabalho	5,08	4,76	+	4,85	4,85	=	4,61	4,96
INDICADORES GERAIS								
Índice Geral							4,75	5,07
AMAZONAS								
Ano: 2001								
SOCIEDADE								
Legislativo	5,11	4,71	+	4,76	4,68	+	4,28	4,59
Judiciário	4,75	4,78	-	4,81	4,58	+	3,52	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,7	4,82	+	4,53	4,67	-	5,61	5,07
Saúde e Saneamento	6,1	4,63	+	4,09	4,97	-	4,77	5,1
Educação e Cultura	5,15	4,64	+	4,8	5,09	-	4,47	4,82
Habituação e Urbanismo	5,66	4,67	+	5	4,93	+	6	4,99
ECONOMIA								
Agricultura	4,36	4,75	-	4,33	4,43	-	4,25	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	4,58	4,58	=	4,53	4,75	-	5,18	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-				4,75	4,97
Transporte	4,67	4,68	-	4,7	4,98	-	5,82	4,81
Trabalho	4,69	4,76	-	4,8	4,85	-	5,41	4,96
INDICADORES GERAIS								
Índice Geral							5,3	5,07

RORAIMA		INSUMO			PRODUTO			RESULTADO	
Ano: 2001		Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado
SOCIEDADE		7,98	4,71	+	8,69	4,68	+	4,39	4,59
Legislativo		5,45	4,78	+	5,84	4,58	+	4,57	4,88
Judiciário		5,06	4,82	+	6,62	4,67	+	4,46	5,07
Defesa Nacional e Segurança Pública		6,66	4,63	+	4,73	4,97	-	5,18	5,1
Saúde e Saneamento		7,86	4,64	+	6,1	5,09	+	4,91	4,82
Educação e Cultura		5,89	4,67	+	5,63	4,93	+	5,73	4,99
Habituação e Urbanismo									
ECONOMIA		9,53	4,75	+	4,23	4,43	-	4,27	4,97
Agricultura		5,43	4,58	+	4,05	4,75	-	4,97	4,96
Indústria, Comércio e Serviços		9,62	4,7	+				3,96	4,97
Energia e Recursos Minerais		9,03	4,68	+	3,96	4,98	-	3,8	4,81
Transporte		9,66	4,76	+	4,67	4,85	-	5,98	4,96
Trabalho									
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral								5,06	5,07
PARA									
Ano: 2001									
SOCIEDADE		4,79	4,71	+	4,69	4,68	+	4,26	4,59
Legislativo		4,54	4,78	-	4,4	4,58	-	3,89	4,88
Judiciário		4,67	4,82	-	4,63	4,67	-	5,63	5,07
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,64	4,63	+	4,54	4,97	-	4,94	5,1
Saúde e Saneamento		4,49	4,64	-	4,61	5,09	-	4,47	4,82
Educação e Cultura		4,65	4,67	-	4,35	4,93	-	5,32	4,99
Habituação e Urbanismo									
ECONOMIA		4,68	4,75	-	4,24	4,43	-	5,48	4,97
Agricultura		4,32	4,58	-	5,21	4,75	+	5,1	4,96
Indústria, Comércio e Serviços		4,72	4,7	+				5,31	4,97
Energia e Recursos Minerais		4,84	4,68	+	4,45	4,98	-	4,81	4,81
Transporte		4,97	4,76	+	5,16	4,85	+	5,31	4,96
Trabalho									
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral								4,84	5,07
AMAPA									
Ano: 2001									
SOCIEDADE		5,82	4,71	+	6,82	4,68	+	4,3	4,59
Legislativo		5,14	4,78	+	5,32	4,58	+	5,33	4,88
Judiciário		4,19	4,82	-	6,96	4,67	+	4,33	5,07
Defesa Nacional e Segurança Pública		6,11	4,63	+	4,87	4,97	-	4,3	5,1
Saúde e Saneamento		6,42	4,64	+	5,6	5,09	+	4,83	4,82
Educação e Cultura		5,19	4,67	+	4,99	4,93	+	5,71	4,99
Habituação e Urbanismo									
ECONOMIA		5	4,75	+	4,23	4,43	-	4,59	4,97
Agricultura		5,87	4,58	+	4,26	4,75	-	4,91	4,96
Indústria, Comércio e Serviços		6,61	4,7	+				4,36	4,97
Energia e Recursos Minerais		5,36	4,68	+	3,69	4,98	-	6,02	4,81
Transporte		4,7	4,76	-	4,58	4,85	-	5,8	4,96
Trabalho									
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral								5,22	5,07

TOCANTINS		INSUMO			PRODUTO			RESULTADO	
Ano: 2001	Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	
SOCIEDADE									
Legislativo	4,7	4,71	-	5,21	4,68	+	3,83	4,59	
Judiciário	4,5	4,78	-				3,7	4,88	
Defesa Nacional e Segurança Pública	4,85	4,82	+	4,71	4,67	+	5,58	5,07	
Saúde e Saneamento	4,29	4,63	-	4,97	4,97	+	5,24	5,1	
Educação e Cultura	5,21	4,64	+	5,31	5,09	+	4,52	4,82	
Habituação e Urbanismo	4,58	4,67	-	4,96	4,93	+	4,75	4,99	
ECONOMIA									
Agricultura	5,17	4,75	+	4,38	4,43	-	5	4,97	
Indústria, Comércio e Serviços	4,08	4,58	-	4,72	4,75	-	4,55	4,96	
Energia e Recursos Minerais	4,79	4,7	+	3,17	4,87	-	5,59	4,97	
Transporte	6,85	4,68	+	4,85	4,98	-	4,91	4,81	
Trabalho	4,93	4,76	+	5,12	4,85	+	5,09	4,96	
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral							4,64	5,07	
MARANHAO									
INSUMO									
Ano: 2001	Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	
SOCIEDADE									
Legislativo	4,17	4,71	-	4,58	4,68	-	4,2	4,88	
Judiciário	4,39	4,78	-	4,21	4,58	-	4,2	4,88	
Defesa Nacional e Segurança Pública	3,48	4,82	-	4,13	4,67	-	5,66	5,07	
Saúde e Saneamento	4,17	4,63	-	4,97	4,97	=	4,83	5,1	
Educação e Cultura	4,25	4,64	-	4,16	5,09	-	4,66	4,82	
Habituação e Urbanismo	4,92	4,67	+	4,76	4,93	-	3,85	4,99	
ECONOMIA									
Agricultura	4,26	4,75	-	4,37	4,43	-	5,3	4,97	
Indústria, Comércio e Serviços	4,53	4,58	-	4,78	4,75	+	4,47	4,96	
Energia e Recursos Minerais	4,73	4,7	+	3,63	4,87	-	5,48	4,97	
Transporte	4,57	4,68	-	4,41	4,98	-	5,19	4,81	
Trabalho	4,6	4,76	-	4,63	4,85	-	4,96	4,96	
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral							4,38	5,07	
PIAUÍ									
INSUMO									
Ano: 2001	Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	
SOCIEDADE									
Legislativo	4,49	4,71	-	4,73	4,68	+	4,92	4,88	
Judiciário	4,7	4,78	-	4,46	4,58	-	4,92	4,88	
Defesa Nacional e Segurança Pública	4,51	4,82	-	4,5	4,67	-	5,74	5,07	
Saúde e Saneamento	4,28	4,63	-	5,28	4,97	+	5,1	5,1	
Educação e Cultura	4,25	4,64	-	4,61	5,09	-	4,49	4,82	
Habituação e Urbanismo	4,62	4,67	-	4,09	4,93	-	4,76	4,99	
ECONOMIA									
Agricultura	4,6	4,75	-	4,37	4,43	-	5,07	4,97	
Indústria, Comércio e Serviços	4,16	4,58	-	4,72	4,75	-	4,4	4,96	
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-	3,67	4,87	-	5,32	4,97	
Transporte	4,38	4,68	-	4,43	4,98	-	4,46	4,81	
Trabalho	4,39	4,76	-	4,48	4,85	-	4,79	4,96	
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral							4,28	5,07	

CEARA		INSUMO			PRODUTO			RESULTADO		
		Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Mediana do Resultado
Ano: 2001										
SOCIEDADE										
Legislativo		4,13	4,71	-	4,52	4,68	-	4,14	4,59	4,59
Judiciário		4,51	4,78	-	4,42	4,58	-	5,04	4,88	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,21	4,82	-	4,25	4,67	-	5,48	5,07	5,07
Saúde e Saneamento		4,52	4,63	-	4,74	4,97	-	4,89	5,1	5,1
Educação e Cultura		4,45	4,64	-	4,14	5,09	-	4,66	4,82	4,82
Habituação e Urbanismo		4,87	4,67	+	4,76	4,93	-	4,48	4,99	4,99
ECONOMIA										
Agricultura		4,53	4,75	-	4,32	4,43	-	4,61	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços		8,22	4,58	+	4,67	4,75	-	4,84	4,96	4,96
Energia e Recursos Minerais		4,7	4,7	-	4,3	4,87	-	4,78	4,97	4,97
Transporte		4,44	4,68	-	4,98	4,98	=	4,48	4,81	4,81
Trabalho		4,76	4,76	=	5,4	4,85	+	5,36	4,96	4,96
INDICADORES GERAIS										
Índice Geral								4,48		5,07
RIO GRANDE DO NORTE										
Ano: 2001										
SOCIEDADE										
Legislativo		4,72	4,71	+	4,64	4,68	-			
Judiciário		4,8	4,78	+	4,94	4,58	+	6,61		
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,52	4,82	-	4,6	4,67	-	5,51	5,07	5,07
Saúde e Saneamento		4,63	4,63	=	5,35	4,97	+	5,12	5,1	5,1
Educação e Cultura		4,86	4,64	+	4,63	5,09	-	4,58	4,82	4,82
Habituação e Urbanismo		4,63	4,67	-	4,74	4,93	-	4,64	4,99	4,99
ECONOMIA										
Agricultura		4,75	4,75	=	4,46	4,43	+	4,56	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços		6,12	4,58	+	4,74	4,75	-	4,79	4,96	4,96
Energia e Recursos Minerais		4,73	4,7	+	2,59	4,87	-	4,49	4,97	4,97
Transporte		4,44	4,68	-	5,24	4,98	+	4,55	4,81	4,81
Trabalho		4,82	4,76	+	4,85	4,85	-	5,51	4,96	4,96
INDICADORES GERAIS										
Índice Geral								4,59		5,07
PARAIBA										
Ano: 2001										
SOCIEDADE										
Legislativo		4,29	4,71	-	4,73	4,68	+	4,22	4,59	4,59
Judiciário		4,53	4,78	-	4,45	4,58	-	7,44	4,88	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,29	4,82	-	4,5	4,67	-	5,64	5,07	5,07
Saúde e Saneamento		4,74	4,63	+	5,34	4,97	+	5,13	5,1	5,1
Educação e Cultura		4,64	4,64	=	4,6	5,09	-	4,33	4,82	4,82
Habituação e Urbanismo		4,57	4,67	-	4,58	4,93	-	4,86	4,99	4,99
ECONOMIA										
Agricultura		5,02	4,75	+	4,44	4,43	+	4,81	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços		4,55	4,75	-	4,75	4,75	=	4,69	4,96	4,96
Energia e Recursos Minerais		4,7	4,7	+	4,87	4,87	=	5,1	4,97	4,97
Transporte		4,56	4,68	-	5,36	4,98	+	4,5	4,81	4,81
Trabalho		4,6	4,76	-	4,55	4,85	-	4,61	4,96	4,96
INDICADORES GERAIS										
Índice Geral								4,22		5,07

		INSUMO			PRODUTO			RESULTADO	
		Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado
PERNAMBUCO									
Ano: 2001									
SOCIEDADE									
Legislativo		4,28	4,71	-	4,52	4,68	-	4,98	4,59
Judiciário		4,46	4,78	-	4,25	4,58	-	4,85	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,8	4,82	-	4,67	4,67	-	4,66	5,07
Saúde e Saneamento		4,49	4,63	-	4,86	4,97	-	4,76	5,1
Educação e Cultura		3,83	4,64	-	4,43	5,09	-	4,27	4,82
Habituação e Urbanismo		4,63	4,67	-	4,93	4,93	=	4,77	4,99
ECONOMIA									
Agricultura		4,63	4,75	-	4,38	4,43	-	4,91	4,97
Indústria, Comércio e Serviços		4,54	4,58	-	4,86	4,75	+	4,82	4,96
Energia e Recursos Minerais		4,69	4,7	-	4,79	4,87	-	4,66	4,97
Transporte		4,76	4,68	+	4,88	4,98	-	4,75	4,81
Trabalho		4,79	4,76	+	5,71	4,85	+	4,78	4,96
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral								4,52	5,07
ALAGOAS									
Ano: 2001									
SOCIEDADE									
Legislativo		4,78	4,71	+	4,68	4,68	=	3,7	4,88
Judiciário		4,25	4,78	-	4,48	4,58	-	5,54	5,07
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,6	4,82	-	4,68	4,67	+	4,34	5,1
Saúde e Saneamento		4,37	4,63	-	4,66	4,97	-	3,89	4,82
Educação e Cultura		4,18	4,64	+	3,79	5,09	-	4,38	4,99
Habituação e Urbanismo		4,67	4,67	+	5,04	4,93	+	4,87	4,97
Agricultura		4,52	4,75	-	4,32	4,43	-	4,44	4,96
Indústria, Comércio e Serviços		4,11	4,58	-	4,73	4,75	-	4,97	4,97
Energia e Recursos Minerais		5,35	4,7	+	4,5	4,87	-	4,2	4,81
Transporte					4,89	4,98	-	4,51	4,96
Trabalho		4,7	4,76	-	4,35	4,85	-	4,16	5,07
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral								4,16	5,07
SERGIPE									
Ano: 2001									
SOCIEDADE									
Legislativo		4,99	4,71	+	4,87	4,68	+	5,33	4,59
Judiciário		4,85	4,58	+	4,57	4,58	-	5,56	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública		4,93	4,82	+	4,7	4,67	+	5,27	5,07
Saúde e Saneamento		4,66	4,63	+	4,51	4,97	-	4,83	5,1
Educação e Cultura		4,79	4,64	+	4,52	5,09	-	4,45	4,82
Habituação e Urbanismo		4,91	4,67	+	5,08	4,93	+	5,15	4,99
ECONOMIA									
Agricultura		5,25	4,75	+	4,42	4,43	-	5,4	4,97
Indústria, Comércio e Serviços		5,24	4,58	+	4,94	4,75	+	4,65	4,96
Energia e Recursos Minerais		4,69	4,7	-	2,18	4,87	-	5,23	4,97
Transporte		4,55	4,68	-	5,57	4,98	+	4,57	4,81
Trabalho		4,72	4,76	-	4,63	4,85	-	5,13	4,96
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral								4,49	5,07

BAHIA		INSUMO				PRODUTO				RESULTADO	
		Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado		
Ano: 2001											
SOCIEDADE											
Legislativo	4,08	4,71	-	4,46	4,68	-	5,33	5,07			
Judiciário	4,44	4,78	-	4,47	4,67	-	5,02	5,1			
Defesa Nacional e Segurança Pública	4,4	4,82	-	4,77	4,97	-	4,21	4,82			
Saúde e Saneamento	4,59	4,63	-	4,11	5,09	-	5,24	4,99			
Educação e Cultura	4,26	4,64	-	4,78	4,93	-	5,02	4,96			
Habituação e Urbanismo	4,83	4,67	+	4,61	4,43	+	4,96	4,96			
ECONOMIA											
Agricultura	4,77	4,75	+	5,07	4,75	+	5,26	4,97			
Indústria, Comércio e Serviços	6,08	4,58	+	3,86	4,87	-	4,52	4,81			
Energia e Recursos Minerais	4,82	4,7	+	4,91	4,98	-	4,35	4,96			
Transporte	4,4	4,68	-	4,92	4,85	+	4,5	5,07			
Trabalho	4,82	4,76	+								
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral							4,5	5,07			
Ano: 2001											
SOCIEDADE											
Legislativo	4,6	4,71	-	4,43	4,68	-	4,79	4,59			
Judiciário	4,73	4,78	-	4,22	4,58	-	4,93	4,88			
Defesa Nacional e Segurança Pública	6,07	4,82	+	4,55	4,67	-	5,96	5,07			
Saúde e Saneamento	4,58	4,63	-	4,86	4,97	-	5,38	5,1			
Educação e Cultura	4,79	4,64	+	5,33	5,09	+	5,95	4,82			
Habituação e Urbanismo	4,58	4,67	-	4,59	4,93	-	5,11	4,99			
ECONOMIA											
Indústria, Comércio e Serviços	6,9	4,58	+	8	4,75	+	5,21	4,96			
Energia e Recursos Minerais	4,7	4,7	+	4,91	4,87	+	5,24	4,97			
Transporte	4,59	4,68	-	5,11	4,98	+	5,79	4,81			
Trabalho	4,63	4,76	-	5,15	4,85	+	4,44	4,96			
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral							5,16	5,07			
Ano: 2001											
SOCIEDADE											
Legislativo	4,85	4,71	+	4,69	4,68	+	7,78	4,59			
Judiciário	5,08	4,78	+	5,13	4,58	+	5,08	4,88			
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,09	4,82	+	4,77	4,67	+	4,79	5,07			
Saúde e Saneamento	4,76	4,63	+	4,66	4,97	-	5,43	5,1			
Educação e Cultura	4,18	4,64	-	5,09	5,09	=	5,45	4,82			
Habituação e Urbanismo	4,6	4,67	-	5,19	4,93	+	5,13	4,99			
ECONOMIA											
Agricultura	4,66	4,75	-	4,46	4,43	+	4,49	4,97			
Indústria, Comércio e Serviços	4,15	4,58	-	4,6	4,75	-	5,11	4,96			
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-	5,29	4,87	+	4,79	4,97			
Transporte	4,47	4,68	-	5,53	4,98	+	6,43	4,81			
Trabalho	4,6	4,76	-	4,74	4,85	-	4,44	4,96			
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral							5,07	5,07			

RIO DE JANEIRO											
Ano: 2001											
INSUMO				PRODUTO				RESULTADO			
Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Índice do Resultado	Mediana do Resultado
SOCIEDADE											
Legislativo	5,13	4,71	+	4,46	4,68	-	4,56	4,59	4,56	4,56	4,59
Judiciário	5,24	4,78	+	4,58	4,58	=	4,31	4,88	4,31	4,31	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	7	4,82	+	5	4,67	+	3,7	5,07	3,7	3,7	5,07
Saúde e Saneamento	5,09	4,63	+	5,61	4,97	+	5,01	5,1	5,01	5,01	5,1
Educação e Cultura	4,94	4,64	+	5,93	5,09	+	5,77	4,82	5,77	5,77	4,82
Habituação e Urbanismo	4,72	4,67	+	5,68	4,93	+	4,95	4,99	4,95	4,95	4,99
ECONOMIA											
Agricultura	4,42	4,75	-	4,42	4,43	-	4,11	4,97	4,11	4,11	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	5,27	4,58	+	5,65	4,75	+	5,58	4,96	5,58	5,58	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,7	4,7	+	5,74	4,87	+	4,91	4,97	4,91	4,91	4,97
Transporte	4,76	4,68	+	5,47	4,98	+	5,44	4,81	5,44	5,44	4,81
Trabalho	4,7	4,76	-	6,32	4,85	+	4,7	4,96	4,7	4,7	4,96
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral	4,7	4,76	-	6,32	4,85	+	4,7	4,96	4,7	4,7	4,96
SAO PAULO											
Ano: 2001											
INSUMO				PRODUTO				RESULTADO			
Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Índice do Resultado	Mediana do Resultado
SOCIEDADE											
Legislativo	4,13	4,71	-	4,35	4,68	-	4,61	4,59	4,61	4,61	4,59
Judiciário	5,25	4,78	+	4,18	4,58	-	5,92	4,88	5,92	5,92	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,8	4,82	+	4,86	4,67	+	3,92	5,07	3,92	3,92	5,07
Saúde e Saneamento	4,83	4,63	+	5	4,97	+	5,34	5,1	5,34	5,34	5,1
Educação e Cultura	5,41	4,64	+	5,58	5,09	+	6,66	4,82	6,66	6,66	4,82
Habituação e Urbanismo	4,8	4,67	+	4,92	4,93	-	4,95	4,99	4,95	4,95	4,99
ECONOMIA											
Agricultura	4,52	4,75	-	5,38	4,43	+	5,65	4,97	5,65	5,65	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	4,61	4,58	+	7,1	4,75	+	6,36	4,96	6,36	6,36	4,96
Energia e Recursos Minerais	5,1	4,7	+	6,23	4,87	+	5,51	4,97	5,51	5,51	4,97
Transporte	4,81	4,68	+	6,27	4,98	+	6,56	4,81	6,56	6,56	4,81
Trabalho	5,01	4,76	+	7,01	4,85	+	4,48	4,96	4,48	4,48	4,96
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral	5,01	4,76	+	7,01	4,85	+	4,48	4,96	4,48	4,48	4,96
PARANA											
Ano: 2001											
INSUMO				PRODUTO				RESULTADO			
Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Índice do Resultado	Mediana do Resultado
SOCIEDADE											
Legislativo	4,27	4,71	-	4,5	4,68	-	5,45	4,59	5,45	5,45	4,59
Judiciário	4,62	4,78	-	4,38	4,58	-	4,59	4,88	4,59	4,59	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	4,71	4,82	-	4,42	4,67	-	4,96	5,07	4,96	4,96	5,07
Saúde e Saneamento	4,38	4,63	-	5,11	4,97	+	5,18	5,1	5,11	5,11	5,1
Educação e Cultura	4,49	4,64	-	5,52	5,09	+	5,85	4,82	5,52	5,52	4,82
Habituação e Urbanismo	4,92	4,67	+	5,23	4,93	+	5,37	4,99	5,37	5,37	4,99
ECONOMIA											
Agricultura	4,75	4,75	+	6,11	4,43	+	5,74	4,97	6,11	6,11	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	5,41	4,58	+	5,28	4,75	+	5,22	4,96	5,28	5,28	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-	5,34	4,87	+	4,67	4,81	5,34	5,34	4,81
Transporte	4,55	4,68	-	5,85	4,98	+	5,42	4,81	5,85	5,85	4,81
Trabalho	4,77	4,76	+	4,87	4,85	+	5,01	4,96	4,87	4,87	4,96
INDICADORES GERAIS											
Índice Geral	4,77	4,76	+	4,87	4,85	+	5,01	4,96	4,87	4,87	4,96
RESULTADO GERAL											
											5,07

SANTA CATARINA		INSUMO			PRODUTO			RESULTADO	
Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado		
Ano: 2001									
SOCIEDADE									
Legislativo	4,61	4,71	-	4,58	4,68	-	6,3	4,59	4,59
Judiciário	4,87	4,78	+	4,61	4,58	+	4,82	4,88	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,4	4,82	+	4,67	4,67	=	5,2	5,07	5,07
Saúde e Saneamento	4,53	4,63	-	4,94	4,97	-	5,21	5,1	5,1
Educação e Cultura	4,6	4,64	-	5,31	5,09	+	5,94	4,82	4,82
Habituação e Urbanismo	4,61	4,67	-	4,88	4,93	-	5,89	4,99	4,99
ECONOMIA									
Agricultura	5,37	4,75	+	5,62	4,43	+	5,24	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	4,5	4,58	-	5,52	4,75	+	5,24	4,96	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-	5,79	4,87	+	5,16	4,97	4,97
Transporte	4,66	4,68	-	5,07	4,98	+	5,09	4,81	4,81
Trabalho	5,17	4,76	+	5,65	4,85	+	5,27	4,96	4,96
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral							5,81		5,07
RIO GRANDE DO SUL									
Ano: 2001									
SOCIEDADE									
Legislativo	4,39	4,71	=	4,48	4,68	-	4,41	4,59	4,59
Judiciário	4,78	4,78	=	6,88	4,58	+	5,61	4,88	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,27	4,82	+	4,64	4,67	-	4,52	5,07	5,07
Saúde e Saneamento	4,6	4,63	-	5,19	4,97	+	4,82	5,1	5,1
Educação e Cultura	4,48	4,64	-	5,49	5,09	+	5,97	4,82	4,82
Habituação e Urbanismo	4,59	4,67	-	4,97	4,93	+	5,55	4,99	4,99
ECONOMIA									
Agricultura	5,06	4,75	+	6,12	4,43	+	5,72	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	4,33	4,58	-	5,35	4,75	+	5,32	4,96	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,7	4,7	+	5,93	4,87	+	4,67	4,97	4,97
Transporte	4,68	4,68	+	5,04	4,98	+	5,49	4,81	4,81
Trabalho	5,04	4,76	+	5,56	4,85	+	4,73	4,96	4,96
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral							5,71		5,07
MATO GROSSO DO SUL									
Ano: 2001									
SOCIEDADE									
Legislativo	5,67	4,71	+	4,78	4,68	+	5,66	4,59	4,59
Judiciário	4,9	4,78	+	5,4	4,58	+	6,18	4,88	4,88
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,55	4,82	+	4,78	4,67	+	4,86	5,07	5,07
Saúde e Saneamento	4,35	4,63	-	4,95	4,97	-	4,88	5,1	5,1
Educação e Cultura	5,03	4,64	+	5,22	5,09	+	5,17	4,82	4,82
Habituação e Urbanismo	4,57	4,67	-	4,95	4,93	+	4,78	4,99	4,99
ECONOMIA									
Agricultura	4,61	4,75	-	4,62	4,43	+	5,92	4,97	4,97
Indústria, Comércio e Serviços	4,14	4,58	-	4,55	4,75	-	4,76	4,96	4,96
Energia e Recursos Minerais	4,7	4,7	-	5,66	4,87	+	4,72	4,97	4,97
Transporte	4,85	4,68	+	4,71	4,98	-	4,9	4,81	4,81
Trabalho	4,79	4,76	+	4,6	4,85	-	5,2	4,96	4,96
INDICADORES GERAIS									
Índice Geral							5,16		5,07

MATO GROSSO												
Ano: 2001												
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO			
	Índice do Insumo	Mediana do Insumo	Posição do Índice	Posição do Índice	Índice do Produto	Mediana do Produto	Posição do Índice	Posição do Índice	Índice do Resultado	Mediana do Resultado	Mediana do Resultado	
SOCIEDADE												
Legislativo	5,76	4,71	+		4,68	4,68	-		4,75	4,75	4,88	
Judiciário	4,92	4,78	+		5,18	4,58	+		4,9	4,9	5,07	
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,12	4,82	+		4,64	4,67	-		5,1	5,1	5,1	
Saúde e Saneamento	4,29	4,63	-		5,05	4,97	+		4,82	4,82	4,82	
Educação e Cultura	4,32	4,64	-		5,06	5,09	-		4,99	4,99	4,99	
Habituação e Urbanismo	4,6	4,67	-		4,6	4,93	-					
ECONOMIA												
Agricultura	4,8	4,75	+		5,13	4,43	+		5,85	5,85	4,97	
Indústria, Comércio e Serviços	4,69	4,58	+		4,8	4,75	+		4,92	4,92	4,96	
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-		4,12	4,87	-		5,37	5,37	4,97	
Transporte	4,9	4,68	+		5,11	4,98	+		4,73	4,73	4,81	
Trabalho	4,39	4,76	-		5,1	4,85	+		4,87	4,87	4,96	
INDICADORES GERAIS												
Índice Geral									5,37	5,37	5,07	
GOIAS												
SOCIEDADE												
Legislativo	4,35	4,71	-		4,61	4,68	-		5,5	5,5	4,59	
Judiciário	4,54	4,78	-		4,43	4,43	-		4,21	4,21	4,88	
Defesa Nacional e Segurança Pública	5,11	4,82	+		4,86	4,67	+		5,07	5,07	5,07	
Saúde e Saneamento	4,64	4,63	+		5,35	4,97	+		5,1	5,1	5,1	
Educação e Cultura	4,52	4,64	-		5,19	5,09	+		5,03	5,03	4,82	
Habituação e Urbanismo	4,67	4,67	=		4,87	4,93	-		4,94	4,94	4,99	
ECONOMIA												
Agricultura	4,68	4,75	-		4,92	4,43	+		5,35	5,35	4,97	
Indústria, Comércio e Serviços	4,59	4,58	+		4,92	4,75	+		5,02	5,02	4,96	
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-		5,03	4,87	+		5,42	5,42	4,97	
Transporte	4,75	4,68	+		5,43	4,98	+		4,65	4,65	4,81	
Trabalho	4,73	4,76	-		5	4,85	+		4,46	4,46	4,96	
INDICADORES GERAIS												
Índice Geral									5,16	5,16	5,07	
DISTRITO FEDERAL												
SOCIEDADE												
Legislativo	6,72	4,71	+		4,78	4,68	+		6,72	6,72	4,59	
Judiciário	9,68	4,78	+		5,42	4,58	+		6	6	4,88	
Defesa Nacional e Segurança Pública					8,23	4,67	+		3,09	3,09	5,07	
Saúde e Saneamento	7,74	4,63	+		5,64	4,97	+		5,35	5,35	5,1	
Educação e Cultura	6,95	4,64	+		5,63	5,09	+		6,42	6,42	4,82	
Habituação e Urbanismo	9,7	4,67	+		8	4,93	+		4,05	4,05	4,99	
ECONOMIA												
Agricultura	4,95	4,75	+		5,25	4,43	+		4,53	4,53	4,97	
Indústria, Comércio e Serviços	4,41	4,58	-		4,62	4,75	-		5,38	5,38	4,96	
Energia e Recursos Minerais	4,69	4,7	-		7,04	4,87	+		5,79	5,79	4,97	
Transporte	5,13	4,68	+		5,85	4,98	+		4,59	4,59	4,81	
Trabalho	6,38	4,76	+		3,47	4,85	+		5,35	5,35	4,96	
INDICADORES GERAIS												
Índice Geral									5,73	5,73	5,07	

TABELAS DE INDICADORES DE INSUMO X PRODUTO X RESULTADO, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DOS ORÇAMENTOS

UF	FUNÇÃO LEGISLATIVA								
	INSUMO			PRODUTO			RESULTADO		
	Despesa	Índice	Ranking	Deputados Estaduais	Índice	Ranking	Projetos Apreciados	Índice	Ranking
RO	27,55	4,71	14	2,62	5,50	4	3,08	4,49	12
AC	102,81	7,48	2	6,22	7,26	2			
AM	38,39	5,11	8	1,10	4,76	9	2,17	4,28	16
RR	116,26	7,98	1	9,17	8,69	1	2,63	4,39	14
PA	29,86	4,79	11	0,95	4,69	13	2,07	4,26	17
AP	57,68	5,82	4	5,32	6,82	3	2,25	4,30	15
TO	27,37	4,70	15	2,02	5,21	5	0,25	3,83	20
MA	12,81	4,17	24	0,73	4,58	19			
PI	21,67	4,49	18	1,04	4,73	10			
CE	11,88	4,13	25	0,61	4,52	21	1,54	4,14	19
RN	27,90	4,72	13	0,85	4,64	16			
PB	16,14	4,29	21	1,04	4,73	11	1,89	4,22	18
PE	15,83	4,28	22	0,61	4,52	20	5,16	4,98	8
AL	29,40	4,78	12	0,94	4,68	14			
SE	35,14	4,99	9	1,32	4,87	6	6,67	5,33	7
BA	10,56	4,08	27	0,48	4,46	25			
MG	24,44	4,60	17	0,42	4,43	26	4,36	4,79	9
ES	31,32	4,85	10	0,95	4,69	12	17,20	7,78	1
RJ	38,85	5,13	7	0,48	4,46	24	3,39	4,56	11
SP	11,78	4,13	26	0,25	4,35	27	3,56	4,61	10
PR	15,67	4,27	23	0,56	4,50	22	7,20	5,45	6
SC	24,79	4,61	16	0,73	4,58	18	10,83	6,30	3
RS	18,93	4,39	19	0,53	4,48	23	2,73	4,41	13
MS	53,72	5,67	6	1,13	4,78	8	8,08	5,66	4
MT	55,94	5,76	5	0,93	4,68	15			
GO	17,78	4,35	20	0,80	4,61	17	7,39	5,50	5
DF	82,05	6,72	3	1,14	4,78	7	12,63	6,72	2
Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			
Escore Bruto: despesa em R\$ <i>per capita</i>			Escore Bruto: Número de deputados / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de projetos apreciados / deputado			
Desvio Padrão: 27,16			Desvio Padrão: 2,05			Desvio Padrão: 4,29			
Média: 35,43			Média: 1,59			Média: 5,25			
Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			
Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Tribunal Superior Eleitoral			Fonte: Senado Federal / Sistema INTERLEGIS			

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2005 – ANEXO III

UF	FUNÇÃO JUDICIÁRIA																	
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO									
	Despesa	Índice	Ranking	Juízes Estaduais	Índice	Ranking	Desembargadores Estaduais	Índice	Ranking	Juízes Especiais	Índice	Ranking	Julgamentos Justiça Comum	Índice	Ranking	Julgamentos Especiais	Índice	Ranking
RO	123,61	5,68	2	9,50	6,53	3	1,42	5,22	6	2,51	5,25	4	79,37	5,53	6	89,95	5,33	
AC	98,24	5,38	4	11,41	7,37	1	2,07	5,73	3	8,04	7,85	1	71,17	5,14	10	93,33	5,49	
AM	45,28	4,75	15	5,80	4,89	9				1,42	4,73	6	36,90	3,53	26	51,83	3,51	2
RR	104,53	5,45	3	9,94	6,72	2	2,67	6,20	2	1,15	4,60	8	49,65	4,13	21	83,34	5,01	1
PA	27,37	4,54	20	3,86	4,03	19	0,67	4,63	10	1,02	4,54	10	47,41	4,02	22	56,94	3,75	1
AP	78,28	5,14	7				1,55	5,32	4				76,54	5,40	8	88,53	5,26	
TO	24,59	4,50	23							0,47	4,29	12	40,56	3,70	25			
MA	14,60	4,39	26	3,67	3,95	20	0,35	4,38	19				61,22	4,67	16	56,45	3,73	2
PI	41,19	4,70	17				0,45	4,46	15				63,74	4,79	13	83,96	5,04	1
CE	25,31	4,51	22	4,90	4,49	12	0,30	4,35	20				69,04	5,04	11			
RN	49,23	4,80	13	6,83	5,35	6	0,53	4,53	13				102,25	6,61	3			
PB	27,07	4,53	21				0,43	4,45	16				121,17	7,50	1	132,91	7,38	
PE	21,19	4,46	24							0,39	4,25	14	63,70	4,79	14	81,05	4,91	1
AL	3,45	4,25	27	4,78	4,44	13	0,38	4,41	17	1,08	4,57	9	44,21	3,87	24	52,34	3,53	2
SE	53,58	4,85	12	5,21	4,63	11	0,71	4,67	9	0,71	4,40	11	77,87	5,46	7	96,87	5,66	
BA	19,53	4,44	25															
MG	43,13	4,73	16	3,88	4,04	18	0,30	4,34	21	0,43	4,27	13	61,44	4,68	15	86,85	5,18	
ES	73,14	5,08	8	7,46	5,63	5	0,66	4,63	11				68,58	5,02	12	85,77	5,13	
RJ	86,40	5,24	6	3,98	4,09	17	1,10	4,97	8	1,32	4,69	7	55,19	4,39	20	66,85	4,23	1
SP	87,60	5,25	5	4,20	4,18	16							115,81	7,25	2	74,56	4,60	1
PR	34,67	4,62	18	4,61	4,37	14	0,36	4,39	18				60,55	4,64	17	73,34	4,54	1
SC	55,69	4,87	11				0,64	4,61	12				58,64	4,55	18	84,78	5,08	1
RS	47,45	4,78	14	5,98	4,97	8	5,98	8,78	1				80,95	5,61	5			
MS	57,54	4,90	10	5,52	4,77	10	1,18	5,03	7	4,96	6,40	2	73,90	5,27	9	126,84	7,09	
MT	59,33	4,92	9	5,99	4,98	7				2,80	5,38	3	58,16	4,53	19	82,29	4,96	1
GO	27,50	4,54	19	4,54	4,33	15	0,53	4,52	14				46,07	3,96	23	71,86	4,47	1
DF	459,80	9,68	1	8,80	6,22	4	1,47	5,26	5	1,51	4,78	5	87,03	5,89	4	106,11	6,10	
	Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001		
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita		Escore Bruto: Número de Juizes / 100.000 hab	Escore Bruto: Número de desembargadores / 100.000 hab	Escore Bruto: Número de juizados especiais / 100.000 hab	Escore Bruto: Percentual de casos julgados na Justiça comum	Escore Bruto: Percentual de casos julgados em juizados especiais											
	Desvio Padrão: 84,16		Desvio Padrão: 2,26	Desvio Padrão: 1,28	Desvio Padrão: 2,13	Desvio Padrão: 21,18												
	Média: 66,27		Média: 6,04	Média: 1,14	Média: 1,99	Média: 68,12												
	Índice = 5 + (EB - N) / DP		Índice = 5 + (EB - N) / DP	Índice = 5 + (EB - N) / DP	Índice = 5 + (EB - N) / DP	Índice = 5 + (EB - N) / DP												
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM		Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário	Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário	Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário	Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário	Fonte: STF / Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário											

UF	FUNÇÃO DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA																					
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO													
	Despesa	Índice	Ranking	Policiais Civis	Índice	Ranking	Policiais Militares	Índice	Ranking	Acidentes de Trânsito	Índice	Ranking	Coefficiente de Furtos	Índice	Ranking	Coefficiente de Roubos	Índice	Ranking	Coefficiente de Homicídios	Índice	Ranking	
RO	28,42	4,03	25	131,16	5,60	5	263,95	4,81	12	3,30	6,38	2	1356,86	4,28	22	477,67	4,23	23	40,70	3,91	23	
AC	220,60	8,21	1	241,63	7,09	3	424,02	5,74	3	18,10	4,07	22	1074,58	4,74	19	163,66	5,46	13	21,07	5,33	13	
AM	105,21	5,70	5	43,73	4,43	19	232,71	4,63	18	8,00	5,65	7	577,20	5,55	10	133,51	5,57	8	16,55	5,66	8	
RR	75,87	5,06	12	279,33	7,60	1	408,14	5,65	4	24,90	3,01	26	1216,30	4,51	20	79,17	5,78	4	32,02	4,54	4	
PA	57,91	4,67	17	58,16	4,62	14	234,47	4,64	16	5,10	6,10	4	473,77	5,72	5	294,83	4,95	20	15,23	5,75	20	
AP	35,65	4,19	24	237,24	7,03	4	623,65	6,90	2	20,90	3,63	25	1534,48	3,98	24	156,20	5,48	11	36,49	4,21	11	
TO	66,14	4,85	14	54,73	4,58	16	269,29	4,84	10	10,60	5,24	13	512,30	5,66	8	60,09	5,86	3	17,72	5,57	3	
MA	3,10	3,48	26	28,59	4,22	27	128,64	4,03	27	10,70	5,22	14	483,98	5,71	6	138,28	5,55	10	9,82	6,15	10	
PI	50,39	4,51	20	45,43	4,45	18	219,04	4,55	22	7,50	5,72	6	515,11	5,66	9	183,47	5,38	14	9,12	6,20	14	
CE	36,59	4,21	23	31,28	4,26	26	165,84	4,25	26	18,90	3,94	23	53,13	6,41	2	40,69	5,93	2	17,01	5,63	2	
RN	50,74	4,52	19	38,07	4,35	24	268,66	4,84	11	9,40	5,43	11	641,30	5,45	12	246,20	5,13	16	11,44	6,03	16	
PB	40,18	4,29	22	41,42	4,40	23	225,94	4,59	19	11,30	5,13	15	315,38	5,98	3	123,48	5,61	7	13,95	5,85	7	
PE	63,71	4,80	15	59,70	4,64	12	243,62	4,70	14	10,20	5,30	12	324,54	5,97	4	339,85	4,77	21	58,66	2,60	21	
AL	54,69	4,60	18	43,18	4,42	20	286,61	4,94	7	12,30	4,98	18	49,50	6,42	1	20,97	6,01	1	29,06	4,75	1	
SE	69,55	4,93	13	36,61	4,33	25	307,77	5,07	6	5,60	6,02	5	823,47	5,15	15	247,40	5,13	17	28,50	4,79	17	
BA	45,22	4,40	21	41,42	4,40	22	216,42	4,54	23	12,10	5,01	17	737,23	5,29	14	267,59	5,05	18	12,23	5,97	18	
MG	122,09	6,07	3	49,58	4,51	17	225,40	4,59	20	1,70	6,63	1	593,95	5,53	11	86,03	5,76	5	13,05	5,91	5	
ES	76,96	5,09	11	62,56	4,68	11	272,08	4,86	9	15,80	4,43	20	509,12	5,67	7	137,15	5,56	9	46,02	3,52	9	
RJ	165,04	7,00	2	72,00	4,81	8	330,69	5,20	5	26,70	2,73	27	672,11	5,40	13	673,64	3,47	25	50,57	3,19	25	
SP	109,69	5,80	4	96,87	5,14	6	224,33	4,58	21	11,80	5,05	16	1469,06	4,09	23	867,28	2,72	26	41,92	3,82	26	
PR	59,41	4,71	16	43,15	4,42	21	195,79	4,42	25	15,00	4,55	19	1067,23	4,75	18	230,25	5,20	15	21,17	5,32	15	
SC	91,06	5,40	7	59,35	4,64	13	245,26	4,71	13	8,40	5,58	9	1924,42	3,34	25	115,84	5,64	6	8,72	6,23	6	
RS	85,40	5,27	8	56,71	4,60	15	240,27	4,68	15	9,20	5,46	10	2026,87	3,18	26	569,37	3,88	24	17,98	5,55	24	
MS	98,26	5,55	6	80,00	4,92	7	234,36	4,64	17	17,10	4,23	21	898,90	5,03	16	161,06	5,47	12	29,42	4,72	12	
MT	78,52	5,12	9	71,61	4,80	9	207,60	4,49	24	8,10	5,63	8	972,88	4,91	17	291,54	4,96	19	38,00	4,10	19	
GO	77,81	5,11	10	71,24	4,80	10	281,42	4,91	8	5,00	6,11	3	1312,72	4,35	21	384,90	4,60	22	22,52	5,23	22	
DF				255,09	7,27	2	1020,41	9,19	1	20,10	3,76	24	2577,42	2,27	27	1092,61	1,84	27	32,99	4,47	27	
	Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2000			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita			Escore Bruto: Número de policiais civis / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de policiais militares / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de obitos em acidentes de trânsito / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de furtos / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de roubos / 100.000 hab			Escore Bruto: Número de ocorrências registradas de homicídios / 100.000 hab			
	Desvio Padrão: 44,45			Desvio Padrão: 74,39			Desvio Padrão: 172,75			Desvio Padrão: 6,41			Desvio Padrão: 609,68			Desvio Padrão: 257,14			Desvio Padrão: 13,79			
	Média: 75,70			Média: 86,29			Média: 296,16			Média: 12,14			Média: 915,33			Média: 280,84			Média: 25,63			
	Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / DENATRAN			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública			

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2005 – ANEXO III

UF	INSUMIVO				FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO														Ranking												
	Despesa	Índice	Ranking	Índice	PRODUTO																										
					Hospitais Públicos	Índice	Ranking	Postos de Saúde	Índice	Ranking	Leitos SUS	Índice	Ranking	Médicos	Índice	Ranking	Enfermeiros	Índice	Ranking	Consultas SUS	Índice	Ranking	Internações SUS	Índice	Ranking						
RO	140,74	5,14	6	7,48	6,55	1	66,95	8,20	1	2,43	4,63	17	1,28	4,60	16	0,29	4,29	23	1,73	3,78	24	7,77	5,65	6							
AC	419,84	7,82	1	6,53	4,93	3	61,19	7,85	2	2,78	5,13	11	0,92	4,27	25	0,60	5,55	6	1,43	3,09	26	7,68	5,57	9							
AM	241,25	6,10	5	5,64	3,42	6	14,29	5,01	9	1,55	3,36	27	1,20	4,53	18	0,30	4,33	21	1,57	3,41	25	4,28	2,38	27							
RR	299,13	6,66	3	7,00	5,73	2	5,73	4,49	20	2,36	4,53	18	1,49	4,79	14	0,39	4,69	12	2,28	5,06	12	4,48	2,56	26							
PA	88,83	4,64	13	5,14	2,56	11	19,83	5,34	4	1,81	3,73	25	1,07	4,41	22	0,36	4,57	16	1,39	3,00	27	7,74	5,62	7							
AP	242,14	6,11	4	5,32	2,88	8	42,13	6,69	3	1,72	3,60	26	0,99	4,34	23	0,45	4,94	10	1,91	4,20	22	7,07	4,99	16							
MA	52,74	4,29	25	5,06	2,44	12	5,38	4,47	22	2,55	4,80	16	0,99	4,34	24	0,33	4,45	19	2,75	6,15	4	7,67	5,56	10							
MT	40,42	4,17	27	5,28	2,80	9	15,60	5,08	7	4,40	7,48	1	0,65	4,03	27	0,20	3,92	27	1,83	4,02	23	7,05	4,97	17							
PI	52,34	4,28	26	6,39	4,69	4	15,18	5,06	8	2,97	5,41	8	0,88	4,24	26	0,34	4,49	18	2,22	4,92	14	8,63	6,46	2							
CE	77,20	4,52	19	4,77	1,94	14	10,27	4,76	12	2,26	4,38	20	1,08	4,42	20	0,56	5,38	7	2,12	4,69	20	6,87	4,81	19							
RN	87,84	4,63	14	6,19	4,35	5	16,28	5,13	5	2,64	4,93	15	1,53	4,83	11	0,52	5,22	8	2,87	6,43	2	6,80	4,74	21							
PB	100,08	4,74	10	5,17	2,62	10	9,69	4,73	13	3,51	6,19	3	1,53	4,83	12	0,70	5,95	4	2,17	4,81	16	7,85	5,72	4							
PE	73,71	4,49	20	4,95	2,24	13	6,04	4,51	19	2,72	5,05	12	1,67	4,95	10	0,41	4,78	11	2,27	5,04	13	6,84	4,78	20							
AL	60,84	4,37	22	4,55	1,57	18	6,56	4,54	18	2,34	4,50	19	1,47	4,77	15	0,30	4,33	22	2,13	4,71	19	7,31	5,22	14							
SE	91,36	4,66	11	4,02	0,66	22	9,04	4,69	15	1,94	3,92	24	1,15	4,48	19	0,38	4,65	15	2,16	4,78	17	7,13	5,05	15							
BA	83,65	4,59	16	4,63	1,70	16	10,71	4,79	11	2,25	4,37	21	1,08	4,42	21	0,39	4,69	14	2,46	5,48	9	6,92	4,85	18							
MG	83,43	4,58	17	3,97	0,58	23	8,20	4,64	16	2,83	5,21	10	1,92	5,18	7	0,39	4,69	14	2,46	5,48	9	6,92	4,85	18							
ES	102,21	4,76	9	4,11	0,82	21	11,28	4,82	10	2,20	4,30	22	2,04	5,29	5	0,26	4,17	25	2,63	5,87	6	6,08	4,06	23							
RJ	135,79	5,09	7	4,17	0,92	20	2,40	4,28	25	3,45	6,10	4	4,82	7,82	2	0,81	6,40	3	3,05	6,85	1	5,62	3,63	25							
SP	108,58	4,83	8	3,94	0,54	24	1,06	4,20	26	2,85	5,24	9	2,53	5,74	3	0,65	5,75	5	2,86	6,41	3	5,73	3,74	24							
PR	61,88	4,38	21	4,37	1,27	19	9,45	4,71	14	3,13	5,64	5	1,93	5,19	6	0,36	4,57	17	2,41	5,36	10	8,04	5,90	3							
SC	77,90	4,53	18	3,87	0,40	26	5,60	4,48	21	2,71	5,03	13	1,51	4,81	13	0,52	5,22	9	2,61	5,83	7	7,41	5,31	13							
RS	85,31	4,60	15	3,83	0,34	27	7,33	4,58	17	3,05	5,52	6	2,30	5,53	4	0,85	6,56	2	2,16	4,78	18	7,65	5,54	11							
MS	59,40	4,35	23	4,63	1,70	17	2,78	4,31	24	3,04	5,51	7	1,84	5,11	8	0,23	4,05	26	2,05	4,53	21	8,68	6,50	1							
MT	53,13	4,29	24	4,73	1,87	15	15,96	5,11	6	2,69	5,00	14	1,23	4,55	17	0,32	4,41	20	2,73	6,11	5	7,56	5,45	12							
GO	88,95	4,64	12	5,35	2,92	7	4,46	4,41	23	4,34	7,39	2	1,80	5,07	9	0,29	4,29	24	2,37	5,27	11	7,78	5,66	5							
DF	412,01	7,74	2	3,93	0,52	25	0,14	4,15	27	2,03	4,05	23	5,54	8,47	1	1,36	8,63	1	2,49	5,55	8	6,75	4,69	22							
Ano: 2001					Ano: 2001														Ano: 2001												
Escore Bruto: despesa em R\$ per capita				Escore Bruto: Número de hospitais públicos / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de postos de saúde / 100.000 hab				Escore Bruto: Número de leitos do SUS / 1.000 hab				Escore Bruto: Número de enfermeiros / 1.000 hab				Escore Bruto: Número de consultas SUS / hab				Escore Bruto: Número de internações hospitalares SUS / 100 hab							
Desvio Padrão: 103,97				Desvio Padrão: 1,70				Desvio Padrão: 16,51				Desvio Padrão: 0,69				Desvio Padrão: 1,10				Desvio Padrão: 0,25				Desvio Padrão: 0,43				Desvio Padrão: 1,07			
Média: 126,69				Média: 2,33				Média: 14,20				Média: 2,69				Média: 1,72				Média: 0,47				Média: 2,25				Média: 7,08			
Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP			
Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREMI				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS				Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS							

FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO (continuação)																		
RESULTADO																		
UF	Gravidez na Adolescência	Índice	Ranking	Mortalidade Materna	Índice	Ranking	Baixo Peso ao Nascer	Índice	Ranking	Mortalidade Infantil	Índice	Ranking	Cobertura de Vacinação	Índice	Ranking	Expectativa de Vida	Índice	Ranking
RO	19,46	4,11	22				5,44	6,85	1	22,75	4,66	17	92,07	5,80	9	68,56	5,09	16
AC	19,61	4,07	23				6,72	5,61	9	23,62	4,47	22	74,42	3,37	26	68,61	5,11	15
AM	17,83	4,56	19				6,78	5,55	10	23,53	4,48	21	80,05	4,14	23	69,16	5,36	11
RR	17,78	4,57	18				7,36	4,98	16	16,82	5,97	5	90,68	5,61	10	67,83	4,76	18
PA	18,46	4,38	20				6,23	6,08	3	23,33	4,53	20	75,46	3,51	25	69,05	5,31	13
AP	23,53	3,00	27				8,29	4,08	22	22,93	4,62	19	83,35	4,60	20	69,32	5,43	10
TO	20,12	3,93	24				6,61	5,71	8	22,88	4,63	18	89,67	5,47	11	68,72	5,16	14
MA	19,45	4,11	21				7,08	5,26	12	19,28	5,42	12	64,42	2,00	27	65,13	3,56	24
PI	14,10	5,57	9				6,37	5,95	5	22,60	4,69	16	82,44	4,47	22	65,97	3,93	23
CE	17,44	4,66	16				6,54	5,78	7	21,41	4,95	15	88,83	5,35	12	66,67	4,25	22
RN	15,10	5,30	12				7,43	4,92	17	19,20	5,44	11	83,88	4,67	18	66,73	4,27	21
PB	17,61	4,62	17				6,12	6,19	2	21,05	5,03	14	83,08	4,56	21	64,76	3,39	25
PE	14,98	5,33	11				7,08	5,26	13	27,02	3,72	25	86,95	5,09	16	64,01	3,06	26
AL	16,00	5,05	13				6,46	5,86	6	31,75	2,67	26	84,06	4,69	17	63,48	2,82	27
SE	13,97	5,61	8				7,34	5,00	15	33,29	2,33	27	83,64	4,64	19	67,54	4,63	20
BA	13,69	5,68	7				7,50	4,85	18	23,70	4,45	23	77,34	3,77	24	67,98	4,83	17
MG	10,99	6,42	3				9,19	3,20	27	18,59	5,58	10	93,29	5,96	3	70,68	6,04	3
ES	17,13	4,75	14				7,59	4,76	19	17,89	5,73	7	94,63	6,15	1	70,51	5,96	6
RJ	11,95	6,16	4				9,06	3,33	26	18,21	5,66	9	93,11	5,94	4	67,80	4,75	19
SP	9,88	6,72	2				9,01	3,38	24	16,66	6,00	4	94,61	6,14	2	70,19	5,82	7
PR	12,21	6,09	5				8,27	4,10	21	17,74	5,76	6	93,01	5,92	5	70,56	5,98	5
SC	9,21	6,90	1				7,82	4,54	20	14,96	6,38	1	92,86	5,90	6	71,55	6,42	2
RS	12,53	6,00	6				9,03	3,36	25	15,83	6,19	3	88,44	5,30	13	71,80	6,54	1
MS	20,39	3,86	25				6,83	5,50	11	23,84	4,42	24	87,62	5,18	14	70,65	6,02	4
MT	21,85	3,46	26				6,29	6,03	4	20,54	5,14	13	92,22	5,82	7	69,47	5,50	9
GO	17,21	4,72	15				7,14	5,20	14	15,04	6,36	2	92,10	5,80	8	69,84	5,66	8
DF	14,87	5,36	10				8,72	3,66	23	17,92	5,72	8	87,26	5,13	15	69,11	5,34	12
	Ano: 2001	Escore Bruto: Percentual de mulheres de 15 a 19 anos com indicativo de filhos Desvio Padrão: 3,67 Média: 16,20 Índice = 5 - (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS																
	Ano: 2001	Escore Bruto: Número de óbitos de mães / 100.000 crianças nascidas vivas Desvio Padrão: 20,56 Média: 51,82 Índice = 5 - (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS																
	Ano: 2001	Escore Bruto: Percentual de crianças com baixo peso ao nascer Desvio Padrão: 1,03 Média: 7,34 Índice = 5 - (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS																
	Ano: 2001	Escore Bruto: Número de óbitos / 1.000 crianças nascidas vivas Desvio Padrão: 4,53 Média: 21,20 Índice = 5 - (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS																
	Ano: 2001	Escore Bruto: Percentual de crianças menores de 1 ano com vacinas em dia Desvio Padrão: 7,28 Média: 86,28 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS																
	Ano: 2001	Escore Bruto: Número médio de anos de vida esperado para uma pessoa em determinado lugar Desvio Padrão: 2,24 Média: 68,36 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS																

FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO (continuação)																					
UF	RESULTADO																				
	Mortalidade por AIDS	Índice	Ranking	Mortalidade por Tuberculose	Índice	Ranking	Mortalidade por Suicídio	Índice	Ranking	Interação por Colera	Índice	Ranking	Interação por Leptospirose	Índice	Ranking	Interação por Tifo	Índice	Ranking			
RO	2,98	5,45	13	210,56	4,30	20	5,40	4,57	20	0,00	5,39	1	0,11	5,51	3	1,97	5,19	20			
AC	1,92	5,81	5	317,59	2,99	26	5,05	4,75	19	1,04	4,69	24	2,07	5,14	20	40,70	0,47	27			
AM	3,48	5,28	14	337,82	2,75	27	3,24	5,66	6	0,05	5,36	7	1,46	5,25	15	11,46	4,03	25			
RR	5,93	4,46	23	92,86	5,74	8	5,04	4,75	18	0,38	5,13	22	0,00	5,53	1	0,00	5,43	1			
PA	2,96	5,46	12	238,74	3,96	24	2,30	6,14	4	0,09	5,33	10	4,09	4,76	24	4,32	4,90	23			
AP	1,40	5,98	1	113,96	5,48	10	6,02	4,26	22	0,00	5,39	2	26,61	0,49	27	12,42	3,92	26			
TO	1,69	5,89	3	113,07	5,49	9	3,97	5,29	12	0,17	5,27	15	0,42	5,45	8	0,59	5,36	12			
MA	2,11	5,74	9	177,84	4,70	17	1,90	6,34	3	0,07	5,34	9	0,83	5,37	10	1,01	5,31	17			
PI	1,60	5,92	2	219,53	4,19	22	3,97	5,29	13	0,24	5,23	18	0,03	5,52	2	0,66	5,35	14			
CE	1,99	5,78	6	248,56	3,84	25	4,98	4,78	17	2,28	3,86	26	0,88	5,36	11	2,14	5,17	21			
RN	1,74	5,87	4	188,60	4,57	19	4,12	5,22	14	0,04	5,36	4	1,06	5,33	12	0,42	5,38	10			
PB	2,02	5,77	7	218,96	4,20	21	1,30	6,64	1	0,00	5,39	3	0,83	5,37	9	1,12	5,29	18			
PE	4,62	4,90	17	238,60	3,96	23	3,35	5,61	7	0,24	5,23	19	3,63	4,84	23	0,76	5,34	15			
AL	2,21	5,71	10	179,35	4,68	18	3,36	5,60	8	7,61	0,27	27	2,51	5,06	21	0,63	5,35	13			
SE	2,04	5,77	8	140,70	5,15	14	3,80	5,38	11	1,21	4,58	25	3,01	4,96	22	2,80	5,09	22			
BA	2,69	5,55	11	151,49	5,02	15	1,82	6,38	2	0,23	5,23	17	1,69	5,21	17	10,05	4,21	24			
MG	4,74	4,86	19	78,42	5,91	7	4,41	5,07	16	0,12	5,31	12	0,40	5,46	7	0,37	5,38	9			
ES	4,72	4,87	18	127,33	5,32	12	3,68	5,44	9	0,16	5,28	14	1,74	5,20	18	0,47	5,37	11			
RJ	11,35	2,63	26	58,26	6,16	3	3,14	5,71	5	0,34	5,16	20	1,63	5,22	16	0,05	5,42	3			
SP	10,55	2,90	25	38,48	6,40	2	4,35	5,10	15	0,06	5,35	8	1,31	5,28	14	0,10	5,42	5			
PR	4,85	4,82	20	116,28	5,45	11	6,85	3,84	25	0,04	5,36	5	1,81	5,19	19	0,27	5,40	7			
SC	8,59	3,56	24	77,38	5,93	6	8,44	3,04	26	0,37	5,14	21	8,10	4,00	25	1,70	5,22	19			
RS	11,41	2,61	27	60,66	6,13	4	10,04	2,23	27	0,43	5,10	23	9,72	3,69	26	0,81	5,33	16			
MS	5,12	4,73	21	133,01	5,25	13	6,54	4,00	24	0,09	5,33	11	0,14	5,50	4	0,09	5,42	4			
MT	5,35	4,65	22	163,61	4,87	16	5,62	4,46	21	0,19	5,26	16	0,35	5,46	6	0,31	5,39	8			
GO	4,03	5,10	15	72,58	5,98	5	6,39	4,07	23	0,04	5,36	6	0,19	5,49	5	0,12	5,42	6			
DF	4,53	4,93	16	23,05	6,59	1	3,77	5,39	10	0,14	5,30	13	1,14	5,32	13	0,00	5,43	2			
Ano: 2001														Ano: 2001		Ano: 2001		Ano: 2001			
Escore Bruto: Número de obitos por AIDS / 100.000 hab														Escore Bruto: Número de internações por tifo / 100.000 hab		Escore Bruto: Número de internações por leptospirose / 100.000 hab		Escore Bruto: Número de internações por cólera / 100.000 hab		Escore Bruto: Número de internações por tuberculose / 100.000 hab	
Desvio Padrão: 2,97														Desvio Padrão: 8,20		Desvio Padrão: 5,28		Desvio Padrão: 1,49		Desvio Padrão: 1,98	
Média: 4,32														Média: 3,53		Média: 2,81		Média: 0,58		Média: 4,55	
Índice = 5 - (EB - M) / DP														Índice = 5 - (EB - M) / DP		Índice = 5 - (EB - M) / DP		Índice = 5 - (EB - M) / DP		Índice = 5 - (EB - M) / DP	
Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS														Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS		Fonte: Ministério da Saúde / DataSUS	

UF	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA																	
	INSUMO						PRODUTO											
	Despesa	Índice	Ranking	Alunos / Professor Fund.	Índice	Ranking	Alunos / Professor Médio	Índice	Ranking	Escolas Fundamental	Índice	Ranking	Escolas Médio	Índice	Ranking	Matrículas Fundamental	Índice	Ranking
RO	276,29	5,41	6	28,51	4,24	21	26,34	4,47	16	12,46	4,31	19	68,67	5,19	10	51,94	5,33	10
AC	523,02	7,25	2	21,10	5,91	7	21,76	5,58	10	45,15	5,96	5	75,93	5,75	7	61,07	5,87	7
AM	241,61	5,15	8	30,66	3,75	23	29,31	3,75	25	10,35	4,20	20	81,41	6,18	4	49,50	5,19	1
RR	604,57	7,86	1	19,83	6,19	3	27,00	4,31	18	83,47	7,89	1	92,86	7,07	1	86,84	7,40	1
PA	153,06	4,49	18	31,51	3,56	24	28,22	4,02	22	9,09	4,14	23	80,12	6,08	5	26,21	3,81	2
AP	411,50	6,42	4	23,40	5,39	11	28,70	3,90	23	60,16	6,72	3	85,25	6,48	3	73,76	6,62	3
TO	249,58	5,21	7	26,14	4,77	18	25,10	4,77	15	22,37	4,81	14	88,64	6,74	2	56,38	5,60	2
MA	120,94	4,25	24	26,98	4,58	20	30,39	3,49	26	6,63	4,01	26	53,44	4,00	22	24,77	3,73	2
PI	121,63	4,25	23	20,71	5,99	6	21,16	5,73	8	9,88	4,18	22	53,33	3,99	23	31,80	4,14	2
CE	148,27	4,45	20	33,41	3,13	26	27,82	4,11	20	6,21	3,99	27	62,30	4,69	16	19,83	3,44	2
RN	203,53	4,86	11	24,81	5,07	15	27,27	4,25	19	23,25	4,85	13	65,10	4,91	15	40,20	4,64	1
PB	173,88	4,64	14	24,66	5,10	14	22,94	5,30	13	15,88	4,48	17	58,19	4,37	18	35,92	4,39	1
PE	65,76	3,83	27	29,38	4,04	22	23,09	5,26	14	8,72	4,12	24	56,29	4,22	21	32,24	4,17	2
AL	111,86	4,18	25	31,54	3,55	25	30,74	3,41	27	10,03	4,18	21	46,25	3,44	27	25,36	3,76	2
SE	193,46	4,79	13	26,36	4,72	19	26,35	4,47	17	15,74	4,47	18	58,15	4,37	19	40,27	4,64	1
BA	122,92	4,26	22	33,74	3,06	27	28,82	3,87	24	8,34	4,10	25	49,19	3,67	25	32,55	4,19	2
MG	194,04	4,79	12	20,40	6,06	5	22,09	5,50	12	26,28	5,01	10	68,51	5,17	11	51,60	5,31	1
ES	111,56	4,18	26	23,36	5,40	20	27,96	4,08	21	37,64	5,58	6	58,04	4,36	20	48,11	5,11	1
RJ	213,20	4,94	10	18,81	6,42	10	17,96	6,50	1	18,79	4,63	16	50,20	3,75	24	26,06	3,80	2
SP	277,38	5,41	5	25,98	4,81	17	21,96	5,63	11	45,49	5,98	4	61,95	4,66	17	58,28	5,71	1
PR	153,61	4,49	17	20,30	6,08	4	18,26	6,43	2	26,19	5,00	11	78,99	5,99	6	46,10	4,99	1
SC	168,95	4,60	15	23,05	5,47	9	18,87	6,28	4	24,73	4,93	12	73,66	5,58	8	51,63	5,31	1
RS	152,84	4,48	19	18,34	6,53	1	19,16	6,21	5	32,45	5,32	7	67,08	5,06	14	50,41	5,24	1
MS	226,08	5,03	9	21,47	5,82	8	18,32	6,42	3	32,43	5,32	8	67,72	5,11	13	48,34	5,12	1
MT	130,37	4,32	21	23,93	5,27	12	20,12	5,98	6	19,19	4,65	15	68,41	5,17	12	47,33	5,06	1
GO	157,33	4,52	16	25,26	4,97	16	21,14	5,73	7	27,30	5,06	9	71,43	5,40	9	52,31	5,35	1
DF	483,19	6,95	3	24,51	5,14	13	21,52	5,64	9	68,75	7,15	2	48,15	3,59	26	81,39	7,07	2
	Ano: 2001	Ano: 2001																
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita	Escore Bruto: Percentual de matrículas na rede estadual de Ensino Fundamental																
	Desvio Padrão: 133,95	Desvio Padrão: 12,84																
	Média: 221,87	Média: 66,27																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 + (EB - M) / DP																
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Fonte: Ministério da Educação / INEP																

UF	FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (continuação)																	
	PRODUTO						RESULTADO											
	Matrículas Médio	Índice	Ranking	Lei do Audiovisual	Índice	Ranking	Lei Rouanet	Índice	Ranking	Abandono Escolar Fund.	Índice	Ranking	Abandono Escolar Médio	Índice	Ranking	Analfabetismo	Índice	Ranking
RO	84,91	5,23	11	0,00	4,59	14	1,75	4,49	23	8,02	5,53	10	15,66	5,39	8	10,20	5,58	
AC	90,87	6,08	5	0,00	4,59	14	0,00	4,49	23	12,89	4,45	19	22,60	3,94	26	16,70	4,78	1
AM	91,81	6,21	4	0,00	4,59	14	68,47	4,53	19	14,21	4,16	21	19,69	4,55	17	7,70	5,89	
RR	96,09	6,83	1	0,00	4,59	14	0,00	4,49	23	5,68	6,05	6	18,38	4,82	14	11,50	5,42	1
PA	89,81	5,93	6	89,61	4,82	7	52,77	4,52	20	10,82	4,91	13	22,56	3,95	25	11,20	5,46	1
AP	94,73	6,63	3	0,00	4,59	14	0,00	4,49	23	6,11	5,96	7	18,59	4,78	15	7,20	5,95	
TO	94,78	6,64	2	0,00	4,59	14	75,73	4,53	18	11,00	4,87	14	17,88	4,92	12	18,50	4,56	1
MA	77,99	4,23	22	24,35	4,65	11	213,74	4,61	13	7,95	5,55	9	14,42	5,65	5	23,40	3,96	2
PI	73,39	3,57	26	0,00	4,59	14	305,46	4,66	11	15,13	3,95	23	18,82	4,73	16	29,40	3,22	2
CE	79,12	4,39	18	67,47	4,77	9	142,50	4,57	15	12,50	4,54	18	15,80	5,36	9	24,80	3,78	2
RN	78,07	4,24	21	0,00	4,59	14	0,00	4,49	23	12,04	4,64	17	21,52	4,16	23	24,20	3,86	2
PB	76,22	3,98	24	0,00	4,59	14	166,40	4,58	14	15,26	3,93	24	20,89	4,30	20	27,20	3,49	2
PE	77,01	4,09	23	70,00	4,77	8	519,54	4,78	9	18,19	3,27	27	21,48	4,17	22	22,00	4,13	2
AL	68,09	2,81	27	0,00	4,59	14	94,53	4,54	17	17,38	3,45	26	25,01	3,44	27	30,60	3,07	2
SE	78,23	4,27	20	0,00	4,59	14	228,99	4,62	12	14,31	4,14	22	20,46	4,39	19	21,40	4,20	1
BA	78,78	4,35	19	14,92	4,63	12	893,38	4,99	8	17,09	3,52	25	14,84	5,56	7	22,90	4,02	2
MG	85,34	5,29	10	180,60	5,06	6	1.306,79	5,22	6	6,30	5,92	8	16,32	5,25	10	11,70	5,40	1
ES	82,90	4,94	14	813,43	6,70	2	109,08	4,55	16	8,47	5,43	11	21,70	4,13	24	11,50	5,42	1
RJ	75,72	3,91	25	1.834,13	9,34	1	8.199,24	9,07	1	10,26	5,04	12	16,70	5,17	11	5,60	6,15	
SP	85,58	5,32	9	520,23	5,94	3	3.921,92	6,68	2	3,05	6,64	2	8,61	6,86	2	6,00	6,10	
PR	88,36	5,72	7	27,69	4,66	10	1.448,60	5,30	5	5,29	6,14	4	13,99	5,74	4	8,60	5,78	
SC	82,69	4,91	15	0,00	4,59	14	1.631,27	5,40	4	2,37	6,79	1	2,43	8,15	1	5,90	6,11	
RS	83,25	4,99	13	391,53	5,60	4	909,54	5,00	7	5,08	6,19	3	14,50	5,63	6	6,20	6,08	
MS	82,17	4,83	16	0,00	4,59	14	47,87	4,52	21	11,70	4,72	15	20,93	4,29	21	10,30	5,57	1
MT	84,89	5,22	12	0,00	4,59	14	25,48	4,51	22	12,01	4,65	16	19,99	4,48	18	11,20	5,46	1
GO	88,15	5,69	8	1,91	4,60	13	430,35	4,73	10	13,04	4,42	20	17,95	4,91	13	11,70	5,40	1
DF	81,19	4,69	17	230,33	5,19	5	3.789,36	6,61	3	5,32	6,13	5	11,23	6,31	3	5,50	6,16	
Ano: 2001	Ano: 2001																	
Escore Bruto: Percentual de matrículas na rede estadual de Ensino Médio	Escore Bruto: Percentual de abandono escolar na rede estadual de Ensino Médio																	
Desvio Padrão: 6,97	Desvio Padrão: 4,79																	
Média: 83,34	Média: 17,52																	
Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 - (EB - M) / DP																	
Fonte: Ministério da Educação / INEP	Fonte: Ministério da Educação / INEP																	
	Escore Bruto: Percentual da população acima de 15 anos que é analfabeta																	
	Desvio Padrão: 8,12																	
	Média: 14,93																	
	Índice = 5 - (EB - M) / DP																	
	Fonte: IPEADATA																	

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (continuação)																		
RESULTADO																		
UF	Aprovação Fundamental	Índice	Ranking	Aprovação Médio	Índice	Ranking	Média Anos Estudo	Índice	Ranking	Português 4ª Fundamental	Índice	Ranking	Matemática 4ª Fundamental	Índice	Ranking	Português 8ª Fundamental	Índice	Ranking
RO	73,89	4,88	14	63,19	4,79	20	5,75	5,02	14	1,77	4,40	17	3,11	4,59	12	7,42	4,80	
AC	72,99	4,74	17	68,37	5,27	11	5,84	5,11	13	0,85	4,02	27	1,15	4,08	27	3,05	3,60	
AM	72,88	4,72	18	67,23	5,17	12	6,40	5,67	7	2,45	4,68	11	2,18	4,34	19	3,94	3,85	
RR	81,86	6,10	4	73,77	5,77	4	5,73	5,00	17	2,20	4,58	13	2,14	4,33	21	6,46	4,54	
PA	68,78	4,09	22	65,22	4,98	16	5,75	5,02	15	1,17	4,15	25	1,93	4,28	24	6,02	4,42	
AP	76,45	5,27	9	70,59	5,48	7	7,27	6,54	2	1,37	4,24	22	1,54	4,18	25	5,22	4,20	
TO	78,74	5,62	7	70,55	5,48	8	5,13	4,39	19	0,96	4,07	26	2,18	4,34	18	5,65	4,32	
MA	79,48	5,74	5	85,06	6,82	1	4,35	3,61	25	1,19	4,16	24	1,43	4,15	26	4,07	3,88	
PI	67,12	3,84	23	59,67	4,47	23	4,18	3,44	26	2,05	4,52	15	2,48	4,42	15	7,52	4,83	
CE	79,40	5,72	6	65,19	4,98	17	4,77	4,03	22	2,15	4,56	14	2,58	4,45	14	6,01	4,41	
RN	70,53	4,36	20	66,79	5,13	13	5,21	4,47	18	2,02	4,50	16	2,14	4,34	20	7,56	4,84	
PB	69,67	4,23	21	65,54	5,01	14	4,39	3,65	24	1,58	4,32	19	2,98	4,55	13	6,56	4,56	
PE	65,56	3,60	26	65,50	5,01	15	5,08	4,34	20	2,84	4,84	10	3,15	4,60	11	4,99	4,13	
AL	66,08	3,68	25	59,35	4,44	24	4,00	3,26	27	1,46	4,28	20	2,13	4,33	22	4,40	3,97	
SE	66,77	3,79	24	64,29	4,90	19	5,05	4,31	21	1,23	4,18	23	2,27	4,37	17	7,39	4,79	
BA	64,45	3,43	27	53,97	3,94	26	4,61	3,87	23	1,77	4,40	18	1,95	4,28	23	6,11	4,44	
MG	87,62	6,98	2	73,82	5,78	3	5,96	5,23	11	7,51	6,77	4	11,95	6,89	2	11,21	5,84	
ES	75,40	5,11	12	70,62	5,48	6	6,15	5,42	9	4,73	5,63	8	7,76	5,80	7	11,61	5,95	
RJ	74,04	4,90	13	64,64	4,93	18	7,11	6,38	3	7,85	6,92	2	8,84	6,08	5	15,42	6,99	
SP	90,06	7,36	1	79,50	6,30	2	7,11	6,38	4	8,95	7,37	1	11,80	6,85	3	13,62	6,50	
PR	76,42	5,27	10	71,71	5,58	5	6,33	5,60	8	4,88	5,69	7	10,49	6,51	4	11,44	5,90	
SC	84,47	6,50	3	22,49	1,03	27	6,64	5,91	5	5,38	5,89	5	8,75	6,06	6	13,24	6,40	
RS	77,99	5,51	8	60,90	4,58	21	6,55	5,82	6	5,02	5,74	6	6,62	5,50	8	13,22	6,39	
MS	72,53	4,67	19	58,23	4,34	25	6,07	5,34	10	2,36	4,65	12	3,45	4,68	10	9,99	5,51	
MT	73,48	4,82	16	60,73	4,57	22	5,74	5,01	16	1,41	4,25	21	2,35	4,39	16	6,22	4,47	
GO	73,73	4,85	15	69,69	5,40	9	5,86	5,13	12	4,07	5,35	9	5,26	5,15	9	6,48	4,54	
DF	75,95	5,19	11	69,39	5,37	10	7,77	7,04	1	7,63	6,83	3	14,08	7,45	1	15,18	6,93	
	Ano: 2001																	
	Escore Bruto: Percentual de aprovação na rede estadual de Ensino Fundamental			Escore Bruto: Percentual de aprovação na rede estadual de Ensino Médio			Escore Bruto: Média de anos de estudo na população de 10 anos ou mais de idade			Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em português			Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática			Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em português		
	Desvio Padrão: 6,52			Desvio Padrão: 10,81			Desvio Padrão: 1,00			Desvio Padrão: 2,42			Desvio Padrão: 3,84			Desvio Padrão: 3,65		
	Média: 74,68			Média: 65,41			Média: 5,73			Média: 3,22			Média: 4,69			Média: 8,15		
	Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP		
	Fonte: Ministério da Educação / INEP																	

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA (continuação)															
RESULTADO															
UF	Matemática 8º Fundamental	Índice	Ranking	Português 3º Médio	Índice	Ranking	Matemática 3º Médio	Índice	Ranking	Distorção idade-série Fundamental	Índice	Ranking	Distorção idade-série Médio	Índice	Ranking
RO	0,78	4,18	22	2,93	4,42	20	2,44	3,97	23	38,80	5,55	9	59,80	5,45	9
AC	0,21	3,75	27	0,95	3,51	26	2,35	3,93	24	50,10	4,77	14	70,00	4,72	15
AM	0,63	4,07	24	1,48	3,75	25	1,47	3,55	25	61,20	4,01	21	77,20	4,21	21
RR	1,25	4,54	16	0,81	3,44	27	0,47	3,12	27	34,30	5,86	7	63,50	5,19	11
PA	0,70	4,12	23	3,52	4,69	14	3,24	4,31	20	56,60	4,32	20	81,70	3,89	25
AP	0,54	4,00	25	2,32	4,14	23	1,07	3,38	26	44,70	5,14	12	74,20	4,42	16
TO	0,28	3,80	26	1,54	3,78	24	2,72	4,09	22	51,10	4,70	15	75,90	4,30	17
MA	1,05	4,38	20	2,84	4,38	22	3,00	4,21	21	51,10	4,70	16	79,00	4,08	24
PI	3,03	5,88	5	5,38	5,55	6	8,20	6,45	3	62,90	3,89	23	83,70	3,74	26
CE	1,19	4,49	18	3,37	4,63	17	5,07	5,10	14	54,50	4,47	19	69,60	4,75	14
RN	2,55	5,52	8	3,07	4,48	18	4,47	4,84	16	51,60	4,67	17	76,40	4,26	20
PB	1,27	4,55	14	3,43	4,65	16	5,84	5,43	11	63,80	3,83	24	77,70	4,17	22
PE	1,25	4,53	17	2,97	4,44	19	3,95	4,62	17	63,90	3,82	25	75,90	4,30	18
AL	0,88	4,26	21	3,48	4,67	15	3,40	4,38	19	67,00	3,61	26	84,70	3,67	27
SE	1,26	4,54	15	4,24	5,03	12	5,84	5,43	10	62,10	3,94	22	76,20	4,28	19
BA	1,31	4,58	13	2,89	4,40	21	4,49	4,85	15	69,10	3,46	27	78,00	4,15	23
MG	4,30	6,85	2	5,04	5,39	8	5,57	5,31	12	30,50	6,12	5	59,20	5,50	8
ES	2,04	5,13	11	5,26	5,50	7	5,35	5,22	13	30,70	6,10	6	53,20	5,93	5
RJ	4,03	6,64	4	6,72	6,17	5	7,03	5,94	5	52,90	4,58	18	68,60	4,82	13
SP	4,16	6,75	3	7,08	6,34	4	7,40	6,10	4	19,10	6,90	1	40,30	6,85	2
PR	2,59	5,55	7	4,93	5,34	9	5,89	5,45	9	25,40	6,47	3	40,70	6,82	3
SC	2,73	5,66	6	4,72	5,25	11	6,74	5,81	7	23,40	6,61	2	38,30	6,99	1
RS	2,49	5,48	9	8,87	7,16	1	8,88	6,74	2	28,90	6,23	4	44,50	6,55	4
MS	2,17	5,23	10	7,40	6,48	3	6,75	5,82	6	43,20	5,24	11	54,80	5,81	7
MT	1,42	4,66	12	4,15	4,98	13	3,76	4,53	18	41,70	5,35	10	53,60	5,90	6
GO	1,17	4,47	19	4,85	5,31	10	6,32	5,64	8	49,00	4,84	13	66,40	4,98	12
DF	5,04	7,41	1	8,74	7,10	2	8,97	6,78	1	34,40	5,85	8	62,50	5,26	10
	Ano: 2001	Ano: 2001													
	Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática	Escore Bruto: Percentual de alunos com conhecimento adequado em matemática													
	Desvio Padrão: 1,32	Desvio Padrão: 2,33													
	Média: 1,86	Média: 4,84													
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 + (EB - M) / DP													
	Fonte: Ministério da Educação / INEP	Fonte: Ministério da Educação / INEP													
		Ano: 2001													
	Escore Bruto: Percentual de alunos com distorção idade-série na rede estadual - Médio	Escore Bruto: Percentual de alunos com distorção idade-série na rede estadual - Fundamental													
	Desvio Padrão: 13,97	Desvio Padrão: 14,53													
	Média: 66,13	Média: 46,74													
	Índice = 5 - (EB - M) / DP	Índice = 5 - (EB - M) / DP													
	Fonte: Ministério da Educação / INEP	Fonte: Ministério da Educação / INEP													

UF	FUNÇÃO HABITAÇÃO E URBANISMO																							
	INSUMUMO						PRODUTO																	
	Despesa	Índice	Ranking	Corticos	Índice	Ranking	Favelas ou Assemblhados	Índice	Ranking	Loteamentos Irregulares	Índice	Ranking	Urbanização Assentamentos	Índice	Ranking	Construção de Habitações	Índice	Ranking	Oferta de Lotes	Índice	Ranking	Regularização Fundiária	Índice	Ranking
RO	0,71	4,58	25	0,00	3,93	23	5,77	4,40	22	38,46	5,73	4	19,23	4,91	8	26,92	3,60	25	17,31	3,82	27	17,31	5,10	27
AC	45,88	5,43	4	0,00	3,93	24	13,64	4,83	15	13,64	4,45	19	13,64	4,60	21	95,45	6,65	2	40,91	5,00	8	18,18	5,15	8
AM	58,02	5,66	3	1,61	4,52	17	22,58	5,32	5	11,29	4,33	21	27,42	5,36	5	41,94	4,27	21	48,39	5,38	6	30,65	5,81	6
RR	70,46	5,89	2	0,00	3,93	25	0,00	4,09	27	20,00	4,78	15	46,67	6,42	2	86,67	6,26	5	93,33	7,63	2	40,00	6,30	2
PA	4,59	4,65	15	1,40	4,44	19	6,29	4,43	21	11,89	4,36	20	16,78	4,77	10	15,38	3,09	27	31,47	4,53	19	12,59	4,85	19
AP	33,27	5,19	5	0,00	3,93	26	18,75	5,11	7	25,00	5,04	12	37,50	5,91	3	43,75	4,35	20	62,50	6,09	4	6,25	4,51	4
TO	0,93	4,58	23	0,72	4,19	21	2,16	4,21	26	13,67	4,45	18	12,23	4,52	23	87,05	6,28	4	69,78	6,45	3	8,63	4,64	3
MA	18,67	4,92	7	4,61	5,61	8	15,67	4,94	13	9,68	4,25	23	17,51	4,81	9	39,17	4,15	23	36,41	4,78	13	11,06	4,77	13
PI	2,71	4,62	18	0,45	4,09	22	3,62	4,29	25	3,17	3,91	27	10,41	4,42	25	17,19	3,17	26	28,05	4,36	21	3,62	4,37	21
CE	16,45	4,87	9	2,17	4,72	13	21,20	5,24	6	9,24	4,23	24	22,83	5,11	6	70,11	5,52	8	20,11	3,96	26	6,52	4,53	26
RN	3,45	4,63	16	1,81	4,59	15	10,24	4,65	18	4,22	3,97	26	11,45	4,48	24	89,16	6,37	3	33,73	4,64	15	5,42	4,47	15
PB	0,46	4,57	26	2,24	4,74	12	10,76	4,68	16	7,17	4,12	25	5,38	4,14	27	65,02	5,30	10	35,87	4,75	14	2,24	4,30	14
PE	3,35	4,63	17	5,41	5,90	6	17,84	5,06	9	23,24	4,95	13	14,05	4,62	18	48,11	4,54	18	36,76	4,80	12	9,19	4,67	12
AL	5,79	4,67	13	6,93	6,45	4	17,82	5,06	10	16,83	4,62	16	13,86	4,61	20	63,37	5,22	11	31,68	4,54	18	10,89	4,76	18
SE	18,42	4,91	8	9,33	7,33	1	16,00	4,96	12	10,67	4,30	22	14,67	4,66	16	61,33	5,13	13	33,33	4,62	16	6,67	4,54	16
BA	13,93	4,83	10	5,30	5,86	7	15,66	4,94	14	16,39	4,59	17	15,18	4,68	14	33,49	3,89	24	40,00	4,96	10	6,51	4,53	10
MG	0,79	4,58	24	1,76	4,57	16	7,62	4,50	20	23,21	4,94	14	12,54	4,54	22	44,20	4,37	19	33,29	4,62	17	7,03	4,56	17
ES	1,80	4,60	21	3,90	5,35	9	9,09	4,58	19	55,84	6,62	2	19,48	4,92	7	62,34	5,18	12	40,26	4,97	9	10,39	4,73	9
RJ	8,42	4,72	12	7,69	6,73	2	26,37	5,52	3	40,66	5,84	3	32,97	5,66	4	75,82	5,78	6	37,36	4,83	11	23,08	5,41	11
SP	12,25	4,80	11	6,82	6,41	5	18,45	5,09	8	29,30	5,26	7	8,84	4,33	26	53,95	4,80	17	21,24	4,02	25	6,98	4,55	25
PR	18,86	4,92	6	7,02	6,48	3	31,33	5,79	2	27,07	5,14	9	16,54	4,76	11	66,17	5,35	9	27,32	4,32	23	11,03	4,77	23
SC	2,38	4,61	19	2,05	4,67	14	23,55	5,37	4	32,42	5,42	6	16,04	4,73	13	58,70	5,01	15	27,30	4,32	24	8,53	4,63	24
RS	1,45	4,59	22	3,21	5,10	10	17,13	5,02	11	32,55	5,42	5	16,06	4,73	12	60,17	5,08	14	30,62	4,49	20	14,13	4,93	20
MS	0,34	4,57	27	2,60	4,87	11	10,39	4,66	17	28,57	5,22	8	14,29	4,63	17	58,44	5,00	16	44,16	5,17	7	16,88	5,08	7
MT	2,04	4,60	20	1,59	4,51	18	5,56	4,39	23	25,40	5,06	11	15,08	4,68	15	39,68	4,17	22	27,78	4,35	22	15,87	5,02	22
GO	5,33	4,67	14	0,83	4,23	20	4,13	4,32	24	26,86	5,13	10	14,05	4,62	19	72,31	5,62	7	53,31	5,63	5	6,61	4,53	5
DF	273,31	9,70	1	0,00	3,93	27	100,00	9,53	1	100,00	8,89	1	100,00	9,36	1	100,00	6,85	1	100,00	7,96	1	100,00	9,49	1

Ano: 2001	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita	Desvio Padrão: 53,23	Média: 23,11	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério da Fazenda / STM-COREM
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com cadastros de corticos	Desvio Padrão: 2,75	Média: 2,94	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com cadastros de favelas ou assemblhados	Desvio Padrão: 18,40	Média: 16,73	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com lotesamentos irregulares	Desvio Padrão: 19,46	Média: 24,31	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com programas de urbanização de assentamentos	Desvio Padrão: 18,15	Média: 20,91	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com programas de construção de habitações	Desvio Padrão: 22,49	Média: 58,37	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com programas de oferta de lotes	Desvio Padrão: 19,97	Média: 40,83	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU
Ano: 1999	Escore Bruto: Percentual de municípios com programas de regularização fundiária	Desvio Padrão: 18,85	Média: 15,42	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: Ministério das Cidades / SNIU

FUNÇÃO HABITAÇÃO E URBANISMO (continuação)																		
RESULTADO																		
UF	Deficit Habitacional Total	Índice	Ranking	Deficit Habitacional Urbano	Índice	Ranking	Deficit Habitacional Rural	Índice	Ranking	Domicílios em Favelas e Assemelhados	Índice	Ranking	Casa Própria	Índice	Ranking	Moradores em Casa Própria	Índice	Ranking
RO										0,09	5,98	3	75,81	5,11	13	78,11	5,17	
AC										5,62	4,38	22	82,97	6,29	3	86,15	6,45	
AM										0,23	5,94	4	81,09	5,98	6	83,52	6,03	
RR										0,00	6,00	1	83,46	6,37	2	85,90	6,41	
PA										1,46	5,58	10	81,40	6,03	5	83,87	6,08	
AP										1,70	5,51	11	83,75	6,42	1	86,94	6,57	
TO	21,88	4,52	17				31,51	4,01	20	0,00	6,00	2	72,01	4,49	21	74,63	4,62	
MA	46,56	1,50	21	33,34	2,26	27	67,33	1,33	21	0,33	5,91	6	81,49	6,05	4	83,59	6,04	
PI	23,84	4,28	19	24,00	3,90	24	23,52	4,61	17	5,50	4,41	21	79,82	5,77	8	80,63	5,57	
CE	23,21	4,36	18	21,28	4,38	21	28,55	4,23	19	5,49	4,42	20	73,88	4,80	16	74,98	4,68	
RN	24,40	4,21	20	24,12	3,88	25	25,25	4,48	18	2,31	5,33	13	75,08	4,99	15	76,58	4,93	
PB	16,40	5,19	11	16,84	5,16	13	15,17	5,23	10	5,88	4,30	23	73,61	4,75	17	73,86	4,50	
PE	19,70	4,78	13	20,31	4,55	18	17,46	5,06	12	8,70	3,49	25	77,45	5,38	10	79,12	5,33	
AL	20,23	4,72	16	20,76	4,47	20	18,95	4,95	14	13,89	1,99	27	75,60	5,08	14	77,62	5,09	
SE	19,91	4,76	14	20,52	4,51	19	18,25	5,00	13	0,31	5,91	5	76,93	5,30	12	79,79	5,44	
BA	18,34	4,95	12	17,97	4,96	14	19,19	4,93	15	3,65	4,95	17	80,12	5,82	7	82,14	5,81	
MG	13,33	5,56	6	13,81	5,69	8	10,53	5,58	7	2,91	5,16	14	70,93	4,31	22	73,08	4,37	
ES	13,48	5,55	7	14,52	5,56	10	8,99	5,70	5	3,29	5,05	16	72,07	4,50	19	73,27	4,40	
RJ	11,88	5,74	5	12,06	6,00	6	7,11	5,84	3	9,48	3,26	26	72,07	4,50	20	72,91	4,35	
SP	11,21	5,82	4	11,47	6,10	4	7,21	5,83	4	7,45	3,85	24	69,77	4,12	23	70,73	4,00	
PR	9,78	6,00	2	10,37	6,29	3	6,94	5,85	2	3,97	4,85	18	73,17	4,68	18	74,21	4,55	
SC	8,03	6,21	1	8,31	6,65	1	6,90	5,85	1	1,99	5,43	12	78,98	5,63	9	80,63	5,57	
RS	10,17	5,95	3	10,35	6,30	2	9,29	5,67	6	4,66	4,66	19	77,29	5,36	11	79,48	5,39	
MS	16,22	5,21	10	16,15	5,28	12	16,58	5,13	11	0,88	5,75	9	67,04	3,68	25	68,50	3,65	
MT	14,16	5,46	9	12,83	5,86	7	19,69	4,90	16	0,45	5,87	8	68,11	3,85	24	70,59	3,98	
GO	14,01	5,48	8	14,45	5,58	9	10,85	5,56	8	0,37	5,90	7	66,29	3,55	26	68,03	3,57	
DF	20,07	4,74	15	20,30	4,55	17	14,77	5,26	9	3,04	5,12	15	57,94	2,18	27	60,84	2,44	
	Ano: 2000			Ano: 2000			Ano: 2000			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001		Ano: 2001
	Score Bruto: Estimativa percentual do déficit habitacional total			Score Bruto: Estimativa percentual do déficit habitacional urbano			Score Bruto: Estimativa percentual do déficit habitacional rural			Score Bruto: Percentual de unidades cadastradas em favelas ou assemelhados			Score Bruto: Percentual de domicílios particulares permanentes próprios			Score Bruto: Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes próprios		
	Desvio Padrão: 8,18			Desvio Padrão: 5,70			Desvio Padrão: 13,38			Desvio Padrão: 3,46			Desvio Padrão: 6,10			Desvio Padrão: 6,31		
	Média: 17,94			Média: 17,74			Média: 18,29			Média: 3,47			Média: 75,12			Média: 77,03		
	Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP		
	Fonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informação			Fonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informação			Fonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estatística e Informação			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE		

UF	FUNÇÃO AGRICULTURA																	
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO									
	Despesa	Índice	Ranking	Contratos PRONAF	Índice	Ranking	Pesquisa Agropecuária	Índice	Ranking	Assistência Técnica	Índice	Ranking	Sementes Área	Índice	Ranking	Sementes Produtividade	Índice	Ranking
RO	24,49	5,12	6	1,78	4,71	14				113,46	4,77	2	0,00	4,18	20	0,00	4,08	2
AC	60,69	6,44	2	0,12	4,46	23						14	0,00	4,18	21	0,00	4,08	2
AM	3,60	4,36	26	0,02	4,44	25				51,61	4,63		0,00	4,18	22	0,00	4,08	2
RR	145,89	9,53	1	0,00	4,44	27							0,00	4,18	23	0,00	4,08	2
PA	12,34	4,68	16	0,16	4,47	22							0,05	4,18	16	0,03	4,08	1
AP	21,15	5,00	9	0,00	4,44	26							0,00	4,18	24	0,00	4,08	2
TO	25,76	5,17	5	0,36	4,50	21	0,86	4,40	11	49,64	4,62	15	0,73	4,26	10	0,49	4,14	1
MA	0,86	4,26	27	2,52	4,82	7							0,19	4,20	12	0,15	4,10	1
PI	10,10	4,60	20	2,52	4,82	8							0,09	4,19	15	0,08	4,09	1
CE	8,16	4,53	22	1,55	4,68	16							0,12	4,19	13	0,05	4,09	1
RN	14,17	4,75	14	2,16	4,77	10	2,52	4,54	8	79,64	4,69	12	0,11	4,19	14	0,11	4,09	1
PB	21,62	5,02	8	1,15	4,62	17	3,85	4,64	6	73,09	4,68	13	0,03	4,18	17	0,01	4,08	1
PE	11,08	4,63	18	1,12	4,61	18	4,00	4,65	5				0,01	4,18	18	0,01	4,08	1
AL	7,93	4,52	23	1,78	4,71	13				49,33	4,62	16	0,00	4,18	25	0,00	4,08	2
SE	28,09	5,25	4	2,28	4,79	9							0,00	4,18	19	0,01	4,08	1
BA	14,94	4,77	12	5,77	5,31	5				31,18	4,58	17	1,45	4,34	9	0,91	4,19	9
MG	9,18	4,56	21	7,32	5,54	4	6,57	4,86	3	82,06	4,70	11	12,35	5,60	4	10,69	5,42	4
ES	11,78	4,66	17	2,71	4,85	6				98,72	4,73	6	0,00	4,18	26	0,00	4,08	2
RJ	5,29	4,42	25	0,58	4,53	20	2,81	4,56	7	113,04	4,77	3	0,00	4,18	27	0,00	4,08	2
SP	7,85	4,52	24	2,05	4,75	11	32,11	6,90	2	94,57	4,72	9	4,65	4,71	8	13,63	5,79	8
PR	14,18	4,75	13	14,71	6,66	2	5,23	4,75	4	96,99	4,73	7	27,39	7,33	1	23,70	7,06	1
SC	31,46	5,37	3	13,39	6,46	3	37,44	7,32	1	100,00	4,74	4	5,06	4,76	6	5,80	4,81	6
RS	22,80	5,06	7	31,33	9,16	1	1,62	4,46	10	95,16	4,73	8	16,95	6,13	2	16,27	6,13	2
MS	10,52	4,61	19	0,94	4,58	19							4,94	4,74	7	3,67	4,54	7
MT	15,62	4,80	11	2,04	4,75	12	0,62	4,38	12	92,09	4,72	10	15,33	5,94	3	14,09	5,85	3
GO	12,51	4,68	15	1,61	4,69	15	2,38	4,52	9	100,00	4,74	5	10,08	5,34	5	9,71	5,30	5
DF	19,68	4,95	10	0,03	4,45	24				1.600,00	8,17	1	0,47	4,23	11	0,58	4,15	1
	Ano: 2001	Ano: 2001																
	Escore Bruto: despesa em R\$ per capita	Ano: 2001																
	Desvio Padrão: 27,52	Ano: 2001																
	Média: 21,18	Ano: 2001																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Ano: 2001																
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Ano: 2001																
	Escore Bruto: Percentual do número de contratos PRONAF firmados	Ano: 2001																
	Desvio Padrão: 6,64	Ano: 2001																
	Média: 3,70	Ano: 2001																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Ano: 2001																
	Fonte: Ministério da Agricultura	Ano: 2001																
	Escore Bruto: Percentual do número de pesquisadores OEPAS	Ano: 2001																
	Desvio Padrão: 12,52	Ano: 2001																
	Média: 8,33	Ano: 2001																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Ano: 2001																
	Fonte: Ministério da Agricultura / EMBRAPA / SNPA / OEPAS	Ano: 2001																
	Escore Bruto: Percentual de municípios com escritórios da Emater	Ano: 2001																
	Desvio Padrão: 436,56	Ano: 2001																
	Média: 214,69	Ano: 2001																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Ano: 2001																
	Fonte: EMATER	Ano: 2001																
	Escore Bruto: Percentual da área aprovada para a produção de sementes certificadas	Ano: 2001																
	Desvio Padrão: 8,69	Ano: 2001																
	Média: 7,17	Ano: 2001																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Ano: 2001																
	Fonte: EMBRAPA	Ano: 2001																
	Escore Bruto: Produtividade da lavoura temporária	Ano: 2001																
	Desvio Padrão: 7,95	Ano: 2001																
	Média: 7,32	Ano: 2001																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Ano: 2001																
	Fonte: EMBRAPA	Ano: 2001																

UF	FUNÇÃO AGRICULTURA (continuação)														
	RESULTADO														
	VAB Agropecuária	Índice	Ranking	VAB Agropecuária per capita	Índice	Ranking	População Ocupada Agrícola	Índice	Ranking	Produtividade Lavoura Temporária	Índice	Ranking	Volume Lavoura Temporária	Índice	Ranking
RO	15,12	5,58	6	20.359,41	6,54	5	10,94	4,13	20	0,00	4,12	20	0,41	4,49	14
AC	5,62	4,34	19	4.696,33	4,56	15	13,70	4,34	19	0,00	4,12	21	0,09	4,44	20
AM	2,26	3,90	25	8.239,19	5,01	11	6,55	3,81	23	0,00	4,12	22	0,05	4,43	23
RR	4,51	4,19	23	4.773,44	4,57	14	9,66	4,04	22	0,00	4,12	23	0,07	4,43	22
PA	23,44	6,67	3	25.815,60	7,22	1	10,82	4,13	21	0,76	4,82	17	0,93	4,57	11
AP	5,09	4,27	22	20.418,90	6,54	4	3,81	3,60	25	0,00	4,12	24	0,00	4,42	27
TO	14,10	5,45	8	1.972,82	4,22	22	35,05	5,93	5	0,83	4,88	15	0,67	4,53	12
MA	17,09	5,84	5	1.349,59	4,14	24	47,58	6,87	1	0,94	4,98	13	1,48	4,65	10
PI	10,44	4,97	14	933,96	4,09	26	45,31	6,70	2	1,09	5,12	10	0,47	4,49	13
CE	5,22	4,28	21	1.033,45	4,10	25	30,22	5,57	9	0,53	4,60	18	0,40	4,48	15
RN	2,31	3,90	24	740,80	4,06	27	24,74	5,16	13	1,23	5,24	6	0,03	4,43	26
PB	12,23	5,20	11	2.785,22	4,32	17	30,89	5,62	7	0,38	4,47	19	0,03	4,43	25
PE	8,47	4,71	15	2.343,85	4,27	19	32,02	5,71	6	1,44	5,44	4	0,09	4,44	21
AL	10,59	4,99	12	1.482,55	4,16	23	44,33	6,63	3	0,00	4,12	25	0,12	4,44	18
SE	6,00	4,39	18	2.233,39	4,25	21	28,04	5,41	10	4,81	8,53	1	0,10	4,44	19
BA	10,50	4,98	13	2.320,47	4,26	20	38,33	6,18	4	0,78	4,83	16	2,87	4,87	9
MG	7,45	4,58	16	3.852,85	4,46	16	24,38	5,14	14	1,07	5,10	11	6,13	5,38	6
ES	5,30	4,29	20	2.567,42	4,29	18	26,49	5,29	11	0,00	4,12	26	0,15	4,45	17
RJ	0,69	3,69	26	6.497,29	4,79	13	2,46	3,50	26	0,00	4,12	27	0,04	4,43	24
SP	6,46	4,45	17	25.673,71	7,21	2	5,63	3,74	24	3,63	7,45	2	6,27	5,40	5
PR	13,03	5,31	10	7.765,09	4,95	12	24,04	5,11	15	1,07	5,10	12	24,39	8,23	1
SC	13,48	5,37	9	9.780,57	5,20	8	21,26	4,90	16	1,42	5,42	5	5,64	5,30	8
RS	14,47	5,50	7	9.574,74	5,18	9	24,94	5,18	12	1,19	5,21	8	19,99	7,54	2
MS	32,03	7,80	1	22.195,38	6,77	3	19,10	4,74	17	0,92	4,96	14	5,97	5,35	7
MT	24,52	6,81	2	8.604,19	5,05	10	30,32	5,58	8	1,14	5,16	9	14,17	6,63	3
GO	17,54	5,90	4	9.964,01	5,23	7	16,72	4,57	18	1,19	5,21	7	9,22	5,86	4
DF	0,49	3,66	27	12.640,80	5,56	6	1,41	3,42	27	1,53	5,52	3	0,23	4,46	16

<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual do VAB da agropecuária em relação ao VAB total</p> <p>Desvio Padrão: 7,63</p> <p>Média: 10,68</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>	<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: VAB da agropecuária / população ocupada na atividade agrícola</p> <p>Desvio Padrão: 7.937,65</p> <p>Média: 8170,93</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>	<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual da população acima de 10 anos ocupadas na atividade agrícola</p> <p>Desvio Padrão: 13,41</p> <p>Média: 22,55</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>	<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Quantidade produzida da lavoura temporária por hectare</p> <p>Desvio Padrão: 1,09</p> <p>Média: 0,96</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: EMBRAPA</p>	<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual da lavoura temporária colhida em relação ao total do Brasil</p> <p>Desvio Padrão: 6,40</p> <p>Média: 3,70</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>
---	---	--	--	---

UF	FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS																				
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO												
	Despesa	Índice	Ranking	Juntas Comerciais	Índice	Ranking	Roteiros Turísticos	Índice	Ranking	VAB Indústria	Índice	Ranking	VAB Comércio e Serviços	Índice	Ranking	VAB Comércio e Serviços per capita	Índice	Ranking	População Ocupada Indústria	Índice	Ranking
RO	1,18	4,14	25	0,61	4,50	22	1,80	4,09	24	28,33	4,61	19	56,55	5,06	10	12,763,37	5,24	7	23,77	6,32	4
AC	20,97	6,05	5	0,17	4,43	27	1,80	4,09	25	24,35	4,32	21	70,03	6,00	4	11,240,65	5,01	10	14,98	4,48	17
AM	5,80	4,58	14	0,91	4,55	18	2,70	4,52	19	66,07	7,40	1	31,67	3,33	27	11,058,76	4,98	12	25,09	6,60	3
RR	14,54	5,43	7	0,23	4,44	25	0,90	3,65	27	8,94	3,18	26	86,55	7,15	2	12,222,40	5,16	8	17,90	5,09	13
PA	3,14	4,32	21	1,29	4,61	14	5,41	5,82	2	33,43	4,99	14	43,13	4,12	24	7,423,45	4,42	20	19,93	5,52	7
AP	19,11	5,87	6	0,19	4,43	26	1,80	4,09	26	9,03	3,18	25	85,88	7,10	3	16,107,50	5,76	3	14,88	4,46	18
TO	0,58	4,08	27	0,52	4,49	17	3,60	4,95	6	30,53	4,77	17	55,36	4,98	12	5,206,29	4,07	27	12,83	4,03	24
MA	5,24	4,53	17	1,22	4,60	15	3,60	4,95	7	23,49	4,25	22	59,43	5,26	8	5,461,61	4,11	26	11,53	3,76	25
PI	1,43	4,16	22	0,58	4,50	23	3,60	4,95	8	27,06	4,52	20	62,50	5,47	5	5,713,65	4,15	25	10,36	3,51	26
CE	43,48	8,22	1	2,55	4,81	9	2,70	4,52	20	37,00	5,25	12	57,79	5,14	9	6,724,61	4,31	24	18,34	5,18	12
RN	21,77	6,12	3	0,83	4,54	19	3,60	4,95	9	43,36	5,72	6	54,32	4,90	14	7,254,30	4,39	21	15,91	4,67	16
PB	5,48	4,55	15	0,93	4,55	17	3,60	4,95	10	32,53	4,92	15	55,24	4,97	13	7,047,21	4,36	22	13,98	4,27	19
PE	5,37	4,54	16	2,29	4,77	10	3,60	4,95	11	31,91	4,88	16	59,61	5,27	7	7,702,23	4,77	15	13,57	4,18	21
AL	0,94	4,11	26	0,67	4,51	20	3,60	4,95	12	29,74	4,71	18	59,67	5,28	6	8,087,42	4,52	18	9,89	3,41	27
SE	12,62	5,24	10	0,62	4,50	21	4,50	5,38	5	52,26	6,38	2	41,74	4,03	25	7,471,91	4,42	19	13,70	4,21	20
BA	21,31	6,08	4	4,89	5,19	7	3,60	4,95	13	41,59	5,59	8	47,91	4,46	19	8,389,04	4,57	17	20,88	5,71	6
MG	29,81	6,90	2	14,29	6,71	2	12,61	9,28	1	41,68	5,60	7	50,87	4,66	10	11,717,42	5,08	9	20,88	5,71	6
ES	1,32	4,15	23	1,76	4,69	12	2,70	4,52	21	38,37	5,35	11	56,33	5,04	11	13,148,03	5,30	6	18,51	5,22	11
RJ	12,95	5,27	9	6,72	5,49	5	5,41	5,82	3	46,55	5,96	4	52,76	4,79	16	15,595,04	5,68	4	19,54	5,43	9
SP	6,09	4,61	12	30,07	9,25	1	3,60	4,95	14	41,33	5,57	9	52,22	4,76	17	17,164,47	5,92	2	26,27	6,84	2
PR	14,40	5,41	8	7,52	5,62	4	3,60	4,95	15	43,81	5,75	5	43,17	4,13	23	10,971,46	4,96	13	19,56	5,44	8
SC	4,99	4,50	18	5,08	5,22	6	5,41	5,82	4	49,42	6,17	3	37,10	3,70	26	11,110,09	4,99	11	27,24	7,05	1
RS	3,17	4,33	20	8,37	5,75	3	3,60	4,95	16	39,99	5,47	10	45,54	4,29	21	14,470,77	5,51	5	23,14	6,19	5
MS	1,20	4,14	24	1,11	4,58	16	2,70	4,52	22	22,51	4,18	23	45,46	4,29	22	9,681,54	4,77	16	18,74	5,27	10
MT	6,94	4,69	11	1,55	4,65	13	3,60	4,95	17	22,17	4,16	24	53,31	4,83	15	10,840,30	4,94	14	17,38	4,98	15
GO	5,93	4,59	13	3,07	4,90	8	3,60	4,95	18	35,03	5,11	13	47,44	4,42	20	6,861,60	4,33	23	17,59	5,03	14
DF	3,98	4,41	19	1,94	4,72	11	2,70	4,52	23	6,74	3,01	27	92,77	7,58	1	38,912,87	9,29	1	12,87	4,04	23

Ano: 2001	Ano: 2001	Ano: 2001	Ano: 2001	Ano: 2001	Ano: 2001	Ano: 2001	Ano: 2001
Desvio Padrão: 10,36 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Desvio Padrão: 6,20 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC	Desvio Padrão: 2,08 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: Ministério do Turismo / EMBRATUR	Desvio Padrão: 13,379,97 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Desvio Padrão: 14,36 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Desvio Padrão: 6,463,98 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Desvio Padrão: 4,78 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE	Desvio Padrão: 4,78 Índice = 5 + (EB - M) / DP Fonte: IBGE

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (Continuação)																						
RESULTADO																						
UF	População Ocupada Comércio e Serviços	Índice	Ranking	Demografia Empresas Anual	Índice	Ranking	Demografia Empresas Brasil	Índice	Ranking	Importações	Índice	Ranking	Exportações	Índice	Ranking	Turismo Interno	Índice	Ranking	Turismo Externo	Índice	Ranking	
RO	65,29	5,46	10	10,72	3,71	25	0,60	4,49	21	39,17	5,54	9	61,99	4,32	19	0,33	4,46	25				
AC	71,33	5,99	5	14,47	5,78	6	0,18	4,43	25	13,88	5,62	4	15,11	4,12	23	0,33	4,46	24				
AM	68,36	5,73	7	14,06	5,55	9	0,59	4,49	22	1.527,82	1,05	27	388,55	5,68	8	2,13	4,75	12	0,45	4,64	9	
RR	72,43	6,09	4	14,44	5,76	7	0,15	4,42	26	13,14	5,62	3	16,73	4,13	22	0,17	4,43	27				
PA	69,25	5,81	6	14,51	5,80	5	1,16	4,59	15	59,05	5,48	12	528,48	6,27	7	2,31	4,78	11	0,37	4,63	10	
AP	81,32	6,86	2	11,42	4,10	22	0,14	4,42	27	24,85	5,58	6	67,55	4,34	17	0,36	4,46	23	0,09	4,62	12	
TO	52,13	4,31	20	13,31	5,14	15	0,48	4,47	24	2,04	5,65	1	3,29	4,07	26	0,19	4,44	26				
MA	40,89	3,33	27	14,54	5,82	4	1,09	4,57	16	144,44	5,22	17	94,67	4,45	15	0,85	4,54	18				
PI	44,33	3,63	26	11,67	4,23	20	0,81	4,53	19	5,40	5,64	2	13,92	4,12	24	0,42	4,47	22				
CE	51,44	4,25	23	14,00	5,52	11	2,91	4,87	8	82,30	5,41	14	69,57	4,35	16	3,39	4,95	9				
RN	59,35	4,94	12	11,30	4,03	23	0,98	4,56	18	31,38	5,56	8	66,38	4,34	18	1,43	4,64	14	0,82	4,66	7	
PB	55,13	4,58	15	13,39	5,18	14	1,05	4,57	17	25,81	5,58	7	30,29	4,19	21	0,48	4,48	21				
PE	54,42	4,51	18	13,50	5,24	13	2,50	4,80	10	128,17	5,27	15	41,73	4,23	20	4,46	5,12	7	1,39	4,69	5	
AL	45,78	3,76	25	10,05	3,34	26	0,70	4,51	20	22,16	5,59	5	106,26	4,50	14	0,88	4,55	17				
SE	58,26	4,85	13	8,33	2,39	27	0,48	4,47	23	55,85	5,49	11	11,38	4,11	25	0,52	4,49	20				
BA	48,35	3,98	24	15,73	6,47	2	4,63	5,15	7	171,86	5,14	20	160,16	4,73	12	6,10	5,38	4	0,97	4,66	6	
MG	54,74	4,54	17	12,99	4,96	17	11,82	6,32	2	165,07	5,16	19	332,98	5,45	9	5,35	5,26	5	0,70	4,65	8	
ES	55,00	4,56	16	13,93	5,48	12	1,91	4,71	11	773,99	3,32	26	767,47	7,26	1	1,45	4,64	13				
RJ	78,01	6,57	3	10,77	3,74	24	7,34	5,59	5	363,66	4,56	22	164,55	4,75	11	13,69	6,60	2	23,08	5,88	2	
SP	68,10	5,71	8	12,64	4,77	19	29,91	9,27	1	655,94	3,68	25	545,95	6,34	5	30,47	9,29	1	66,81	8,28	1	
PR	56,40	4,69	14	14,91	6,02	3	7,69	5,65	4	507,37	4,13	24	547,31	6,34	4	5,23	5,24	6	0,28	4,63	11	
SC	51,50	4,26	22	12,97	4,95	18	5,27	5,25	6	157,33	5,18	18	553,88	6,37	3	2,43	4,80	10	2,32	4,74	3	
RS	51,92	4,30	21	14,24	5,65	8	10,60	6,13	3	391,97	4,48	23	614,20	6,62	2	3,85	5,02	8	1,82	4,71	4	
MS	62,16	5,19	11	13,10	5,02	16	1,18	4,59	14	132,95	5,26	16	223,58	4,99	10	0,69	4,52	19	0,01	4,61	14	
MT	52,30	4,33	19	14,03	5,54	10	1,49	4,64	13	53,14	5,50	10	543,20	6,33	6	0,89	4,55	16				
GO	65,69	5,50	9	16,05	6,65	1	2,83	4,86	9	75,94	5,43	13	115,83	4,54	15	1,43	4,64	15				
DF	85,72	7,25	1	11,53	4,16	21	1,51	4,64	12	269,91	4,84	21	3,16	4,07	27	10,18	6,04	3	0,02	4,61	13	
	Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			
	Escore Bruto: Percentual da população acima de 10 anos ocupada na atividade de comércio e serviços			Escore Bruto: Variação anual no número de empresas			Escore Bruto: Percentual de empresas em relação ao total do Brasil			Escore Bruto: Valor das importações per capita			Escore Bruto: Valor das exportações per capita			Escore Bruto: Percentual do desembarque de passageiros oriundos do Brasil			Escore Bruto: Percentual do desembarque de passageiros oriundos do exterior			
	Desvio Padrão: 11,46			Desvio Padrão: 1,81			Desvio Padrão: 6,13			Desvio Padrão: 331,43			Desvio Padrão: 239,52			Desvio Padrão: 6,25			Desvio Padrão: 18,20			
	Média: 59,99			Média: 13,06			Média: 3,70			Média: 218,32			Média: 225,49			Média: 3,70			Média: 7,08			
	Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			
	Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior			Fonte: Ministério do Turismo / EMBRATUR			Fonte: Ministério do Turismo / EMBRATUR			

UF	FUNÇÃO ENERGIA E RECURSOS MINERAIS																
	INSUMO				PRODUTO				RESULTADO								
	Despesa	Índice	Ranking	Domicílios Rurais e Eletricidade	Ranking	Domicílios Rurais e Telefone	Índice	Ranking	Eletricidade Consumo Residencial per capita	Índice	Ranking	Eletricidade Consumo Residencial	Índice	Ranking	Pessoal Ocupado no setor de energia elétrica	Índice	Ranking
RO	0,00	4,69	20						44,52	4,07	23	0,64	4,52	22	0,36	4,76	16
AC	0,09	4,70	14						40,13	4,39	20	0,24	4,45	26			
AM	0,01	4,69	19						37,45	4,58	18	1,30	4,62	15	0,40	5,06	9
RR	91,06	9,62	1						52,91	3,46	26	0,22	4,45	27			
PA	0,53	4,72	9						29,09	5,18	12	1,99	4,73	11	0,51	6,01	5
AP	35,45	6,61	2						41,95	4,26	21	0,30	4,46	25			
TO	1,80	4,79	6	37,04	2,28	20	1,24	4,07	20,17	5,83	8	0,38	4,48	24	0,56	6,46	4
MA	0,71	4,73	8	47,23	2,91	19	6,08	4,35	14,06	6,27	2	1,28	4,62	16	0,45	5,54	6
PI	0,01	4,69	18	51,58	3,17	18	2,95	4,17	16,28	6,11	3	0,74	4,53	21			
CE	0,05	4,70	16	71,63	4,40	15	3,62	4,21	19,64	5,87	7	2,35	4,79	10	0,24	3,68	21
RN	0,74	4,73	7	84,39	5,19	11	12,70	4,21	23,37	5,60	10	1,04	4,58	18	0,19	3,28	23
PB	0,16	4,70	12	87,80	5,39	9	5,98	4,34	18,50	5,95	6	1,02	4,58	19	0,36	4,77	15
PE	0,00	4,69	20	84,33	5,18	12	6,96	4,40	24,99	5,48	11	3,17	4,92	8	0,22	3,57	22
AL	12,17	5,35	3	77,42	4,76	14	4,39	4,25	17,20	6,04	4	0,78	4,54	20	0,31	4,34	18
SE	0,00	4,69	20	76,30		13	6,30	4,36	20,98	5,77	9	0,60	4,51	23	0,44	5,40	8
BA	2,58	4,82	5	57,67	3,55	17	3,02	4,17	18,32	5,96	5	3,83	5,02	7	0,36	4,79	14
MG	0,11	4,70	13	85,13	5,23	10	10,06	4,58	32,66	4,93	13	9,38	5,89	3	0,38	4,90	12
ES	0,00	4,69	20	93,16	5,72	5	14,81	4,86	34,15	4,82	15	1,71	4,69	12	0,37	4,86	13
RJ	0,19	4,70	10	97,82	6,01	3	25,36	5,47	56,38	3,21	27	13,01	6,47	2	0,39	5,04	10
SP	7,58	5,10	4	98,70	6,06	2	41,14	6,39	52,89	3,47	25	31,56	9,39	1	0,24	3,69	20
PR	0,00	4,69	20	88,85	5,46	8	21,11	5,22	39,35	4,44	19	6,04	5,37	5	0,30	4,20	19
SC	0,00	4,69	20	96,79	5,95	4	28,17	5,63	47,25	3,87	24	4,08	5,06	6	0,57	6,54	3
RS	0,17	4,70	11	89,26	5,48	7	40,99	6,38	44,10	4,10	22	7,20	5,55	4	0,32	4,36	17
MS	0,09	4,70	15	91,66	5,63	6	28,96	5,68	37,02	4,61	17	1,24	4,61	17	0,38	4,93	11
MT	0,00	4,69	20	59,83	3,68	16	9,62	4,56	35,98	4,69	16	1,46	4,65	14	0,60	6,78	1
GO	0,04	4,69	17	82,64	5,08	13	16,84	4,98	34,15	4,82	14	2,77	4,85	9	0,57	6,60	2
DF	0,00	4,69	20	100,00	6,14	1	67,75	7,93	0,59	7,24	1	1,69	4,68	13	0,44	5,44	7
<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: despesa em R\$ per capita</p> <p>Desvio Padrão: 18,49</p> <p>Média: 5,68</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM</p>																	
<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual de domicílios rurais com iluminação elétrica</p> <p>Desvio Padrão: 16,30</p> <p>Média: 81,36</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>																	
<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual de domicílios rurais com telefone</p> <p>Desvio Padrão: 17,21</p> <p>Média: 17,27</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>																	
<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Consumo residencial per capita de eletricidade</p> <p>Desvio Padrão: 13,85</p> <p>Média: 31,63</p> <p>Índice = 5 - (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério de Minas e Energia</p>																	
<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual do consumo residencial de eletricidade em relação ao consumo no Brasil</p> <p>Desvio Padrão: 6,34</p> <p>Média: 3,70</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: Ministério de Minas e Energia</p>																	
<p>Ano: 2001</p> <p>Escore Bruto: Percentual do pessoal ocupado na atividade de produção e distribuição de energia elétrica</p> <p>Desvio Padrão: 0,12</p> <p>Média: 0,39</p> <p>Índice = 5 + (EB - M) / DP</p> <p>Fonte: IBGE</p>																	

UF	FUNÇÃO TRANSPORTE														
	INSUMO					PRODUTO									
	Despesa	Índice	Ranking	Malha Rodoviária	Índice	Ranking	Rodovias Estaduais Pavimentadas	Índice	Ranking	Situação das Rodovias	Índice	Ranking	Densidade da Malha Rodoviária	Índice	Ranking
RO	41,06	4,65	16	2,33	4,50	18	3,68	3,38	27	56,30	5,79	8	18,05	4,30	21
AC	234,29	6,36	3	0,36	3,78	26	31,21	4,59	20	78,70	6,70	1	4,33	3,98	25
AM	43,80	4,67	14	0,57	3,86	25	42,46	5,08	12	60,90	5,97	6	0,66	3,90	27
RR	536,99	9,03	1	1,02	4,02	23	4,27	3,40	26	20,90	4,34	19	8,35	4,07	23
PA	63,41	4,84	8	3,37	4,88	12	39,18	4,94	15	12,20	3,98	22	4,97	4,00	24
AP	121,43	5,36	4	0,33	3,77	27	6,61	3,51	25	0,00	3,49	27	4,24	3,98	26
TO	289,56	6,85	2	4,98	5,47	9	23,15	4,23	21	38,10	5,04	12	33,01	4,64	15
MA	32,13	4,57	18	2,83	4,68	14	38,48	4,91	16	7,90	3,81	24	15,66	4,24	22
PI	11,00	4,38	26	5,06	5,49	8	14,22	3,84	23	3,80	3,64	26	36,97	4,73	14
CE	17,86	4,44	23	4,75	5,38	10	40,98	5,02	14	19,50	4,28	20	58,63	5,22	8
RN	17,35	4,44	24	2,20	4,45	20	65,82	6,11	3	30,80	4,74	16	76,69	5,64	7
PB	30,94	4,56	19	2,50	4,56	16	35,38	4,77	18	70,50	6,37	4	81,54	5,75	5
PE	54,17	4,76	11	2,76	4,66	15	54,49	5,61	7	16,70	4,17	21	51,65	5,06	12
AL				1,22	4,10	22	65,05	6,08	4	4,20	3,66	25	80,78	5,73	6
SE	30,42	4,55	20	1,40	4,16	21	59,60	5,84	5	55,00	5,73	10	117,16	6,56	2
BA	13,22	4,40	25	6,37	5,97	4	50,91	5,46	10	9,30	3,87	23	20,73	4,36	19
MG	35,19	4,59	17	6,16	5,89	6	57,46	5,74	6	24,00	4,47	17	19,30	4,32	20
ES	20,71	4,47	22	2,49	4,56	17	41,25	5,03	13	70,90	6,38	3	99,22	6,15	3
RJ	54,30	4,76	10	2,25	4,47	19	51,58	5,48	8	58,90	5,89	7	94,81	6,05	4
SP	60,00	4,81	9	7,22	6,28	3	91,91	7,26	1	72,50	6,45	2	53,49	5,11	10
PR	30,29	4,55	21	5,69	5,72	7	81,94	6,82	2	55,60	5,76	9	52,47	5,08	11
SC	42,64	4,66	15	2,96	4,73	13	50,95	5,46	9	35,00	4,92	13	57,12	5,19	9
RS	45,48	4,68	13	4,10	5,15	11	48,82	5,36	11	41,30	5,17	11	26,78	4,50	17
MS	63,58	4,85	7	6,17	5,90	5	16,53	3,94	22	21,90	4,38	18	31,77	4,61	16
MT	69,72	4,90	6	10,84	7,60	1	8,51	3,59	24	33,30	4,85	15	22,07	4,39	18
GO	52,89	4,75	12	9,46	7,10	2	33,55	4,69	19	34,30	4,89	14	51,17	5,05	13
DF	95,72	5,13	5	0,62	3,88	24	37,13	4,85	17	68,30	6,28	5	196,83	8,38	1
	Ano: 2001	Ano: 2000				Ano: 2000				Ano: 2001				Ano: 2000	
	Escore Bruto : despesa em R\$ per capita	Escore Bruto : Percentual da malha rodoviária estadual em relação a total do Brasil				Escore Bruto : Percentual das rodovias estaduais pavimentadas				Escore Bruto : Percentual de rodovias pavimentadas com conceito ótimo e bom				Escore Bruto : km de rodovias estaduais / km ²	
	Desvio Padrão: 112,99	Desvio Padrão: 2,75				Desvio Padrão: 22,74				Desvio Padrão: 24,48				Desvio Padrão: 43,74	
	Média: 81,09	Média: 3,70				Média: 40,56				Média: 37,07				Média: 48,83	
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP				Índice = 5 + (EB - M) / DP	
	Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM	Fonte: DNER				Fonte: DNER				Fonte: Confederação Nacional dos Transportes				Fonte: DNER	

FUNÇÃO TRANSPORTE (Continuação)															
RESULTADO															
UF	Passageiros modal rodoviário	Índice	Ranking	Cargas modal rodoviário	Índice	Ranking	Pessoal ocupado transporte	Índice	Ranking	VAB transporte e armazenagem	Índice	Ranking	VAB transporte e armazenagem per capita	Índice	Ranking
RO	0,02	4,40	22				1,85	3,93	24	1,98	4,56	17	120,87	4,89	13
AC							1,91	3,99	21	3,31	5,46	5	155,39	5,32	8
AM							4,50	6,43	4	2,53	4,93	11	218,48	6,10	4
RR							2,14	4,21	19	0,50	3,54	27	20,96	3,65	27
PA							3,63	5,61	8	2,06	4,61	15	97,80	4,60	17
AP	0,09	4,41	21				2,88	4,90	15	5,15	6,72	3	245,22	6,43	2
TO							1,47	3,58	26	4,67	6,39	4	109,81	4,75	14
MA	0,10	4,41	20	0,15	4,57	15	2,98	5,00	13	6,02	7,31	2	100,74	4,64	16
PI	0,13	4,42	19	0,00	4,55	20	1,88	3,96	22	3,06	5,30	6	55,53	4,08	25
CE	0,33	4,44	16	0,05	4,56	19	2,39	4,44	18	2,37	4,82	13	62,19	4,16	22
RN	0,33	4,44	14	0,14	4,57	16	2,02	4,09	20	2,84	5,14	8	91,00	4,52	19
PB	0,48	4,46	12	0,08	4,56	17	1,86	3,94	23	2,90	5,18	7	79,24	4,37	20
PE	1,09	4,54	9	1,10	4,65	10	2,92	4,95	14	2,66	5,02	10	97,65	4,60	18
AL	0,22	4,43	17	0,08	4,56	18	1,70	3,79	25	1,64	4,32	22	40,56	3,89	26
SE	0,21	4,43	18	0,22	4,57	13	3,14	5,15	12	1,73	4,38	19	72,95	4,29	21
BA	0,86	4,51	10	2,90	4,81	7	2,75	4,78	17	1,67	4,35	21	60,72	4,14	24
MG	20,23	7,07	2	10,43	5,48	3	4,34	6,28	5	2,51	4,92	12	145,04	5,19	9
ES	1,55	4,60	8	1,42	4,68	9	4,57	6,49	3	6,86	7,88	1	412,15	8,51	1
RJ	10,20	5,75	4	6,98	5,18	5	4,63	6,55	2	1,69	4,36	20	161,23	5,39	7
SP	28,18	8,13	1	49,90	9,01	1	3,54	5,53	9	1,85	4,47	18	184,37	5,68	5
PR	9,50	5,65	5	11,12	5,55	2	4,30	6,24	6	1,99	4,56	16	138,56	5,11	10
SC	9,12	5,60	6	3,64	4,88	6	3,76	5,73	7	1,59	4,29	24	126,52	4,96	12
RS	12,54	6,06	3	9,27	5,38	4	4,67	6,59	1	1,62	4,31	23	138,12	5,10	11
MS	0,33	4,44	15	0,38	4,59	11	2,83	4,85	16	2,82	5,13	9	169,58	5,49	6
MT	0,61	4,48	11	0,17	4,57	14	3,25	5,25	11	2,09	4,63	14	107,38	4,72	15
GO	3,50	4,86	7	1,74	4,71	8	3,34	5,34	10	1,40	4,16	26	62,06	4,16	23
DF	0,38	4,45	13	0,23	4,57	12	1,30	3,41	27	1,50	4,23	25	231,69	6,27	3
	Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001		
	Escore Bruto: Percentual de passageiros transportados pelo modal rodoviário	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: CNT / FIPE / IDET	Escore Bruto: Percentual do volume de cargas no modal rodoviário	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: CNT / FIPE / IDET	Escore Bruto: Percentual do pessoal ocupado na atividade de transporte	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: IBGE	Escore Bruto: Percentual do VAB da atividade de transporte e armazenagem	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: IBGE	Escore Bruto: VAB de transporte e armazenagem per capita	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Fonte: IBGE
	Desvio Padrão: 7,56			Desvio Padrão: 11,21			Desvio Padrão: 1,06			Desvio Padrão: 1,47			Desvio Padrão: 80,46		
	Média: 4,55			Média: 5,00			Média: 2,98			Média: 2,63			Média: 129,84		

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 2005 – ANEXO III

UF	FUNÇÃO TRABALHO																								
	INSUMO						PRODUTO						RESULTADO												
	Despesa	Índice	Ranking	Investimento FAT/PLANFOR	Índice	Ranking	FAT / PLANFOR per capita	Índice	Ranking	Inscritos SINE	Índice	Ranking	Vagas SINE	Índice	Ranking	PEA e FAT/PLANFOR	Índice	Ranking	Pessoas / SINE	Índice	Ranking	Emprego Formal	Índice	Ranking	
RO	1,43	4,56	25	0,82	4,18	21	131,74	5,71	6	3,50	5,01	14	0,21	4,44	25	5,05	5,13	5,13	57,25	4,87	10	64,00	5,67	7	
AC	5,74	5,08	4	0,43	4,07	25	146,24	6,19	3	3,82	4,74	18	0,14	4,43	26	5,83	5,52	5,52	15,75	2,71	6	63,00	5,58	8	
AM	2,47	4,69	20	1,98	4,51	17	139,46	5,97	4	4,43	4,21	21	0,63	4,51	18	5,43	5,32	5,32	58,31	4,92	7	68,00	5,99	6	
RR	44,01	9,66	1	0,39	4,06	26	118,66	5,29	13	3,62	4,91	16	0,14	4,43	27	9,29	7,27	7,27	42,45	4,10	2	75,00	6,56	2	
PA	4,79	4,97	7	2,63	4,70	12	128,80	5,62	9	2,88	5,55	8	2,27	4,77	11	3,61	4,40	4,40	85,59	6,34	20	58,00	5,18	11	
AP	2,56	4,70	17	0,32	4,04	27	99,52	4,67	19	3,33	5,16	13	0,33	4,46	23	6,40	5,81	5,81	66,81	5,36	5	71,00	6,23	3	
TO	4,49	4,93	8	0,73	4,15	23	107,20	4,92	17	1,45	6,79	1	1,36	4,62	14	3,79	4,49	4,49	86,86	6,41	18	48,00	4,37	20	
MA	1,74	4,60	23	3,93	5,07	10	107,99	4,94	16	4,63	4,03	23	0,54	4,49	20	4,47	4,83	4,83	91,37	6,64	16	36,00	3,40	26	
PI	0,00	4,39	26	2,04	4,53	16	95,64	4,54	20	4,25	4,37	20	0,44	4,48	22	5,29	5,25	5,25	86,50	6,39	9	28,00	2,75	27	
CE	3,09	4,76	14	6,22	5,72	8	109,46	4,99	15	2,57	5,82	7	4,21	5,08	8	5,36	5,29	5,29	91,64	6,65	8	45,00	4,13	23	
RN	3,54	4,82	9	3,26	4,87	11	92,48	4,44	22	2,89	5,54	9	0,87	4,55	17	9,61	7,44	7,44	40,25	3,99	1	57,00	5,10	13	
PB	1,70	4,60	24	2,08	4,54	15	103,19	4,79	18	4,22	4,39	19	0,46	4,48	21	4,64	4,92	4,92	53,94	4,70	15	46,00	4,21	22	
PE	3,32	4,79	11	8,35	6,32	3	156,61	6,52	1	3,66	4,87	17	4,50	5,13	6	4,86	5,03	5,03	58,85	4,95	11	48,00	4,37	21	
AL	2,54	4,70	18	1,42	4,35	18	111,65	5,06	14	5,22	3,52	24	0,28	4,45	24	3,34	4,26	4,26	72,03	5,64	21	39,00	3,64	25	
SE	2,71	4,72	16	1,08	4,25	19	93,45	4,47	21	3,20	5,27	12	0,62	4,51	19	4,66	4,93	4,93	79,08	6,00	14	49,00	4,45	19	
BA	3,54	4,82	10	8,32	6,32	4	119,11	5,30	12	5,43	3,35	25	2,03	4,73	12	3,75	4,47	4,47	55,41	4,77	19	41,00	3,80	24	
MG	1,93	4,63	21	9,71	6,71	2	123,27	5,44	10	5,45	3,33	26	4,49	5,13	7	2,89	4,03	4,03	45,67	4,27	23	56,00	5,02	14	
ES	1,75	4,60	22	0,87	4,19	20	70,02	3,71	24	2,06	6,26	3	2,39	4,79	10	2,58	3,87	3,87	54,90	4,75	25	52,00	4,69	18	
RJ	2,54	4,70	19	7,83	6,17	5	152,76	6,40	2	1,95	6,35	2	12,22	6,37	2	2,51	3,84	3,84	42,78	4,12	26	70,00	6,15	4	
SP	5,12	5,01	6	13,56	7,81	1	130,83	5,68	7	3,20	5,27	11	30,31	9,27	1	1,85	3,51	3,51	36,40	3,79	27	70,00	6,15	5	
PR	3,14	4,77	13	4,91	5,34	9	68,57	3,66	25	4,44	4,20	22	11,71	6,28	3	4,73	4,96	4,96	60,95	5,06	12	56,00	5,02	15	
SC	6,51	5,17	3	6,79	5,88	6	120,71	5,36	11	2,10	6,23	4	4,53	5,13	5	6,47	5,85	5,85	54,06	4,70	4	59,00	5,26	10	
RS	5,41	5,04	5	6,41	5,77	7	135,32	5,83	5	3,56	4,96	15	7,89	5,67	4	2,80	3,99	3,99	63,54	5,20	24	56,00	5,02	16	
MS	3,32	4,79	12	0,75	4,16	22	63,24	3,49	26	2,29	6,06	6	1,90	4,71	13	3,80	4,49	4,49	77,56	5,92	17	58,00	5,18	12	
MT	0,00	4,39	26	2,40	4,63	13	130,67	5,68	8	2,97	5,47	10	1,24	4,60	16	4,71	4,95	4,95	57,31	4,87	13	53,00	4,78	17	
GO	2,81	4,73	15	2,31	4,60	14	91,70	4,41	23	2,25	6,10	5	2,94	4,88	9	3,25	4,22	4,22	37,37	3,84	22	60,00	5,34	9	
DF	16,61	6,38	2	0,44	4,07	24	16,14	1,95	27	5,54	3,25	27	1,33	4,62	15	8,66	6,95	6,95	41,66	4,06	3	80,00	6,96	1	
Ano: 2000				Ano: 2001															Ano: 2001						
Escore Bruto: despesa em R\$ per capita			Escore Bruto: Percentual do valor do Investimento FAT / PLANFOR			Escore Bruto: Valor do Investimento FAT / PLANFOR per capita			Escore Bruto: Número de pessoas / vagas SINE			Escore Bruto: Percentual do número de vagas oferecidas pelo SINE			Escore Bruto: Percentual da PEA trabalhada com recursos do FAT/PLANFOR			Escore Bruto: Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho			Escore Bruto: Percentual de ocupados no mercado formal				
Desvio Padrão: 8,36			Desvio Padrão: 3,51			Desvio Padrão: 30,74			Desvio Padrão: 1,15			Desvio Padrão: 6,23			Desvio Padrão: 1,97			Desvio Padrão: 19,26			Desvio Padrão: 12,35				
Média: 5,07			Média: 3,70			Média: 109,79			Média: 3,52			Média: 3,70			Média: 4,80			Média: 59,79			Média: 55,78				
Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP				
Fonte: Ministério da Fazenda / STN-COREM			Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego			Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego			Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego			Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego			Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego			Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego			Fonte: IBGE				

INDICADORES GERAIS																		
UF	RESULTADO																	
	Renda Média	Índice	Ranking	Exportações Interestaduais	Índice	Ranking	Importações Interestaduais	Índice	Ranking	IDHm	Índice	Ranking	Índice de Gini	Índice	Ranking	Migrações Internas	Índice	Ranking
RO	662,00	5,02	14	711,08	4,41	18	1.203,20	5,70	23	0,74	4,95	14	0,55	5,75	4	9,15	5,89	6
AC	526,00	4,46	17	411,88	4,25	22	1.788,26	5,13	8	0,70	4,30	21	0,63	3,53	26	12,44	5,51	9
AM	627,00	4,87	15	8.021,04	8,17	1	2.561,19	4,37	7	0,71	4,58	16	0,58	4,94	16	7,54	6,07	5
RR	685,00	5,11	11	527,54	4,31	19	2.835,40	4,10	6	0,75	5,14	13	0,54	6,03	3	6,90	6,15	4
PA	536,00	4,50	16	517,72	4,31	20	1.753,32	5,16	13	0,72	4,75	15	0,55	5,66	5	12,70	5,48	10
AP	683,00	5,10	12	156,52	4,12	26	1.461,15	5,45	17	0,75	5,26	12	0,48	7,82	1	4,16	6,46	1
TO	520,00	4,44	18	510,69	4,30	21	1.099,63	5,80	21	0,71	4,52	17	0,60	4,28	22	21,67	4,45	19
MA	343,00	3,72	27	296,58	4,19	23	821,82	6,07	1	0,64	3,25	27	0,57	5,00	15	20,13	4,63	16
PI	363,00	3,80	26	235,52	4,16	25	603,55	6,29	22	0,66	3,60	25	0,60	4,31	21	33,11	3,14	26
CE	448,00	4,14	24	880,92	4,49	15	1.234,83	5,67	25	0,70	4,35	20	0,61	3,90	24	20,66	4,57	18
RN	513,00	4,41	20	771,56	4,44	17	1.556,70	5,35	14	0,71	4,44	18	0,58	4,77	17	20,19	4,62	17
PB	423,00	4,04	25	802,98	4,45	16	1.265,95	5,64	15	0,66	3,68	24	0,60	4,33	20	37,48	2,64	27
PE	517,00	4,43	19	931,64	4,52	14	992,60	5,90	19	0,71	4,44	19	0,62	3,76	25	26,38	3,91	24
AL	454,00	4,17	23	271,55	4,18	24	548,63	6,34	18	0,65	3,48	26	0,61	4,05	23	28,58	3,66	25
SE	462,00	4,20	21	952,45	4,53	13	1.499,28	5,41	16	0,68	4,04	23	0,57	5,08	11	23,15	4,29	21
BA	460,00	4,19	22	1.155,44	4,63	12	1.010,84	5,89	20	0,69	4,15	22	0,59	4,45	18	23,73	4,22	22
MG	681,00	5,09	13	2.745,19	5,45	8	2.430,20	4,50	5	0,77	5,61	9	0,56	5,37	8	22,60	4,35	20
ES	722,00	5,26	9	4.269,95	6,24	5	3.039,31	3,90	9	0,77	5,47	11	0,59	4,42	19	16,48	5,05	15
RJ	970,00	6,27	3	2.932,13	5,55	7	2.735,48	4,20	3	0,81	6,19	5	0,57	5,05	14	5,56	6,30	2
SP	1.076,00	6,71	2	4.695,07	6,46	2	3.100,97	3,84	10	0,82	6,41	3	0,55	5,60	6	6,25	6,22	3
PR	782,00	5,51	6	4.532,07	6,37	4	3.652,53	3,30	11	0,79	5,85	6	0,57	5,23	9	23,79	4,21	23
SC	814,00	5,64	4	4.626,33	6,42	3	4.754,40	2,22	27	0,82	6,45	2	0,50	7,21	2	14,22	5,31	14
RS	800,00	5,58	5	2.939,48	5,55	6	2.696,43	4,24	4	0,81	6,31	4	0,55	5,57	7	9,29	5,87	7
MS	731,00	5,30	8	2.530,19	5,34	9	2.678,11	4,25	2	0,78	5,69	7	0,57	5,08	12	13,82	5,35	12
MT	775,00	5,48	7	1.983,73	5,06	10	1.582,90	5,33	24	0,77	5,61	10	0,57	5,08	13	9,51	5,85	8
GO	689,00	5,13	10	1.794,09	4,96	11	1.786,81	5,13	12	0,78	5,66	8	0,57	5,20	10	13,89	5,35	13
DF	1.499,00	8,43	1	139,00	4,11	27	1.036,27	5,86	26	0,84	6,83	1	0,63	3,53	27	13,22	5,42	11
	Ano: 2000	Ano: 2001																
	Escore Bruto: Renda média, em R\$, do responsável pelo domicílio nos Estados brasileiros	Escore Bruto: Percentual da população que migrou para outros estados																
	Desvio Padrão: 245,20	Desvio Padrão: 8,72																
	Média: 657,81	Média: 16,91																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 - (EB - M) / DP																
	Fonte: IBGE	Fonte: IBGE																
	Ano: 1999	Ano: 2000																
	Escore Bruto: Exportações Interestaduais, em R\$ per capita	Escore Bruto: Valor do Índice de Desenvolvimento Humano municipal																
	Desvio Padrão: 1.940,37	Desvio Padrão: 0,06																
	Média: 1.864,53	Média: 0,74																
	Índice = 5 + (EB - M) / DP	Índice = 5 + (EB - M) / DP																
	Fonte: Ministério da Fazenda / CONFAZ	Fonte: IPEADATA																
	Ano: 1999	Ano: 2000																
	Escore Bruto: Importações Interestaduais, em R\$ per capita	Escore Bruto: Valor do Índice de Gini																
	Desvio Padrão: 1.020,97	Desvio Padrão: 0,03																
	Média: 1.915,92	Média: 0,57																
	Índice = 5 - (EB - M) / DP	Índice = 5 - (EB - M) / DP																
	Fonte: Ministério da Fazenda / CONFAZ	Fonte: IPEADATA																

UF	INDICADORES GERAIS (Continuação)																
	RESULTADO																
	PIB Brasil	Índice	Ranking	PIB per capita	Índice	Ranking	Pobreza Infantil	Índice	Ranking	PEA Ocupada	Índice	Ranking	Taxa de Pobreza	Índice	Ranking		
RO	0,51	4,52	22	4.123,30	4,57	15	60,80	5,36	10	91,25	5,11	14	11,59	5,50	11		
AC	0,16	4,47	26	3.347,01	4,33	21	57,60	5,62	8	92,25	5,45	10	13,69	5,24	14		
AM	1,73	4,70	14	7.124,85	5,52	7	64,30	5,07	14	89,76	4,59	21	11,98	5,45	12		
RR	0,10	4,46	27	3.528,35	4,39	18	63,30	5,15	12	91,45	5,18	13	10,41	5,65	8		
PA	1,81	4,72	12	3.383,26	4,34	20	70,50	4,56	17	90,00	4,68	19	14,51	5,13	17		
AP	0,19	4,47	25	4.628,40	4,73	13	54,30	5,89	6	81,99	1,90	27	5,57	6,26	3		
TO	0,26	4,48	24	2.591,90	4,09	25	74,90	4,19	20	93,96	6,04	4	19,87	4,46	19		
MA	0,86	4,57	17	1.781,49	3,83	27	83,40	3,49	27	93,21	5,79	6	26,82	3,58	24		
PI	0,46	4,52	23	1.929,73	3,88	26	79,30	3,83	25	94,47	6,22	2	28,73	3,34	27		
CE	1,80	4,72	13	2.833,28	4,17	23	79,00	3,86	24	92,92	5,68	7	25,70	3,72	22		
RN	0,82	4,57	19	3.462,64	4,36	19	77,40	3,99	22	92,25	5,45	9	23,10	4,05	21		
PB	0,86	4,57	18	2.946,37	4,20	22	78,40	3,91	23	92,23	5,45	11	27,20	3,53	25		
PE	2,64	4,84	9	3.937,69	4,51	16	74,70	4,21	19	89,93	4,65	20	19,58	4,49	18		
AL	0,63	4,54	21	2.631,19	4,10	24	82,90	3,53	26	88,95	4,31	22	28,53	3,36	26		
SE	0,68	4,55	20	4.469,12	4,68	14	73,70	4,29	18	88,38	4,11	24	21,86	4,21	20		
BA	4,35	5,10	6	3.934,18	4,51	17	76,50	4,06	21	90,03	4,69	18	26,34	3,64	23		
MG	9,46	5,86	3	6.214,80	5,23	10	62,90	5,18	11	90,61	4,88	17	14,02	5,20	15		
ES	1,88	4,73	11	7.078,09	5,50	8	65,30	4,99	16	91,01	5,02	16	14,44	5,14	16		
RJ	12,34	6,29	2	10.091,85	6,45	3	50,10	6,24	4	87,76	3,90	25	6,85	6,10	4		
SP	33,38	9,45	1	10.546,87	6,60	2	42,40	6,87	1	88,78	4,25	23	5,25	6,30	2		
PR	6,06	5,35	5	7.456,97	5,62	6	55,40	5,80	7	92,33	5,48	8	9,96	5,71	7		
SC	3,88	5,03	7	8.462,51	5,94	5	45,90	6,59	3	95,83	6,69	1	4,70	6,37	1		
RS	7,84	5,62	4	9.071,39	6,13	4	51,00	6,16	5	93,26	5,81	5	7,98	5,96	6		
MS	1,14	4,62	16	6.448,47	5,31	9	63,70	5,12	13	91,24	5,10	15	11,16	5,56	10		
MT	1,20	4,63	15	5.584,84	5,03	11	60,60	5,37	9	94,02	6,07	3	10,97	5,58	9		
GO	2,09	4,76	10	4.839,65	4,80	12	65,10	5,00	15	91,95	5,35	12	12,54	5,38	13		
DF	2,75	4,86	8	15.517,26	8,16	1	45,00	6,66	2	85,51	3,12	26	6,93	6,09	5		
Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001			Ano: 2001		
Escore Bruto: Percentual de participação no PIB do Brasil			Escore Bruto: Valor, em R\$, do PIB per capita			Escore Bruto: Percentual de famílias com crianças até 14 anos e renda mensal per capita de até 1 salário mínimo			Escore Bruto: Percentual da população economicamente ativa ocupada			Escore Bruto: Percentual de famílias residentes em domicílios particulares com renda média mensal de até 1 salário mínimo			Escore Bruto: Percentual de famílias residentes em domicílios particulares com renda média mensal de até 1 salário mínimo		
Desvio Padrão: 6,67			Desvio Padrão: 3.173,78			Desvio Padrão: 12,13			Desvio Padrão: 2,89			Desvio Padrão: 7,92			Desvio Padrão: 7,92		
Média: 3,70			Média: 5.480,20			Média: 65,13			Média: 90,94			Média: 15,57			Média: 15,57		
Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 + (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP			Índice = 5 - (EB - M) / DP		
Fonte: IPEADATA			Fonte: IPEADATA			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE			Fonte: IBGE		